Terra Livre

n. 61 v. 2, 2023

Associação dos Geógrafos Brasileiros
desde 1934

Associação dos Geógrafos Brasileiros

Coletivo Diretoria Executiva Nacional

Gestão 2023-2024

Diretoria Executiva Nacional

Presidente
Prof. Dr. Charlles da França Antunes
Professor Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ).
Seção Local Niterói-RJ

Vice-presidente
Prof. Me. Ladislau Pereira Sanders Filho
Doutorando em Geografia Humana na Universidade de São Paulo (USP).
Seção Local São Paulo-SP

1º Secretário
Prof. Dr. Astrogildo Luiz de França Filho
Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ).
Seção Local Niterói-RJ

2ª Secretária
Profa. Ma. Jessica Aparecida Correa
Doutoranda em Geografia na Universidade Estadual Paulista (UNESP- Rio Claro).
Seção Local São Paulo-SP

1ª Tesoureira
Profa. Dra. Lorena Izá Pereira
Pesquisadora no Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI/UNESP). Seção Local João Pessoa-PB

2º Tesoureiro
Prof. Me. Felipe Rodrigues
Professor da Rede Municipal de Educação de Fortaleza – CE. Doutorando em Geografia na Universidade Estadual do Ceará (UECE).
Seção Local Fortaleza-CE

Coordenador de Publicações
Prof. Dr. Eduardo Karol
Professor Associado do Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Seção Local Niterói-RJ

Suplente da Coordenação de Publicações
Prof. Dra. Maria Clara Salim Cerqueira
Professora Substituta no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo
Seção Local Belo Horizonte-MG

Coletivo de Publicações
Profa. Dra. Rogata Del Gaudio
Professora Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
Seção Local Belo Horizonte-MG.

***** Essa edição ainda contou com a **Profa** Me. **Rachel Facundo Vasconcelos de Oliveira** no Coletivo de Publicação da DEN

Seção Local Fortaleza-CE

Coletivo de Comunicação
Prof. Me. Igor Carlos Feitosa Alencar
Doutorando em Geografia Humana na Universidade de São Paulo (USP).
Seção Local São Paulo-SP

Prof. João Vitor Cardoso Sudário

Mestrando em Geografia na Universidade Federal Fluminense (UFF).
Seção Local Juiz de Fora-MG

Coletivo de Articulação

Profa. Ma. Amanda Emiliana Baratelli

Doutoranda em Geografia na Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente

Seção Local Três Lagoas-MS

Prof. André Tinoco de Vasconcelos
Professor Assistente do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP-UERJ).
Seção Local Niterói-RJ

Prof. Dr. Bartolomeu Israel de Souza
Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Seção Local João Pessoa-PB

Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes
Professor Associado do Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP)– Campus Presidente Prudente

Seção Local Presidente Prudente-SP

Prof. Dr. Claudio Ubiratan Gonçalves
Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Seção Local Recife-PE

Prof. Dr. Daniel Araújo Sombra Soares
Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Pará (UFPA)

Prof. Dr. Douglas Santos
Professor Aposentado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) Seção Local Niterói-RJ

Prof. Dr. Élvio Rodrigues Martins
Professor Livre Docente do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP)
Seção Local São Paulo-SP

Prof. Dr. Fabio de Macedo Barbosa
Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Goiás (UEG) – Campus Formosa. Seção Local Goiânia-GO

Profa. Dra. Janeide Bispo dos Santos
Professora Adjunta do Departamento de Geografia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Campus Serrinha
Seção Local Santa Inês-BA

Profa. Ma. Jessilyn Gomes da Silva
Professora da Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME-RJ)

Seção Local Niterói-RJ

Prof. Dr. João Osvaldo Rodrigues Nunes
Professor do Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus Presidente Prudente

Seção Local Presidente Prudente-SP

Prof. Dr. Luis Henrique Leandro Ribeiro
Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. (FFP-UERJ)
Seção Local Rio de Janeiro-RJ

Profa. Ma. Mara Iris Barreto Lima
Professora da Rede Estadual de Educação de Pernambuco.
Seção Local Aracajú-SE

Prof. Dr. Marco Antonio Mitidiero Junior
Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Seção Local João Pessoa-PB

Prof. Dr. Marcos Antônio Campos Couto
Professor Titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ).
Seção Local Niterói-RJ

Profa. Dra. Núbia Beray Armond
Professora Adjunta do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. (UFRJ)
Seção Local Niterói-RJ

Prof. Pedro Catanzaro da Rocha Leão
Mestrando em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Pesquisador no Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades (LEMTO-UFF). Integrante do GT Agrária da AGB Rio de Janeiro e Niterói.
Seção Local Niterói-RJ

Prof. Dr. Rildo Borges Duarte
Professor Adjunto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSul de Minas – Campus Alfenas
Seção Local Alfenas-MG

Profa. Dra. Silvia Lopes Raimundo
Professora Adjunta do Departamento de Geografia da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)
Seção Local São Paulo-SP

Profa. Dra. Wilma Guedes de Lucena
Professora Adjunta do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG)– Campus Carangola.

Secretario Administrativo
Caio Tedeschi de Amorim (AGB São Paulo)

ISSN 2674-8355

TERRA LIVRE

Publicação semestral da Associação dos Geógrafos Brasileiros

ANO 38 – VOL. 2
NÚMERO 61

TERRA LIVRE
Conselho Científico

Anderson Gabrelon – ABC/SP
André Buonani Pasti – Campinas/SP
Andrea Bezerra Crispim – Fortaleza/CE
Bibiana C. Rezende– Presidente Prudente/SP
Bruno Zucherato – João Pessoa/PB
Caio Zarino Jorge Alves – São Paulo/SP
Camila Zucon R. de Siqueira – Belo Horizonte/MG
Cristiane Ferreira de Souza França – Fortaleza/CE
Cláudio Zamboni Harari – ABC/SP
Diógenes Rabello – Presidente Prudente/SP
Eduardo José Pereira Maia – Niterói/RJ
Estevan Leopoldo de Freitas Coca – Alfenas/MG
Éverton Vinícius Valezio – Campinas/SP
Fabrício Gallo – Campinas/SP
Felipe Garcia Passos – Fortaleza/CE
Felipe Rodrigues Leitão – Fortaleza/CE
Felipe Saluti Cardoso – ABC/SP
Flamarion Dutra Alves – Alfenas/MG
Gabriel Pedro Alves Lopes – Vitória/ES
Gislene F. Ortiz Porangaba – Três Lagoas/MS
Guilherme dos S. Claudino – Presidente Prudente/SP
Gustavo Teramatsu – Campinas/SP
Humberto Goulart Guimarães – Rio de Janeiro/RJ
Isabel C. M. Caccia Gouveia – Presidente Prudente/SP
Jader Janer Moreira Lopes – Juiz de Fora/MG
Jander Barbosa Monteiro – Fortaleza/CE
João Alves de Sousa Neto – São Paulo/SP
João César A. de Oliveira Filho – Fortaleza/CE
Jodenir Calixto Teixeira– Três Lagoas/MS
Julia Berezovoya Assis – Rio de Janeiro/RJ
Karinne Wendy S. de Menezes – Fortaleza/CE
Larissa A. C. de Paula – Presidente Prudente/SP
Luciano Pereira Duarte Silva – Campinas/SP
Luiz Henrique Vieira – Viçosa/MG
Marcos Antônio Campos Couto – Niterói/RJ
Maria Cecília Silva Souza – João Pessoa/PB
Maria Lúcia Pires Menezes – Juiz de Fora/MG
Maria Rita de Castro Lopes – São Paulo/SP
Marina da Silva Teixeira João Pessoa/PB
Marine Dubos-Raoul – Três Lagoas/MS
Mateus Fachin Pedroso – Presidente Prudente/SP
Mauro Henrique Soares – Três Lagoas/MS
Naiemer Ribeiro de Carvalho – Belo Horizonte/MG
Otávio Augusto de O. Lima Barra – Fortaleza/CE
Patrícia Helena Milani – Três Lagoas/MS
Paulo R. Raposo Alentejano – Rio de Janeiro/RJ
Paulo R. de Albuquerque Bomfim – São Paulo/SP
Pedro H. de Mendonça Resende – Belo Horizonte/MG
Rachel Facundo V. Oliveira – Fortaleza/CE
Rebecca Luna Lucena – Caicó/RN
Renato Emerson N. dos Santos – Rio de Janeiro/RJ
Rodrigo Coutinho Andrade – Niterói/RJ
Rodrigo Tsuyoshi Takata – Alfenas/MG
Suzana Campos Silva – Rio de Janeiro/RJ
Tereza Sandra Loiola Vasconcelos – Fortaleza/CE
Theo Soares de Lima – Porto Alegre/RS
Thiago Araújo Santos – Três Lagoas/MS
Vicente Eudes Lemos Alves – Campinas/SP
Vitor Mendes Monteiro – ABC/SP
Wagner Barbosa Batella – Juiz de Fora/MG
Wagner Wendt Nabarro- Campinas/SP

Pareceristas *Ad Hoc* Terra Livre n. 61:

Ailson Barbosa de Oliveira, Alexsandro Costa de Sousa, Ana Claudia Narbaes de Carvalho, Andrea Almeida Cavalcante, Andrea Bezerra Crispim, Andrey Saboia, Antonio Rodrigues Rodrigues Ximenes Neto, Amanda Quintela de Castro, Camila Dutra dos Santos, Carlos Roberto Bernardes de Souza Júnior, Cíntia Cristina Lisboa da Silva, Claudemir Cosme, Claudia Maria Sabóia de Aquino, Danielle Rodrigues da Silva Matos,Darlene Costa da Silva, Eider de Olivindo Cavalcante, Emilio Reguera, Felipe Rodrigues Leitão, Fernanda Laize Silva de Lima, Fernando Freitas de Almeida, Flaviane Ramos dos Santos, Gil Lessa Soares, Glauco Bruce Rodrigues, Hikaro Kayo de Brito Nunes, Hortência Gomes de Brito Souza, Jefferson Luis Brentini da Silva, Jefferson Rodrigues de Oliveira, Jefferson Santos Fernandes, Jéssica Ferreira, Jeziel Silveira Silva, João Santos Nahum, José Diego Gobbo Alves, José Gustavo Santos da Silva, Jucélia Maria Rocha Oliveira, Larissa Silva, Leandro Vieira Cavalcante, Léia Aparecida Veiga, Leido Dias Silva, Lucas Aguiar Tomaz Ferreira, Luisa Fernanda Durán Montes, Luiz Karol, Maglandyo da Silva Santos, Marco Cunha, Maria Bonfim Casemiro, Marina Ferreira, Paloma Teixeira, Paulo Roberto Raposo Alentejano,Ricardo Nogueira, Rodolfo Anderson Damasceno Góias, Salvadora Caceres Alcântara de Lima, Thiago Manhães Cabral, Thiago Teixeira da Cunha Coelho,Victor Dantas Siqueira Pequeno, Vinicius Maciel Oliveira, Zandor Mesquita.

Editores Responsáveis: Eduardo Karol, Maria Clara Salim Cerqueira e Rachel Facundo Vasconcelos de Oliveira.

Capa: Fenda de Nossa Senhora de Assunção – Arraial do Cabo – RJ – foto Eduardo Karol 1999

Associação dos Geógrafos Brasileiros (DEN) – Av. Prof. Lineu Prestes, 322 – Edifício de Geografia e História – Cidade Universitária – CEP. 05508-900 – São Paulo – SP – Brasil – Tel. (11) 3091-3758

Ficha Catalográfica

Terra Livre, ano 1, n.1, São Paulo, 1986 – v. ils. Histórico	
1986 - ano 1, v. 1 – impressa	2007 - ano 22, v.1, n.28; v.2, n.29 – impressa e digital
1987 - n. 2 – impressa	2008 - ano 23, v.1, n.30; v.2, n.31– impressa e digital
1988 - n. 3, n.4, n.5 – impressa	2009 - ano 24, v.1, n.32; v.2, n.33 – impressa e digital
1989 - n.6 – impressa	2010 - ano 25, v.1, n.34; v.2, n.35 – impressa e digital
1990 - n.7 – impressa	2011 - ano 26, v.1, n.36; v.2, n.37 – impressa e digital
1991 - n.8, n.9 – impressa	2012 - ano 27, v.1 n.38; v.2, n.39 – impressa e digital
1992 - n.10 – impressa	2013 - ano 28, v.1 n.40; v. 2, n. 41 – digital
1992/93 - n.11/12 (editada em 1996) – impressa	2014 – ano 29, v.1 n. 41; v. 2, n. 43 – digital
1994, 95,96 – interrompida	2015 – ano 30, v.1 n. 44; v. 2, n. 45 – digital
1997 - n.13– impressa	2016 – ano 31, v. 1 n. 46; v.2, n. 47 – digital
1998 - interrompida	2017 – ano 32, v. 1 n. 48; v.2, n. 49 – digital
1999 - n. 14 – impressa	2018 – ano 33, v. 1 n. 50; v. 2, n. 51 – digital
2000 - n.15 – impressa	2019 – ano 34, v. 1 n. 52; v. 2, n. 53 – digital
2001 - n.16, n.17 – impressa	2020 – ano 35, v. 1 n. 54 – digital
2002 - ano 17, v.1, n.18; v.2, n.19 – impressa	2020 – ano 35, v. 2 n. 55 – digital
2003 - ano 18, v.1, n. 20; v.2, n.21 – impressa	2021 – ano 36, v. 1 n. 56 – digital
2004 - ano 19, v.1, n.22; v.2, n.23 – impressa	2021 – ano 36, v. 2 n. 57 – digital
2005 - ano 20, v.1, n. 24; v.2, n.25 – impressa	2022 – ano 37, v. 1 n. 58 – digital
2006 - ano 21, v.1, n.26; v.2, n.27 – impressa	2022 – ano 37, v. 2 n. 59 – digital
	2023 – ano 38, v. 1 n. 60 – digital
	2023 – ano 38, v. 2 n. 61 – digital
	ISSN 2674-8355

SUMÁRIO

EDITORIAL xiv-xvi

ARTIGOS

REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE PLANEJAMENTO URBANO E CIDADANIA
THEORETICAL REFLECTIONS ON URBAN PLANNING AND CITIZENSHIP
REFLEXIONES TEÓRICAS SOBRE URBANISMO Y CIUDADANÍA 17-56

Francisco Manoel de Carvalho Neto, Ideni Terezinha Antonello, Léia Aparecida Veiga

PAISAGENS: UMA BREVE ANÁLISE CULTURAL E URBANA
LANDSCAPES: A BRIEF CULTURAL AND URBAN ANALYSIS
PAISAJES: UN BREVE ANÁLISIS CULTURAL Y URBANO 57-95

Dennys Henrique Miranda Nunes

CONSTRUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO PELA CAMPANHA CONSTRUINDO CIDADES RESILIENTES
BUILDING ACTION PLAN BY THE MAKING RESILIENT CITIES CAMPAIGN
CONSTRUCCIÓN DEL PLAN DE ACCIÓN DE LA CAMPAÑA DESARROLLANDO CIUDADES RESILIENTES 96-135

Larissa Maria da Silva Ferentz, Carlos Mello Garcias, Fantina Tedim

DESIGUALDADE, POBREZA E RENDA: ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MIGRANTES NO PARANÁ
INEQUALITY, POVERTY, AND INCOME: ANALYSIS OF MITIGATION STRATEGIES OF PUBLIC POLICIES FOR MIGRANTS IN PARANÁ
INÉGALITÉ, PAUVRETÉ ET REVENU: ANALYSE DES STRATÉGIES D'ATTÉNUATION DES POLITIQUES PUBLIQUES POUR LES MIGRANTS AU PARANÁ 136-168

Dieugo Pierre

TERRITORIALIDADES LGBTQIA+ EM ALFENAS – MG: ENTRE ESPAÇOS DE ACOLHIMENTO E INSEGURANÇA
LGBTQIA+ TERRITORIALITIES IN ALFENAS – MG: BETWEEN SPACES OF WELCOME AND INSECURITY
TERRITORIALIDADES LGBTQIA+ EN ALFENAS – MG: ENTRE ESPACIOS DE ACOGIDA E INSEGURIDAD 169-215

Flamarion Dutra Alves, Antônio Ananias Nogueira Netto

CIRCUITO RAP E A AÇÃO DO COLETIVO GRAJAÚ RAP CITY: UM INSTRUMENTO ANALÍTICO PARA SE INTERPRETAR A PRODUÇÃO CULTURAL E ECONÔMICA NAS QUEBRADAS DAS GRANDES CIDADES
RAP CIRCUIT AND THE ACTION OF THE GRAJAÚ RAP CITY COLLECTIVE: AN ANALYTICAL INSTRUMENT TO INTERPRET CULTURAL AND ECONOMIC PRODUCTION IN THE QUEBRADAS OF LARGE CITIES
CIRCUITO RAP Y LA ACCIÓN DEL COLECTIVO GRAJAÚ RAP CITY: UN INSTRUMENTO ANALÍTICO PARA INTERPRETAR LA PRODUCCIÓN CULTURAL Y ECONÓMICA EN LAS QUEBRADAS DE LAS GRANDES CIUDADES
Mauricio Moysés
216-246

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA A PARTIR DE CONTEXTOS DIFERENCIADOS DE ENSINO
THE SUPERVISED INTERNSHIP IN GEOGRAPHY FROM DIFFERENTIATED TEACHING CONTEXTS
LA PRÁCTICA SUPERVISADA EN GEOGRAFÍA DESDE CONTEXTOS DOCENTES DIFERENCIADOS
Mario Pires Simão, Gabriel Siqueira Corrêa
247-287

DO LUGAR AO TERRITÓRIO EPISTEMOLÓGICO: A EJA NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO INICIAL DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA
FROM THE PLACE TO THE EPISTEMOLOGICAL TERRITORY: YOUTH AND ADULT EDUCATION IN THE CONTEXT OF THE INITIAL TRAINING OF GEOGRAPHY TEACHERS
DEL LUGAR AL TERRITORIO EPISTEMOLÓGICO: EJA EN EL CONTEXTO DE LA FORMACIÓN INICIAL DEL PROFESORADO DE GEOGRAFÍA
Humberto Cordeiro Araujo Maia
288-315

ENSINO DE GEOGRAFIA NO ENSINO MÉDIO: APROXIMAÇÕES ENTRE TRABALHO E GEOGRAFIA
THE TEACHING OF GEOGRAFY IN THE HIGH SCHOOL: APROACHES BETWEEN WORK AND GEOGRAFY
LA ENSEÑANZA DE LA GEOGRAFÍA EN LA ESCUELA SECUNDARIA: APROXIMACIONES ENTRE EL TRABAJO Y LA GEOGRAFÍA
Jessilyn Gomes da Silva
316-359

A LÍNGUA BRASILEIRA E A CONFIGURAÇÃO DO TERRITÓRIO: AS RELAÇÕES DE PODER ENTRE NHEENGATU, O DIALETO CAIPIRA E A LÍNGUA PORTUGUESA
THE BRAZILIAN LANGUAGE AND THE CONFIGURATION OF THE TERRITORY: POWER RELATIONS BETWEEN NHEENGATU, THE CAIPIRA DIALECT AND THE PORTUGUESE LANGUAGE
LA LANGUE BRÉSILIENNE ET LA CONFIGURATION DU TERRITOIRE: LES RELATIONS DE POUVOIR ENTRE LE NHEENGATU, LE DIALECTE CAIPIRA ET LA LANGUE PORTUGAISE
360-385
Osmar Fabiano de Souza Filho, Léia Aparecida Veiga

AURAS E ATMOSFERAS AFETIVAS COMO DESDOBRAMENTOS DAS PAISAGENS: ESPACIALIDADES DE EMANAÇÕES SENSORIAIS INTERCORPORIFICADAS
AURAS AND AFFECTIVE ATMOSPHERES OF LANDSCAPES: SENSORIALITIES, PERCEPTIONS AND INTERCORPOREALITY
AURES ET ATMOSPHERES AFFECTIVES DES PAYSAGES : SENSORIALITES, PERCEPTIONS ET INTERCORPOREITE
386-417
Jéssica Soares de Freitas, Carlos Roberto Bernardes de Souza Jr

A COMPREENSÃO ESPACIAL DO MARIANISMO NO MODELO DE RENOVAÇÃO DAS NOVAS COMUNIDADES CATÓLICAS
THE SPATIAL UNDERSTANDING OF MARIANISM IN THE RENEWAL MODEL OF NEW CATHOLIC COMMUNITIES OF SOBRAL (CE)
LA COMPRENSIÓN ESPACIAL DEL MARIANISMO EN EL MODELO DE RENOVACIÓN DE LAS NUEVAS COMUNIDADES CATÓLICAS DE SOBRAL (CE)
418-446
Antonio Jarbas Barros de Moraes e Christian Dennys Monteiro de Oliveira

TRANSFORMAÇÕES DA PAISAGEM E DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS NOS COMPARTIMENTOS TABULARES DE REGENERAÇÃO, PIAUÍ
LANDSCAPE TRANSFORMATIONS AND SOCIOSPATIAL DYNAMICS OF TABULAR COMPARTMENTS IN REGENERAÇÃO, PIAUÍ
TRANSFORMACIONES DEL PAISAJE Y DINÁMICAS SOCIOESPACIALES EN LOS COMPARTIMIENTOS TABULARES DE REGENERACIÓN, PIAUÍ
447-481
Ivamauro Ailton de Sousa Silva

CARACTERIZAÇÃO GEOAMBIENTAL DA MICROBACIA HIDROGRÁFICA DO RIO GRAJAUZINHO, MARANHÃO, BRASIL
GEOENVIRONMENTAL CHARACTERIZATION OF THE HYDROGRAPHIC MICROBASIN OF THE GRAJAUZINHO RIVER, IN THE MARANHÃO STATE, BRAZIL
CARACTERIZACIÓN GEOAMBIENTAL DE LA MICROCUENCA HIDROGRÁFICA DEL RÍO GRAJAUZINHO, MARANHÃO, BRASIL
482-519
Gerson da Silva Costa Reis, Edilma Fernandes da Silva

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO TIMBURI EM PRESIDENTE PRUDENTE-SP: SEUS MORADORES E O CONTEXTO HISTÓRICO
TIMBURI ENVIRONMENTAL PROTECTION AREA IN PRESIDENTE PRUDENTE-SP: ITS RESIDENTS AND HISTORICAL CONTEXT
AREA DE PROTECCION AMBIENTAL DE TIMBURI EN PRESIDENTE PRUDENTE-SP: SUS HABITANTES Y CONTEXTO HISTORICO
520-559
Emanuela Sanches Moreira

TRANSECTO COMO FERRAMENTA PARA PERCEPÇÃO DA GEODIVERSIDADE NO MUNICÍPIO DE SERRA DO NAVIO, AMAPÁ, BRASIL
A TRANSECT AS A TOOL FOR PERCEIVING GEODIVERSITY IN THE MUNICIPALITY OF SERRA DO NAVIO, AMAPÁ, BRAZIL
UN TRANSECTO COMO HERRAMIENTA PARA PERCIBIR LA GEODIVERSIDAD EN EL MUNICIPIO DE SERRA DO NAVIO, AMAPÁ, BRASIL
560-603
Adria Nunes, Celina Marques

A RADICALIZAÇÃO DO CONSERVADORISMO NO CAMPO: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES SOFRIDAS PELOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS NO BRASIL (2020-2022)
THE RADICALIZATION OF CONSERVATISM IN THE COUNTRYSIDE: AN ANALYSIS OF THE ACTIONS SUFFERED BY SOCIO-TERRITORIAL MOVEMENTS IN BRAZIL (2020-2022)
LA RADICALIZACIÓN DEL CONSERVADURISMO EN EL CAMPO: UN ANÁLISIS DE LAS ACCIONES SUFRIDAS POR LOS MOVIMIENTOS SOCIOTERRITORIALES EN BRASIL (2020-2022)
604-638
Joana Moura, Fernando de Freitas Almeida, Lucas Araújo Martins

CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DE COMUNIDADES TRADICIONAIS DO MOSAICO DO BAIXO RIO NEGRO
SOCIO-ECONOMIC CHARACTERIZATION OF TRADITIONAL COMMUNITIES IN THE LOWER RIO NEGRO MOSAIC
CARACTERIZACIÓN SOCIOECONÓMICA DE LAS COMUNIDADES TRADICIONALES DEL MOSAICO DEL BAJO RÍO NEGRO
639-682
Rayssa Bernardi Guinato, José Diego Gobbo Alves, Ana Claudeise Silva do Nascimento, Heloísa Corrêa Pereira, Dávila Suelen Souza Corrêa, Álvaro de Oliveira D'Antona

CERCAMENTOS EXPROPRIATÓRIOS SOBRE OS GRUPOS COMUNITÁRIOS NA AMAZÔNIA: ANÁLISE DE UM TERRITÓRIO CAMPONÊS EM RONDÔNIA
EXPROPRIATORY FENCES ON COMMUNITY GROUPS IN THE AMAZON: ANALYSIS OF A PEASANT TERRITORY IN RONDÔNIA
CERCA EXPROPIATORIA A GRUPOS COMUNITARIOS EN LA AMAZONÍA: ANÁLISIS DE UN TERRITORIO CAMPESINO EN RONDÔNIA
683-719
Lucas Matos

A ALIANÇA TERRA-CAPITAL NO MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS/MS: RENDA FUNDIÁRIA, CORONELISMO E ACUMULAÇÃO CAPITALISTA
THE LAND-CAPITAL ALLIANCE IN THE MUNICIPALITY OF TRÊS LAGOAS/MS: LAND RENT, CORONELISM AND CAPITALIST ACCUMULATION
LA ALIANZA TIERRA-CAPITAL EN EL MUNICIPIO DE TRÊS LAGOAS/MS: RENTA DE LA TIERRA, CORONELISMO Y ACUMULACIÓN CAPITALISTA
720-749
Amanda Emiliana Santos Baratelli

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS: TERRITÓRIO DE LUTA E RESISTÊNCIA FEMINISTA
PEASANT WOMEN'S MOVEMENT: TERRITORY OF FEMINIST STRUGGLE AND RESISTANCE
MOVIMIENTO DE MUJERES CAMPESINAS: TERRITORIO DE LUCHA Y RESISTENCIA FEMINISTA
750-775
Noeli Welter Taborda; Janaina Francisca de Souza Campos Vinha

GRUPOS DE TRABALHO

GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: O QUE HÁ DE "NOVO"?
LARGE DEVELOPMENT PROJECTS IN THE STATE OF RIO DE JANEIRO – WHAT'S "NEW" WITH IT?
GRANDES PROYECTOS DE DESARROLLO EN EL ESTADO DE RÍO DE JANEIRO: ¿QUÉ HAY DE 'NUEVO'?
776-832
Ana Maria Costa, Daniel Monteiro, Gabriel Grabois, Gustavo Vitti, Luiz Jardim Wanderley, Paulo Roberto Raposo Alentejano, Pedro Leão, Tássia Gabriele Balbi de Figueiredo e Cordeiro, Thiago Da Silva, Vinicius da Silva

NORMAS 833-844

Associação dos Geógrafos Brasileiros
desde 1934

e-ISSN 2674-8355

Terra Livre

ano 38 v. 2 n. 61



jul-dez 2023

EDITORIAL

Caros leitores e leitoras, apresentamos nossas saudações AGBeanas,

A Revista Terra Livre (TL) apresenta, em seu 38º ano, o volume 2, número 61, referente ao período de julho-dezembro de 2023. Desde seu número 52, nosso periódico conta com chamadas de temática livre, o que permite que as contribuições que recebemos contemplem a amplitude do que vem sendo debatido no campo da Geografia brasileira. A contar do momento da sua criação em 1986 em um momento de consolidação da renovação da Geografia brasileira, através da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), a TL tem como objetivo a divulgação científica em consonância com questões e demandas sociais, fomentando e fortalecendo os debates, a partir das questões objetivas do mundo em que vivemos, prezando por uma ciência feita criticamente, ética para e com base na realidade.

Neste número, contamos com vinte e um artigos que versam sobre temáticas variadas dentro da Geografia, e um texto produzido pelo Grupo de Trabalho de Assuntos Agrários das Seções Locais Rio de Janeiro e Niterói da AGB. Organizamos os textos de acordo com blocos temáticos, sendo eles: debates do espaço urbano, reflexões críticas sobre o ensino de geografia e formação de professores, elementos epistemológicos da Geografia, questões socioambientais e debates do espaço rural.

Compondo os debates do espaço urbano, temos os textos *Reflexões teóricas sobre planejamento urbano e cidadania* de Francisco Manoel de Carvalho Neto, Ideni Terezinha Antonello, Léia Aparecida Veiga e *Paisagens: uma breve análise cultural e urbana* de Dennys Henrique Miranda Nunes, que propõe um debate sobre categorias de análise e teorias do (planejamento) urbano. Larissa Maria da Silva Ferentz, Carlos Mello Garcias, Fantina Tedim são os autores do texto *Construção do plano de ação pela campanha construindo cidades resilientes* e Dieugo Pierre escreve *Desigualdade, pobreza e renda: análise das estratégias de mitigação das políticas públicas para migrantes no Paraná*, que discutem questões relacionadas ao planejamento urbano. Os artigos *Territorialidades LGBTQIA+ em Alfenas – MG: entre espaços de acolhimento e insegurança* de Flamarion Dutra Alves e Antônio Ananias Nogueira Netto e *Circuito Rap e a ação do Coletivo Grajaú Rap City: um instrumento analítico para se interpretar a produção cultural e econômica nas quebradas das grandes cidades* de Mauricio Moysés trazem estudos de casos sobre contextos urbanos diversos que nos auxiliam a compreender a a produção do espaço urbano de forma geral.

Os textos *Estágio supervisionado em geografia a partir de contextos diferenciados de ensino* de Mario Pires Simão e Gabriel Siqueira Corrêa, *Do lugar ao território epistemológico: a EJA no contexto da formação inicial do professor de geografia* de Humberto Cordeiro Araujo Maia e *Ensino de geografia no Ensino Médio: aproximações entre trabalho e geografia* de Jessilyn Gomes da Silva trazem contribuições sobre o papel do ensino de geografia na sociedade e a formação de professores enquanto momento de construção do conhecimento geográfico.

Com um debate epistemológico no campo da geografia, demonstrando como as categorias e conceitos geográficos nos auxiliam a compreender a realidade, temos as contribuições de Osmar Fabiano de Souza Filho e Léia Aparecida Veiga com o texto *A língua brasileira e a configuração do território: as relações de poder entre Nheengatu, o dialeto caipira e a Língua Portuguesa*; Jéssica Soares de Freitas e Carlos Roberto Bernardes de Souza Jr com o texto *Auras e atmosferas afetivas como desdobramentos das paisagens: espacialidades de emanações sensoriais intercorporificadas;* e Antonio Jarbas Barros de Moraes e Christian Dennys Monteiro de Oliveira com o texto *A compreensão espacial do Marianismo no modelo de renovação das novas Comunidades Católicas*.

Propondo reflexões sobre questões socioambientais, os artigos *Transformações da paisagem e dinâmicas socioespaciais nos compartimentos tabulares de Regeneração, Piauí* de Ivamauro Ailton de Sousa Silva; *Caracterização geoambiental da microbacia hidrográfica do rio Grajauzinho, Maranhão, Brasil* de Gerson da Silva Costa Reis e Edilma Fernandes da Silva, e *Área de proteção ambiental do timburi em Presidente Prudente-SP: seus moradores e o contexto histórico* de Emanuela Sanches Moreira; e finalmente *Transecto como ferramenta para percepção da geodiversidade no município de Serra do Navio, Amapá, Brasil* de Adria Nunes e Celina Marques, que trazem exemplos de análises críticas de dinâmicas socioambientais e uso de geotecnologias para melhor compreensão de contextos específicos.

Em um debate sobre o espaço rural, contamos com as contribuições de Joana Moura, Fernando de Freitas Almeida e Lucas Araújo Martins no texto *A radicalização do conservadorismo no campo: uma análise das ações sofridas pelos movimentos socioterritoriais no Brasil (2020-2022)*; Rayssa Bernardi Guinato, José Diego Gobbo Alves, Ana Claudeise Silva do Nascimento, Heloísa Corrêa Pereira, Dávila Suelen Souza Corrêa e Álvaro de Oliveira D'Antona com o texto *Caracterização socioeconômica de comunidades tradicionais do Mosaico do Baixo Rio*

Negro; Lucas Matos com o texto *Cercamentos expropriatórios sobre os grupos comunitários na Amazônia: análise de um território camponês em Rondônia;* Amanda Emiliana Santos Baratelli com o texto *A aliança terra-capital no município de Três Lagoas/MS: renda fundiária, coronelismo e acumulação capitalista;* e finalmente Noeli Welter Taborda e Janaina Francisca de Souza Campos Vinha com o texto *Movimento de mulheres camponesas: território de luta e resistência feminista*. Fechando nossa edição, apresentamos o texto do GT de Assuntos Agrários das SLs Rio e Niterói, intitulado *Grandes projetos de desenvolvimento no estado do Rio de Janeiro: o que há de "novo"?* escrito pelos associados Ana Maria Costa, Daniel Monteiro, Gabriel Grabois, Gustavo Vitti, Luiz Jardim Wanderley, Paulo Roberto Raposo Alentejano, Pedro Leão, Tássia Gabriele Balbi de Figueiredo e Cordeiro, Thiago Da Silva e Vinicius Da Silva.

Aproveitamos o ensejo para convidar todas e todos a participarem do VIII Congresso brasileiro de Geógrafos e Geógrafas (CBG) 2024 que ocorrerá entre os dias 07 a 12 de julho em São Paulo/SP. O congresso será um momento de encontros, reflexão e debates sobre a Geografia brasileira, além de ser também ocasião fundamental na organização nossa entidade.

Esperamos que os textos fomentem debates frutíferos. Boa leitura!

Eduardo Karol
Maria Clara Salim Cerqueira
Rogata Soares Del Gaudio
Rachel Facundo Vasconcelos de Oliveira
(Coletivo de Publicações da DEN/AGB)

REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE PLANEJAMENTO URBANO E CIDADANIA

THEORETICAL REFLECTIONS ON URBAN PLANNING AND CITIZENSHIP

REFLEXIONES TEÓRICAS SOBRE URBANISMO Y CIUDADANÍA

Francisco Manoel de Carvalho Neto
Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina
E-mail: francisco.manoel@uel.br

Ideni Terezinha Antonello
Prof.ª Dr.ª Associada na Universidade Estadual de Londrina
Pesquisadora CNPq - Bolsa PQ2
E-mail: antonello@uel.br

Léia Aparecida Veiga
Prof.ª Dr.ª Visitante no Programa de Pós-Graduação em Geografia (mestrado/doutorado) da Universidade Estadual de Londrina
E-mail: leia.veiga@uel.br

Com o presente trabalho, objetiva-se discutir as bases teóricas do planejamento urbano associado à participação popular e o exercício da cidadania, fatores estes que são essenciais para a produção de um espaço urbano menos desigual, no qual prevaleça a justiça social. Para tanto optou-se por uma abordagem qualitativa, com levantamento bibliográfico e discussão teórica pautada em autores que se dedicam a essa problemática, como Souza (2002, 2006); Lefebvre (2001, 2019); Freire (1967, 1983, 2017) entre outros. Entende-se que o planejamento remete à ideia de futuro e a gestão urbana, tem a perspectiva de que gerir está vinculada ao presente, logo, gerir significa administrar o que foi planejamento em outro momento mediante a participação da sociedade. As conclusões desta pesquisa sinalizam que ambos devem estar fundamentados na participação democrática, para o efetivo exercício da cidadania por parte dos sujeitos sociais que produzem e vivenciam o espaço urbano.

Palavras-chave: Cidade, Participação democrática, Produção do espaço urbano, Planejamento.

Abstract:
This paper aims to discuss the theoretical basis of urban planning associated with popular participation and the exercise of citizenship, factors that are essential for the production of a less unequal urban space, in which social justice prevails. For this purpose, a qualitative approach was chosen, with bibliographic survey and theoretical discussion based on authors who are dedicated to this problem, such as Souza (2002, 2006); Lefebvre (2001, 2019); Freire (1967, 1983, 2017) among others. Planning refers to the idea of the future, while urban management has the perspective that managing is linked to the present. Therefore, managing means managing what was planned at another time through the participation of society. This research's conclusions indicate that both must be founded on democratic participation to effectively exercise citizenship by social subjects who produce and experience the urban space.

Keywords: City, Democratic participation, Urban space production, Planning.

Resumen:
Con este presente trabajo se pretende discutir las bases teóricas de la planificación urbana asociada a la participación de la población y el ejercicio de la ciudadanía, estos factores son esenciales para la producción de un espacio urbano menos desigual, en el cual prevalezca la justicia social. Para ello se optó por un enfoque cualitativo, con estudio bibliográfico y discusión teórica pautada en autores que se dedican a esa problemática, como Souza (2002, 2006); Lefebvre (2001, 2019); Freire (1967, 1983, 2017) entre otros. Se entiende que la planificación hace referencia a la idea de futuro y la gestión urbana tiene la perspectiva de que gestionar está vinculado al presente, por lo tanto, gestionar significa administrar lo que se planificó en otro momento a través de la participación de la sociedad. Las conclusiones de esta investigación indican que ambos deben estar fundamentados en la participación democrática, para el efectivo ejercicio de la ciudadanía por parte de los sujetos sociales que producen y experimentan el espacio urbano.

Palabras clave: Ciudad, Participación democrática, Producción del espacio urbano, Planificación.

Introdução

Desde os anos 2001, com a aprovação do Estatuto da Cidade, que regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal (1988), estabelecendo diretrizes gerais da política urbana e dando outras providências, tem-se garantido um conjunto de instrumentos para a execução da política de desenvolvimento urbano nas cidades brasileiras.

O planejamento urbano é uma ferramenta de extrema importância no processo de (re)produção da cidade, ao passo que esta é um espaço entendido enquanto um produto social, historicamente construído (Corrêa, 1989; Carlos, 2001). Ainda, segundo Carlos (2001), é importante destacar que a cidade "[...] representa uma determinada forma do processo de produção e reprodução de um sistema específico, portanto, a cidade é também uma forma de apropriação do espaço produzido" (Carlos, 2001, p 41).

Logo, enquanto uma construção social, a (re)produção da cidade não ocorre a partir da ação da mão invisível do mercado ou de um Estado hegeliano ou em virtude de uma capital abstrato que não se faz presente nas relações sociais (Corrêa, 2017).

Conforme o autor, a produção do espaço urbano, ocorre a partir da atuação de sujeitos sociais concretos e históricos, movidos por interesses particulares e práticas espaciais próprias, a exemplo dos industriais, promotores imobiliários, proprietários de terras, dentre outros, que sempre se encontram muito próximos do planejamento e da gestão urbana. É nesse contexto que evidencia-se o Estatuto da Cidade (2001), lei que frisa a relevância da participação popular nas demandas que envolvem o pensar/planejar

a cidade, com vistas a garantir mais igualdade e justiça social no espaço urbano.

Portanto, romper com a condição de tutela presente ainda na sociedade e combater a permissividade de decisão dada ao outro é de extrema importância quando se pensa em conceber um planejamento urbano democrático, pois só assim haverá o efetivo exercício da cidadania.

Nesse sentido, objetivou-se discutir bases teóricas do planejamento urbano associado à participação popular e ao exercício da cidadania, fatores estes que são essenciais para a produção de um espaço urbano menos desigual, no qual prevaleça a justiça social.

Procedimentos metodológicos

Trata-se de uma reflexão teórica, realizada a partir de levantamento secundário (bibliográfico) junto a livros e artigos que abordam: urbano, cidade e o tema de planejamento urbano, assim como o conceito de cidadania e participação popular com vistas a produzir um planejamento urbano democrático. Após a leitura, análise e reflexão do arcabouço teórico e metodológico sobre a problemática foco da pesquisa, ocorreu a elaboração deste artigo.

O texto final foi organizado de forma a discutir a diferenciação entre os conceitos de cidade e urbano para, em seguida, abordar o planejamento urbano e sua gestão, em uma perspectiva de que gerir está vinculado ao presente e o planejamento remete à ideia de futuro. E por fim, a reflexão abarcou o conceito de cidadania, com a perspectiva de elucidar a importância do seu efetivo exercício para a construção de um planejamento urbano democrático.

Diferença entre o conceito de cidade e urbano

Muitas vezes tratados como sinônimos, os conceitos de cidade e urbano se distinguem, porque a cidade pode ser entendida como uma das formas de materialização do fenômeno urbano.

Partindo desse princípio, a cidade se materializa a partir das transformações do urbano. Assim, a mutação da materialidade da cidade é constante, pois o urbano se manifestou e se manifesta de maneiras distintas, desde o surgimento dos primeiros núcleos urbanos. Lencione (2008) defende que a cidade pode ser entendida como objeto e o urbano como fenômeno, o qual se re/produz por meio das relações entre espaço e sociedade objetificando a cidade. A autora acrescenta ainda que:

> A cidade, não importando sua dimensão ou característica, é um produto social que se insere no âmbito da "relação do homem com o meio" – referente mais clássico da geografia. Isso não significa dizer, todavia, que estabelecida essa relação tenhamos cidades (Lencione, 2008, p. 115).

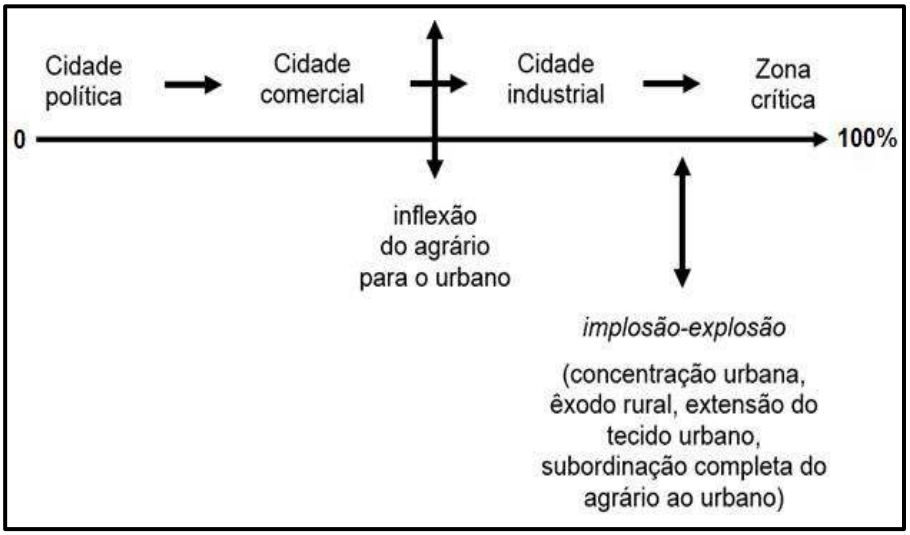
Visto que nem toda aglomeração torna possível a existência da cidade, foi preciso o sedentarismo para que ela se materializasse, pois ao se fixar, o aglomerado humano se relaciona entre si e com o espaço, tal qual foi expresso anteriormente, originando, desta forma, a cidade.

Já o urbano se manifesta como produto da sociedade capitalista industrial, portanto, inacabado, visto a constante metamorfose da sociedade. Nesse sentido, Lefebvre (2019), apresenta uma reflexão que parte da ausência da urbanização (0%), até sua consolidação (100%). Assim, a ausência da urbanização (0%), nas palavras de Lefebvre (2019, p. 23), é caracterizada pela

"[...] 'pura natureza', a terra entregue aos 'elementos'", logo, essa colocação remete ao período em que os grupos humanos sobreviviam da caça, da pesca e da coleta, caracterizado por Santos (2006) como meio natural. Lefebvre (2019, p. 24) afirma que "[...] a cidade acompanhou ou seguiu de perto a aldeia".

Buscando elucidar as fases do desenvolvimento da urbanização, Lefebvre (2019) elabora o esquema presente na Figura 1. A cidade política, corresponde a uma modelo que, de acordo com Lefebvre (2019, p. 24) "[...] acompanha ou segue de perto, o estabelecimento de uma vida social organizada, da agricultura e da aldeia". Assim, o desenvolvimento da agricultura em detrimento da caça, da pesca e da coleta, apresenta-se como um evento de grande expressividade da urbanização, possibilitando que o fenômeno urbano expandisse sua espacialidade e criasse raízes em novos territórios.

Figura 1: Fases do desenvolvimento da urbanização



Fonte: Adaptado de Lefebvre (2019, p. 31).

Lefebvre (2019, p. 25) enfatiza que a cidade política "[...] reina sobre um determinado número de aldeias" onde "a propriedade do solo torna-se propriedade eminente do monarca, símbolo da ordem e da ação", sendo assim, para manter a posse das terras, camponeses e comunidades pagam tributos ao monarca.

> De acordo com Lefebvre (2019, p. 25), a princípio, a cidade política, resistia fortemente à troca e ao comércio, pois viam o mercado, a mercadoria e os comerciantes como ameaça. No entanto, essa resistência não conseguiu impedir que as relações comerciais acontecessem e, ao longo do tempo, elas se intensificaram e transformaram a cidade política, de maneira que, "a praça do mercado torna-se central", atraindo ao seu entorno a igreja e a prefeitura.Com isso, "[...] o espaço urbano torna-se o lugar do encontro das coisas e das pessoas, da troca", como assevera Lefebvre (2019, p. 26).

Diante do crescimento das relações comerciais estabelecidas na cidade política, foi criada a cidade mercantil. Criou-se assim uma nova configuração do espaço urbano, com a finalidade de atender às necessidades sociais da época. Nesse sentido, Lefebvre (2019, p. 26, grifos do autor) ressalta que "[...] a troca comercial torna-se *função* urbana; essa função faz surgir uma *forma* (ou formas: arquitetônicas e/ou urbanísticas) e, em decorrência, uma nova *estrutura* do espaço urbano".

> Lefebvre (2019, p. 28-29, grifos do autor) afirma que nesse período - séculos XIV e XVII - "nasce a *imagem da cidade*", ocasionando a "inflexão da realidade social para o urbano". O mesmo autor acrescenta ainda que "[...] essa inversão de sentido não pode ser dissociada do crescimento do capital comercial, da

existência do mercado. É a cidade comercial, sobreposta à cidade política, mas prosseguindo sua marcha ascendente, que a explica".

Sucedendo a cidade comercial, tem-se a cidade industrial, assim denominada pelo fato de ser produto da força da atividade industrial de atrair e movimentar pessoas e capital.

Sobre a relação entre indústria, cidade industrial e o urbano, Araújo (2012, p.136) nos explica que:

> A indústria, de início, prescindiu da cidade porque seu foco estava nas fontes de energia e/ ou de matérias-primas localizadas, geralmente, fora da cidade. Progressivamente, a indústria se aproximou das cidades por conta da abundância de mão de obra, capitais e do próprio mercado. Este simples movimento da indústria em direção à cidade produziu profundas transformações em sua morfologia. Primeiramente, a industrialização negou a centralidade na cidade, fenômeno que Lefebvre identifica como "implosão", pois, o conteúdo político e comercial perde sua potência social. Depois, ocorre a "explosão" da cidade ou projeção de fragmentos da malha urbana disjuntos por uma vasta região (as periferias) [...].

Lefebvre (2019, p. 31) fornece explicação histórica-espacial para o fenômeno implosão-explosão urbano. Basicamente, após percorrer todas as fases de desenvolvimento apresentados na Figura 1, o autor relaciona as passagens entre a cidade política, comercial, e a industrial. Quando a cidade encontra-se em fase industrial, apresenta sua conformação voltada à centralização de poderes, assim, algumas regiões são foco principal no desenvolvimento, onde são fortalecidos o desenvolvimento político/econômico/social, caracterizando a implosão.

Somando-se e junto a isso, há também o crescimento periférico das regiões mais afastadas da centralização do desenvolvimento implosivo, característico da fase de explosão do desenvolvimento. Elas são regiões características do crescimento da

malha urbana, geralmente constituídas da população oriunda do campo (êxodo rural), ou que migram de outras localidades em busca de melhorias de vida.

Acrescenta-se ao exposto anteriormente a colocação de Lefebvre (2019, p. 30), que apresenta uma explicação da condição urbana na perspectiva da cidade industrial:

> Nesse movimento a realidade urbana, ao mesmo tempo amplificada e estilhaçada, perde os traços que a época anterior lhe atribuía: totalidade orgânica, sentido de pertencer, imagem enaltecedora, espaço demarcado e dominado pelos esplendores monumentais. Ela se povoa com os signos do urbano na dissolução da urbanidade; torna-se estipulação, ordem repressiva, inscrição por sinais, códigos sumários de circulação (percursos) e de referência. Ela se lê ora como rascunho, ora como uma mensagem autoritária. Ela se declara mais ou menos imperiosamente.

É dessa multiplicidade de sentidos e manifestações da realidade urbana que se origina a zona crítica. Lefebvre (2019, p. 33) afirma que "[...] a fase crítica se comporta como uma 'caixa preta'", visto a crise em que se encontra a sociedade urbana e a obscuridade dos rumos que tomará. Nesse entendimento, Lefebvre (2019, p. 54) salienta que "[...] essa crise em escala mundial faz surgir novos aspectos da realidade urbana".

A crise proposta pelo autor pode se vincular ao conceito apontado por Souza (2006) de fragmentação do tecido sócio-político espacial do espaço urbano, excluindo e segregando espaços e pessoas, oprimindo e aprisionando seres humanos. Ao analisar a fase crítica proposta por Lefebvre, Araújo (2012, p. 136) argumenta que a visão do autor se pautava no seguinte processo:

> [...] com a industrialização, a história entrou em uma fase de mundialização na qual sua principal característica é disseminação das relações de produção e da lógica produtivista capitalista

> (crescimento econômico); destroem-se as particularidades locais em favor de uma homogeneização que viabiliza a constituição de um mercado em nível global.

Com relação ao processo homogeneização, Lefebvre (2019) salienta que há resistências, visto que, conforme Figura 1, o fenômeno de crescimento explosivo ocorre de forma aleatória, o que ele denomina de originalidades irredutíveis. Já Sampaio (2021) cita que a homogeneidade se relaciona diretamente com questões do cotidiano, tais como ir ao trabalho, ir ao médico, ir para a escola, fazer compras, entre outras atividades, operando, portanto, uma ilusória uniformização coletiva.

Longe, contudo, de uma democracia real, na qual todos teriam mesmas oportunidades e acessos (escola de qualidade, meio de transporte adequado, acesso à saúde de qualidade), a homogeneização do espaço considerando aspectos sociais apresenta desigualdade crescente. Contudo, buscando-se uma homogeneidade apenas com o olhar de organização do espaço e informação, tem-se uma unificação, em que existem regiões mais fortes (os centros de desenvolvimento), e outras mais fracas (as periferias) e, finalmente, o campo, que cerca a cidade e sua malha crescente.

No que concerne à materialização da cidade, Lefebvre (2019, p. 44) afirma que "[...] a cidade foi o lugar das criações e não o simples resultado, simples efeito espacial do que ocorreu noutro lugar, no Espírito, na Razão. [...] o urbano pode tornar-se objetivo, isto é, criação e criador, sentido e fim".

Para tanto, a diferenciação entre a cidade, "realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico" e o urbano, "realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento", tornam-se

manifestas (Lefebvre, 2001, p. 49). Contudo, essa distinção necessita ser analisada com minucia, pois o urbano não pode ser entendido "[...] sem o solo e sem a morfologia material. [...] A vida urbana, a sociedade urbana, numa palavra 'o urbano' não podem dispensar uma base prático-sensível, uma morfologia" (Lefebvre, 2001, p. 49).

Nesse sentido, essa vida urbana no processo de reconstrução ou construção, tem a necessidade do planejamento e gestão, que são essenciais para um desenvolvimento urbano, desde que esse tenha uma diretriz visando a justiça social e o direito da população que mais necessita à cidade seja concretizado, ocasionando cumprimento da função social da propriedade e da cidade.

Reflexões sobre o planejamento e gestão urbana para se pensar em cidades inclusivas

A cidade que temos e a cidade que queremos podem ser produtos do planejamento e da gestão, portanto, para que exista uma cidade mais justa e democrática – uma cidade inclusiva –, discutir o planejamento e a gestão urbanos se faz necessário.

Souza (2002, p. 46) ressalta que "[...] planejamento e gestão não são termos intercambiáveis, por possuírem referenciais temporais distintos e, por tabela, por se referirem a diferentes tipos de atividades". Termos distintos, mas complementares, o planejamento e a gestão urbanos interferem diretamente na realidade da cidade. Na sequência, elucidam-se os conceitos de planejamento gestão e urbanos, nas suas singularidades e nas suas interdependências.

No que diz respeito a gestão, Souza (2002, p. 46) enfatiza que "[...] gestão remete ao presente: gerir significa administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentemente disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas", destarte, é o agir no concreto, na realidade.

O ato de planejar é inerente a toda atividade humana, desde ações corriqueiras do dia, como por exemplo, o preparo de uma refeição, até a ações mais elaboradas, como construir uma casa. Nesse sentido, Souza (2002, p. 34) destaca quatro elementos fundamentais de qualquer atividade de planejamento:

> • Pensamento orientado para o futuro.
> • Escolha entre alternativas.
> • Consideração de limites, restrições e potencialidade; consideração de prejuízo e benefícios.
> • Possibilidade de diferentes cursos de ação, os quais dependem de condições e circunstâncias variáveis.

Dessa forma, o ato de planejar está vinculado com a possibilidade concreta do futuro. É certo que o futuro é imprevisível, no entanto, o planejamento ajuda a evitar imprevistos e torna as ações mais objetivas. Torna-se relevante destacar o que escreveu Lewis Carroll (2007, p. 85), no clássico, Alice no País das Maravilhas, no qual apresenta-se a seguinte conversa de Alice com o Gato de Ceshire:

> - Você poderia me dizer, por favor, qual o caminho para sair daqui? Perguntou Alice.
> - Depende muito de onde você quer chegar. Disse o Gato.
> - Não me importa muito onde... Foi dizendo Alice.
> - Nesse caso não faz diferença por qual caminho você vá. Disse o Gato.

Quando se trata da "vida da cidade", é indispensável saber aonde se quer chegar, para se seguir no caminho certo. Com isso,

destacamos aqui a grande importância do planejamento urbano para a organização da cidade. É com o planejamento que se torna possível estabelecer objetivos e traçar caminhos para alcançá-los, pois para quem não sabe aonde quer chegar, qualquer caminho serve. Souza (2002, p. 46) ressalta que:

> Planejar significa tentar prever a evolução de um fenômeno ou, para dizê-lo de modo menos comprometido com o pensamento convencional, tentar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se contra prováveis problemas ou, inversamente, com o fito de melhor tirar partido de prováveis benefícios.

O ato de planejar envolve tanto a previsão de ações, como, buscar estratégias que reduzam riscos das ações a serem desenvolvidas. Nesse entendimento, o planejamento urbano pode ser compreendido como uma organização de ações no âmbito municipal, que devem ter como objetivo principal promover o bem-estar social, sem exclusões. De acordo com Santos (2006, p. 55):

> O planejamento urbano surgiu como um instrumento de política para enfrentar as transformações sociais, políticas e econômicas derivadas da emergência da sociedade de base urbano-industrial. A crescente urbanização da população e o significativo crescimento demográfico de algumas cidades tornaram necessários políticas públicas de controle do uso do solo urbano, programas habitacionais e demais infraestruturas urbanísticas.

O planejamento urbano, de acordo com Souza (2006, p. 260), "[...] admite ser encarado, em larga medida, como pesquisa social aplicada. O mesmo autor ainda ressalta que "planejar e gerir uma cidade não significa planejar e gerir 'coisas', mas planejar e gerir *relações sociais*" (Souza, 2006, p. 260, grifos do autor).

Ao se conceber o planejamento pautado nas relações sociais, parte-se do pressuposto da necessidade de se envolver a sociedade na elaboração e monitoramento no processo de planejamento. Como defende Magnin (2021), no seu estudo sobre cidadania local e participação em experiências de planejamento, ao se analisar os direitos humanos, coloca que seja garantida a comunicação humana como uma prática social, conseguintemente, "[...] exige, também, a garantia de direitos à participação e, assim, direitos de cidadania política" (2021, p. 174). Para tanto, é importante que o direto de participação seja efetivo, contrariando a construção de planejamentos pautados em uma pseudoparticipação.

Em estudo sobre as perspectivas dos instrumentos democráticos de planejamento e gestão urbana, Antonello (2017) coloca que a Constituição de 1988 criou bases legais para que houvesse participação social no planejamento urbano. A autora ressalta que a Constituição foi capaz de abrir espaço para as práticas democráticas participativas, proporcionando avanço nos mecanismos participativos dentro de uma sociedade heterônoma, o que ganhou força como aprovação do Estatuto da Cidade (2001).

Esses marcos legais podem fomentar a luta para que se conquiste uma participação popular efetiva no planejamento urbano, mesmo nos marcos da sociedade heterônoma, pois "[...] a heteronomia é, sempre, alienação política de uma parte da população, consentida ou arrancada à força" (Souza, 2006, p.70, grifos do autor).

Em relação à questão participativa, Souza (2006) defende a concepção de que a participação popular garante ao planejamento urbano maior eficácia, pois:

> Para os que enxergam a participação direta dos cidadãos nas tomadas de decisão, acima de tudo e

> antes de mais nada, como um direito básico, abrir mão desse direito significa colocar-se em situação de *tutela*, analogamente à situação de uma criança perante um adulto. Em outras palavras, abdicar do poder de decidir equivale a aceitar ser *infantilizado* (Souza, 2006, p.185).

Nas palavras do autor, fica clara a necessidade da população assumir uma posição ativa, mas, para isso, é preciso que se reverta a "situação de tutela" e que a haja uma luta por uma cidadania local. Como questiona Magnin (2021), essa cidadania não deveria ser vista como um "direito à cidade", como pensando por Henri Lefebvre, nos anos 1960, ou seja, sair da condição de tutela exige rompimento com a situação de conformismo generalizado.

Para tanto, romper com o conformismo generalizado exige conscientização social sobre a importância de se envolver com as demandas sociais, e aqui, especificamente, envolver-se com as questões urbanas. Assim, mesmo com o modelo de democracia representativa que temos no Brasil, um modelo político que, na maioria das vezes, representa as elites e subordina os pobres às suas vontades, é preciso buscar instrumentos de mobilização social para que os indivíduos saiam do conformismo generalizado e passem a atuar efetivamente na sociedade, como forma de fazer com que suas necessidades sejam atendidas.

A luta para se colocar em prática mecanismos que fomentem uma participação popular efetiva demanda um processo social de construção da autonomia, tanto individual como coletiva (Souza, 2006), para se criar as bases que permitam que todo cidadão assuma um papel ativo nas decisões sobre o tema relacionado à vida urbana.

Portanto, de acordo com Souza (2006, p.70), a autonomia individual possibilita que cada indivíduo adulto estabeleça fins para

sua existência e possa persegui-los de modo lúcido em igualdade de oportunidades com outros indivíduos pertencentes à mesma sociedade, para se avançar para uma autonomia coletiva.

Nesse contexto, Antonello (2017) aponta que práticas participativas podem desencadear mudanças político-culturais, uma vez que ocorrerá a mudança direta na visão tanto dos cidadãos, como dos governantes frente à consciência da corresponsabilização, sendo essencial que haja, portanto, práticas de governo transparentes e democráticas, visando o "[...]empoderamento (empowerment) das comunidades locais no processo decisório sobre políticas públicas" (Souza, 2004, p.27).

Para tanto, a conquista da autonomia individual reverbera na instituição da autonomia coletiva, na qual todos têm suas opiniões respeitadas e valorizadas, uma igualdade efetiva, em que os "indivíduos são educados para a liberdade, a sua própria e a dos outros" (Souza, 2006, p.70). Maricato (2000, p. 178-179) assevera que:

> [...] apesar da história referida e do descrédito, o planejamento urbano é necessário para assegurar justiça social e a reposição dos pressupostos ambientais naturais para o assentamento humano. Não há como vislumbrar um futuro melhor para as cidades brasileiras sem planejamento. Mas após tanto exercício ideológico em torno do planejamento urbano e dos instrumentos urbanísticos como conceituar este planejamento? Num momento de mudança dos paradigmas do planejamento e da gestão urbana, dados pela reestruturação produtiva, nesta passagem de século, o que pode fazer uma gestão urbana democrática, tendo em vista; crise fiscal e esse quadro de desigualdade, segregação e forte apropriação ideológica dos símbolos representativos da proposta dominante de representação das cidades? Reverter esse rumo buscando desenvolver uma gestão urbana que diminua a desigualdade e amplie a cidadania não

> é tarefa simples nem de curto prazo e nem pode ser empreendida apenas em nível local, por maior que seja a vontade.

Dessa forma, para que o planejamento urbano seja democrático e promova a justiça social, é importante que a gestão urbana incentive e estabeleça mecanismos visando a participação de todos os segmentos da população, garantindo, assim, que todos possam assumir a luta em prol dos seus direitos.

Os mecanismos participativos estão previstos no Estatuto da Cidade (Lei Federal Nº 10.257, de 10 de julho de 2001), mas é fundamental refletir sobre o que Leão (2022) afirma a respeito dessa lei federal, a qual gere os princípios do desenvolvimento urbano no Brasil, por conseguinte, do planejamento urbano em escala local.

> [...] oferece enquanto *ferramenta* conquistada, útil como *motivador legal* de ações institucionais – e, por que não, como *meio* para empoderar incidências políticas populares – que venham a conter a sanha do lucro e da retenção especulativa imobiliária urbana [...] (Leão, 2022, p.795, grifos do autor).

Leão (2022) esclarece ainda que a Lei Federal apresenta os meios legais para estimular o "empoderamento popular", mas, para que isso ocorra, a população tem que se apropriar desta Lei, para exigir a realização e revisão dos planos diretores municipais pautados na participação social, além de se mobilizar para seu cumprimento.

Assim, como destacou Maricato (2000), é preciso ir além do local, logo, é importante que existam políticas governamentais, em todos os níveis: municipal, estadual e federal, que atuem no sentido de diminuir as desigualdades sociais e promover a justiça social, pois enquanto o planejamento urbano for instrumento de benefício

para alguns segmentos sociais em detrimento de outros, a cidade continuará a excluir e promover a desigualdade.

Logo, de acordo com Ribeiro e Cardoso (2003, p.111), "[...] o planejamento politizado pressupõe uma nova concepção de plano e gestão, uma nova metodologia de elaboração e novos instrumentos". Com isso, percebe-se a necessidade de se instaurar um planejamento urbano menos tecnocrático (modelo de governo mais técnicos) e, sim, mais humanizado, a fim de minimizar os problemas sociais do espaço urbano.

Apresenta-se, desta forma, o planejamento politizado, desenvolvido pelo Estatuto da Cidade, bem como os planos diretores municipais que são regidos pelo primeiro, os quais serão foco da discussão a seguir.

Considerações sobre o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor Municipal

O Estatuto da Cidade, Lei n.º 10.257/2001 foi formulado no sentido de regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, os quais dispõem sobre as diretrizes gerais da política urbana, fruto do Movimento pela Reforma Urbana.

A Constituição de 1988 apontou a necessidade de discussão democrática acerca do planejamento e da gestão urbanos. Nesse mesmo viés, mas buscando ampliar a ideia de participação popular, o Estatuto da Cidade, pode ser considerado uma conquista para o reconhecimento legal da participação popular no planejamento urbano. Neste sentido, Antonello (2017, p. 134) ressalta que:

> A referida lei constitui um marco para a política de desenvolvimento urbano, principalmente por trazer em seus pressupostos uma redefinição dos tradicionais Planos Diretores municipais, com vistas a instituir as bases legais para a aplicação

> dos instrumentos democráticos de planejamento e gestão do território urbano, mediante orientação sobre a formulação de Planos Diretores pautados na efetiva participação popular, bem como por reforçar as prerrogativas da gestão democrática.

Com o disposto nos artigos da Constituição Federal, há o embrião da política urbana, em uma perspectiva de ordenamento da cidade e do espaço urbano. A partir disso, os munícipios que se enquadravam no número de habitantes estabelecido entre outros critérios, foram obrigados a elaborar seus planos diretores municipais. Porém, apesar dos planos diretores aparecerem, dentro da legislação federal, em 1988, estes já eram utilizados como instrumento de planejamento urbano brasileiro desde 1930 (Villaça, 2005), contudo, apresentavam um caráter tecnocrático, elaborado sem consulta à população e que atendia (de forma ainda mais expressiva que a atual) os interesses dos capitalistas.

Para Nygaard (2005), o plano diretor foi tornado como instrumento disposto ao Estado, utilizado para ajudar a estabelecer controle ao desenvolvimento urbano, sendo devido, entre outros motivos, à sua abrangência, de tal modo que ele é considerado um influenciador em diferentes setores, tais como o econômico, habitacional, transporte e educacional. Desta maneira, o autor caracteriza esses planos como tradicionais, os quais apresentavam problemas que inviabilizavam sua execução, ocasionando insucessos e inutilidade.

Nygaard (2005, p. 20) destaca alguns pontos que colaboraram para a inutilidade e fracasso dos planos tradicionais:

> a) restrita visão municipal da qual eram elaborados; b) a mínima ou nula participação da população e administração municipal na elaboração destes planos, geralmente contratados

> por consultores externos; c) o desinteresse ou os interesses pessoais de políticos municipais; d) a estrutura do poder formal e informal existente e os problemas organizacionais da administração local; e) as disputas partidárias no âmbito municipal, e muitas outras.

Dentre todos os problemas apontados por Nygaard (2005), a elaboração de planos diretores por "encomenda" a consultores externos, sem a participação da população e da administração locais, apresenta-se como um dos problemas mais sérios, visto que esse plano não representa democraticamente a população.

De acordo Nygaard (2005), no final do século XIX e início do século XX, foram constatados avanços na elaboração dos Planos Diretores, "[...] são iniciados estudos e elaborados planos que enfatizam o saneamento, as vias, a beleza e a expansão da cidade, época em que são realizadas grandes obras de saneamento e de infraestrutura urbana" (Nygaard, 2005, p. 25).

Com o crescimento da população urbana, sobretudo a partir da década de 1950, destacam-se nesse período as contribuições do Padre Lebret (líder do Movimento Economia e Humanismo), e os planos diretores passaram a envolver questões sociais da população urbana.

Como esclarece Nygaard (2005, p. 28):

> Os planos, então, foram ampliando seus objetivos e diversificando seu instrumental de intervenção no espaço. Além das preocupações com saneamento, vias e circulação, passaram a incluir o uso e ocupação do solo, a distribuição de equipamentos e as condições de trabalho, de moradia e de vida da população.

Entretanto, essa visão dos problemas sociais presente no pensamento do Padre Lebret não trouxe uma mudança significativa na elaboração dos planos diretores, uma vez que eles

assentavam-se na doutrina positivista, na qual as necessidades da população poderiam ser quantificadas, por conseguinte, vistas pela ótica do conhecimento racional e não da realidade concreta da população.

Nesse sentido, as ideias passaram a ser tratadas como opiniões, dando-se maior espaço para reflexões científicas acerca do assunto tratado, consequentemente, ocorreu a fortificação da corrente filosófica que defendia a ideia do conhecimento científico como a única forma de conhecimento verdadeiro e real, compreendendo-se a ideologia positivista- cientificista, difundida pela comunidade científica em meados do século XIX.

Essa ideologia, vinculada à visão "progressista" da doutrina *Urbanismo Modernista*, com uma visão completamente voltada ao racional e ordenação do ambiente urbano (ideais difundidos no início do século XX, pelo arquiteto francês Le Corbusier), buscou substituir a situação urbana existente, não compreendida, denominando-a de "caos urbano", trazendo ordenação logística, esquemática e determinística.

Contudo, essa ideia de "caos" foi rebatida por Nygaard, quando ele afirma que "[...]é justamente esta diversidade que reflete com eloquência a complexidade social e a materialização dos inúmeros conflitos de interesse no espaço urbano" (Nygaard, 2005, p. 80).

Conforme Nygaard (2005), para Le Corbusier não poderia haver diferenciação entre regiões, tais como locais mais ricos, pobres, de classe média, entre outros. O correto seria desenvolver a cidade para os homens, buscando igualdade, porém, evidentemente, essa igualdade diverge dos conceitos do capitalismo e consumismo,

bem como não está em conformidade com as capacidades administrativas e econômicas para igualizar todos os setores.

A bases do urbanismo modernista dominaram a elaboração de planos diretores no Brasil, denominados por Nygaard (2005) como tradicionais, mas cabe destacar que com o golpe de 1964 e com o governo ditatorial, ficaram adormecidas quaisquer práticas participativas, pois, de acordo com Souza e Rodrigues (2004, p. 41), nesse período "[...] qualquer tentativa de mudança ou a simples reunião e mobilização de pessoas era vista como um ato de subversão que tinha de ser prontamente destruído". Dessa forma:

> Durante o regime militar o planejamento urbano foi conservador, porque representou a manutenção da ordem econômica e social vigente no Brasil com todas as suas iniquidades, e autoritário, porque as decisões foram tomadas por pequeno grupo de pessoas e imposto à população, às vezes na marra, sem consulta ou consentimento prévio. Seu objetivo era ordenar a cidade de forma que a ação dos diferentes tipos de capitais (principalmente o imobiliário e o industrial) pudesse ser facilitada (Souza; Rodrigues, 2006, p. 42 - 43).

Logo no início do regime militar, em 1964, foram criadas instituições voltadas para o planejamento e o tratamento dos problemas urbanos, o Serfhau (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo) e o BNH (Banco Nacional de Habitação). Essas instituições tinham campos de atuação distintos. Souza e Rodrigues (2004, p. 44) destacam que,

> [...] enquanto o primeiro deu suporte técnico para a elaboração dos Planos Diretores [...], o BNH representou uma tentativa, por parte do novo governo de apaziguar os ânimos da população pobre das cidades, facilitando o acesso à casa própria.

Estas instituições não foram bem sucedidas: o Serfhau foi extinto no início da década de 1970 e o BNH teve seu foco desvirtuado, passando a servir aos interesses das pessoas de maior poder aquisitivo, com propostas de negócios mais lucrativos, deixando de lado a oferta de moradias populares. Com esse desvirtuamento, o BNH também não teve um futuro promissor, portanto, nos anos de 1980, a instituição deixou de existir.

Assim, durante o período da ditadura, vários outros programas voltados para o espaço urbano foram aplicados, tais como o Programa de Ação Concentrada (PAC), Plano de Ação Imediata (PAI) e Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), mas todos não obtiveram sucesso, devido à burocracia, insuficiência orçamentária e imposições de regras de planejamento extremamente calculistas com que tratavam a política urbana (Nygaard, 2005).

Logo,

> [...] em meio a essas tentativas e fiascos, talvez o grande símbolo da política urbana do período ditatorial seja a remoção sistemática das favelas, particularmente intensa entre o final dos anos 60 e o começo da década seguinte (Souza; Rodrigues, 2004, p. 45).

Portanto, Nygaard (2005, p. 29) descreve que na década de 1970 e início de 1980, o Plano Diretor consistia em "[...] um instrumento essencialmente técnico, usado pelas administrações públicas municipais para tentar prever e controlar a estruturação e transformação do espaço da vida urbana". Assim sendo, Nygaard (2005, p. 30) afirma que o Plano Diretor concebia o ordenamento físico-espacial de toda área urbana, prometia bem-estar e melhores condições de vida, sendo elaborado por técnicos do espaço físico.

Com o fim do período ditatorial, emergiram novos horizontes para a política urbana, sem, contudo, deixar de existir o planejamento urbano regulatório clássico herdado da ditadura, pautado em normas e leis que regulavam e normatizavam o uso do espaço da cidade.

Com a promulgação do Estatuto da Cidade (EC), em 2001, o Plano Diretor Municipal (PDM) passou a ser obrigatório a todo município com população superior a 20 mil habitantes[1], entre outros critérios. Todavia alguns tipos de verbas têm a liberação para o município condicionada à elaboração e revisão do plano diretor. Assim, em muitos casos, como o foco da gestão municipal era a liberação de verbas, a prática de replicar os planos diretores conforme o que estabelece o EC passou a ser recorrente, deixando-se, portanto, de atender às reais necessidades deste município e sem, de fato, caminhar no processo democrático.

Partindo do princípio da gestão democrática da cidade, a elaboração do plano diretor deve ser discutida amplamente, para que todos possam dar suas contribuições e fazer com que seus direitos sejam garantidos. Assim, Lacerda et al. (2005, p. 56) destacam que na elaboração do plano diretor municipal:

> [...] é a combinação das dimensões técnica e política: dimensão técnica, à medida que tem de ser respaldado em análises fundamentadas em um conjunto informacional; dimensão política, uma vez que a sua elaboração constitui um espaço privilegiado de negociação entre os atores sociais, confrontando e articulando seus interesses.

Braga (1995) destaca entre outros elementos, a importância de o plano diretor municipal ser elaborado pelos

[1] No Paraná, a Lei 15.229/2006 estabelece que todos os municípios do Estado só poderão requerer recurso financeiro para investir na infraestrutura urbana se tiverem o PDM vigente e atualizado, desconsiderando o número de habitantes.

munícipes, garantindo a plena participação de todos, podendo haver parceria com empresa especializada. Nesse ponto, considera-se importante salientar que a elaboração do plano que não fique circunscrito à empresa de consultoria (planejamento urbano), isto é, que seja exigido no termo de referência de elaboração do plano diretor municipal, a cooperação entre a gestão (representantes do poder municipal) e a equipe técnica da empresa, para se efetive uma parceria na realização do diagnóstico técnico (leitura técnica) e a leitura comunitária.

O resultado será um produto técnico sobre a realidade do município, o qual pode ser transformar em lei, cujo objetivo será o desenvolvimento urbano assentado nos princípios do Estatuto da Cidade (2001).

Neste aspecto, tem-se, portanto, a importância da participação popular e o exercício da cidadania, discutidos no próximo tópico.

Lançando luz sobre participação popular e cidadania

Em uma sociedade marcada pelo "conformismo generalizado", a participação popular é algo a ser incentivado, para que a população reconheça a sua importância e para a visibilidade e garantia de direitos de todos. Herbert de Souza (1996, p.64) define definição de participação, enfatizando que:

> Participação é um dos cinco princípios da democracia. Sem ela, não é possível transformar em realidade, em parte da história humana, nenhum dos outros princípios: igualdade, liberdade, diversidade e solidariedade. Falamos aqui de participação em todos os níveis, sem exclusão prévia de nenhum grupo social, sem limitações que restrinjam o direito e o dever de cada pessoa tomar parte e se responsabilizar pelo que acontece no planeta. Em resumo, cada um de

> nós é responsável pelo que acontece nas questões locais, nacionais e internacionais. Somos cidadãos do mundo e, portanto, corresponsável por tudo o que ocorre. A única forma de transformar este direito em realidade é através da participação.

A participação popular está relacionada ao sentimento de pertencimento a um determinado coletivo, logo, pode ser entendida como condição iniludível para a conquista e a garantia de direitos. Assim, Lilian Celiberti (2005, p. 56) afirma que "[...] a participação é uma forma de viver a democracia e ela abarca as práticas anômalas e subversivas que vivem no plano subjetivo e pessoal, aquelas coisas que fazem as formas de sentir e amar, as formas de viver e criar comunidade".

Seguindo nesse mesmo pensamento, Freire (1983, p.35) destaca que "[...] quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções". Logo, quando o cidadão passa a analisar sua realidade e questioná-la de forma consciente, surge a eclosão do sentimento da vontade de participação, o que reverbera no exercício mais efetivo do ideal democrático: todos os cidadãos têm os mesmos direitos e deveres.

De acordo com Mateos (2011, p. 32)

> As origens de uma certa tradição de participação popular no Brasil remontam à colonização portuguesa e às práticas da esquerda da Igreja e da esquerda em geral. O Conselho Nacional de Saúde, da década de 1950, é o mais antigo a ter representantes da sociedade civil que, durante longos períodos, foram escolhidos pelo governo entre entidades e personalidades.

Vale retomar que, durante o regime totalitário no Brasil, toda e qualquer manifestação de participação popular era abortada devido à imposição dos governos militares que faziam com que o

povo fosse obediente e submisso ao que era imposto, perseguindo, torturando, exilando todo e qualquer cidadão que tentasse se rebelar contra o sistema.

Na década de 1980, mesmo durante o governo militar, a busca pela liberdade passa a ser mais intensa na sociedade brasileira. Com isso, movimentos populares contra o regime governamental e que buscavam por garantias de direitos básicos dos cidadãos começam a ganhar força. Nesse sentido, Mateos (2011, p. 32) esclarece que:

> A participação deu um salto na década de 1980, quando diferentes setores da sociedade se mobilizaram pela defesa de seus interesses, multiplicando comitês de fábrica, de bairro, de luta contra a carestia, além das comunidades eclesiais de base. Nessa época tem início o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a Luta por Eleições Diretas. Essa ampla mobilização origina várias formas de participação local, com destaque para a experiência do orçamento participativo, implementada em Porto Alegre a partir de 1989 e, posteriormente, estendida para 192 cidades, nem todas administradas pelo PT.

A Constituição Federal de 1988 foi uma conquista para a democracia brasileira. Ela marcou o fim de um governo de repressão e opressão, trazendo a esperança de uma sociedade mais justa e igualitária.

Em seu preâmbulo, quando trata da instituição do Estado Democrático, a redação da Constituição Federal de 1988 aponta que a função do Estado Democrático é:

> [...] assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias.

Logo no Art. 1º, Parágrafo único, buscando assegurar o princípio democrático, a redação da Lei Magna aponta que "todo o poder emana do povo". Com isso, é dado ao povo brasileiro a garantia de participação efetiva na vida pública, podendo deliberar ativamente em todas as decisões. Contudo, não podemos deixar de enfatizar que mesmo com a promulgação da Constituição, os movimentos sociais na luta pela garantia de direitos e a liberdade de expressão, nem sempre foram vistos com bons olhos por uma parcela da sociedade. Ressalta-se, portanto, que esta luta ainda está viva, tendo em vista a desigualdade socioespacial que marca o território nacional, seja no rural ou no urbano.

Nessa linha de pensamento, Carvalho Junior e Silva (2017) apresentam a participação popular como elemento que se faz necessário para que o Estado Democrático seja realmente constituído. Nas palavras dos autores:

> Um dos pontos que precisa ser enfrentado na construção de um verdadeiro Estado Democrático é a participação popular. Na realidade brasileira é fácil constatar que o cidadão olha com desconfiança para a seara política. Essa realidade fática vai chocar-se com um texto constitucional que pretende uma cidadania inclusiva e de participação popular. Logo, à medida que ocorre um distanciamento do povo, da parte sufragante da população, da participação política, à medida que o cidadão se vê reduzido à moeda de troca por voto, os fundamentos constitucionais do Estado Democrático experimentam uma erosão (2017, p. 57).

A participação popular tem a premissa de ser o instrumento que afirma o exercício do Estado Democrático de Direito. Para tanto, é indispensável que a população reconheça a importância e a necessidade da atuação nas demandas sociais, portanto, é preciso que saiam da zona de conforto (conformismo

generalizado), que deixem de "enxergar com óculos alheios" e sejam protagonistas na sociedade.

Dessa forma, Carvalho Junior e Silva (2017, p. 59) afirmam a necessidade de haver um amplo debate sobre o princípio democrático garantido pela Constituição de 1988, para que a democracia "[...] não se torne mera referência literal de um ideal utópico, mas torne-se, cada vez mais, algo palpável na vida do cidadão".

O conceito de cidadania apresenta ambiguidades de tratamento e, muitas vezes, não se apresenta de forma clara. Comumente, o termo é utilizado com referência à vivência em sociedade. De acordo com Lima, Menezes Junior e Brzezinski (2017, p. 2482), a origem da cidadania:

> [...] está ligada ao desenvolvimento das *pólis* gregas, entre os séculos VIII e VII a.C. A partir de então, tornou-se referência para os estudos que enfocam a política e as próprias condições de seu exercício, tanto nas sociedades antigas quanto nas modernas. Mudanças nas estruturas socioeconômicas incidiram, igualmente, na evolução do conceito e da prática da cidadania, moldando-os de acordo com as necessidades de cada época.

O termo cidadania tem uma existência longa, carregada de significados e sentidos, de acordo com o espaço e o tempo, uma vez que:

> Uma origem romana, todavia, marca a edificação da categoria cidadania quando imbuída de um caráter mais jurídico. A palavra latina civis, ainda com uma acepção ligada a cidadão, garantiria os direitos dos nativos – os *indigenatos* – em relação aos estrangeiros. Desse modo, os direitos relativos aos cidadãos/civis relacionam-se ao voto – direito de paz ou guerra, às eleições nas magistraturas, contração de obrigações, constituição de família, ou mesmo quanto à propriedade ou libertação de servos. Na Roma antiga, os termos *gentilis,*

> *patricius e civis* remetiam igualmente à noção de cidadania, denominando uma mesma figura social. Assim, destaca- se que história de Roma atribuía uma noção bastante extensa aos critérios de cidadania, sendo relevante destacar-se que, posteriormente, tais direitos seriam conferidos aos habitantes do império de um modo em geral (Morais, 2013, p. 20909-20910).

Os autores Lima, Menezes Junior e Brzezinski (2017, p. 2482) afirmam que, na atualidade, cidadania diz respeito:

> [...] a condição de acesso aos direitos sociais (educação, saúde, segurança, previdência) e econômicos (salário justo, emprego) que permitem ao cidadão desenvolver todas as suas potencialidades, incluindo a de participar de forma ativa, organizada e consciente da vida coletiva no Estado.

Conforme Gomes (2016), cidadania não diz respeito somente ao voto, mas sim à efetiva participação nas demandas sociais, para que sejam garantidos os direitos de todos os cidadãos, isto é,

> Cidadania não é algo que se resume ao voto. Cidadania diz respeito ao conjunto de modos de agir que ligam os indivíduos e grupos sociais –as cidadãs e os cidadãos como um todo –ao sentido geral de sua vida em sociedade. Esses modos de agir abrangem, certamente, votar e ser votado. Mas abrangem também participar em audiências públicas, participar de Orçamentos Participativos, participar de conselhos dentro do Estado [...] participar de manifestações nas ruas: enfim, participar. Ou seja, tomar parte, fazer parte, sentir-se parte de algo maior que um indivíduo ou um grupo, algo maior que é a própria sociedade (Gomes, 2016, p. 46).

Nesse entendimento, a cidadania é um direito e um dever de todo ser humano. No entanto, sabemos que o exercício efetivo da cidadania nem sempre ocorre como o prometido, pois, ele acaba sendo negligenciado ou, até mesmo, negado à grande parte da população. Assim, para Lima, Menezes Junior e Brzezinski (2017,

p. 2482) "[...] muitas vezes, ser cidadão implica no conceito da própria existência humana com dignidade, direito este negado pelo aparato do Estado àqueles que constituem o próprio Estado".

Na sociedade contemporânea, exercer a cidadania, mais do que ser algo intrínseco de todo ser humano, significa fazer parte das agendas políticas, para que se desenvolvam instrumentos e políticas que promovam a cidadania para o bem comum na sociedade, tendo em vista que a cidadania é um direito inalienável do ser humano.

No entanto, é preciso que ocorra uma educação para a cidadania, com vistas a despertar no ser humano a busca pela garantia dos seus direitos e cumprimento dos deveres, pois refletir sobre conjuntura política, muitas vezes é identificar atitudes que tentam manter as pessoas em situação de tutela e submissão. No tocante a isso, Paulo Freire (1967) afirma que é comum as forças alienantes se unirem para manter os indivíduos em situação de alienação. Nas palavras do autor:

> Daí que coerentemente se arregimentassem — usando todas as armas contra qualquer tentativa de aclaramento das consciências, vista sempre como séria ameaça a seus privilégios. É bem verdade que, ao fazerem isto, ontem, hoje e amanhã, ali ou em qualquer parte, estas forças destorcem sempre a realidade e insistem em aparecer como defensoras do Homem, de sua dignidade, de sua liberdade, apontando os esforços de verdadeira libertação como "perigosa subversão", como "massificação", como "lavagem cerebral" — tudo isso produto de demônios, inimigos do homem e da civilização ocidental cristã (Freire,1967, p. 36, grifos do autor).

Percebe-se que se faz necessário estabelecer canais de diálogo em toda a sociedade, com vistas a aclarar o verdadeiro sentido de ser cidadão e ter sua cidadania respeitada, rompendo

com a atuação intensa das forças dominantes, pois, de acordo com Freire (1967, p 36 – 37), elas se:

> [...] massificam, na medida em que domesticam e endemoniadamente se "apoderam" das camadas mais ingênuas da sociedade. Na medida em que deixam em cada homem a sombra da opressão que o esmaga. Expulsar esta sombra pela conscientização é uma das fundamentais tarefas de uma educação realmente liberadora e por isto respeitadora do homem como pessoa.

Nesse âmbito Fischman e Haas (2012) destacam ser fundamental pensar sobre o sentido e o significado da educação voltada para a cidadania, como forma de promover uma cidadania efetiva. Os autores usam a metáfora apresentada por Lakoff, (2002/2008) para exemplificar as condições do exercício da cidadania, a qual descreve a "nação como família". Assim, a família é apresentada em duas formas: *Pai Severo* e *Pai/Mãe Carinhoso/a*.

Dessa forma:

> Ambos vinculam a família com a nação, o pai com o governo em geral ou autoridades governamentais e os membros da família com os cidadãos. Os entendimentos resultantes das ações e relações apropriadas entre cidadãos e o governo, inclusive autoridades, entretanto, diferem (Fischman; Haas, 2012, p. 449).

No modelo Pai Severo, a figura central é o pai, o qual detém toda autoridade sobre sua família e a sua verdade é a verdade absoluta, não podendo ser contestada. É o pai que sabe o que é o melhor para sua família. Para o Pai Severo, as desigualdades existentes na sociedade são naturalizadas, originadas de uma seleção natural entre melhores e piores, "[...] porque nem todo cidadão possui as mesmas habilidades ou desenvolve igualmente as habilidades que possui" (Fischman; Haas, 2012, p. 449).

Assim, cada vez mais se aprofundam e se naturalizam as desigualdades de participação e acesso da população aos direitos universais, uma vez que no modelo Pai Severo há exclusão e submissão, sendo vistas como naturais do contexto social. Nessa dinâmica, o que se instala na sociedade é uma forma de competição, a qual, de acordo com Fischman e Haas (2012, p. 449), nesse modelo de sociedade, "[...] também, é natural e necessária para determinar quem são os melhores cidadãos paras as novas posições de liderança, um subconjunto de quem está dentro e quem está fora mais em geral". Com isso, os cidadãos tidos como melhores, têm o direito de definir o rumo que os demais deverão seguir, sem que haja questionamentos, pois, nessa linha de pensamento, o líder sabe o que é melhor.

Em contradição ao Pai Severo, é proposto o modelo Pai/Mãe Carinhoso/a, que se caracteriza como a figura que preconiza a empatia e o diálogo como instrumentos de construção de uma vida familiar saudável. Nesse sentido,

> [...] a desigualdade é uma pedra no caminho, pois se relaciona à cidadania, educação e democracia. As pessoas deveriam ter oportunidade igual para que o aspecto inclusivo da cidadania fizesse sentido. O grau em que esta desigualdade é natural *versus* socialmente criada é de importância secundária; a sociedade deve empoderar os indivíduos para permitir que ocorram competições verdadeiramente justas (Fischman; Haas, 2012, p. 449).

Destarte, o que se tem no modelo Pai/Mãe Carinhoso/a é a concepção de uma sociedade menos desigual, que busca dar possibilidades igualitárias para todos os cidadãos, procurando estabelecer a equidade social. Assim, Fischman e Haas (2012, p. 450) apontam que:

> A equidade é compreendida como a distribuição de recursos com base na necessidade, para que as pessoas que começam com menos capacidade econômica, social e política recebam apoio adicional para que consigam participar mais justamente junto com os que começam com mais.

Percebe-se que no modelo Pai/Mãe Carinhoso, o sentido e o significado da cidadania encontram solo fértil para se desenvolver, uma vez que é dado a todos os cidadãos os mesmos direitos de participação.

Para tanto, o exercício real da cidadania está intimamente relacionado com a conjuntura política, pois quando se tem representantes que reconhecem a necessidade de tratar todos os cidadãos com isonomia, há avanços na garantia do direito de participação nas demandas públicas. Nesse ponto, sobressai a importância da participação cidadã na elaboração dos planos diretores municipais, os quais visam um planejamento e gestão urbanos voltados para o direto a cidade e que consigam concretizar os princípios que norteiam o Estatuto da Cidade (2001), particularmente, o cumprimento da função social da propriedade urbana e da cidade, no intuito de transformar as cidades excludentes, que marcam a realidade brasileira, em cidades inclusivas.

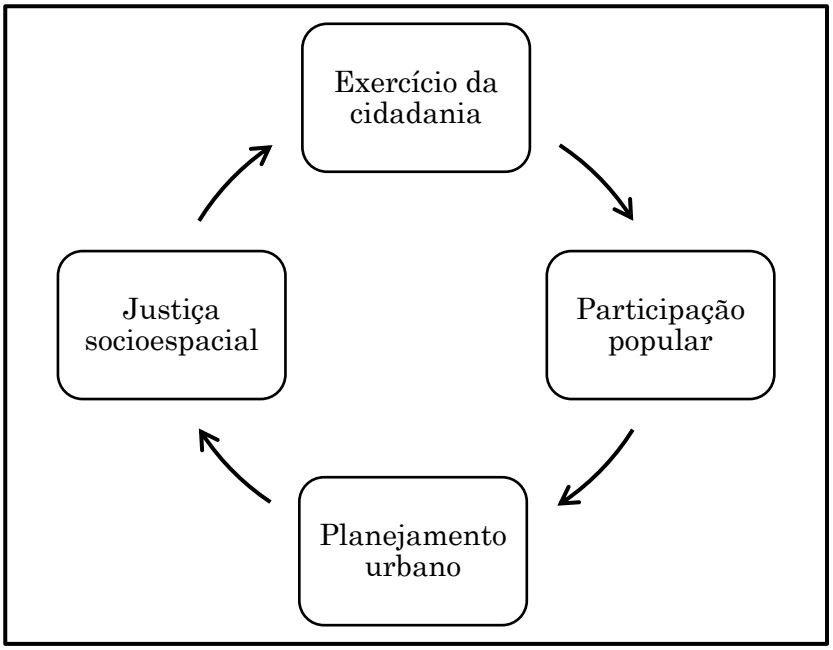
Considerações finais

É indispensável estabelecer estratégias para que haja uma busca constante para combater as imposições das classes dominantes sobre as classes menos favorecidas, para que estas se libertem do conformismo e busquem a autoafirmação enquanto cidadãos de direitos a serem garantidos.

Nesse sentido, o exercício da cidadania pode auxiliar a (re)pensar o espaço urbano em todas as suas dimensões: na marginalização das classes menos favorecidas economicamente, nos privilégios das classes mais altas, nas injustiças de acesso aos bens de uso coletivo (parques, praças, entre outros), ou seja, possibilita o pensamento crítico sobre a fragmentação do tecido sociopolítico-espacial e faz florescer a vontade de atuação mediante a participação no planejamento e gestão urbanos, cujo processo está sintetizado na figura 2.

Considera-se que, para a garantia do princípio democrático, é preciso haver o exercício da cidadania por meio da participação popular nas discussões sobre o planejamento urbano, possibilitando, assim, a justiça socioespacial. No caso, ressalta-se o planejamento urbano, pois é foco desta análise, mas se defende a necessidade de se estabelecer mecanismos de participação social em todas as esfera da gestão pública voltadas para a elaboração de políticas públicas setoriais de forma permanente, visando o controle social que possa possibilitar a luta pela justiça socioespacial, entendendo que essa luta é um processo inacabado da luta permanente dos oprimidos pelos seus direitos negados na produção social do espaço urbano.

Figura 2: Democratização do Planejamento Urbano



Fonte: Os autores, 2024.

Assim, como destaca Freire (2017), cabe aos oprimidos, buscar formas/estratégias de libertação dessas condições impostas pela sociedade classicista, que exclui e não dá visibilidade a todas as pessoas da mesma forma, uma vez que, nas palavras do autor, "A liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca. Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, lutar por ela precisamente porque não a tem" (Freire, 2017, p.22).

Diante disso, reforça-se a ideia de que o espaço urbano precisa ser entendido e pensado a partir da coexistência de uma multiplicidade de sujeitos que têm anseios distintos e precisam ter seus direitos resguardados: de moradia, de lazer, de acessibilidade, entre outros. Por conseguinte, reforça-se a importância de um planejamento e gestão urbanos democráticos para a construção de

um espaço urbano que vise a inclusão e crie os alicerces para o direito à cidade para os excluídos que produzem o espaço urbano no cotidiano, que hoje já existe, mas de forma precária.

Referências

ANTONELLO, I. T. Perspectivas dos instrumentos democráticos de planejamento e gestão do território urbano: as formas de participação da sociedade. **Ra' e Ga**, v.42, pp. 133 - 148, dez./2017.

ARAÚJO, J. A. Sobre a cidade e o urbano em Henri Lefebvre. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 31, pp. 133 - 142, 2012.

BRAGA, R. Plano Diretor Municipal: três questões para discussão. **Caderno do Departamento de Planejamento**, Faculdade de Ciências e Tecnologia-Unesp, Presidente Prudente, v.1, nº 1, p.15-20, ago. 1995.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Edições Câmara, 2012.

BRASIL. **Estatuto da cidade**: Lei n. 10.257 de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001.

CARLOS, A. F. **Espaço-tempo na metrópole:** a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

CARROLL, L. **Alice no País das Maravilhas**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

CARVALHO, S. H. Estatuto da Cidade: aspectos políticos e técnicos do Plano Diretor. **São Paulo em Perspectiva**, v.15, nº 4, p.130-135, 2001.

CARVALHO JUNIOR, N. dos R.; SILVA, J. B. Democratizar a democracia: participação popular como meio de superação dos obstáculos a consolidação democrática no Brasil. **Revista Húmus**, Maranhão, v. 7, nº 20, pp. 55-74, 2017.

CELIBERTI, L. Atores, práticas e discursos da participação. In: TEIXEIRA, A. C. C., org. **Os sentidos da democracia e da participação**. São Paulo: Instituto Polis, p. 51-58, 2005.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo, Ática, 1989.

CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). **A produção do espaço urbano:** agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2017.

FISCHMAN, G. E.; HAAS, E. Cidadania. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 37, nº 2, pp. 439-466, maio/ago. 2012.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2017.

GOMES, D. F. L. Fundamentação em Direitos Humanos e Cidadania. **Coleção Cadernos de Direitos Humanos: Cadernos Pedagógicos da Escola de Formação em Direitos Humanos de Minas Gerais** - EFDH, Belo Horizonte: Marginália Comunicação, 2016.

LACERDA, N. et al. Planos Diretores Municipais. Aspectos legais e conceituais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.7, nº 1, maio de 2005.

LEÃO, M. Estatuto da Cidade: ensaio sobre a busca por sua efetividade. In: PERES, L. F. B. (Organização). **Confrontos na Cidade**: luta pelo plano diretor nos 20 anos do Estatuto da Cidade. Florianópolis: Arquitetura & Urbanismo/UFSC; Instituto Cidade e Território/IT Cidades, 2022, p. 791-805. Disponível em: https://lda.ufsc.br/. Acesso em: 04 mai 2024.

LEFEBVRE, Henry. **O Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2019.

LENCIONE, S. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. **GEOUSP - Espaço e Tempo,** São Paulo, nº 24, pp. 109 - 123, 2008.

LIMA, M. E.; MENEZES JUNIOR, A. da S.; BRZEZINSKI, I. Cidadania: sentidos e significados. **XIII Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**, Curitiba, pp. 2481-2494, ISSN 2176-1396. 2017.

MAGNIN, C. Cidadania local e a volatilização do político examinadas através de exemplos de participação em propostas de planejamento urbano. **Civitas: revista de Ciências Sociais**, *[S. l.]*, v. 21, n. 1, p. 172–185, 2021. DOI: 10.15448/1984-7289.2021.1.38668. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/civitas/article/view/38668. Acesso em: 04 mai 2024.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília (org.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. Disponível em: https://labcs.ufsc.br/files/2011/12/07.-MARICATO-E.-As-id%C3%A9ias-fora-do-lugar-e-o-lugar-fora-das-id%C3%A9ias.pdf. Acesso em: 15 mar 2024.

MATEOS, S. B. Participação Popular - A construção da democracia participativa. **IPEA - Desafios do desenvolvimento,** Brasília, Ano 8, Edição 65, pp. 17 - 33, 2011.

MORAIS, I. A. A construção histórica do conceito de cidadania: o que significa ser cidadão na sociedade contemporânea? **XI Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**, Curitiba, pp. 20908-20922, 2013.

NYGAARD, P. D. **Planos Diretores de cidades.** Discutindo sua base doutrinária. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

RIBEIRO, L. C. Q., CARDOSO, A. L. (Orgs.). **Reforma urbana e gestão democrática**: promessas e desafios do Estatuto da Cidade. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2003.

SAMPAIO, R. dos S. A favor da metrópole, contra a metrópole: uma perspectiva lefebvriana da contrarrevolução urbana. **Revista GEOgrafias**, v.29, n.1, pp. 121-141. 2021

SANTOS, A. M. S. P. Planejamento urbano: para quê e para quem? **Revista de Direito da Cidade**, v.01, nº 01, pp. 51-94, 2006.

SOUZA, C. Governos locais e gestão de políticas sociais universais. **São Paulo em Perspectiva**, 18 (2), p.27-41, 2004. DOI:<https://doi.org/10.1590/S0102-88392004000200004>. Acesso em: 25 de mar de 2024.

SOUZA, H. de. Democracia e Cidadania. In: RODRIGUES, C. (Org.). **Democracia**: cinco princípios e um fio. 2.ed. São Paulo: Moderna, 1996. (Coleção Polêmica)

SOUZA, M. L. de. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade.** Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 6ª edição. 2002.

SOUZA, M. L. de; RODRIGUES, G. B. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004.

VILLAÇA, F. **As ilusões do Plano Diretor.** São Paulo, 2005. Disponível em:<http://www.belem.pa.gov.br/planodiretor/pdfs/A%20ILUSAO_DO_PLANO%20DIRETOR.pdf>. Acesso em 28 de fev de 2024.

Submetido em: 15 de abril de 2024

Devolvido para revisão em: 02 de maio de 2024

Aprovado em: 12 de maio de 2024

DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2023.3468

COMO CITAR:
DE CARVALHO NETO, F. M.; ANTONELLO, I. T.; VEIGA, L. A. Reflexões teóricas sobre planejamento urbano e cidadania. **Terra Livre**, São Paulo, ano 38, v.2, n. 61, jul.-dez. 2023, p. 17-56. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3468. Acesso em: dd/mm/aaaa.

PAISAGENS: UMA BREVE ANÁLISE CULTURAL E URBANA

LANDSCAPES: A BRIEF CULTURAL AND URBAN ANALYSIS

PAISAJES: UN BREVE ANÁLISIS CULTURAL Y URBANO

Dennys Henrique Miranda Nunes

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGEO/UERJ)
E-mail: dennyshenriquemirandanunes@gmailcom

Resumo:

O artigo expõe uma análise sobre o conceito da paisagem em três momentos: considerações sobre a origem do conceito, a paisagem cultural e a paisagem urbana. O estudo identifica as primícias do que atualmente entendemos na Geografia como a paisagem, além de relacionar os estudos atuais aos fenômenos culturais e urbanos, como os grafites e pixações (pichações) ligados ao Movimento Hip Hop na cidade do Rio de Janeiro/RJ. Temos como metodologia o levantamento bibliográfico, o trabalho de campo e uso de fotografias. Por fim, relacionamos as noções que esse conceito clássico pode oferecer para os estudos contemporâneos do espaço urbano e as relações que a cidade expressa a partir da ação de determinados grupos.

Palavras-chave: Paisagem; Espaço; Arte Urbana; Grafite; Pixação.

Abstract:

The article presents an analysis of the concept of landscape in three moments: considerations about the origin of the concept, the cultural landscape and the urban landscape. The study identifies the first fruits of what we currently understand in Geography as the landscape, in addition to relating the current studies to cultural and urban phenomena, such as graffiti and pixações linked to the Hip Hop Movement in the city of Rio de Janeiro/RJ. Our methodology is the bibliographic survey, fieldwork and use of photographs. Finally, we relate the notions that this classical concept can offer for contemporary studies of urban space and the relations that the city expresses through the action of certain groups.
Keywords: Landscape; Space; Urban Art; Graffiti; Pixação.

Resumen:

El artículo presenta un análisis del concepto de paisaje en tres momentos: consideraciones sobre el origen del concepto, el paisaje cultural y el paisaje urbano. El estudio identifica los primeros frutos de lo que actualmente entendemos en Geografía como el paisaje, además de relacionar los estudios actuales con fenómenos culturales y urbanos, como el graffiti y la pixação vinculado al Movimiento Hip Hop en la ciudad de Río de Janeiro/RJ. Nuestra metodología es el levantamiento bibliográfico, el trabajo de campo y el uso de fotografías. Finalmente, se relacionan las nociones que este concepto clásico puede ofrecer para los estudios contemporáneos del espacio urbano y las relaciones que la ciudad expresa a través de la acción de ciertos grupos.
Palabras-clave: Paisaje; Espacio; Arte Urbana; Graffiti; Pixação.

Introdução[1]

A construção da análise a seguir visa uma compreensão conceitual e metodológica da paisagem na Geografia, com base no diálogo com alguns autores de outros campos, como a Filosofia. O uso do conceito passa por uma análise histórica, filosófica e geográfica do seu nascimento, criação e (re)produção. Este caminho acontece por meio do esforço de relacionar estas áreas, sendo considerada uma estrutura basilar para o desenvolvimento da pesquisa. Ela encontra-se dividida em três partes que dialogam com os grafites e pixações/xarpis[2] da Zona Portuária do Rio de Janeiro/RJ, sendo a primeira marcada pelo surgimento do que entendemos como conceito da Paisagem, a segunda destina-se ao debate sobre a paisagem cultural e a terceira, sobre a paisagem urbana.

A metodologia que iremos abordar nessa consiste na análise bibliográfica sobre o conceito da Paisagem. Ou seja, foi realizada uma busca sobre as origens do conceito em alguns autores, como Anne Cauquelin e Alain Roger. Além disso, buscamos dialogar com o método da análise composicional e da descrição, para interpretarmos as fotografias realizadas nos trabalhos de campo. Assim, entendemos que para uma análise da paisagem urbana e

[1] Essa pesquisa teve o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGEO/UERJ).

[2] Abordamos a pichação como pixação, pois é dessa que forma os pichadores escrevem no Rio de Janeiro/RJ. A grafia xarpi é pixar ao contrário, também comumente utilizada por pixadores.

cultural, é preciso dialogar com diferentes metodologias que se complementam na análise de um fenômeno ou objeto.

Entendemos que existe diferenças na composição do que as imagens possuem e do ângulo as quais foram tiradas, dessa forma, produzem um imaginário diferencial entre a audiência. A presença de pixações em alguns espaços, evidenciando a disputa da paisagem na cidade, possibilita a interpretação de uma marginalidade (aquilo que está à margem do centro da urbe). Essas interpretações de um mesmo objeto ou fenômeno, mas de espacialidades diferentes, têm nos interessados nas análises do urbano e possibilitam múltiplas leituras da composição artística e da produção do espaço.

Considerações sobre o conceito da paisagem

É preciso salientar que o conceito da paisagem não é uma exclusividade da Geografia. Outros campos do conhecimento, como a Filosofia, as Ciências Sociais e as Artes Cênicas, abordam a formulação, a análise e o uso da paisagem. A paisagem, como uma forma de expressão, um recorte analítico e uma narrativa, nos permite entender o que está além da sua camada concreta ou imediata, como uma construção sob diversas intencionalidades e subjetividades.

De acordo com Ulisses da Silva Fernandes:

> de certo, movimentos artísticos e filosóficos diversos marcam a experiência cultural ocidental a partir do Renascimento. Sob tal égide, pode-se admitir o quanto o entendimento da paisagem transmutou ao longo do tempo, mas ao mesmo tempo manteve-se fiel a sua prerrogativa de mostrar o mundo. Arte, filosofia e a própria ciência que se alinha guardam reservas quanto à compreensão do mundo ditadas por seus tempos.

> Até mesmo Humboldt, na virada dos séculos XVIII e XIX, ao empreender as bases da Geografia – enquanto uma ciência moderna – estará condicionado por seu tempo (Fernandes, 2009, p. 34).

A experiência da paisagem como uma marca ocidental, é construída por um determinado tempo e um determinado espaço. Pelo viés da prerrogativa de "mostrar o mundo", é preciso entender que a construção que está sendo feita parte de uma intencionalidade específica de narrativas hegemônicas, encabeçadas pelo continente europeu. O autor ao trazer Humboldt, considerado por muitos pesquisadores como o pai da Geografia, aponta como este último também está carregado de espacialidades e temporalidades nas suas pesquisas sobre o naturalismo.

Ainda de acordo com Ulisses da Silva Fernandes:

> como toda leitura, não poderia estar desprovida da construção de um discurso, razão pela qual se fundamenta a ideia em tela: conceber a paisagem, ao menos na concepção da sociedade ocidental, pautou-se na própria dimensão estética que a arte construiu, ou ajudou a construir, do mundo. Portanto, para mais de se observar coisas e objetos – e interagir com eles – na elaboração da paisagem, está o modo como o homem percebe e discorre sobre estes mesmos elementos (Fernandes, 2009, p. 25).

As representações são fruto de escolhas: elas criam uma narrativa quando se opta por mostrar determinado objeto ou ação em detrimento de outras, privilegiando, assim, um ponto de vista. Da mesma forma como acontece com a escrita, às vezes inventamos palavras, criamos narrativas e/ou (re)inventamos o passado.

Realizar uma leitura do mundo por meio da leitura da paisagem nos parece um caminho acertado no entendimento das dinâmicas do espaço. O que nos leva a entender a paisagem como

fundamental na leitura dos objetos geográficos, na compreensão dos métodos e das metodologias da Geografia.

O conceito da paisagem como o conhecemos hoje, com uma forte presença da marca europeia da colonização, já vinha sendo produzido/pensado em países orientais antes do Renascimento (séc. XIV-XVI), como é o caso da China, segundo explana Alain Roger no seu livro "*Breve Tratado del Paisaje*":

> a maioria dos especialistas são categóricos; só na China, segundo Berenson, parece que havia cultivado a paisagem em uma data tão antiga como a do primeiro milênio, ou seja, ao menos cinco séculos antes de nós, europeus, seguirmos o mesmo caminho (Roger, 2014, p. 57. Tradução nossa).

Para o autor, a negação, por parte dos ocidentais, do que vem sendo produzido há tempos no Oriente tem relação com a inexistência da palavra "paisagem" no mandarim, por se tratar de uma representação concisa (diferentemente das criações do Renascimento, que são mais detalhadas e partem de uma perspectiva panorâmica). Podemos dizer que a relação estética era outra.

Ainda de acordo com Ulisses da Silva Fernandes, o debate sobre as questões estéticas do conceito da paisagem seria recente e vem sendo direcionado por autores de outros campos, que não sejam necessariamente da Geografia. Levando em consideração de que na atual fase do processo de globalização as relações sociais, geográficas econômicas e sociais têm se tornado cada vez mais complexas, ler a paisagem tem sido uma tarefa cada vez mais trabalhosa para os pesquisadores.

O conceito pode ser interpretado como uma construção que busca a harmonia com o que seria natural, e o que seria racional, com a expansão do tecido urbano. Essa relação de proximidade entre os conceitos, que ora confunde, ora explica a sua aproximação, nos leva a buscar a origem desse pensamento. Dito isto, para pensarmos sobre os conceitos, é preciso estabelecermos escolhas arbitrárias, como aponta Anne Cauquelin, dos seus "nascimentos"; com a Paisagem não é diferente.

O termo e a noção de paisagem têm forte indício de terem surgido no ano de 1415 nos Países Baixos; e de que teriam uma forte passagem na Itália. Entretanto, a autora, ao fazer tal afirmação, não aponta sua fonte ou os atores em que está se baseando. Por outro lado, Alain Roger sinaliza que:

> [...] na verdade, qualquer investigação imparcial indicaria que foram os italianos os primeiros a individualizar os ambientes da paisagem e que foi a sua influência que levou a experiências semelhantes no Norte, onde a pintura da paisagem acabou se tornando um gênero independente (Roger, 2014, p. 74. Tradução nossa).

Estabelecer uma data e um país específico torna-se uma tarefa difícil de ser executada, pois para Angelo Serpa, "a 'Paisagem', termo surgido no século XIV nos Países Baixos [...]." (Serpa, 2019, p. 32), tem origem diferente da Itália; e que se aproxima com o que foi exposto por Anne Cauquelin.

Ainda dialogando com Alain Roger, podemos ter o entendimento de que a modernidade teve forte influência nas concepções do conceito no tempo presente:

> no século XVI, não se conhecia a paisagem no sentido moderno do termo, mas sim o país, algo de certo modo equivalente ao que para nós hoje é o

> *território* e, para os franceses, o *ambiente*, lugar ou espaço considerados desde o ponto de vista de suas características físicas, à luz de suas formas da ocupação humana e de recursos socioeconômicos. De uma materialidade quase tangível, não pertencia à esfera estética senão de forma totalmente secundária (Roger, 2014, p. 89. Tradução nossa. Itálico do autor).

Alain Roger, ao relatar que o conceito de paisagem nasce com uma relação estreita ao entendimento de país, nos informa que a questão econômica tinha preponderância sobre a questão estética. A intenção de mostrar o que um lugar tem ou pode produzir marca o surgimento da paisagem no Ocidente.

Mais adiante em sua obra, Alain Roger aborda a periodicidade que configurou essa primeira leitura:

> assim é a paisagem que durante dois séculos habitará a visão, reinando nela exclusivamente, até o Século das Luzes, e sempre sob o signo da arte, inventa novas paisagens, o mar e a montanha, agregando ao belo a categoria do sublime e transformando de cima a baixo a sensibilidade ocidental (Roger, 2014, p. 90. Tradução nossa).

Essa configuração da estrutura de se pensar a paisagem ganha uma nova roupagem no Iluminismo (Séc. XVIII), onde a razão e a ciência, assim como a humanidade, ganham relevância no pensamento científico, filosófico, artístico e cultural. A paisagem é ao mesmo tempo uma *Marca*, que representa uma civilização/cultura e uma *Matriz* porque faz parte do conjunto de esquemas de percepção, de concepção e ação, como nos ajuda a refletir Augustin Berque (2004).

Angelo Serpa também faz contribuições, ao pensar que:

> [...] a paisagem se constitui e oferece pelo/aos sujeitos como aparição singular e unitária, em situação, através de todos os sentidos humanos,

> não apenas da visão. E sua essência é apenas revelada como razão de uma série (infinita) dessas aparições individuais: o espaço, portanto, não se encontra por trás da paisagem, mas se revela em cada situação, o que explicita a paisagem como conjunto de objetos/coisas, dotado de múltiplas qualidades sensíveis e infinitas possibilidades de aparição/constituição (Serpa, 2019, p. 28).

Nas elucubrações do autor, que estão relacionadas ao debate da Geografia e da Fenomenologia, os sentidos humanos, que são além da visão, o tato, o paladar, o olfato e a audição, são fundamentais na percepção da paisagem. Veremos ainda como esse campo tem refletido sobre a construção do conjunto de objetos e coisas na paisagem.

Alain Roger, ao trabalhar com esta ideia de que a paisagem "imita" a natureza em sua representação, aprofunda o debate com uma característica inata da natureza, que é de constante transformação:

> a ideia de uma moda da natureza surpreenderá unicamente aqueles que persistem em acreditar que, regida por leis estáveis, a própria natureza é em si mesma um objeto estável sem dúvida, a história e a etnologia nos mostram com todas as evidências que o olhar humano é o lugar e o meio de uma metamorfose incessante: 'Por acaso esta indefinível 'natureza' não se modifica perpetuamente, não é diferente na sala de estar de 1890 e nos salões de trinta anos atrás, e não há uma natureza da moda – fantasia mutável como os vestidos e os chapéus?' (Roger, 2014, p. 18. Tradução nossa).

Além de a paisagem ser inicialmente vista como uma ideia de Natureza, atualmente temos a problemática do urbano e das diferentes paisagens urbanas que vão sendo criadas e (re)criadas, ampliando e complexificando o entendimento sobre o conceito e seu

uso. Isto porque a construção das ideias sobre o conceito é produto exclusivamente da consciência humana, onde essa confabulação carrega crenças e ideias de um determinado tempo e espaço.

A paisagem, como relaciona Anne Cauquelin, é uma "evidência", está dada. O rompimento desta evidência pode acontecer por meio de uma perturbação ou mesmo de um questionamento, assim:

> para que eu tome consciência de que se trata aqui de um projeto, de que essa paisagem é construída por sua definição, é preciso que algo manque, que algo deixe de ser evidente, que, de repente, uma perturbação se produza: "Ah!, mas não é tudo aquilo que eu pensava! O amarelo não tem o tom que eu esperava, o mar não é tão azul quanto devia ser..." (Cauquelin, 2007, p. 104).

A perturbação que nos tem atravessado começa a partir da percepção da diferença de paisagens produzidas na Zona Portuária do Rio de Janeiro/RJ, onde é possível identificar símbolos e identidades que estão ligadas ao Movimento Hip Hop, como o grafite e a pixação, criando alguns geossímbolos – que, no entanto, são valorizados e consumidos por distintas classes sociais e econômicas.

A construção da paisagem e sua representação ainda possuem um elevado caráter simbólico ao expressar alguma coisa ou algum objeto. A compreensão dessa relação com a Geografia é preponderante para debatermos como a ciência geográfica pode contribuir para o pensamento crítico e reflexivo.

Decerto, Alain Roger afirma que:

> a paisagem, ou melhor, as paisagens são aquisições culturais e não se entende como poderiam ser tratadas sem se conhecer bem a sua gênese (Roger, 2014, p. 11. Tradução nossa).

Assim, foi com o intuito de conhecermos e dialogarmos sobre a sua origem/gênese, que passamos a entendê-la como um artefato cultural, que não se configura como absoluta, fechada em si, mas que passa por escolhas e negociações, dependendo dos atores que a produzam. Ela é uma produção humana, que hoje tem forte influência de elementos técnicos e objetos, aos quais se relaciona de maneira próxima ou distante. Ela pode ser tratada como mercadoria, como ideologia, como recurso, como história, como arte, algo a ser contemplado, ou como grafias sendo produzidas, embebidas de subjetividades e intersubjetividades.

Paisagem cultural

O debate sobre a paisagem cultural tem levado nos últimos anos, diferentes pesquisadores, sobretudo no campo da Geografia, a se debruçar sobre o tema. Após explicitarmos como surgiu o conceito da paisagem, direcionamos a reflexão a entender como ela vai se (re)configurando, aceitando que ela é fruto da produção humana. Essa produção, que está imersa em diferentes elementos técnicos, culturais, históricos e geográficos.

Uma das possíveis definições ligadas a paisagem cultural direciona a que:

> é preciso compreender a paisagem de dois modos: por um lado ela é vista por um olhar, apreendida por uma consciência, valorizada por uma experiência, julgada (e eventualmente produzida) por uma estética e uma moral, gerada por uma política etc. e, por outro lado, ela é matriz, ou seja, determina em contrapartida, esse olhar, essa consciência, essa experiência, essa estética e essa moral, essa política etc. (Berque, 2004, p. 86).

Essa paisagem que vem sendo construída por atores hegemônicos é pertinente no recorte espacial que estamos analisando. Uma das formas pelas quais grupos nela se expressam é por meio de registros, de grafismos, de pixação/xarpis. As perguntas que o autor coloca nos levam a pensar algumas relações com esses fenômenos que denominamos geossímbolos. Mas antes de fazermos essas relações, precisamos ter uma melhor compreensão dessa produção da paisagem.

Dito isso, podemos notar que a paisagem cultural, assim como as questões geográficas, sociais e econômicas foram se metamorfoseando nas áreas centrais. Pensar sobre esse processo na Zona Portuária do Rio de Janeiro/RJ é pensar sobre os diferentes processos de metropolização do urbano.

A complexidade que a vida social passa a ter guarda relação com a predominância da sociedade urbana nos nossos modos de vida. Diante disso, surge o questionamento de diferentes percepções de grafites, em sua maioria, e de xarpis por diferentes partes das cidades. Essa multiplicidade de ações e percepções da paisagem urbana, são frutos dessa metamorfose do espaço.

No debate sobre a paisagem, Augustin Berque dá uma importante contribuição para a pesquisa, ao fazer a diferenciação da paisagem-marca e da paisagem-matriz, como coloca:

> a paisagem é uma marca, pois expressa uma civilização, mas também uma matriz porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura – que canalizam um certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza e, portanto, a paisagem do seu ecúmeno (Berque, 2004, p. 84- 85).

A partir de uma concepção de cultura popular produzida pelos elementos do Movimento Hip Hop, vão se produzindo marcas e matrizes no espaço e no cotidiano. As pixações vão codificando e registrando os espaços, contrapondo um modelo urbanístico representado pelo capital financeiro e imobiliário. O esforço que temos é debater sobre o papel dos elementos do Movimento Hip Hop na construção da paisagem, a partir do entendimento de que:

> todas as paisagens possuem significados simbólicos porque são o produto da apropriação e transformação do meio ambiente pelo homem. O simbolismo é mais facilmente apreendido nas paisagens mais elaboradas – a cidade, o parque e o jardim – e através da representação da paisagem na pintura, poesia e outras artes. Mas pode ser lida nas paisagens rurais e mesmo nas mais aparentemente não-humanizadas paisagens do meio ambiente natural. Estas últimas são, frequentemente, símbolos poderosos em si mesmas (Cosgrove, 2004, p. 108).

Ao concordar que todas as paisagens possuem significados, (re)pensar os espaços mais distantes do centro da metrópole em contraponto ao modelo de paisagem do centro, também permite análises sobre como a cidade se desenvolve na lógica do capital especulativo e financeiro. Além de permitir diferenciar os diferentes investimentos espaciais, culturais e de lazer nas áreas centrais e periféricas. Vamos nos atentar nos espaços centrais, por hora.

As marcas que (re)criam a paisagem urbana por meio dos xarpis nas áreas centrais constituem uma forma de questionar esse espaço que surge como ordenado, limpo, racional e segregado. Levando em consideração que a maioria dos pixadores são jovens das periferias, identificamos que existe o questionamento de valores e da realidade social. Os xarpis, mesmo que de forma indireta,

promovem questionamentos. Esses jovens utilizam a esfera cultural, para realizar uma forma não tradicional de fazer política:

> os jovens, de certo modo, também questionam códigos e valores ao se apresentarem como uma espécie de "espelho" de uma realidade próxima, mas nem sempre visível, promovendo novas formas de integração social que se configuram em territorialidades, diferenças e tensões presentes no tecido urbano. De alguma maneira, suas músicas e atitudes permitem que se repense a cidade levando em conta o cotidiano difícil de áreas marcadas pela miséria e abandono, contrastando a imagem clichê com o "avesso do cartão postal" que eles apresentam (Herschmann, 2005, p. 230).

Os espaços que estão mais pixados nas cidades estão, à primeira vista, diretamente relacionados com o crime ou com a violência urbana. É comum fazer essa correlação estética e ética, quando não se entende a dinâmica desses questionamentos. No entanto, quando essa ocupação física e simbólica acontece em espaços centrais, que possuem vigilância, o questionamento do que seria isso e qual o motivo de estar ali passa a surgir. As espacialidades diferenciadas estão relacionadas no pensamento do que pode ou não pode em determinada paisagem.

Ainda de acordo com o autor, podemos entender que:

> alguns dos membros do hip-hop deixam sinais de sua passagem pelos lugares na forma de pichações ou grafitagens. É como se um pequeno pedaço do universo do "morro" e do subúrbio, "invisível", pouco visitado e contemplado no imaginário coletivo urbano, deixasse um vestígio, ou melhor, é como se a cidade do outro se inscrevesse na cidade "ordenada", "desejada", "conhecida" (Herschmann, 2005, p. 233).

A partir do entendimento de que os geossímbolos relacionados ao grafite e xarpi são um fenômeno urbano, que

possuem estilos e técnicas em constante construção, fazemos um contraponto a Micael Herschmann, ao abordar esses grafismos como vestígios. Como podemos analisar:

> ao se tornar alvo do poder público, o porto passou por profundas transformações urbanas: a descoberta do Cais do Valongo, a demolição do Elevado da Perimetral, a abertura da Orla Prefeito Luiz Paulo Conde, a remodelação da Praça Mauá, a implantação do Veículo Leve sobre Trilhos – VLT, a construção de equipamentos urbanos, como o Museu do Amanhã, o Museu de Arte do Rio – MAR e o AquaRio, além da possibilidade da construção de novos edifícios a partir da aquisição dos Certificados de Potencial Adicional Construtivo – CEPACs (Angotti; Rheingantz; Pedro, 2019, p. 2).

Identificamos que essas transformações não aconteceram de forma crítica e democrática na Zona Portuária do Rio de Janeiro/RJ. Os grafismos urbanos, como forma de representação dessa desigualdade, são o alvo do nosso debate. Entender a paisagem como um recurso ou como um fator de sociabilidade vai depender dos interesses econômicos e sociais que estão estabelecidos com ela. Deste modo, podemos perceber como a Paisagem é usada – e abusada – para construir uma narrativa sobre alguns espaços.

Esse espaço que passa a ser revitalizado com fins especulativos e imobiliários, que passa a ser pensado a partir da Operação Urbana Consórcio Porto Maravilha (2009) e tem desdobramentos até os dias atuais; com o objetivo de reestruturação urbana com interesses urbanísticos, tem na formulação de grafites marginais e xarpis, um ponto de resistência e de construção de outras possibilidades.

De acordo com o Micael Herschmann, tal transformação buscou:

> [...] atender às demandas dos mercados internacionais por meio da prática do empreendedorismo urbano e utilizando estratégias de city marketing (Harvey, 2005), associadas com a "financeirização e à produção imobiliária", pretendia-se construir uma nova imagem da Zona Portuária (Herschmann, 2005, p. 223).

A nova imagem da Zona Portuária do Rio de Janeiro/RJ, após um processo de mudança da paisagem, como a construção de novos espaços de convivência e museus, buscou mudar a percepção que existia com esse espaço: uma percepção de degradação e abandono. Vale destacar que essa transformação é pensada por atores do Estado e de empresas privadas, sendo produzido um espaço com pouco ou nenhum diálogo com a história local, como podemos perceber no trecho a seguir:

> [...] a cultura como um elemento importante. Surge como uma âncora identitária convincente da proposta de renovação urbana, produzindo imagens revigoradas da área, que são contrastadas com as máculas tradicionais de degradação e segregação construídas ao longo dos séculos. Vale ressaltar que tradicionalmente, na história da cidade, os bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo (Pequena África, Pedra do Sal etc.) sempre foram identificados com a cultura negra e a moradia proletária. As ações de "revitalização" (ato de dar nova vida) certamente não incluem as populações que ali residem, restringindo-se a dar prioridade à conservação de monumentos legalmente protegidos e à construção de projetos âncora de grandes equipamentos culturais, especialmente museus que assumem uma importância estratégica ao conseguirem conquistar o apoio e o entusiasmo da população da cidade em geral (Carlos, 2020, p. 3. Tradução nossa).

Essa lógica, apesar de parecer propositiva, esconde os atores que estão na construção dessa paisagem e, consecutivamente, desse espaço social. O capitalismo moderno utiliza-se de artimanhas identitárias, culturais e sociais, para mascarar a desigualdade que ele mesmo vem criando há séculos. Os aparelhos estatais e privados podem velar as suas intenções usando desses tipos de documentos, como se fosse algo propositivo, mas não mudam a sua estrutura. Por isso, é importante que as camadas populares e os grupos marginalizados façam parte de políticas de revitalização ou da (re)criação da paisagem e do espaço.

A função dos geógrafos nesse debate vai além de pensar a paisagem em si própria, mas pensar o espaço e o demais conceitos que permitem o *fazer geográfico*, que nos ajudam a formular essa percepção da paisagem, como um fenômeno multifacetado e trazendo uma visão holística para o seu entendimento. O espaço, que neste caso tem uma relação dialética com a paisagem, é fundamental nessa análise. Além da contribuição de outros campos do conhecimento; entendemos que o papel de arquiteto da paisagem não se limita apenas aos arquitetos, mas a todos e todas que pesquisam e contribuem para uma reflexão crítica.

Paisagem urbana

A parte final deste artigo busca apresentar e debater os geossímbolos produzidos na paisagem que estão relacionados ao Movimento Hip Hop: grafite e xarpi. Esses elementos são abordados como uma tentativa de análise da percepção das diferentes paisagens produzidas por esses símbolos. Um debate que conversa com a fenomenologia da percepção e a produção de símbolos

desiguais por dois grupos que dialogam (grafites e xarpis), mas que possuem especificidades de atuação espacial e temporal.

Assim, ao pensarmos em pesquisar geograficamente, é preciso estarmos atentos para aquilo que as dinâmicas do espaço nos mostram, tanto com as suas universalidades, como com as suas particularidades. Isto porque, mesmo sendo o Movimento Hip Hop de grande escala, presente em diversos lugares e realidades, ele se modifica e se (re)inventa conforme as pessoas que o constroem, permitindo, assim, uma variedade e complexidade de análises sobre o que ele é e o que ele pode ser.

Consideramos aqui a natureza dos fenômenos na sua totalidade, pois os grafismos da arte urbana, expressada na pixação e no grafite, apesar das suas especificidades, são duas linguagens que nascem juntas. Diferenciam-se, assim, a estética e o conceito; pois o grafite pode parecer uma expressão menos agressiva ou "limpa", enquanto a pixação tem um cunho transgressor, de causar um impacto imediato. As duas expressões se diferenciam e se completam, em uma simbiose urbana de múltiplas territorialidades. Como define Leandro Tartaglia:

> pichação e grafite não podem ser entendidos como uma coisa só. Sua diferença se faz tanto pela forma visual como pela prática de seus autores, que fazem questão de se distinguirem entre pichadores e grafiteiros. Na forma, a pichação é feita basicamente por letras que ganham diferentes contornos e que são repetidas diversas vezes na paisagem. Podem ser frases de efeito, mensagens políticas ou simplesmente nomes. Essas assinaturas foram a forma mais comum de pichação que proliferou pelas cidades brasileiras nos últimos 30 anos. Não há uma proposta de embelezamento e ferem intencionalmente a preservação das fachadas de construções públicas e privadas. Se a pichação ganhou contornos

> políticos nas décadas de 1960 e 1970, houve um claro processo de despolitização dessa manifestação, mantendo-a como uma prática marginalizada em praticamente todos os segmentos da sociedade (Tartaglia, 2013, p. 193).

É possível identificarmos a presença da ação política na tentativa de mudar a paisagem do urbano. A pixação e o grafite nascem como forma de expressão por meio da paisagem, de alguns fixos, como as paredes de tijolo e concreto, os viadutos, as passarelas, os prédios, as casas, as árvores, as rochas, as estátuas e os monumentos que modificam e dão dinâmicas a paisagem.

Outra definição possível sobre a diferença entre esses dois elementos no Brasil é pensada por Armando Silva:

> [...] o grafite é entendido como uma comunicação urbana mais elaborada, próxima à arte urbana (como veremos mais adiante), enquanto a pichação é algo mais grosseiro e ligeiro, próximo às brincadeiras de adolescentes sobre muros ou outros objetos como trens ou igrejas, ou o vandalismo, e que muitas vezes é feita com a intenção de ofender ou insultar (Silva, 2014, p. 47).

Além dessa definição, que possibilita adentrarmos o debate, não podemos nos furtar de trazer o sentido original que deriva a palavra grafite em português. Um dos pesquisadores que já realizaram essa busca foi o Celso Gitahy, ao contribuir para a "Coleção Primeiros Passos", da Editora Brasiliense, com o livro "O que é Graffiti". No livro, o autor escreve, de forma resumida, as origens do grafite no Brasil, os percussores, as fases e a diferença marcante entre grafite e xarpi. Dito isso, ele estabelece, dialogando com a História da Arte, que as pinturas rupestres seriam as primeiras formas de Graffiti.

A palavra Graffiti e a grafia utilizada, para o autor, têm um significado:

> a palavra aqui usada e a grafia adotada – graffiti – vêm do italiano, inscrição ou desenhos de épocas antigas, toscamente riscados a ponta ou a carvão, em rochas, paredes etc. Graffiti é o plural de *graffito*. No singular, é usada para significar a técnica (pedaço de pintura no muro em claro e escuro). No plural, refere-se aos desenhos (os graffiti do Palácio de Pisa) (Gitahy, 2012, p. 13).

Temos acordo, na relação que é feita entre homens e mulheres, de se expressarem como uma necessidade humana. É preciso dizer que são contextos geográficos, históricos, econômicos e linguísticos totalmente diferentes. Como é ressaltado pelo autor: "hoje, usamos tintas e *sprays* e não pintamos cervos e bisões, mas sim ideias, signos, que passam a compor o visual urbano" (Gitahy, 2012, p. 12). Essa breve relação, foi para entendermos como estão sendo produzidos e pensados os geossímbolos nos últimos anos.

Uma das concepções que estamos aceitando nessa pesquisa, é que:

> o graffiti veio para democratizar a arte, na medida em que acontece de forma arbitrária e descomprometida com qualquer limitação espacial ou ideológica. Todos os seguimentos podem ser vistos e lidos pelos artistas do graffiti, assim como seus símbolos espalhados pela cidade podem ser lidos por todos (Gitahy, 2012, p. 13).

Os grafites e xarpis além de democratizarem a arte, democratizam as paisagens e os espaços urbanos ao documentarem e registrarem momentos, injustiças e marcarem espaços de diferentes grupos. Entretanto, apontar o grafite como o fio condutor dessa democratização dos espaços, pode parecer coerente em um primeiro momento, mas que não faz a crítica devida. Essa pesquisa,

ao relacionar diferentes produções de grafites que expõem desigualdades e mazelas sociais em uma mesma área, indica que nem todas as pessoas e grupos conseguem ler ou vivenciar esses espaços centrais que estão sendo produzidos.

Atualmente, os murais na Zona Portuária do Rio de Janeiro/RJ escondem um processo de luta e de segregação histórica que vem sendo travada, em especial, na Pequena África, que faz parte dos bairros dessa região. Os grafites, que tiveram em sua fase inicial um caráter político de contestação da ordem estabelecida, vêm ganhando novos atores e funções, principalmente na virada do século XX para o século XXI. Temos privilegiado esses dois elementos, mas temos ciência de que diversas formas de manifestações, artísticas ou não, retratam as questões da exclusão:

> não é estranho localizar a inscrição sobre o cimento fresco de uma rua ou sobre um cartaz que anuncie qualquer evento. Esta mania "grafitográfica" – que pode ser perturbadora na aparência e na integridade das coisas – é por um lado, uma resposta à necessidade de expressão individual ou grupal que, ao mesmo tempo, revela um desejo de participar e, muitas vezes, mostra a engenhosidade e a criatividade de uma população que está à margem das decisões da cidade, bem como pode manifestar a expressão de ódio, raiva ou vingança (Silva, 2014, p. 60).

A exclusão social que passa pelo direito à cidade é grafada nos espaços e nas paisagens urbanas das grandes cidades. Dialogando com Ion Martínez Lorea, que escreveu o prólogo da versão espanhola do livro "*La production de l'espace"* (A produção do espaço) de Henri Lefebvre, aceitamos que o conceito de direito à cidade vai além de ir e vir, como trivialmente pode ser entendido:

> [...] Lefebvre reivindica o *direito à cidade* como "direito a centralidade", como "direito à vida

> urbana, transformada, renovada". Sem dúvida, quando reclama disso, nos recorda o erro de simplificar o direito a apropriar-se dela e transformá-la, o erro de reduzir a "um simples direito de visita ou de retorno até as cidades tradicionais" (Lefebvre, 2013, p. 24. Tradução nossa. Itálico do autor).

Trouxemos esse debate, porque torna fácil, ao nosso ver, a compreensão da citação de Armando Silva, ao dizer que essas respostas que são dadas à falta de participação nas decisões do que é – e, o que pode vir a ser – o urbano, acabam por gerar um movimento de transgressão e de libertação da palavra. O direito à cidade vai além de construções ou melhores condições de transporte e habitação: ele se torna, também, um direito à paisagem urbana para aqueles que estão sendo cotidianamente excluídos.

De acordo com os construtos de Marcelo Lopes de Souza:

> a cidade, especialmente a grande cidade de um país periférico ou semiperiférico (→ *países periféricos, semiperiféricos e centrais*), é vista como um espaço de concentração de oportunidades de satisfação de → *necessidades básicas* materiais (moradia, saúde...) e imateriais (cultura, educação...) mas, também, como um local crescentemente poluído, onde se perde tempo e se gastam nervos com engarrafamentos, onde as pessoas vivem estressadas e amedrontadas com a violência e a criminalidade (Souza, 2020, p. 20-21. Itálico do autor).

Essas *necessidades básicas* que o autor aborda são grafadas na paisagem das ruas, becos, viadutos, praças e vielas. Seja pelo corpo que transita, seja pelos grafismos que marcam as cidades e as metrópoles. Entretanto, uma pergunta a ser respondida é: por que em alguns espaços existem grafites e xarpis "mais bonitos" e organizados, esteticamente falando e, em outros, existem grafites e

xarpis "marginais", que retratam a realidade da exclusão do cotidiano?

As diversas imagens que fazem parte do que é o grafite se utilizam de uma linguagem para poder se expressar. Ela é característica na sua forma estética e conceitual. É estética, porque conforme diz Celso Gitahy é uma:

> expressão plástica figurativa e abstrata; utilização do traço e/ou da massa para definição de formas; natureza gráfica e pictórica; utilização, basicamente do inconsciente coletivo, produzindo releituras de imagens já editadas e/ou criações do próprio artista; repetição de um mesmo original por meio de uma matriz (máscara), característica herdada do pop art; repetição de um mesmo estilo quando feito à mão livre (Gitahy, 2012, p. 17).

O autor, ao elencar dessa forma, indica a influência da *pop art* na produção dos grafites – e acrescentamos os xarpis também – na sua intencionalidade e na sua forma de serem executados; os quais nascem com o intuito de transgredir a ordem estabelecida. Mas, como veremos mais adiante, isto tem mudado ao longo dos últimos anos.

Além da questão estética, o grafite é conceitual porque é:

> subversivo, espontâneo, gratuito, efêmero; discute e denuncia valores sociais, políticos e econômicos com muito humor e ironia; apropria-se do espaço urbano a fim de discutir, recriar e imprimir a interferência humana na arquitetura da metrópole; democratiza e desburocratiza a arte, aproximando-a do homem, sem distinção de raça ou credo; produz em espaço aberto sua galeria urbana, pois os espaços fechados dos museus e afins são quase sempre inacessíveis (Gitahy, 2012, p. 18).

A questão política em que identificamos definições sobre o conceito dos grafismos, permite diversos diálogos com o campo da

arte e da linguística. Mas atentemo-nos na questão da "arquitetura da metrópole", que passa a ser objeto ou, melhor dizendo, uma tela para diversas manifestações artísticas, culturais e sociais serem ali escritas. Geralmente, as mensagens do grafite "[...] dizem o que não deveria ser dito, são anti-higiênicas e sujam as paredes que deveriam estar limpas e em perfeita ordem" (Silva, 2014, p. 79). Essa caracterização, digamos que primária, remete aos primórdios da arte urbana.

Atualmente, vemos outros atores e outros tipos de manifestações urbanas, que estão ligadas a um caráter artístico e de visibilidade de determinados espaços. Ainda de acordo com Armando Silva:

> o grafite, como já disse, vem ganhando importância na caracterização das culturas urbanas e, embora tenha "começado" como delírio de certos sujeitos desencontrados, expressa assuntos que dizem respeito cada vez mais a uma maior quantidade de indivíduos, o que faz superar seus protagonistas executores. Seu trabalho mais eficaz até fins do século XX concentrou-se em conceber marcas simbólicas de identificação dentro de certas ordens fechadas, tais como universidades, bairros, centros de reclusão e hospitais, mas seus ideogramas se deslocaram depois pelas cidades, por metrôs, sanitários, cafés, paredes principais, por todos os espaços públicos, enfim, e agora nos meios digitais. Esses grafites precisam ser vistos por muitos e sua leitura envolve quaisquer cidadãos, mesmo aqueles mais desprevenidos (Silva, 2014, p. 77).

Essa notoriedade que o grafite vem ganhando está expressa em diversos espaços. Alguns desses espaços passaram por um processo de revitalização, como foi o caso da Orla Conde, na Zona Portuária do Rio de Janeiro/RJ. Se antes os grafites e xarpis tinham uma forte conotação transgressora, atualmente os grafites fazem

parte de uma narrativa de cidade moderna; uma cidade que seja cordial, inteligente, acessível e democrática. Mas como veremos nas contradições da produção do espaço, esse, muitas das vezes, não passa de um discurso apenas.

Até chegar nessa fase mais "limpa" e que vem sendo separada do ativismo político, a técnica do grafite foi ganhando variedades:

> os materiais, que iam do lápis ou caneta, para intervir em banheiros, a cadeiras ou mesas, passando pelos gizes nos centros acadêmicos, avançaram com o emprego de pincéis e brochas, para aqueles que requerem cor e alguma extensão considerável, e continuam agora com técnicas gráficas para duplicar imagens pré-desenhadas. As cores vêm sendo usadas dentro de um aumento definitivo de policromia: do preto passou-se para o azul e o vermelho, e é possível constatar, desde os anos 1990, o uso de novas cores "elétricas" vibrantes, que produzem certos efeitos óticos, em particular toda aquela gama de sprays amarelados, esverdeados e avermelhados (Gitahy, 2014, p. 64).

Não basta somente ocupar os espaços públicos, é preciso ser criativo na estética da sua intervenção, quer seja ela política ou comercial; isso mostra que a linguagem do grafite vem se transformando. Um desses exemplos, que (apesar de haver controvérsia entre grafiteiros e pixadores) configura-se comumente como grafite, apesar de ser muralismo, o mural do Eduardo Kobra na Orla Conde, inovando na sua formulação estética naquela paisagem ao desenvolver uma harmonia de cores e representações. Principalmente, por estar em um espaço (re)configurado para o turismo e lazer.

O xarpi, diferente do grafite, permanece com uma estética e mensagem de romper com a ordem estabelecida. Podemos

classificar em quatro fases o xarpi desde o seu surgimento, na década de 1980, conforme estabelece Celso Gitahy. Com o desejo dos pixadores de "mostrarem quem são", de ganharem visibilidade, a primeira fase: "corresponde ao carimbar exaustivamente o próprio nome em grande escala pela cidade e bairros, apropriando-se de todo e qualquer tipo de superfície" (Gitahy, 2012, p. 27-28). A segunda fase, que preenche os espaços da urbe, é marcada pela competição entre grafiteiros, entre os quais, de acordo com o autor: "em vez de nome, alguns usam pseudônimo ou símbolos de identificação de grupo" (Gitahy, 2012, p. 28).

A terceira fase é marcada pelo desafio da visibilidade, onde os lugares mais altos e difíceis são os mais cobiçados. Aqui, os monumentos públicos ganham maior notoriedade para serem pixados. O autor segue a sua argumentação colocando:

> o fato de a imprensa interferir combatendo essa atividade com artigos de página inteira, bem como com fotos coloridas publicadas em revistas de grande circulação, contribui para incentivar e acentuar o trabalho de pichadores, dando assim passagem para a fase seguinte (Gitahy, 2012, p. 28-29).

A quarta e última fase, como foi apontado, é influenciada pela dificuldade e pela visibilidade. Diante disso, o objetivo dos pixadores passa a ser a visibilidade da mídia, marcando e grafando monumentos históricos, espaços públicos e privados que geram visibilidade, como podemos ler:

> nessa fase a pichação atingia seu auge, quando o maior acontecimento na mídia, aquele que gerasse a maior polêmica, era o que todos os pichadores queriam. Aparecer, acontecer, desafiar as autoridades ou realizar obras inusitadas passou a ser a ordem do dia (Gitahy, 2012, p. 29).

Atualmente, podemos ver uma simbiose dessas quatro fases iniciais em diversos pontos da Zona Portuária do Rio de Janeiro/RJ, em especial na Pequena África. Pode-se verificar essa variação em diversos espaços, às vezes mudando de rua para rua.

O grafite e o xarpi marginal podem ser identificados em breves comparações, por exemplo o mural pintado pelo artista Eduardo Kobra, na Orla Conde, como se pode verificar na Figura 1, onde não existe identificação com a realidade espacial que está presente no entorno. É uma paisagem que vende uma harmonia e uma cordialidade inexistente aos turistas que desembarcam dos navios. Por outro lado, grafites que buscam questionar a falta de políticas públicas, segurança e/ou educação, estão em sua maioria nos espaços economicamente pobres da cidade, e são vistos como feios ou marginais.

Esses grafites e xarpis marginais também podem ser vistos no Largo de São Francisco da Prainha, que faz parte da região conhecida como a Pequena África, muitas das vezes não se podendo distinguir onde começa um e onde termina o outro. À guisa de um melhor entendimento, avançando para a Figura 2, podemos ver essa simbiose de geossímbolos, que rompe diretamente com a paisagem e a construção espacial da Figura 1.

Estamos falando, aqui, de um distanciamento de duas quadras no máximo, na área que faz parte do corredor cultural, do centro da cidade do Rio de Janeiro.

Figura 1 – Fragmento do mural do Eduardo Kobra no Boulevard Olímpico, Zona Portuária/RJ



Fonte: Autor (org.), 2021. Fotografia: Rafael Cordeiro.

Na Figura 1, podemos perceber algumas composições da paisagem na Zona Portuária do Rio de Janeiro/RJ. Além da representação de um dos cinco continentes, por meio de um nativo, que é o objetivo do mural "Etnias", podemos perceber uma estação do Veículo Leve sob Trilhos (VLT), que faz o transporte de passageiros nessa região. Vale destacar que essa fotografia foi tirada no período da tarde, em um horário de saída do trabalho, ou seja, em um horário de *rush*. No entanto, foi possível perceber um fluxo pequeno de pessoas que circulavam pelo espaço, ou que utilizavam como meio de locomoção o VLT.

Analisando a Figura 2, a seguir, apesar de não vermos pessoas em circulação, é possível ver outra composição na paisagem, como a presença de lixos. Além de os grafites

transmitirem a questão musical da Pedra do Sal/RJ e a exaltação da cultura negra, por meio da representação de artistas negros e do uso do *Black Power* (força preta). Os traços em larga escala, por estar ocupando uma lateral de muro, não é considerado muralismo.

Além da técnica ser diferente, é possível perceber a predominância de grafites e xarpis na sua composição. A relação estética ligada ao Movimento Negro, é também uma relação política estabelecida nessa paisagem, podemos fazer essa análise pelos traços negroides que estão marcados nos personagens representados.

Figura 2 – Grafites e xarpis na rua Argemiro Bulgão, Zona Portuária/RJ



Fonte: Autor (org.), 2021. Fotografia: Rafael Cordeiro.

A produção do espaço desigual deixa marca na paisagem. O xarpi e o grafite possuem técnicas e formas específicas de projeções. Trazemos para a reflexão, de forma prematura, algumas ideias de temporalidades dessas produções. Inicialmente, cabe o seguinte questionamento: você já viu alguém pixando? Essa é uma pergunta

pouco realizada quando nos deparamos com um nome, uma *tag* ou um xarpi[3]. Geralmente, a pixação é feita no período noturno, e o grafite, por ser algo mais "limpo", tem uma aceitação melhor durante o período diurno.

Para entendermos sobre o conceito do xarpi, é preciso irmos até os pixadores. Foi por meio desta percepção que buscamos no livro "Xarpi: um registro sobre a pixação no Rio de Janeiro", do João Marcelo de Carvalho, uma inspiração para o tema. Além de analisar os diferentes geossímbolos e sentidos do ato de pixar, como por exemplo, entender que:

> a pixação questiona, algumas vezes mesmo sem pretensão consciente do autor, o espaço urbano, a ordem instaurada. A estética é valorizada, mas não há compromisso firmado com a arte. Não há uma obrigatoriedade com a mensagem, porém em diversos momentos se mostra poética ou provocativa. É marginal, ilegal e espontânea (Carvalho, 2015, p. 12).

O ato de questionar e se expressar por meio da produção da paisagem por atores que são marginalizados produz um significado implícito para quem é e vive a periferia das grandes cidades. Quando analisamos o sentido da palavra "marginal", que significa o que está ou vive à margem, faz-se relação direta com a ideia de cultura hegemônica que vem sendo disseminada pelos atores hegemônicos; como os bancos, multinacionais e os setores da burguesia.

A pixação não busca a aceitação. O ato de pixar monumentos ou coisas tombadas é considerado um crime pela Lei de Crimes Ambientais nº 12.408 de 2011 (BRASIL, 2011). No entanto, vale

[3] Nomes, tags e xarpis são as marcas dos pixadores, que buscam ter uma originalidade que os diferenciam dos demais.

destacar a proximidade que existe entre as técnicas e manifestações, sendo a pixação um dos primeiros atos da produção de geossímbolos. Dessa forma, caracterizar o que de fato seja um grafite ou uma pixação, entra na ordem do subjetivo de quem avalia. Além, de podermos diferenciar temporalmente essas manifestações.

De acordo com Marcos Paulo Ferreira Góis, quando aborda sobre as geograficidades da noite, aceitamos que:

> o comportamento desviante tende a ganhar ainda maior visibilidade quando notado, ou melhor, quando o comportamento transgressor se torna público (Becker, 2008). Assim, o desvio em relação à ordem tem lugares no espaço em que pode ocorrer com maior facilidade, incorrendo no risco de ganhar ainda maior visibilidade caso se torne público. A paisagem noturna é, portanto, composta por tal geografia da visibilidade das práticas sociais (Góis, 2017, p. 30).

Essa geografia das práticas sociais, no caso dos grupos de pixadores, tem a intenção de confrontar uma lógica de urbanização liberal e segregadora. Constatando a relação direta entre os grafites e as pixações, é possível apontar que as assinaturas que compõem os grafites são pixações, ou seja, a pixação também está presente no grafite, quando nos deparamos com as *tags* ou assinaturas:

> esse estilo começou a partir de uma pichação a que chamavam tag, ou seja, o pichador assinava seu nome e o número de sua rua (Taki 183). Com o passar do tempo essa assinatura foi ganhando cor, brilho e forma, até se transformar em frase. Esse estilo de graffiti também serviu para demarcar limites entre gangues suburbanas (Gitahy, 2012, p. 41).

As *tags* como colocadas por Gitahy são representações na paisagem de assinaturas, sejam elas de grupos ou de indivíduos.

Elas podem estar sozinhas, ou ao lado de algum grafismo, como é o caso do grafite na Figura 3, indicando o autor da intervenção. Assim, destacamos as relações de interpretação que são de características individuais, mas também se comportam de forma política.

O que destacamos nessa análise, é o enquadramento da pixação na Lei de Crimes Ambientais nº 12.408 de 2011 (Brasil, 2011), para algo que queiram demonstrar como ilegal, além de feio e depreciativo. Nas diferentes fotografias que estão sendo analisadas nessa pesquisa, podemos perceber a presença de pixações em grafites ou muralismo, como a representação da assinatura de quem a produziu.

Figura 3 – Crespo é lindo, feio é o seu preconceito, Pedra do Sal/RJ



Fonte: Autor (org.), 2021. Fotografia: Rafael Cordeiro.

Esse grafite, que apresenta uma mulher negra, com a frase ao lado "Crespo é lindo, feio é o seu preconceito", nos permite (re)pensar a produção da arte marginalizada e o teor transgressor

que os grafismos nos muros, ruas, viadutos e passarelas podem possibilitar. Porque como aponta Henri Lefebvre, sobre o espaço urbano:

> ao mesmo tempo que lugar de encontros, convergência das comunicações e das informações, o urbano se torna aquilo que ele sempre foi: lugar do desejo, desequilíbrio permanente, sede da dissolução das normalidades e coações, momento do lúdico e do imprevisível (Lefebvre, 2001, p. 85).

Aí, tem-se o grafite como uma dissolução da normalidade, que é a repressão cultural na periferia, sendo o momento do encontro, entre membros da mesma família de grafiteiros ou pixadores, ou de se fazer visível ao reivindicar alguma pauta. Como podemos interpretar a partir das colaborações de Armando Silva:

> a cidade está repleta de intervalos do oculto, do não dito, do impossível de nomear, como esse sujeito dividido na linguagem que anda sempre buscando uma fórmula para demarcar o que fica dentro ou fora – até da lei. Porque a cidade, viva, se traveste e se tatua do transitório, até onde parecia habitar tão somente a rotina. A cidade se maquia e se camufla e, desse modo, é preciso ser um passante treinado para reconhecer as camadas que se acumulam e se anulam mutuamente. Esses arquivos em fuga, realidades ambulatórias que recobrem a realidade como se apenas do inesperado se tratasse, apelam para as imaginações. Tudo está aí, objeto dúctil do olhar escapando a cada passo: falta apenas olhá-lo (Silva, 2014, p.11).

Os muros, painéis e avenidas pixadas na periferia são diferentes das produzidas no centro. Isto reflete um tipo de urbanização exclusiva, onde a cada traço escrito vai sendo ressignificada uma nova imagem do urbano. Cada grafite e cada xarpi nasce com uma temporalidade e uma espacialidade, é o movimento estético que parece acompanhar o aumento da exclusão

nas cidades. Enquanto vemos um grande incentivo das prefeituras (por meio de editais e parcerias) nos grandes centros urbanos, para a elaboração de painéis; na periferia vemos o processo de marginalização e repressão aumentando.

Armando Silva contribui para o entendimento do grafite, onde: "[...] sobre as paredes das cidades, vai-se escrevendo o que se teria calado – ou pelo contrário – e o que desaparecerá sob o novo traço, que tornará a escrever uma nova imagem do mundo" (Silva, 2014, p. 12). Desta forma, os atores que grafitam e pixam vão (re)modelando paisagens urbanas, colocando significados outros para eles.

A cidade expressa a atuação de grupos com especificidades de ação no urbano; existe a questão simbólica implícita em cada marca na paisagem, como aponta Henri Lefebvre:

> não esquecemos as dimensões. A cidade tem uma dimensão *simbólica*; os monumentos, como também os vazios, praças e avenidas, simbolizam o cosmo, o mundo, a sociedade ou simplesmente o Estado. Ela tem uma dimensão paradigmática; implica em e mostra oposições, a parte interna e a parte externa, o centro e a periferia, o integrado à sociedade urbana e o não-integrado (Lefebvre, 2001, p. 70).

Esse simbolismo é marcado em diversos fixos (Santos, 2017), que estão carregados de temporalidades e espacialidades. Quando transgredidos por letras marginais, rompem com uma estética do aceitável e do harmônico. Os geossímbolos falam, gritam e berram, como podemos ver em diversas paredes, lojas, portas e janelas pela Zona Portuária do Rio de Janeiro/RJ, em especial na parte da Pequena África. Este tema, abordaremos no terceiro capítulo, no

qual trazemos uma relação direta da diferença entre a produção da paisagem e a produção do espaço.

Essa diferenciação, muitas das vezes, acontece de rua para rua, em uma espacialidade reduzida, que não chega a um quilômetro de distância (entre o Boulevard Olímpico e a Pequena África, por exemplo). Alguns locais que podem ser rapidamente comparados com espacialidades relacionadas fazem parte da Zona Portuária do Rio de Janeiro/RJ, como o Museu do Amanhã e o Largo de São Francisco da Prainha. Esse processo de valorização de determinados espaços em detrimento de outros, esconde um passado escravocrata que foi forjado nessa região.

Considerações finais

A pesquisa que foi apresentada buscou relacionar o conceito da Paisagem com as mudanças do espaço urbano, tendo como lócus parte da Zona Portuária do Rio de Janeiro/RJ. Para isso, ela foi organizada em três momento: o primeiro foi direcionado a questão histórica de construção do conceito, passando por uma breve abordagem (porém construtiva) nos períodos do Renascimento (séc. XIV-XVI) e do Iluminismo (séc. XVIII). Como elucidado por Alain Roger, a paisagem e a ideia de país/território estavam imbricadas, onde esse buscava apresentar o que cada país tinha de riqueza. Diante disso, é possível perceber que as origens do conceito têm relação tênue com a questão econômica.

Na segunda parte desenvolvida, abordamos sobre a paisagem cultural, dando destaque para a produção da paisagem por atores e expressões do Movimento Hip Hop, como o grafite e a pixação. O objetivo dessa abordagem, ao trazer um fenômeno

contemporâneo, foi de relacionar um conceito clássico da Geografia com os estudos recentes do espaço urbano. Diante disso, podemos perceber novas abordagens e modificações das que foram elencadas na primeira parte do texto. Buscou-se relacionar as formas expressivas, analíticas e narrativas para além de uma noção imediata de análise, mas abordando as camadas da intencionalidade e da subjetividade que a Paisagem pode apresentar.

Na terceira parte exposta, buscamos apresentar as relações dos grafites e xarpis com o Movimento Hip Hop, elucidando as fases da pixação no Rio de Janeiro, os distanciamentos e aproximações entre as duas técnicas, além das suas objetividades e subjetividades. A esses fenômenos relacionamos a produção desigual do espaço, onde diversas manifestações podem ser percebidas e analisadas. Assim, os elementos do Movimento Hip Hop que podem ser interpretados pelo conceito da Paisagem, demonstram as intervenções simbólicas, mas também objetivas, em diversos fixos da cidade.

Por fim, analisamos a produção da Paisagem como uma produção humana, com influência direta do contexto histórico, espacial, cultural, econômico e técnico que está inserida. A análise que buscamos fazer, desenvolveu-se em torno da paisagem cultural e urbana, mas poderia ter sido realizada pelo viés artístico, ideológico ou histórico. Nesse trabalho, destacamos a importância do conceito como possibilidade de análise dos fenômenos espaciais contemporâneos, buscando a relação de fenômenos marginais com a produção neoliberal do espaço.

Referências bibliográficas

ANGOTTI, Fabíola Belinger; RHEINGANTZ, Paulo Afonso; PEDRO, Rosa Maria Leite Ribeiro. Perfomações e múltiplas realidades do Porto Maravilha: entre consensos, resistências e controvérsias na zona portuária do Rio de Janeiro. **Urbe** - Revista Brasileira de Gestão Urbana, 11, 2019, pp. 1-19.

BECKER, Howard. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L; ROSENDHAL, Z. (Orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

BRASIL. **Lei nº 12.408, de 25 de maio de 2011**. Altera o art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para descriminalizar o ato de grafitar, e dispõe sobre a proibição de comercialização de tintas em embalagens do tipo aerossol a menores de 18 (dezoito) anos. Brasília, DF: Presidência da República, 2011.

CARLOS, Claudio Lima. La otra cara del proyecto Puerto Maravilla: Zona portuaria de Río de Janeiro. **Revista Latino-americana de Ambiente Construído & Sustentabilidade**, Tupã-SP, v. 1, n. 2, 2020, pp. 1-15.

CARVALHO, João Marcelo de. **Xarpi: um registro sobre a pixação no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2017.

CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. São Paulo: Martins, 2007.

COSGROVE, Denis. A Geografia Está em Toda Parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas. In: CORRÊA, R. L; ROSENDHAL, Z. (Orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

FERNANDES, Ulisses da Silva. **Paisagem: uma prosa do mundo em Merleau-Ponty**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói: [s.n.], 2009, 160f.

GITAHY, C. **O que é graffiti**. – São Paulo: Brasiliense, 2012.

GÓIS, Marcos Paulo Ferreira de. **Paisagens luminosas e cenários noturnos: formas, práticas e significados na cidade do Rio de Janeiro**. – Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2017.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HERSCHMANN, Micael. **O funk e o hip-hop invadem a cena**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

ROGER, Alain. **Breve tratado del paisaje**. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2014.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

SERPA, Angelo. **Por uma geografia dos espaços vividos: geografia e fenomenologia**. – São Paulo: Contexto, 2019.

SILVA, Armando. **Atmosferas urbanas: grafite, arte pública, nichos estéticos**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2014.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

TARTAGLIA, Leandro. A paisagem e o grafite na cidade do Rio de Janeiro. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n.7, 2013, pp.191-202.

Submetido em: 13 de abril de 2024
Devolvido para revisão em: 08 de maio de 2024
Aprovado em: 13 de maio de 2024
DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2023.3446

COMO CITAR:
MIRANDA NUNES, D. H. Paisagens: uma breve análise cultural e urbana. **Terra Livre**, São Paulo, ano 38, v.2, n. 61, jul.-dez. 2023, p. 57-95. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3446. Acesso em: dd/mm/aaaa.

CONSTRUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO* PELA CAMPANHA CONSTRUINDO CIDADES RESILIENTES

BUILDING ACTION PLAN BY THE MAKING RESILIENT CITIES CAMPAIGN

CONSTRUCCIÓN DEL PLAN DE ACCIÓN DE LA CAMPAÑA DESARROLLANDO CIUDADES RESILIENTES

Larissa Maria da Silva Ferentz
Doutora em Gestão Urbana pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil
E-mail: larissa.ferentz@pucpr.edu.br

Carlos Mello Garcias
Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil
carlos.garcias@pucpr.br

Fantina Tedim
Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal
E-mail: ftedim@letras.up.pt

Resumo:
A campanha Construindo Cidades Resilientes das Nações Unidas visa a redução de riscos e desastres em nível local, tendo mais de 800 cidades participantes no mundo. O objetivo da pesquisa é apresentar estratégias para o desenvolvimento do Plano de Ação para a Resiliência no Brasil. A metodologia se baseia nas experiências de Lisboa, cidade piloto de Portugal. No Brasil o estudo é aplicado em União da Vitória, município com inundações frequentes no estado do Paraná. Como resultado, tem-se a estruturação do Plano em três etapas principais: identificação dos impactos, identificação das lacunas e definição das ações estratégicas. Conclui-se que a elaboração do Plano de Ação é uma técnica importante para a tomada de decisão após o preenchimento do Scorecard.

Palavras-chave: Resiliência Urbana, Plano de Ação, Gestão de Riscos e Desastres, Planejamento Estratégico, Scorecard de Resiliência.

Abstract:
The United Nations' Making Cities Resilient campaign aims to reduce risks and disasters at the local level and has more than 800 participating cities worldwide. The objective is to present strategies for the Action Plan development in Brazil. The methodology is based on the experiences of Lisbon, pilot city in Portugal. In Brazil, the study is applied in União da Vitória, a municipality with frequent floods in the Paraná' state. As a result, we have the structuring of the Plan in three main stages: identification of impacts, identification of gaps, and definition of strategic actions. In conclusion, the elaboration of the Action Plan is an important technique for decision making after the completion of the Scorecard.

Keywords: Urban Resilience, Action Plan, Risk and Disaster Management, Strategic Planning, Resilience Scorecard.

Resumen:
La campaña de las Naciones Unidas Desarrollando Ciudades Resilientes tiene como objetivo reducir los riesgos y desastres a nivel local, con más de 800 ciudades participantes en todo el mundo. El objetivo de la investigación es presentar estrategias para el desarrollo del Plan de Acción para la Resiliencia en Brasil. La metodología se basa en las experiencias de Lisboa, ciudad piloto en Portugal. En Brasil, el estudio se aplica en União da Vitória, municipio con frecuentes inundaciones en el estado de Paraná. Como resultado, el Plan se estructura en tres etapas principales: identificación de impactos, identificación de brechas y definición de acciones estratégicas. Se concluye que la elaboración del Plan de Acción es una técnica importante para la toma de decisiones luego de completar el Scorecard.

Mots-clés / Palabras-clave: Resiliencia Urbana, Plan de Acción, Gestión de Riesgos y Desastres, Planificación Estratégica, Scorecard de Resiliencia.

Introdução

A incorporação da resiliência frente a desastres em nível local apresenta desafios e limitações em sua aplicação prática. Primeiramente, os gestores precisam se familiarizar com o termo e sua ligação com as áreas setoriais. Depois, inicia-se o processo de compreensão das ferramentas existentes e a necessidade de adaptação para a sua realidade. Apenas após todo esse processo é que a construção das ações e medidas necessárias para a adoção da resiliência será possível (Baravikova, Coppola e Terenzi, 2020; Ferentz e Garcias, 2020). Embora as dificuldades existam, as técnicas para enfrentamento dos eventos extremos são cada vez mais necessárias. Nos últimos 20 anos, mais de 1 milhão de pessoas perderam suas vidas durante a ocorrência de desastres. Não obstante, os prejuízos econômicos no mundo chegam a 3 trilhões de dólares (Undrr, 2020).

A partir desse cenário em 2010 o Escritório de Redução de Risco de Desastres (Unisdr) lançou a campanha global "Construindo cidades resilientes: Minha cidade está se preparando!". Essa campanha tem o objetivo de atender o Marco de Sendai, incentivando os gestores locais no aumento da resiliência por meio de dez passos essenciais (Quadro 1). A fim de auxiliar os municípios quanto a identificação dos riscos e monitoramento das ações, juntamente à campanha foi lançado o Scorecard de Resiliência a Desastres para Cidades. Essa ferramenta se apresenta em duas versões distintas: preliminar (47 indicadores) e detalhada (118 indicadores), podendo servir de base para a elaboração do Plano de Ação para a Resiliência (Unisdr, 2019).

Quadro 1 - Dez Passos Essenciais

Passos Essenciais
1. Organizar a resiliência de desastres
2. Identificar, compreender e usar cenários de riscos atuais e futuros
3. Fortalecer a capacidade financeira para resiliência
4. Buscar pelo desenvolvimento urbano resiliente
5. Proteger os sistemas naturais para melhorar as funções de proteção oferecidas pelos ecossistemas
6. Fortalecer a capacidade institucional para resiliência
7. Encontrar e fortalecer a capacidade social para resiliência
8. Aumentar a resiliência de infraestruturas
9. Assegurar a resposta efetiva de desastres
10. Assegurar a rápida recuperação e a melhorias com a reconstrução

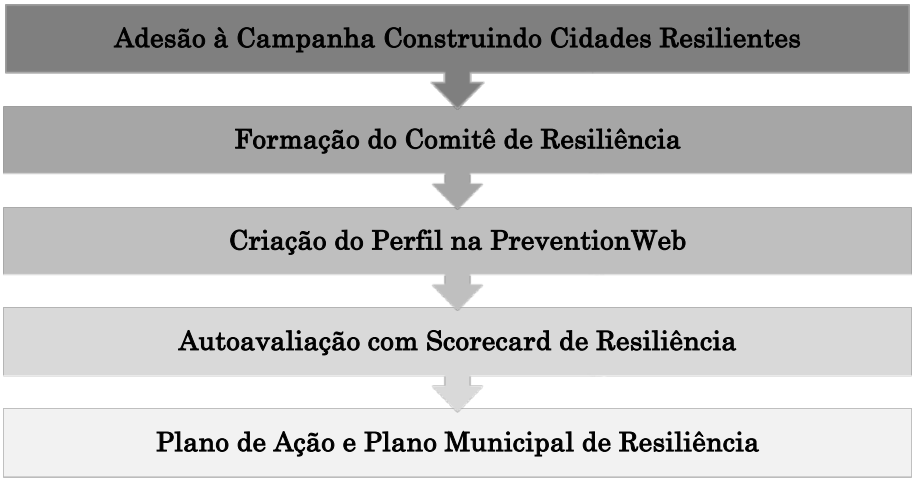
Fonte: Unisdr, 2019.

Cabe destacar que o Unisdr reconhece que os municípios podem ter dificuldades para definir e implementar as medidas necessárias para a resiliência, tendo em vista a novidade das propostas frente aos riscos locais. Logo, para o compartilhamento de experiências e conexões com outros municípios e organizações, os gestores contam com a PreventionWeb. A PreventionWeb é uma plataforma gerenciada pelo UNISDR e direcionada para o compartilhamento de dados sobre a redução de riscos e desastres. Os gestores locais apresentam suporte em uma base de dados internacional, definição e conceitos, programas que são implementados e aviso de eventos sobre a temática que acontecem no mundo todo (PreventionWeb, 2022).

De modo geral, a campanha Construindo Cidades Resilientes pode ser resumida em cinco etapas principais (Figura 1). A primeira etapa se inicia com o compromisso dos municípios ao realizar à adesão à campanha, além das primeiras orientações para que conheçam os passos a serem seguidos. A segunda etapa se refere à formação do comitê de resiliência, essencial para a

continuidade dos processos já que é composto por pessoas de todas as áreas setoriais. Nessa fase é importante que haja a capacitação dos integrantes do comitê. Para isso, é possível contar com alguns cursos ofertados pela Proteção Civil dos estados brasileiros (Pinheiro, Stringari e Ferentz, 2019).

Figura 1 - Fluxo metodológico para estruturação de campanhas de Cidades Resilientes



Fonte: Autores (org.), 2024.

Na terceira etapa os gestores devem realizar a criação do perfil municipal no site da PreventionWeb. Essa plataforma permitirá que os participantes sejam acompanhados em escala global. Na fase quatro, anteriormente à aplicação do instrumento de autoavaliação, deve ser realizada uma oficina para explicar como o Scorecard de Resiliência a Desastres deve ser preenchido. Após o comitê de resiliência compreender como a ferramenta funciona, ele ficará responsável por realizar o preenchimento dos indicadores, seja em reuniões internas ou com a realização de *workshops*. Por fim, com os resultados da autoavaliação será possível iniciar as

análises que farão parte da elaboração do Plano de Ação (Pinheiro, Stringari e Ferentz, 2019).

A elaboração do Plano Municipal de Resiliência pode ser realizada com o objetivo de acompanhar os progressos obtidos. Entretanto, destaca-se que sua existência não é obrigatória. Alguns municípios podem preferir incorporar os programas diretamente nos planos existentes e utilizar o monitoramento como forma de integrar o planejamento local. Não obstante, a finalização das etapas deve ser vista como um ciclo, de tal modo que o monitoramento das atividades deve ser constante. Para estas avaliações é possível utilizar a versão preliminar do Scorecard, por exemplo, tendo em vista que é um instrumento resumido da versão detalhada e possui uma aplicação mais rápida (Pinheiro, Stringari e Ferentz, 2019).

Embora os participantes considerem que a campanha se mostra eficiente em nível global, há um acordo comum de que deveria haver um acompanhamento maior para o preenchimento dos indicadores e elaboração dos planos. "De modo geral, há uma falta de compreensão da utilização subsequente das ferramentas desenvolvidas". Ou seja, mesmo após o preenchimento do Scorecard, muitos não sabem como dar continuidades às atividades, pausando o processo que poderia ajudar os municípios a aprimorarem sua gestão de riscos e desastres (Baravikova, Coppola e Terenzi, 2020, p. 10).

Nesse sentido, a presente pesquisa atua na quinta etapa da campanha, tendo o objetivo de apresentar uma forma de estruturação do Plano de Ação a ser desenvolvido após o preenchimento da autoavaliação com o Scorecard de Resiliência. Para isso, o método considerará a experiência adquirida pela cidade

Piloto da campanha, Lisboa, enquanto o estudo de caso se passa em um dos municípios brasileiros com elevada frequência de inundações: União da Vitória, no estado do Paraná.

Planejamento estratégico para ações de resiliência

O conceito da resiliência teve origem no século XIX nos estudos sobre a capacidade dos materiais absorverem energia sem se deformarem (Sudmeier-Rieux, 2014). Depois disso, os conceitos ganharam destaque nos campos da psicologia, para recuperação de eventos traumáticos (Nutting, 2014); geografia, com as relações da paisagem e a saúde humana (Gesler, 1992; Kearns e Gesler, 1998); engenharia, quanto a estabilidade, resistência e rigidez (Hollnagel et al., 2013; Hollnagel, Woods e Leveson, 2006); meio ambiente, para a capacidade dos ecossistemas em se adaptar e resistir a eventos externos (Holling, 1973); e desastres, com as relações entre as mudanças climáticas e as vulnerabilidades (Timmerman, 1981).

Atualmente a resiliência não só se tornou parte de princípios orientadores, tais como as Metas de Desenvolvimento Sustentável; Acordo de Paris sobre Mudança Climática; Quadro de Sendai para Redução de Risco de Desastres 2015-2030; e a Nova Agenda Urbana - Habitat 2016, como também é considerada como um agente de transformação urbano frente aos desastres. A campanha Construindo Cidades Resilientes surgiu justamente com o enfoque de demonstrar como a resiliência pode ser um agente de adaptação e mudanças dentro das cidades. Desta forma, ela pode ser definida como “um conjunto de capacidades e recursos cruciais para enfrentar, resistir e se recuperar de eventos adversos e choques, ou

seja, (i) absorventes, (ii) adaptáveis, (iii) antecipadoras, (iv) preventivas, e (v) transformadoras" (Heinkel et al., 2022, p.1274).

A construção da resiliência atrelada a gestão municipal é capaz de reduzir os danos e perdas decorrentes de desastres. O envolvimento no desenvolvimento e planejamento de ações não deve ser apenas dos gestores, mas também da população, a fim de que essa construção se fortifique na prática (Baravikova, Coppola e Terenzi, 2020). Esse cenário é apresentado no estudo de Kim e Marcouiller (2019), onde afirmam que quando a sociedade está engajada, combinada com o planejamento urbano e políticas locais focadas na prevenção, preparação e mitigação de desastres, além dos impactos negativos serem menores, também aumentam a resiliência. Por isso, construir comunidades fortes, saudáveis e resilientes, que tenham a capacidade de resistir e de se recuperar rapidamente de eventos extremos, é a maneira mais eficaz de proteger o futuro das cidades (Şen, 2021).

Entretanto, o planejamento para a resiliência não é uma tarefa simples e requer apoio de todos os interessados para sua construção, desde o setor público, privado, universidades, organismos não governamentais, até a sociedade civil (Weichselgartner e Kelman, 2014). As cidades também precisam de recursos para a implementação das medidas e para quando desastres ocorrerem, estarem preparadas para que os serviços essenciais continuem em operação (Sharifi, 2016). Além disso, os objetivos globais enfatizam a necessidade de utilização de indicadores que auxiliem os municípios na caracterização e monitoramento dos riscos. Nesse sentido, é possível adotar medidas estratégicas que avaliem os esforços feitos pelas cidades,

determinando sua resiliência e sustentabilidade (Bello et al., 2021; Croese, Green e Morgan 2020; Marzi et al., 2019).

Como pôde-se observar, o planejamento da resiliência é um processo que inclui diferentes tipos de atividades com dois objetivos em comum: (1) ações que garantam que as comunidades tenham segurança, acesso aos serviços essenciais e capital para reconstrução após a ocorrência de desastres; e (2) ações que mitiguem os riscos a longo prazo, reduzindo assim a probabilidade de que impactos negativos persistam junto com desastres ao longo do tempo. As ações do primeiro objetivo estão relacionadas à resposta e recuperação de desastres em curto prazo, enquanto o segundo objetivo foca nas medidas necessárias para garantir que as comunidades se recuperem e prosperem (OWP EFC, 2020).

Nesse sentido, para a implementação de medidas de redução de risco de maneira eficaz, o sistema deve assegurar o compromisso de liderança da estrutura organizacional local por meio do envolvimento das partes interessadas, treinamentos e capacitações, mapeamentos de risco e identificação das infraestruturas e áreas vulneráveis. O sistema também deve confirmar a capacidade de recursos existentes, identificando àqueles necessários para o desenvolvimento das medidas propostas, sem comprometê-los para casos emergenciais. Desta forma, será possível responder aos desastres e se recuperar com melhor planejamento e capacidade financeira (Terblanche, Sousa e Van Niekerk, 2022).

"A abordagem de cada cidade para construir a resiliência pode ser diferente, mas o comum entre elas é a necessidade de monitoramento e medição da resiliência durante toda a jornada" (Flax, Armstrong e Yee, 2016, p.2). Para isso é possível contar com

instrumentos já formulados ao redor do mundo. O Scorecard de Resiliência a Desastres para Cidades é um exemplo do tipo de ferramenta que pode ser utilizada nos municípios. Com algumas alterações para aproximá-lo da realidade local, os indicadores podem servir de base para a criação das próprias políticas, programas e planos de resiliência (Ferentz e Garcias, 2020; Ferentz e Garcias, 2023).

Entretanto, como citado anteriormente, os participantes da campanha consideram que não há um acompanhamento mais aprofundado sobre a utilização e continuidade dessas ferramentas. Dentre os principais problemas que isso tem acarretado estão os recursos e tempo intensivo para o preenchimento do Scorecard, tendo em vista o elevado número de indicadores; dificuldade de tradução das terminologias técnicas, já que alguns termos se apresentam de forma incompreensível na linguagem local; dificuldades para obtenção de dados e informações, especialmente do setor privado; e dificuldades em avaliar todos os parâmetros de uma forma quantitativa em comparação à escala de medição (Schofield e Twigg, 2019).

Atrelado a isso, os municípios ainda precisam enfrentar seus problemas internos para conseguir implementar os preceitos da resiliência. As diversas áreas setoriais integrantes da gestão municipal podem apresentar interesses e prioridades concorrentes umas com as outras. A rotatividade de funcionários a cada processo eleitoral também influencia na efetividade das ações. Os gestores se especializam em áreas específicas, dificultando a integração multissetorial. O ideal seria que todas as áreas setoriais e seus respectivos planos considerassem os riscos de forma holística, em cada parte do processo de visão e desenvolvimento. “O

desalinhamento horizontal das iniciativas de planejamento - entre departamentos e agências a nível da comunidade - puxa prioridades e investimentos em diferentes direções" (Malecha et al., 2019, p. 4).

A partir desse cenário é possível identificar incongruências nas políticas de planejamento. Os diferentes planos setoriais são desenvolvidos isoladamente uns dos outros. Alguns deles, como o zoneamento e uso do solo, consideram estratégias baseadas na divisão administrativa, como área histórica ou parte central da cidade. Outros, como os planos de contingência de riscos, consideram as estratégias a partir da geografia física, como zonas e recorrências de inundação. Ou seja, pode ocorrer de determinados planos setoriais não levarem em conta os perigos existentes, assim como outros podem não abordar o ambiente construído (Malecha *et al.*, 2019).

Os planos de resiliência visam ajudar os municípios a compreenderem a importância de integrar o planejamento local com os riscos existentes, em todas as áreas setoriais. A estratificação e sobreposição de dados, juntamente às políticas setoriais, devem resultar no conhecimento dos impactos resultantes nas comunidades. Por exemplo, a relação entre o uso do solo, zonas de risco e áreas de conservação podem auxiliar na avaliação das vulnerabilidades ambientais presentes na região. Ao intercalar essas informações com as políticas e planos, é possível avaliar as ações que aumentam ou diminuem as vulnerabilidades dentro das áreas de risco (Malecha *et al.*, 2019).

Deste modo, destaca-se que ao voltar o olhar para além das dificuldades encontradas, o Scorecard pode ajudar a definir estratégias para o desenvolvimento das cidades reforçando a resiliência. Por meio dele, também há o encorajamento para

aumento de parcerias, partilha de informações, recursos e experiência, o que não só auxilia na compreensão que os impactos podem causar nos diferentes níveis administrativos da cidade, como também permite identificar as barreiras financeiras e políticas existentes, para promover soluções (Baravikova, Coppola e Terenzi, 2020). Nesse sentido, a partir de sua estrutura, o Scorecard é uma ferramenta que permite a integração local, contribuindo para a redução dos riscos de desastres e fornecendo os primeiros passos para a elaboração dos Planos de Ação e de Resiliência.

Procedimentos metodológicos

A metodologia é descritiva e documental, a fim de analisar os Planos e Programas desenvolvidos em Portugal após a adesão à campanha Construindo Cidades Resilientes. Deste modo, será possível apontar uma estruturação para o Brasil pode criar seus Planos, conforme os preceitos da campanha.

Estudo de Caso

Para a proposição das ações desenvolvidas pós preenchimento do Scorecard, a cidade de Lisboa, capital de Portugal, foi escolhida como modelo. Lisboa possui uma convivência com riscos e grandes eventos extremos registrados desde 1755. Atualmente, os eventos variam entre ondas de calor, ventos fortes e principalmente, inundações. Cabe destacar que Lisboa é um dos municípios piloto que ajudaram o Escritório das Nações Unidas no desenvolvimento dos 10 passos essenciais e adoção dos indicadores do Scorecard de Resiliência. Nesse sentido, ela foi uma das

primeiras cidades a adotar indicadores de resiliência, definir programas de ações e elaborar planos estratégicos (PreventionWeb, 2022).

Essa experiência será levada em consideração para a aplicação do Plano na cidade de União da Vitória, no Brasil. Essa cidade é participante da campanha Construindo Cidades Resilientes no estado do Paraná e tem destaque para os grandes índices de inundação registrados. Além disso, os gestores locais realizaram o preenchimento do Scorecard Detalhado em 2018, mas não tiveram mais avanços para a elaboração dos Planos.

Método

A elaboração do Plano de Ação ocorre na última etapa da campanha Construindo Cidades Resilientes. Após o preenchimento do Scorecard, é necessário identificar as principais fragilidades e ações a serem desenvolvidas para a melhoria da resiliência. Tendo em vista que o caminho do planejamento não é sólido, ou seja, podem ser escolhidas diversas direções a seguir, esta pesquisa se baseará no método adotado pelas Nações Unidas quando avaliou pela primeira vez a resiliência nas diferentes cidades do mundo, incluindo Lisboa.

O Scorecard Piloto era formado por três camadas, sendo as duas primeiras com respostas totalmente abertas e a terceira com respostas tanto abertas quanto direcionadas. De modo geral a camada 1 deveria ser respondida durante um *workshop* com participantes do governo municipal, setor privado e sociedade civil. A camada 2 visava levantar discussões entre as partes interessadas, focando nas pessoas com conhecimento ou experiência

setorial específica. Por fim, a coleta de dados da camada 3 poderia ser realizada por meio de consultas com especialistas setoriais ou a partir da revisão de dados existentes na cidade.

Com o Scorecard Piloto, Lisboa buscou compreender ao máximo a ferramenta e seus resultados. Deste modo, sua participação na campanha também seguiu 3 etapas principais: (1) identificação dos riscos com o preenchimento do scorecard; (2) identificação das lacunas a serem resolvidas, devido os impactos e maiores problemáticas encontradas; e (3) a definição das ações para o aumento da resiliência. Tendo em vista as experiências adquiridas na cidade portuguesa, o Plano de Ação proposto nessa pesquisa seguirá a mesma ordem lógica utilizada, apenas substituindo os indicadores piloto (quatro *layers* com 229 indicadores ao todo) pelos indicadores do Scorecard Detalhado (Figura 2).

Figura 2 – Sequência para elaboração do Plano de Ação

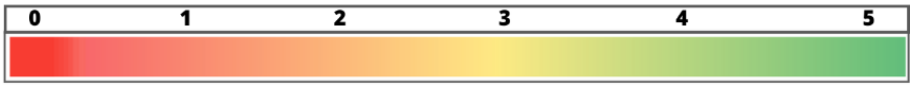


Fonte: Autores (org.), 2024.

Não obstante, as análises realizadas seguirão uma escala de cores, a fim de facilitar a compreensão dos resultados obtidos. Ressalta-se que a escala oficial do Scorecard Detalhado possui

variação de 0 a 5 pontos. Desta forma cada pontuação apresentará uma cor específica (Figura 3).

Figura 3 – Escala de cores para análise dos resultados do Scorecard



Fonte: Autores (org.), 2024.

Resultados e Discussões

A elaboração do Plano de Ação se inicia pela análise das informações adquiridas na autoavaliação, ou seja, após o preenchimento do Scorecard de Resiliência. Por meio dessa análise será possível identificar os principais pontos que necessitam de melhorias prioritárias para o atingimento da resiliência. Com a identificação das lacunas, a definição das ações estratégicas será possível, a fim de implementar as medidas na prática.

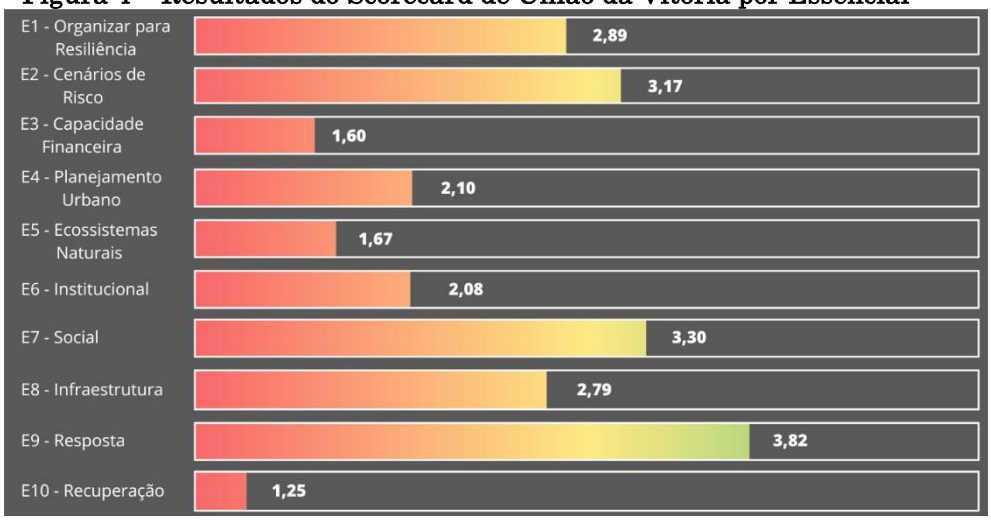
Scorecard de Resiliência

Desde a aplicação do Scorecard de Resiliência em União da Vitória em 2018, o município não desenvolveu nenhum plano de resiliência que pudesse monitorar seu andamento na campanha. Na época, o instrumentou totalizou em 53,2% da pontuação máxima. Como destaques principais dos 10 Essenciais as ações de resposta tiveram uma boa margem de pontuação, seguidas da dimensão social e dos cenários de risco. Em contrapartida, os piores passos essenciais tratam da recuperação, capacidade financeira frente aos riscos e dos ecossistemas naturais (Figura 4).

Este perfil de pontuação reflete diretamente na vivência das pessoas com o rio Iguaçu e das medidas tomadas ao longo dos anos

pelos gestores municipais. “A forte cultura de convivência com as enchentes; a construção de novas residências nas proximidades do rio; e a falta de capacitação dos moradores, mesmo com a grande frequência de cheias”, são apenas alguns exemplos dos impactos – positivos e negativos – que essa relação do homem com os eventos extremos tem apresentado na cidade de União da Vitória (Garcias, Ferentz e Pinheiro, 2019, p.99).

Figura 4 – Resultados do Scorecard de União da Vitória por Essencial



Fonte: Autores (org.), 2024.

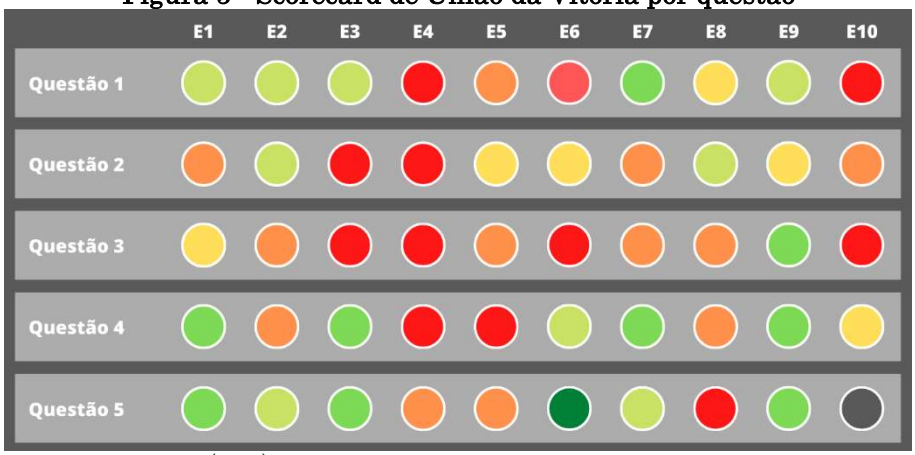
Percebe-se que o Scorecard de Resiliência pode ser um importante instrumento para a avaliação da gestão de riscos e desastres dos municípios, de tal modo que é capaz de transmitir a realidade das comunidades e suas necessidades para a mitigação das ameaças. De um lado, as pontuações podem ser mapeadas e analisadas para diversos tipos de risco e vulnerabilidades, além dos diferentes espaços temporais. Por outro lado, seus resultados também auxiliam os gestores locais na tomada de decisões estratégicas, tendo em vista o seu perfil organizacional. Com esse

escopo, é possível alinhar, fortalecer e integrar os planos existentes no município (Malecha *et al.*, 2019).

Identificação dos Impactos Locais e Principais Lacunas

Para o início das análises necessárias na estruturação do Plano de Ação, a primeira medida após o preenchimento do Scorecard é destrinchar os resultados de forma individual. Ao realizar as análises para cada uma das questões, é possível identificar quais são as principais forças e fraquezas do município. Como exemplo, as 5 primeiras questões de cada Essencial de União da Vitória podem ser observadas na Figura 5. Destaca-se que seguindo a escala de cores apresentada anteriormente, em vermelho claro a pontuação recebida foi de 1, laranja 2, amarelo 3, verde claro 4 e verde escuro 5. Em vermelho vivo estão àquelas que receberam pontuação nula, enquanto o cinza escuro apenas indica que não há mais questões.

Figura 5 - Scorecard de União da Vitória por questão

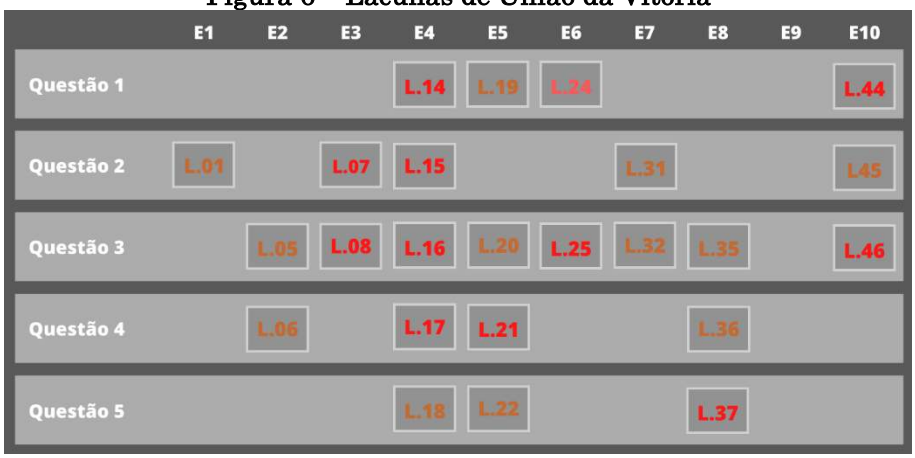


Fonte: Autores (org.), 2024.

A partir disso é possível definir as lacunas emergenciais, ou seja, aquelas que precisam de ações a curto prazo. Essa definição pode ser feita pelo comitê de resiliência municipal. Para isso, primeiramente devem ser analisadas as pontuações recebidas. Os resultados de 4 e 5 pontos equivalem a medidas de longo prazo. Para 3 pontos as medidas necessárias serão de médio e longo prazo. Já aquelas que receberam 2 ou menos pontos, são as medidas prioritárias a curto prazo. Sendo assim, para o estudo de caso serão adotadas como lacunas apenas os resultados de curto prazo, ou seja, com variação de 0 a 2.

A partir da Figura 5, que apresenta todos os resultados obtidos na autoavaliação, é possível eliminar as questões com pontuações entre 3 e 5. Deste modo, todas as que sobrarem são as lacunas (Figura 6). Ao todo, foram identificadas 46 Lacunas em União da Vitória. Vale ressaltar que tanto a Figura 5 quanto a Figura 6 fazem uma apresentação resumida dos resultados, tendo em vista que com exceção do essencial 10, todos os demais possuem mais do que 5 questões.

Figura 6 – Lacunas de União da Vitória



Fonte: Autores (org.), 2024.

Definição das Estratégias e Ações para a Resiliência

Nessa fase serão definidas as ações necessárias para resolver as lacunas identificadas anteriormente. Deve-se levar em conta que algumas ações podem ser semelhantes ou complementares. Deste modo, a fim de garantir a mesma estruturação conforme a identificação das lacunas, as ações serão reunidas em grupos principais. Ou seja, o mesmo grupo de ações poderá atender mais de uma lacuna, independente do Passo Essencial a que se refere. Sendo assim, após todo esse processo será possível analisar as necessidades para os projetos que serão conceitualizados e organizados de forma temporal para a elaboração do posterior Plano de Resiliência.

No Passo Essencial 1 foram identificadas 4 Lacunas. A Questão 2 (1.1.2) se refere às falhas na elaboração de planos de forma inclusiva, com uma cultura participativa de várias partes interessadas, sejam estas setor público, privado, ONGs, universidades, instituições, indústrias, dentre outros. A Questão 6 (1.2.3) também apresenta falhas de autoridade e recursos, especialmente recursos insuficientes para as ações de redução de riscos. Para ambos os casos, é possível promover uma oficina para os gerentes locais para apresentar métricas e o plano de ação proposto, a fim de ajudá-los a compreender os objetivos e benefícios de uma cidade com uma estratégia resiliente. Também é importante definir uma estratégia de resiliência com todos os responsáveis das autoridades locais e as partes interessadas. Sendo esta a Ação de número 1 (A.01).

Ainda no Essencial 1 também foram identificadas as Lacunas 3 (Questão 7) e 4 (Questão 8). O indicador 1.2.4 se refere

às contribuições que podem complementar o que é fornecido pela cidade, como equipamentos, pessoas, suprimentos etc. Essas contribuições externas estão sendo analisadas por meio de um plano em desenvolvimento. Já o indicador 1.3.1 resulta das propostas do governo que são avaliadas para benefício da resiliência de modo particular ou ocasional. Para resolução, é possível criar uma plataforma para múltiplas partes interessadas a fim de poder obter um cenário de risco completo (A.02) (Quadro 2).

Quadro 2 – Ações do Passo Essencial 1

Essencial 1	
L.01 1.1.2	Planos integrados e participativos A.01 - Promover uma oficina para os gerentes locais para apresentar métricas e o plano de ação proposto para ajudá-los a entender os objetivos e benefícios de uma cidade com uma estratégia resiliente. Definir também uma estratégia de resiliência com todos os responsáveis das autoridades locais e as partes interessadas.
L.02 1.2.3	Falta de recursos para a redução de Riscos A.01 - Promover uma oficina para os gerentes locais para apresentar métricas e o plano de ação proposto para ajudá-los a entender os objetivos e benefícios de uma cidade com uma estratégia resiliente. Definir também uma estratégia de resiliência com todos os responsáveis das autoridades locais e as partes interessadas.
L.03 1.2.4	Contribuições de recursos externos A.02 - Criar uma plataforma para múltiplas partes interessadas, a fim de poder obter um cenário de risco completo.
L.04 1.3.1	Mecanismos do governo para benefício da resiliência. A.02 - Criar uma plataforma para múltiplas partes interessadas, a fim de poder obter um cenário de risco completo.

Fonte: Autores (org.), 2024.

No Passo Essencial 2 foram identificadas 2 Lacunas. A Questão 3 (2.2.2) visa a avaliação de risco. Entretanto o município ainda se concentra em ativos espaciais e físicos apenas. O

planejamento para atualizar as avaliações está previsto para quando houver outros dados disponíveis, como os de falta de empregos, agricultura, ecossistemas etc. Ou seja, faltam investimentos nessa área, de tal modo que os recursos financeiros não possuem prioridade para análises de risco. Nesse caso, é possível elaborar modelos econômicos que consideram o histórico dos desastres e evidenciar os benefícios da resiliência (A.03). Deste modo as estratégias da cidade deverão considerar fundos para a redução de riscos.

A Questão 4 (2.3.1) considera que os ativos críticos são identificados, ou seja, os equipamentos, infraestruturas e demais sistemas para o funcionamento da cidade. Entretanto, as cadeias de falhas não, fazendo com que não haja estratégias para evitar impactos negativos a larga escala. Se ocorrer, as correções são realizadas por departamentos individuais da cidade. Por exemplo, se acabar a energia elétrica pode afetar o sistema de tratamento de água, afetando hospital local e consequentemente diminuindo a capacidade de tratamento dos pacientes. Para isso, é possível considerar a mesma Ação já apresentada anteriormente – A.02. O resumo das ações é apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 - Ações do Passo Essencial 2

Essencial 2	
L.05 2.2.2	Avaliação de risco baseada em efeito cascata e risco transfronteiriço A.03 - Elaborar modelos econômicos que consideram o histórico dos desastres e evidenciar os benefícios da resiliência.
L.06 2.3.1	Falta de recursos para a redução de Riscos A.02 - Criar uma plataforma para múltiplas partes interessadas, a fim de poder obter um cenário de risco completo.

Fonte: Autores (org.), 2024.

O Passo Essencial 3 possui 7 Lacunas, as quais podem ser resolvidas com a mesma ação estratégica. As Questões 2 (3.2.1) e 3 (3.2.2) abordam a situação financeira frente aos desastres. O indicador 3.2.1 destaca que em União da Vitória não há planos financeiros com prioridades fundamentadas no caso da ocorrência de eventos extremos, tanto no cenário mais provável quanto no mais severo. Já o indicador 3.2.2 destaca que também não há projetos de financiamento ou de grau de proteção, para que não ocorra a necessidade de cortes ou que o dinheiro precise ser retirado de outras fontes. Atrelado aos prejuízos resultantes dos desastres, as Questões 6 (3.3.1) e 7 (3.3.2) abordam a utilização de seguros, em que é afirmado, consecutivamente, que não há cobertura nem para habitações domésticas e nem para imóveis comerciais, infraestruturas e ativos.

Por fim, as últimas três questões tratam de incentivos do município para seus cidadãos. As Questões 8 (3.4.1) e 10 (3.4.3) destacam que houve algum incentivo inicial para ajudar empresários e proprietários a tomarem medidas que melhorem a resiliência, mas que por falta de continuidade, não atingiram seu objetivo. Em contrapartida, a Questão 9 (3.4.2) reforça que não há nenhum tipo de incentivo para ajudar organizações sem fins lucrativos. Diante destes cenários, a ação a ser desenvolvida em todas as Lacunas do Essencial 3 é definir uma estratégia de resiliência baseada em normas, padrões e boas práticas e também orçamentos que estejam alinhados a todos os riscos, impactos e cenários (A.04) (Quadro 4).

O Passo Essencial 4 é formado por 5 Lacunas. As 4 primeiras questões abordam percentuais de deslocamento da

população por mais de 3 meses no cenário mais provável (Questão 1, 4.1.1), atividades econômicas quanto perdas de 1 mês ou mais para empregos (Questão 2, 4.1.2) e produção comercial (Questão 3, 4.1.2.1) e perdas de 6 meses ou mais em terras agrícolas (Questão 4, 4.1.3). Cabe destacar que as respostas dos gestores quanto esses cenários em risco foram nulas, tendo em vista a inexistência de dados no município. Deste modo, a ação ideal é criar e compartilhar uma plataforma capaz de receber dados externos de agências contribuintes (A.05).

Quadro 4 - Ações do Passo Essencial 3

Essencial 3	
L.07 3.2.1	Plano financeiro para eventos extremos A.04 - Definir uma estratégia de resiliência baseada em normas, padrões e boas práticas e também orçamentos resilientes alinhados a todos os riscos, impactos e cenários.
L.08 3.2.2	Fundo de contingência para não afetar o orçamento da cidade A.04 - Definir uma estratégia de resiliência baseada em normas, padrões e boas práticas e também orçamentos resilientes alinhados a todos os riscos, impactos e cenários.
L.09 3.3.1	Promoção da cobertura de seguros para residências A.04 - Definir uma estratégia de resiliência baseada em normas, padrões e boas práticas e também orçamentos resilientes alinhados a todos os riscos, impactos e cenários.
L.10 3.3.2	Promoção da cobertura de seguros para comércios e infraestruturas A.04 - Definir uma estratégia de resiliência baseada em normas, padrões e boas práticas e também orçamentos resilientes alinhados a todos os riscos, impactos e cenários.
L.11 3.4.1	Mecanismos de apoio financeiro para empresários A.04 - Definir uma estratégia de resiliência baseada em normas, padrões e boas práticas e também orçamentos resilientes alinhados a todos os riscos, impactos e cenários.
L.12 3.4.2	Mecanismos de apoio financeiro para ONGs A.04 - Definir uma estratégia de resiliência baseada em normas, padrões e boas práticas e também orçamentos resilientes alinhados a todos os riscos, impactos e cenários.

L.13 3.4.3	Mecanismos de apoio financeiro para proprietários A.04 - Definir uma estratégia de resiliência baseada em normas, padrões e boas práticas e também orçamentos resilientes alinhados a todos os riscos, impactos e cenários.

Fonte: Autores (org.), 2024.

Não obstante, a Questão 5 (4.2.1) do Essencial 4 aborda o uso de design urbano para melhorar a resiliência. As soluções de design urbano podem maximizar a extensão dos ecossistemas dentro das cidades. No entanto, embora haja interesse em expandir esse tipo de solução, sua utilização em União da Vitória ainda é dispersa. Deste modo, é necessário melhorar as normativas com base em uma estratégia resiliente (A.06) (Quadro 5).

Quadro 5 - Ações do Passo Essencial 4

Essencial 4	
L.14 4.1.1	Informações sobre população em risco A.05 - Criar e compartilhar uma plataforma capaz de receber dados das agências contribuintes.
L.15 4.1.2	Informações sobre empregos em risco A.05 - Criar e compartilhar uma plataforma capaz de receber dados das agências contribuintes.
L.16 4.1.2.1	Informações sobre produção comercial em risco A.05 - Criar e compartilhar uma plataforma capaz de receber dados das agências contribuintes.
L.17 4.1.3	Informações sobre terras agrícolas em risco A.05 - Criar e compartilhar uma plataforma capaz de receber dados das agências contribuintes.
L.18 4.2.1	Regulamentação para a construção A.06 - Melhorar as normativas com base em uma estratégia resiliente.

Fonte: Autores (org.), 2024.

No Essencial 5 são apresentadas 5 Lacunas. A importância dos serviços ecossistêmicos para a resiliência, sejam estes rios, vegetações, zonas de inundação etc., é abordada na Questão 1

(5.1.1). Em União da Vitória alguns serviços essenciais do ecossistema são monitorados, como o Parque Ambiental da cidade ao longo do rio Iguaçu, enquanto outros são omitidos completamente do monitoramento. As Questões 3 (5.2.1) e 4 (5.2.2) ressaltam a utilização de infraestruturas verde e azul nas políticas e projetos locais. No indicador 5.2.1 é destacado que as políticas de uso do solo (ou falta delas) podem ter causado danos a um ou mais serviços críticos do ecossistema, enquanto que no indicador 5.2.2 é reforçado que não existem sensibilizações para utilizar infraestrutura verde e azul nos projetos de desenvolvimento urbano, regeneração e infraestrutura da cidade. Todas essas questões podem ser solucionadas baseadas na ação A.02, já apresentada anteriormente

A identificação de ativos ambientais críticos, em especial aos transfronteiriços, é levantada na Questão 5 (5.3.1). Existem ativos críticos do ecossistema além dos limites da cidade, mas eles não foram devidamente identificados. Como exemplo estão as bacias hidrográficas partilhadas, zonas húmidas, espaços verdes no entorno, vegetação urbana, dentre outros. Por fim, a Questão 6 (5.3.2) afirma que não há acordos transfronteiriços na cidade que permita políticas e planejamento para implantação de abordagens baseadas no ecossistema. Vale ressaltar que este é um ponto bem negativo para União da Vitória, pois as inundações são resultado de uma cadeia de eventos que ocorrem em toda a bacia hidrográfica. Deste modo, a ação a ser implementada é a A.01. O resumo das ações é apresentado no Quadro 6.

O Essencial 6 é formado por 7 Lacunas. As habilidades e experiências são essenciais para auxiliar no processo de identificação de riscos, mitigação, planejamento e resposta.

Entretanto, a Questão 1 (6.1.1) aponta que a existência de inventário de habilidades e experiências em resiliência é superficial e parcial. Ou seja, pode haver falta completa ou quase completa das habilidades disponíveis na cidade. Para resolver essa Lacuna, é possível criar e compartilhar uma plataforma capaz de se integrar com informações em tempo real (A.07).

Conforme citado anteriormente, União da Vitória não realiza a promoção da cobertura de seguros. Deste modo, a Questão 3 (6.1.3) afirma que não há envolvimento com o setor de seguros para avaliar, mitigar e gerir os riscos locais. Nesse caso, a ação é a A.04, descrita anteriormente. As próximas 4 questões estão relacionadas a projetos de treinamentos, sendo Questão 6 (6.2.1.1) sem orientações do público ou campanhas, apenas sobre dengue; Questão 9 (6.4.1) sem treinamentos para o governo, voluntários ou demais interessados; Questão 11 (6.4.2) realização de duas atualizações por ano dos profissionais de defesa civil, ou seja, não engloba outros participantes; e Questão 12 (6.5.1) não há acessibilidade de informação em outras línguas. Para isso a ação A.08 enfatiza a necessidade de continuar a ter objetivos de treinamento e conscientização nos formatos presencial e *online*.

Quadro 6 - Ações do Passo Essencial 5

Essencial 5	
L.19 5.1.1	Papel dos serviços ecossistêmicos na resiliência A.02 - Criar uma plataforma para múltiplas partes interessadas, a fim de poder obter um cenário de risco completo.
L.20 5.2.1	Impacto do uso do solo nos serviços ecossistêmicos A.02 - Criar uma plataforma para múltiplas partes interessadas, a fim de poder obter um cenário de risco completo.

L.21 5.2.2	Conscientização sobre Infraestruturas verde e azul A.02 - Criar uma plataforma para múltiplas partes interessadas, a fim de poder obter um cenário de risco completo.
L.22 5.3.1	Ativos ambientais críticos A.01 - Promover uma oficina para os gerentes locais para apresentar métricas e o plano de ação proposto para ajudá-los a entender os objetivos e benefícios de uma cidade com uma estratégia resiliente. Definir também uma estratégia de resiliência com todos os responsáveis das autoridades locais e as partes interessadas.
L.23 5.3.2	Acordos transfronteiriços A.01 - Promover uma oficina para os gerentes locais para apresentar métricas e o plano de ação proposto para ajudá-los a entender os objetivos e benefícios de uma cidade com uma estratégia resiliente. Definir também uma estratégia de resiliência com todos os responsáveis das autoridades locais e as partes interessadas.

Fonte: Autores (org.), 2024.

A última Lacuna presente na Questão 13 (6.6.1) destaca que o aprendizado com outras cidades e profissionais é limitado. A troca de experiências é importante para que haja um processo de melhoria contínua nas políticas e medidas adotadas pelos municípios no enfrentamento dos riscos. Embora haja necessidade de aprimoramento, é importante destacar que no passado já houve contato com outras empresas para o desenvolvimento de projetos em União da Vitória, com destaque na participação da JICA (Agência de Cooperação Internacional do Japão) para estudos das inundações locais. Aqui, a ação é definir processos baseados na estratégia de resiliência para melhorar e assegurar a colaboração entre autoridades, setor privado e sociedade (A.09) (Quadro 7).

No Passo Essencial 7 foram identificadas 4 Lacunas. A Questão 2 (7.1.2) reforça que não há informações sobre frequência de reuniões comunitárias. Quando necessário, os líderes levam as questões até os gestores por meio das associações de moradores

enquanto que a Questão 3 (7.1.2.1) aponta que não são realizados treinamentos, mesmo que gestores e voluntários tenham uma coordenação clara dos papéis em que são responsáveis no caso de eventos extremos. Nesses casos, deve-se usar a ação A.08.

Com relação às divulgações e compartilhamento de informações de resiliência no setor privado, a Questão 6 (7.3.1) destaca que não há controle sobre a comunicação interna das empresas. Ou seja, não há informações sobre empregadores que atuam como um canal de informação com funcionários ou que permitem um tempo para atividades de voluntariado para ações frente aos riscos. Nesse caso, é possível definir uma estratégia e alocar tempo para que as pessoas possam participar e melhorar as redes de colaboração (A.10).

Quadro 7 - Ações do Passo Essencial 6

Essencial 6	
L.24 6.1.1	Disponibilidade de informações sobre habilidades e experiências A.07 - Criar e compartilhar uma plataforma capaz de se integrar com informações em tempo real.
L.25 6.1.3	Promoção da cobertura de seguros A.04 - Definir uma estratégia de resiliência baseada em normas, padrões e boas práticas e também orçamentos resilientes alinhados a todos os riscos, impactos e cenários.
L.26 6.2.1.1	Campanhas e orientações ao público A.08 - Continuar a ter objetivos de treinamento e conscientização nos formatos presencial e online.
L.27 6.4.1	Treinamentos sobre a resiliência A.08 - Continuar a ter objetivos de treinamento e conscientização nos formatos presencial e online.
L.28 6.4.2	Atualizações dos conhecimentos de resiliência A.08 - Continuar a ter objetivos de treinamento e conscientização nos formatos presencial e online.
L.29 6.5.1	Acessibilidade de informações em línguas estrangeiras A.08 - Continuar a ter objetivos de treinamento e conscientização nos formatos presencial e online.

L.30 6.6.1	Compartilhamento de experiências entre cidades A.09 - Definir processos baseados na estratégia de resiliência para melhorar e assegurar a colaboração entre autoridades, setor privado e sociedade.

Fonte: Autores (org.), 2024.

Outro ponto que não foi identificado no município de União da Vitória é o planejamento de continuidade de negócios, Questão 7 (7.3.2). A elaboração de Planos de Continuidade dos Negócios possui um papel importante para a economia da cidade, já que orientam como as empresas podem voltar à normalidade o mais rápido possível se houver a ocorrência de um desastre. Para isso, pode-se criar uma ferramenta para simular cenários de risco e compartilhar as informações entre as múltiplas partes interessadas (A.11) (Quadro 8).

Quadro 8 - Ações do Passo Essencial 7

Essencial 7	
L.31 7.1.2	Disponibilidade de informações sobre habilidades e experiências A.08 - Continuar a ter objetivos de treinamento e conscientização nos formatos presencial e online.
L.32 7.1.2.1	Promoção da cobertura de seguros A.08 - Continuar a ter objetivos de treinamento e conscientização nos formatos presencial e online.
L.33 7.3.1	Campanhas e orientações ao público A.10 - Definir uma estratégia e alocar tempo para que as pessoas possam participar e melhorar as redes de colaboração.
L.34 7.3.2	Treinamentos sobre a resiliência A.11 - Criar uma ferramenta para simular cenários de risco e compartilhar as informações entre as múltiplas partes interessadas.

Fonte: Autores (org.), 2024.

O Passo Essencial 8 possui 6 Lacunas. As 3 primeiras questões condizem com as infraestruturas de saneamento da

cidade. A Questão 3 (8.2.1) destaca que a Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) da cidade está em área de risco. Cheias com recorrência de 5 anos já atingem a ETE principal afetando em torno de 25% das pessoas no cenário mais provável. Em relação aos dias afetados pela falta do tratamento de água/esgoto, Questão 4 (8.2.2), apenas 1 hospital é atendido pela ETE. As escolas, por exemplo, ainda trabalham com fossa séptica. Já a Questão 8 (8.2.3) reforça que não há dados disponíveis sobre os custos das perdas de infraestrutura. Porém, desde que foi afetada, a ETE principal da cidade foi inativada devido aos estragos dos reservatórios. Nesses casos é importante levar em conta uma estratégia resiliente no plano real e implementar uma rede de sensores com base em simulações de cenários de risco (A.12).

Embora alguns indicadores do Essencial 8 tenham apresentado resultado nulo, os mesmos devem ser desconsiderados dessa análise, tendo em vista que tratam de questões que não existem no município. Como por exemplo, podem ser citados a inexistência de rede de gás, ferrovias desativadas e atividades turística e/ou recreativas no rio Iguaçu. Deste modo, passa-se para as três últimas questões sobre perdas na saúde e no ensino durante eventos extremos. A Questão 26 (8.7.3) aponta que os recursos de saúde e emergência são organizados dentro de 36 horas. Em um cenário mais grave por exemplo, 2 postos de saúde foram atingidos e ficaram inativos por 1 mês. Os pacientes tiveram de ser transferidos para outras unidades.

Quanto ao ensino, a Questão 28 (8.8.2) estima que 20% dos dias de ensino do ano letivo possam ser perdidos durante eventos mais severos, enquanto que 10% nos mais prováveis. Como base, tem-se o exemplo do cenário mais grave da cidade onde 3 escolas

foram atingidas. Ao todo foram 15 dias sem aulas. Por fim, a Questão 29 (8.8.3) condiz aos dados perdidos de ensino. Aproximadamente 70% das informações das escolas são registradas online. Deste modo, não há grandes perdas ou informações que não possam ser recuperadas. Para auxiliar no melhoramento dessas questões, pode-se utilizar a ação A.05, descrita anteriormente. O resumo das ações é apresentado no Quadro 9.

O Passo Essencial 9 possui 3 Lacunas. Em relação à existência de centros de operação de emergência é possível afirmar pela Questão 14 (9.6.2) que União da Vitória não possui nenhum. Conforme a situação, é convocado um comitê de gerenciamento de risco durante os momentos de crise. Já em relação a Questão 16 (9.7.1), também não existem exercícios e simulados para o público ou profissionais que abordem temas como o tempo de resposta, rotas de evacuação e gerenciamento de multidões. Como ação proposta, é possível criar e compartilhar uma plataforma para múltiplas partes interessadas, a fim de poder obter um cenário de risco completo e também para poder simular diferentes cenários de risco (A.13).

Quadro 9 - Ações do Passo Essencial 8

Essencial 8	
L.35 8.2.1	Dias de serviço de saneamento em risco A.12 - Considerar uma estratégia resiliente no plano real e implementar uma rede de sensores com base em simulações de cenários de risco.
L.36 8.2.2	Perdas de serviço de saneamento para ativos críticos A.12 - Considerar uma estratégia resiliente no plano real e implementar uma rede de sensores com base em simulações de cenários de risco.
L.37 8.2.3	Custos de restauração do serviço de saneamento A.12 - Considerar uma estratégia resiliente no plano real e implementar uma rede de sensores com base em simulações de cenários de risco.

L.38 8.7.3	Organização de recursos de saúde para emergências A.05 - Criar e compartilhar uma plataforma capaz de receber dados das agências contribuintes.
L.39 8.8.2	Dias de ensino perdidos A.05 - Criar e compartilhar uma plataforma capaz de receber dados das agências contribuintes.
L.40 8.8.3	Dados de ensino perdidos A.05 - Criar e compartilhar uma plataforma capaz de receber dados das agências contribuintes.

Fonte: Autores (org.), 2024.

Atrelado à problemática anterior, a Questão 17 (9.7.2) visa avaliar a eficácia dos treinamentos. Entretanto, não existe medição sobre eficácia de treinamentos, pois eles não são realizados. Cabe destacar que a realização de simulados é de extrema importância para a efetividade das ações de resposta durante situações de emergência. A elaboração de planos não é suficiente se os moradores em risco não souberem o que devem fazer na ocorrência de desastres. Deste modo, volta-se a destacar a utilização da ação A.08. O resumo das ações é apresentado no Quadro 10.

Quadro 10 - Ações do Passo Essencial 9

Essencial 9	
L.41 9.6.2	Centros de operação de emergência A.13 - Criar e compartilhar uma plataforma para múltiplas partes interessadas, a fim de poder obter um cenário de risco completo e também para poder simular diferentes cenários de risco.
L.42 9.7.1	Exercícios e simulados A.13 - Criar e compartilhar uma plataforma para múltiplas partes interessadas, a fim de poder obter um cenário de risco completo e também para poder simular diferentes cenários de risco.
L.43 9.7.2	Eficácia de treinamentos A.08 - Continuar a ter objetivos de treinamento e conscientização nos formatos pessoal e digital/online.

Fonte: Autores (org.), 2024.

Por fim, no Essencial 10 também são apresentadas 3 Lacunas. Após a ocorrência de desastres é importante que o município possua estratégias de recuperação, reconstrução e reinicialização econômica. Entretanto, conforme a Questão 1 (10.1.1), União da Vitória não possui nenhum tipo de plano de recuperação pós-evento. Deste modo é essencial adotar a ação A.07, apresentada anteriormente. Cabe destacar que após a ocorrência de eventos, algumas instituições são consultadas para reconstruir de uma forma melhor, como técnicos do serviço público, empresas e população (Questão 2, 10.1.2). Para isso, pode-se aprimorar as atividades com a ação A.11.

Além do planejamento integrado para reconstruir melhor, o município deve buscar por arranjos financeiros e acordos que ajudem os gestores a lidarem com os desembolsos recebidos. Como exemplo, é possível avaliar se o governo nacional dispõe de ferramentas de apoio, ou ainda, empresas privadas de contabilidade que possam prestar serviço terceirizado. Porém, assim como a falta de estratégias, a cidade também não possui planos para arranjos financeiros recebidos pós-evento, que possam ajudar a lidar com os fundos e ajuda recebida. A ação que pode auxiliar a desenvolver essas atividades é a A.04 (Quadro 11).

Quadro 11 - Ações do Passo Essencial 10

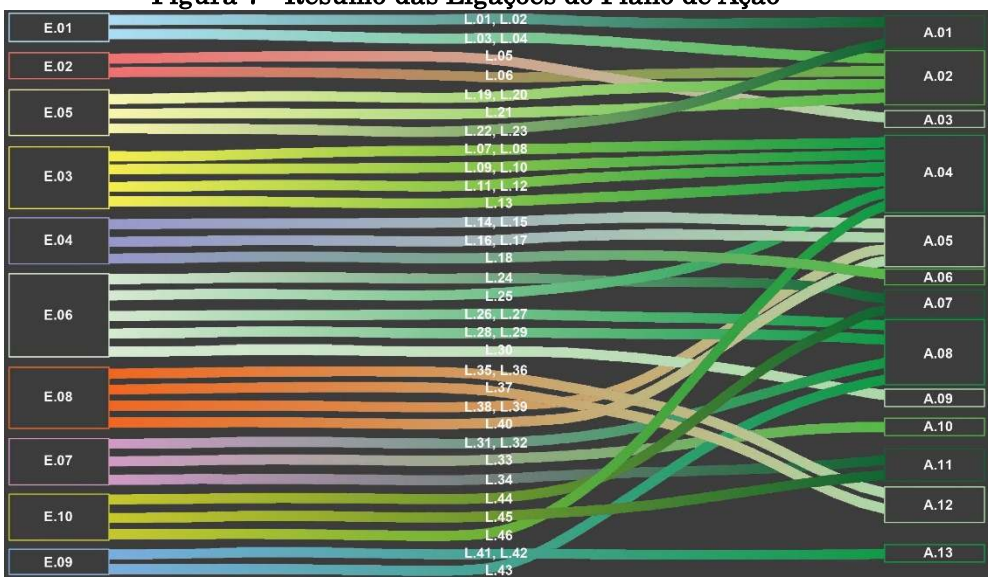
Essencial 10	
L.44 10.1.1	Planejamento de recuperação pós-evento A.07 - Criar e compartilhar uma plataforma capaz de se integrar com informações em tempo real.
L.45 10.1.2	Consulta a interessados para recuperação A.11 - Criar uma ferramenta para simular cenários de risco e compartilhar as informações entre as múltiplas partes interessadas.

L.46 10.1.3	Mecanismos para obtenção de fundos A.04 - Definir uma estratégia de resiliência baseada em normas, padrões e boas práticas e também orçamentos resilientes alinhados a todos os riscos, impactos e cenários.

Fonte: Autores (org.), 2024.

De modo geral, as 46 lacunas identificadas em União da Vitória foram resumidas em 13 ações principais (Figura 7). A formulação do Plano de Ação auxiliará os gestores municipais a melhorarem a resiliência frente a desastres nas comunidades. As ações identificadas podem ser vistas como parte dos objetivos futuros de crescimento e desenvolvimento da cidade. Não obstante, elas também podem refletir diretamente nas análises de risco, em especial as de inundação, e nos meios estruturais e não estruturais para mitigá-los de curto, médio e longo prazo (Shah e Ranghieri, 2012).

Figura 7 - Resumo das Ligações do Plano de Ação



Fonte: Autores (org.), 2024.

Para cada ação, o plano deve apresentar os papeis a serem seguidos por cada um dos envolvidos, as responsabilidades, a ordem das atividades e o limite temporal para que elas sejam cumpridas. Os planos também podem incluir quadros para inserção de novas ideias enquanto as medidas estão sendo executadas. Ou seja, os envolvidos poderão identificar e avaliar as estratégias de adaptação, mitigação e recuperação mesmo após a definição das ações oficiais. Isso contribui para o processo de melhoria contínua, mantendo o plano sempre em movimento (OWP EFC, 2020).

Percebe-se que o Plano de Ação também envolve os diversos setores formadores do município e, por isso, os grupos de ações refletem nas atividades de sensibilização, análise técnica, avaliação de prioridades e definição de estratégias. O importante é que os resultados se mantenham em constante monitoramento, podendo-se utilizar o Scorecard Preliminar para medir os avanços das estratégias de resiliência adotadas (Shah e Ranghieri, 2012).

Por fim, é de se destacar que a análise dos indicadores do Scorecard, a identificação das lacunas e a posterior elaboração do Plano de Ação, são etapas essenciais para manter os municípios na campanha Construindo Cidades Resilientes. Além disso, esse plano ajudará os gestores locais a traçarem as estratégias e políticas necessárias para garantir que os riscos sejam reduzidos e, consequentemente a resiliência aumente ao longo do tempo (OWP EFC, 2020).

Conclusão

O objetivo da pesquisa foi apresentar uma forma de estruturação do Plano de Ação a ser desenvolvido após o

preenchimento do Scorecard de Resiliência. Tendo em vista a falta de avanço dos municípios na Campanha das Nações Unidas no Brasil, este trabalho visou contribuir com um caminho a ser seguido pelos gestores locais nas medidas de redução de risco. Não obstante, também foi importante apontar uma estruturação lógica e focada nos resultados conforme os preceitos da campanha, e não apenas apresentando uma estrutura com conceitos superficiais.

Ressalta-se que após todo esse processo, os gestores locais devem avaliar os próximos passos a serem seguidos. Com as ações definidas será hora de elaborar os programas a serem implementados. Nesse sentido, as análises futuras devem girar em torno da necessidade de elaboração do Plano de Resiliência, ou da integração dos programas nos planos existentes. Conclui-se que o planejamento estratégico para a resiliência é uma técnica essencial para os municípios enfrentarem os eventos extremos e que quanto mais detalhado o Scorecard for preenchido, mais fácil será a definição das estratégias no Plano de Ação.

Referências

BARAVIKOVA, Aliaksandra; COPPOLA, Alessandro; TERENZI, Alberto. Operationalizing urban resilience: insights from the science-policy interface in the European Union. *European Planning Studies*, v.28, n.1, pp. 241-258. 2020.

BELLO, Omar, BUSTAMANTE, Alejandro; PIZARRO, Paulina. *Planning for disaster risk reduction within the framework of the 2030 Agenda for Sustainable Development.* Project Documents (LC/TS.2020/108). Santiago, Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC), 2021.

CROESE, Sylvia, GREEN, Cayley; MORGAN, Gareth. Localizing the sustainable development goals through the lens of urban

resilience: Lessons and learnings from 100 resilient cities and Cape Town. *Sustainability,* v. 12, n. 2, pp. 550. 2020.

FERENTZ, Larissa M. S.; GARCIAS, Carlos M. A Capacidade do Estado frente a gestão de riscos e desastres após a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei 12.608/2012). *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 10, n. 1, pp. 244-267. 2020.

FERENTZ, Larissa M. S.; GARCIAS, Carlos M. Estruturação de Indicadores locais para o Scorecard de Resiliência a Desastres: avanços para a campanha Construindo Cidades Resilientes no Brasil. *Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento*, v. 12, n. 01, p. 122-15. 2023.

FLAX, Leah; ARMSTRONG, Amy; YEE, Liz. "Measuring urban resilience as you build it-insights from 100 resilient cities". In: *IRGC resource guide on resilience*. Lausanne, EPFL International Risk Governance Center, 2016.

GARCIAS, Carlos M.; FERENTZ, Larissa M. S.; PINHEIRO, Eduardo G. A Resiliência como Instrumento de Análise da Gestão Municipal de Riscos e Desastres. *Redes (Santa Cruz do Sul. Online)*, v. 24, n. 2, pp. 99-121. 2019.

GESLER, Wilbert M. Therapeutic landscapes: medical issues in light of the new cultural geography. *Social Science & Medicine*, v. 34, n. 7, pp. 735–746. 1992.

HEINKEL, Sophie-Bo; THIEBES, Benni; THAN, Zin M.; AUNG, Toe; et al. Disaster preparedness and resilience at household level in Yangon, Myanmar. *Natural Hazards*, v. 112, pp. 1273-1294. 2022.

HOLLING, Crawford S. Resilience and stability of ecological systems. *Annual Review of Ecology and Systematics*, v. 4, pp. 1-23. 1973.

HOLLNAGEL, Erik; PARIÈS, Jean; WOODS, David D.; WREATHALL, John. *Resilience engineering in practice*: a guidebook. England, Ashgate Publishing Limited, 2013.

HOLLNAGEL, Erik; WOODS, David D.; LEVESON, N. *Resilience engineering*: concepts and precepts. England, Ashgate Publishing Limited, 2006.

KEARNS, Robin A.; GESLER, Wilbert M. (ed.). *Putting health into place*: landscape, identity, and well-being. New York, Syracuse University Press, 1998.

KIM, Hyun; MARCOUILLER, David W. Making sense of resilience planning and policy in the pursuit of sustainable development and disaster risk reduction. *Climate and Development*, v. 12, n. 3, pp. 228-240. 2019.

MALECHA, Matthew; MASTERSON, Jaimie H.; YU, Siyu; BERKE, Philip. *Plan Integration for Resilience Scorecard GUIDEBOOK*: Spatially evaluating networks of plans to reduce hazard vulnerability. Texas, Texas A&M University, 2019.

MARZI, Sephr; MYSIAK, Jaroslav; ESSENFELDER, Arthur H.; AMADIO, Mattia; GIOVE, Silvio; FEKETE, Alexander. Constructing a comprehensive disaster resilience index: The case of Italy. *PLoS One,* v. 14, n. 9, pp. e0221585. 2019.

NUTTING, Kym. An Exploration of Resilience on Partners' Responses to Their Loved One's Life Threatening Illness (*Tese*). Tasmania: University of Tasmania, 2014.

OWP, Office of Water Programs; EFC, Environmental Finance Center. *Resilience Planning*: Tools and Resources for Communities. California, Environmental Finance Center at Sacramento State, 2020.

PINHEIRO, Eduardo G.; STRINGARI, Daniele; FERENTZ, Larissa M. S. Aprobación de la campaña de construcción de ciudadanas resilientes en el estado de Paraná, Brasil. *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*, n.11, pp.1-14. 2019.

PREVENTIONWEB. *PreventionWeb, the global knowledge sharing platform for disaster risk reduction and resilience*. UNDRR, 2022. Disponível em: <https://www.preventionweb.net/>. Acesso em: 05 jul. 2023.

SCHOFIELD, Holly; TWIGG, John. *Making Cities Sustainable and Resilient*: Lessons learned from the Disaster Resilience Scorecard

assessment and Disaster Risk Reduction (DRR) action planning. European Union, United Nations, 2019.

ŞEN, Gülhan. An Overview of Disaster Resilience. *Turkish Journal of Health Science and Life*, v. 4, n. 3, pp. 106-115. 2021.

SHAH, Fatima; RANGHIERI, Federica. "Demystifying the Local Resilience Action Plan". In: *A Workbook on Planning for Urban Resilience in the Face of Disasters*. Adapting Experiences from Vietnam's Cities to Other Cities. The World Bank, 2012.

SHARIFI, Ayyoob. A critical review of selected tools for assessing community resilience. *Ecological Indicators,* v. 69, pp. 629–647. 2016.

SUDMEIER-RIEUX, Karen I. Resilience - an emerging paradigm of danger or of hope? *Disaster Prevention and Management*, v. 23, n. 1, pp. 67-80. 2014.

TERBLANCHE, Tanja; SOUSA, Luiza O.; VAN NIEKERK, Dewald. Disaster resilience framework indicators for a city's disaster resilience planning strategy. *Jamba*, v. 14, n. 1, pp. 1264. 2022.

TIMMERMAN, Peter. Vulnerability, Resilience and the Collapse of Society: A Review of Models and Possible Climatic Applications. *Dissertação de Mestrado*. Toronto, University of Toronto, 1981.

UNDRR, United Nations Office for Disaster Risk Reduction. *Human cost of disasters*: an overview of the last 20 years 2000-2019. CRED & UNDRR, 2020.

UNISDR, United Nations Office for Disaster Risk Reduction. *The TEN Essentials for Making Cities Resilient*. UNDRR, 2019. Disponível em: <https://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/toolkit/article/the-ten-essentials-for-making-cities-resilient.html>. Acesso em: 05 jul. 2023.

WEICHSELGARTNER, Juergen; KELMAN, Ilan. Geographies of resilience: Challenges and opportunities of a descriptive concept. *Progress in Human Geography,* v. 39, pp. 249–267. 2015.

Submetido em: 08 de abril de 2024

Devolvido para revisão em: 10 de maio de 2024

Aprovado em: 15 de maio de 2024

DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2023.3426

COMO CITAR:

DA SILVA FERENTZ, L. M.; MELLO GARCIAS, C.; TEDIM, F. Construção do plano de ação pela campanha construindo cidades resilientes. **Terra Livre**, São Paulo, ano 38, v.2, n. 61, jul.-dez. 2023, p. 96-135.
Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3426. Acesso em: dd/mm/aaaa.

* O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

DESIGUALDADE, POBREZA E RENDA: ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MIGRANTES NO PARANÁ

INEQUALITY, POVERTY, AND INCOME: ANALYSIS OF MITIGATION STRATEGIES OF PUBLIC POLICIES FOR MIGRANTS IN PARANÁ

INÉGALITÉ, PAUVRETÉ ET REVENU : ANALYSE DES STRATÉGIES D'ATTÉNUATION DES POLITIQUES PUBLIQUES POUR LES MIGRANTS AU PARANÁ

Dieugo Pierre

Bacharel e Licenciando em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Email.: pdone1708@gmail.com

Resumo:
O artigo investiga como as políticas públicas estão lidando com os desafios das comunidades imigrantes em termos de desigualdade, pobreza e falta de renda, com foco no Paraná e seu alinhamento com os ODS 1, 10 e 11. A metodologia inclui uma revisão de literatura e uma análise dos Planos Estaduais de Políticas de Atenção a Refugiados e Migrantes. Dois estudos foram analisados sob a perspectiva dos ODS, além de uma pesquisa de 2021 sobre o impacto socioeconômico da Covid-19 na comunidade haitiana em Curitiba. Os dados resultaram em recomendações para políticas mais inclusivas no Paraná, destacando a importância de promover a inclusão e o bem-estar das comunidades imigrantes. O artigo faz um apelo por uma avaliação criteriosa da implementação desses planos para melhorar as condições dos migrantes e garantir seu apoio para uma integração bem-sucedida na sociedade paranaense.

Palavras-chave: Ações governamentais, Desenvolvimento sustentável, Migração.

Abstract:
The article investigates how public policies are addressing the challenges faced by immigrant communities in terms of inequality, poverty, and lack of income, focusing on Paraná and its alignment with SDGs 1, 10, and 11. The methodology includes a literature review and an analysis of the State Plans for Policies of Attention to Refugees and Migrants. Two studies were analyzed from the perspective of the SDGs, in addition to a 2021 survey on the socioeconomic impact of Covid-19 on the Haitian community in Curitiba. The data resulted in recommendations for more inclusive policies in Paraná, highlighting the importance of promoting inclusion and well-being of immigrant communities. The article calls for a thorough evaluation of the implementation of these plans to improve the conditions of migrants and ensure their support for successful integration into Paraná society.

Keywords: Governmental actions, Migration, Sustainable development.

Résumé:
L'article examine comment les politiques publiques abordent les défis des communautés immigrées en termes d'inégalité, de pauvreté et de manque de revenu, en se concentrant sur le Paraná et son alignement avec les ODD 1, 10 et 11. La méthodologie comprend une revue de la littérature et une analyse des Plans d'État pour les politiques d'Attention aux Réfugiés et Migrants. Deux études ont été analysées du point de vue des ODD, ainsi qu'une enquête de 2021 sur l'impact socio-économique de la Covid-19 sur la communauté haïtienne à Curitiba. Les données ont abouti à des recommandations pour des politiques plus inclusives dans le Paraná, soulignant l'importance de promouvoir l'inclusion et le bien-être des communautés immigrées. L'article appelle à une évaluation rigoureuse de la mise en œuvre de ces plans pour améliorer les conditions des migrants et garantir leur soutien pour une intégration réussie dans la société paranaise.

Mots-clés: Actions gouvernementales, Développement durable, Migration.

Introdução

O aumento significativo do número de imigrantes no Brasil, especialmente da Venezuela e do Haiti, nos últimos anos, tem desencadeado uma série de reflexões sobre os impactos socioeconômicos e as necessidades emergentes dessas populações. Conforme evidenciado pelo relatório de 2023 da ObMigra, entre 2012 e 2022 houve um notável crescimento no registro de imigrantes no Sistema de Cadastro Único (CadÚnico), sinalizando mudanças demográficas e sociais substanciais. Este aumento expressivo na imigração venezuelana e haitiana reflete não apenas as crises políticas e econômicas nesses países de origem, mas também os desafios enfrentados pelos imigrantes ao buscarem oportunidades de vida digna no território brasileiro.

Nesse contexto, torna-se essencial analisar como as políticas públicas, especialmente no estado do Paraná, estão respondendo a esses desafios e trabalhando para mitigar os efeitos da desigualdade, pobreza e falta de renda entre as comunidades de migrantes. Este estudo, portanto, propõe-se a investigar as estratégias adotadas pelo estado para enfrentar essas questões, considerando a abordagem da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 10, 11 e 1, em particular, fornecem um quadro relevante para entender e abordar os desafios enfrentados pelos imigrantes, destacando a necessidade de reduzir as desigualdades, criar cidades inclusivas e sustentáveis, e erradicar a pobreza em todas as suas formas.

Além disso, este estudo baseia-se em pesquisas anteriores, incluindo estudos realizados em 2022 e 2023, que investigaram as condições socioeconômicas dos imigrantes haitianos na capital paranaense. Também se apoia em dados de uma pesquisa realizada

em 2021 pelo autor como parte de uma bolsa de iniciação científica do programa IC/FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA. Integrando esses dados com a análise dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), busca-se obter uma compreensão mais aprofundada de como as políticas públicas no Paraná estão alinhadas com os objetivos globais de desenvolvimento sustentável, especialmente no contexto da migração. Ao identificar lacunas e oportunidades de melhoria, este estudo visa contribuir para garantir que os imigrantes sejam efetivamente incluídos nas metas estabelecidas pela ONU, promovendo assim uma sociedade mais justa, equitativa e inclusiva.

Procedimentos Metodológicos

Conforme Sousa (2021) destaca, a pesquisa científica inicia-se com uma revisão bibliográfica, na qual o pesquisador explora trabalhos previamente publicados relacionados ao tema em questão. Essa etapa assume um papel vital ao permitir a identificação de estudos anteriores, facilitando a formulação do problema de pesquisa e a escolha do método mais apropriado. Além disso, a revisão bibliográfica desempenha um papel essencial na estruturação da pesquisa, oferecendo uma compreensão mais aprofundada do assunto em análise. É importante ressaltar a importância da organização das obras selecionadas durante essa fase, pois isso contribui significativamente para o desenvolvimento da pesquisa. Nesse sentido, a revisão bibliográfica demanda um investimento relevante de estudo e análise por parte do pesquisador, visando reunir e examinar textos publicados com o intuito de fundamentar o trabalho científico.

Autores como Severino (2007) ressaltam que a pesquisa bibliográfica se fundamenta em material já existente, como livros e artigos científicos, utilizando os dados teóricos registrados por outros pesquisadores como uma fonte valiosa para a investigação. A citação de Severino (2007) ilustra como os textos provenientes de pesquisas anteriores se tornam fontes essenciais para os temas a serem explorados, fornecendo contribuições fundamentais para o desenvolvimento do estudo atual. Por sua vez, Fonseca (2002) enfatiza que algumas pesquisas científicas se baseiam exclusivamente na pesquisa bibliográfica, buscando referências teóricas publicadas para coletar informações ou conhecimentos prévios sobre o problema em questão.

Assim, a metodologia deste estudo é fundamentada em uma revisão da literatura seguida pela seleção de estudos relevantes. Inicialmente, foi realizada uma pesquisa abrangente para identificar estudos pertinentes sobre a situação dos imigrantes no Brasil. Com base nessa revisão, dois estudos foram selecionados por oferecerem dados detalhados sobre o tema em questão. Os dados foram então extraídos desses estudos, abrangendo informações sobre emprego, condições de moradia e situação econômica dos imigrantes - elementos cruciais para análise dentro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Adicionalmente, os dados provenientes de uma pesquisa realizada em 2021 pelo autor, como parte de uma bolsa de iniciação científica pelo programa IC/FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA, investigaram o impacto socioeconômico da pandemia de Covid-19 sobre os imigrantes haitianos em Curitiba. A pesquisa foi conduzida através da aplicação de um questionário disponibilizado via formulário online na plataforma Google Forms. Os formulários foram

distribuídos e permaneceram acessíveis para respostas durante os meses de junho e julho de 2021. O questionário, composto por 29 questões, incluía 21 questões de escolha múltipla e 8 questões abertas, às quais 34 participantes responderam.

Os questionários foram distribuídos por meio de redes sociais e e-mails. A amostra de 34 participantes foi considerada adequada dentro do escopo exploratório da pesquisa, permitindo obter uma visão sobre o tema. No entanto, é importante destacar que essa amostra não permite generalizar os resultados para toda a população imigrante, servindo mais como base para identificar tendências e levantar hipóteses. Além disso, os canais online para a distribuição do questionário podem ter excluído imigrantes com menor acesso à internet ou menor familiaridade com tecnologias digitais. Portanto, esse número de participantes deve ser entendido dentro do contexto da pesquisa, não representando a totalidade dos imigrantes, mas oferecendo visões valiosas sobre suas experiências e percepções.

A análise dos dados foi conduzida com base nos ODS 10, 11 e 1. As variáveis trabalho, moradia ou situação econômica foram contextualizadas em relação aos objetivos específicos desses ODS, proporcionando uma compreensão mais profunda da intersecção entre a migração e os princípios de desenvolvimento sustentável. A interpretação dos resultados foi realizada à luz dos mesmos ODS, com o objetivo de compreender como as Estratégias de Mitigação das Políticas Públicas para Migrantes no Paraná contribuem para a progressão em direção a esses objetivos de desenvolvimento sustentável.

Esse processo permitiu a identificação de implicações e recomendações políticas e práticas para promover melhorias na situação dos imigrantes na Capital Paraná. Essas conclusões

embasaram sugestões de políticas públicas mais inclusivas e acessíveis às comunidades imigrantes, assegurando que os objetivos de desenvolvimento sustentável se tornem realidade para essas comunidades. Seguindo esses passos, foi possível conduzir uma análise dos dois Planos Estaduais de Políticas de Atenção a Refugiados e Migrantes do Estado do Paraná, interpretando-os à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 10, 11 e 1. Isso proporcionou reflexões valiosas para melhorar as políticas e práticas destinadas a aprimorar a situação das comunidades imigrantes no Paraná e avançar em direção aos objetivos de desenvolvimento sustentável.

Desigualdade, pobreza e renda: impactos no cotidiano dos imigrantes

Os estudos anteriores de Pierre (2022), intitulado "Migração e Segregação: o caso dos imigrantes haitianos em Curitiba", de Pierre (2023), intitulado "Marginalização Social e Saúde: A Realidade dos Haitianos em Curitiba entre 2018-2022", e de Leão et al. (2018), “La salud de trabajadores inmigrantes haitianos en Mato Grosso, Brasil: vulnerabilidades y riesgos” investigaram por que certas comunidades de imigrantes estão entre os grupos em situação de desigualdade, pobreza e baixa renda na sociedade brasileira, atribuindo isso às disparidades existentes, especialmente no mercado de trabalho. Essas desigualdades são evidenciadas pela discrepância salarial e pela natureza precária dos empregos ocupados por esses grupos, que geralmente requerem menos habilidades especializadas e, portanto, oferecem salários mais baixos (Borges, 2020; Schubert e Ramina, 2020).

Além disso, suas circunstâncias são caracterizadas pela escassez de recursos financeiros, falta de oportunidades e restrições de escolha. Compreender essa complexidade é determinante para estabelecer metas eficazes para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável. Também é importante notar que durante o período de 2020-2021, durante a pandemia, a situação de pobreza desses grupos de imigrantes, especialmente haitianos, evoluiu, passando de meramente sobreviver para incluir aspectos como conforto e bem-estar (Borges, 2020; Schubert e Ramina, 2020).

Ao considerar o bem-estar social como uma prioridade, reconhece-se não apenas a importância de aliviar a pobreza material, mas também de criar um ambiente onde todos tenham seus direitos respeitados e possam realizar seu potencial máximo. Esse enfoque não apenas beneficia os indivíduos, mas também fortalece os laços sociais e contribui para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável. No entanto, é preocupante observar que o acesso ao bem-estar social ainda é limitado para vários grupos de imigrantes, especialmente para as comunidades haitianas. Essa realidade se destaca nos bairros periféricos de Curitiba, a capital do Paraná, onde as iniciativas de reforma urbana muitas vezes não abordam os diversos problemas sociais enfrentados por essas comunidades. Isso resulta no aprofundamento das desigualdades no tecido social da capital paranaense (Pochmann, 2004).

Para alcançar as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, é essencial considerar vários fatores cruciais, como oportunidades de emprego, renda e acesso a moradia adequada, entre outros. Infelizmente, esses aspectos têm representado grandes obstáculos para o progresso em direção aos ODS em muitas comunidades brasileiras. Conforme discutido por Soares (2021), as

desigualdades sociais se manifestam quando certos grupos desfrutam de privilégios de acesso a determinados espaços e oportunidades, enquanto outros são marginalizados. Essa dinâmica não só intensifica, mas também perpetua a segregação socioespacial e econômica. Nesse contexto, Salata e Ribeiro (2023) apontam que, no Brasil, a pobreza é uma consequência direta da desigualdade, impedindo a participação efetiva de uma parcela considerável da população na sociedade. Além disso, a pobreza vai além da falta de recursos materiais, englobando também a exclusão social e a incapacidade de engajamento ativo na vida da sociedade.

Compreender como esses fatores se convertem em obstáculos para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é importante para facilitar a inclusão e aprimorar as condições de vida nas comunidades brasileiras, sobretudo as dos imigrantes no Paraná. Essa compreensão é fundamental para elaborar estratégias que possam promover a realização desses objetivos nessas comunidades, proporcionando a todos a oportunidade de desfrutar do bem-estar social. Ao explorar os diversos fatores que contribuem para esse problema, é essencial destacar a falta de políticas públicas eficazes no processo de integração socioespacial e econômica dessas comunidades imigrantes nos territórios urbanos paranaenses, como é evidenciado em Curitiba.

Os territórios urbanos são palcos de uma interação complexa entre diferentes grupos socioeconômicos, o que frequentemente resulta em disparidades profundas. Em muitas situações, vê-se uma concentração de recursos em certas comunidades, enquanto outras enfrentam marginalização e privação de serviços essenciais. Compreender essa dinâmica é fundamental para promover uma distribuição mais equitativa de recursos e oportunidades. Isso

significa garantir que todos os membros da sociedade tenham acesso igualitário aos benefícios do progresso sustentável. Essa abordagem não só visa alcançar justiça social, mas também fortalecer os laços e a resiliência da comunidade como um todo. Ao garantir que todos tenham a chance de participar plenamente da vida urbana e se beneficiar das melhorias, está-se construindo uma sociedade mais coesa e sustentável para o futuro (Cabral, 2018; Ribeiro e Beloto, 2020).

Ao discutir questões como justiça social, coesão e resiliência da sociedade, a desigualdade socioeconômica no Brasil atribui uma responsabilidade determinante ao Estado brasileiro na busca pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Essa responsabilidade implica a implementação de políticas públicas compensatórias, destinadas a ajudar aqueles que sofrem as consequências do atual modelo de organização social, caracterizado pela desigualdade em seu território. Tais políticas públicas devem ser concebidas levando em consideração o nível de desigualdade existente, com o objetivo de promover uma maior justiça e dignidade social dentro dessa estrutura. O propósito é a distribuição de riqueza, de direitos e reduzir as tensões sociais. A implementação eficaz dessas ações deve interromper o ciclo de marginalização que afeta certos grupos de cidadãos, abolindo a aceitação das desigualdades sociais e impedindo a perpetuação das disparidades baseadas em privilégios legalizados. Isso contribuirá para uma sociedade mais coesa, eliminando a exclusão de cidadãos historicamente marginalizados e permitindo-lhes participar plenamente da riqueza e do direito à cidade (Holston, 2013).

Desafios na busca dos ODS da ONU para as populações imigrantes

Segundo as Nações Unidas, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável representam um apelo global à ação, com o objetivo de erradicar a pobreza, impulsionar o aumento de renda, acesso à habitação segura e adequada, preservar o meio ambiente, combater as mudanças climáticas e muito mais. Além disso, buscam assegurar que todas as pessoas, em qualquer parte do mundo, tenham a oportunidade de viver em paz e prosperidade. Um desses ODS, o 11, estabelece metas ambiciosas para o futuro. Até 2030, busca garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, além de serviços básicos, e urbanizar as favelas. Também pretende aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, bem como fortalecer o planejamento e a gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis (Nações Unidas, 2023).

Essas metas refletem um compromisso global com o desenvolvimento urbano sustentável e a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Incluem a redução do impacto ambiental negativo per capita das cidades até 2030, com foco na qualidade do ar e na gestão de resíduos municipais. Além disso, até 2030, busca-se aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos que adotam e implementam políticas e planos integrados para a inclusão, eficiência de recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, bem como a resiliência a desastres (Nações Unidas, 2023).

O ODS 10 enfoca o objetivo de aumentar a renda de forma gradual e sustentável para os 40% mais pobres da população mundial. Além disso, visa fortalecer a inclusão social, econômica e política de todas as pessoas, independentemente de características como raça, etnia, origem, etc., bem como sua situação econômica.

Para alcançar esse objetivo, é indispensável garantir igualdade de oportunidades e reduzir as disparidades. Isso implica abolir leis, políticas e práticas discriminatórias e implementar medidas apropriadas para esse fim. Políticas salariais e de proteção social são necessárias para promover uma maior equidade de forma gradual. Facilitar a migração e a mobilidade de pessoas de maneira organizada e segura também é importante, o que inclui a implementação de políticas de migração bem planejadas e gerenciadas (Nações Unidas, 2023).

O ODS 1 estabelece como meta a erradicação da pobreza extrema até 2030, definida atualmente como aqueles que vivem com menos de US$ 1,90 por dia. Além disso, busca-se reduzir pela metade, até 2030, a proporção de homens, mulheres e crianças que vivem na pobreza. Para alcançar esses objetivos, é decisivo implementar medidas e sistemas de proteção social adequados, garantindo uma cobertura substancial para os pobres e vulneráveis (Nações Unidas, 2023).

É fundamental assegurar que todos, especialmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outros recursos. Essas ações são essenciais para promover um desenvolvimento inclusivo e sustentável, visando garantir que ninguém seja deixado para trás no caminho rumo a um mundo livre da pobreza extrema (Nações Unidas, 2023).

Além disso, é importante construir a resiliência dos pobres e vulneráveis, reduzindo sua exposição e vulnerabilidade a eventos extremos relacionados ao clima e outros choques econômicos, sociais e ambientais até 2030. Essas medidas são essenciais para criar um mundo mais justo e equitativo, onde todos tenham a oportunidade de

viver com dignidade e prosperidade. Ao fortalecer a capacidade das comunidades de lidar com crises e adversidades, pode-se garantir que ninguém seja excluído durante a jornada em direção ao progresso sustentável (Nações Unidas, 2023).

Isso demanda o estabelecimento de marcos políticos sólidos em níveis local, nacional e regional, baseados em estratégias de desenvolvimento sensíveis a raça, etnia, gênero e direcionadas para os pobres, para apoiar investimentos acelerados na erradicação da pobreza. Essas ações representam pilares fundamentais para impulsionar melhorias significativas na qualidade de vida e no bem-estar das pessoas, independentemente de sua origem e onde vivam. Essas metas não são apenas aspirações, mas sim compromissos globais que exigem a atenção e a colaboração de governos, sociedade civil e indivíduos em toda a sociedade. Para construir uma sociedade mais saudável e equitativa para todos, é fundamental a ação conjunta e colaborativa de todos os setores da sociedade. O alcance dessas metas terá um impacto duradouro na promoção do bem-estar em escala nacional. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) representam um compromisso para alcançar um futuro mais justo, próspero e sustentável para todos (Nações Unidas, 2023).

No entanto, à medida que se avança na busca por essas metas ambiciosas, é importante reconhecer que certas comunidades, como as dos imigrantes, enfrentam desafios únicos que frequentemente são deixados de lado nas estratégias de implementação dos ODS. Essas comunidades enfrentam dificuldades para acessar recursos econômicos, serviços básicos e direitos iguais. Portanto, é essencial que esses desafios sejam abordados de forma inclusiva, garantindo que ninguém seja deixado para trás na busca do desenvolvimento sustentável e equitativo.

A migração, já um fenômeno complexo, é muitas vezes agravada por questões como desigualdade econômica e conflitos sociais, exigindo abordagens sensíveis e direcionadas para garantir que as comunidades imigrantes se beneficiem dos esforços de desenvolvimento sustentável. Embora os ODS 10, 11 e 1 tenham estabelecido metas claras e prazos para sua realização, a falta de estratégias coesas por parte dos Estados dirigidas aos imigrantes muitas vezes dificulta a tradução dessas metas em ações concretas e mensuráveis nas comunidades imigrantes. Isso resulta em um cenário em que os ODS permanecem como meras aspirações, sem um impacto tangível na vida dessas pessoas que mais precisam. Nesse sentido, é fundamental adotar uma abordagem mais inclusiva e equitativa na busca pelos ODS, garantindo que todas as comunidades imigrantes sejam ativamente envolvidas e beneficiadas pelo processo de desenvolvimento sustentável. Isso requer uma atenção especial para as necessidades específicas dessas comunidades e o desenvolvimento de políticas e programas que abordem suas preocupações de forma eficaz (Rocha, 2020).

Além disso, enquanto os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) buscam garantir um futuro sustentável para todas as comunidades, através de uma abordagem inclusiva e equitativa, o conceito de território, conforme destacado por Haesbaert (2008) e Saquet (2009), enfatiza que o território é o resultado das interações entre sociedade e natureza. Isso significa que as ações para alcançar os ODS devem considerar não apenas o espaço físico, mas também as relações sociais e econômicas que ocorrem dentro do território. Além disso, a preservação da natureza é fundamental para garantir a sustentabilidade, pois ela é essencial para a reprodução biológica e social do ser humano. Portanto, a busca

pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 10, 11 e 1 deve levar em conta as dinâmicas territoriais, reconhecendo a interconexão entre sociedade, natureza e desenvolvimento sustentável. Isso implica em adotar uma abordagem holística que valorize não apenas o crescimento econômico, mas também a proteção do meio ambiente e a promoção de relações sociais justas e equitativas. Essa abordagem integrada é essencial para garantir a sustentabilidade para as gerações presentes e futuras.

Olhando o território sob essa perspectiva, Besen et al. (2020) destacam que alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável requer que as instituições elaborem estratégias considerando as interações entre os aspectos sociais, ambientais e econômicos do território. Isso envolve a formação de parcerias entre entidades governamentais, empresariais e sociais para criar estratégias eficazes e eficientes para aproveitar ao máximo as potencialidades do território, visando à melhoria da qualidade de vida. Essa perspectiva abrangente e cooperativa é essencial para assegurar que as diretrizes e propostas aplicadas sejam capazes de fomentar o bem-estar de todos os indivíduos. Ao considerar as interações entre os diferentes aspectos do território, é possível promover um desenvolvimento mais equitativo e sustentável, garantindo que todas as comunidades se beneficiem do desenvolvimento sustentável.

Com base nas concepções desses autores, fica claro que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 10, 11 e 1 e o conceito de território estão intimamente conectados, pois abrangem não apenas dimensões econômicas, mas também sociais e ambientais. Dessa forma, ao buscar alcançar os ODS 10, 11 e 1, é essencial compreender e considerar as dinâmicas territoriais, reconhecendo a interligação entre sociedade, natureza e o território.

Essa perspectiva integrada é essencial para assegurar que as políticas e ações de desenvolvimento sejam sustentáveis e capazes de melhorar a qualidade de vida das pessoas, ao mesmo tempo em que preservam o meio ambiente para as futuras gerações. Ao incorporar esses elementos nas estratégias de planejamento e execução, pode-se progredir em direção a uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável para todos.

A interconexão entre território e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, sobretudo os ODS 10, 11 e 1, é cada vez mais evidente. Está-se percebendo cada vez mais claramente como essa conexão está intrinsecamente ligada e desempenha um papel relevante no avanço em direção ao desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, a migração não é apenas uma questão de movimento de pessoas, mas está ligada às questões de pobreza, desigualdade socioeconômica e espacial, entre outros. Esses fatores afetam a capacidade dos migrantes de se adaptarem e prosperarem em novos territórios. A compreensão da conexão entre migração, território e os ODS é importante na implementação das políticas públicas eficazes para atingir as metas dos ODS.

Por exemplo, um estudo conduzido por Pierre (2022), intitulado "Migração e Segregação: o caso dos imigrantes haitianos em Curitiba", destacou os desafios enfrentados pelos imigrantes no Brasil, especialmente em Curitiba, a capital do Paraná. A adaptação se mostra difícil devido a diversos fatores sociais, culturais e econômicos, mesmo que os imigrantes possuam habilidades e qualificações. O estudo discute também os obstáculos socioespaciais e econômicos decorrentes da segregação socioespacial e econômica. Esses aspectos sublinham a importância de políticas públicas que abordem não apenas a integração econômica, mas também a inclusão

social e espacial dos migrantes, visando garantir que eles possam contribuir plenamente para o desenvolvimento sustentável das comunidades de acolhimento.

Em um estudo recente de Pierre (2023), intitulado "Marginalização Social e Saúde: A Realidade dos Haitianos em Curitiba entre 2018-2022", destaca-se a necessidade urgente de políticas públicas abrangentes para melhorar a qualidade de vida dos imigrantes, especialmente no que diz respeito à saúde. O autor enfatiza a importância de oferecer programas de capacitação profissional, apoio na busca por emprego, acesso a serviços de saúde, educação e moradia adequada, juntamente com suporte psicossocial. Pierre (2023) sugere que uma melhoria na situação financeira dos imigrantes pode ter um impacto positivo em suas decisões sobre moradia e alimentação. E argumenta que melhores condições de trabalho, habitação e salário estão relacionadas a uma maior probabilidade de adotar hábitos saudáveis e cuidar bem de si mesmos e de suas famílias. Além disso, destaca-se que políticas voltadas para melhorar as condições socioeconômicas desses imigrantes são cruciais para promover seu bem-estar físico, mental e social.

Rocha et al. (2020) investigaram a disponibilidade dos serviços públicos para migrantes haitianos no Brasil, considerando aspectos éticos e sociais. Da mesma forma, Leão et al. (2018) analisaram os desafios enfrentados por trabalhadores imigrantes haitianos em Mato Grosso, Brasil, ressaltando a influência do contexto socioeconômico. Esses estudos, em conjunto, fornecem uma compreensão das interações entre migração, território e os ODS 10, 11 e 1, que abordam questões como pobreza, acesso a moradia segura e adequada, etc. Essa compreensão permite uma visão mais completa dos desafios enfrentados pelos migrantes e das estratégias

necessárias para garantir sua inclusão e bem-estar nas comunidades de acolhimento brasileiras. É importante levar em consideração as dinâmicas sociais, culturais e econômicas que influenciam sua integração e bem-estar. Ao adotar essa abordagem, pode-se criar ambientes urbanos mais resilientes e equitativos, onde todos os imigrantes possam contribuir para o desenvolvimento sustentável.

A situação de pobreza e vulnerabilidade testemunhada através desses estudos é uma realidade preocupante, agravada pela falta de políticas públicas direcionadas a essas comunidades. As políticas existentes muitas vezes carecem de uma abordagem integrada e abrangente, falhando em promover a integração socioeconômica e espacial desses grupos. O quadro abaixo faz parte do estudo realizado por Pierre (2023). Este estudo oferece dados sobre a situação dos imigrantes haitianos em Curitiba, destacando os desafios enfrentados por essa comunidade em termos de marginalização social e saúde.

Quadro 1 - Aspectos da vida haitianos de 2023.

TRABALHO			
Está trabalhando	Não	20	38,5%
	Sim	32	61,5%
MORADIA			
Estado Físico Moradia	Terrível	1	1,9%
	Ruim	1	1,9%
	Aceitável	25	48,1%
	Bom	23	44,2%
	Muito bom	2	3,9%
SERVIÇOS SOCIAIS			
Beneficia Assistência Social	Não	27	51,9%
	Sim	16	30,8%
	Nunca procurei	9	17,3%
Beneficia ações saúde e proteção social	Não	6	11,5%
	Sim	46	88,5%

ATIVIDADE CULTURAL			
Acesso as atividades culturais	Não	23	44,2%
	Sim	29	55,8%

Fonte: Pierre, 2023.

Ao analisar este quadro 1 à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 10, 11 e 1, é possível observar algumas questões importantes: é inquietante que uma parte (38,5%) ainda esteja desempregada. Isso pode aumentar a vulnerabilidade social dessas pessoas, especialmente se estiverem desempregadas por um longo período, o que vai de encontro ao objetivo de reduzir as desigualdades (ODS 10). Também é alarmante que 3,8% tenham relatado condições habitacionais terríveis e 1,9% ruins. Isso sugere que ainda existem desafios em garantir moradia adequada, o que é essencial para erradicar a pobreza e promover uma melhor qualidade de vida (ODS 1).

No que diz respeito aos Serviços Sociais (ODS 10 e 11), a maioria (51,9%) afirmou não ter acesso a esses serviços. Isso pode indicar barreiras no acesso a serviços básicos, como saúde e educação, o que é angustiante em termos de inclusão social (ODS 10) e garantia de uma vida digna para todos (ODS 11). Além disso, o fato de uma parte (17,3%) nunca ter procurado esses serviços sugere falta de conscientização ou dificuldades adicionais na obtenção de assistência, o que também é uma preocupação em termos de igualdade de acesso.

É alarmante também que quase metade (44,2%) não participe de atividades culturais. Isso pode indicar uma falta de oportunidades para participação e inclusão social, indo de encontro ao objetivo de reduzir as desigualdades e promover a coesão social (ODS 10 e 11).

Embora haja alguns aspectos positivos, como a maioria estar empregada e ter condições de moradia aceitáveis, ainda existem desafios em termos de acesso a serviços sociais e participação em atividades culturais. O quadro a seguir é parte do estudo realizado por Pierre (2022). Este estudo oferece dados sobre a situação dos imigrantes haitianos em Curitiba, destacando os desafios enfrentados por essa comunidade em termos de salários.

Quadro 2 -Serviços e de Salários

Setor de Serviços	Salário ou ganho médio por mês
Auxiliar de cozinheiro	R$ 100,00 - R$ 1.234,00
Auxiliar de serviços gerais	R$ 100,00 - R$ 1.326,00
Estágio	R$ 998,00 - R$ 1.045,00
Auxiliar de estoque	R$ 1.234,20 - R$ 1.326,60
Professor	R$ 998,00 - R$ 1.045,00

Fonte: Pierre, 2022.

Ao analisar o quadro que apresenta os salários médios por mês em diferentes setores de serviços, é evidente a presença de disparidades que impactam diretamente nos objetivos dos ODS 10, 11 e 1. No ODS 10, voltado para a redução das desigualdades, percebe-se uma grande discrepância nos salários entre os distintos cargos nos setores de serviços. Enquanto os auxiliares de cozinheiro e serviços gerais recebem remunerações mais baixas, os auxiliares de estoque e professores tendem a ganhar mais. Essa discrepância salarial contribui para a intensificação das desigualdades socioeconômicas, dificultando a ascensão social e expondo aqueles em posições mais baixas a uma maior vulnerabilidade financeira.

No âmbito do ODS 11, que trata de cidades e comunidades sustentáveis, a análise dos salários está diretamente relacionada à questão da sustentabilidade urbana. Os salários mais baixos frequentemente indicam a presença de empregos informais ou

precários, que não proporcionam condições adequadas de trabalho nem uma remuneração justa. Essa realidade não apenas compromete a qualidade de vida dos imigrantes, mas também contribui para sua exclusão social em áreas urbanas. Além disso, salários baixos dificultam o acesso à moradia adequada e a serviços básicos, prejudicando o desenvolvimento sustentável de suas comunidades.

Quanto ao ODS 1, voltado para a erradicação da pobreza, a disparidade nos salários desempenha um papel crucial. Salários mais baixos, especialmente aqueles abaixo do salário mínimo nacional, mantêm os imigrantes em uma situação de pobreza ou vulnerabilidade financeira. Isso perpetua um ciclo difícil de ser quebrado, pois os imigrantes têm pouca ou nenhuma capacidade de compra para atender às suas necessidades básicas e investir em educação ou saúde.

As disparidades salariais evidenciadas no quadro são reflexo de desafios para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 10, 11 e 1. Elas sublinham a urgência de assegurar oportunidades equitativas para todos, independentemente de sua origem, como imigrantes ou nativos. O quadro a seguir é parte de uma pesquisa conduzida pelo autor em 2021, apresentando dados sobre a condição dos imigrantes haitianos em Curitiba. A pesquisa revela como a crise de saúde exacerbou as disparidades socioeconômicas entre os imigrantes, destacando dificuldades de acesso a serviços de saúde e problemas econômicos durante o confinamento.

Quadro 3 - Aspectos da vida haitianos no período de 2020-2021.

TRABALHO	
Não estão trabalhando	64,7%

Estão trabalhando	35,3%
SETOR DE TRABALHO	
Setor informal	13,4%
Setor formal	86,6%
SITUAÇÃO ECONÔMICA	
Ruim	55,9%
Muito ruim	20,6%
Boa	23,5%
MORADIA	
Casas	41,2%
Apartamentos	44,1%
Pensionatos	14,7%

Fonte: elaborado pelo autor, 2021.

Ao analisar o quadro 2 à luz dos Propósitos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1, 10 e 11, nota-se diversas questões essenciais. Relativamente ao Emprego (ODS 1 e 10), uma proporção significativa (64,7%) encontra-se desempregada, possivelmente sugerindo ausência de oportunidades laborais ou obstáculos na inserção no mercado de trabalho, evidenciando desafios na asseguração de empregos decentes e crescimento econômico para todos (ODS 1). No Domínio Laboral (ODS 10), é desconfortante que uma parte (13,4%) permaneça no setor não formal, indicando possível ausência de salvaguardas sociais e fragilidade financeira para estes trabalhadores.

Quanto à Situação Financeira (ODS 1), a maioria reportou situação econômica precária (55,9%) ou muito precária (20,6%), sublinhando a urgência de políticas e iniciativas para melhorar a situação financeira destes indivíduos, em consonância com o propósito de erradicar a pobreza (ODS 1). No que diz respeito à Habitação (ODS 11), 14,7% residem em pensões, o que pode indicar condições habitacionais insatisfatórias ou superlotação, contrariando o objetivo de garantir habitação adequada e acessível para todos. Estes dados enfatizam a importância de abordagens integradas para

enfrentar os desafios enfrentados por estas comunidades e promover o avanço em direção aos ODS.

Diante da análise dos dados extraídos dos três quadros à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), emergem preocupações substanciais. No quadro 1, salientam-se a preocupante taxa de desemprego (38,5%) e as condições habitacionais precárias (3,8%). Além disso, o acesso limitado aos serviços sociais (51,9%) e a baixa participação em atividades culturais (44,2%) são alarmantes. Apesar de alguns aspectos positivos, como a existência de emprego e condições habitacionais razoáveis, ainda se enfrentam desafios em termos de inclusão social e acesso a serviços.

No quadro 2, é evidente a elevada taxa de desemprego (64,7%) e a considerável presença no setor informal (13,4%). A situação econômica suscita preocupações, com a maioria dos entrevistados relatando dificuldades financeiras. Quanto à moradia, uma parcela significativa reside em pensionatos (14,7%), indicando problemas habitacionais. Essas questões exigem a implementação de políticas e programas eficazes alinhados aos ODS para promover o bem-estar e a igualdade para todos.

As disparidades salariais evidenciadas no quadro 3 também refletem desafios impactantes para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 10, 11 e 1. Elas ressaltam a urgência de garantir oportunidades equitativas para todos, independentemente de sua origem como imigrantes ou nativos. Esses desafios demandam uma abordagem holística

e colaborativa para criar sociedades mais justas, inclusivas e sustentáveis.

Políticas de integração de migrantes no paraná: avanços e desafios

O contexto atual destaca a migração como um dos desafios mais urgentes e complexos enfrentados pelas sociedades contemporâneas. O estado do Paraná não permanece alheio a essa questão, adotando uma postura proativa e engajada em atender às demandas das comunidades imigrantes. Através do estabelecimento do Comitê Estadual para Refugiados e Migrantes (CERM), conforme delineado pelo Artigo 5º do Decreto Estadual nº 4289/12, o Paraná demonstra sua determinação em enfrentar esses desafios. Como resultado direto dessa medida, foi concebido e implementado o primeiro Plano Estadual de Políticas de Atenção a Refugiados e Migrantes. Este plano representa um marco primordial na abordagem das necessidades específicas e das dificuldades enfrentadas por essas comunidades vulneráveis dentro do estado. O principal propósito deste plano é tornar mais acessíveis as políticas públicas para os imigrantes (Governo do Paraná, 2014).

Para isso, ele busca promover e defender os direitos de refugiados, migrantes e apátridas no estado, sendo organizado em eixos temáticos que abordam áreas como Educação, Família e Desenvolvimento Social, Saúde, Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Segurança Pública e Trabalho. Cada um desses eixos temáticos contém ações específicas, com metas, indicadores, parcerias, prazos e orçamentos claramente definidos. Essa estrutura visa permitir que a sociedade civil, órgãos e entidades estatais e

demais interessados possam acompanhar e fiscalizar de forma objetiva as ações previstas no Plano Estadual de Políticas Públicas para Promoção e Defesa dos Direitos de Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (Governo do Paraná, 2014).

Os objetivos fundamentais deste plano são fornecer os meios necessários para construir e implementar políticas públicas que protejam e promovam os direitos da população migrante, refugiada e apátrida no Paraná, além de garantir a efetivação dos direitos e garantias individuais e sociais desses cidadãos. Além disso, busca-se promover a cooperação entre os órgãos e entidades do Poder Público Estadual, visando à eliminação do preconceito e à promoção do respeito entre os povos. Essa abordagem também permite o monitoramento e a avaliação contínua das ações propostas no plano (Governo do Paraná, 2014).

Segundo o Governo do Paraná (2022), do total de 21 ações planejadas no primeiro plano, 17 foram executadas, sendo 9 concluídas integralmente, 8 parcialmente e 4 não implementadas, o que resulta em um índice de realização de aproximadamente 80,9%. Cerca de 42,8% das ações foram totalmente concluídas, enquanto 38% foram parcialmente realizadas, e as não implementadas correspondem a cerca de 19% do total. De acordo com o governo do Paraná (2022), o plano teve uma duração de 3 anos e foi lançado numa fase inicial da política para imigrantes e refugiados, o que pode ter influenciado a execução das ações. Muitas das ações não realizadas são de grande importância, ressaltando a necessidade de sua continuidade.

Por isso, foi elaborada uma segunda versão do Plano, com uma abordagem intersetorial, visando proporcionar meios para a construção e implementação de políticas públicas voltadas à

promoção e defesa dos direitos dos migrantes, refugiados e apátridas no Estado do Paraná. O objetivo é garantir a efetivação dos direitos humanos e garantias fundamentais dessa população, combatendo o racismo, a xenofobia e outras formas de preconceito, além de promover o monitoramento e avaliação das políticas públicas. Além disso, busca-se incentivar o diálogo entre o Poder Público e organizações da sociedade civil para a elaboração e efetivação de políticas públicas que promovam os direitos humanos. Isso inclui ajustes em certos eixos, como, por exemplo, o eixo II, que passa a ser "Família e Desenvolvimento Social", e o eixo IV, ampliado para "Justiça, Trabalho e Direitos Humanos", além da adição de novos eixos, como o eixo VI, voltado para "Comunicação Social e Cultura" (Governo do Paraná, 2022).

O esforço contínuo para incluir as demandas dos migrantes nas políticas públicas do Paraná é vital para assegurar seus direitos e promover sua integração na sociedade. É evidente que ainda há muito por fazer, ressaltando a importância de avançar no segundo Plano. Os dois planos enfrentam desafios, mas é relevante estabelecer mecanismos de controle social para garantir o acompanhamento e a implementação das ações propostas. Esse compromisso é essencial para construir um Paraná mais justo e inclusivo para todos.

Para alcançar um Paraná verdadeiramente justo e inclusivo para todos, é essencial enfrentar as questões de pobreza e vulnerabilidade que afetam várias comunidades, especialmente os imigrantes. Muitas vezes, as políticas públicas não conseguem compreender completamente a extensão da desigualdade e dos desafios enfrentados por esses grupos, tanto em termos de integração socioeconômica quanto espacial. A falta de atenção pode agravar

ainda mais a situação, deixando muitos imigrantes em situações precárias e desprotegidos. É fundamental que as políticas sejam desenvolvidas de maneira a lidar eficazmente com esses problemas. Quando esses aspectos não são considerados na formulação das políticas públicas destinadas a essas populações, isso cria a sensação de que seus direitos humanos são desrespeitados. Essa situação resulta no abandono por parte do Estado, o que os exclui social, cultural, espacial e economicamente, comprometendo os esforços para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no estado do Paraná.

A análise da pobreza e vulnerabilidade enfrentadas pelos imigrantes no território urbano do Paraná revela uma dualidade marcante, como destacado por diversos pesquisadores, incluindo Cabral (2018) e Ribeiro e Beloto (2020). Nesse contexto, coexistem grandes riquezas e profundas carências, juntamente com a persistência das desigualdades em diferentes estratos sociais. Carvalho (2014) salienta a precariedade do território urbano para muitos grupos sociais, refletindo-se em uma paisagem urbana caracterizada pela segregação, escassez de infraestrutura e marginalização. Essa situação promove uma economia informal, na qual o subemprego, a baixa renda e as condições habitacionais inadequadas são comuns, levando à exclusão desses grupos dos serviços e benefícios disponibilizados pela sociedade. Como consequência, o bem-estar, a moradia segura e o acesso aos serviços básicos tornam-se limitados para muitos grupos de imigrantes que residem nas periferias urbanas.

Nesse contexto, a iniciativa do estado do Paraná em estabelecer o Comitê Estadual para Refugiados e Migrantes (CERM) e desenvolver o Plano Estadual de Políticas de Atenção a Refugiados e

Migrantes é um passo importante para enfrentar os desafios enfrentados por essas comunidades. No entanto, mesmo com o esforço empenhado, há desafios persistentes a serem superados. O primeiro plano teve um índice de realização considerável, mas ainda há ações importantes que não foram executadas integralmente. A continuidade dessas ações é fundamental para garantir o progresso no tratamento das demandas dos migrantes. O segundo plano, com ajustes e inclusões, demonstra um compromisso renovado em lidar com as questões enfrentadas por essas comunidades. Entretanto, há desafios a enfrentar, como a falta de espaços de diálogo inclusivos. A implementação eficaz desses planos requer mecanismos de controle social que garantam o acompanhamento e a execução das ações propostas.

Ademais, é essencial reconhecer a dicotomia da realidade citadina na capital paranaense, onde coexistem vastas fortunas e profundas exclusões. A segregação geográfica, a escassez de estrutura e a marginalização contribuem para a exclusão de grupos vulneráveis, como os imigrantes, dos privilégios da sociedade paranaense. Para atingir uma sociedade mais equitativa e abrangente, é imperativo abordar eficazmente as questões de pobreza e vulnerabilidade enfrentadas pelos imigrantes. Isso requer políticas públicas inclusivas que levem em conta a complexidade desses desafios e garantam um acesso imparcial aos serviços primordiais e às oportunidades socioeconômicas. Apenas assim será viável progredir rumo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e fomentar um Paraná verdadeiramente inclusivo para todos os habitantes, independentemente de sua procedência ou condição migratória.

Considerações finais

O estudo aponta desafios importantes relacionados ao emprego, moradia, acesso a serviços sociais e condições econômicas, destacando a necessidade de mais oportunidades de trabalho e empregos dignos. A falta de acesso a serviços sociais, como moradia, cria barreiras para a inclusão social e o bem-estar geral dos imigrantes. Além disso, as más condições de habitação e a situação econômica difícil ressaltam a urgência de políticas e programas para melhorar a qualidade de vida e reduzir a pobreza.

Bem como destaca a importância dos Planos Estaduais de Políticas de Atenção a Refugiados e Migrantes do Paraná como uma estrutura fundamental para atender às necessidades dessas comunidades. No entanto, são apontadas algumas falhas na implementação prática desses planos, como a necessidade de uma abordagem mais inclusiva que leve em consideração diferentes perspectivas. Embora o segundo plano represente avanços notáveis, a identificação de ações não realizadas no primeiro plano destaca áreas que precisam de atenção constante. Sua formulação demonstra um renovado compromisso em promover os direitos humanos e combater o preconceito contra essas comunidades, com foco em questões-chave como desenvolvimento social e cultura, visando melhor atender às necessidades dos migrantes, refugiados e apátridas no Paraná.

Para futuras pesquisas, sugere-se uma análise mais aprofundada da implementação prática dos planos, incluindo uma avaliação detalhada dos mecanismos de monitoramento e avaliação. Além disso, é relevante explorar estratégias para promover uma participação mais inclusiva de grupos de imigrantes e refugiados na formulação e implementação de políticas públicas. Também é recomendado investigar o impacto das mudanças nos eixos do segundo plano e sua eficácia na abordagem das necessidades dessas comunidades. Por fim, encoraja-se uma análise comparativa com outras iniciativas similares em diferentes estados ou países para identificar melhores práticas e lições aprendidas. Essas abordagens podem contribuir significativamente para o aprimoramento contínuo das políticas públicas voltadas para migrantes, refugiados e apátridas no Paraná e além.

Referencias

BORGES, Thayná Gava. Aspectos Conceituais da Feminização da Pobreza e sua Relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. In: JUBILUT, Liliana Lyra et al. **Direitos humanos e vulnerabilidade e a agenda 2030**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020. p. 56-69.

BESEN, Fabiola Graciele et al. Território, desenvolvimento e sustentabilidade. **Revista Grifos**, n. 49, p. 90-108, 2020.

CABRAL, Márcio Pereira. **TERRITÓRIO URBANO EM DISPUTA**: as transformações no centro de porto alegre como resultado de disputas de múltiplos agentes urbanos no período de 2005 a 2017. 2018. 110 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul Instituto de Geociências, Porto Alegre/Rs, 2018. Cap. 4. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/188389/001086148.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 12 fev. 2024.

CARVALHO, André de Souza. **VIVENDO ÀS MARGENS**: habitação de interesse social e o processo da segregação socioespacial em curitiba. 2014. 309 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Cap. 7. Disponível em:https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/129103/329351.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 08 jan. 2024.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS. **I Plano Estadual de Políticas Públicas para Promoção e Defesa dos Direitos de Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná 2014-2016**. Palácio das Araucárias, 2014. 31 p.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS. **II Plano Estadual de Políticas Públicas para Promoção e Defesa dos Direitos de Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná 2022-2025**. Palácio das Araucárias, 2022. 68 p.

HAESBAERT, Rogério. Sociedades biopolíticas de insegurança e descontrole dos territórios. In: OLIVEIRA, M. et al. (orgs.). **O Brasil, a América Latina e o Mundo**: Espacialidades Contemporâneas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

HOLSTON, James. A cidadania estranhada. In: HOLSTON, James. **Cidadania Insurgente**: Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. Tradução Claudio Carina, Revisão técnica Luísa Valentini. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 21-29.

LEÃO, Luís Henrique da Costa et al. La salud de trabajadores inmigrantes haitianos en Mato Grosso, Brasil: vulnerabilidades y riesgos. Salud Colectiva, [S.L.], v. 14, n. 4, p. 779, 16 dez. 2018. Universidad Nacional de Lanus. http://dx.doi.org/10.18294/sc.2018.1391.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Relatório de Programas e Ações**: informações demográficas [Internet]. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social; 05 de dezembro de 2023 [acesso em 18 de março de 2024]. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/.

NAÇÕES UNIDAS. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 25 ago. 2023.

OBMIGRA. **Relatório Anual OBMigra**. Brasília, DF, 2023.

PIERRE, Dieugo. Um migração e segregação: o caso dos imigrantes haitianos em Curitiba. **Terra Livre**, v. 37, n. 58, p. 197-222, 2022. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2284.

PIERRE, Dieugo. Marginalização Social e Saúde: A Realidade dos Haitianos em Curitiba entre 2018-2022. **Pleamar. Revista del Departamento de Geografía**, n. 3, p. 31-55, 2023. Disponível em: http://fh.mdp.edu.ar/revistas/index.php/pleamar/index.

PIERRE, Dieugo. **Desigualdade social diante do COVID-19 no período de confinamento**: O caso dos imigrantes haitianos. (Relatório de Iniciação Científica); PROGRAMA IC/FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA. Curitiba. 2021.

POCHMANN, Marcio. Proteção social na periferia do capitalismo, considerações sobre o Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo :, v. 18, n. 2, p. 3-16, 2004.

RIBEIRO, Rossetto; BELOTO, Elizete. A organização do território urbano a partir da relação porto-cidade e seu reflexo na forma urbana. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 12, e20190267, 2020. https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.20190267.

ROCHA, Anna Silvia Penteado Setti da; CUNHA, Thiago Rocha da; GUIOTOKU, Sandra; MOYSÉS, Simone Tetu. Acesso de migrantes haitianos à saúde pública: uma questão bioética. **Revista Bioética**, [S.L.], v. 28, n. 2, p. 384-389, jun. 2020. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/1983-80422020282400.

SCHUBERT, Marcus Vinicius Porcaro Nunes; RAMINA, Larissa. Pobreza e Capacidades: uma crítica do primeiro Objetivo de Desenvolvimento Sustentável para 2030. In: JUBILUT, Liliana Lyra et al. **Direitos humanos e vulnerabilidade e a agenda 2030**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020. p.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. **Expressão Popular**, São Paulo: 2009. p. 73-94. (Geografia em Movimento).

SOUSA, Angélica Silva De et al. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 43, 2021, p. 64-83.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

SOARES, Reginaldo Muniz. Produção desigual do espaço urbano: uma análise a partir do surgimento dos loteamentos fechados na zona urbana de Teresina/Piauí. **Geografia: Publicações Avulsas**, Universidade Federal do Piauí, Teresina, v. 3, n. 2, p. 188-208, jul./dez. 2021.

SALATA, Andre; RIBEIRO, Marcelo Gomes. **Pandemia, desigualdade e pobreza nas regiões metropolitanas brasileiras**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 38, nº 111, e3811025, 2023.

Submetido em: 20 de março de 2024

Devolvido para revisão em: 24 de maio de 2024

Aprovado em: 28 de maio de 2024

DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2023.3370

COMO CITAR:
PIERRE, D. Desigualdade, pobreza e renda: análise das estratégias de mitigação das políticas públicas para migrantes no Paraná. **Terra Livre**, São Paulo, ano 38, v.2, n. 61, jul.-dez. 2023, p. 136-168.
Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3370. Acesso em: dd/mm/aaaa.

TERRITORIALIDADES LGBTQIA+ EM ALFENAS – MG: ENTRE ESPAÇOS DE ACOLHIMENTO E INSEGURANÇA

LGBTQIA+ TERRITORIALITIES IN ALFENAS – MG: BETWEEN SPACES OF WELCOME AND INSECURITY

TERRITORIALIDADES LGBTQIA+ EN ALFENAS – MG: ENTRE ESPACIOS DE ACOGIDA E INSEGURIDAD

Antônio Ananias Nogueira Netto
Me. Geografia - Universidade Federal de Alfenas – MG
antonio.netto@sou.unifal-mg.edu.br

Flamarion Dutra Alves
Prof. no PPGEO - Universidade Federal de Alfenas – MG
flamarion.dutra@unifal-mg.edu.br

Resumo:
O presente artigo discute sobre as territorialidades dos corpos LGBTQIA+ no Sul de Minas Gerais, mais precisamente no município de Alfenas. O objetivo principal é compreender como ocorre as interações no processo de territorialização e vulnerabilidade dessas pessoas. A pesquisa está dividida em três partes, a primeira traz uma contextualização sobre a questão da sexualidade e da população LGBTQIA+ nos estudos geográficos, em seguida a parte teórica trata do território, territorialidade e os corpos na geografia, e por fim, a pesquisa empírica com dados primários e secundários para contextualizar a população LGBTQIA+, visando compreender a territorialidade da população LGBTQIA+ em Alfenas. As territorialidades foram agrupadas em mapas de acolhimento e medo/insegurança. Em Alfenas as territorialidades de acolhimento que foram mencionadas é a UNIFAL, algumas praças e alguns bares e festas universitárias. As territorialidades de medo/insegurança que foram mencionadas são avenidas, praças, de acordo com a temporalidade do espaço, ou seja, dia ou noite.

Palavras-chave: Sexualidade, Territorialidade, Corpo-Território, Vulnerabilidade.

Abstract:
This article discusses the territorialities of LGBTQIA+ bodies in the South of Minas Gerais, more precisely in the municipality of Alfenas. The main objective is to understand how interactions occur in the process of territorialization and vulnerability of these people. The research is divided into three parts, the first provides a contextualization of the issue of sexuality and the LGBTQIA+ population in geographic studies, then the theoretical part deals with territory, territoriality and bodies in geography, and finally, the empirical research with primary and secondary data to contextualize the LGBTQIA+ population, aiming to understand the territoriality of the LGBTQIA+ population in Alfenas. Territorialities were grouped into welcoming and fear/insecurity maps. In Alfenas, the reception territories that were mentioned are UNIFAL, some squares and some bars and university parties. The territorialities of fear/insecurity that were mentioned are avenues, squares, according to the temporality of the space, that is, day or night.

Keywords: Sexuality, Territoriality, Body-Territory, Vulnerability.

Resumen:
Este artículo discute las territorialidades de las entidades LGBTQIA+ en el sur de Minas Gerais, más precisamente en el municipio de Alfenas. El objetivo principal es comprender cómo se dan las interacciones en el proceso de territorialización y vulnerabilidad de estas personas. La investigación se divide en tres partes, la primera brinda una contextualización del tema de la sexualidad y la población LGBTQIA+ en los estudios geográficos, luego la parte teórica aborda el territorio, la territorialidad y los cuerpos en la geografía, y finalmente, la investigación empírica con los estudios primarios y secundarios. datos para contextualizar la población LGBTQIA+, con el objetivo de comprender la territorialidad de la población LGBTQIA+ en Alfenas. Las territorialidades se agruparon en mapas de acogida y de miedo/inseguridad. En Alfenas, los territorios de acogida que se mencionaron son la UNIFAL, algunas plazas y algunos bares y fiestas universitarias. Las territorialidades de miedo/inseguridad que se mencionaron son avenidas, plazas, según la temporalidad del espacio, es decir de día o de noche.

Mots-clés / Palabras-clave: Sexualidad, Territorialidad, Cuerpo-Territorio, Vulnerabilidad.

Introdução

O presente artigo é fruto dos estudos e da elaboração da dissertação de mestrado do autor e aluno bolsista[1], no Programa Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas com o intuito de compreender as dinâmicas territoriais de pessoas LGBTQIA+[2] em Alfenas, no sul de Minas Gerais. A geografia da sexualidade desenvolvidas nas pesquisas de Ornat (2008), Silva (2009) e Pinós da Costa (2010) no Brasil vem sendo discutida e aprofundada na última década (2010 a 2020), e assim, o tema vem sendo materializado não somente dentro de pautas de movimentos sociais, mas também, dentro da academia onde é possível analisar cientificamente os fenômenos desses grupos sociais.

A geografia como instrumento de análise espacial, práticas espaciais e culturais, pode contribuir através de interpretações sobre as produções espaciais, tanto no campo material como imaterial. No que tange a comunidade LGBTQIA+, a produção das territorialidades pode ser diferente do modelo heteronormativo concebido nas sociedades. Entendendo que os espaços possam ser construídos e apropriados de forma diferente por esse grupo, esse processo pode nos ajudar a entender os motivos pelos quais os indivíduos ocupam determinado espaço, como ocupam e se interagem, pensando no campo material. Nesse sentido, o campo imaterial, também é um espaço pensado pelos indivíduos

[1] Aluno bolsista do Mestrado em Geografia, pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas com o financiamento da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

[2] Termo que se refere a comunidade entre lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queers, intersexo, agêneros, assexuados e mais.

LGBTQIA+ quando pensamos suas lutas, seus anseios e suas ideias.

Concomitante à segregação socioespacial imposta pelo modo de produção capitalista e pelas forças neoliberais, grupos sociais são inseridos desigualmente nesses processos de produção e ocupação do espaço, gerando diversas problemáticas que são espacializadas no território.

Pensando em tal problemática, o objetivo principal do artigo é compreender a dinâmica territorial dos corpos LGBTQIA+ em Alfenas – MG, entendendo como esses corpos produzem suas territorialidades em cidades médias. Desse modo, o pós-estruturalismo como método, será um dos alicerces para compreendermos como esses corpos produzem, ocupam e interagem nos espaços, tanto no âmbito público, como privado, entendendo as relações com as estruturas da sociedade com a finalidade de compreender as violências vivenciadas em um determinado espaço.

Nesse sentido, o artigo está estruturado em um tópico acerca dos procedimentos metodológicos da pesquisa, em seguida a discussão sobre as bases teórico-metodológicas sobre a sexualidade na geografia, o próximo item trará as territorialidades LGBTQUIA+ em Alfenas, passando pelas estruturas e processos em Alfenas e por fim as considerações finais.

Procedimentos Metodológicos

Para atingir os objetivos da pesquisa foi traçado um caminho metodológico para entender as territorialidades dos corpos LGBTQIA+ em Alfenas e assim, espacializá-las através dos mapas.

Foi adotada a pesquisa quali-quantitativa, privilegiando os diversos aspectos e características dos sujeitos envolvidos na investigação.

Na primeira etapa, foram analisados artigos, teses e dissertações que trabalham o conceito de e territorialidade no contexto do gênero, sexualidade e corporeidade LGBTQIA+. Além de utilizar obras sobre os conceitos fundamentais dessa pesquisa como a Territorialidade (Haesbeart, 2009), Gênero, Sexualidade e Corporeidade (Ornat, 2008; Silva, 2009; Pinós da Costa, 2010; Margarida, 1990; Azevedo, Pimenta e Sarmento, 2009)

No âmbito da territorialidade, as relações de poder manifestadas são importantes, tanto na escala do indivíduo como na escala do lugar. Nesse sentido, vamos analisar as diferentes concepções sobre Poder em Raffestin (1993) e Focault, (1979), e relacionar com as evidências empíricas.

Foucault (1984) em uma das suas análises das relações de poder, destaca como as estruturas de poder moldam as instituições sociais e influenciam diretamente na produção de conhecimento e o debate sobre paradigmas sociais. Em 'Vigiar e Punir' e a 'História da Sexualidade', Foucault (1975, 1984), destaca as dinâmicas entre o saber e o poder, questionando assim, as narrativas padrões ou hegemônicas, e expondo as relações de poder que se destacam no discurso social.

Uma filósofa importante para a discussão pós-estruturalista Judith Butler (1990), aborda a teoria de gênero ao introduzir o conceito de performatividade, discutindo como as identidades de gênero são construídas e mantidas por meio de práticas sociais. Em *'Gender Trouble',* Butler (1990) desafia as normas sociais que foram definidas pela estrutura hegemônica, questionando as categorias de gênero e discutindo sobre as identidades.

Para compreensão dessas identidades e relações espaciais dos indivíduos LGBTQIA+ em Alfenas, foi adotada a técnica de pesquisa Bola de Neve. De acordo com Atkinson (2001), Flint (2001), Oliveira et al (2021) e Vogt (1999), a metodologia se baseia na técnica para encontrar sujeitos 'ocultos' na sociedade ou que são de difícil identificação, como é o caso da comunidade LGBTQIA+.

A amostragem bola de neve é usada com mais frequência para realizar pesquisas qualitativas, principalmente por meio de entrevistas. A principal característica da amostragem de bola de neve é como uma metodologia para obter entrevistados onde eles são poucos ou onde é necessária uma certa confiança para iniciar contato.

Com as entrevistas foi possível agrupar os sujeitos entre mulheres e homens cisgênero, mulheres e homens transgênero, não binários, conforme quadro 1, totalizando 15 pessoas.

Quadro 1– Entrevistados como indivíduos LGBTQIA+ em Alfenas-MG.

Identificação	Orientação Sexual	Identidade de Gênero	Idade
A1	Gay	Não-binário	32
A2	Hetero	Mulher Transsexual	19
A3	Lésbica	Mulher Cisgênero	28
A4	Bissexual	Mulher Cisgênero	27
A5	Gay	Homem Cisgênero	23
A6	Gay	Homem Cisgênero	43
A7	Hetero	Mulher Transsexual	19
A8	Hetero	Mulher Transsexual	19
A9	Androssexual	Transsexual Não-binário	21
A10	Lésbica	Mulher Cisgênero	27
A11	Hetero	Homem transgênero	28
A12	Gay	Homem cisgênero	30
A13	Bisseuxal	Mulher cisgênero	22
A14	Gay	Homem cisgênero	26
A15	Lésbica	Mulher cisgênero	24

Fonte e organização: Próprios autores, 2024.

As entrevistas foram realizadas com indivíduos LGBTQIA+ de Alfenas nos meses de novembro e dezembro de 2023, através de um roteiro de entrevistas semiestruturada e a aplicação de uma matriz de (in)segurança espacial (Quadro 2), a partir da matriz foi construída uma nuvem de palavras com os lugares mais e menos seguros da cidade.

Quadro 2 – Matriz de espaços seguros e inseguros para a população LGBTQIA+.

Lugares	Muito inseguro	Pouco inseguro	Neutro	Pouco Seguro	Muito Seguro
Ônibus urbano					
Terminal/Ponto de ônibus					
Taxi de aplicativo					
Escola					
Universidade					
Casa					
Trabalho					
Praça					
Rua					
Academia					
Bar / Restaurante					
Supermercado					
Shopping					
Templo religioso					
Casa de familiares					
Boate					

Fonte e organização: Próprios autores, 2024.

A análise dos dados foi a última etapa da pesquisa. Na fase final, através da análise das entrevistas e dos dados obtidos foi possível analisar as dinâmicas territoriais dos corpos LGBTQIA+ em Alfenas. Além disso, identificar através das falas dos entrevistados, quais lugares os indivíduos da comunidade LGBTQIA+ sofreram violência ou descriminação, que foi possível espacializar em mapas com as áreas mais seguras e inseguras da cidade.

Após a coleta de dados pelas entrevistas e pelos dados do projeto citado anteriormente, foi feita uma comparação com os dados de denúncias feitas na Polícia Militar de Minas Gerais entre 2019 a 2023 como os crimes de violência contra pessoas LGBTQIA+. É valido lembrar que no Brasil, o Supremo Tribunal Federal (STF), em 2019 decidiu pela criminalização da homofobia e transfobia pela aplicação da Lei do Racismo (7.716/1989).

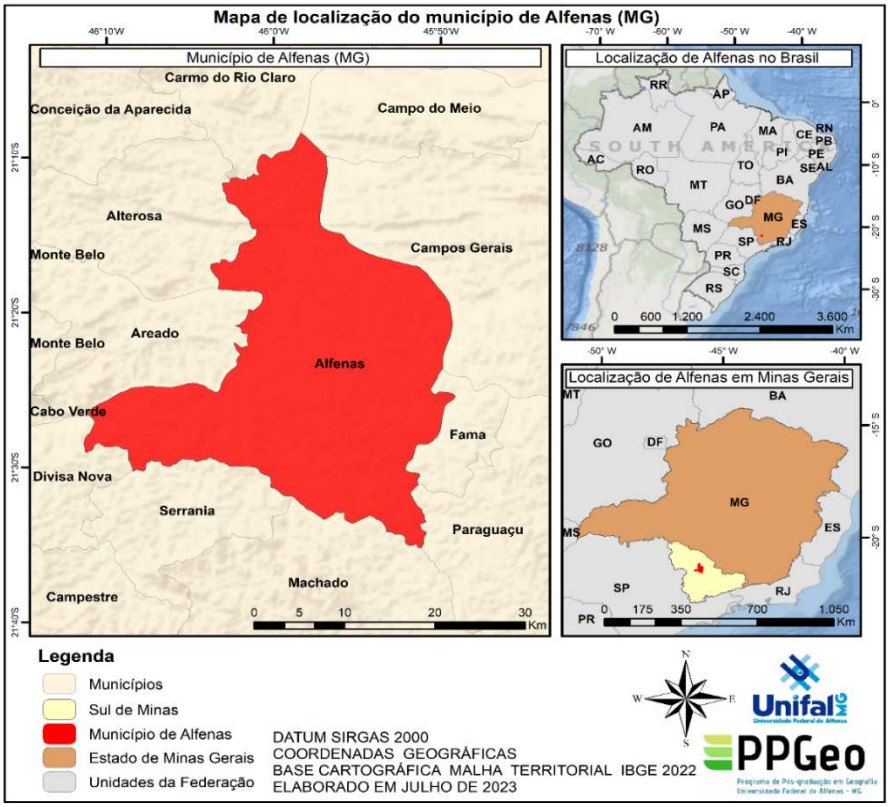
Área de Estudo

O município de Alfenas possui 78.970 habitantes (Ibge, 2022), tendo uma característica forte do setor terciário, pois é um polo universitário com uma universidade pública federal (UNIFAL-MG) e uma universidade privada (UNIFENAS) que abrangem pessoas dos mais diversos lugares do país. Além disso, é um polo de saúde, com três hospitais de referência regional (Figura 1).

Alfenas é conhecida por sediar instituições de ensino superior, a forte presença acadêmica acaba atraindo estudantes da região, mas também do Brasil inteiro (Silva, 2023), e por isso ocupa a 8ª posição nacional na centralidade das cidades por deslocamentos para cursar ensino superior (Regic, 2018).

Baseado nos dados do IBGE (2020), a economia de Alfenas historicamente esteve ligada à agricultura, com destaque para a produção de café (Alves, 2021). No entanto, nas últimas décadas, vem ocorrendo uma diversificação no setor econômico, foi necessário incluir o comércio e os serviços associados as instituições de ensino que movimentam a economia da cidade. Os setores que mais empregam indivíduos na cidade são os da agricultura, comércios e prestação de serviços. Além disso, a presença das universidades gera empregos e oportunidades para os moradores.

Figura 1: Mapa de Localização de Alfenas-MG.

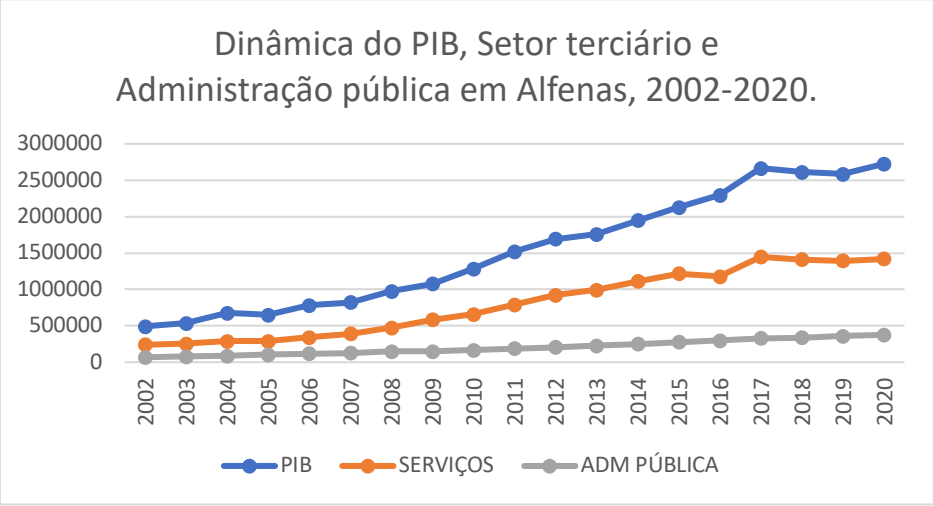


Fonte: Autores, 2024.

Devido as universidades, o setor da saúde é um componente importante dos indicadores socioeconômicos da região pois acaba sendo um polo de serviços relacionados a saúde para a população de Alfenas e região.

Como dito anteriormente, e com base na dinâmica do PIB da cidade pode-se perceber a influência do setor terciário e dos serviços de administração pública no município, visto a existência da Universidade Federal de Alfenas. Tais prerrogativas nos mostram que parte do PIB da cidade concentra-se em tais fatores.

Gráfico 1 - Dinâmica do PIB, Setor Terciário e Administração pública em Alfenas, 2002-2020



Fonte: Sidra-IBGE, 2024.

Como mostra na figura 2, os setores de serviços – apesar de uma queda em 2016 – sempre acompanharam o PIB em relação ao crescimento. Mas em relação aos dados da administração pública pode-se perceber um aumento pós criação da Universidade Federal de Alfenas em 2005 por meio da Lei Federal nº 11.154.

A emergência da sexualidade na geografia: bases teóricas-metodológicas.

Tendo em vista que a ciência hegemônica é marcada por privilégios de raça, cor, sexualidade e gênero, durante muito tempo as espacialidades, territorialidades desses grupos excluídos não era visto como um possível objeto de estudo dentro da geografia, o que causa a ausência e uma lacuna numa visão epistemológica e conceitual sobre a geografia da sexualidade (Netto, 2022; Netto, Alves e Conceição, 2023).

Nestas primeiras décadas do século XXI, geógrafos (as) constroem o movimento contestatório provindo da geografia

feminista e procuram outros caminhos para compreender as realidades socioespaciais não só de um grupo, mas sim dos próprios indivíduos entendidos em suas complexidades. Porém, a base conceitual e epistemológica tradicional é fruto do saber hegemônico, construído por uma geografia branca, heterossexual e masculina.

Inseridos num contexto histórico de mudanças de paradigmas de acordo com Prado (2017), dentro da geografia, temas emergentes vão se tornando cada vez mais recorrentes. A sexualidade analisada através do viés geográfico, visa contribuir no entendimento dessas relações projetadas no principal objeto de estudo da geografia, o espaço.

O contexto político-social nas primeiras décadas do século XXI envolve muitas problemáticas e desafios acerca das questões de gênero e sexualidade, sobretudo nos diretos humanos e cidadania, por estes motivos esses estudos estão em ascendência. As desigualdades de gênero e sexualidade estão enraizadas em nossa sociedade, sendo problemas estruturais, muitas vezes causados pelo modo de produção capitalista, o sistema neoliberal e o sistema patriarcal, além de estereótipos sociais aliados às questões étnico-raciais. O espaço, as espacialidades, o território e suas territorialidades são conceitos que nos auxiliam a compreender a desigualdade e desenvolver soluções nos debates acerca de tais problemáticas.

Partiu-se do pressuposto que existem dificuldades para a população LGBTQI+ se inserir e produzir espaço, ele em sua totalidade, muitas vezes enfrentando contra-espaços (Feliciano, 2003), como forças e ações neoliberais, capitalistas e patriarcais, além do machismo estrutural. Entender a dinâmica espacial dessa população, e principalmente, o corpo como espaço e território é uma

tarefa crucial no contexto no qual estamos inseridos. Sendo a geografia, a principal referência nos estudos da dinâmica espacial e territorial, é necessário que a ciência geográfica e os geógrafos (as) se comprometam com estudos das questões de gênero e sexualidade. Para Souza e Feliciano (2021) os estudos devem avançar na direção dos territórios da morte, do medo e de resistência LGBTQIAP+.

Para compreendermos os temas emergentes relacionados à geografia, devemos entender o processo histórico pelo qual a própria ciência perpassa nas últimas décadas. Dado em um contexto de crise epistemológica e a necessidade de superação de um paradigma teorético e quantitativo, a geografia crítica e a geografia fenomenológica surgem como caminhos alternativos para compreendermos o espaço e o território, assim como, as espacialidades e as territorialidades.

Baseado nos pressupostos de Silva (2009) os primeiros trabalhos que começaram a serem desenvolvidos durante os anos 1970 estavam relacionados a descrição das desigualdades de gênero baseado nas diferenças corporais e particularmente centrado na categoria mulher. De acordo com a autora, as primeiras pesquisas eram mapeamento de padrões espaciais de atividades femininas.

Além da geografia feminista, boa parte das literaturas sobre a sexualidade dentro do campo da ciência geográfica tem como base as conceitualizações provindas da geografia inglesa e norte-americana. Alguns autores são extremamente importantes para entendermos o início e os possíveis percursos pelo qual a geografia da sexualidade vem se constituindo. Para isso, alguns trabalhos possuem sua importância para demarcamos o início de um pensamento que começa a adentrar dentro da ciência geográfica. Como dito, a geografia da sexualidade tem como berço a geografia

feminista como os trabalhos de Oberhauser et al. (2003), McDowell (2003), sendo Binnie e Valentine (1993) o trabalho pioneiro ao discutir o tema sexualidade dentro da construção do pensamento geográfico.

Para pensarmos a geografia das r(e)existências e resistências, devemos entender as relações da tríade: poder, espaço e resistência. Como dito por Raffestin (1993) em 'Por uma Geografia do Poder', todas as relações sociais possuem relações de poder, essa são materializadas tanto no espaço material e imaterial.

Uma outra possível analise em relação ao poder pode ser baseado em Focault (1979), onde ele e suas relações estão intrínsecas ao próprio eu, um dos conceitos utilizados pelo autor é o biopoder. O poder de acordo com os pressupostos de Foucault (1979) é exercido em múltiplas e variadas direções, deve ser entendido a partir das estratégias, manobras, técnicas e táticas de operacionamento.

Uma outra característica relacionada a está temática são os processos decoloniais, que são refletidos e materializados no espaço geográfico. Como mencionado por Haesbaert (2021) a decolonialidade traz uma crítica a colonialidade do poder. O espaço geográfico, entendido no contexto atual, modificado pelas ações antrópicas é lido como fruto dessas relações, que determina e impõe o poder sobre corpos no viés espacial e territorial, e sobre o próprio espaço geográfico.

Uma crítica e um apontamento interessante para entendermos o espaço pelas trajetórias vividas dos sujeitos está na relação entre espaço e representação trazida por Massey (2005). De acordo com a autora, a representação e a espacialização e a própria espacialidade são entendidas concomitantemente, dialogando entre

si. Essa representação traz consigo a ideia das identidades expressadas nas espacialidades e territorialidades de um determinado grupo social. Nesse sentido, abre-se diversos debates para a construção de novos horizontes de pensamento pela perspectiva geográfica. A sexualidade e o gênero são exemplos dessa nova forma de entender, pelo viés da geografia, as espacialidades e territorialidades dentro da temática.

Baseando-nos nos pressupostos de Margarida (1990), consideramos que a Geografia adere seus estudos sobre gênero e sexualidade a partir dos anos 1980, com o apoio da Geografia Crítica. "As discussões sobre gênero, sexualidade e espacialidade podem ser um interessante caminho para que levantemos nossos olhos de nosso pequeno mundo, para este grande, rico e complexo mundo" (Ornat, 2008, p.2). O debate político e acadêmico sobre sexualidade e gênero está ganhando cada vez mais espaço nas ciências.

Uma característica importante na abordagem do corpo como lugar, é discutida por McDowell (1992), onde um corpo é um espaço que determina sua ocupação, e consequentemente sua localização. Sendo assim, esse processo de ocupação resulta na ocupação de um espaço físico, onde ele é percebido e entendido por diversas formas de acordo com o espaço-tempo. O termo corporeidade de acordo com Silva (2009), é baseado na ideia de que o corpo não é algo fixo e acabado, mas sim variável, moldável, sujeito a transformações.

> Uma significativa parcela de trabalhos de geógrafas (os), notadamente aqueles vinculados as abordagens pós-modernas, estão · investigando os caminhos em que certos corpos são marcados como sendo diferentes ou marginais, adquirindo restrições as suas espacialidades, enquanto outros corpos, julgados normais e neutros, podem ser onipresentes e

> desenvolver qualquer espacialidade (Silva, 2009, p. 140).

De acordo com McDowell (1992), a corporeidade está relacionada a fluidez, representação, e relações entre a própria anatomia e suas identidades sociais. A Sexualidade de acordo com Foucault (1979) está relacionada aos prazeres do corpo, entendendo seus desejos, as identidades. De acordo com o autor, ela é vivida temporal e espacialmente de diversas formas. A abordagem sobre a sexualidade no âmbito da geografia vem superando uma série de preconceitos associados ao tema.

Uma autora importante para entendermos as relações estruturais e as questões de gênero é Butler (1990). A autora busca desafiar as noções tradicionais de identidade de gênero e destaca a performatividade como conceito central para compreender a construção social e cultural das categorias de gênero. Baseado em Butler (1990), essa analise se estende para além da desconstrução linguística, mas dialogando com as implicações políticas e sociais do modelo hegemônico.

A teoria de gênero proposta por Butler (1990), revolucionou os estudos de gênero ao desafiar as concepções essencialistas e propor uma abordagem performativa da identidade de gênero. Ou seja, discutindo como a identidade de gênero não é algo pré-existente, mas sim construída e reforçada por práticas sociais. Portanto essa abordagem, desafia as noções tradicionais, questionando a fixidez das

identidades de gênero e destacando como as normas são socialmente construídas.

Territorialidades LGBTQIA+ em Alfenas

A diferenciação espacial e suas territorialidades estão marcadas no cotidiano das cidades, distintos grupos sociais interagem de acordo com suas preferências, interesses, necessidades ou pelo fato de serem espaços mais seguros. A temporalidade dessas territorialidades também apresenta diferenças, pois a insegurança pode ser agravada nos períodos noturnos, finais de semanas entre outros.

Sendo assim, quando perguntado sobre a violências sofridas, ou sobre os espaços frequentados pelos entrevistados o que foi obtido traz reflexões importantes para pensarmos as territorialidades.

Baseado nas entrevistas, pessoas transexuais sentem mais a violência estrutural marcada por fatores já discutidos por Butler (1990) e Scott (1995) onde os corpos não se conformam devido a fatores ligados à sua identidade.

De acordo com a entrevistada A2, que se identifica como mulher transexual, não existe lugar seguro para ela e consequentemente sem vínculos territoriais:

> [...] tenho medo de andar em Alfenas na cidade inteira, tipo, onde você anda é perigoso, porque sempre vai ter uma pessoa pra te agredir, fazer qualquer tipo de coisa com você (Entrevistada A2).

Uma outra questão importante para discutirmos tais violências é entender o espaço-tempo e como a temporalidade é uma questão a se pensar para discutirmos as violências contra pessoas LGBTQIA+. O que foi percebido no relato das entrevistas é que um mesmo lugar que é seguro de dia, acaba sendo um território do

medo a noite. De acordo com a entrevistada A2 “quando saio de madrugada, é porque não estou sozinha, estou acompanhada, pois tenho medo de sofrer algum tipo de agressão”.

O mesmo foi dito pelas entrevistadas A7 e A8 que também se identificam como mulheres transexuais. De acordo com a entrevistada A7 “Eu não tenho medo apesar de saber das violências que ocorrem, me mudei para cá para fazer minha transição”. Essa mudança para Alfenas reflete sua centralidade regional, que atrai muitas pessoas LGBTQIA+ de municípios menores do seu entorno, sendo um espaço de diversidade e acolhimento, o que não significa um espaço de segurança.

O preconceito está presente no cotidiano, conforme a entrevistada A8 “tenho medo no meu serviço, eles ainda utilizam meu nome morto, eu tenho um pouco de medo de me impor ali”. Baseado no que foi dito pela entrevistada A2 que se identifica como mulher transsexual, a cidade toda acaba sendo um território suscetível a violência.

Acerca da temporalidade dos territórios, pode-se fazer referências ao que foi dito por Souza (2015) sobre territórios cíclicos ou móveis. Um espaço na cidade tem várias funções, usos e ocupações durante o dia, como uma área comercial durante o dia e um território da prostituição a noite. Podemos compreender isso através de Haesbaert (2007) que vai discorrer pelos territórios-rede, em que os fluxos podem se tornar dominantes e se instalar nos territórios. Isso pode ser percebido através do que foi dito pela entrevistada A2:

> [...] Alfenas inteira não tem lugares seguros, principalmente a noite, as ruas e as avenidas aqui que pegam para ir para o centro (Av. Governador Valadares) é uma rua que me sinto insegura, e a maioria das minhas amigas trans tem medo porque tem

> muitas pessoas com olhares maldosos (Entrevistada A2).

O que foi dito anteriormente sobre os territórios cíclicos por Souza (2015) é perceptível novamente na fala da entrevistada A2. Uma das principais avenidas comerciais de Alfenas (Av. Governador Valadares) acaba sendo um território de insegurança e medo durante a noite, devido a suscetibilidade a violência e discriminação.

É nesta avenida (figura 2) que se concentra o principal território da prostituição na cidade, frequentado por mulheres trans, travestis e ao mesmo tempo que concentra essa territorialidade reflete a insegurança, pois são alvos de diversos tipos de violência pelo conhecimento das frequentadoras do lugar.

Figura 2: Avenida Governador Valadares em Alfenas



Fonte: Reprodução/Gilson Leite, 2022.

Além disso, a entrevistada A2 relata sobre sua vivência nos territórios da cidade sendo que em um desses lugares a mesma foi vítima de violência física e moral.

> [...] A rua da Chapada[3], perto da quadra, fui estuprada lá, eu morro de medo de passar até hoje. É um lugar que eu morro de medo, meu pai mora lá mas não visito meu pai porque tenho medo. Quando passo la perto sinto uma energia ruim (Entrevistada A2).

O que foi dito pela entrevistada A2 é o que acontece com muitas pessoas transsexuais devido a suscetibilidade a violência. O lugar em que foi dito pela entrevistada está situado na zona periférica da cidade, onde concentra-se pessoas de classes sociais mais baixas. Ainda através dos relatos da entrevistada, a mesma já foi vítima de violência várias vezes. "Eu já fui vítima, já sofri pra caramba na vida, se eu falar tudo eu vou até chorar. Eu começo a ficar com os olhos cheio de água". A seguir na figura 3, podemos visualizar o local onde a mesma relata sua experiência.

Figura 3: Quadra da Chapada, localizada no bairro Chapada em Alfenas



[3] A rua da Chapada, menção a quadra localizada no bairro da Chapada, área urbana e periférica da cidade de Alfenas.

Fonte: Trabalho de campo.
Autor: Antônio Netto, Flamarion Dutra Alves, 2023.

Nesse relato, podemos perceber o quanto a violência de gênero e a LGBTQIAfobia pode causar danos nas vidas das pessoas, principalmente em relação a saúde mental que será discutida no próximo tópico através da discussão da violência psicológica.

Uma outra característica importante para discutir sobre a vivência das pessoas transexuais é o período de transição. O que foi relatado pelos entrevistados transexuais é que no período em que os mesmos estavam inseridos na escola, sofriam diversos tipos de violências físicas, verbais, psicológicas. Isso fica claro na fala da entrevistada A2 "Quando eu comecei a estudar no 5º ano, eu não queria mais estudar por sofrer homofobia. Eu já apanhei, já levei murro na escola."

A entrevistada ainda relata que não foi a única vez, isso aconteceu pelo menos mais umas três vezes, em diferentes territórios estudantis, ou seja, as escolas. "Na escola 1[4] eu nunca apanhei, mas sofria *bullying* por utilizar o banheiro feminino, as outras meninas viam que eu era diferente e me chamavam de veado." Além disso, a mesma entrevistada diz "Na escola 2[5], quando criança, eu já levei pedrada na cabeça, maçã do amor na cabeça também." Ou seja, o que pode ser percebido através da fala da entrevistada é que por muitos anos, o ambiente escolar não estava preparado para a diversidade, o que geram conflitos que se materializam nesse território em forma de violência física, verbal e psicológica.

[4] Para preservar o nome da escola, colocarei o nome de escola 1.

[5] Para preservar o nome da escola, colocarei o nome de escola 2.

O mesmo foi dito pela entrevistada A7 em que falou que foi vítima de violência psicológica na escola. “Eu nunca fui vítima de agressão, mas já me zoaram na época de escola. Quando comecei a me assumir, eu sofria *bullying.”* Ou seja, podemos perceber que dentro da estrutura pode existir algo que fomente ou que ignore tais violências

Esses acontecimentos nas escolas acabam sendo cada vez mais decorrentes e se tornando objeto de pesquisa de diversos autores. Baseado nas visões dos autores Stelko-Pereira & Willians (2010) e pela visão de Arroyo (2007):

> A violência vem sendo objeto de pesquisas e de reflexão teórica. Especial atenção vem merecendo a violência infanto-juvenil, ora em suas diversas formas de violentar as crianças, adolescentes e jovens (exploração sexual, tráfico, trabalho infantil, desemprego, sobrevivência, fome, desproteção, maus-tratos, mortes), ora nas diversas formas de envolvimento da infância, adolescência e juventude nas redes de tráfico, agressão, roubos, assaltos, mortes (Arroyo, 2007, p.788).

A violência dentro da escola foi relatada não somente na visão das pessoas transsexuais, o mesmo foi dito pela entrevistada A4 que se identifica como mulher lésbica: “Na época de escola (escola 3[6]) era xingada de sapatão, hoje em dia não vejo mais problema com esse xingamento.”. E o mesmo foi vivenciado e dito pelo entrevistado A5 que se identifica como homem gay: Já fui vítima de violência, verbal e física e foi dentro de casa e na escola.”. Através desses relatos, podemos perceber que os indivíduos da comunidade LGBTQIA+ começam a sofrer algum tipo de violência já no período inicial de sua vida, na escola.

Por esse motivo, muitos indivíduos da comunidade LGBTQIA+ abandonam os estudos, pois a escola não é um lugar de

[6] Para preservar o nome da escola, colocarei o nome de escola 3

acolhimento e respeito a diversidade, tendo várias consequências futuras na escolaridade, trabalho e questões psicológicas.

Existem territórios que as entrevistadas A7 e A8 se sentem desconfortadas devido sua identidade de gênero, de acordo com a entrevistada A7 bares e festas de Alfenas são lugares onde ela não se sente bem-vinda. Já a entrevistada A8 disse que se sente desconfortada em relação a sua identidade de gênero em casa de familiares.

O mesmo acontece com o entrevistado A9 que se identifica como não-binário.

> Em tabacarias, em festas universitárias não são inclusivas para as pessoas da comunidade LGBTQIA+, vai depender de qual festa e de qual curso que fazem essas festas, porém quando o curso é mais tradicional, tem um pensamento mais reacionário, você percebe que aquele espaço não é para você (Entrevistado A9).

Além disso, o entrevistado A9 ao discutir sobre os espaços públicos de Alfenas diz:

> Sobre os espaços públicos de Alfenas, por ser uma pessoa transsexual que performa feminilidade e que utiliza roupas femininas, quase todos os espaços são espaços de violência. Diariamente eu sofro algum tipo de violência na rua, alguém gritando xingamentos por utilizar roupas curtas (Entrevistado A9).

Ainda baseado no que foi dito pelo entrevistado A9, o mesmo já foi vítima de violência e perseguição devido sua identidade de gênero. “Constantemente assédio, principalmente de noite na região do centro da cidade, um homem começou a me seguir em uma rua escura próximo a região central” O que se assemelha ao que foi dito anteriormente sobre a temporalidade, visto que esse mesmo lugar de dia não oferecia tantos riscos a comunidade LGBTQIA+ de acordo com o entrevistado A9.

O entrevistado A11 que se identifica como homem transsexual nos traz uma outra visão e um outro questionamento sobre a violência e discriminação contra a comunidade LGBTQIA+. De acordo com o entrevistado, seu corpo pós transição ocupa um certo privilégio que antes seu corpo enquanto mulher não ocupava. "Quando transicionamos nosso corpo não é mais marcado, ele passa a ser um corpo de diferente poder. Percebi isso quando estava numa calçada e a noite, e uma mulher trocou a calçada. Ali eu percebi que meu corpo estava marcado pelo ser homem." Porém, de acordo com o entrevistado, a violência e o medo não foram sensações perceptíveis em sua vivência.

De acordo com o entrevistado A11, quando faz a transição, acaba ocupando um espaço que antes não era possível ocupar, um corpo socialmente aceitável, um corpo de um homem:

> Habitar um corpo aceitável, que é um corpo de um homem, pra gente que é FTM (Feminino transacionando para o masculino), pra gente é mais aceitável, a sociedade nos aceita melhor, porque é um espaço que já está ai (Entrevistado A11).

Além disso, o entrevistado A11 completa seu relato falando das estruturas sociais que concebem o corpo masculino com privilégios na sociedade:

> Meu corpo está aceito para a sociedade, um corpo de um homem é aceitável. Toda a estrutura é muito unitária, o que é a representação de um homem? É um corpo másculo, nossa sociedade não muito alto, então pra eu chegar nesse corpo é muito mais fácil do que uma mulher trans, quando vou chegando nesse corpo eu vou enfrentando menos dificuldade na sociedade, porque acabo ocupando um lugar de privilégio que antes não ocupava enquanto mulher (Entrevistado A11).

O que ocorre com os demais entrevistados que são cisgêneros e que se inserem na sigla LGBTQIA+ devido sua sexualidade acaba

sendo um pouco diferente do que foi citado anteriormente pelos entrevistados transgêneros. O que foi percebido nas entrevistas é que todos possuem certa vulnerabilidade a violência no que se refere a orientação sexual e identidade de gênero, porém, com as pessoas cisgêneros essa violência e discriminação ocorre diferente conforme cada sigla da terminologia.

Conforme dito o entrevistado A1 que se identifica com a orientação sexual gay e com a identidade de gênero não-binário, através de suas experiências, alguns lugares são mais suscetíveis a violência de gênero e sexualidade.

> Alguns ambientes esportivos e bares em geral que predominam os cisgêneros heterossexuais que costumam ser mais agressivos e que não aceitam tanto a diversidade (Entrevistado A1).

Ainda baseado no que foi dito pelo entrevistado A1, alguns territórios acabam sendo espaços onde as pessoas LGBTQIA+ são mais passiveis de violência. Ainda baseado no que foi dito pelo entrevistado, tais lugares são os mesmos pelo qual o entrevistado foi vítima de violência. "Acabam sendo territórios escorregadios, já aconteceram agressão físicas e verbais, nas avenidas e no centro da cidade". Ou seja, o que podemos compreender pela percepção do entrevistado é que o espaço da cidade acaba sendo um território de preocupação para essas pessoas devido a violência que está materializada nas estruturas da sociedade.

De acordo com o entrevistado A1, apesar de sentir algumas sensações de medo, a cidade ainda acaba sendo um território menos violento comparado as outras cidades. "No geral, temos que escolher os lugares, andar em ovos muitas vezes. Em Alfenas, costuma ser um pouco mais segura para a comunidade LGBTQIA+ comparada a outras cidades." Mesmo sendo uma cidade onde o entrevistado não

sente tais aflições, o mesmo diz a necessidade de preocupar-se com o modo que ocupa o território, e consequentemente constrói sua territorialidade.

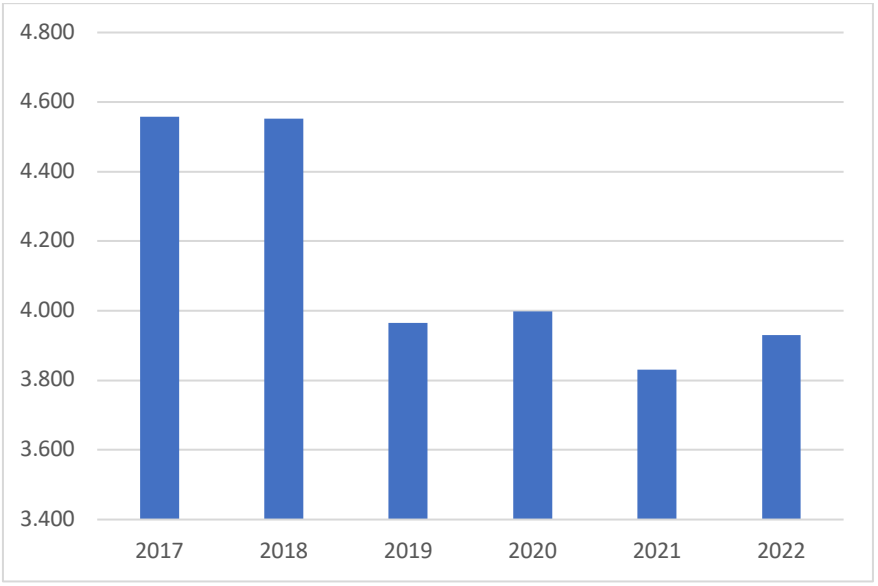
Mesmo com esses relatos, o entrevistado A1 disse que já sofreu algum tipo de violência em Alfenas: "já fui vítima de violência várias vezes e conheço pessoas que sofreram violências várias vezes também." Pela sua vivência, o medo anda lado a lado com a tentativa de se impor nos espaços e nos territórios: "eu sou bem livre com minha identidade e sexualidade, sou bem afrontoso, não tenho medo, mas vejo motivos de outras pessoas sentirem medo". Ou seja, podemos entender que para construir suas territorialidades, a comunidade LGBTQIA+ está inserida nas microterritorialidades como forma de (r)existência.

A entrevistada A3 que se identifica como mulher cisgênero lésbica dialoga com o que foi dito pelo entrevistado A1. De acordo com ela, para se entender nos territórios acaba não se escondendo como forma de resistência, porém, a mesma entende que alguns lugares não são suscetíveis a demonstração de carinho por duas pessoas do mesmo gênero, ela traz o exemplo: "Eu sou bem caruda. Tento não fazer tanto carinho na minha namorada dentro de um clube especifico. Lá é muito mais família, ai evitamos."

Uma fala da entrevistada A3 é de suma importância para compreendermos o contexto socioterritorial da violência de gênero e da sexualidade. "De madrugada quando saio para festas, tenho medo. Nem tanto por ser lésbica, mas por ser mulher." Na fala da entrevistada podemos relacionar com o que é socialmente descrito e entendido como as estruturas patriarcais, machistas, que a todo momento colocam as mulheres em risco ou medo, devido ao contexto social onde um grande número de mulheres morre de feminicídio no

Brasil. Baseado nos dados da Fiocruz (2023) podemos entender o contexto de homicídios (Gráfico 2):

Gráfico 2: Gráfico dos Homicídios Dolosos contra Mulheres no Brasil, de 2017 a 2022



Fonte: Fiocruz, 2023.

Podemos relacionar os dados de homicídios dolosos contra mulheres com o que foi dito pela entrevistada A4 que se identifica como mulher cisgênero lésbica e que se assemelha com o que foi falado pela entrevistada A3. Sendo assim, a violência de gênero e da sexualidade, acaba sendo em dobro quando pensamos no contexto das mulheres, visto que acabam sofrendo violência devido a sexualidade, com o peso da violência de gênero, o que não ocorre com um homem gay cisgênero, por exemplo.

A entrevistada A3 também discute sobre as festas em Alfenas e como esse território pode ser receptivo ou não, dependendo do contexto que a festa é criada, por quem é criada, entre outros aspectos.

O que foi dito pelos entrevistados nos permite entender que a comunidade LGBTQIA+, para se inserir e existir nos territórios, acabam criando microterritorialidade dentro de um território maior. Alguns territórios, acabam sendo ocupados por esses indivíduos, que criam microterritorialidades dentro desse território maior, como as festas universitárias.

A entrevistada A10 que se identifica como mulher cisgênero lésbica relata como alguns territórios acabam não sendo tão receptíveis e suscetíveis a comunidade LGBTQIA+ "Eu acho que tem alguns bares na cidade que possuem características que não são de acolhimento para a comunidade, principalmente na Vila Teixeira[7]".

A entrevistada A10 nos relata que certas territorialidades, certos espaços, são ocupadas por pessoas que se concebem na ordem padrão e hegemônica do gênero e da sexualidade, como citado na fala anterior. Tais lugares, acabam não sendo tão receptíveis para a comunidade LGBTQIA+ devido a traumas, lembranças, ou violências que ali podem ocorrer devido sua identidade de gênero e sexualidade. A mesma relata que no seu trabalho, acaba existindo um respeito, mas não existe um acolhimento:

> Eu frequento muito os espaços da prefeitura pelo meu trabalho. Ocupo muitos esses espaços como secretária. Não vejo um acolhimento, mas vejo respeito dentro desse espaço (Entrevistada A10).

A mesma entrevistada A10 que nos diz que não há um acolhimento onde trabalha, no lugar em que estuda, acaba sendo diferente conforme seu relato:

[7] A Vila Teixeira em Alfenas é uma região onde está localizada a UNIFENAS e possuí como característica ser um bairro universitário. A região também concentra alguns bares que é frequentado pelos estudantes e pela população.

> Aqui dentro da UNIFAL-MG (figura 6) é bem tranquilo, não sinto medo de demonstrar minha sexualidade. Aqui além do respeito eu vejo um acolhimento, diferente de outros espaços (Entrevistada A10).

Figura 4: Universidade Federal de Alfenas



Fonte: Unifal-MG, 2022.

O que foi relatado pela entrevistada A10 se assemelha com o que foi dito pelo entrevistado A9:

> Aqui no ambiente universitário, especificamente na Unifal, sinto uma atmosfera bastante acolhedora e tranquila para expressar livremente minha sexualidade e minha identidade de gênero. A sensação de segurança e aceitação que encontro aqui contrasta positivamente com experiencias que infelizmente, podem ser menos inclusivas em diferentes contextos externos a universidade (Entrevistada A10).

O que podemos entender através dos relatos dos entrevistados é que o ambiente universitário possui suas contradições, sendo a universidade uma territorialidade que transmite recepção e acolhimento, e as festas universitárias

possuindo alguns apontamentos que mostram como essa territorialidade pode encadear momentos de violência e discriminação.

O entrevistado A9 nos relata a sua experiência com o Hospital da cidade de Alfenas num contexto de uso de medicamento PEP (Profilaxia Pós-Exposição), que é um tratamento que visa prevenir a infeção pelo HIV e relatou que foi um momento que vivenciou discriminação:

> Um lugar que sinto muito desrespeito foi o Hospital Alzira Velano. Tive que utilizar o PEP, ficamos cinco horas e meia para conseguir o remédio, porém aconteceu algo muito específico. A minha ficha estava fora, tinham retirado minha ficha, senti como uma violência direta visto a necessidade de utilizar o medicamento.

Em síntese, a compreensão das territorialidades LGBTQIA+ são relevantes para o entendimento de como essas pessoas ocupam o espaço e através dele, criam laços que determinam as territorialidades. É fundamental que a comunidade LGBTQIA+ possam ocupar o espaço de maneira autêntica, sem receio de represálias e marginalizações.

Estruturas e processos que compreendem a comunidade LGTBQIA+ em Alfenas

Em Alfenas, houve a criação do Movimento Gay de Alfenas (MGA) e a construção da Parada da Diversidade. A ideia inicial surgiu de um militante e estudante de direito que viu a necessidade de se debater e discutir sobre a temática GLS[8], como era dito na época. De acordo com o entrevistado Sander Simaglio, que iniciou o movimento em Alfenas:

[8] Gays, Lésbicas e Simpatizantes.

> Sou militante do movimento LGTBQIA+ desde 1999. Eu estava fazendo minha defesa de tese na faculdade de direito, e vi a necessidade de ir além daquilo na universidade. Ai fiquei procurando saber o que tinha na cidade, existia festas gays esporádicas na região rural da cidade porque tinha que ser tudo escondido (Sander Simaglio, 2023).

Como dito pelo entrevistado, as festas LGBTQIA+ aconteciam na zona rural da cidade, devido ao espaço de segregação que existia, e os encontros eram escondidos na zona rural. Foram através dessas festas, que começou a surgir o MGA, de acordo com o entrevistado:

> Tinha uma galera ativa nas festas, mesmo sendo esporádicas, mesmo sendo escondidas, mesmo sendo nas periferias. No outro dia, encontrava essas mesmas pessoas nas ruas e elas não me cumprimentavam, porque era uma coisa que ninguém podia saber de ninguém. E ai eu comecei a conversar com um, dois amigos que eram mais próximos, da necessidade de discutir isso mais, e comecei a fazer reuniões entre amigos e conversávamos, discutíamos sobre os países que estavam criminalizando a questão de ser homossexual, isso foi engrossando o número de pessoas que se reuniam (Sander Simaglio, 2023).

Dessa forma, o MGA, começa a dar seus primeiros passos enquanto grupos de amigos que reuniam para discutir sobre sexualidade e gênero na época. Com o passar de algumas festas, o militante "cabeça" dentro do movimento acaba trazendo as festas que ocorriam na zona rural, para o centro da cidade:

> Eu comecei a trazer as festas gays, que antes era na zona rural, para o dento da cidade. Alugava locais que os universitários faziam festas, e ai existiam festas do movimento que na época era movimento GLS (Sander Simaglio, 2023).

Apenas as festas que ocorriam não foram capazes de sanar as dúvidas do militante perante ao pertencimento a cidade, então,

as reuniões começaram a ser criadas com o intuito de discutir sobre as temáticas em relação a sexualidade na época:

> Comecei a ver a necessidade ir além das festas, além da diversão e do comercial. Como havia me formado, comecei a fazer reuniões no meu escritório, umas reuniões de domingo, com 5, 6 pessoas, com pautas, envolvendo questões de saúde LGBT, preservativos, excursões para paradas LGBT (Sander Simaglio, 2023).

Foi através da coluna do jornal da cidade de Alfenas, que o militante começou a ganhar mais espaço e certa notoriedade, enquanto militante do então movimento GLS na cidade:

> Comecei a escrever no Jornal da cidade, o pessoal do jornal me deu uma coluna que chamava Cultura Pop GLS. E ali eu escrevia, e comecei a crescer essa coluna no jornal até virar uma página, e ai acabei me tornando uma referência, uma liderança (Sander Simaglio, 2023).

Baseado no que foi dito pelo entrevistado, que coordena o MGA até então, houve a criação de lideranças sul-mineiras LGBTQIA+, que ocorreu em Juiz de Fora, fato importante e decisivo para a criação do MGA em Alfenas e da própria Parada da Diversidade:

> Em Juiz De Fora, organizou um encontro financiado pelo Ministério da Justiça que era o encontro de lideranças de LGBT do Estado, proposto por uma ONG de Juiz de Fora, Movimento Gay de Minas, e ali eles nomearam as lideranças (Sander Simaglio, 2023).

Uma das importâncias desse evento para Alfenas, foi a criação da Lei Rosa na cidade de Alfenas, de acordo com o entrevistado:

> Nesse encontro, de 3 ou 4 dias, o vereador que apresentou a Lei Rosa em Belo Horizonte estava presente, dizendo como era a proposta de lei na cidade. Ai eu trouxe pra Alfenas, logo aprovamos a Lei Rosa em Alfenas de 2001 que é uma das primeiras do estado de Minas Gerais, que é a lei que pune discriminação no âmbito municipal (Sander Simaglio, 2023).

E foi a partir do evento em Juiz de Fora que nasce o Movimento Gay de Alfenas, de acordo com o entrevistado, cabeça do movimento na época:

> No último dia do evento, a proposta era montar uma federação mineira de homossexuais, porem a federação mineira para se filiar deveria ser pessoa jurídica. Nós não tínhamos personalidade jurídica, e aí voltamos para Alfenas e institucionalizamos o movimento, foi quando nasceu o Movimento Gay de Alfenas (Sander Simaglio, 2023).

Para atuar enquanto movimento, houve a criação da personalidade jurídica do movimento com o CNPJ, de acordo com o entrevistado:

> O movimento nasce em 2000. Em 2003, nós precisamos registrar, e ai criamos uma personalidade jurídica com CNPJ. Quando chegou em 2004, o Ministério da Saúde lançou um edital para apoiar paradas gays, porém tinha que ter um ano de registro. Audaciosamente escrevi o projeto, foi aprovado, e a primeira parada foi realizada em 2004 (Sander Simaglio, 2023).

Após a criação do movimento, institucionalizado, houve a criação das Paradas da Diversidade, que de acordo com o entrevistado elas ocorreram: "Nós fizemos a parada LGBT em 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2023." (Figura 5, 6 e 7).

Figura 5: Parada do Orgulho LGBTQIA+ de Alfenas em 2016.



Fonte: Alfenas Hoje, 2016.

Figura 6: Parada do Orgulho LGBTQIA+ de Alfenas em 2018



Fonte: Alfenas Hoje, 2018.

Figura 7: Parada do Orgulho LGBTQIA+ de Alfenas em 2023.



Fonte: MGA Alfenas, 2023.

O movimento até 2015, possuía sua sede, porém de acordo com o entrevistado:

> Nós tínhamos uma sede, que executava vários projetos, ela abriu 2006 e fechou em 2015. Ela fechou em 2015 porque acabaram os recursos financeiros específicos para a população LGBT que eram os editais de concorrência pública (Sander Simaglio, 2023).

Dialogando com o método do trabalho, as estruturas acabam sendo sucateadas com o tempo, de acordo com o entrevistado:

> O que vemos hoje são pouquíssimas estruturas governamentais para a população LGBT, quase todas sucateadas, quase todas as vezes para manter as portas abertas para um jogo político. Quando tínhamos uma sede, com vários projetos, hoje não temos onde frequentar, hoje temos a rede social (Sander Simaglio, 2023).

Apesar de todo sucateamento, a resistência do grupo permanece. De acordo com o entrevistado:

> Nós do movimento, temos uma sede provisória dentro da casa dos conselhos. Nos reunimos uma vez por mês, e na organização da semana da diversidade alguns meses antes realizamos reuniões semanalmente (Sander Simaglio, 2023).

Além disso, foi perguntado sobre os projetos já executados pelo MGA, e o entrevistado nos relatou:

> Alguns dos projetos são: Projeto Amor da Unifal, Livros do MGA, MGA itinerante, Academia especialidade para portador de AIDS, assistência jurídica para portador de AIDS. Porém, o principal projeto atualmente é a semana da diversidade que antecede o movimento da Parada LGBTQIA+ (Sander Simaglio, 2023).

Na última edição da Parada da Diversidade de Alfenas de 2023 houve eventos realizados pela semana da diversidade, como a "cãominhada", os jogos da diversidade, conferências, rodas de conversa, eleição da miss e do mister gay sul de Minas Gerais, peças teatrais e a própria parada no final da semana, conforme figura 8.

Figura 8: Panfleto da Semana Sul Mineira da Diversidade Sexual de 2023 em Alfenas

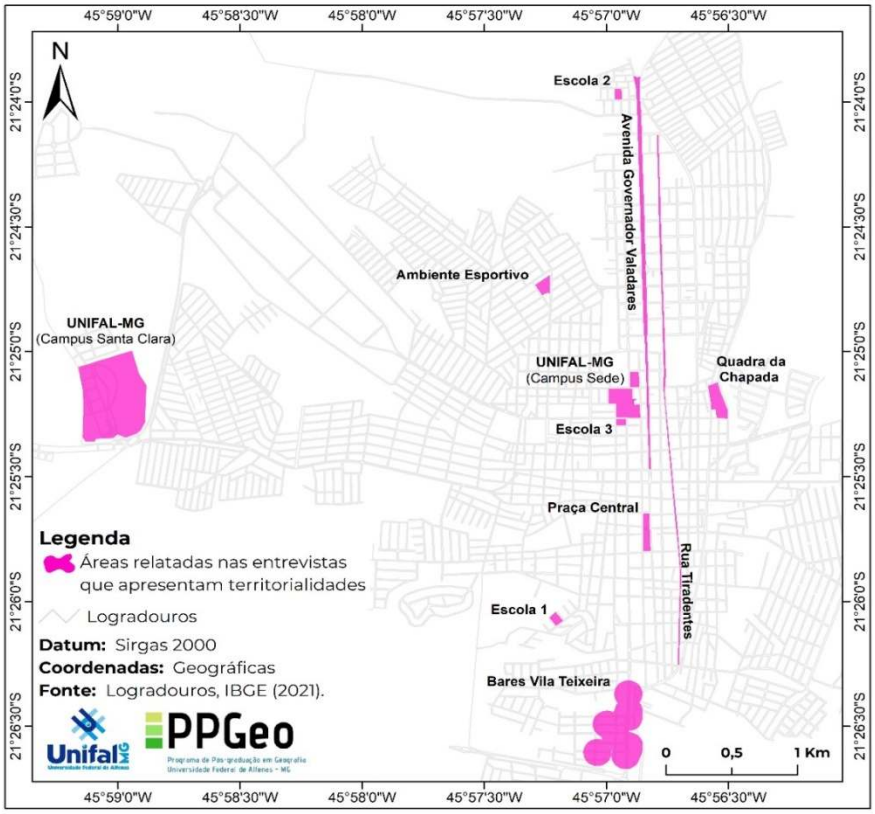


Fonte: MGA Alfenas, 2023.

Tais ações demarcam as territorialidades que são criadas como forma de resistência, de pertencimento ao território, construindo tais territorialidades conforme a necessidade de ocupação dos mais diversificados espaços.

Foi obtido através das entrevistas os lugares e as territorialidades dos indivíduos LGBTQIA+ em Alfenas. Através do que foi citado nas entrevistas, conseguiu-se espacializar através de mapas. Os mapas foram desenvolvidos em territorialidades de acolhimento e de medo/insegurança, devido ao que foi relatado pelos entrevistados contendo os dados gerais que foram coletados (figura 9).

Figura 9: Total das territorialidades relatadas pelos indivíduos LGTBQIA+ em Alfenas, 2023.

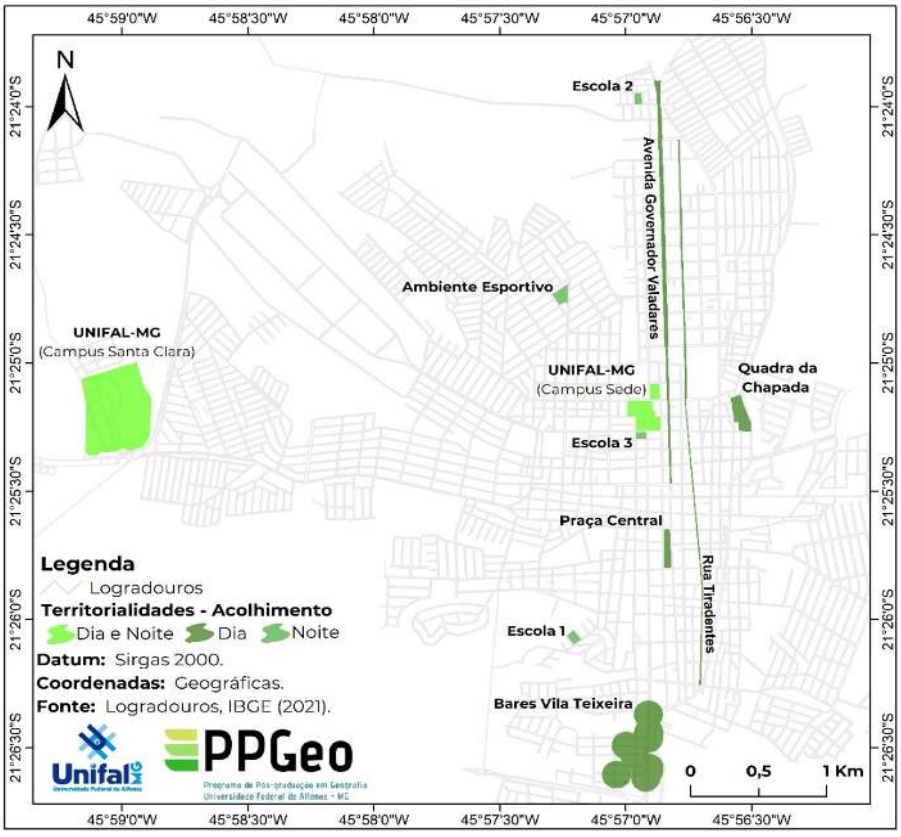


Fonte: Autores, 2023.

A figura 9, concentra todos os pontos que foram ditos pelos entrevistados. Seja ele uma territorialidade de acolhimento, seja de dia ou de noite, ou uma territorialidade de medo/insegurança, seja de dia ou de noite.

A figura 10 representa o mapa que foi construído com base nas territorialidades de acolhimento, ou seja, onde esse indivíduo se identifica e se sente pertencido ao lugar em que foi dito. Em síntese, nesse processo, constrói esse vínculo com o lugar, culminando na territorialidade.

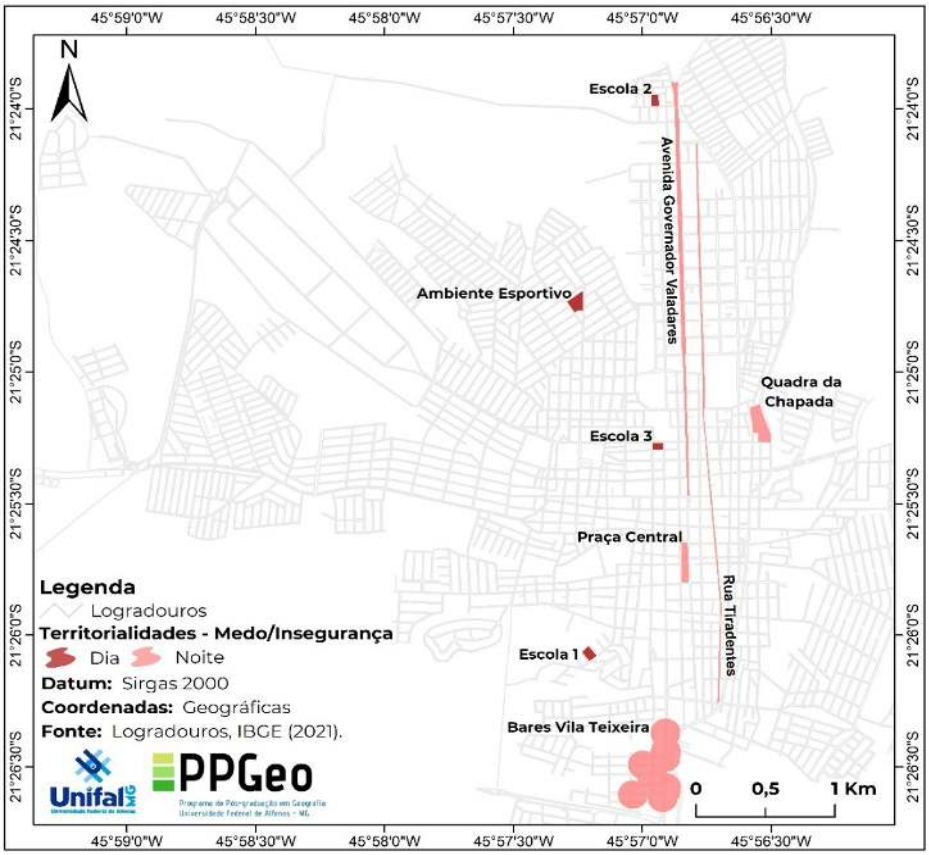
Figura 10: Territorialidades de Acolhimento LGBTQIA+ em Alfenas, 2023.



Fonte: Autores, 2023

Conforme mostra a figura 10, as territorialidades de acolhimento foram divididas em: dia e noite, dia, noite. Nas entrevistas, foi muito relatado sobre a temporalidade, e muitas dessas territorialidades acontecem em determinado período do dia ou da noite. Como podemos identificar, a Unifal é uma territorialidade de acolhimento tanto de dia, como de noite. Alguns bares também, possui a característica de ser um local de acolhimento de dia e de medo/insegurança conforme mostra a figura 11.

Figura 11: Territorialidades do Medo/Insegurança em Alfenas, 2023.



Fonte: Autores, 2023

Contudo, como pode ser observado nos mapas, essas territorialidades ao mesmo tempo que de dia pode ser de acolhimento, de noite, esse mesmo território, acaba sendo de medo/insegurança, possuindo algumas exceções como o caso das escolas na figura 11.

O próprio espaço e o território possuem suas contradições, e é por esse motivo que os conflitos do dia e noite, são gerados e determinam a territorialidade desses indivíduos LGBTQIA+. Conforme mostra a figura 11, em comparação com a figura 12, algumas dessas territorialidades, aparecem tanto no mapa de acolhimento como o de medo/ insegurança. Em exemplo, a Av. Governador Valadares, a quadra da chapa, os bares da Vila Teixeira, mostrando de certa forma, o caráter conflituoso dessas territorialidades no quesito dia e noite.

Com base na matriz de (in) segurança espacial em Alfenas, foi possível elaborar uma nuvem de palavras, a partir dos territórios de acolhimento e insegurança (figura 12 e 13).

Figura 12 – Nuvem de palavras com territórios de acolhimento e insegurança dos indivíduos LGBTQIA+ em Alfenas, 2023.



Fonte: Trabalho de campo, 2023.

Os lugares seguros que foram mais citados estão ligadas as Universidades e as festas universitárias. Por se tratar de uma cidade universitária e com uma diversidade de pessoas de várias regiões, há uma tendência de acolhimento nesses lugares. A Parada LGTBQIA+ de Alfenas é também um território de acolhimento, mesmo ocorrendo uma vez ao ano, mas é um momento de resistência. A própria residência, o local de trabalho, supermercado,

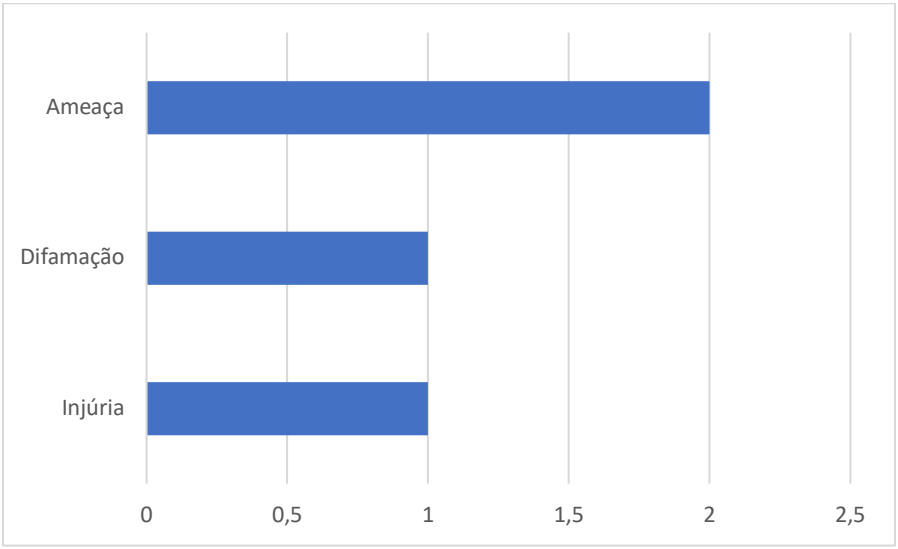
academia, entre outros lugares como foram relatados como territórios de acolhimento. Já os lugares mais inseguros mencionados são os ônibus e terminais de ônibus, tendo em vista o assédio, discriminação e violência nas suas várias formas. Os templos religiosos, táxis de aplicativos, a própria rua, e em alguns momentos, as escolas também foram citadas.

Isso demostra que a insegurança está tanto em espaços públicos como privados, na individualidade ou na coletividade.

No que se refere ao Sul de Minas, obtivemos através de um pedido pelo portal da transparência da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) dados de denúncias de crimes de ódio e discriminação contra indivíduos da comunidade LGBTQIA+ a partir de 2019 visto que é quando o crime de LGBTQIAfobia se torna equiparado ao crime de racismo.

Os dados que foram disponibilizados pela PMMG é que entre 2019 a 2022 foram feitos boletins de ocorrência com os respectivos dados: 01 de difamação, 01 de injúria, 02 de ameaças, um total de 04 registros de eventos em Defesa Social em Alfenas, conforme mostra a figura 13:

Figura 13 - Registros de eventos em Defesa Social em Alfenas de 2019 a 2022



Fonte: PMMG 2023. Autores, 2023.

Os dados nos revelam os números de denúncias que foram feitas entre 2019 a 2022 para a Polícia Militar em Alfenas. O que podemos analisar é que muitas vezes, os crimes que ocorrem acabam não sendo denunciados, por diversos motivos nos quais podemos citar a própria violência, medo, entre outros tipos de violência que pode acontecer pós denúncia. O que podemos analisar através das entrevistas, dos dados secundários obtidos pelo GGB e o site Homofobia Mata, é que os números as vezes não se assemelham com o que foi produzido pela Policia Militar, visto que muitos desses crimes acabam não sendo denunciados e não sendo contabilizados, por esse motivo, a estimativa é que o número seja maior.

Considerações Finais

Para entender as questões referentes a gênero e sexualidade é necessário compreender suas complexidades e suas

características. Os espaços e os territórios, possuem características identitárias, contendo assim desigualdades que são estruturais devido à um sistema que contempla apenas um modelo hegemônico no qual, grande parte da população LGBTQIA+ vive marginalizada nesse processo.

Diante das reflexões sobre a geografia como ferramenta de análise espacial e cultural, especialmente no contexto LGBTQIA+, emerge a compreensão de que as territorialidades dessa comunidade desafiam modelos estruturais heteronormativos predominantes na sociedade. A percepção de que os espaços são construídos e apropriados de maneira única por esse grupo proporciona uma visão mais profunda sobre as motivações que conduzem a ocupação desses espaços e territórios, assim como as interações que se desenrolam no campo imaterial e nas estruturas.

Referências

ALVES, F.D. Da diversidade agrícola à commoditização do território: os efeitos do agronegócio na Região Imediata de Alfenas – Minas Gerais. **Boletim Alfenense de Geografia**. Alfenas. v. 1, n. 2, p. 129-150, 2021. https://doi.org/10.29327/243949.1.2-10

ARROYO, G. M. Quando a violência infanto-juvenil indaga a pedagogia. **Educ. Soc**., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 787-807, out. 2007

AZEVEDO, Ana Francisca; PIMENTA, José Ramiro; SARMENTO, João. As geografias culturais do corpo. P.11-30. In: AZEVEDO, Ana Francisca; PIMENTA, José Ramiro; SARMENTO, João (Orgs.) **Geografias do corpo:** ensaios de geografia cultural. Porto: Livraria Figueirinhas, 2009.

BRASIL. Congresso Nacional. 2019. **Projeto de Lei Nº 672 de 2019. Altera a Lei 7.716/89 para incluir na referida legislação os crimes de discriminação ou preconceito de orientação sexual e/ou identidade de gênero**. Disponível em: <https://acesse.dev/Urxzm>. Acesso em: 2023.

BRASIL. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em 05/06/2023

BUTLER, J. **Gender trouble**: feminism and the Subversion of Identity. Routledge. 1990

COSTA, Benhur P. Espaço social, cultura e território: o processo de microterritorialização homoerótica. **Espaço & Cultura,** UERJ, RJ, n. 27, p. 25-37, JAN./JUN. DE 2010.

FOCAULT, M. **A história da sexualidade**: o cuidado de si. Vol 3. Edição Graal, 1984

FOCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Edição Vozes, 1975.

HAESBAERT, R. Território e Descolonialidade**.** Sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina. **CLACSO**; Niterói : Programa de Pós-Graduação em Geografía ; Universidade Federal Fluminense, 2021.

HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade. Um debate. **GEOgraphia**. Niterói. Ano IX, n. 17, p.19-46, 2007.

HOMOFOBIA MATA – GGB. Disponível em: https://homofobiamata.wordpress.com/ Acesso em: 10/10/2022.

MARGARIDA, I. O gênero em Geografia: introdução ao novo tema. **Finisterra Revista Portuguesa de Geografia**. vol. 25 n.º 50, Lisboa, 1990.

MASSEY, D**. For Space**. SAGE publications, 2005.

MCDOWELL, L. Doing Gender: Feminism, feminists and research methods in human geography. **Transaction on the Institute of British Geographers,** 1992, vol. 17, n° 4, p. 399-416

NETTO, A.A.N. Sexualidade e Geografia: um tema emergente. **Boletim Alfenense de Geografia**, Alfenas, v. 2, n. 4, p. 158-172, 2022. https://doi.org/10.29327/243949.2.4-9

NETTO, A.A.N. ; ALVES, F.D.; CONCEIÇÃO, M.R. Identidade Sul-Mineira: considerações sobre preconceito e vulnerabilidade social. **Anais...** I Encontro Sul-Mineiro de Geografia & 7ª Jornada Científica da Geografia UNIFAL-MG. Alfenas, 2023. p.79-83.

OLIVEIRA, G.S. et al. Método bola de neve em pesquisa qualitativa com travestis e mulheres transexuais. **Saúde Coletiva**. Barueri. v.11, n.68, p. 7581–7588, 2021. https://doi.org/10.36489/saudecoletiva.2021v11i68p7581-7588
ORNAT, M. Sobre espaço, gênero, sexualidade e geografia feminista**. Terr@Plural**, Ponta Grossa, 2 (2): 309-322, jul./dez., 2008

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REGIC – **Regiões de Influência das Cidades.** Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/redes-e-fluxos-geograficos/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html Acesso em: 20/12/2023.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre. v.20, n.2, p.71-99, 1995.

SILVA, C.R. A universidade e o desenvolvimento regional: análise sobre a Região Geográfica Imediata de Alfenas-MG. **Anais...** I Encontro Sul-Mineiro de Geografia & 7ª Jornada Científica da Geografia UNIFAL-MG. Alfenas, 2023. p.45-50.

SILVA, M. J. **Geografias subversivas:** discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

SOUZA, M, L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2015.

SOUZA, W.V.F; FELICIANO, C.A. Por uma leitura geográfica dos Territórios da Morte, do Medo e de Resistência LGBTQIAP+ no Brasil. **Revista NERA**. Presidente Prudente. v.24, n.61, 2021. p.87-111. https://doi.org/10.47946/rnera.v0i61.9097

STELKO-PEREIRA. C. A.; WILLIANS, A. C. L. Reflexões sobre o conceito de violência escolar e a busca por uma definição abrangente. **Temas em Psicologia** - 2010, Vol. 18, no 1, 45 – 55

UNIFAL-MG. **A identidade sul-mineira**. Disponível em: https://www.unifal-mg.edu.br/aidentidadesulmineira/ Acesso em: 10 de junho de 2023.

VALENTINE, G. (Hetero)sexing space: lesbian perceptions and experiences of everyday spaces. **Environment and Planning D: Society and Space**, 1993, vol. 11, p. 395-413.

VOGT, W. P. **Dictionary of Statistics and Methodology:** A Nontechnical Guide for the Social Sciences. London: Sage, 1999.

Submetido em: 08 de abril de 2024

Devolvido para revisão em: 23 de abril de 2024

Aprovado em: 29 de abril de 2024

DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2023.3427

COMO CITAR

DUTRA ALVES, F.; ANANIAS NOGUEIRA NETTO, A. Territorialidades LGBTQIA+ em Alfenas – MG: entre espaços de acolhimento e insegurança. **Terra Livre**, São Paulo, ano 38, v.2, n. 61, jul.-dez. 2023, p. 169-215. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3427. Acesso em: dd/mm/aaaa.

CIRCUITO RAP E A AÇÃO DO COLETIVO GRAJAÚ RAP CITY: UM INSTRUMENTO ANALÍTICO PARA SE INTERPRETAR A PRODUÇÃO CULTURAL E ECONÔMICA NAS QUEBRADAS DAS GRANDES CIDADES

RAP CIRCUIT AND THE ACTION OF THE GRAJAÚ RAP CITY COLLECTIVE: AN ANALYTICAL INSTRUMENT TO INTERPRET CULTURAL AND ECONOMIC PRODUCTION IN THE QUEBRADAS OF LARGE CITIES

CIRCUITO RAP Y LA ACCIÓN DEL COLECTIVO GRAJAÚ RAP CITY: UN INSTRUMENTO ANALÍTICO PARA INTERPRETAR LA PRODUCCIÓN CULTURAL Y ECONÓMICA EN LAS QUEBRADAS DE LAS GRANDES CIUDADES

Mauricio Moysés
Universidade Estadual de Campinas
mmoyses@unicamp.br

Resumo:
O presente artigo tem por objetivo apresentar a complexidade da dimensão espacial produtiva do *RAP* (*Rhythm and Poetry*), que denominamos Circuito *RAP*. Como forma de reconhecer a sua dinamicidade e ação organizada dos agentes ligados diretamente a esse seguimento musical, cuja essência está nas quebradas, ou áreas periféricas. O Circuito *RAP* apresenta-se como um instrumento analítico para se interpretar a economia nas periferias das cidades brasileiras. Direcionamos a apresentação dos resultados das situações geográficas no distrito do Grajaú, no extremo Sul de São Paulo, a partir do coletivo Grajaú *RAP City*. A própria organização do meio ambiente urbano construído permite que os agentes periféricos se articulam para dar forma às suas condições de sobrevivência material. Inquestionavelmente, a *internet* e o acesso à tecnologia são relevantes para a constituição do Circuito *RAP*, com destaque para sua dinâmica nas quebradas.

Palavras-chave: densidades, metrópoles, produção cultural-econômica, *Hip-Hop*, Circuito *RAP*.

Abstract:
This article aims to present the complexity of the productive spatial dimension of RAP (Rhythm and Poetry), which we call RAP Circuit. As a way of recognizing its dynamism and organized action of agents directly linked to this musical segment, whose essence is in the ravines, or poor neighborhoods. The RAP Circuit presents itself as an analytical instrument for interpreting the economy on the outskirts of Brazilian cities. We directed the presentation of the results of the geographical situations in the Grajaú district, in the extreme south of São Paulo, based on the Grajaú RAP City collective. The very organization of the built urban environment allows peripheral agents to articulate themselves to shape their conditions of material survival. Unquestionably, the internet and access to technology are relevant to the creation of the RAP Circuit, with emphasis on its dynamics in poor neighborhoods.

Keywords: densities, metropolises, cultural-economic production, Hip-Hop, RAP Circuit.

Resumen:
Este artículo tiene como objetivo presentar la complejidad de la dimensión espacial productiva del *RAP* (*Rhythm and Poetry*), al que denominaste Circuito *RAP*. Como una forma de reconocer su dinamismo y la acción organizada de agentes directamente vinculados a este segmento musical, cuya esencia está en las zonas periféricas. El Circuito *RAP* se presenta como un instrumento analítico para interpretar la economía en las periferias de las ciudades brasileñas. Se direciona la presentación de los resultados de las situaciones geográficas en el distrito de Grajaú, en el extremo sur de São Paulo, a partir del colectivo Grajaú *RAP City*. La organización misma del entorno urbano construido permite a los agentes periféricos articularse para dar forma a sus condiciones de supervivencia material. Indiscutiblemente, la *internet* y el acceso a la tecnología son relevantes para la constitución del Circuito *RAP*, con énfasis en su dinámica en las zonas periferias.

Palabras-clave: densidades, metrópoles, producción cultural-económica, *Hip-Hop*, Circuito *RAP*.

Introdução

Há 50 anos o *Hip-Hop* (composto pelos elementos: *break, graffiti, deejay* e *emcee*) se estabelece como uma cultura urbana. Com raízes na diáspora negra africana, surge nos Estados Unidos da América no início dos 1970 a partir das transformações da produção da indústria cultural e do imperativo da globalização. Nas ruas, passa a ecoar um som que se manifesta artisticamente como um grito de liberdade por entre os guetos estadunidenses, sendo essa sonoridade, o RAP (*Rhythm and Poetry*). E que rapidamente é incorporado pelo mercado fonográfico, difundindo-se globalmente (Alves, 2014, Moysés, 2018).

No Brasil, o *Hip-Hop* e o *RAP* atingem as periferias urbanas das grandes cidades, sobretudo, as metrópoles no início dos 1980 (Leal, 2007). O produto cultural, tornou-se o alicerce artístico-político da juventude periférica, majoritariamente preta nas favelas, periferias e quebradas do país promovendo a transformação social diante o descaso estatal, devido a isso foi visto com ar de preconceito e discriminação. Nos anos 1990 e 2000, em especial o *RAP*, destaca-se como um segmento musical, tendo sua produção imaterial circulada em rádios, equipes de bailes, bem como sua produção material compondo um circuito produtivo na organização dos selos/pequenas gravadoras que se especializam de forma autônoma/independente.

Na atualidade o *RAP* é um dos gêneros musicais mais ouvidos no mundo (Moysés, 2023). A cena[1] do *RAP* feito no Brasil,

[1] De acordo com Alves (2014, p. 06) a ideia de cena "refere-se à espessura da manifestação artística adquire num dado lugar" e complementa, que essa "diria respeito à ambientes musicais marcados pelo caráter de coletivismo [...] assim, contribuindo para a integração e a transformação dos lugares" (idem, p. 81).

também denominado *RAP* Nacional por entre os rapeiros brasileiros, abarca uma estrutura produtiva complexa diante dos novos padrões impostos pelo mercado da música. Mesmo combatendo a discriminação do gênero musical, os agentes ligados ao *RAP* ampliam seus contextos circulando em grandes festivais musicais, adquirindo posições de destaque em plataformas de streaming (alinhados à racionalidade dominante). Porém, conjecturando para a consolidação de um circuito produtivo independente e enraizado nas quebradas.

Dessa forma, temos por objetivo apresentar a complexidade da dimensão espacial produtiva do *RAP*, que denominamos Circuito *RAP*. O Circuito RAP apresenta-se como uma instrumento analítico para se interpretar a economia nas periferias das cidades brasileiras[2]. Destacamos as ações do coletivo Grajaú RAP City para apresentarmos os resultados das nossas análises, diante da situação geográfica do distrito do Grajaú, localizado no extremo sul de São Paulo.

Para a realização da pesquisa foram realizados levantamento de dados primários em trabalhos de campos, em diálogos com interlocutores e os acompanhando em diferentes etapas do circuito produtivo (produção, distribuição, circulação e consumo). Também, foram realizados levantamentos de dados secundários em sites, blogs, perfis em redes sociais, fichas técnicas de álbuns/projetos sonoros para maior aprimoramento do conteúdo analisado.

A relevância da investigação está em reconhecer as iniciativas que unem participantes de diversos domínios urbanos, bem como em métodos de comunicação de componentes culturais

[2] Tal como percurso investigativo em curso, analisado em diferentes situações geográficas com destaque para o Distrito Federal, São Paulo, São Luís e até na Cidade do México, ou seja, trata-se de um horizonte de pesquisa em andamento que já aponta para alguns resultados.

(memórias, valores), maneiras de organização espacial. É, portanto, necessário discutir metodologias e abordagens para remontar a estrutura social e os costumes culturais que incidem ao lugar com novas implicações para a ação. Além disso, como um esforço para compreender o espaço urbano em todas as suas dimensões.

Sendo assim, aborda como o conjunto de densidades (*técnica*, *normativa*, *comunicacional* e *social*) presentes no *RAP* como indicativos para se pensar a organização social e a dinâmica do Circuito *RAP* nas quebradas. Presencia-se a densidade técnica nos estúdios de gravação, produção sonora, engenharia de som, estrutura de palco, sistemas de *softwares* e *hardwares*, entre outros; a densidade normativa apresenta-se nos editais culturais, direitos autorais, códigos de certificação, tal como o *Standard Recording Code*, ou Código de Gravação Padrão Internacional, contratos com plataformas de streaming; a densidade comunicação efetiva-se com a divulgação e circulação dos produtos sonoros em rádios, televisão, redes sociais, blogs; por fim, a densidade social na geração novos artistas na cena, profissionais envolvidos, e especialmente com formação do público consumidor.

As diferentes etapas do circuito discute como a lógica externa imposta pelo mercado cultural e do entretenimento em sua face técnico-normativa cria uma ideologia do empreendedorismo e como isso incide sobre os agentes ligados ao Circuito *RAP*; apresenta a organização social para com as questões culturais e econômicas no Distrito do Grajaú, a partir do coletivo Grajaú *RAP City* e sua atuação na economia política da quebrada; por fim, o ato conclusivo com direcionamentos para novos apontamentos reflexivos.

Quebrada *hi-tech* e o conjunto das densidades

Associamos as manifestações do *RAP* e sua força de expressão nos lugares como situações geografizadas em que "a ordem sempre diversa, com que os objetos técnicos e as formas de organização chegam a cada lugar e nele criam um arranjo singular, que define as situações, permitindo entender as tendências e as singularidades do espaço geográfico" (Silveira, 1999, p. 25).

Temos nas metrópoles o lugar das contradições e realizações do conjunto de divisões do trabalho de microcircuitos econômicos que fomentam a sua dinamicidade com interesses e intencionalidades múltiplas por parte de seus agentes, sejam eles o Estado, as empresas ou o cidadão comum na dimensão da produção ao consumo "a partir de lógicas distintas, porém interdependentes" (Silveira, 2013, p. 65).

No Circuito *RAP* as divisões do trabalho em seu circuito econômico e cultural estão, em partes, determinadas pelas forças hegemônicas da indústria cultural, que verticalmente atingem os agentes (produtores musicais e culturais, *beatmakers*, repeiros, engenheiros de som, produtores audiovisuais, designers, entre outras funções) levando-os a se adaptarem e reproduzirem (mesmo que em alguns casos de forma imitativa, desregulada), a seguirem as determinações para fazerem circular seus produtos sonoros.

A vida artística conduzida pelo improviso faz emergir grupos de agentes que se impõem para formar espaços de organização política ao realizarem atividades, eventos, encontros (saraus, *slam's*), fóruns, batalhas de rimas, shows e palestras ou com a mediação normativa para tal realização, seja via editais públicos de fomento à cultura, com a certificação de cadastro de pessoa jurídica e física ou mesmo fazendo acontecer sem amarras regulatórias, numa

transitoriedade transversal entre o Global (modulado) e o local (liberto).

Todavia, é pela comunicação que se endossa a força do lugar e do cotidiano. Com a comunicação e seu fluxo, possibilitam-se desenhar uma rede solidária que é tecida na simultaneidade dos momentos, isto é, com a ligação ou conexão entre os pobres no reconhecimento das diferentes realidades de cada meio geográfico para criar um dado novo, uma perspectiva futura. Por isso, o conjunto das densidades *técnica*, *normativa*, *comunicacional* e *social* presente no *RAP* nos dão indicativos para se pensar a organização social. Esse conjunto de densidades será apreendido aqui para interpretar a dinâmica do Circuito *RAP* nas quebradas.

Para alcançar os lugares, as verticalidades e transversalidades, cujo funcionamento é global, usufruem de elementos com diferentes espessuras do meio *técnico-científico-informacional* (Santos, 1994) ao portar conteúdo definidos pelas densidades *técnica* (Santos, 1996) e *normativa* (Silveira, 1997).

"A *densidade técnica* é dada pelos diversos graus de artifício" (Santos, 1996, p. 204). Esses artifícios são formados por sistemas de objetos técnicos e tecnológicos sem os quais uns não funcionam sem os outros e são dotados com alto grau de artificialidade. E expressam situações que incidem sobre os espaços "dispostos a atender prontamente às intenções do que conceberam e produziram muito mais perfeitos que a própria natureza" (*idem*, p. 160).

Em grande medida a concretização da densidade *técnica*, sobretudo no período atual, se vale do agrupamento de modos de regulação que se refletem nas ações sobre os objetos técnicos, as organizações e as políticas diante a necessidade de se ter domínio da

ordem e o controle sobre a produção e as relações sociais, de forma única.

O desfecho desse poderio é perceptível na *densidade normativa* (Silveira, 1997). Ou seja, obedece ao comando do agente nos revelando os "graus de exterioridade do lugar, sua propensão a entrar em relação com outros lugares" (Santos & Silveira, 1996, p. 156), ao efetivar essa propensão, prioriza, seleciona e atribui forma à ação, ao circuito e aos agentes.

As densidades acima mencionadas são indiferentes ao lugar da ação, sendo auferidas, em grande parte, por comandos externos na presença das *psicosferas* e *tecnosferas* (Santos, 1996; 2000) que vão moldar os comportamentos da sociedade. Exceto, dada a seletividade territorial planejada. No nosso caso, as qualificamos como um conjunto de psicosferas e tecnosferas "sonoras" por incidirem diretamente no circuito de produção fonográfica da música *RAP*. Por outro lado, diferentemente das outras densidades, persiste o conjunto de relações que se constituem através da comunicação e da maior concentração da população coexistindo "com a intensidade de suas inter-relações" (Santos, 1996, p. 318). Essas são as densidades *comunicacional* e *social*.

A *densidade comunicacional* resulta da escala/tempo da ação, da copresença no cotidiano, que é repleto de conflituosidades e solidariedades entre os agentes da ação. "As relações comunicacionais [...] são geradas no lugar, e apenas no lugar, a despeito da origem, por acaso distante, dos objetos, dos homens e das ordens que os movem" (Santos, 1996, p. 258), resultam das trocas internas e compartilhamentos mais extensos pelo território. É na esfera comunicacional que se define, por sua vez, a *densidade social* "produzida na fermentação dos homens em um mesmo espaço

fechado [...] movida pela paixão, e levando a uma percepção global, holista, do mundo e dos homens" (*idem*, p. 318), sobretudo nas metrópoles, cujos vínculos pessoais, intencionais e das contradições são mais intensos.

Conforme assinala Santos (2002, p. 160), as densidades são qualidades que se "interpenetram, mas não se confundem". Associaremos o conjunto dessas densidades com a formação política das organizações sociais ligadas ao *RAP*, diante a mercantilização da cultura em cada parcela/frações espaciais no distrito do Grajaú, em São Paulo-SP no recorte por nós delimitado.

Pequenas empresas, insistentes negócios: no Circuito *RAP* a formação de sujeitos empresariais

A empiricização das técnicas e das normas hegemônicas estão cada vez mais presentes nas cenas culturais das quebradas, incluindo o *Hip-Hop* e o *RAP*. Temos, por exemplo, as leis para criação de fundos de investimentos públicos para iniciativas culturais[3], editais de arte e cultura nas câmaras legislativas municipais, emendas parlamentares, entre outros mecanismos ligados ao poder público.

Essa articulação técnico-normativa permite duas direções: a primeira, rumo a apropriação desse conjunto instrumental que atinge a estrutura de (des)organização política articulada pelo saber local, e a produção cultural como forma de uso do território; e a segunda, dada a rígida instrumentalização técnico-normativa, os agentes que acessam essas ferramentas são forçados a se ajustarem aos seus mecanismos de funcionamento, revelando desigualdades

[3] Como é o caso da Lei de Fomento à Cultura das Periferias, uma lei de iniciativa popular, pensada com o intuito de promover as ações artísticas e impulsionar a cultura nas periferias da metrópole de São Paulo.

entre os agentes para fazer usos políticos para a obtenção dos recursos públicos. Por exemplo, trabalhar ou não como Pessoa Jurídica (PJ) implica diretamente na emissão de notas fiscais como prestação de contas no ato da contração de atividades artístico-culturais, esse mecanismo pode ser um facilitador ou um complicador das ações no circuito cultural. Ambos os caminhos são conflituosos para os agentes ligados ao *RAP*, devido às intencionalidades para a sua manutenção[4].

As novas gerações de trabalhadores urbanos ligados diretamente à cultura adaptam-se (ou se ajustam) com mais velocidade, são mais flexíveis, pois reconhecem as penúrias do espaço herdado. As gerações mais antigas são menos flexíveis, uma vez que se formaram nas Posses, e viram o desmembramento dessas organizações diluindo-se em Organizações Não Governamentais (ONGs) até chegarem nas produtoras culturais (essa última categoria, muitas vezes comandadas por agentes externos aos lugares), tendo o espaço banal, como recurso e abrigo de disputas pela sobrevivência na cena cultural.

O global atinge o local. A materialidade empírica confunde ainda mais os espíritos com a ação como técnica e a prática como norma, sob a pulsação do *motor único* a que se refere Milton Santos (1996; 2013), cujo comportamento segue uma tendência globalizada e leva à homogeneização, refletindo-se diretamente nos processos produtivos, na política, na financeirização das relações, na produção de informação hegemônica e na cultura de massa (Moysés, 2018).

[4] Ver Raimundo (2017), sobre o caso da Lei de Fomento à Cultura das Periferias em São Paulo-SP e Moysés (2018) a partir das Emendas Parlamentares Distritais no Distrito Federal-DF, em que ambos apresentam as intencionalidades existentes por entre os grupos envolvidos diretamente com a captação de recursos para a realização de projeto culturais.

O que é difundido no meio ambiente construído, é resultado da informação seletiva em forma de conteúdo. E nesse conteúdo, o que está contido é a mais pura ideologia. A competição, a concorrência e o "espírito" empreendedor afloram. Nas palavras de Almeida (2019, p. 206), "o discurso ideológico do empreendedorismo – que, na maioria das vezes, serve para legitimar o desmonte da rede de proteção social de trabalhadores e trabalhadoras" é constantemente reproduzido na televisão, em matérias jornalísticas, publicações em redes sociais na internet, entre outros meios.

O empreendedorismo incide como uma receita, "que remete muito mais ao que você deve fazer e como deve agir" (Ribeiro, 2012, p. 89), contribuindo em geral para suprimir o direito à cidadania. Segundo Dardot & Laval (2015, p. 134), o empreendedorismo é a dimensão humana construída na concorrência, é "o princípio de conduta potencialmente universal mais essencial à ordem capitalista", sendo um empreendedor em potencial qualquer sujeito econômico.

A propalada liberdade econômica e a liberdade política que compõem os cursos de capacitação profissional se vê cada vez mais na busca por uma falsa autonomia, sem sequer questionar a perda de direitos trabalhistas. No Circuito *RAP*, a manifestação do *cidadão empresa* (Gorz, 2005) é cada vez mais presente. Conforme Gorz (2005, p. 25), "a abolição do regime salarial, auto-empreendimento generalizado, subsunção de toda pessoa, de toda vida pelo capital, com o qual cada um se identificará inteiramente", assim, "a pessoa deve para si mesma tornar-se uma empresa" (idem, p. 23), ou mesmo um *pequeno empresário* (Ribeiro, 1996).

Todos nós podemos ser empreendedores, educados pelo mercado; todos nós podemos ser afetados por ele. Um exemplo, é o

aumento da categoria Microempreendedor Individual (MEI)[5], que nos últimos anos tem sido a maneira que os repeiros e os produtores culturais encontraram para se manter no mercado fonográfico e do entretenimento. Mas não é somente o fato de assinar os projetos sonoros como MEI, com o uso do CNPJ, que os define como empreendedores, mas sim todo o ajuste ao comportamento do pensamento único em execução, portanto um ajuste a uma determinada psicoesfera. O Estado apenas monitora as práticas sociais para o benefício do mercado, e mantém a política neoliberal em atividade.

É evidente que há o peso da informação regendo as demandas técnicas-normativas. Em outro momento, discutimos essa função da informação (Moysés, 2018). Música é informação, e sendo informação é potencialmente uma mercadoria, assim como, o meio técnico-científico-informacional que move e é movido pelas mercadorias e que não deixam de atingir a ação da sociedade (Ribeiro, 2012). Quem tiver o poder de produzir mais informação que os outros, terá mais ação no mercado para atender aos seus consumidores.

O mercado, assim como o espaço, se metamorfoseia e neles os sujeitos conhecem novas experiências movidas por materialidades e imaterialidades na ação social[6]. Nas palavras de Ribeiro (2012, p. 92), o

> [...]sujeito social que é o sujeito historicamente colocado nas suas remissões às estruturas, esse sujeito social também sobre

[5] ALVARENGA, Darlan; SILVEIRA, Daniel. País ganhou quase 1 milhão de MEIs desde o início da pandemia, G1 – Economia, 12 de dezembro de 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/09/19/pais-ganhou-quase-1-milhao-de-meis-desde-o-inicio-da-pandemia-veja-relatos.ghtml

[6] "Atualmente, a metamorfose informacional da moeda, do crédito, da produção, dos serviços, do comércio e, até mesmo, do consumo" (Ribeiro, 2005, p. 12465).

> metamorfoses. A problemática do sujeito, a autonomia do sujeito, não desapareceu, porque é a problemática da liberdade.

Na trajetória da vida os sujeitos vão sendo alterados, transformados na função de coadjuvantes ou tornando-se protagonistas da própria história. Na realidade o que vemos é um empreendedorismo da viração (Costa, 2018). O artista que vive do *RAP* e para o movimento *RAP*, cujas visões de mundo são nutridas pela essência cotidiana, convive com essa metamorfose frenética, passando de agentes comuns para sujeitos empresariais ou mesmo cidadãos empresas. E no presente, no mercado da música esse sujeito torna-se cada vez mais refém das suas próprias incertezas.

O quadro de trabalhadores urbanos do Circuito *RAP*, em sua maioria os próprios artistas, convivem com o dilema da atuação profissional e do processo de profissionalização. De um lado, a atuação como profissionais da música, onde os acordos são estabelecidos no "peso da palavra"[7], sendo essa, uma das características do circuito inferior da economia urbana, em que as relações são mais diretas. Por outro lado, há a profissionalização, o exercício da função em ordenamento ao mercado da música com relações contratuais impessoais e mais burocráticas. Na Profissão MC[8], muitas vezes é 1 por amor e 2 por dinheiro[9]. Diante disso, no *RAP*, todos os artistas podem ser profissionais, mas poucos exercerão a sua profissionalização.

[7] GOG. O peso da palavra. Genival Oliveira Gonçalves. Distrito Federal: Só Balanço, 2015.

[8] BUZO, Alessandro. Profissão MC. São Paulo: nVersos, 2012.

[9] Racionais MC's. 1 por amor, 2 por dinheiro. Nada como um dia, após o outro dia: chora agora, ri depois. São Paulo: Cosa Nostra, 2002.

A experiência da descoberta da escassez e a quebra da ignorância possibilitam aflorar o potencial empreendedor. Sem essas medidas não há sobrevivência, sobretudo nas cenas musicais onde o *RAP* transita, sendo: o *mainstream* (comercial), o *RAP game* (convencional) e o *underground* (alternativo). Ao mesmo tempo que a obtenção de ganhos financeiros segue como propósito, é necessário refletir se a consciência de si suportará a competitividade do mercado. A grande questão é que é pertinente compreender e questionar os processos que mantêm o funcionamento dessa rígida estrutura.

Porém, não se deve perder de vista que no Circuito *RAP* o tráfego por entre o caráter empreendedor neoliberal, incorporado em discursos (muitas vezes inflamados) pelos trabalhadores marginais-periféricos, sustenta ainda mais os processos de racionalização da economia e da sociedade. A cultura é incorporada pelas formas mercantis, sendo visivelmente manifestada em discursos e práticas sociais, deformando a espontaneidade tão singular dos lugares. Relaciona-se, aqui, e nos cabe, compreender como as verticalidades na face do circuito superior é seletiva em suas ações, mediadas pelas transversalidades na interface do circuito superior marginal, que reforça as dependências das práticas culturais e sociais da racionalidade dominante.

Ambas, juntas, são como uma anfisbena[10], cujas direções conduzem, mesmo que opostas, para a mesma face. Seria um engano? Ou mesmo, uma ameaça à sobrevivência no microcircuito econômico-cultural? Apesar disso, as horizontalidades na face do circuito inferior poderiam revelar modos da "agência humana, contra o

[10] Nome genérico de répteis escamados popularmente chamados, no Brasil, de cobra-de-duas-cabeças, por ter a cauda arredondada, mais ou menos no mesmo formato da cabeça.

agenciamento dominante" (Ribeiro, 2012, p. 89) no espaço banal? Pensando no mercado fonográfico, e sobretudo, do Circuito *RAP*, o trânsito por entre os recortes espaciais na economia urbana pode se construir de maneira independente dos conteúdos produzidos nas rimas (entende-se: contundência e crítica social), desde que, dado as devidas proporções, os selos ou produtoras artísticas estejam alinhados às determinações do mercado hegemônico da música.

O Circuito *RAP* nos aproxima da relação entre o novo e velho, entre o antigo e o moderno no conjunto de elementos tecnoculturais do processo produtivo e do mercado local. Assim, permitem-nos reconhecer as densidades e os novos significados simbólicos (presente nas ações, objetos, técnicas e temporalidades) do período atual, expressados no cotidiano. Tanto a cena cultural, como o circuito produtivo sinalizam para a organização independente dos agentes e a maior presença do poder público via editais de cultura, tal como política de governo e/ou Estado. Outro aspecto é a sombra de grandes corporações que efervescem a discussão sobre o empreendedorismo na quebrada.

O Circuito *RAP* grajauense e a economia política da quebrada

O *RAP*, sendo uma cultura mundializada, se estabelece somente através de uma rede comunicacional, ou seja, sua explicação, enquanto fenômeno cultural urbano, se dá em decorrência do tempo das ações no espaço (ou propriamente dito, da sua escala de atuação). Supomos de forma hipotética que a rede comunicacional corresponda a uma solidariedade tecida no cotidiano articulada pelos locais de realização das etapas produtivas e o

produto em circulação, ou seja, a música. É parte de uma *comunicação comunitária* conforme aponta Sodré (2008, p. 07-08):

> [...] não como uma alternatividade não-tecnológica à mídia hegemônica, mas como uma outra perspectiva, um outro viés, para incorporar a tecnologia, sem que se perca o enraizamento local ou comunitário.

Em cada território que o *RAP* adentra ele expressa uma singularidade arraigada no lugar de origem dos jovens, "independente de sua origem racial/étnica, religiosa, política, etc, como maneira de se fazerem ouvir e notar enquanto sujeitos sociais ativos e constituintes das sociedades que habitam" (Ribeiro, 2006, p. 08). Para compreendê-los é necessário ter a dimensão de que há um conjunto, ou melhor, um sistema integrado com microcircuitos e microcircuitos fonográficos totalmente contraditórios exercendo relações de influência-dependência econômica e política nos lugares. Sendo assim, a metrópole, é o receptáculo de diversos comandos coexistindo de forma dinâmica e essencial para o funcionamento do desenvolvimento capitalista.

São Paulo-SP segue sendo a cidade primaz entre os centros econômicos e decisórios do território nacional (Silva, 2001), uma megalópole múltipla, contraditória e com um contingente populacional diverso. No extremo sul da metrópole de São Paulo, está localizado o distrito do Grajaú com uma população de 374.840 habitantes (Infocidade, 2023), configurando-se como o mais populoso distrito da cidade de São Paulo, sendo 76,76% da população formada por jovens e adultos. A renda per capta da população econômica ativa atingiu, em 2010, uma média de R$ 450,70; 29,89% dos domicílios vivem com até meio salário mínimo (Fundação Seade, 2019).

O peso do entorno vivo e vivido é componente dos fluxos cotidianos que legitimam as existências dos sujeitos, a experiência da vida individualizada e coletiva confrontada pelo poder de classe da metrópole, sendo os conflitos uma das formas de tornar visível a realidade periférica (Altamirano, 2018). Em meio a negação da cidade periférica por parte da burguesia paulistana, há um território dominado pela arte, pela cultura que ocorre com muita luta (sem romantizar o termo ou induzir a fetichismos sobre as relações entre os agentes locais) que os trabalhadores urbanos dinamizam.

No Distrito do Grajaú emergem contrarracionalidades com circuitos culturais singulares, atribuindo sentidos de vivências, afetividades e territorialidades sobre o espaço urbano em sua dimensão periférica. À coexistência de um antigo modo de segregação, a expansão da pobreza periférica em si (Castro, 2019), nos convida para uma leitura da geografia das existências. A presença de agentes coletivos com diferentes manifestações artísticas, educativas, esportivas e de comerciantes locais, faz do Grajaú, contraditoriamente, um dos principais eixos culturais de São Paulo. Nas palavras de Santana (2020, p. 65),

> [...] a cultura local é um aspecto relevante para a comunidade. A não representatividade desses aspectos na grande mídia desencadeia uma falta de identificação da população em reportagens jornalísticas, que em sua maioria abordam o assunto de forma superficial e estereotipada. [...] Entre as margens do esquecimento se levanta uma população forte, que resiste e luta pelo seu espaço.

Nesse sentido, conforme a autora, a presença da Cultura *Hip-Hop* sob a ótica de seu circuito produtivo e de sua organização social contribui para reforçar a identidade local em sua territorialidade.

Dentre tantos projetos exitosos na cena *RAP* grajauense, colocamos em relevo as ações do coletivo Grajaú *RAP City*. O Grajaú *RAP City* é uma organização de *Hip-Hop*, voltada para a organização de Batalhas de MCs que surgiu em 2011. O coletivo é formado por JPA Epycentro (coletivo Epycentro Brasil-Japão); Ladakipnis Hoodlum (Clube do Berro) e Gah MC (Canela Fina), todos moradores do Grajaú, inicialmente o coletivo surgiu com a intenção de divulgar e difundir o RAP e a Cultura *Hip-Hop* na cena atuando como uma promotora cultural com eventos anuais. O primeiro espaço ocupado foi nas dependências do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDECA) na região de Interlagos (Cidade Dutra), onde também ocorreu a primeira batalha de MCs do coletivo.

Com o apoio de grupos mais consolidados na cena *RAP* grajauense, como Clube do Berro e Xemalami, o Grajaú *RAP City* se tornou uma referência na produção de eventos de *freestyle* (rimas de improviso), assim como, na Rinhas dos MCs (que estava situado no Centro da capital). Em 2015, os membros do coletivo fundaram na Cidade Dutra uma loja física com artigos de vestuário do evento de *RAP* como forma de autogerir e subsidiar seus projetos. E, no ano de 2017, firmaram uma parceria com o Centro Cultural Grajaú (Ver Figura 1), localizado no Parque América, onde foi realizada a 2ª edição da Batalha Grajaú *Rap City*.

Figura 1: 2° edição da Batalha Grajaú Rap City.



Foto: Erick Grajaú. Fonte: Desenrola e não enrola, 2017.

Desde então, os eventos têm se realizado no interior do centro cultural no espaço da Escola de Samba Estrela do Terceiro Milênio. Tamanha foi a presença do público, que os encontros passaram a serem realizados na área externa, também conhecida como Calçadão. As batalhas da Grajaú *Rap City* atingiram uma média de 5000 a 8000 pessoas, da região e de outras localidades da metrópole, para cada edição semanal competirem, trocarem informações, venderem e divulgarem seus produtos sonoros (ver Figura 2).

Figura 2: Evento e venda de mercadorias do coletivo Grajaú *Rap City* no calçadão do Centro Cultural Grajaú. Logotipo e encontro entre os organizadores da Grajaú RAP City com Criolo e DJ Dan Dan (Rinha dos MCs).



Fontes: Plano Bee Produções, Instagram; Grajaú RAP City, Facebook e Instagram (2019).

Para além da organização das batalhas de rima, um atrativo que impulsiona os eventos são as presenças de artistas e grupos de RAP em evidência na cena nacional, tais como, Lauro Pirata, Sandrão RZO, Fábio Braza, Adonai (ex-Costa Gold), dentre outros artistas locais de diferentes gerações da cena *RAP* grajauense, bem como as manifestações de outros elementos do *Hip-Hop*.

A localização dos eventos se dá de forma estratégica, pois encontra-se na área central do distrito onde há uma maior acessibilidade e mobilidade dos frequentadores da batalha, próximo à Plataforma 1 da Estação da CPTM, do Terminal de ônibus do Grajaú e da Av. Dona Belmira Marin, principal via para as quebradas da região.

Os eventos/batalhas são realizados com estruturas de maior complexidade técnica, com uma equipe de mais de 15 pessoas considerando: DJ, anfitrião/host, apresentador/speaker, freestylers (no formato de disputa de Ranking de MC's), jurados, gerenciadores, jornalistas, beatmakers, videomaker, fotógrafo, social media, streamer, técnicos de áudio e luz. As batalhas da Grajaú *Rap City* são abertas para o público sem a cobrança de entradas e conta com premiações de até 400 reais para os competidores[11].

O coletivo Grajaú *RAP City* fundou a produtora Plano Bee Produções com outros repeiros do Distrito do Grajaú, no entanto, não possuem um patrocinador, porém, muitas iniciativas são contempladas via os editais de cultura, tal como, o Programa de Valorização de iniciativas culturais (VAI)[12] da Secretaria de Cultura de São Paulo, ou pela contratação de eventos por empresas privadas e por centros culturais da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Para além da venda produtos da marca do coletivo Grajaú *RAP City* em sua loja física, há uma intensa mobilização nas redes sociais (*Facebook, Instagram* e *Twitter*) e nas plataformas de *streaming* (*YouTube, Spotify, Deezer, Apple Music, Soundcloud, Amazon, Boomplay*, entre outras), atuando como uma produtora fonográfica para o recolhimento de receitas com as visualizações/players e na divulgação de artistas, como por exemplo, a ação no *Facebook* do coletivo na divulgação de músicas por publicações, sendo: 1 publicação por R$ 30,00; 2 publicações por

[11] Informações obtidas em trabalho de campo realizado em 20 de junho de 2023 no distrito do Grajaú, São Paulo.

[12] Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais (VAI), foi criado pela lei 13.540 e regulamentado pelo decreto 43.823/2003, com a finalidade de apoiar financeiramente, por meio de subsídio, atividades artístico-culturais, principalmente de jovens de baixa renda e de regiões do Município desprovidas de recursos e equipamentos culturais.

R$ 50,00, com links patrocinados destinados aos eventos do coletivo[13]. Até o ano de 2019, foram realizadas 69 edições das batalhas de MCs do coletivo Grajaú *RAP City*, sendo considerado por entre os hiphopeiros, um dos principais eventos do segmento em escala nacional por contribuir com a promoção de artistas na cena *RAP*.

Os agentes ligados à cena e ao Circuito *RAP* grajauense para sobreviverem precisam vivenciar as relações por entre os circuitos econômicos e suas materialidades e imaterialidades, ou seja, no fomento de novos pontos de cultura, estúdios musicais, lojas de artigos de *Hip-Hop* e no estímulo ao processo criativo dos artistas e atração do público consumidor, sendo a música *RAP* uma informação mediadora dessas relações. A proximidade com as técnicas e normas hegemônicas, sobretudo quando há a sua banalização, e quando as camadas que as limitam ficam mais porosas devido à falta de controle, permite certa apropriação podendo seus símbolos serem ressignificados.

Sem a organização política dos agentes não é possível pensar em articulações que conduzam para um círculo comunicacional capaz de munir a densidade social. O projeto sonoro, seja ele através da comercialização de suportes fonográficos, na realização de shows e/ou encontros de discussões, permite atribuir formas de agir estratégico e nos oferece diversificadas situações.

A autogestão pode ser o princípio criador de movimentos. A autogestão poderia aparecer até mesmo no plural diante à dimensão cotidiana em que cada grupo de agentes encara a vida; ora uns são

[13] Informações obtidas em trabalho de campo realizado em 20 de junho de 2023 no distrito do Grajaú, São Paulo.

mais flexíveis e adaptáveis, e outros são mais resistentes. Cada grupo possui estratégias e táticas distintas e singulares para superar a pobreza estrutural-urbana (Moysés, 2023). São ações singulares por si só devido às suas localizações no espaço. Nas palavras de Arroyo (2008, s.p.),

> Num capitalismo que pretende homogeneizar tudo conforme sua lógica, o território das metrópoles se configura como um mosaico de múltiplas combinações, diversidades, oposições, enfim, muitas formas de fazer, de sentir, de viver.

A via para a transformação é potencialmente articulada pela comunicação no tecido social e o movimento se realiza com a ação coletiva. Os agentes do Distrito do Grajaú em São Paulo-SP que integram a cena e o Circuito *RAP*, mesmo diante das contradições impostas pelas ações externas impostas pela lógica da produção cultural, são forçados aos ajustes necessários à sobrevivência.

Compreendemos que há três tipos de observações que merecem relevo entre as duas situações urbanas analisadas. Observação 1: a forma como o planejamento territorial e urbano é executado pelo poder público implica nas formas de manifestações locais, não apenas com o descaso, mas estrategicamente para manter os cidadãos sem acessibilidade para suas necessidades cotidianas expressadas em forma de artes. Entendemos que as metrópoles se tratam de espaços regidos de formas desiguais e combinadas; Observação 2: a força de atração e expulsão dos conteúdos, produtos e ideias somente são propagadas por movimentos e organizações oriundas de ações dos próprios integrantes da Cultura *Hip-Hop* e, nesse caso, aqueles imersos na cena e Circuito *RAP*; Observação 3: a

centralidade de São Paulo "facilita" a comunicação nos lugares, sobretudo os conteúdos presentes nas densidades técnica, normativa, informacional e comunicacional, permitindo, mesmo que de forma contraditória a emergência de organizações sociais, tal como, visto nas ações do Grajaú *RAP City*, dentre outros existentes no distrito do Grajaú.

Agora, a reação, a essa relação de densidades pode sofrer resistências de alguns conjuntos de agentes, independente dos lugares observados, por que a globalização não incide da mesma forma e nem com a mesma força. O âmago dessas "oportunidades pode ser apreendido em operações que reúnem sujeitos de esferas distintas da vida urbana, em práticas de articulação de elementos culturais (valores, memórias), informação e gestão" (Ribeiro e Silva, 2004, p. 360). Por isso, é pertinente falar em estratégias e táticas de reconstrução do tecido social e das práticas culturais que retornam ao lugar com outros sentidos para a ação.

Os agentes do *RAP* compreendidos neste artigo vivenciam a *flexibilidade tropical* (Santos, 1994), desde o processo de formação até a consolidação de seus circuitos econômicos locais por entre as quebradas de todo o Brasil. As relações culturais, econômicas, políticas e até mesmo pessoais/íntimas da vida social, se realizam na co-presença do espaço geográfico, uma vez que muitos repeiros compartilham suas atividades cotidianas, tais como o emprego (e também a falta dele), o estudo (quando acessado), a arte e a vida em família. Esse conjunto de atividades reforça os valores simbólicos que dão caldo à cultura popular.

Considerações finais

O *RAP* sendo um segmento musical da Cultura *Hip-Hop* é promovedor da transformação social dos lugares e da vida dos excluídos. Transitar pelas margens requer criatividade, habilidade e propósito, sendo esses alguns dos requisitos que somente pessoas em busca da superação da escassez fazem do tempo maquínico o seu aliado. É por meio da arte de resolver a vida no cotidiano que a necessidade conduz à invenção de meios de sobrevivência material de uma classe de trabalhadores e trabalhadoras urbanos.

Integrado à sociedade urbana como elemento artístico-cultural, temos no *RAP* também a manifestação de atividade econômica que movimenta o seu tecido social. É a partir da própria organização do meio ambiente urbano construído que os agentes periféricos se articulam para dar forma às suas condições de sobrevivência material. Por um lado, como valorização do desejo de "viver da arte", e por outro, para garantir a "correria" cotidiana como via alternativa às situações de empregabilidade ou falta dela. Coloca-se em vista aqui, portanto, a relação entre a população urbana em situação de pobreza e sua inserção na economia urbana.

Temos nas metrópoles o lugar das contradições e realizações do conjunto de divisões do trabalho de microcircuitos econômicos que fomentam a sua dinamicidade com interesses e intencionalidades múltiplas por parte de seus agentes, sejam eles o Estado, as empresas ou o cidadão comum na dimensão da produção ao consumo. Por meio da apropriação das técnicas, com consciência, tem-se também a esperança da grande virada. A busca por autonomia diante da tomada de decisões (deliberações) no exercício da política e da gestão de seus negócios (e sobretudo, ciente de seus direitos) reforça o desejo e a reação, ao menos sem maior dependência de comandos

externos para que se possa fazer circular o dinheiro por entre seu próprio circuito econômico local. Assim, contraria a lógica capitalista no âmbito da competitividade para fazer circular o dinheiro e não ao contrário como assistimos ser realizado.

Vemos na cena e no Circuito *RAP*, a ampliação de seus negócios fonográficos com as *majors* da música; com grandes empresas distribuidoras de músicas virtuais (*streamings*). No entanto, a comercialização de seus produtos, de mão-em-mão sem desbaratino, ainda se dá no peso das palavras, com o auxílio do aplicativo *WhatsApp* e que se trata mais de uma relação permitida pela coexistência nos lugares. Por fim, as cenas e o Circuito *RAP* grajauense sustentam-se economicamente, com mais frequência, a partir de envios coletivos dos arquivos sonoros em redes sociais por meio da *internet*, como forma de divulgação e promoção dos produtos em shows e outros encontros musicais, que contribuem para a dinâmica econômica das quebradas, onde também está o seu potencial consumidor. O coletivo Grajaú *RAP City* é só a ponta de um imenso iceberg cultural no distrito periférico da metrópole de São Paulo.

Os agentes, agora sujeitos empreendedores que exercem o profissionalismo no *RAP*, enquadram-se na reflexão feita por Ribeiro (1996, p. 03), "na medida em que detém as características positivas atribuídas aos novos sujeitos; possui valores definidos; expressa de maneira consistente reivindicações face o Estado e porta um projeto de mudança econômica e social". Nesse processo, a densidade técnico-normativa os tornam reféns da lógica neoliberal, pelos padrões normativos, pelos *views*, pelo *ranking*, pelos editais, pelos impulsionamentos, pelas imagens, entre outros elementos. A chance de se confundir é imensa.

É inquestionável a relevância da *internet* e do acesso aos meios tecnológicos, especialmente aos artefatos sonoros que contribuíram para moldar a produção artística e cultural na região. Outro ponto importante, é refletir cada vez mais sobre a presença de grandes marcas/empresas externas à realidade local. A construção da narrativa aqui apresentada procurou evidenciar as ações no Circuito *RAP* grajauense e seus impactos na produção do espaço na metrópole de São Paulo.

É de nosso conhecimento que uma investigação mais apurada com outros percursos metodológicos se faz necessário para que se tenha uma dimensão da abrangência da cena e do Circuito *RAP* grajauense. Dada a escassez de trabalhos acadêmicos nesse sentido, apenas realizamos uma tentativa introdutória do que merece ser uma periodização que considere os acontecimentos e eventos, tais como, suas sucessões e coexistência para esta problemática.

É necessário investigar e reconhecer a sua espessura na economia urbana. É importante nesse ponto reflexivo marcar um posicionamento. Toda a atividade empreendedora no Circuito *RAP* é vista por nós como legítima e de extrema importância para sobreviver no mercado da música. Principalmente, os agentes ou sujeitos empresariais oriundos das quebradas que mantém seus projetos sonoros ativos conforme os mecanismos fiscais impostos pelo mercado.

No entanto, as práticas de profissionalismo acabam tencionando as ações dos agentes ligados às práticas tradicionais cotidianas no *RAP* (movimentos e coletivos). Exige-se, cada vez mais, auto-organização e maiores elos cooperativos para que não haja a ruptura com as horizontalidades. Ou seja, os agentes do *RAP* convivem com o rompimento das relações herdadas da cultura *Hip-*

Hop (arte), da moral (códigos) e da ética (respeito) que estão contidos na quebrada.

Referências

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte (MG): Letramento, 2019.

ALTAMIRANO, Micaela. Entre fluxos de centralidades e margens: a São Paulo do Grajaú. In: Ana Claudia de Oliveira; Maria Aparecida Junqueira. (Org.). *São Paulo: escrita-imagem em atravessamento estético-político.* 1ed.São Paulo: EDUC, 2018, v., p. 37-150.

ALVES, Cristiano Nunes. (2014) *Os Circuitos e as Cenas da música na cidade do Recife:* o lugar e a Errância Sonora. 2014. Tese (Doutorado em Geografia), Instituto de Geociências (IG), Universidade Estadual de Campinas, 2014.

ARROYO, Mónica. "A economia invisível dos pequenos". In: *Le Monde Diplomatique.* Brasil, ano 2, n. 15, outubro de 2008.

CASTRO, Cloves Alexandre de. Geografias das lutas por direitos no distrito do Grajaú SP: o caso do movimento social "Nós da Sul". *Rev. NERA*. Presidente Prudente, v. 22, n. 49, pp. 15-30, Ma-Ago./2019. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/download/5992/4905/23524

COSTA, Henrique. Cultura, política e empreendedorismo no Brasil contemporâneo. *Le Monde Diplomatique Brasil*, ed. 129, abril, 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal.* São Paulo: Boitempo, 2015.

GORZ, André. *O imaterial. Conhecimento, valor e capital.* São Paulo: Editora Annablume, 2005.

LEAL, Sérgio José de Machado. *Acorda Hip Hop.* Rio de Janeiro: Aeroplano, 2007.

MOYSÉS, Mauricio (2023). *Espaço banal e essência cotidiana:* ações contrarracionais do RAP pela superação da pobreza estrutural-urbana em São Paulo-SP e São Luís-MA. Tese (doutorado em Geografia). Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2023.

MOYSÉS, Mauricio. (2018) *Circuito RAP do Distrito Federal:* território usado e lugar. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências (IG), Universidade Estadual de Campinas, 2018.

RAIMUNDO, Sílvia Lopes. (2017) *Território, cultura e política:* movimento cultural das periferias, resistência e cidade desejada. Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, SP, 2017.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Crise urbana e novas imagens do trabalho: recortes analíticos do pequeno empresário.* Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1996.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. O desenvolvimento local e a arte de 'resolver' a vida. In LIANZA, Sidney & ADDOR, Felipe. *Tecnologia e desenvolvimento social e solidário.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, Pp. 109-120, 2005.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço.* Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

RIBEIRO, Ana Clara Torres; SILVA, Cátia Antônia. Impulsos globais e espaço urbano: sobre o novo economicismo. El rostro urbano de América Latina. O rostro urbano da América Latina. Buenos Aires, *CLACSO*, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2004.

RIBEIRO, Ana ClaraTorres. A cidade neoliberal: crise societária e caminhos da ação. *CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. OSAL, Observatorio Social de América Latina*, Año VII no. 21 sep-dic, 2006.

SANTANA, Isabella. *Perifativa:* As manifestações culturais do Grajaú. Trabalho de Conclusão de Curso - TCC (graduação), Bacharel em Jornalismo, Comunicação Social, Fiam Faam - Centro Universitário, São Paulo, 2020.

SANTOS, Milton. *A Natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção.* São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira.* São Paulo: Edusp, 2013 [1993].

SANTOS, Milton. *O Espaço Dividido.* São Paulo: Edusp, 2002 [1979].

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.* 1ª Ed; Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço e tempo.* São Paulo: Edusp, 2008 [1994].

SANTOS, Milton; e SILVEIRA, María Laura. Globalização e Geografia: a compartimentação do espaço. *Caderno Prudentino de Geografia*, nº18, de 1996.

FUNDAÇÃO Seade. *São Paulo 465 anos.* São Paulo, jan. 2019. Acessado em: 19/12/2019. Disponível em: https://www.seade.gov.br/wp-content/uploads/2019/02/Municipio_Sao_Paulo_.pdf.

SILVA, Adriana Maria Bernardes da. *A contemporaneidade de São Paulo:* Produção de informações e novo uso do território brasileiro. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

SILVEIRA, María Laura. Concretude territorial, regulação e densidade normativa. In: *Revista Experimental*, nº 02, p. 35-45, 1997.

SILVEIRA, Maria Laura. Da pobreza estrutural à resistência: pensando os circuitos da economia urbana. *Ciência Geográfica* - Bauru - XVII - Vol. XVII - (1): Janeiro/Dezembro, 2013.

SILVEIRA, María Laura. Uma situação geográfica: do método à metodologia In: *Revista Território*, ano IV, nº. 6, p. 21-27, 1999.

SODRÉ, Muniz. Apresentação. In: PAIVA, Raquel e SANTOS, Cristiano Ribeiro dos (orgs.) *Comunidade e contra-hegemonia: rotas de comunicação alternativa.* Rio de Janeiro: Manuad X: FAPERJ, pp. 07-09, 2008.

Submetido em: 11 de abril de 2024

Devolvido para revisão em: 30 de maio de 2024

Aprovado em: 05 de junho de 2024

DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2023.3435

COMO CITAR

MOYSÉS, M. A. Circuito rap e a ação do coletivo Grajaú Rap City. Um instrumento analítico para se interpretar a produção cultural e econômica nas quebradas das grandes cidades. **Terra Livre**, São Paulo, ano 38, v.2, n. 61, jul.-dez. 2023, p. 216-246. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3435. Acesso em: dd/mm/aaaa.

ESTAGIO SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA A PARTIR DE CONTEXTOS DIFERENCIADOS DE ENSINO

THE SUPERVISED INTERNSHIP IN GEOGRAPHY FROM DIFFERENTIATED TEACHING CONTEXTS

LA PRÁCTICA SUPERVISADA EN GEOGRAFÍA DESDE CONTEXTOS DOCENTES DIFERENCIADOS

Mário Pires Simão
Faculdade de Formação de Professores
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Email : mario.pires.simao@uerj.br

Gabriel Siqueira Correa
Faculdade de Formação de Professores
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Email : gabrielgeo@hotmail.com.br

Resumo:

Este artigo aborda o estágio supervisionado, tomando como referência as experiências obtidas durante os últimos dez anos de docência (2014-2023) na disciplina Estágio Supervisionado no Ensino de Geografia IV, ofertada pelo curso de Licenciatura em Geografia, da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, unidade localizada no município de São Gonçalo/RJ. Nosso objetivo é identificar as potencialidades da disciplina como um lugar de formação política e geográfica, a partir de um debate sobre educação diferenciada. Para tanto, enfatizamos as questões e práticas associadas a distintas territorialidades, tais como educação do campo, quilombola, indígena, a educação não formal e a educação especial. Discutimos ainda iniciativas que articulam o ensino às práticas socioculturais destes grupos sociais e agendas contemporâneas que vem ganhando espaço na escola, como o debate das relações étnico-raciais e de gênero.

Palavras-chave: Estágio supervisionado, educação diferenciada, formação de professores.

Abstract:
This article addresses the supervised internship, taking as a reference the experiences obtained during the last ten years of teaching (2014-2023) in the Supervised Internship in the Teaching of Geography IV discipline, offered by the Degree in Geography course, at the Faculty of Teacher Training of University of the State of Rio de Janeiro, unit located in the municipality of São Gonçalo/RJ. Our objective is to identify the potential of the discipline as a place of political and geographical formation, based on a debate on differentiated education. To this end, we emphasize issues and practices associated with different territorialities, such as rural, quilombola, indigenous education, non-formal education and special education. We also discuss initiatives that link teaching to the sociocultural practices of these social groups and contemporary agendas that have been gaining ground in schools, such as the debate on ethnic-racial and gender relations.
Keywords: Supervised internship, differentiated education, teacher training.

Resumen:
Este artículo aborda la pasantía supervisada, tomando como referencia las experiencias obtenidas durante los últimos diez años de docencia (2014-2023) en la Práctica Supervisada en la disciplina Enseñanza de Geografía IV, ofrecida por la carrera de Licenciatura en Geografía, en la Facultad de Formación de Profesores de la Universidad del Estado de Río de Janeiro, unidad ubicada en el municipio de São Gonçalo/RJ. Nuestro objetivo es identificar el potencial de la disciplina como lugar de formación política y geográfica, a partir de un debate sobre la educación diferenciada. Para ello, enfatizamos cuestiones y prácticas asociadas a diferentes territorialidades, como la educación rural, quilombola, indígena, no formal y especial. También discutimos iniciativas que vinculan la enseñanza con las prácticas socioculturales de estos grupos sociales y agendas contemporáneas que han ido ganando terreno en las escuelas, como el debate sobre las relaciones étnico-raciales y de género.
Palabras-clave: Prácticas supervisadas, educación diferenciada, formación docente.

Introdução

No processo de formação docente, a disciplina de estágio supervisionado costuma ser palco de debates entre teoria e prática, cujo foco são as experiências e vivências dos estudantes em espaços da educação regular. Contudo, é fundamental refletir também as práticas e espaços subalternizadas, que muitas vezes não são visibilizados durante a graduação.

Assim, este trabalho tem como objetivo identificar as potencialidades do estágio supervisionado como um lugar de formação política e geográfica, a partir de um debate sobre educação diferenciada. Para isso, levamos em consideração a experiência na disciplina de Estágio Supervisionado no Ensino de Geografia IV, obtida através da atuação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Faculdade de Formação de Professores .

Destaca-se que por educação diferenciada entendemos aquelas formas que envolvem contextos associados a: i) distintas territorialidades como educação indígena, quilombola e do campo; ii) projetos de educação não formal, associados a práticas populares, como pré-vestibulares para negros e carentes, pré-vestibulares sociais; iii) iniciativas vinculadas a práticas culturais; iv) Educação especial e inclusiva, e ainda; v) aquelas que discutem agendas contemporâneas no ensino de geografia, que progressivamente têm ganhado visibilidade nos curso de graduação, como gênero, relações étnico-raciais e juventudes.

Para tal, tomamos como pressuposto o imperativo em atender a estas demandas na grade curricular da licenciatura, reconhecendo a pluralidade de formas e conteúdos da educação diferenciada e suas limitações dentro de uma disciplina de estágio. Também descrevemos as possibilidades, potencialidades e

estratégias construídas ao longo da prática, principalmente entre o período de 2014-2023.

Abriremos aqui o debate com o leitor, partindo de um esforço de síntese do que vem emergindo das atividades desenvolvidas com os estudantes que cursam as disciplinas de estágio supervisionado no Ensino de Geografia da Licenciatura Plena em Geografia na unidade já destacada anteriormente.

Podemos mencionar três grandes campos que agregam as narrativas destes estudantes. Em primeiro lugar, as que concernem aos sentidos do ensino de Geografia na educação básica, que versam sobre a função social da disciplina, seu arsenal conceitual e metodológico para interpretação da realidade e, digamos, seu modo próprio de recontextualizar ou de reapresentar a realidade para estudantes dos distintos graus e modalidades. Quanto a isso, observamos que há uma ênfase nas questões do *modus operandi* na escola, isto é, das formas e das táticas aplicadas para ensinar a partir da Geografia.

Um segundo campo refere-se aos desafios de ordem política e institucional. A experiência de estágio coloca estudantes na instituição escola, uma estrutura secular, um aparelho estatal que cumpre um papel central para o ordenamento social desde a modernidade. Para nós, uma política pública construída e modelada desde o tempo do Brasil Império. Nada trivial aqui que as contradições de um sistema nacional de ensino se revelem de modo muito contundente, produzindo inclusive dúvidas e angústias a estes professores em formação.

Por fim, emergem questões que se relacionam com esta dimensão mais universal do sentido da escola, isto é, este segundo campo mais político e institucional e, ao mesmo tempo, com a

dimensão particular da construção da ciência geográfica e de sua aplicação ao ensino de geografia, que está mencionado no primeiro campo de debates. Os dois conjuntos anteriores devem estar articuclados para pensar experiências singulares de construção de um processo de ensino e aprendizagem em geografia. Dito de outro modo, os relatos dos estudantes indicam uma demanda crescente por pensar os sujeitos do ato de ensinar em seus diferentes modos de viver e estar no mundo. Indagações como quem são estes adolescentes e jovens com os quais lecionamos, que condições atravessam a vida destes sujeitos ou que geografias podem ser apresentadas como conhecimento indispensável para uma incidência plena no mundo contemporâneo, povoam o pensamento de graduandos e graduandas.

A partir deste horizonte, pretendemos organizar este artigo em três momentos distintos, a saber:

i) Em primeiro plano, discutir as demandas no ensino colocadas a partir do debate sobre as distintas e diferentes territorialidades e a pluralidade de sujeitos no ato de ensinar. O nosso ponto de partida recupera o debate sobre a educação popular como um princípio educativo para as modalidades de ensino que consideramos diferenciadas. Também retoma as agendas recentes do ensino no que tange à mobilização de grupos sociais por visibilidade política, que passam pelo reconhecimento e valorização no planejamento e execução das políticas públicas voltadas para a educação;

ii) O segundo momento consiste em apresentar as experiências da disciplina de Estágio Supervisionado no Ensino de Geografia IV, que corresponde a parte da carga horária de estágio do nosso curso

de Licenciatura Plena em Geografia. Com isso, pretendemos para além da descrição dos processos vividos nesta disciplina, apresentar os desafios para a construção de um campo de produção de conhecimento, que tenha como referência a práxis educativa proposta por Paulo Freire, que supõe a relação dialética entre a teoria e a prática social de sujeitos concretos, com a intenção de responder aos próprios desafios que esta prática suscita;

iii) Por fim, o terceiro momento consiste em discutir as estratégias formativas que estão sendo desenvolvidas pela disciplina, perseguindo, principalmente, a consolidação de um estatuto epistemológico do estágio, algo que vem sendo constituído a partir da produção de um conhecimento mediado com esta pluralidade de sujeitos de ensino e de aprendizagem que as práticas de campo proporcionam.

Caminho traçado, a nossa expectativa é trazer aos leitores deste artigo um panorama sobre nossas ações formativas, a partir do horizonte de um curso que atende majoritariamente estudantes de origem popular, oriundos principalmente de municípios localizados ao leste da região metropolitana do Rio de Janeiro, que tem como traço marcante sua formação urbano-industrial e a presença de famílias das classes operárias que, no início do século XX, eram predominantes.

Pensando na radicalidade da formação política e pedagógica que propomos

Podemos encarar a docência como um trabalho com múltiplas dimensões (Tardif ; Lessard, 2014, p. 47), posto que

envolve um esforço cognitivo dos seus trabalhadores, um processo integrativo que envolve sujeitos, objetos de conhecimento, recursos, instituições e variados arranjos educacionais e, ao mesmo tempo, uma ação humana que deve ser reconhecida em seu sentido profissional, portanto, compreendida como trabalho e, consequentemente, concernida na produção histórica e geográfica do trabalho em nossa sociedade.

Como uma profissão dedicada à produção e difusão do conhecimento humano acumulado, é preciso observar que a formação destes profissionais é algo em permanente transformação, posto que os conhecimentos não são estruturas prontas e acabadas, estando sempre em movimento de marcha e contramarcha. Também as demandas de nossa sociedade se alteram e as relações sociais se aprofundam e complexificam, o que torna a formação docente uma experiência em permanente processo de revisão de suas bases teóricas e práticas.

Evidentemente, estas mudanças na formação acompanham ainda o próprio movimento da ciência e seus paradigmas a respeito do modo como se posiciona o conhecimento. A fragmentação dos saberes se tornou a tônica do pensamento cientificista a partir do século XVIII. Moreira (2014) assinala o paradigma cartesiano-newtoniano que consolidou uma cultura científica de fracionamento entre ciências naturais e ciências humanas e estabeleceu como parâmetro um modo de fazer ciência centrado numa métrica, numa racionalidade tipicamente matemática.

Esta cultura científica foi responsável por consolidar uma estrutura de formação docente fragmentada entre o *stricto senso* da ciência e sua organização voltada para o ensino. De modo mais

explícito, tornou-se comum pensarmos que a formação do geógrafo e da geógrafa, por exemplo, era algo totalmente distinto da formação de professores e professoras de Geografia.

Mas retomando aquilo que nos propomos a fazer neste artigo, a formação docente inicial que nos mobiliza parte da concepção de que o saber estrito da ciência não deve se desvincular do seu modo de difusão, portanto ciência geográfica e ensino de geografia estão mutuamente implicados. De modo semelhante, entendemos que na geografia que se ensina, os conhecimentos sistematizados para a educação não se separam da prática social que constitui cada um dos sujeitos.

Isto posto, adotamos a prática socialmente existente, produzida pelos diferentes sujeitos nos mais distintos contextos sociais, políticos, econômicos, culturais, como ponto de inflexão para pensar o exercício da docência. Esta prática social é aqui entendida conforme o pensamento do materialismo histórico, sustentado por Marx, que postula a praxe humana como base para compreender tudo que somos e construímos. Em outras palavras, a vida social tem sua sustentação na prática dos sujeitos, que por meio da linguagem se materializa no discurso, nas relações, na materialidade produzida de nossa sociedade.

Se em *Teses sobre Feuerbach*, escrito em 1845, Marx já apontava que é na práxis que o ser humano comprova a verdade das coisas, ou seja, todo o pensamento humano deriva de um caráter, por assim dizer, terreno, estamos certos de que a prática social implica em pensarmos o movimento da ciência como correspondente aos distintos modos como este conhecimento é

produzido e reproduzido pela sociedade, inclusive, de modo sistemático pela empreitada da educação.

Caminhamos em uma leitura semelhante a de Moreira ao apontar a Geografia como uma ciência das práticas e saberes espaciais (Moreira, 2014). Portanto é um conhecimento sobre o espaço socialmente produzido e produtor do que somos. Neste sentido, o professor de geografia tem o compromisso de desvendar progressivamente como estas práticas estão espacializadas e conformam a nossa vida coletiva. Ele é ao mesmo tempo um difusor, mas também um produtor do espaço social, em consonância com os estudantes que estão ao seu redor. Por isso sua formação inicial deve consentir o acesso ao conjunto de conhecimento integrados que articulam os conceitos estruturantes de sua disciplina à realidade que estes conceitos pretendem elucidar, tão plural e difusa no contemporâneo e, ao mesmo passo, garantir aportes metodológicos e procedimentais que lhe permitam transformar o ato educativo num espaço de diálogo e de construção coletiva.

Neste sentido, tomando como base que vivemos numa realidade marcada por enormes contradições, cabe reconhecer o quanto a educação se tornou um projeto societário controverso, convertendo-se numa estrutura de reprodução de conhecimentos e práticas concernentes a determinados padrões sociais. Se o filósofo marxista Louis Althusser sinalizava para a escola como um aparelho ideológico do Estado (Althusser, 1987), baseando-se na teoria da hegemonia proposta por Gramsci, ainda hoje nos deparamos com modelos de educação centrados numa lógica pouco plural, que expressam concepções sociocêntricas, especialmente eurocentradas, que valorizam uma visão meritocrática a respeito

dos processos de ensino e aprendizagem e asseveram uma perspectiva individualista, que dialoga diretamente com os ditames ultraliberais direcionados para a educação contemporânea.

Concordamos com Esteban e Tavares (2013, p. 293) a respeito de pensar o lugar da escola pública no Brasil e no quanto esta tem se mostrado refratária às classes populares. O horizonte apontado pelo movimento de educação de base desde os anos de 1960 ainda permanece inatingível em nossa realidade. Apesar das conquitas históricas pela universalização do acesso à escola e seus avanços quanto à construção de um sistema nacional de ensino, uma educação de caráter popular para atender grupos sociais mais vulneráveis, ou seja, exatamente aqueles que não recebiam a devida importância das políticas educacionais adotadas no País, não se constitui algo tangível por aqui. Fávero (2015, p.118) recupera dois autores, que nos anos de 1970, trazem enorme contribuição ao debate da educação popular, ou seja, Vanilda Paiva e Celso de Ruy Beisiegel e aponta a reduzida existência de estudos aprofundados a respeito da educação popular.

O fato é que a escolarização torna-se condição *sine qua non* para o exercício de direitos, porém como um projeto societário, as políticas de educação no País, das últimas cinco décadas, não foram suficientes ou mesmo direcionadas para garantir a aquisição do conhecimento sistemático de frações expressivas da população brasileira. Victor Valla salienta um elemento importante a respeito da história da educação popular no País. A saber,

> "Embora houvesse sempre atividades educacionais proporcionadas para, ou mesmo realizadas pelas próprias classes subalternas, é nosso pressuposto que o surgimento da educação

> popular está intimamente relacionado com o surgimento do processo de industrialização e urbanização nos países industrializados e periféricos do sistema capitalista," (Valla, 1986, p. 17).

De modo semelhante, Alfonso Torres Carrillo defende a educação popular em sua dimensão emancipadora num espectro político-pedagógico que está alicerçado nas teorias críticas que impactaram, de modo contundente, o pensamento filosófico e científico (Carrillo, 2013). Para o autor, mudanças substanciais no modo de pensar a educação, seu papel transformador e revolucionário, deram base para se constituir uma leitura política crítica em relação aos modelos dominantes de educação, de organização dos conteúdos escolares, de focalização no caráter emancipatório da educação. A educação popular herdaria da teologia da libertação, do pensamento marxista, das contribuições da psicanálise de Freud à psicologia, da ética política, este papel de uma prática política e pedagógica transformadora, emancipadora, que pudesse se contrapor aos paradigmas dominantes impostos pelo sistema capitalista.

Um bom exemplo disso é apontado por Esteban e Tavares (2013) ao mencionarem a ideologia desenvolvimentista que prevaleceu durante o século XX em países na América Latina, como o Brasil, que entendia a educação pública a partir de uma visão liberal, portanto previa que as classes populares deveriam receber uma formação inicial centrada na aquisição de conhecimentos práticos, voltados para a inserção no mercado de trabalho.

Kuenzer já assinalava a respeito desta vinculação entre concepção pedagógica do ensino médio brasileiro e o desenvolvimento das forças produtivas, o que gerava uma tensão

entre a educação geral e a educação específica, nos alertando para as determinações infra-estruturais e políticas em cada momento na história da educação brasileira, em especial para esta etapa da formação (Kuenzer, 1997).

Por outro lado, o fracasso escolar das classes populares, que povoou o discurso de intelectuais, gestores e educadores ainda persiste e reforça a ideia de que o baixo desempenho destes estudantes tem origem na sua condição social e cultural, além de concluir que o insucesso na escola deve-se aos fatores familiares, entendidos sempre a partir da representação hegemônica de que os responsáveis de origem popular não valorizam a educação. (Patto, 1999; Lahire, 1997)

Apesar da relação direta, não é possível aqui, traçar este percurso do acesso à escola no Brasil, sob risco de nos desviarmos de nosso caminho. Mas o fato é que a escola pública é o locus privilegiado para a defesa de uma educação efetivamente popular. E, em se tratando da formação docente, pensemos que a naturalização do fracasso das classes populares na escola se apresenta sob formas distintas. Ela está presente quando o projeto de educação não é efetivamente inclusivo. Isso significa dizer que uma visão homogeneizadora prevalece nas estruturas e funcionamento das instituições de ensino. Candau fala em uma perspectiva monocultural, que não enxerga a pluridiversidade de sujeitos e suas práticas socioculturais como elemento estruturante para pensar os processos de ensino e aprendizagem (Moreira e Candau, 2008)

Na prática escolar, isso ganha contornos particulares, a depender da forma como o sistema de ensino se constitui naquele

local e do modo como a gestão da unidade escolar se organiza. Então podemos ter práticas docentes que não estão articuladas com o cotidiano vivido pelo corpo discente e, por mais incoerente que possa parecer, planejamento e execução de projetos pedagógicos alheios aos desafios concretos do contemporâneo, no geral sempre privilegiando os conteúdos disciplinares sem que estes tenham a devida relação com a vida social.

Do ponto de vista estritamente da formação docente inicial, observamos que temos distintas ancoragens epistêmicas sustentando o que se propõe nos cursos de licenciatura. Mas, conforme apontado por Lander, prevalece uma perspectiva eurocêntrica, um viés liberal e capitalista no modo como organizamos nosso pensamento e o difundimos (Lander, 2005). Para o sociólogo venezuelano, a colonialidade do saber ainda dá sustentação ao modo como pensamos e ordenamos a sociedade. Neste ordenamento, hierarquizamos o conhecimento científico de acordo com os parâmetros das chamadas ciências naturais, fracionamos o modo de ler e interpretar a realidade, produzindo saberes parcelares que tentam explicar a realidade a partir de suas chaves de leitura e, por vezes, redundam num pensamento fragmentado, que não ajuda a compreender a totalidade social.

Nada trivial nos depararmos com propostas curriculares assentadas na separação entre cursos de bacharelado e de licenciatura. Ou mesmo, dentro dos cursos de licenciatura a hierarquização entre componentes disciplinares mais ortodoxos, referentes aos fundamentos epistemológicos da ciência, e os componentes didático-pedagógicos que versam sobre o ensino. Em outras palavras aqui, aparentemente, teoria e prática possuem

assentamentos totalmente distintos. Compreende-se que algumas disciplinas são responsáveis pela teorização, enquanto outras, menos importantes, são momentos mais "leves", de imitação de modelos, de aquisição de técnicas, de treinamento e capacitação. Teoria a prática não caminham juntas, se retroalimentando, uma justificando a outra de modo a permitir a autonomia intelectual sob a condição de um pensamento livre, crítico e socialmente referenciado.

Mergulhando um pouco mais neste universo, cabe ainda considerar a linguagem, os procedimentos avaliativos, as possibilidades de acesso ao conhecimento que o ambiente acadêmico adota, aplica e proporciona aos estudantes. É comum que se legitimem determinados procedimentos, ainda que estes dialoguem pouco com os saberes populares que os estudantes trazem para o espaço da universidade.

Diferentemente, defendemos aqui o caráter social do conhecimento, realizado a partir da relação entre os sujeitos da aprendizagem, com seus contextos e práticas sociais, e o conhecimento científico acumulado pela sociedade. Cabe, portanto, nos interrogar como os processos concernentes à formação de professores toma para si esta dinâmica. Estamos operando um movimento em que estes futuros educadores e educadoras ocupam uma posição social, trazem em si muitas vozes, muitas histórias, que precisam ser acionadas para fazer com que o conhecimento da academia tenha valor e exerça algo efetivamente transformador, deslocando o olhar do sujeito aprendente para mais longe, para a maior complexidade.

Isto posto, é preciso estar atento às diferentes demandas no ensino que se intensificam a partir dos anos de 1990, motivadas pela emergência de grupos sociais historicamente alijados das políticas públicas de educação, grupos sociais que apresentam territorialidades específicas e demandas por uma aprendizagem diferenciada.

O Estágio Supervisionado como um espaço para aprendizagens diferenciadas

O primeiro ponto a ser destacado é o modo como o estágio supervisionado vem sendo pensado na formação docente inicial proposta pelo Curso de Licenciatura em Geografia da Faculdade de Formação de Professores da UERJ.

Compreendemos a formação docente inicial como uma ação educativa que tem intencionalidade e método. Objetivamente queremos formar um profissional habilitado para exercer a função do magistério. A este horizonte se destinam procedimentos metodológicos a respeito da aquisição de conceitos, princípios, objetivos concernente a determinado campo científico.

Concordamos com Nóvoa (2019) ao mencionar que o ambiente universitário se constitui no espaço da formação inicial que projeta os graduandos para um ambiente de pesquisa. É neste contexto que o conhecimento vai ganhando robustez. Por fim, no ambiente de trabalho nas escolas, enfatiza-se a presença do professor, agora sim enquanto coletivo.

Formação inicial na universidade, formação em pesquisa e a vivência na escola se articulam, como num percurso formativo que

vai trazendo densidade e efetividade para a profissionalização. É interessante notar que esta construção acontece sempre num contexto de produção coletiva, que envolve distintos sujeitos de aprendizagem e ensino. Tomemos como referência esta construção tripartite de Nóvoa para pensar nos sujeitos e espaços pedagógicos em que a formação ocorre, isto é, os/as docentes do departamento, os/as graduandos do curso, reunidos pelas disciplinas, grupos de pesquisa, fóruns pedagógicos e políticos da vida acadêmica, projetos de extensão. Paralelamente, articula-se com a escola, com os ambientes de educação não formal, as instituições outras que desenvolvem experiências educativas, as instâncias formuladoras de políticas de educação.

O currículo que colocamos em prática é fruto de um trabalho de construção coletiva do Departamento de Geografia, FFP/UERJ. Sua construção remonta 2006 e expressa o debate travado internamente pelo departamento em torno de um curso que pudesse superar as convencionais dicotomias teoria e prática, físico e humano e formação stricto sensu na Geografia e formação pedagógica. Por isso a definição dos seguintes eixos formativos: teoria e método em Geografia, Geografia Humana/Geografia Regional, Natureza, Escalas e Ensino. É fundamental destacar que estes eixos são distribuídos ao longo dos oito períodos regulares do curso, aos quais são acrescidas disciplinas propedêuticas oferecidas por outros departamentos da unidade e do módulo pedagógico comum a todos os cursos de licenciatura, conforme deliberação do curso.

Como um componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, o Estágio Supervisionado ocupa um espaço

fundamental na articulação entre o conhecimento acadêmico obtido através do curso e as práticas pedagógicas que a profissão demanda.

O estágio supervisionado é entendido como um campo de conhecimento, o que lhe atribui um estatuto epistemológico muito bem definido e voltado para uma prática profissional exitosa. O curso oferece quatro disciplinas de estágio supervisionado, a saber: Estágio Supervisionado I (90 horas), Estágio Supervisionado no Ensino de Geografia II (120 horas), Estágio Supervisionado no Ensino de Geografia III (120 horas) e Estágio Supervisionado do Ensino de Geografia IV (90 horas). O primeiro deles é oferecido pelo Departamento de Educação da unidade e os demais pelo próprio Departamento de Geografia.

De acordo com o Artigo 13, Parágrafo 1o. inciso II da Resolução CNE n. 2/2015, a carga horária mínima para realização das atividades de Estágio Supervisionado para os cursos de licenciatura é de 400 horas do currículo do curso e deve ser realizada na área de formação e atuação correspondente na educação básica. Neste caso, temos 420 horas dedicadas a estas disciplinas.

Na disciplina de Estágio Supervisionado I, graduandos e graduandas fazem uma reflexão sobre a prática de ensino no contexto da formação de professores. Para isso, discutem os espaços educativos, as possibilidades de atuação docente e a diversidade de processos de aprendizagem. Para uma parcela do corpo discente o estágio se constitui como a porta de entrada no ambiente escolar e os primeiros contatos com os professores regentes, agora como sujeitos em formação para o exercício desta função.

O Estágio Supervisionado no Ensino de Geografia II destina-se ao aprofundamento de procedimentos metodológicos para o ensino de Geografia no Ensino Fundamental. Enquanto o Estágio Supervisionado no Ensino de Geografia III se incumbe das reflexões voltadas para o Ensino Médio.

Em ambos, valorizam-se os espaços de diálogo com os sujeitos das escolas, a investigação e análise das tendências e novas proposições para o ensino de Geografia e o corpo discente é orientado a buscar uma experiência de inserção qualificada nas instituições públicas de ensino, compreendendo que esta vivência está além da observação, mas que pode aguçar o olhar crítico e propositivo dos mesmos a respeito do que é e pode se tornar o projeto de educação.

O Estágio Supervisionado no Ensino de Geografia IV tem uma proposta distinta. Seu objetivo é proporcionar ao corpo discente um aprofundamento teórico e analítico sobre modalidades de ensino em condições diferenciadas, como educação do campo, educação quilombola, educação indígena, educação de jovens e adultos e educação em condições especiais de ensino-aprendizagem, como por exemplo, para pessoas com deficiência. Em outras palavras, aqui reunimos situações de aprendizagem que abrigam as experiências territorialmente centradas e os desafios da inclusão dos sujeitos que trazem demandas educacionais específicas.

A função destas disciplinas é principalmente possibilitar esta parceria entre a universidade e as escolas conveniadas, tornando-se um espaço de convivência pedagógica e de formação política a respeito das questões relacionadas à educação. Contudo, vale destacar que as parcerias extrapolam a educação formal e

alcançam uma articulação com espaços não formais conduzidos por organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

Ao longo deste processo, a universidade, sobretudo na figura dos docentes desta disciplina e de seu conjunto de estudantes matriculados, vêm estreitando laços, fortalecendo diálogo com os professores regentes da educação básica e suas unidades de ensino, o que resulta em impactos relevantes à formação docente inicial, não somente pelas potencialidades que esta relação produz, mas pela oportunidade de construir uma relação simétrica, de influências recíprocas entre universidade e escola básica.

No que tange especificamente à disciplina de Estágio Supervisionado no Ensino de Geografia IV - objeto principal de nosso debate aqui - não há dúvidas de sua enorme contribuição para a formação docente inicial, sendo, muitas vezes, a primeira oportunidade de estudantes para debates que não foram comuns ao longo de sua graduação. Contudo estamos convictos de que a carga horária oficial não é suficiente para que possamos atravessar os conteúdos e vivências que a disciplina propõe.

Ademais, antecipamos que o desenho desta disciplina diferencia-se do que é apresentado nos estágios anteriores. Isso acontece porque as situações apresentadas extrapolam aquelas vistas anteriormente, provocando questões e indagações aos estudantes que, inicialmente, passaram despercebidas ao longo da graduação, e que ganham forma e materialidade através dos trabalhos de campo, nos quais os estudantes imergem em experiências que os impulsionam a pensar outras geografias.

O que os 10 anos nos mostram ? Desafios e estratégias

Ao longo desses 10 anos ministrando esta disciplina de estágio, ambos os professores adotaram diferentes estratégias e foram construindo uma proposta de curso em que a dimensão da cultura ganha densidade.

Se entendemos a cultura como uma moldura que suporta a vida em sua diversidade de expressões, caminhamos no sentido de ultrapassar a acepção clássica de cultura como um traço do homem culto ou de um patrimônio histórico da humanidade e argumentamos, conforme aponta Williams (2007, p. 120), para a ideia da cultura no plural, isto é, das culturas específicas e variáveis não somente ao longo do tempo, mas também dos grupos sociais no interior de um País.

Barbosa e Dias (2013, p. 17) ao caracterizarem a cultura como um « produto do encontro de saberes e fazeres da diversidade dos modos de vida », assinalam como esta se coloca como um canal de comunicação entre os indivíduos e destes com o mundo, isto é, a cultura promove a significação do ser-no-mundo. É a partir desta compreensão que a diversidade temática da disciplina se manifesta, exigindo uma carga de leitura expressiva, com temas e abordagens que não necessariamente foram acumulados ao longo da formação.

Outrossim, identificamos nessa direção a relação estreita entre ensino de Geografia e Cultura, uma vez que a diversidade de sujeitos nos impõe pensar a relação entre a produção social e cultural do espaço pelos indivíduso e grupos sociais, e similarmente, em como a educação geográfica reúne condições para provocar o

debate sobre cultura numa acepção mais geral e, ao mesmo tempo, mais espacial e territorial.

Todo e qualquer arranjo societário elege seus valores, suas normas e preceitos e os perpetua de geração em geração, como forma de reproduzir seu modo de vida. Como esta produção cultural condiciona ordenamento espacial é uma indagação central para a formação docente inicial, porque é este professor, regente e principal articulador de um processo de aquisição de conhecimentos para sujeitos inseridos e produtores de cultura.

Esta diversidade temática é a expressão da pluralidade cultural que marca o trabalho docente no contemporâneo. Quando vamos estudar e analisar as características e condições básicas da educação do campo, ou da educação quilombola ou das demais formas de educação diferenciada que a disciplina propõe, temos o desafio de mergulhar nos elementos estruturais e conjunturais que atravessam estes grupos sociais. A título de exemplo, discutir procedimentos metodológicos para educação de jovens e adultos não é uma tarefa exclusivamente pedagógica ou didática, mas envolve um mergulho nas condições históricas e sociais que produziram uma fração expressiva da população brasileira com poucos anos de estudo, experimentando uma grande distância entre sua idade e o fluxo regularmente previsto no percurso da educação básica.

Ensinar geografia para jovens e adultos implica em discutir as geografias vividas por estudantes trabalhadores (Ressende, 1989) e por muitos jovens recém evadidos dos cursos diuturnos. Falamos de públicos com condições muito distintas, que vivenciam trajetórias diárias bem diferentes. Do estudante em condições de trabalho muitas vezes adversas, que enfrentam um movimento

pendular extremamente perverso na grande metrópole, àqueles que acumulam fracassos escolares nos turnos regulares e foram sutilmente estimulados a se matricularem no noturno por diversos motivos.

De modo semelhante, ao percorrer os meandros da educação quilombola no Brasil, há que se pensar na assustadora invisibilidade da contribuição dos povos de origem africana para o País e tudo que isso significa em termos de reconhecimento do patrimônio cultural e de saberes que são desprezados no ensino formal e na própria academia.

Assim, adotamos para esta última disciplina, um movimento distinto do que geralmente é realizado nas demais disciplinas de Estágio Supervisionado. No Estágio I, II e III, estudantes se dirigem a unidades de ensino para cumprirem as cargas horárias correspondentes. No Estágio Supervisionado no Ensino de Geografia IV construímos uma outra dinâmica de trabalho, isto é, as abordagens teóricas são acompanhadas por idas a campo num esforço coletivo. Vejamos: ao discutir a educação popular, a educação quilombola, indígena, do campo e, assim por diante, o grupo de estudantes inscritos na disciplina realiza um trabalho de campo, visitando experiências concernentes ao tema ou modalidade que está discutindo. Por isso temos percorrido, escolas indígenas, e quilombolas, principalmente no Estado do Rio de Janeiro, conhecemos experiências de educação do campo, sobretudo aquelas desenvolvidas em assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, fazemos um percurso por experiências de educação não formal em favelas, visitamos práticas pedagógicas para estudantes cegos, surdos ou com outras

deficiências, conhecemos práticas de educação formal e não formal com jovens e adultos.

Para cada uma destas visitas, a orientação é que o grupo de estudantes possa conhecer as estratégias metodológicas e pedagógicas adotadas naquela modalidade, dialogar com os professores regentes, principalmente os de Geografia, identificando as especificidades de trabalho para este público, apropriar-se de elementos que atravessam aquela modalidade, investigando as estruturas e os contextos atuais que a caracterizam e, também, e não menos importante, tentar compreender os traços culturais marcantes daquele grupo a quem a atividade educativa é dirigida. Este conhecimento faz toda diferença para o desenvolvimento da escuta e no estímulo ao olhar crítico e sensível da realidade.

De outro modo ainda, o estágio em questão abre um campo de discussões bastante atuais que deve ter um olhar atento do campo geográfico. Sujeitos como os jovens, os coletivos negros, as comunidades indígenas e quilombolas, os coletivos que atuam com o tema do gênero, da diversidade sexual e dos direitos sexuais e reprodutivos, os camponenes organizados, emergem como sujeitos sociais, com visibilidade política e trazem saberes antes obscurecidos ou enquadrados pelos esquemas modulares do ordenamento social moderno. São saberes locais, são narrativas do modo de vida, são memórias e registros expressivos da vida cotidiana, são conhecimentos insurgentes e significativos para muitos grupos sociais. Pode o estágio supervisionado ser um espaço de diálogo e escuta destes saberes? Pode a Geografia ser um pensamento relevante destas grafias, destes recortes marcados pela diferença? Para ambas as questões a nossa conclusão é sim.

Até aqui realizamos um exercício de reflexão sobre o planejamento da disciplina, elucidando pontos centrais de sua pauta no processo formativo dos futuros professores e professoras de geografia. Entretanto, é necessário reconhecer que enfrentamos uma série de desafios, posto que não se trata daquela concepção mais rotineira de imersão na escola básica, mas sim de aprendizagem sobre outras experiências e espacialidades no ensinar.

Sendo assim, elencamos a seguir quatro desafios que consideramos centrais nesta experiência de estágio que temos desenvolvido. Vejamos: o primeiro diz respeito a diversidade temática que demanda um investimento de tempo para leituras e aprendizagens qualificadas; o segundo é o campo das legislações, no qual os estudantes encontram balizamento para exercerem a profissão,; o terceiro é a realização dos trabalhos de campos nos espaços e situações específicas de aprendizagem, nos quais possibilitamos uma maior aproximação com as distintas realidades ; e, por fim, temos o desafio de construir uma leitura geográfica sobre estas experiências.

O primeiro desafio, embora tenha sido debatido nos tópicos anteriores, coloca-se de modo complexo para nós a medida que cada aula representa um universo de questões e reflexões. O curso divide-se em quatro momentos, isto é: primeiramente resgatamos a dimensão da cultura e da perspectiva da construção de uma educação pública que seja popular, ou seja, que incorpore os diferentes e desiguais grupos sociais de nosso País, reconhecendo os saberes e fazeres destes grupos. .

Ao longo desse bloco, dialogamos sobre a exclusão educacional de grupos não brancos e apresentamos os processos assimilacionistas das práticas de ensino com a população indígena que perduraram por séculos. Em contraponto, destacamos os esforços de uma educação popular na segunda metade do século XX. Tais debates demandam uma releitura da educação de jovens e adultos, e das práticas emancipatórias produzidas por educadores populares, como Paulo Freire, ou ainda, aquelas experiências pedagógicas que foram produzidas no que assim podemos denominar como campo do pensamento crítico, que mobilizou distintas lutas sociais, políticas, filosóficas, teológicas e éticas e dialogou com a educação na América Latina, principalmente tentando articular e fortalecer grupos, redes e coletivos em torno de um projeto de sociedade mais justa e humanizada.

Nessa trajetória abordamos o processo presente no EJA, discutindo quais são os corpos que frequentam esta modalidade, e as condições estruturais que levaram os estudantes a estarem nesse espaço. Esta proposta nos leva também a pensar a cultura como uma estratégia de ação para abarcar múltiplas espacialidades, contemplando temas sobre as periferias, em visitações a espaços de aprendizagem, prioritariamente na região metropolitana.

Ainda neste momento apresentamos um panorama das mudanças que ocorreram na educação a partir dos anos 1990/2000 e também dos movimentos sociais, que passaram a ver na educação um campo fundamental de disputa, como retrata Arroyo(2011). Exemplo disso é a atuação do Movimento Negro, vista sob a luz do conceito de Movimento Negro Educador (Gomes, 2017), que busca políticas de reparação também no que diz respeito a construção de

um currículo antirracista. Outra linha possível de ser retratada diz respeito ao Pré-vestibular para Negros e Carentes – PVNC, que atua em diferentes escalas no acesso deste público ao ensino superior, e tem na dimensão política e cultural uma ferramenta de ação (Santos, 2007)

No segundo momento partimos para a discussão do que chamamos de educação territorialmente referenciada/diferenciada, apresentando a educação quilombola, do campo e indígena, marcadas pela centralidade do conceito de território, como categoria que associa prática, legislação e linguagem dos movimentos (Haesbaert, 2014).

O debate sobre esses processos implica em uma releitura do que os estudantes entendem por comunidades quilombolas, indígenas e do campo. Um movimento de desconstrução dos imaginários coloniais que povoam as persecpções dos estudantes é fundamental, e os prepara para ir a campo. Junto a isso, o debate sobre território se mostra basilar para contribuir na compreensão do que seja uma educação territorialmente diferenciada/referenciada, o que fortalece as territorialidades das comunidades ao valorizar suas práticas e saberes (Corrêa e Santos, 2022).

No terceiro momento, constituimos com os estudantes uma reflexão sobre as agendas contemporâneas no ensino de geografia, debatendo o papel das discussões sobre racismo, gênero e juventude no currículo. Aqui pensamos, sobretudo, em como as pautas recentes de movimentos sociais emergem e ressignificam a nossa ciência.

Nessa linha, a lei 10.639/03 e 11.645/08 são demonstrações de poder de grupos antes subalternizados, que conseguem disputar o currículo e alterar uma série de práticas. Afinal, o exercício de pensar as relações raciais no currículo demanda uma revisão das nossas práticas pedagógicas e dos conteúdos a serem discutidos (Santos, 2007). Assim é necessário rever posturas e práticas, repensar os conteúdos, adotar novos temas para construir um currículo antirracista(Cirqueira et al, 2023). Nesta linha percebemos a dificuldade dos estudantes em pensar tais temáticas à luz de uma ótica geográfica, o que intensifica a necessidade de mais formação e pesquisa.

Na temática de gênero o processo é semelhante. Há uma dificuldade em identificar discussões na ciência geográfica, mesmo que o campo já esteja estabelecido a pelo menos trinta anos (Silva et al, 2017). Por outro lado ainda, observa-se o receio quanto à abordagem desta dimensão em sala de aula. Os legados heteropatriarcais de nossa sociedade contribuem para que temas como : direitos da mulher, direitos sexuais e reprodutivos, a afetividade e a sociabilidade juvenil, sejam interpretados pelos referenciais da moral e da religiosidade dominantes, transformando-os em algo que não se deve abordar. Por outro ângulo, é indispensável reconhecer as tentativas de controle sobre as políticas e processos educacionais exercidos por grupos conservadores, que advogam pelo que denominam de educação a-partidária e sem caráter ideológico, como se o ato de educar pudesse efetivamente acontecer sem qualquer implicação desta natureza.

Paralelamente às dimensões de raça e gênero, elegemos ainda o debate sobre juventudes, certos de que uma educação

referenciada nos territórios e sujeitos concretos deve tomar este grupo social como objeto de pesquisa e análise. Sobretudo porque os jovens constituem o principal contingente que transita nos espaços educacionais e, também, emergem na arena pública como sujeitos políticos. Do mesmo modo, uma parcela expressiva dos graduandos e graduandas, os futuros professores e professoras de geografia, situa-se, na normativa legal, nesta mesma condição etária

A abordagem sobre a categoria juventude no estágio supervisionado objetiva construir um olhar crítico sobre os esquemas modulares com que costumeiramente pensamos este grupo social. Partindo das leituras usuais, as juventudes são traduzidas por um recorte biocronológico que se assenta na caracterização etária, nos critérios de desenvolvimento físico e biológico, num determinado enquadramento quanto ao comportamento social e cultural (Simão, 2013). É muito comum que os jovens sejam interpretados por ideias como transitoriedade, imaturidade, irreverência, incorformismo, ou seja, como sujeitos que ainda não são plenos de autoridade e conhecimento.

Os esquemas modulares de juventude não são apenas construções teórias, mas incidem na espacialidade juvenil. A exemplo disso, NOVAES (2006)[1] aponta os espaços prescritos para os jovens, isto é, a casa e a escola. Acompanhando este raciocínio, podemos pensar na noção de etapa transitória da vida, que orienta o modo de ver as juventudes e se expressa em rituais de passagem como a conclusão dos estudos, o ingresso no mercado de trabalho, o casamento ou a paternidade/maternidade. Ou seja, os processos individuais de transição para a vida adulta, que são tecidos a partir

[1] In: ALMEIDA, M.I.M.;EUGÊNIO, F. 2006.

de uma concepção de juventude, mas que objetivamente estão suspensos, oscilantes, fluidos, em face as mudanças culturais em curso, plena de contradições e desigualdades.

Diante deste cenário, cabe ao processo formativo de futuros educadores em Geografia indagarmos sobre os desafios para educar em contexto societário tão complexo como o nosso, marcado por incertezas, mudanças aceleradas, sociabilidades atravessadas pela lógica do capital. As transições não acontecem de maneira similar para as juventudes. A exemplo, se estamos atuando com jovens periféricos, como dimensionar o futuro em condições por vezes adversas? Como construir práticas educacionais que levem em consideração a diversidade das juventudes quanto à dimensão sócio-humana, a desigualdade em termos socioeconômicos e as diferenças socioculturais?

Outro ponto relevante que é objeto de análise da disciplina no que tange às juventudes está relacionado a construção cultural desta categoria. Reguillo (2007) é enfática ao apontar o equívoco de pensarmos este grupo social como um contínuo temporal e a-histórico. Isto significa dizer que, como categoria social, a juventude é culturalmente construída a partir das mediações com a ordem social. Isso requer que estejamos permanentemente atualizando nossos modos de teorizar e se relacionar com tal objeto, sob pena de não avançarmos na interpretação da realidade.

Um projeto de formação docente deve levar em consideração as especificidades vivenciadas pelos jovens de hoje. A cientista social mexicana assinala três elementos que considera estruturantes

> « Por tanto, puede considerarse que la realización tecnológica y sus reper-cusiones en la organización productiva y simbólica de la sociedad, la ofertay el consumo cultural y el discurso jurídico, se constituyen entonces entres elementos que le dan sentido y especificidad al mundo juvenil, más alláde la fijación de unos límites biológicos de edad. » (Reguillo, 2007, p. 50)[2]

Consequentemente, um olhar atento para esta complexidade torna-se crucial se pretendemos estabelcer diálogos prósperos com os estudantes, com os grupos juvenis com quem pretendemos trabalhar. O conhecimento produzido nos espaços educacionais não pode ser refratário aos contextos de vida juvenil e aos conhecimentos que são ali produzidos. Quantos novos conhecimentos podem ser colhidos desta relação entre a escolarização e os saberes produzidos, por exemplo, nas batalhas de rima, nas resenhas jovens nas ruas, nos coletivos que se constituem em espaços informais de aprendizagem ? Este reconhecimento social e cultural é um passo fundamental para que obtenhamos êxito na consolidação de uma educação efetivamente libertadora, social e territorialmente referenciada.

Por fim, o último bloco visa discutir aspectos da educação especial. O nosso foco aqui não é o aprofundamento sobre a pluralidade temática que a educação especial apresenta. O interesse é expor um debate sobre o papel do professor na inclusão, diante da nova realidade da escola pública brasileira. Assim, os diálogos partem de textos que discutem experiências docentes, bem

[2] In: Juventude e Contemporaneidade. – Brasília : UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. 284 p. – (Coleção Educação para Todos; 16).

como visitações em campo, para que os estudantes conheçam as propostas e os desafios que elas trazem consigo.

O segundo desafio diz respeito ao campo das legislações e dos currículos. Os estudantes têm dificuldades em entender as diretrizes e propostas curriculares de diferentes naturezas, discutidas nas aulas. Afinal, elas implicam repensar a prática docente e os conteúdos ministrados.

Ao propor uma reflexão sobre a educação de jovens e adultos, percebemos que a falta de diretrizes claras, induzem os estudantes a uma leitura de que trabalhar na EJA é adequar os conteúdos a partir da redução dos planos de aula. Ademais, há falta de reflexão sobre quem são esses estudantes, que além de trabalhadores e trabalhadoras, são corpos rejeitados na escola regular, em uma diminuição cada vez maior da distorção série-idade, resultando na juvenilização da EJA. São também, em sua maioria negros, além de mulheres que tiveram que abandonar a escola por se tornarem mães ou para assumir tarefas domésticas como cuidar dos irmãos mais novos. Há ainda aqueles grupos que devido a uma série de constrangimentos enfrentados no cotidiano escolar, atravessados principalmente pelos enraizados preconceitos raciais e sexuais de nossa sociedade, ou por atos de violência física e/ou simbólica, se afastaram, voluntariamente ou não, do espaço escolar.

Notamos dificuldades semelhantes por parte dos estudantes quando abordamos as diretrizes de educação do campo e quilombola, ou mesmo a pauta da educação indígena. Nessa linha, é importante refletir que as diretrizes apresentam propostas curriculares e pedagógicas que alteram os projetos político-pedagógicos. Dessa forma, alçam as comunidades a um papel

protagonista. Um currículo numa escola quilombola, por exemplo, parte de um processo em que esta comunidade começa a fazer parte da gestão escolar, pensando sua história e geografia (Corrêa e Santos, 2022).

Há ainda a educação especial, em que o foco está nas legislações de inclusão, mas também nas demandas por formação e recursos que visam garantir direito a professores e estudantes, a uma estrutura efetivamente inclusiva, que envolve o acompanhamento de profissionais habilitados e o uso de tecnologias assistivas. Assim, o professor tem entendimento que precisa repensar suas práticas ao ter contato com estes estudantes e que isso envolve a produção de materiais adequados, sob o suporte técnico e instrumental necessário.

O terceiro desafio diz respeito aos trabalhos de campo. A maior dificuldade, além da burocracia universitária para reservar transporte para os espaços mais distante, é selecionar os espaços a serem visitados. Isto acontece pois este estágio abarca as múltiplas realidade, espaços formais e não formais de aprendizagem.

Usualmente realizamos visitas mais pontuais em escolas que apresentam a educação de jovens e adultos, normalmente no período noturno, ou nos centros de educação a distância destinados a este público.

Em espaços não formais, destacamos as visitações em pré-vestibulares comunitários, buscando identificar as estratégias adotadas e o papel político e cultural que eles cumprem. Outros espaços educativos de organizações da sociedade civil também se constituem como destino de nossas visitas, principalmente no

contexto de uma agenda mais popular e periférica para a qual temos dado prioridade. Aqui cabe salientar que esta agenda opera um papel fundamental em desconstruir as representações de que os espaços periféricos, como as favelas e demais comunidades urbanas, são territórios em que educação e cultura são pouco visíveis e valorizados.

Diferentemente, as visisitações em escolas quilombolas, indígenas e do campo impõem o desafio do maior deslocamento. No geral são mais afastadas do centro urbano em que se localiza nossa unidade acadêmica e onde reside a maior parcela dos graduandos e graduandas, o que implica numa dinâmica de mais de um dia de atividade, exigindo que organizemos as estruturas de acomodação para pernoite, alimentação e veículos apropriados para realizar os deslocamentos.

Nessa linha, por uma questão estratégica, realizamos de modo frequente visitações a escolas indígenas e quilombolas situadas nos municípios de Angra dos Reis e Paraty, ambos localizados na região da costa verde do Estado do Rio de Janeiro. O direcionamento é conhecer o projeto político pedagógico e a organizaçao da escola. Tentamos aguçar o olhar dos estudantes para identificar o papel que a comunidade exerce na escola e as disputas que atravessam essa participação. Sendo assim, pensar esta relação estabelecida entre as territorialidades das comunidades e a escola, que embora seja altamente fecunda, é permeada de conflitos.

No caso das escolas do campo, temos adotado como estratégia conhecer as escolas com atuação do MST, mas principlamente, visitar a Escola Nacional Florestan Fernandes,

entendendo-a como um dos principais espaços de educação popular da América do Sul. A escola está localizada em Guararema/SP. As visitas envolvem conhecer o espaço da instituição, seu funcionamento, acompanhar as dinâmicas internas da escola, em especial seus espaços formativos e aprofundar os princípios político-pedagógicos que sustentam o trabalho de formação da classe trabalhadora que passa por ali. Dado que a ENFF tornou-se um centro internacional de formação, em geral estas visitas proporcionam o contato com sujeitos de diferentes lugares do mundo, europeus, africanos e sul americanos, ampliando o espectro de formação dos estudantes.

Por fim, destacamos as visitas às escolas que possuem projetos políticos pedagógicos de inclusão. Nessa direção visitamos tanto projetos em menores escalas, com salas de recursos, dialogando com professores da rede os desafios da inclusão, como também em instituições históricas, nos beneficiando do fato de termos duas instituições no Estado do Rio de Janeiro, o Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES e Instituto Benjamin Constant – IBC, referências na promoção de práticas educacionais com estudantes surdos e cegos, respectivamente. Estes dois institutos possuem espaços, pesquisas e equipes que constroem materiais, linguagens e cursos que atendem públicos com necessidades especiais e professores em formação.

Assim, destacamos as possibilidades de reflexão dos estudantes quando visitam estes espaços, comparando com as condições das escolas públicas e dos esforços produzidos nas salas de recursos.

O ùltimo desafio é a produção de uma leitura geográfica destes processos. Este nos acompanha ao longo de todo o curso, pois implica a contínua reflexão de como a leitura geográfica pode contribuir tanto no entendimento dessas propostas educacionais e pedagógicas e seus distintos públicos, assim como contribuir na produção de materiais didáticos que podem, futuramente, se constituir num acervo para a universidade e para os próprios estudantes.

Com isso queremos dizer que o nosso olhar enquanto professores de geografia ajuda na compreensão destas diferentes modalidades e no entendimento das práticas espaciais que as formulam, bem como o conteúdo geográfico pode ajudar estes estudantes a criarem ferramentas para entenderem o mundo e o seu lugar no mundo, questionando quando preciso essa posição.

Conclusão

Por fim, as análises que empreendemos aqui podem ser resumidas em algumas reflexões do campo de estágio que desenvolvemos. Um dessas é, sem dúvida, o papel que a disciplina desempenha por uma formação integral, isto é, que articula os diferentes conhecimentos acadêmicos, científicos e da realidade social plural onde atuamos como docentes. Esta formação integral supõe um diálogo entre sujeitos, processos e recursos. São educadores da universidade, da educação básica, das organizações sociais, que operam processos formativos, avaliativos, ações políticas e pedagógicas, mobilizando um conjunto de ferramentas e recursos que estão à disposição para promover uma aprendizagem referenciada.

Desdobra-se daí que esta construção de saberes é uma produção coletiva e, como tal, não pode ser exclusiva do mundo acadêmico, sob risco de não cumprir sua função social. Os saberes gerados nos ambientes de estágio supervisionado são de múltipla autoria. São muitas mãos e pensamentos, que se mobilizam, às vezes inconscientemente, para compor uma criação intelectual, um projeto com impacto social relevante. A fundamentação teórica e metodológica que fermenta as ações de estágio pode ser revisitada por cada um dos seus sujeitos, cada um e cada uma a partir de seu objetivo e condição.

Efetivamente as experiências no Estágio Supervisionado no Ensino de Geografia IV que temos traçado têm provocado um certo deslocamento dos estudantes da graduação a respeito dos seus horizontes sobre o trabalho docente e tem contribuído para alargar o olhar sobre a pluralidade de situações e de sujeitos com os quais podem trabalhar. Estamos seguros que o germe de uma educação popular, no sentido filosófico, tem alcançado os que passam pela experiência. Que isso concorra ainda mais fortemente por profissional docente compromissado com a democratização do conhecimento e da educação como um direito universal.

Por fim, gostariamos de ressaltar que embora este artigo apresente uma experiência específica, acreditamos que suscita questões para pensar, de um modo geral, o estatuto do estágio supervisionado. Para superar propostas que padronizam práticas e currículos e não levam em consideração a pluralidade populacional e territorial brasileira temos que aprofundar conhecimentos, estimular o diálogo e valorizar os diversos corpos que frequentam a escola e as diferentes territorialidades em que estas se referenciam.

Referências Bibliográficas

AGENDA JUVENTUDE BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. Pesquisa Nacional sobre perfil dos jovens brasileiros. Brasília, 2014.

ALMEIDA, Maria Isabel de; PIMENTA, Selma Garrido (orgs). Estágios supervisionados na formação docente: educação básica e educação de jovens e adultos. São Paulo: Editora Cortez, 2014.

ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de ; EUGÊNIO, Fernanda (orgs) Culturas juvenis : novos mapas do afeto. Rio de Janeiro : Zahar Editora, 2006.

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos de Estado. 3ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.

ANDRADE, Marcelo; LIMA, Augusto ; MIRANDA, Claudia (et al.) A diferença que desafia a escola: a prática pedagógica e a perspectiva intercultural. Rio de Janeiro: Quartet, 2009.

ANDRADE, Rodrigo Coutinho. A Educação de Jovens e Adultos e o Programa Nova EJA: um olhar analítico sobre a categoria trabalho para formar trabalhadores. Revista Tamoios, São Gonçalo/RJ, ano 10, n. 2, p. 35-56, jul/dez. 2014.

ANJOS, Rafael Sanzio Araujo dos. África, A Educação Brasileira e a Geografia. In: SECAD-MEC. (Org.). Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília-DF: MECBID-UNESCO, 2005a, v. 1, p. 167-184.

BATISTA, Cláudio Roberto; CAIADO, Kátia Regina Moreno.; JESUS, Denise Meyrelles de (orgs) Educação especial: diálogo e pluralidade. - 3 ed. - Porto Alegre: Mediação, 2015

BUTLER, Judith. Os sentidos do sujeitos. Coordenação de tradução: Carla Rodrigues - 1 ed. - Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000

_____Educação em movimento: formação de educadores e educadoras do MST. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997.

CANDAU, Vera Maria Ferrão, OLIVEIRA, Luiz Fernando de. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. Educação em Revista | Belo Horizonte | v.26 | n.01 | p.15-40 | abr. 2010

CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. In: Revista

Brasileira de Educação. V. 22. N. 69, abr-jun/2017.

CIAVATTA, Maria; RUMERT, Sonia Maria. As implicações políticas e pedagógicas do currículo na Educação de Jovens e Adultos integrada à formação profissional. Revista CEDES, Campinas, v. 31, n. 111, p. 461-480, abr-jun, 2010.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer CNE/CEB. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos, 2000.

FARAGE, Eblin Joseph.; SANTO, Andreia Martins de Oliveira (orgs) Educação Pública no conjunto de favelas da Maré: desafios e potencialidades. 1. ed. - Rio de Janeiro: Mórula Editora, 2023.

FAVERO, Osmar et al. (orgs). Juventude e Contemporaneidade. – Brasília : UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. 284 p. – (Coleção Educação para Todos; 16).

FIABANI, Ademir. As diretrizes curriculares nacionais para educação escolar quilombola: a necessária ruptura de paradigmas tradicionais Revista Identidade. São Leopoldo | v.18 n. 3, ed. esp. | p. 345-356 | dez. 2013.

FORQUIN, Jean Claude. Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Tradução de Guacira Lopes - Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993.

FRAGA, Paulo César Pontes; IULIANELLI, Jorge Atílio Silva (orgs) Jovens em tempo real. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FREIRE, Letícia de Luna; CUNHA, Neiva Vieira da (orgs) Educação e favela: refletindo sobre antigos e novos desafios. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2022.

KOHAN, Walter Omar. Uma escola filosófica popular? In: GALLO, S.; MENDONÇA, S. (orgs) A escola: uma questão pública. - 1. ed. São Paulo: Parábola, 2020.

KUENZER, Acácia Zeneida. Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal. - 2. ed. - São Paulo: Cortez Editora, 2000 (Coleção Questões da Nossa Época: v. 63)

LAHIRE, Bernard. Sucesso escolar nos meios populares. As razões do improvável. Tradução de Ramon A. Vasques e Sonia Goldfeder. São Paulo: Editora Ática, 1997.

LANDER, Edgard. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspecteivas Latino-Americanas. Coleção Sur Sur. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005.

MOLINA, Mônica Castagna.; FREITAS, Helena Célia de Abreu (orgs) Educação do Campo. Revista Em Aberto, Brasília, v. 24, n. 85, p. 1-177, abr.2011.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa, CANDAU, Vera Maria. *Indagações sobre o currículo: currículo, conhecimento e cultura*. Brasília, Secretaria de Educação Básica, 2008.

MOREIRA. Ruy. O discurso do avesso: para a crítica da geografia que se ensina. - São Paulo: Contexto Editora, 2014.

MRECH, Leny Magalhães. Educação Inclusiva: realidade ou utopia. Artigo apresentado em seminário sobre educação inclusiva na Faculdade de Educação da USP, maio de 1999.

NOGUEIRA, Ruth E. Motivações hodiernas para ensinar geografia: representação do espaço para visuais e invisuais. Florianópolis, [s.n], 2009.

NOVOA, Antonio. Os professores e a sua formação num tempo de metamorfose da escola. In: Revista Educação & Realidade. V. 44, n. 3. 2019

PASSINI, Elza Yasuko; PASSINI, Romão; MALYSZ, Sandra Terezinha (orgs). Prática de Ensino de Geografia e estágio supervisionado. 2. ed. - 2ª reimpressão - São Paulo: Contexto Editora, 2013.

PATTO, Maria Helena Souza. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

PAULA, Flávia Maria de Assis; CAVALCANTI, Lana de Souza; PIRES, Lucineide Mendes (orgs). Os jovens e suas espacialidades. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2016

PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? - 11. ed. - São Paulo: Cortez Editora, 2012.

RAHME, Mônica Maria Farid, MRECH, Leny Magalhães. Os efeitos da inserção escolar para alunos pouco convencionais. Estudos de Avaliação em Educação. São Paulo, v.25, n. 57, PP. 114-137, Ano 2014.

RATTS, Alecsandro José Prudêncio, RODRIGUES, Ana Paula Costa, VILELA, Benjamim Pereira, CIRQUEIRA, Diogo Marçal. Representação da África e da população negra nos livros didáticos de Geografia. Revista da Casa de Geografia de Sobral, Sobral, v. 8/9, n.1, p. 45-59, 2006/2007.

RATTS, Alecsandro José Prudêncio. Geografia, relações étnicoraciais e educação: a dimensão espacial das políticas de ações afirmativas no ensino. Revista Terra Livre. São Paulo/SP. Ano 26, v.1, n.34, p.125-140. Jan-jun/2010.

RESENDE, Marcia Spyder. A geografia do aluno trabalhador: caminhos para uma prática de ensino. São Paulo: Edições Loyola, 1989

REIS, Maira Lopes. Estudos de gênero na Geografia: uma análise feminista daprodução do espaço. In: Espaço e Cultura, Uerj, RJ, n.38, jul/dez/2015

RIBEIRO, Maria Júlia Lemes (org). Educação especial e inclusiva: teoria e prática sobre o atendimento à pessoa com necessidades especiais. Prefácio Marinés Saraiva. Maringá,PR: Eduem, 2012.

SAVIANI, Demerval. A pedagogia no Brasil: história e teoria. - 2 ed. - Campinas,SP: Autores Associados, 2012 (Coleção memória da educação)

SANTOS, Mônica Pereira dos. Educação inclusiva: redefinindo a educação especial. Revista Ponto de Vista, Florianópolis, n. ¾, p. 103-118, ano 2002.

SANTOS, Renato Emerson. Ensino de Geografia e currículo: questões a partir da lei 10.639. In: Terra Livre São Paulo/SP, Ano 26, V.1, n. 34, p. 141-160,jan-jun/2010

SIMÃO, Mário Pires. Cartografias de jovens como sujeitos políticos: dos espaços de identidade aos espaços de visibilidade / Mário Pires Simão. – Niteroi: [s.n.], 2013.

SOUZA E SILVA, Jailson. "Por que uns e não outros". Caminhada de jovens pobre para a universidade. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2003.

STRECK, Danilo (org). Fontes da pedagogia latino-americana: uma antologia. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

STRECK, Danilo; ESTEBAN, Maria Tereza (orgs). Educação Popular: lugar de construção social coletiva. - Petrópolis, RJ: Vozes Editora, 2013.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Tradução de João Batista Kreuch. 9 ed. - Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014

TAVARES, Maria Tereza Goudard; ALVARENGA, Márcia Soares; SILVA, Cátia Antônia (orgs) Educação popular, movimentos sociais e formação de professores: os 50 anos do golpe militar de 1964 e a mobilização dos inéditos viáveis no campo social e educativo. 1.ed. - São Paulo: Outras Expressões, 2015.

TURRA NETO, Nécio. Slam Quilombo de Dandara de Presidente Prudente – SP: um território insurgente e suas práticas educativas (artigo ainda não publicado.

VALLA, Victor Vincent (org.) Educação e favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1986

WILLIAMS, Raymond. Palavras-chave : um vocabulário de cultura e sociedade / Raymond Williams ; Tradução de Sandra Guardini Vasconcelos, - São Paulo : Boitempo, 2007.

Submetido em: 15 de abril de 2024

Devolvido para revisão em: 07 de maio de 2024

Aprovado em: 19 de maio de 2024

DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2023.3473

COMO CITAR

PIRES SIMÃO. M. CORREA G. S. Estágio supervisionado em geografia a partir de contextos diferenciados de ensino. **Terra Livre**, São Paulo, ano 38, v.2, n. 61, jul.-dez. 2023, p. 247-287. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3473. Acesso em: dd/mm/aaaa.

DO LUGAR AO TERRITÓRIO EPISTEMOLÓGICO: A EJA NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO INICIAL DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA

FROM THE PLACE TO THE EPISTEMOLOGICAL TERRITORY: YOUTH AND ADULT EDUCATION IN THE CONTEXT OF THE INITIAL TRAINING OF GEOGRAPHY TEACHERS

DEL LUGAR AL TERRITORIO EPISTEMOLÓGICO: EJA EN EL CONTEXTO DE LA FORMACIÓN INICIAL DEL PROFESORADO DE GEOGRAFÍA

Humberto Cordeiro Araujo Maia
Professor Adjunto (Uesc/Ihéus);
Doutor em Geografia (Unesp/Rio Claro);
Líder do Núcleo de Pesquisa em Políticas Educacionais, Educação e Geografia (NUPEGeo).
E-mail: hcamaia@uesc.br

Resumo:
O currículo dos cursos de licenciatura não reserva, quanto ao componente curricular ou às práticas de estágio, um lugar de relevância à modalidade escolar que recebe jovens e adultos (Educação de Jovens e Adultos – EJA). Partindo dessa premissa, e considerando o contexto de formação e de ensino de Geografia, neste artigo são problematizados o lugar e o território epistemológico da EJA nos currículos dos cursos de Licenciatura em Geografia de instituições públicas, estaduais e federais, com oferta contínua na Bahia. Para tanto, ancorados em uma abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, foram adotados estes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica; elaboração e aplicação de formulário eletrônico direcionado aos colegiados dos cursos; e análise de projetos curriculares, pareceres e resoluções. Com base na análise dos dados coletados, foi possível constatar que o avanço neoliberal no contexto educacional, em relação à formação de professores, toma proporções preocupantes, principalmente pela gritante ausência das demandas da EJA no percurso formativo dos graduandos.

Palavras-chave: Formação Inicial de Professores de Geografia, Educação de Jovens e Adultos, Lugar e Território Epistemológico.

Abstract:
The curriculum of undergraduate courses does not reserve a place of relevance for the school modality that receives young people and adults (Youth and Adult Education – EJA), either in terms of curricular component or internship practices. Based on this premise and considering the context of Geography training and teaching, this article problematizes the place and epistemological territory of Youth and Adult Education in the curricula of Geography degree courses in public, state and federal institutions, with continuous offering in Bahia. To achieve this objective, anchored in a qualitative approach, of the case study type, these methodological procedures were adopted: bibliographical research; preparation and application of an electronic form aimed at course committees (it is the basic instance of undergraduate courses, responsible for administrative structuring, including the execution of policies external to teaching, research and extension activities); analysis of curricular projects, opinions and resolutions. Based on the analysis of the data collected, it was possible to verify that the neoliberal advance in the educational context, in relation to teacher training, takes on worrying proportions, mainly due to the glaring absence of Youth and Adult Education demands in the training path of undergraduates.

Keywords: Degree in Geography, Youth and Adult Education, Place and Epistemological Territory.

Resumen:
El currículo de las licenciaturas no reserva, ni siquiera a nivel de componente curricular, o en el periodo prácticas, un lugar de relevancia para la modalidad escolar que acoge a jóvenes y adultos (Educación para Jóvenes y Adultos – EJA). Partiendo de esta premisa, y teniendo en cuenta el contexto de la formación y la enseñanza de la Geografía, este artículo problematiza el lugar y el territorio epistemológico de la EJA en los currículos de las carreras de Geografía de instituciones públicas, estaduales y federales con oferta continua en la Bahia. Para ello, anclado en un enfoque cualitativo, estudio de caso, se adoptaron estos procedimientos metodológicos: investigación bibliográfica; preparación y aplicación de un formulario electrónico para los colegiado de los curso de Geografía; análisis de proyectos curriculares, dictámenes y resoluciones. A partir del análisis de los datos recogidos, se pudo constatar el avance neoliberal en el contexto educativo, acerca de la

formación del profesorado, adquiere proporciones preocupantes, principalmente debido a la flagrante ausencia de asignaturas que aborden la EJA en los programas de formación de los estudiantes universitarios.

Palabras-clave: Licenciatura en Geografía, Educación de Jóvenes y Adultos, Lugar y Territorio Epistemológico.

Considerações iniciais

No Brasil, já há algumas décadas, nos eventos pedagógicos e acadêmicos que têm a educação como pauta, crescem os debates sobre a formação de docentes para atuação na Educação de Jovens e Adultos (EJA), evidenciando tanto a história dessa modalidade de ensino como as lutas dos educadores que vivenciam essa realidade. Nessa perspectiva, entendemos que, conforme afirma Soares (2008), à medida que crescem os debates, os problemas que circundam a formação desses educadores também recebem maior destaque. Em consequência disso, essa modalidade de ensino é definida como um campo pedagógico peculiar, o que requer a profissionalização especial dos seus agentes.

Considerando esse contexto, neste artigo, buscamos problematizar o lugar e o território epistemológico da EJA nos currículos dos cursos de Licenciatura em Geografia das instituições públicas, estaduais e federais, com oferta contínua na Bahia, e debater os aspectos sociopolíticos e as perspectivas da formação inicial de professores de Geografia para a EJA.[1] Para tanto, optamos por uma pesquisa documental, de abordagem qualitativa e

[1] Cabe mencionar que este estudo constitui-se como uma das etapas da tese intitulada *Ritos Geográficos Docentes: ser e tornar-se professor(a) de Geografia na Educação de Jovens e Adultos – EJA*, defendida em 2022 (Maia, 2022).

com estudo de caso. Quanto aos procedimentos metodológicos, realizamos uma pesquisa bibliográfica sobre os temas Educação de Jovens e Adultos e formação de professores de Geografia.

Em relação aos documentos analisados, selecionamos aqueles que se constituem como parâmetros e diretrizes para o funcionamento dos cursos, como o Projeto Acadêmico Curricular (PAC)/Projeto Pedagógico do Curso (PPC) das instituições públicas que ofertam continuamente o curso de Licenciatura em Geografia na modalidade presencial, na Bahia, além de legislações (pareceres e resoluções). Além disso, visando traçar um panorama dessa realidade na Bahia, elaboramos um formulário eletrônico direcionado aos colegiados dos cursos e o utilizamos como dispositivo para a coleta de dados. Esse formulário contemplou diversas questões, como, por exemplo, o tratamento dado ao tema EJA no Projeto Acadêmico Curricular (PAC)/Projeto Pedagógico do Curso (PPC), a organização/distribuição das 400 horas para a prática dos componentes ou prática como componente curricular, a organização/distribuição das 400 horas para o estágio supervisionado e a obrigatoriedade ou não de desenvolvimento na modalidade EJA dos estágios supervisionados. Cabe, ainda, mencionar que a aplicação dos formulários destinados aos colegiados dos cursos foi realizada no período compreendido entre junho e agosto de 2020; interessa-nos, portanto, neste artigo, o contexto documental e normativo então operante.

Constatamos, durante o desenvolvimento desta investigação, a urgente necessidade de que a formação inicial de professores contemple as especificidades da modalidade EJA. No caso da formação de professores de Geografia para a referida

modalidade, é necessário que o currículo contemple a Geografia dos(as) alunos(as) oriundos(as) das classes trabalhadoras, que são a maioria do público. Ademais, observamos, ainda, que pouco – ou nenhum – espaço é reservado à EJA nos currículos dos cursos analisados, o que reflete as disputas hegemônicas que fundamentam muitos desses currículos. Essa situação tornou-se ainda mais delicada após a publicação da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, como destacamos na seção a seguir.

Aspectos sociopolíticos e perspectivas para a formação inicial de professores de Geografia para a EJA

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei nº 9394/96 (Brasil, 1996) – institui a necessidade de formação adequada para se trabalhar com jovens e adultos, assegurando maior atenção às especificidades do público matriculado nos cursos da Educação de Jovens e Adultos (Soares; Simões, 2005). Buscando atender a essa demanda, segundo Soares e Simões (2005), existem algumas iniciativas de governos municipais e estaduais, no sentido de promover ações de capacitação do corpo docente pela formação continuada de professores e de incentivo à produção de material didático destinado a tal público.

No entanto, para Soares (2008), as ações das universidades – dado seu expressivo potencial formativo – quanto à qualificação do educador de jovens e adultos são ainda tímidas, principalmente quando percebemos que a EJA ocupa um espaço cada vez maior nos debates sobre educação. Evidentemente, as universidades ainda não utilizam todo o seu potencial no processo formativo dos

docentes, pois muitas vezes relegam os estudos sobre a EJA a um « lugar menor » entre as modalidade de ensino.

A esse respeito, Soares (2008) alerta para o fato de que, de modo geral, a formação recebida pelos professores é precária, caracterizada por treinamentos e cursos aligeirados, não atendendo, portanto, às necessidades da demanda. De modo similar, Dantas (2015) observa que, atualmente, não há uma formação específica obrigatória para o docente da EJA, havendo apenas uma formação inicial, baseada nas propostas curriculares das universidades, e outra continuada, que permanece sob a responsabilidade dos estados e municípios, e que tem como referência as Diretrizes Nacionais para o Ensino Fundamental e Médio e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores.

Ainda segundo a autora, a prática docente com o público da EJA é edificada no interior da própria sala de aula, ou seja, advém da interlocução entre os envolvidos: principalmente, os alunos, os conhecimentos que os professores adquirem por meio das vivências na carreira, a visão de mundo e sociedade desses sujeitos, a troca de informações e, entre outras questões, as trocas de experiências com os colegas de profissão. Essa situação se assemelha às especificidades da formação inicial de professores de Geografia, visto que, na contemporaneidade, uma importante etapa da formação de docentes de Geografia que atuam na EJA é resultado das experiências em sala de aula. Por outro lado, Dantas (2015, p. 99) afirma que os profissionais

> [...] que lidam com a educação de adultos, geralmente carecem de uma formação teórica mais consistente, que nos faça identificar as concepções acerca da origem e evolução do conhecimento, do papel do ensino, da

> aprendizagem do professor e do aluno que subjaz a sua prática pedagógica. Necessitam de uma formação específica a partir de um aprofundamento teórico das ciências, relacionadas com a educação e com os conteúdos e metodologias inerentes a cada área curricular.

Assim, considerando que muitos docentes são formados pelos saberes construídos e pelas experiências vividas e compartilhadas, esse entrecruzamento entre trajetória de vida pessoal e percursos formativos/profissionais deve estar relacionado aos pressupostos teóricos, conceituais e epistemológicos de base geográfica. Nesse sentido, Morais e Dourado (2018) destacam que, no caso de licenciados dos cursos de Pedagogia e Geografia, a formação fica restrita aos conhecimentos mais generalistas, não atendendo à identidade da EJA ou à formação pedagógica do professor, o que pode provocar inúmeros danos nos processos pedagógicos e na formação dos educandos.

Seguindo nessa mesma direção analítica, Josso (2009) afirma que a experiência profissional do professor dessa modalidade de ensino é produzida por uma vivência que ele escolhe ou aceita como fonte de aprendizagem particular ou formação de vida. Por isso, o trabalho docente está pautado em reflexões sobre o que foi vivenciado; entretanto, ainda que todas as experiências sejam vivências, nem todas as vivências se tornam experiências. Nesse sentido, o grande desafio consiste em transformar a vivência em experiência analisada, ajustando as experiências à formação pessoal dos alunos, no intuito de atender às suas especificidades nos mais diversos contextos, formando os sujeitos para atuarem de maneira cidadã na sociedade em que vivem.

No entanto, para que essa atuação aconteça, tempos e espaços são essenciais, haja vista que ambos possuem as marcas do que foi experienciado nos movimentos que distinguem os caminhos percorridos, direcionando o modo de ser e de pensar as ações dos sujeitos na profissão docente (Josso, 2009). Logo, a formação docente envolve tanto os processos de formação ditos formais (cursos de formação inicial e continuada, por exemplo) como os adquiridos através das práxis pedagógicas, das reflexões e vivências/experiências profissionais. Por isso, durante sua atuação docente, é desejável que o professor da EJA esteja ciente de que, tendo em vista a diversidade do seu público, muitos elementos são essenciais ao trabalho educativo, tais como a pesquisa, a formação continuada, a prática pedagógica e o (re)conhecimento das necessidades dos alunos, entre outros.

Assim, relacionando o processo de formação do professor de jovens e adultos com as especificidades do(a) professor(a) de Geografia da EJA, acreditamos que esse profissional precisa construir ritos docentes que considerem os conteúdos geográficos, com ênfase na produção de conhecimentos específicos para a formação do aluno e com o cuidado de promover a compreensão sobre a cidadania, o desenvolvimento de capacidades e percepções em torno do espaço geográfico e suas respectivas relações sociais, econômicas, culturais, ambientais, políticas e éticas. Porém, nem sempre os conteúdos apresentados nos currículos dos cursos de Licenciatura em Geografia são condizentes com a atuação do professor – e, mais especificamente, do professor da EJA. Por isso, é desejável que a formação docente de professores de Geografia para atuação na EJA contemple a perspectiva de possibilitar aos alunos

uma prática social que considere a análise geográfica, pois a formação :

> [...] para o professor da EJA que atua com o componente da Geografia deve estar articulada para atender às especificidades desse público na perspectiva de articular os conhecimentos, saberes e experiências já adquiridos pelos estudantes ao longo de suas práticas sociais e cotidianas, estabelecer um diálogo entre os saberes sistematizados pela experiência desses sujeitos e os saberes formativos da EJA (Morais; Dourado, 2018, p. 324-325).

Uma grande problemática, portanto, consiste em entender qual é o lugar da EJA nos cursos de licenciatura. Partindo da realidade de muitas universidades brasileiras, o que observamos é que, além do pouco espaço da EJA nos currículos, muitos priorizam a formação do geógrafo bacharel em detrimento de um currículo que privilegie a formação do professor de Geografia. Isso, consequentemente, leva-nos a outra questão, que, inclusive, compromete a formação do professor de Geografia da EJA: a falta de articulação dos componentes específicos de Geografia com os componentes didático-pedagógicos, não ocorrendo, em determinados momentos, a relação entre os conhecimentos específicos da ciência geográfica e os conhecimentos pedagógicos. Em síntese, esses desencontros levam à dissociação entre o universo acadêmico e o ambiente escolar.

Por isso, enfatizamos, com base em Simões e Soares (2005) e em Soares (2008), que as universidades precisam repensar, ainda hoje, a forma como ofertam suas formações. Essa dicotomia entre os componentes curriculares específicos da ciência geográfica e os componentes didático-pedagógicos, além de comprometer a atuação do professor de Geografia, impossibilita, ao menos na fase inicial da

docência, a realização de um trabalho com segurança, capaz de propiciar paralelos entre os conteúdos e o contexto dos sujeitos.

Além dessas questões que envolvem a formação específica do professor de Geografia, ressaltamos que, embora não seja o foco deste texto, na EJA existem profissionais que, bem ou mal, sequer passaram por essa formação para lecionar o componente em questão, sendo licenciados/formados em outras áreas, o que dificulta ainda mais o trabalho em sala de aula, tanto na perspectiva teórica, com o desdobramento de alguns conceitos e conteúdos específicos, como em relação à diversidade e particularidade desse público.

Analisando essa problemática, Machado (2008, p. 165) considera que os cursos:

> [...] de disciplinas específicas – como história, [...] ou ainda letras, geografia, matemática, química, educação física e todas as outras licenciaturas, que habilitaram professores no final dos anos 1980 e 1990 – não propiciaram a oportunidade de aprender, nas disciplinas pedagógicas e no estágio, sobre os desafios de atuar com os alunos jovens e adultos que retornam ao processo de escolarização, anos após estarem afastados da escola; menos, ainda, sobre como enfrentar esses desafios.

Isso significa, portanto, que muitos professores de Geografia da EJA, atualmente, ingressam na profissão ou com um déficit próprio em sua formação inicial específica ou – por questões que envolvem inúmeras situações, tais como a necessidade de complementar a carga horária e de trabalhar em outros turnos, entre outras, ainda que não se identifiquem com a área – sem os arranjos necessários para o ensino de Geografia. Diante dessas complexidades, é desejável que o professor adentre em cursos de

formação continuada que intensifiquem as reflexões sobre suas experiências, tornando-se, também, pesquisador, a fim de evitar a penalização do aluno da EJA, que pode ser prejudicado em seu processo de aprendizado por causa das lacunas na formação do educador.

Esperamos que o professor da EJA, mais do que a formação inicial e continuada, esteja atento à diversidade do alunado existente nessa modalidade de ensino. No Brasil, a legislação afirma que os sujeitos da EJA são pessoas "[...] que não tiveram acesso à educação na idade própria" (Brasil, 1996). Porém, nesse grupo de pessoas existe uma heterogeneidade muito grande. Esses sujeitos, em sua maioria, são carentes de um olhar acolhedor e de políticas públicas direcionadas ao enfrentamento de suas carências. São jovens e adultos que tiveram seus direitos constitucionais negados nos primeiros anos da escolaridade, que abdicaram do estudo devido à necessidade de se responsabilizar pelo sustento da família, retomando, anos depois, os estudos por acreditarem que, por meio da educação formal, podem melhorar sua condição socioeconômica (Medeiros, 2008). São jovens e adultos, em sua maioria, negros, pobres, oprimidos, que vivem em bairros periféricos e tiram sua fonte de renda do mercado informal (Arroyo, 2005).

Evidentemente, precisamos reconhecer as desigualdades enfrentadas pelos alunos da EJA e conhecer suas histórias, respeitando-os como sujeitos de direitos, com experiências diversas, as quais legitimam os conhecimentos que possuem. Além disso, precisamos reconhecer também suas características identitárias, tendo em vista que a identidade desses indivíduos (continuamente

construída e reconstruída) resulta do processo de socialização pelo qual passaram (Dubar, 2005).

Em síntese, considerando as demandas que envolvem a formação e a atuação do professor da EJA, especificamente do professor de Geografia, existem situações que encaminham o docente por veredas que ele próprio, até então, desconhecia ou não imaginava que seriam vivenciadas em sua trajetória profissional. Esses caminhos, representados e apresentados pela e na profissão docente, transportam o profissional aos *ritos geográficos docentes*[2] e o conduzem entre o ser e tornar-se professor, numa articulação entre os eventos biográficos enraizados nas histórias de vida, nos saberes profissionais e no desenvolvimento/construção da prática pedagógica.

Lugar e território epistemológico da EJA nos currículos dos cursos presenciais de Licenciatura em Geografia (oferta contínua) das instituições públicas, estaduais e federais, com oferta na Bahia

Reconhecido o contexto geral e atual da formação de jovens e adultos no país, precisamos, então, analisar os aspectos referentes ao lugar e ao território epistemológico[3] da EJA nos currículos dos

[2] Os ritos geográficos docentes são "[...] processos formativos singulares, visto que são próprios de cada sujeito em formação, articulando aspectos vinculados à vida-formação-profissão ao experienciar ritos-rituais pré-estabelecidos – ou não – pela cultura escolar e vivenciados em espaços e tempos distintos e diversos. Compreendemos tais ritos na perspectiva do inacabamento, pois se (re)fazem cotidianamente, com os outros, com a escola, com a EJA, com a política, com a cultura produzida pela própria vivência espacial, portanto, com a(s) Geografia(s)" (Maia, 2022, p. 52).

[3] Para Nunes e Lima (2018, p. 155), "[...] pensar o lugar é avaliar sua posição em relação aos demais", por isso a "[...] concepção de território epistemológico vincula-se à ideia de espaço dos saberes, sentidos e significados em confluências, contradições e complementaridades".

cursos de Licenciatura em Geografia (oferta contínua) das instituições públicas, estaduais e federais com oferta na Bahia. *A priori*, precisamos mencionar que as tentativas de controle político-ideológico da escola avançam significativamente, com raízes que remetem à crise do capitalismo e à emergência do neoliberalismo, destacando-se de forma autoritária no Brasil pelas condições do Governo Federal, sobretudo entre 2019 e 2022, reverberando negativamente na forma como se desenvolve a organização do trabalho pedagógico, a formação de professores, os conteúdos curriculares e a avaliação da educação básica.

De acordo com texto do Manifesto da ANPEGE :

> [...] com a eleição de Jair Bolsonaro, vimos ganhar força, em articulação com a pauta neoliberal, um conjunto de medidas educacionais de caráter conservador e autoritário. Alguns exemplos podem ser encontrados nos projetos de expansão das escolas cívico-militares e controles ideológicos sobre os conteúdos curriculares, livros didáticos e o trabalho docente. De fato, estas formas de intervenção se colocam como uma estratégia de recontar a história e retomar elementos da ideologia de segurança nacional dos governos ditatoriais militares (1964-1984), buscando dar amálgama a um projeto de poder de longo prazo, objetivando romper com as eleições democráticas no país (Albuquerque et al., 2021, p. 32-33).

Nitidamente, percebemos o estado de rebaixamento da formação inicial de professores quando analisamos a Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019[4], considerada um retrocesso por causa do alinhamento restrito à Base Nacional Comum Curricular, que pretende conformar os professores a uma

[4] Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) (Brasil, 2019).

lógica do desenvolvimento das habilidades e competências que deverão ser desenvolvidas na educação básica, na perspectiva de aprender o que irá ensinar e nada mais além, sem aprofundamento e em caráter técnico-instrumental (Brasil, 2019).

Segundo essa perspectiva, não

> [...] por acaso, a formação docente é estabelecida na BNC Formação e na Base Nacional Comum para Formação Continuada – BNC-Formação Continuada – aprovadas respectivamente em 20 de dezembro de 2019 e 27 de outubro de 2020, como instrumentos de implementação da BNCC da Educação Básica. É nesta perspectiva que faz sentido forjar a formação docente ou restringi-la a aprendizagem de um conjunto de estratégias metodológicas, cujo objetivo primordial é implementar propostas pensadas por outros sujeitos. Em função disso, a prescrição acrítica de receituários pedagógicos, o reducionismo de uma formação ao mundo do trabalho, voltados à participação e ação mecânica dos estudantes têm ampliado cada vez mais seu escopo nos cursos de formação inicial e continuada de professores, nas plataformas educacionais e na produção bibliográfica (Albuquerque e al., 2021, p. 43).

Entretanto, a formação de professores é extremamente relevante, especialmente por permitir que busquemos desenvolver um projeto avançado, emancipador, de caráter sócio-histórico e crítico, de qualificação profissional e, portanto, de escolarização de jovens e adultos, sobrepondo-se a propostas formativas que atendam à lógica do capital. Seria, desse modo, uma possibilidade de despertar outros olhares para a modalidade, iniciando já nos primeiros anos da educação básica.

De acordo com Arroyo (2017, p. 24), teimar

> [...] em ver esse tempo escolar como suplência-reparação dos percursos escolares truncados teve em nossa história – e continua tendo, até nas Diretrizes curriculares – uma função política perversa: ocultar a EJA como espaço social e político de coletivos de classe,

> raça, etnia, periferia, campo. Ocultar as classes fez e faz parte da luta de classes em que as políticas públicas e até as Diretrizes Curriculares enredam-se.

Eis porque é relevante compreender o lugar e o território epistemológico da EJA nos currículos acadêmicos, por ser uma importante etapa na trajetória de vida, formação e profissionalização dos que objetivam construir e desenvolver a prática docente. Isso porque os saberes provenientes da formação profissional para a docência, que têm como fonte social de aquisição a universidade, evidenciam formas de ação e reflexão na e sobre a escola, no desenvolvimento dos ritos geográficos docentes e no ensino e na aprendizagem dos jovens e adultos. Não obstante, se pensarmos as relações de poder que perpassam os currículos, o compreenderemos, de fato, como um território epistemológico, muitas vezes, orientado pela hegemonia, que Nunes, Araújo e Maia (2021, p. 22) compreendem

> [...] como um processo pelo qual um grupo ou classe dominante impõe suas ideias através do seu projeto de controle e dominação, fazendo com que a classe dos dominados tomem esses valores como soberanos, sem questioná-los, num processo de desmonte de qualquer visão antagônica adversária capaz de provocar algum tipo de ruptura nesse *status quo*, interferindo diretamente na construção da autonomia dos sujeitos.

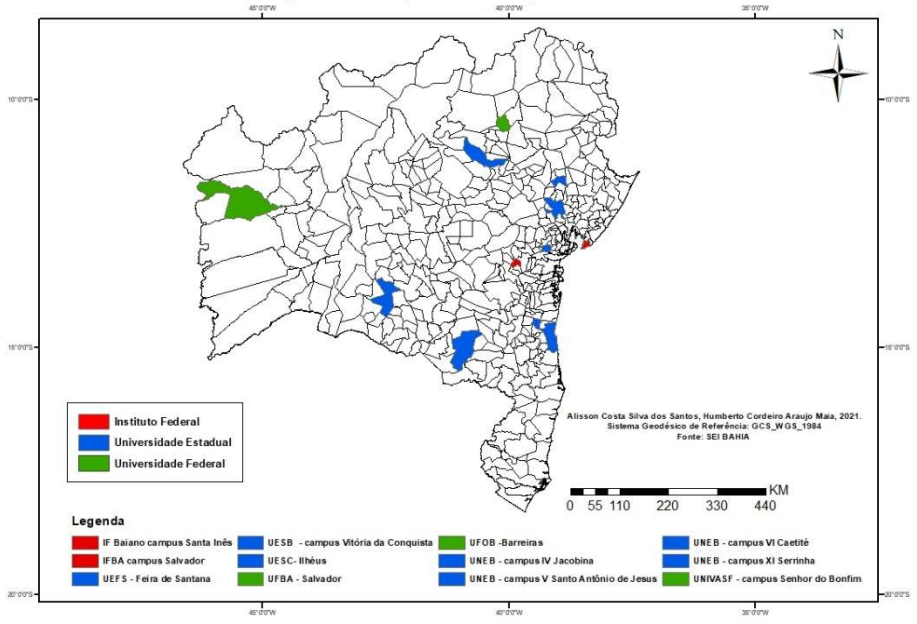
Por isso, enfatizamos a importância da EJA nos currículos dos cursos de formação de professores, seja como componente curricular, seja como veiculador de práticas e estágios curriculares, demarcando e construindo espaços para as reflexões e vivências com a Educação de Jovens e Adultos desde a formação inicial, visto que, como menciona Arroyo (2017, p. 9), reconhecer

> [...] os jovens e adultos como sujeitos de "rebelião" confere a seus itinerários por educação radicalidades político-pedagógicas que redefinem a função da EJA, das escolas públicas e do trabalho dos seus profissionais. Confere especificidades na formação de profissionais capacitados a entender essa "rebelião" que esses sujeitos levam à EJA, às escolas: formação para entender, acompanhar o problema de sua humanização-desumanização.

E mais: entender a rebelião, como assevera Arroyo (2017), consiste em conferir aos cursos de formação de professores o reconhecimento das especificidades dos sujeitos da EJA e garantir que tais questões e problematizações sejam respondidas nos cursos de formação inicial e continuada, de modo que o exercício da docência na EJA seja configurado pelas radicalidades político-pedagógicas.

No contexto da Bahia, conforme dados apresentados na Figura 1, existem nove instituições públicas que ofertam continuamente o curso de Licenciatura em Geografia na modalidade presencial, sendo cinco instituições federais e quatro estaduais, distribuídas geograficamente em 11 municípios, quais sejam: Instituto Federal Baiano (Santa Inês); Instituto Federal da Bahia (Salvador); Universidade do Estado da Bahia (Jacobina, Santo Antônio de Jesus, Caetité e Serrinha); Universidade Estadual de Feira de Santana (Feira de Santana); Universidade Estadual de Santa Cruz (Ilhéus); Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Vitória da Conquista); Universidade Federal da Bahia (Salvador), Universidade Federal do Oeste da Bahia (Barreiras); e Universidade Federal do Vale do São Francisco (Senhor do Bonfim).

Figura 1: Mapa dos cursos de Licenciatura em Geografia (oferta contínua) das instituições públicas, estaduais e federais com oferta na Bahia



Fonte: SEI BAHIA, 2021 (Elaborado pelo autor).

Conforme demonstrado na Figura 1, na capital do estado há duas instituições, ambas federais, que ofertam continuamente o curso de Licenciatura em Geografia na modalidade presencial, o Instituto Federal da Bahia e a Universidade Federal da Bahia, sendo o curso da UFBA o mais antigo do estado, criado em 1982, seguido pelo da UESB – 1985 – e UEFS – 1986. As instituições localizadas nos 11 municípios supracitados ofertam anualmente um total de 607 vagas, destinadas à formação inicial de professores de Geografia.

Em relação à existência de componente curricular específico que aborde a Educação de Jovens e Adultos no Projeto Acadêmico Curricular/Projeto Pedagógico de Curso, a UEFS e a UFBA responderam que não dispõem de nenhum. Já o IF Baiano, o

IFBA, a UESB, a UESC e a UNEB (Jacobina, Santo Antônio de Jesus, Caetité e Serrinha) possuem um componente curricular optativo que aborda a EJA. A UNIVASF possui um componente obrigatório e a UFOB três, sendo um obrigatório e dois optativos. Fica evidente, dessa forma, que há um volume significativo de componentes curriculares optativos destinados à EJA. No entanto, diante da natureza optativa, isso não representa necessariamente oferta efetiva.

Constatamos, assim, que não é a presença de um componente curricular específico da EJA nos currículos dos cursos que garantirá a inserção e imersão dos estudantes em formação inicial na realidade escolar, no contexto da referida modalidade e na educação geográfica. Entretanto, a existência de componentes curriculares que abordem tais especificidades, além de possibilitar discussões, reflexões e ações que contribuem para o desenvolvimento profissional do professor, representa importante prática política de afirmação da Educação de Jovens e Adultos.

Podemos inserir o da EJA, além de seu lugar nos currículos através de componentes específicos, das práticas como componente ou dos estágios curriculares supervisionados, na formação inicial em conjunto com outras atividades, como as de ensino, ou ainda por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e do Programa Residência Pedagógica (RP). Há, evidentemente, muitas outras possibilidades de atividades vinculadas à pesquisa e à extensão, cabendo ao professor avaliar quais são produtivas para suas turmas.

Em relação às práticas e ao estágio como componentes curriculares, a Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015

(Brasil, 2015), revogada pela CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 (Brasil, 2019), estabelece que sejam destinadas pelo menos 400 horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do curso, e 400 horas direcionadas ao estágio supervisionado. De acordo com as informações fornecidas pelos colegiados, e com base na análise dos projetos dos cursos, identificamos que as práticas estão organizadas em componentes denominados Laboratório de Ensino, Pesquisa e Prática Pedagógica e Prática de Ensino, sendo que cada instituição/colegiado as organiza de acordo com a proposta curricular de cada curso.

É importante destacar que na UFBA as práticas como componentes estão em processo de implementação; já no IF Baiano, um dos componentes que atendem à exigência legal, denominado Prática e Pesquisa Pedagógica (PPP) III, de 105 horas, obrigatório, aborda questões direcionadas à modalidade EJA, conforme texto da ementa (Quadro 1).

Quadro 1: Especificações das ementas que abordam a EJA nos currículos dos cursos presenciais de Licenciatura em Geografia (oferta contínua), das instituições públicas na Bahia

Instituição/ Campus	Componente Curricular/ Carga Horária	Ementa	Tipo/ Natureza do Componente Curricular
IF Baiano (Santa Inês)	Educação de Jovens e Adultos (60h)	Contextualização histórica, econômica e sociocultural dos sujeitos sociais da EJA. Trajetórias de formação e de escolarização de jovens, adultos e idosos na EJA. Marcos legais: avanços, limites e perspectivas.	Optativo
	Prática e Pesquisa Pedagógica (PPP) III (105h)	Educação e Diversidade (Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Quilombola, Indígena). Estudo e análise da implementação das políticas etnorraciais no contexto escolar. Desenvolvimento de projeto	Obrigatório

		de intervenção, pesquisa e/ou extensão na área de formação do curso para o contexto escolar. Construção de saberes e práticas pedagógicas voltadas para diversidade sociocultural.	
IFBA (Salvador)	Educação de Jovens e Adultos (60h)	Os aspectos sociais, políticos e epistemológicos presentes nas diferentes concepções de educação de jovens e adultos. As políticas públicas no âmbito da EJA. Os processos de ensino-aprendizagem e as alternativas metodológicas na educação de jovens e adultos. O papel social, político e cultural da educação de jovens e adultos no contexto atual, a desigualdade estruturada no âmbito do público da EJA, situando as relações étnicas e raciais, as desigualdades nas relações de gênero e diversidade.	Optativo
UESB (Vitória da Conquista)	Metodologia da Geografia para pessoas jovens e adultas (60h)	Concepções de educação de jovens e adultos. Práticas pedagógicas para a educação de pessoas jovens e adultas. A Geografia e o aluno trabalhador.	Optativo
UESC (Ilhéus)	Educação de Jovens e Adultos (60h)	O analfabetismo no Brasil: perspectiva histórica e situação atual. A educação de jovens e adultos nos diversos contextos da política educacional no Brasil. A perspectiva freireana. Objetivos da alfabetização de adultos no contexto da educação popular na atualidade. Aspectos a serem considerados na integração escolar de jovens e adultos.	Optativo
UNEB (Jacobina)	Educação de Jovens e Adultos (45h)	Os princípios do pensamento de Paulo Freire para a práxis educativa com jovens e adultos no Brasil e no Mundo. Diálogo com a produção literária.	Optativo
UNEB (Santo Antônio de Jesus)	Educação de Jovens e Adultos (45h)	_____	Optativo

UNEB (Caetité)	Educação de Jovens e Adultos (45h)	Estuda a problemática do ensino para Jovens e Adultos no Brasil, o planejamento enquanto instrumento essencial para assegurar a coerência entre a práxis pedagógica e a realidade do alunado. Reflete sobre as políticas públicas, as correntes e tendências e os problemas e perspectivas para a educação de jovens e adultos. Analisa a formação do educador e o papel da escola no processo educacional. Elabora e desenvolve projeto de extensão para a comunidade buscando valorizar a Educação de Jovens e Adultos.	Optativo
UNEB (Serrinha)	Educação de Jovens e Adultos (60h)	Aborda a história da EJA no Brasil: Concepções e práticas. Estudo e reflexão dos fundamentos legais da EJA nas políticas públicas e suas implicações na práxis educativa. Análise dos documentos legais de referência: LDBEN, fontes de financiamento, resoluções, orientações curriculares. Fundamentos e pressupostos teórico-metodológicos para o trabalho na educação de jovens, adultos e idosos.	Optativo
UNIVASF (Senhor do Bonfim)	O licenciado e a educação em espaços não formais e não escolares (60h)	A presença e atuação dos Licenciados nos Espaços não Escolares e Não Formais de Educação; Concepções da Educação em Espaços Formais e Não Formais; Espaços Não Formais no ensino de Geografia; Aspectos metodológicos relativos às práticas pedagógicas em Espaços não Formais; Experiências concretas de Educadores em Espaços Não Escolares e Não Formais. Educação no Campo. Gestão do Conhecimento nas Organizações. A Educação de Jovens e Adultos (EJA): ensino, aprendizagem e avaliação. Proposição de uma intervenção pedagógica em comunidades tradicionais.	Obrigatório
UFOB (Barreiras)	A Geografia escolar nas modalidades de ensino (60h)	A Geografia Escolar nas modalidades educacionais: Educação de Jovens e Adultos (EJA); Educação Especial; Educação Profissional e Tecnológica; Educação Básica do Campo; Educação Escolar Indígena; Educação Escolar Quilombola; Educação a Distância. Experiências de Educação Popular, Alternativa e Criativa no Ensino de Geografia.	Obrigatório

	Educação de Jovens e Adultos (60h)	Abordagem histórica da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Os sujeitos da EJA e suas necessidades formativas em diferentes contextos. Fundamentos teórico-metodológicos do processo de ensino e aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos. Diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos. Políticas e programas de educação de jovens e adultos no Brasil e Bahia.	Optativo
	O Ensino de Geografia na Educação de Jovens e Adultos (EJA) (60h)	A Educação de Jovens e Adultos como política pública educacional. O papel da Geografia escolar na vida dos sujeitos jovens e adultos. Análise de metodologias e abordagens diferenciadas para o ensino de Geografia nesta modalidade educacional.	Optativo

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados disponibilizados pela Estrutura Curricular de Geografia no Ensino Superior, 2021.

No que diz respeito aos estágios curriculares supervisionados, nenhum dos cursos de Licenciatura em Geografia (oferta contínua), na Bahia, preveem no Projeto Acadêmico Curricular/Projeto Pedagógico do Curso a obrigatoriedade de desenvolvimento no campo da EJA, ficando a critério do(a) docente que ministra o componente direcionar ou adentrar nas especificidades do ensino da EJA no contexto da educação geográfica. Diante desse quadro, muitas vezes, os componentes voltados às práticas de ensino e estágios podem direcionar suas atividades à Educação de Jovens e Adultos, contudo não há uma garantia de efetividade nessas práticas, principalmente pela ausência de aprofundamento quanto aos aspectos históricos, epistemológicos, filosóficos e pedagógicos específicos da modalidade.

Para melhor compreensão das propostas dos componentes que abordam a EJA no contexto dos cursos de Licenciatura de Geografia, podemos analisar as especificações das ementas (distintas nomenclaturas), com destaque para a carga horária e as

abordagens que norteiam o trabalho do professor (Quadro 1). A carga horária destinada especificamente à EJA varia entre 45 horas e 60 horas, com exceção do componente Prática e Pesquisa Pedagógica (PPP) III – 105 horas –, do IF Baiano (Campus Santa Inês) e da UFOB (Campus Barreiras), que possui três componentes, sendo um obrigatório e dois optativos, configurando-se como um importante lugar para a modalidade. No caso das demais instituições, ainda que os componentes sejam ofertados, a carga horária é insuficiente para problematizar e construir os conhecimentos pedagógicos necessários à formação inicial do professor. Essas situações podem repercutir negativamente na formação de professores, pois fica a critério dos docentes do curso o desenvolvimento de propostas alternativas para trabalhar as especificidades da EJA – importante modalidade de ensino – no contexto da educação geográfica.

Destacamos, ainda, a ausência de questões específicas sobre o ensino de Geografia nas ementas em análise. De modo geral, abordam os pressupostos teórico-metodológicos para o ensino e a aprendizagem na educação de jovens e adultos, o contexto histórico e o analfabetismo, os aspectos sociopolíticos e o pensamento de Paulo Freire, dentre outras questões, mas sem ênfase na Geografia escolar. Apenas os componentes "Metodologia da Geografia para pessoas jovens e adultas" (60 horas, da UESB, Campus Vitória da Conquista), "O licenciado e a educação em espaços não formais e não escolares" (60 horas, da UNIVASF, Campus Senhor do Bonfim), "A Geografia escolar nas modalidades de ensino" e "O Ensino de Geografia na Educação de Jovens e Adultos (EJA)" (60 horas cada, da UFOB, Campus Barreiras)

elencam em suas ementas particularidades do ensino de Geografia direcionado à modalidade EJA.

Considerando a análise em tela, observamos, apesar da evolução no campo das políticas públicas direcionadas à EJA, um tímido avanço em relação à inserção das discussões sobre essa modalidade na formação inicial do professor de Geografia. No entanto, reafirmamos a importância de que haja um processo de sensibilização, de modo que os debates e as ações sejam intensificados nos diferentes níveis de ensino.

Com base nas respostas aos formulários da entrevista que realizamos e na leitura investigativa dos projetos de cursos, constatamos uma flagrante ausência ou um lugar bastante limitado para componentes curriculares que abordem os aspectos da EJA no contexto da educação geográfica. Compreendemos, dessa maneira, que a construção e a delimitação de um espaço, no contexto dos territórios epistemológicos, podem contribuir significativamente para o processo de formação dos professores de Geografia, possibilitando a reinvenção dos próprios sujeitos da docência e de suas práticas com e a partir dos ritos geográficos docentes.

Considerações finais

No atual situação político-social brasileira, com o aprofundamento das políticas neoliberais que têm impactado significativamente a educação brasileira, evidencia-se a necessidade de enfrentamento aos ataques que projetos educacionais de caráter emancipador têm recebido. Dada a realidade dos alunos da EJA, muitos deles oriundos dos coletivos populares, afirmamos ser

imprescindível dar espaço à Educação de Jovens e Adultos nos currículos dos cursos de formação de professores de Geografia.

Além disso, as análises dos projetos dos cursos das instituições públicas, estaduais e federais, que ofertam presencialmente e continuamente o curso de Licenciatura em Geografia demonstram que a EJA ocupa um pequeno lugar – ou está ausente – nos cursos de formação inicial do professor de Geografia. Há cursos que não ofertam sequer um componente para abordar as especificidades da EJA; outros cursos possuem componentes de natureza optativa, o que não garante oferta. Sem dúvidas, deve ser um compromisso e uma responsabilidade social e educacional das instituições formativas, este de assegurar a formação inicial de professores para a superação de práticas leigas e descomprometidas com a complexidade e as características da EJA. No entanto, apesar do seu expressivo potencial, observamos nos currículos dos cursos evidente distanciamento quanto às especificidades e necessidades do público dessa modalidade de ensino.

Conforme dados anteriormente apresentamos, constatamos que, na Bahia, duas instituições possuem componentes obrigatórios, apesar da não existência de legislação que indique obrigação de formação específica para o educador de jovens e adultos – e, por isso mesmo, é imprescindível que as instituições (re)pensem o lugar da EJA nos currículos dos cursos, e os estados e municípios intensifiquem programas de formação continuada no contexto dessa modalidade.

De modo geral, se observarmos pelo campo das disputas que perpassam as políticas curriculares, a construção e o

desenvolvimento dos currículos, muitas vezes, expressam hierarquias espaciais de classe, gênero e raça. Ou seja, no processo de ensino e aprendizagem, em muitos casos, os alunos da EJA não participam do espaço geográfico que estudam, já que as práticas nem sempre correspondem às questões espaciais que valorizam o ser histórico dos alunos.

Referências

ALBUQUERQUE, M. A. M. de et al. **Manifesto**: crítica às reformas neoliberais na educação – prólogo do ensino de geografia. Marília: Lutas Anticapital, 2021.

ARROYO, M. G. **Passageiros da noite**: do trabalho para a EJA. Itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis: Vozes, 2017.

ARROYO, M. G. A educação de Jovens e Adultos em tempos de exclusão. *In*: ARROYO, M. G. **Construção coletiva**: contribuições à Educação de Jovens e Adultos. Brasília: UNESCO/MEC/RAAB, 2005. p. 221-230.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, DF: MEC, 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file. Acesso em 20 dez. 2020.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, DF: MEC, 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file. Acesso em: 20 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 dez. 2020.

DANTAS, T. R. Experiências formativas de educadores em EJA: memória e narrativas autobiográficas. *In*: BARCELOS, V.; DANTAS, T. R. (org.). **Políticas e práticas na educação de jovens e adultos**. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 79-113.

DUBAR, C. **Socialização**: construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005. Disponível em: https://pt.scribd.com/doc/218260622/LIVRO-Claude-Dubar-Socializacao. Acesso em: 5 set. 2019.

JOSSO, M. C. O caminhar para si: uma perspectiva de formação de adultos e de professores. Entrevistador: Margaréte May Berkenbrock-Rosito. **Revista @mbienteeducação**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 136-139, ago./dez. 2009.

MACHADO, M. M. Formação de professores para EJA: uma perspectiva de mudança. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 2, n. 2-3, p. 161-174, jan./dez. 2008.

MAIA, H. C. A. **Ritos Geográficos Docentes**: ser e tornar-se professor(a) de Geografia na Educação de Jovens e Adultos. 2022. 165 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual "Júlio de Mesquita Filho", Rio Claro.

MEDEIROS, L. B. **Os sujeitos da EJA e suas marcas**. 2008. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1548-6.pdf. Acesso em: 5 set. 2019.

MORAIS, C. B. de O.; DOURADO, D. L. O. Educação de Jovens e Adultos e as implicações na formação docente em Geografia. *In*: NUNES, M. D. dos R.; SANTOS, I. S. dos; MAIA, H. C. A. **Geografia e ensino**: aspectos contemporâneos da prática e da formação docente. Salvador: EDUNEB, 2018. p. 319-336.

NUNES, J. B. A.; LIMA, J. da. S. Lugar e Território Epistemológico do componente curricular Geografia No Ensino Médio: uma problematização. In: NUNES, M. D. dos R.; SANTOS, I. S. dos; MAIA, H. C. **Geografia e ensino**: aspectos contemporâneos da prática e da formação docente. Salvador: EDUNEB, 2018. p. 155-181.

NUNES, M. D. dos R.; ARAÚJO, J. G. de; MAIA, H. C. A. Currículo e Geografia: uma miríade que nos desafia. In: GUIMARÃES, G. F. et al. (Org.). **Geografias e currículo**: tensionamentos, reflexões e práticas. Salvador: EDUFBA, 2021. p. 21-42.

SOARES, L. J. G. O educador de jovens e adultos e sua formação. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 47, p. 83-100, jun. 2008.

SOARES, L. J. G.; SIMÕES, F. M. A formação inicial do educador de jovens e adultos. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 29, n. 2, p. 25-39, 2005.

Submetido em: 11 de abril de 2024

Devolvido para revisão em: 29 de abril de 2024

Aprovado em: 02 de maio de 2024

DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2023.3436

COMO CITAR

MAIA, H. C. A. Do lugar ao território epistemológico: a EJA no contexto da formação inicial do Professor de Geografia. **Terra Livre**, São Paulo, ano 38, v.2, n. 61, jul.-dez. 2023, p. 288-315. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3436. Acesso em: dd/mm/aaaa.

O ENSINO DE GEOGRAFIA NO ENSINO MÉDIO: APROXIMAÇÕES ENTRE TRABALHO E GEOGRAFIA.

THE TEACHING OF GEOGRAFY IN THE HIGH SCHOOL: APROACHES BETWEEN WORK AND GEOGRAFY

LA ENSEÑANZA DE LA GEOGRAFÍA EN LA ESCUELA SECUNDARIA: APROXIMACIONES ENTRE EL TRABAJO Y LA GEOGRAFÍA

Jessilyn Gomes da Silva
Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME/RJ)
E-mail: gomes.jessilyn@gmail.com

Resumo:
O novo Ensino Médio está relacionado a orientações curriculares que vêm construindo o papel de educar os estudantes a partir de competências para atendimento das demandas do capitalismo rentista. O artigo busca identificar os elementos para construção do currículo de geografia do ensino médio na perspectiva da relação entre trabalho e Ensino de Geografia. A pesquisa foi norteada pelo método do materialismo histórico e dialético fundamentada na periodização de Moreira (2020) atrelada às ideias pedagógicas da periodização de Saviani (2019) relacionando os problemas do ensino médio, em particular sua dualidade histórica e o papel da Geografia nos diferentes períodos da formação espacial brasileira. A metodologia do artigo foi estruturada pela pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas com docentes da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da FIOCRUZ/RJ. Nessa perspectiva, a politecnia, é considerada como saída teórica para o Novo Ensino Médio aliada a compreensão dos modos de produção indissociáveis a natureza.

Palavras-chave: Ensino Médio, politecnia, formação espacial, Trabalho.

Abstract:
The new High School is related to curricular guidelines that have the role of educating students from skills dictated by rentier capitalism.The article seeks to identify the elements for the construction of the high school geography curriculum from the perspective of the relationship between work and Geography Teaching.The research was guided by historical and dialectical materialism method based on periodization by Moreira(2020) linked to the pedagogical ideas of the periodization of Saviani(2019) relating the issues of high school, specifically its historical duality and the role of Geography in different periods of Brazilian spatial formation. The methodology was structured by bibliographical research and interviews with teachers at the Escola Politécnica at FIOCRUZ/RJ.The polytechnia is considered a theoretical solution for the New High School, combined with the understanding of the modes of production inseparable from the nature.

Keywords: High School, polytechnia, spatial formation, Work.

Resumen:
La nueva Enseñanza Secundaria se relaciona con directrices curriculares que vienen construyendo el papel de educar a los alumnos con base el capitalismo rentista. El artículo busca identificar los elementos para la construcción del currículo de geografía de la enseñanza secundaria desde la perspectiva de la relación entre trabajo y enseñanza. La investigación fue orientada por el materialismo histórico y dialéctico basado en la periodización de Moreira (2020) vinculada a las ideas pedagógicas de la periodización de Saviani (2019) relacionando los problemas de la enseñanza media, en particular su dualidad histórica y el papel de la Geografía en los diferentes períodos de la formación espacial brasileña. La metodología fue estructurada por investigación bibliográfica y entrevistas con profesores de la Escuela Politécnica de Salud Joaquim Venâncio,FIOCRUZ/RJ. La politécnica se considera una solución teórica para la Escuela Secundaria, combinada con la comprensión de los modos de producción inseparables de la naturaleza.

Palabras-clave: Enseñanza secundaria, politécnica, formación espacial, Trabajo

Introdução

A separação entre formação técnico/profissional e formação geral, o alinhamento com o setor empresarial na condução de reformulações curriculares e a falta de identidade dessa etapa escolar são problemas fundamentais e estruturantes do Novo Ensino Médio brasileiro (última reforma do Ensino Médio, formulada na Lei 13.415/2017 e normatizada na Base Nacional Comum Curricular - BNCC.

Neste sentido, a disciplina de Geografia tornou-se componente curricular da área de conhecimento das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, área com fragilidades em articulação conteúdo-método, inclinando-se à diluição dos conhecimentos geográficos pela falta de clareza dos papéis das antigas disciplinas que participam deste componente curricular. Ademais, a diluição dos conhecimentos geográficos foi encontrada em outros momentos da trajetória do Ensino de Geografia na escola básica brasileira.

O Ensino Médio brasileiro, segundo Nunes (2002), é uma realidade complexa que representa "duas faces da mesma moeda" em sua trajetória histórica, já que historicamente o ensino secundário propedêutico, que era uma etapa para o Ensino Superior, era destinado às camadas mais abastadas da sociedade, enquanto a formação profissional para o mundo do trabalho se destinava aos filhos da classe popular.

Essa dualidade histórica entre formação propedêutica versus formação profissional acompanhou diferentes marcos legais e influenciou a construção do Ensino Médio brasileiro até a contemporaneidade.

Faz-se necessário compreender a função da educação secundária em diferentes arranjos espaciais, entendendo que a análise das formações espaciais brasileiras (Moreira, 2020) considera as categorias que permeiam as complexas relações de produção e societária que serão relacionadas às ideias pedagógicas hegemônicas (Saviani, 2019).

O artigo busca identificar os elementos para construção do currículo de geografia do ensino médio na perspectiva da relação entre trabalho e Ensino de Geografia. A pesquisa foi norteada pelo método materialismo histórico e dialético organizada na perspectiva progressiva-regressiva. A metodologia do artigo foi estruturada pela pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas com docentes de Geografia da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da FIOCRUZ/RJ.

O Ensino Médio e o Ensino de Geografia nas formações espaciais brasileiras

A educação no período de formação espacial colonial-açucareira (Moreira, 2020) presente no século XVI-XVIII, externalizava a divisão do trabalho baseada entre trabalho manual e o trabalho intelectual, tendo em mente que os filhos dos colonos e dos senhores de engenhos que estudavam nos colégios jesuítas prosseguiam à escolarização nos mais consideráveis níveis de ensino. No entanto, os indígenas e filhos de pequenos produtores de subsistências não trilhavam os mesmos caminhos, já que a escolarização para além do mais básico era restrita às classes sociais

mais poderosas que detinham o monopólio da terra (Moreira, 2019; Saviani, 2019).

Dessa forma, o Ensino de Geografia no período de formação espacial colonial açucareira (Moreira, 2020) não aparecia nas escolas ou nos estabelecimentos de ensino como disciplina, mas sim através de poesias e leituras românticas da paisagem (Melo, Vlach & Sampaio, 2006).

Nesse sentido, novos caminhos para educação são gerados no século XIX, tendo em mente "o ciclo espacial de acumulação agroindustrial cafeeira" (Moreira, 2018) concentrado no Sudeste brasileiro, o qual se estabelece com a mão de obra de pessoas escravizadas, todavia alcançando novas formas de trabalho com a vinda de imigrantes principalmente para a Região Sul e o interior paulista.

Na formação espacial industrial-cafeeira no século XIX (Moreira, 2020) a função da Geografia na escola foi fundamentada na perspectiva da descrição de mapas, os quais valorizavam o Estado-Nação com intuito de fortalecimento patriótico para formação de futuros soldados da pátria. Nos primórdios do ensino de Geografia no Brasil, eram enfatizados valores de cunho militar e estratégico, ainda que de forma menos acentuada quando comparada ao modelo de ensino franco-prussiano. No entanto, o principal alvo residia no estímulo ao nacionalismo patriótico, visando à construção de uma identidade brasileira unificada (Vlach, 1990, 1991).

No período varguista (1930-1945), em virtude da construção do projeto urbano-industrial, novas diretrizes serão consolidadas nas instituições escolares ocorrendo mudanças no currículo com as leis orgânicas do ensino, mais conhecidas como reforma Capanema. A

reforma Capanema, consequentemente, fez mudanças no Ensino de Geografia dentro da educação secundária. Com as leis orgânicas proclamadas entre 1942 e 1946 contextualizadas num período de incentivo à industrialização de base, reafirma-se a dualidade do ensino secundário, já que ele era organizado em dois ciclos: o ginásio com duração de quatro anos e o colégio com duração de três anos, o qual dividia-se em clássico e científico, e para os trabalhadores, formulam-se cursos de segundo ciclo: o curso agrícola, industrial, comercial e normal sem prosseguimento para o ensino superior.

A partir da instauração do Estado Novo (1937-1945), há o crescimento de instituições de ensino voltadas para a formação industrial. Entretanto, é importante salientar que os certificados emitidos por essas escolas não possuíam equivalência ao ensino secundário. Assim, somente em 1950, por meio da Lei 1.076/50, foi estabelecido o reconhecimento e a possibilidade de transferência do ensino industrial para o segundo ciclo do ensino secundário (modalidades clássica ou científica) mediante a realização de um exame.

Sendo assim, a classe social era o principal critério para diferenciar o tipo de escola e o prestígio dos diplomas, institucionalizando a separação entre atividades intelectuais e manuais. O agravante dessa dualidade para os trabalhadores do ensino comercial, normal, agrícola e industrial era que a formação desses trabalhadores não permitia o acesso ao ensino superior, ou seja, o objetivo era formação de operários.

O ensino de Geografia foi introduzido em todos os níveis do ensino secundário no ano de 1942, por meio da Reforma Capanema, distribuído ao longo de sete anos, compreendendo quatro anos de

ginásio e três anos de colégio (atual Ensino Médio). A finalidade dessa matéria estava centrada no processo de adaptação dos adolescentes ao seu ambiente físico e social (Fonseca, 1956).

Assim, apenas a partir da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4.024, de 20/12/1961) que a equiparação do ensino profissional ao regular para prosseguimento de estudos foi realizada, sendo uma medida para diminuir o dualismo histórico dentro do que seria chamado futuramente de Ensino Médio. Todavia, mais uma reforma curricular na educação secundária, agora atrelada a ditatura militar, aprofunda o abismo da dualidade histórica dessa etapa da educação.

A lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971 fixou às diretrizes e bases para o ensino do 1º e 2º graus, ampliando a escolaridade obrigatória para 8 anos (primeiro grau) e tornando a profissionalização compulsória no segundo grau. Juntamente "a profissionalização compulsória" a Geografia é retirada como disciplina obrigatória do currículo e é integrada ao núcleo-comum de Estudos Sociais.

A Geografia era uma das disciplinas que pertencia ao núcleo comum de Estudos Sociais, isto é, ajustando e pulverizando o conteúdo geográfico com o objetivo de adaptação do estudante ao ambiente, não apenas para a convivência, mas também com ênfase no entendimento do Brasil e desenvolvimento do país. Uma parte da comunidade geográfica criticou e lutou para retirada da Geografia do núcleo-comum dos Estudos Sociais criando o Parecer 853/1971 que possuía definições diferenciadas de área de estudo ou disciplinas.

> O Homem necessita compreender o Universo e, especialmente, a posição que nele ocupa. A própria atitude do educando em relação à vida depende da compreensão do meio geográfico em que se situa. Sem a geografia, dificilmente se compreende o fenômeno histórico. Sem ela, não se aprende bem o valor da ecologia na adaptação do homem ao meio. Sem a geografia humana, ficam sem alicerces os estudos sociológicos (Brasil, 1971, p. 195).

É possível compreender as mudanças das políticas educacionais para educação secundária brasileira posteriormente ao golpe militar de 1964, com destaque à interferência no campo das relações internacionais. Com isso, todos os níveis de ensino da escola básica foram redefinidos de acordo ao atendimento do sistema capitalista vigente, a partir das políticas educacionais instituídas no regime militar brasileiro.

O golpe militar de 1964 buscou atender as demandas dos representantes do empresariado criando reformas na educação que os beneficiariam. A lei 5.692/71 é um reflexo dessa demanda agroindustrial com a profissionalização compulsória. A partir do início da ditadura militar brasileira Moreira (2020) compreende como o início do período da formação agroindustrial rentista, pois a participação de instituições financeiras começam a nortear a educação brasileira aliada ao capital industrial já presente na "formação agroindustrial cafeeira".

A dualidade do Ensino Médio brasileiro reflete a mudança do pensamento pedagógico no Brasil. Nesse contexto, ao final da ditadura militar, novas formas de ensino começaram a se firmar, impulsionadas por um novo modelo: a perspectiva neoliberal, que ganhou destaque no país na década de 1990.

A transformação política e econômica causada pelo neoliberalismo no Brasil coincidiu com a continuidade do modelo agroindustrial, agora redirecionado sob o domínio do capital rentista.

O debate sobre o Ensino Médio, à luz da Constituição de 1988, continuou sendo objeto de polarização, mas viu também o surgimento de novos grupos. Nesse cenário, tendo o predomínio dos grupos neoliberais apresentando propostas educacionais meritocráticas para o Ensino Médio propedêutico, ao mesmo tempo em que surgiam propostas que visavam a redução das disciplinas de conteúdo geral no Ensino Médio técnico.

Por outro lado, emerge uma proposta destinada a superar a dicotomia entre o ensino propedêutico e o profissionalizante no Ensino Médio: a educação politécnica. Esta abordagem é liderada por educadores que se dedicavam à pesquisa no campo da 'educação e trabalho'. Suas propostas visavam não apenas romper com uma educação generalista dissociada do mundo do trabalho, mas também superar uma abordagem puramente tecnicista.

A Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017): reafirmar a dualidade histórica entre formação propedêutico e para o trabalho.

A Base Nacional Comum Curricular norteia o currículo do Ensino Médio em áreas de conhecimentos, estando a Geografia dentro da área de conhecimento de Ciências Humanas. No surgimento da Lei 13.415/2017 foi determinado apenas o máximo da carga horária destinada ao atendimento da BNCC na Lei 13.415/2017 que seria mil e oitocentas horas do Ensino Médio de

carga horária integral de 4.200 horas totais, 1.400 horas anuais. Os estudantes teriam que optar por um dos itinerários formativos do novo Ensino Médio, que seriam: Linguagens e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências da natureza e suas tecnologias, Ciências Humanas e Sociais aplicadas e Formação técnica profissional.

A formação técnica profissional será ofertada ao critério do sistema de ensino considerando, segundo o art. 6 da Lei 13.415/2017:

> I - a inclusão de vivências práticas de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional; II - a possibilidade de concessão de certificados intermediários de qualificação para o trabalho, quando a formação for estruturada e organizada em etapas com terminalidade. (Brasil, 2017)

A Lei 13.415/2017 relembra algumas medidas da Lei 5.692/71, a qual diminuiu a carga horária das disciplinas gerais para o atendimento da formação técnica. No entanto, a formação profissional compulsória tinha valor para todos os estabelecimentos escolares.

Após a promulgação da Lei 13.415/2017, surgiram as Diretrizes que orientam o Ensino Médio brasileiro, oficialmente consolidadas na Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018. A Diretriz Curricular Nacional do Ensino Médio (DCNEM) de 2018 que modifica a DCNEM 2012 reafirma a finalidade do Ensino Médio estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). No entanto, algumas das bases que direcionavam todas as modalidades do Ensino Médio passaram por modificações.

As finalidades do Ensino Médio elaboradas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) formuladas na resolução nº 2, de 30 de janeiro de 2012 foram aplicadas em todas as formas e modalidades de Ensino:

> I - formação integral do estudante;
> II - trabalho e pesquisa como princípios educativos e pedagógicos, respectivamente;
> III - educação em direitos humanos como princípio nacional norteador;
> IV - sustentabilidade ambiental como meta universal;
> V - indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos do processo educativo, bem como entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem;
> VI - integração de conhecimentos gerais e, quando for o caso, técnico-profissionais realizada na perspectiva da interdisciplinaridade e da contextualização;
> VII - reconhecimento e aceitação da diversidade e da realidade concreta dos sujeitos do processo educativo, das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes;
> VIII - integração entre educação e as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como base da proposta e do desenvolvimento curricular. (Brasil, 2012)

A formação integral do estudante era o primeiro princípio das bases que norteavam o Ensino Médio, tendo em mente a dualidade histórica dessa etapa na educação brasileira. A formação integral, na teoria, buscaria ultrapassar a educação voltada às disciplinas específicas para atividades específicas no mercado de trabalho, bem como as disciplinas gerais para o ingresso na universidade. As bases que delimitavam o Ensino Médio

continuaram articuladas com os princípios dos grupos que disputavam essa etapa escolar.

O eixo da integralidade da pessoa humana com uma formação integral para o estudante que ao mesmo tempo é trabalhador, previsto na DCNEM 2012 é substituída por uma DCNEM consolidada para promoção de uma aprendizagem flexível que forma trabalhadores flexíveis:

> I- formação integral do estudante, expressa por valores, aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais;
> II - projeto de vida como estratégia de reflexão sobre trajetória escolar na construção das dimensões pessoal, cidadã e profissional do estudante;
> III - pesquisa como prática pedagógica para inovação, criação e construção de novos conhecimentos;
> IV - respeito aos direitos humanos como direito universal;
> V - compreensão da diversidade e realidade dos sujeitos, das formas de produção e de trabalho e das culturas;
> VI - sustentabilidade ambiental;
> VII - diversificação da oferta de forma a possibilitar múltiplas trajetórias por parte dos estudantes e a articulação dos saberes com o contexto histórico, econômico, social, científico, ambiental, cultural local e do mundo do trabalho;
> VIII - indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos protagonistas do processo educativo;
> IX - indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem (Brasil, 2018).

A diretriz que antes vinculava o trabalho e a pesquisa como princípios educativos e pedagógicos foi substituída pela ênfase no projeto de vida como estratégia para a reflexão sobre a trajetória

escolar, com foco na construção das dimensões pessoal, cidadã e profissional do estudante. Isso implica no distanciamento das pautas dos grupos que defendem a educação politécnica, representando uma das mudanças em relação à antiga DCNEM de 2012, que já continha poucos elementos relacionados à formação politécnica.

Além disso, "a educação em direitos humanos" da DCNEM 2012 é substituída por "respeito aos direitos humanos" na DCNEM 2018, e a "integração entre educação e as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como base da proposta e do desenvolvimento curricular" é trocada por "indissociabilidade entre educação e prática social, levando em consideração a historicidade dos conhecimentos e dos protagonistas do processo educativo". Isso enfatiza o papel do estudante como condutor do processo educativo com base em suas vivências e seu projeto de vida e não de sociedade, afastando-o de outras dimensões da cultura, trabalho e tecnologia. Também reconhece o trabalho docente como um processo de mediação no qual o estudante aprende a aprender, orientado pela prática.

As reformas que alteraram a escola básica nos últimos anos impulsionaram a introdução de um novo vocabulário curricular, incluindo termos como "habilidades socioemocionais", "competências", "projeto de vida", "protagonistas" e outros, todos com uma natureza predominantemente liberal ou neoliberal.

No contexto da mundialização do capital na década de 1990, Ciavatta e Frigotto (2006) observam o desaparecimento de expressões nas reformas educativas que eram comumente utilizadas, as expressões educação integral, omnilateral, laica, unitária,

politécnica ou tecnológica e emancipadora" (Ciavatta e Frigotto, 2006, p. 56).

A Geografia não é mencionada como componente curricular na DCNEM de 2018; a maior aproximação ao conhecimento geográfico ocorre quando a diretriz descreve a estrutura curricular, enfatizando estudos e práticas, bem como o que deve ser abordado nas diferentes áreas de conhecimento. Na área de Ciências Humanas, de maneira integrada, interdisciplinar e contextualizada, é necessário explorar "o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, com ênfase especial no contexto brasileiro" (Brasil, 2018)

No mesmo contexto, a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio também não menciona explicitamente a Geografia como uma disciplina ou componente curricular do Ensino Médio, mas apenas por meio de categorias (conceitos) que estão integradas às Ciências Humanas.

Kuenzer (2017) interpreta a Reforma do Ensino Médio como uma maneira de flexibilizar os projetos e práticas pedagógicas, permitindo que os estudantes, em uma fase precoce de tomada de decisões, escolham o caminho de acordo com suas aspirações futuras. A formação integral mencionada na DCNEM/2012 é substituída por um pragmatismo utilitarista, de acordo com Kuenzer (2017), que reduz o conhecimento a práticas imediatas e experiências pessoais, com foco no individualismo, sem a produção de conhecimento para um propósito coletivo.

Conforme Kuenzer (2017), a finalidade do Ensino Médio após a promulgação da Lei 13.415/2017 seria preparar indivíduos com subjetividades flexíveis, ou seja, mentalidades adaptáveis, tanto

aqueles que seguem os caminhos educacionais baseados em áreas de conhecimento quanto os que optam pela formação técnica e profissional. Esses indivíduos estarão prontos para atender às necessidades do sistema de acumulação flexível.

Por uma outra proposta de Ensino Médio: a politecnia.

Para Krawczyk (2009), dentre todas as disputas dos setores pelo projeto político educacional do Ensino Médio, destaca-se o protagonismo do setor empresarial brasileiro nos últimos anos. Este setor tem buscado cada vez mais visibilidade, visando a assumir "a formação dos futuros trabalhadores como uma questão estratégica para o êxito de suas empresas, com o argumento de que os cursos não estariam respondendo adequadamente à demanda do mercado de trabalho" (Krawczyk, 2009, p. 25).

A alternativa da hegemonia do setor empresarial na educação brasileira seria a valorização do trabalho como princípio educativo e uma formação integral defendida pela educação politécnica.

O elemento norteador fundamental para a abordagem politécnica no Ensino Médio está ligado à inserção do trabalho como princípio educativo contemplado pelas reflexões vigentes sobre mundo do trabalho. Isso implica considerar a importância da categoria "trabalho" inseparável com a produção dos conhecimentos gerais.

A categoria “trabalho” nesse artigo possui a perspectiva educativa e integrada aos conhecimentos gerais, visto que, todos os campos de conhecimento em que estão divididos em disciplinas

contribuem para a formação dos estudantes perante a coletividade, por isso que o Novo Ensino Médio é considerado um desserviço para formação integral do estudante, visto que:

> Aprender a ler, escrever e contar, além dos rudimentos das ciências naturais e das ciências sociais, constituem pré-requisitos para compreender o mundo em que se vive, inclusive para entender a própria incorporação, pelo trabalho, dos conhecimentos científicos no âmbito da vida e da sociedade. À medida que o processo escolar se desenvolve, surge a exigência de explicitar os mecanismos que caracterizam o processo de trabalho. Entendo, pois, que o ensino médio deveria já se organizar na forma de uma explicitação da questão do trabalho (Saviani, 2003, p. 136).

De acordo com Saviani (2003), o ensino politécnico se move em direção à superação da dicotomia entre uma formação generalista e uma formação técnica proposta para a formação dos trabalhadores, não se limitando à distinção entre trabalho manual e intelectual conforme a visão burguesa. Em vez disso, visa uma compreensão abrangente do trabalho em sua dimensão ontológica, buscando a crítica para superação das contradições capitalistas no espaço escolar, através da integração entre trabalho intelectual e manual, tendo como base a perspectiva do trabalho social.

A base da pedagogia socialista na Revolução Russa era o trabalho como princípio educativo com variações nas práticas escolares na União Soviética. Os escritores Pistrak[1] (2015), Shulgin[2]

[1] Moisey Mikhailovich Pistrak (1888-1937) foi um pedagogo russo e um dos líderes da escola soviética e entusiasta da pedagogia marxista na União Soviética.
[2] Viktor Nikholaevich Shulgin (1894-1965) foi um educador e historiador soviético que participou da organização da Escola-Comuna Experimental Demonstrativo do Comissariado do Povo para a educação soviética entre 1918-1922.

(2013) e Krupskaya[3] (2017) fizeram contribuições significativas para consolidação de escolas com a finalidade de promover o trabalho socialmente necessário, ao contrário de apenas o trabalho produtivo.

A motivação para a busca da superação da educação burguesa, segundo Krupskaya (2017) era o privilégio que os filhos da classe dominante tinham comparada aos da classe trabalhadora. Especificamente a etapa do Ensino Médio que tinha o objetivo de formar quadro de funcionários para o Estado burguês, tendo em mente que os filhos da classe trabalhadora poucos eram escolhidos para cursar essa etapa escolar, pois poderiam desacostumar com o trabalho manual.

Em detrimento dessa abordagem, Krupskaya (2017, p.70) evidencia o interesse da classe trabalhadora por uma educação diferente da fragmentada educação burguesa na União Soviética. No tocante ao Ensino Médio, segundo Krupskaya (2017) a introdução do trabalho produtivo proporciona a formação multilateralmente que não segue a divisão entre trabalhadores manuais e intelectuais pautada na educação politécnica. A pioneira da educação socialista define o caráter da educação politécnica a partir do seguinte entendimento:

> Este caráter politécnico deve consistir não no fato de uma criança aprender alguns ofícios, como interpretam alguns educadores. A escola politécnica deve fornecer um panorama da economia do país. [...] Esta familiarização deve ser fornecida por meio de livros didáticos, ilustrações, cinema, visitas a museus, exposições, fábricas, usinas e por meio da participação na produção (Krupskaya, 2017, p. 85).

[3] Nadezhda Konstantinovna Kruspskaya (1869-1939) uma das lideranças da escola soviética e escritora de uma extensa obra acerca da Pedagogia Socialista no interior da revolução Russa.

A educação politécnica nas escolas não deveria ter objetivos da preparação de um estudante especialista em determinada área de conhecimento, mas sim que compreenda "toda interligação dos diferentes ramos da produção, o papel de cada um deles" (Krupskaya, 2017, p. 85) com objetivo de resolver tarefas sociais individuais e coletivamente.

Politecnia no Brasil: Narrativas da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio.

Segundo Rodrigues (1998, p.34), o debate sobre a politecnia no Brasil durante muitos anos ficou pautado nas experiências soviéticas, tendo sido atribuído a Dermeval Saviani "o papel de desencadeador do debate atual sobre a politecnia no Brasil". A concretização da proposta de politecnia de Saviani para LDB 1996 foi um marco para politecnia no Brasil, mesmo que preterida pelo congresso no texto final da LDB. A finalidade do Ensino Médio para Dermeval Saviani era proporcionar aos estudantes:

> o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas utilizadas na produção, e não o mero adestramento em técnicas produtivas. Não a formação de técnicos especializadas, mas de politécnicos. (Saviani, 2011, p. 48)

Referente à dualidade estrutural do Ensino Médio Rodrigues (2005) se apoia em Manacorda (1989) sobre a impossibilidade da superação da dualidade estrutural do Ensino Médio mediante a sociedade de classes, ou seja, mesmo com

revogação de decretos que tornavam a educação profissional compulsória ou separada do Ensino Médio, a dualidade persistiria não superando o sistema capitalista. Sobre a formação de técnicos no Ensino Médio há diferentes concepções entre os autores que pesquisam a educação politécnica no Brasil, sendo uma das principais perspectivas a de que:

> A educação politécnica não teria entre seus objetivos a preparação de técnicos de nível médio, mas a formação de cidadãos capazes de compreender a totalidade e os fundamentos científicos e técnicos do mundo do trabalho, estando, assim, aptos a intervir nessa realidade sociotécnica (Rodrigues, 2005, p. 273).

Um segundo grupo de pesquisadores, que se dedicam ao estudo da educação politécnica no Brasil, não descarta por completo a formação de profissionais técnicos. Contudo, essa formação técnica seria incorporada à abordagem da politecnia.

Outro grupo, destacado por Rodrigues (2005), busca a simetria entre as discussões dos dois grupos anteriores. Esse terceiro grupo defende a escola politécnica pautada em duas etapas, segundo Rodrigues (2005, p.274): o primeiro seria o processo de "formação necessária a uma compreensão totalizante do fenômeno e do fato do trabalho" e o segundo seria uma formação ligada a uma profissionalização "stricto sensu" no Ensino Médio concomitantemente ou posteriormente.

A distinção entre os principais pesquisadores da educação politécnica no Brasil foi enfatizada por Rodrigues (2005). Contudo, é importante ressaltar o consenso entre esses pesquisadores, o qual relaciona-se ao principal objetivo da educação politécnica, o qual

seria o rompimento da profissionalização estreita e com a educação geral e propedêutica descolada do mundo do trabalho.

Pode-se inferir a partir das análises de Rodrigues (2005) que ele aponta a divisão fragmentada da educação humana como intrínseca ao funcionamento do sistema capitalista. Esta fragmentação não pode ser superada a partir do próprio capital ou de suas características no mundo do trabalho, tais como: a polivalência, a meritocracia e o individualismo.

Nesta pesquisa a escolha da entrevista semiestruturada têm o objetivo de compreender de uma forma mais aprofundada a aproximação da Geografia do Ensino Médio com os princípios da politecnia para defesa da construção da Geografia do Trabalho.

Por conta da preservação do anonimato dos professores não será indicado os nomes dos docentes, mas sim serão chamados de professores A e B. Foram entrevistados dois professores de Geografia através de um questionário semiestruturado via conferência por vídeo.

A instituição educacional está situada no bairro de Manguinhos, no município do Rio de Janeiro, dentro do campus de Manguinhos, que é a sede da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

O bairro está localizado às margens da Avenida Brasil, uma das principais vias de tráfego da cidade do Rio de Janeiro, e nas proximidades das favelas de Manguinhos e da Maré. Manguinhos abrange uma área de 261,84 hectares, correspondendo a aproximadamente 2.618.400 km². Como verificado no mapa abaixo, grande parte desse território é ocupado pelo campus da FIOCRUZ.

Figura 1 – Localização da Escola



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

A escolha da EPSJV para este artigo decorre da relevância política e importância singular enquanto a única instituição pública do governo federal dedicada à formação politécnica de Ensino Médio no município do Rio de Janeiro.

No Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição estão anexados nas finalidades do processo educativo na EPSJV atrelado aos princípios da politecnia propondo como eixos norteadores do PPP "formar trabalhadores para serem dirigentes comprometidos com um projeto da construção de sociedade justa e igualitária" (PPP, 2005, p.136). Trata-se de uma formação a partir do trabalho social seguindo princípios teóricos, mas também num processo em conjunto com a prática e a formação técnica.

Analisando o que cada professor de Geografia da EPSJV entende como politecnia, percebe-se a aproximação do(a) professor

(a) A com essa perspectiva da formação de técnicos integrados a politecnia.

> Comecei a entender a politecnia como sendo a possibilidade de você juntar áreas técnicas da escola, pois você também dá possibilidade desse aluno sair dali com formação técnica para o mundo do trabalho, que é importante, mas também tendo a formação humana. [...], mas, eu acho que a perspectiva da politecnia vêm muito desse contexto de que como o aluno fosse capaz de solucionar vários problemas do seu cotidiano, a partir da formação que fornecemos a ele [...] (Entrevistado, A).

O currículo do Ensino Médio é dividido entre as disciplinas de Biologia, Educação artística (música, teatro, artes plásticas, visuais e audiovisual) Educação Física (Desporto ou Expressão Corporal), Filosofia,Geografia, História, Língua Estrangeira (Inglês ou Espanhol), Língua Portuguesa, Literatura brasileira, Matemática, Química e Sociologia. Essas disciplinas são integradas aos cursos técnicos em Análises Clínicas, Biotecnologia e Gerência em Saúde, divididos em quatro anos. A disciplina de Geografia compõe o currículo nos primeiros três anos.

A abordagem e método do currículo integrado politécnico, segundo o Projeto Político Pedagógico, está baseado no materialismo histórico visando a crítica do capitalismo.

No Projeto Político Pedagógico da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio há o reconhecimento da Geografia como disciplina integrante do Ensino Médio sendo um:

> conhecimento essencial, reflexivo e crítico, pois colabora no desvendar do espaço produzido pelas sociedades que se materializa em projetos econômicos, estratégias políticas e identidades culturais (PPP, 2005, p.200).

Observe no quadro 1 o currículo do 1º ano:

QUADRO 1: CURRÍCULO DO 1ª ANO
I Unidade: Natureza/Sociedade e a dinâmica geomorfológica
1ª Parte - (Des)Construção de conceitos e visões de mundo acerca da relação natureza/sociedade
2ª Parte - Revisão básica de fundamentos referentes a morfodinâmica (forças internas e externas), tectonismo e climatologia (dinâmica climática e ecossistemas)
II Unidade: Organização política e sócioeconômica do mundo contemporâneo
1ª Parte - Introdução dos processos que deram origem ao capitalismo industrial (1ª Revolução Industrial); processos de produção - as sociedades ocidentais e o capitalismo monopolista; 2ª Revolução Industrial e o taylorismo/fordismo;
2ª parte - Reflexo no processo produtivo e nos processos sociais – transformações na ordem mundial (guerras mundiais, revoluções e movimentos sócio-culturais); guerra fria e seus reflexos sócio-políticos conjunturais no mundo e na sociedade brasileira

Fonte: Projeto Político Pedagógico EPSJV, 2005.

No segundo e terceiro anos há temáticas que se repetem, tais como: "o espaço industrial brasileiro" e "meio ambiente", destacadas pela (o) docente A na entrevista, afirmando essa repetição "o nosso currículo é muito extenso e nessa tentativa de dar conta dessa questão politécnica percebo muito uma repetição de conteúdos em diferentes momentos na trajetória dos estudantes".

A (o) docente B destaca a importância dos eixos transversais em Saúde em cada ano do Ensino Médio inserido a politecnia, a formação em saúde e a Geografia numa relação dialógica, todavia no currículo de Geografia o eixo trabalho é destacado no segundo ano através da relação entre trabalho Trabalho e tecnologia e o Trabalho e política, mas não no primeiro ano do Ensino Médio. Observe no quadro 2 os Programas do 2º e 3º anos:

QUADRO 2: CURRÍCULO DO 2ª e 3º ANOS	
2º Ano	3º Ano
I Unidade: A Tecnologia/O Trabalho	**I Unidade: O Capital e as redes espaciais**
1ª Parte: A produção do espaço industrial; O espaço industrial brasileiro; A economia rural brasileira; Redes de comunicações e cidades globais; A rede urbana brasileira.	1ª Parte: Desenvolvimento e subdesenvolvimento; A globalização e os blocos regionais; As redes (fluidez e rugosidade do espaço geográfico);
2ª Parte: O Brasil na América Latina; A transição demográfica; Tecnologia e emprego; O mercado de trabalho no Brasil.	2ª Parte: O modelo econômico brasileiro; a identidade nacional e o planejamento territorial; o Brasil e o Mercosul, a Alça, o Nafta etc.
II Unidade: O Trabalho/A Política	**II Unidade: A Tecnologia seus reflexos no Meio Ambiente**
1ª Parte: Exclusão social e pobreza; Estado, nação e nacionalismo; o Trabalho (a transição demográfica e estrutura econômica)	1ª Parte: O meio tecnocientífico; a produção do espaço industrial; a espaço industrial brasileiro; agricultura e meio ambiente; a economia rural brasileira
2ª Parte: Brasil: Território e nação; Planejamento regional no Brasil; A política internacional e o meio ambiente	2ª Parte: Energia; recursos naturais, fontes renováveis e fontes não-renováveis; políticas energéticas e impactos ambientais no mundo e no Brasil.

Fonte: Projeto Político Pedagógico EPSJV (2005)

Dessa forma, os conteúdos da ciência geográfica são apresentados de uma forma mais geral e temática do que regional. No primeiro ano é apresentado conceitos de Tricart (1977) "morfodinâmica" para respaldar a tentativa de união entre sociedade-natureza. Todavia, a presença da discussão sobre natureza no currículo continua presente apenas no primeiro ano. No segundo e terceiro ano há uma ênfase na categoria "trabalho" e produção do espaço industrial com objetivos parecidos em cada série.

Os professores destacaram a necessidade de aproximação do olhar sobre a sociedade-natureza fragmentada na Geografia em

Geografia Física e Humana. Esses problemas provenientes da fragmentação da ciência geográfica se apresentam como dilema para articulação e compatibilização das contradições do capitalismo com a perspectiva de produção do espaço, tendo em vista, a fragmentação da Geografia em setorizações.

Moreira (2019), em sua tentativa do rompimento da fragmentação entre a Geografia Física e Humana, identificou que:

> A reprodução ampliada transforma a relação sociedade-natureza numa relação cíclica de ida-e-vinda em que a sociedade/natureza socializada volta a ser natureza primeira e a natureza primeira volta a ser sociedade/natureza segunda a cada momento de troca metabólica do trabalho, a metamorfose mexendo com cada nível reprodutivo e de regulação da torre numa forma inusitada: a geografia física e a geografia humana integradas numa combinação desigual (Moreira, 2019, p. 23-24).

Essa integração entre as setorizações da Geografia mediante a reprodução ampliada fará parte da defesa da Geografia do Trabalho, a qual na escola básica poderia estar presente a partir de um Ensino politécnico.

A aproximação entre o trabalho e o Ensino de Geografia

A aproximação entre as categorias da Geografia e o pensamento marxista é um caminho para a concretude de uma Geografia do Trabalho, tendo vista, o trabalho de Massimo Quaini (2002), o qual explica como as categorias da Geografia estão apresentadas nas obras de Marx, por exemplo, a relação homem-

natureza é compreendida a partir da "história-natureza" relacionada como história social e em simultaneidade como história natural a partir do trabalho como fio condutor desse movimento (Moreira, 2019).

Todavia, a categoria "trabalho" na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio ultrapassa a Geografia do Trabalho, tendo em mente a aproximação da categoria com todas as disciplinas do currículo escolar e técnico, como afirma a (o) professor (a) B:

> Toda discussão do mundo do trabalho e reestruturação produtiva perpassam a formação dos alunos em vários momentos e não apenas como conteúdo da Geografia, mas são discussões que perpassam toda formação dos alunos,né? Os alunos também têm na sua grade curricular o que se chama de IEP - Introdução dos Estudos Politécnicos em que é mais um espaço que eles têm contato com toda essa discussão da organização do trabalho e dependendo do curso alguns têm uma ênfase maior. A habilitação de Gerência em Saúde eu sei que têm algumas disciplinas técnicas de habilitação e não é a formação geral que também faz essa abordagem. Então, toda essa discussão é muito presente na Joaquim Venâncio que tem todo o pensamento da politecnia. O currículo é de base marxista de referência ao pensamento marxista e têm o trabalho como centralidade e toda essas mudanças no mundo do trabalho são preocupações: as discussões sobre desemprego, desemprego estrutural, empreendedorismo (Entrevistado, B).

Enquanto a categoria "trabalho" para Geografia seria a transformação da natureza em "meios de vida e a sobrevivência", pelo viés marxista seria a relação metabólica entre homem-meio, mediante a ação do trabalho pela sociedade (Moreira, 2004). Mesmo existindo diferenças de significado há formas de uma relação possível entre a Geografia e a visão marxista no debate sobre trabalho.

Segundo Quaini (2002), o capital, os meios de produção e o território como valor de troca são os eixos estruturais das sociedades históricas, enquanto o território como valor-de-uso e o vínculo comunitário com a natureza e na organização societária são referentes a sociedades naturais (Moreira, 2019).

A análise de Moreira (2019) acerca das categorias da Geografia pelo olhar do marxismo realizado por Quaini (2002) evidencia as contradições ecológicas-territoriais capitalistas em estágios diferentes desde sua forma primitiva à ampliada marcada pela separação entre o trabalhador e a terra.

Por conseguinte, o materialismo histórico busca romper essas contradições do capitalismo entre a separação da natureza e sociedade num movimento indissociável à crítica do capital e o desdobramento na divisão do trabalho e seu conteúdo prático-social. No tocante a Geografia, segundo Quaini (2002) a concepção marxista da natureza pode contribuir para superação da dicotomia entre a Geografia Humana e Geografia Física. Em consonância, Marx em "O capital" define a categoria trabalho:

> Em primeiro lugar o trabalho é um processo que se desenvolve entre o homem e a natureza, no qual o homem por meio de sua própria ação produz, regula e controla o intercâmbio orgânico entre ele e a natureza; contrapõe-se, como uma entre as forças da natureza, à materialidade da natureza. Ele põe em movimento as forças naturais que formam sua corporeidade, braços e pernas, mãos e cabeça, para se apropriar dos materiais da natureza de forma utilizável para sua própria vida. Operando mediante tal movimento sobre a natureza fora de si e transformando-a, ele transforma ao mesmo tempo sua própria natureza. Desenvolve as faculdades que nela estão adormecidas e submete o jogo de suas forças a seu

> próprio poder (Marx, O Capital apud Quaini, 2002, p. 127).

Sendo assim, a teoria marxista não irá definir as categorias da geografia, tendo em mente que a construção desses conceitos estão presentes na ciência geográfica. No entanto, a partir do viés do "trabalho" como categoria marxista podem ser analisadas às categorias como paisagem, território e espaço.

A presença da perspectiva integrada da natureza na Geografia busca diminuir os efeitos da "ruptura do vínculo sociedade-natureza" proveniente da acumulação primitiva e massificada na acumulação capitalista (Quaini, 2002).

Essa ruptura do "vínculo sociedade-natureza" mencionada por Quaini (2002) é explicada por Marx pelo conceito de "trabalho estranhado" que afasta a humanidade da natureza e aproxima de um meio de vida individual, entendendo que o estranhamento do trabalhador em seu trabalho se expressa a partir de "leis nacional-econômicas, em que, quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir, que quanto mais valores cria, mas sem-valor e indigno ele se torna" (Quaini, 2002, p. 144). Com isso, exteriorizado o estranhamento do homem e da mulher não apenas do objeto de trabalho, mas também em si, sobre seu pertencimento, objetificando a vida e, principalmente, a natureza.

Para a Geografia do Trabalho, a produção social do espaço faz parte dessa troca metabólica em que a práxis é estabelecida a partir da relação sociedade-natureza e teoria-prática. A (o) professor (a) B compreende a importância da geografia do trabalho para formação dos estudantes estando presentes essas relações nos materiais didáticos da instituição como relatado abaixo:

> É o pano de fundo da estrutura de grande parte do material didático de Geografia da EPSJV. Seria o fundamento da relação homem-natureza mediada pelo trabalho. A partir do trabalho o ser humano transforma a natureza para atender suas necessidades, e transformada a natureza, transforma seu espaço geográfico e constrói seu espaço geográfico (Entrevistado, B).

Assim, o ensino de geografia deve se comprometer com a formação de estudantes que serão críticos de sua época e compreendam as práticas espaciais em disputa na sociedade burguesa.

Construção dos elementos para uma Geografia do Trabalho

Couto (2017) defende a compreensão da geografia como "ciência das práticas e dos saberes espaciais" (Moreira, 2017), esse movimento incorpora a Geografia como um saber de diferentes práticas sociais na relação sociedade-natureza/homem-meio. Esse movimento destacado pela citação é base da proposta de novo modelo de organização de programas, Couto (2017, p. 20) propõe, no novo modelo de organização de programas e currículos de Geografia, fases e categorias empíricas através de conceitos de Moreira (2014) e Lacoste (2012). Posteriormente o autor divide em épocas e arranjos espaciais específicos, por exemplo, na contemporaneidade seria a terceira fase, a época da "ciberfabril da terceira revolução industrial" inserida no arranjo espacial de "desterritorialização e dissolução do poder espacial da indústria, da polaridade do serviço e da finança

rentista, da informação como matéria-prima e da sociedade em rede" (Couto, 2017, p. 20).

No tocante ao Ensino Médio, Couto (2017) propõe que nessa etapa escolar o currículo contemple as três épocas de reestruturação espacial da sociedade burguesa: a primeira: "a fabril da primeira revolução industrial", a segunda: "a fabril da segunda revolução industrial" e a terceira: "cibernética da terceira revolução industrial" a partir da articulação entre escalas nacionais-regionais.

Esse exemplo de construção de novo modelo de currículo de Couto (2017) foi uma inspiração na construção da proposta de apontar elementos do currículo do Ensino Médio com aproximação a politecnia e o ensino de Geografia, a partir de Moreira (2014) e das contradições ecológicas-territoriais de Quaini (2002).

Dessa forma, Moreira (2019) compara essa articulação do trabalho e sua troca metabólica entre natureza-sociedade como uma torre a partir da leitura da dialética da natureza do geomorfólogo francês marxista Jean Tricart (1920-2003), tendo em mente que na torre tudo que está abaixo e tudo que está acima do ecossistema (enquanto categoria de mediação sociedade-natureza) completa a totalidade homem-meio.

A outra metáfora de Moreira (2019) seria o "palimpsesto" associada a "teoria de refúgios" do geógrafo Aziz Ab'Saber (1924-2012), a qual compreende a paisagem do passado estando presente resíduos ou relacionada a totalidade homem-meio do presente. O autor exemplifica que no pliopleistoceno, época em que ocorreu a última glaciação, a morfologia da paisagem brasileira era diferente da atual: "Quando, então, o prisma atual da torre, do ciclo do ecótopo local ao ciclo do ecossistema e do ciclo do ecossistema ao ciclo da

sociedade, se conjuga e a unidade se forma e se completa" , esse ciclo da sociedade destacado por Moreira (2019, p. 29) é conjugado a partir da evolução dos grupos humanos coletores e sua expansão modificando a paisagem de coabitação entre passado e presente no holoceno.

Com uma citação de Viadana (2002 apud Moreira, 2019, p.30), o autor retrata o movimento de retorno das paisagens anteriores e a biocenose na biodiversidade atual:

> O ambiente quente e úmido do trópico e subtrópico então se restabelece e as paisagens alteradas retornam às anteriores extensões territoriais e se formam as biocenoses com a biodiversidade de hoje. (Viadana, 2002 apud Moreira, 2019, p. 30)

Moreira (2019) encerra sua explicação sobre palimpsesto destacando a coabitação de paisagens e totalidade homem-meio carregada nas paisagens brasileiras que apresentaram a dominação colonial como principal ruptura dessa relação homem-meio. A analogia do "palimpsesto" é compreendida quando se recorre ao dicionário e identifica que palimpsesto é "papiro ou pergaminho cujo texto primitivo foi raspado, para dar lugar a outro".

Com isso, faz-se entender que a existência do recuo de domínios do passado e seus redutos formam uma paisagem de coabitação de tempos distintos, mas também de diferentes modos de produções atreladas a específicas concepções de trabalho inseridas na formação espacial brasileira.

Moreira (2019) explica que cada nível de estrutura está ligado às categorias a partir do elo de ligação que articula as camadas superiores e inferiores da totalidade. A partir do terceiro nível no

ecossistema aparece o trabalho que ao unir-se ao modo de produção, relação de produção e sociedade altera as outras camadas, ou seja, a relação homem-meio para o autor está articulada à sobreposição desses níveis.

A análise do segundo momento nomeado o estágio da "ação societária" deve ser feito em relação ao primeiro momento, dado que a Geografia está presente nesse movimento, embora para Moreira (2016) o espaço seja a categoria mais ampla da Geografia, ele se vale da compreensão de Quaini (2002), para quem a totalidade da estrutura ecológico-territorial seria a totalidade homem-meio a partir da categoria de território. Desse modo, Moreira (2019) entende a estrutura ecológica-territorial do capitalismo, como ruptura da totalidade homem-meio.

Essa ruptura é formada a partir da expropriação, termo anterior destacado, percebendo que:

> a expropriação-separação homem-natureza é a expropriação-separação do homem e da terra. Relação de que por decorrência resultam a separação homem-meio, a separação cidade-campo e a separação da divisão territorial (Moreira, 2019, p. 34).

O arranjo espacial seria a totalidade homem-meio a partir das relações ecológicas e societárias na dimensão do território. Sendo assim, Moreira (2019) compreende o arranjo espacial capitalista como marca da falha metabólica das relações ecológicas-territoriais em ruptura. O arranjo é o momento em que Moreira (2019) se aproxima de Quaini (2002) e sua análise sobre às contradições ecológicas do capitalismo.

A outra analogia trazida por Moreira (2019) seria a expropriação, entendendo que a separação do trabalhador dos meios de produção está relacionada a expropriação do homem na tendência a ruptura com a comunidade natural.

A compreensão das formações espaciais articula o modo de produção de cada momento e país ao trabalho numa estrutura produtiva e técnica. Segundo Santos (1978, p. 14) os processos que formam o modo de produção (circulação, distribuição, consumo) são históricos e "espacialmente determinados num momento de conjunto, e isto através de uma formação social".

Por isso, a formação agroindustrial rentista é um dos elementos para compreender o currículo de Geografia no Ensino Médio. Ademais, Harvey (2004) aponta que a acumulação por espoliação encontra seu auge no momento contemporâneo, ou seja, na formação agroindustrial rentista, por isso ambos são elementos importante para compreensão do mundo do trabalho no Brasil e no mundo.

O quadro abaixo não pode ser analisado isolado aos princípios da politecnia (figura 2), tendo em mente que esses princípios relacionados aos elementos de relação entre trabalho e Ensino de Geografia é a concretude do pensamento de rompimento a fragmentação.

Observe no quadro 3 a proposta de articulação de elementos do currículo de Geografia no Ensino Médio:

QUADRO 3 - Trabalho e ensino de Geografia: elementos para o currículo de Geografia no Ensino Médio

FORMAÇÃO ESPACIAL BRASILEIRA:

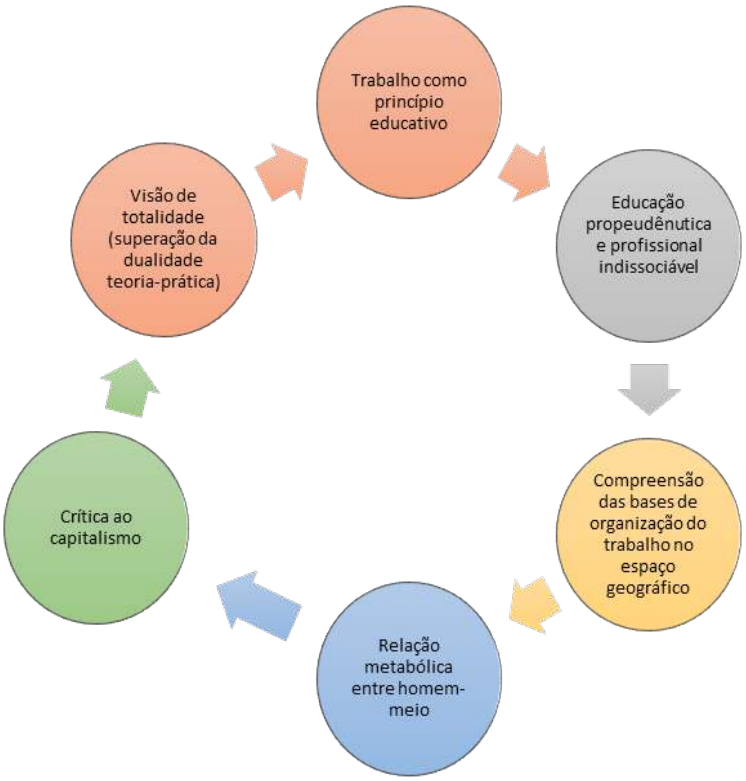
Elementos para o currículo de geografia do ensino médio na perspectiva da relação entre trabalho e Ensino de Geografia	
Trabalho como elo de articulação entre sociedade-natureza;	Contradições ecológicas territoriais relacionadas às contradições da sociedade e força de trabalho
Coabitação de paisagens e totalidade homem-meio no presente (Brasil-Mundo)	Relação entre as condições econômicas e a exploração e apropriação da natureza.
Expropriação da natureza e do homem	Acumulação primitiva: rompimento das "sociedades naturais"
Acumulação por espoliação	Formação espacial agroindustrial rentista

TRÊS ÉPOCAS DE REESTRUTURAÇÃO ESPACIAL DA SOCIEDADE BURGUESA (MUNDO)

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Os principais elementos para o currículo de Geografia do Ensino Médio na perspectiva da relação entre trabalho e Ensino de Geografia são associações importantes para construção de um currículo de Geografia menos fragmentado, por exemplo: há necessidade da discussão sobre "expropriação da natureza" (Quaini, 2002) no currículo de Geografia do Ensino Médio para se posicionar de uma maneira crítica ao modelo civilizatório capitalista.

Figura 2 - Princípios da Politecnia



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Todavia, faz-se necessário o aprofundamento da relação entre expropriação da natureza e a expropriação do próprio homem/mulher pela sua força de trabalho, tendo os princípios da politecnia como caminho metodológico: a visão de totalidade (superação da dualidade teoria-prática), relação metabólica entre homem-meio e, por fim, a "compreensão das bases de organização do trabalho no espaço geográfico" são caminhos para defesa de um

currículo de Geografia com suas bases epistemológicas e ontológicas existente, mas não fragmentária.

A finalidade da Geografia do Trabalho no Ensino de Geografia no Ensino Médio é a articulação de categorias segmentadas por diferentes setorizações tendo em mente a crítica do espaço contemporâneo. A contribuição do Ensino de Geografia no Ensino Médio na perspectiva integrada ao processo do trabalho é uma ferramenta para superação da dicotomia histórica entre sociedade/natureza e trabalho manual e intelectual quando se analisa o Ensino de Geografia e o trabalho pelo viés da politecnia.

Os conceitos geográficos e as temáticas abordadas no Ensino de Geografia possibilitam elementos para o currículo de Ensino Médio politécnico com aprofundamento na crítica da produção do espaço geográfico brasileiro e mundial. Segundo o relato dos docentes da Joaquim Venâncio a aproximação da perspectiva da politecnia no Ensino de Geografia é realizada com maior eficácia na prática docente do que pelo documento do currículo.

Considerações Finais

O processo de formação espacial brasileira em seus diferentes momentos está relacionado a rupturas e permanências de grupos hegemônicos e arranjos espaciais específicos. Dentre essas permanências foi verificado a presença de setores do capitalismo agroindustrial brasileiro na disputa pela educação de Ensino Médio. Desde a formação espacial agroindustrial-cafeeira com a não equiparação de diplomas entre ensino propedêutico e profissionais nas Leis Orgânicas da década de 1940, para atendimento do setor

industrial ao apoio de grupos de representantes do capitalismo financeiro brasileiro, até a atual reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017).

Os problemas referentes ao Ensino Médio caminham para além da contemporânea Reforma do Ensino Médio, tendo em vista que a superação da dualidade histórica dessa etapa escolar não será realizada inserida no sistema capitalista (Rodrigues, 2005), já que o cerne da dualidade histórica está localizado dentro da exigência para uma sociedade de classes.

Quanto a trajetória do Ensino de Geografia inserido nas formações espaciais brasileiras foi verificada a tentativa de perda do objeto da Geografia juntamente com sua característica generalista a partir do processo de inserção de outras disciplinas dentro da Geografia pulverizando o espaço e restringido o objeto geográfico em diferentes reformas da educação secundária brasileira. Contudo, a interdisciplinaridade pode levar à problemas metodológicos nas ciências, tendo a Geografia vivenciado essa questão com um empobrecimento conceitual por processos multidisciplinares travestidos de interdisciplinaridade.

Um dos principais resultados da análise das entrevistas, pensando na aproximação entre a Geografia do Trabalho numa escola politécnica com o Ensino de Geografia, foi a necessidade de superar o olhar fragmentado sobre a relação sociedade-natureza na separação entre conteúdos de Geografia Física e Humana.

Portanto, os professores compreenderam a fragmentação da ciência geográfica como dilema para articulação e compatibilização das contradições do capitalismo na produção social do espaço. Todavia, os docentes buscam em suas práticas em sala de aula não

fragmentar essa relação sociedade-natura, embora percebam que os documentos de Geografia ainda possuem uma visão um pouco mais fragmentada do que na prática.

As categorias da Geografia pelo olhar do marxismo realizado por Quaini (2002) e Moreira (2016) desde sua forma primitiva à ampliada ou a partir da formação espacial brasileira são um caminho para aproximação da Geografia do Trabalho com o Ensino de Geografia, todavia as categorias da teoria marxista não irão definir a Geografia do Trabalho, mas sim o diálogo com a ciência geográfica. Concordando com Moreira (2016) a geografia do trabalho seria um produto da troca metabólica entre "homem-natureza" através da relação "homem-espaço-natureza".

Portanto, o maior desafio está ligado a transposição dessas discussões para a sala de aula no Ensino de Geografia, tendo em mente que o papel do ensino de geografia na atual conjuntura é de comprometimento com a formação de estudantes que serão críticos de sua época e compreendam as práticas espaciais em disputa na sociedade burguesa. Desta forma, os conceitos geográficos e as temáticas abordadas no Ensino de Geografia, separados da crítica ao capitalismo, não contribuirão na superação de dualidades históricas no espaço escolar, com destaque às questões do Ensino Médio.

Foi considerado como os principais elementos para a Geografia do Ensino Médio na perspectiva da relação entre trabalho e Ensino de Geografia, a busca por um currículo não fragmentado, sendo necessária a discussão sobre "expropriação da natureza" (Quaini, 2002), visando o posicionamento crítico do estudante, tendo os princípios da politecnia como caminho metodológico e a compreensão das bases de organização do trabalho no espaço

geográfico como defesa de um currículo de Geografia com suas bases epistemológicas e ontológicas.

Os resultados da pesquisa possibilitam abrir caminho para aproximação do Ensino Médio politécnico como superação da proposta da Reforma do Ensino Médio atual, a qual não valoriza o conhecimento historicamente produzido da ciência geográfica e seus objetivos não estão relacionadas a superação da dualidade histórica da última etapa da escola básica. Ademais, foi verificado que a atual reforma reforça a dualidade entre educação propedêutica e profissional. E mesmo a educação propedêutica é minimizada e fragmentada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Maria da Conceição Calmon; *A Reforma do ensino médio técnico:democratização ou cerceamento?* Rio de Janeiro, 2007.185p. Tese de doutorado – Departamento de Educação, Pontifica Universidade Católica do Rio de Janeiro.

BRASIL, Ministério da Educação. Resolução n.º 3, de 21 de novembro de 2018. *Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.* Brasília: MEC, 2018b.

_____. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 2017.

_____. *Base Nacional Comum Curricular – Ensino Médio*. Documento homologado pela Portaria n° 1.570, publicada no D.O.U. de 21/12/2017, Seção 1, Pág. 146. Brasília, 21 de dezembro de 2017b.

_____. Medida Provisória nº 746/2016**.** Institui a política de fomento à implementação de escolas de ensino médio em tempo integral, altera a Leis nº 9.394, a Lei nº 11.494/2007 e dá outras providências. Brasília, 2016.

_____. Resolução CNE/CEB 02/2012. *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*. Brasília, 2012.

_____. Lei nº 5.692, de 11 de Agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1° e 2º graus. Brasília, DF, 1971.
_____. Parecer no 853/71, de 12 de novembro de 1971, do CFE. Núcleo-comum para os currículos do ensino de 1 0 e 20 graus. A doutrina do currículo na Lei 5.692. In: Documento no 132, Rio de Janeiro, nov. 1971
_____. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB. Brasília, DF, 1961.
_____. Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Lei Orgânica do Ensino Industrial. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 25.jan.2021.
_____. Decreto-Lei nº 4.244, de 09 de abril de 1942. Lei Orgânica do Ensino Secundário. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4244.htm.Acesso em: 25.jan.2021

COUTO, Marcos. A Geografia como ciência das práticas e dos saberes espaciais - por um novo modelo clássico de organização curricular. *Revista Tamoios*, São Gonçalo, v. 13, n. 2, p. 5-25, 17 dez. 2017.UERJ. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/. Acesso em: 19 mar. 2021.

_____. Ensinar geografia na escola pública de hoje. In: SACRAMENTO, Ana Claudia, ANTUNE*S, Charlles da França & SANTANA FILHO, Manoel Martins de.* Ensino de Geografia – produção do espaço e processos formativos. Rio de Janeiro: Editora Consequência/FAPERJ, 2015.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, n.14, maio/ago. 2000a, p.89-107.

ENGELS, Frederich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *A dialética do trabalho*: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 13-29.

FONSECA, James.O *ensino de Geografia no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Instituto Panamericano de Geografia e História, 1956. 161 p.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Org.). *A formação do cidadão produtivo*: a cultura do mercado no ensino médio técnico. Brasília, DF: INEP, 2006.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

KRAWCZYK, Nora. *O ensino médio no Brasil.* São Paulo: Ação Educativa, 2009.
_____. Reflexão sobre alguns desafios do ensino médio no Brasil hoje. *Cad. Pesquisa*. [online]. 2011, vol.41, n.144, pp.752-769. ISSN 0100-1574.

KRUPSKAYA, N.K. *A construção da pedagogia socialista*: (Escritos selecionados). 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017. 344 p.

KUENZER, Acácia. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. *Educ.Soc.*; Campinas, v. 38, nº. 139, p.331-354, abr.-jun., 2017. Disponível em: http://www.cedes.unicamp.br. Acesso em: 1 jun.2021.
_____. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. *Educ.Soc.*; Campinas, vol.28, n.100, p.1153-1178, 2007. Disponível em: http://www.cedes.unicamp.br. Acesso em 1 jun. 2021
_____. *Educação e trabalho no Brasil*: o estado da questão. Brasília: INEP, 1991.
_____. O trabalho como princípio educativo. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 68, p. 21-28, 1989.
_____. *Ensino de 2º grau*: o trabalho como princípio educativo. São Paulo: Cortez, 1988.

LACOSTE, Yves. *A Geografia*: isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra.19.ed. Campinas: Papirus, 2012.

MARX, Karl. *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. 1.ed. [1859]. São Paulo, Expressão Popular, 2008.

MANACORDA, M. A. *O Princípio Educativo em Gramsci*. 3ed. Campinas, SP: Editora alínea, 2019.
_____. *Marx e a Pedagogia Moderna*. Campinas, SP : Editora Alínea, 2007.
_____. *História da educação: da Antiguidade aos nossos dias*. 2. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989

MELO, Adriany de Á; VLACH, V; SAMPAIO, A.C.F. História da Geografia Escolar Brasileira: continuando a discussão. In: Anais do VI Congresso Luso-brasileiro de História da Educação. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 2006. Disponível em: http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/239AdrianyMelo_VaniaRubia.pdf. Acesso em: 4.abr.2021

MOREIRA, Ruy. *A formação espacial brasileira*: Contribuição crítica aos fundamentos da Geografia do Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Consequências, 2020.

MOREIRA, Ruy. *Mudar para manter exatamente igual* - os ciclos espaciais de acumulação. O espaço total. Formação do espaço agrário. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.
_____. *Sociedade e espaço geográfico no Brasil.* São Paulo: Ed. Contexto, 2019.
_____. *A Geografia do espaço-mundo*: conflitos e superações no espaço do capital. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2016.
_____. *O discurso do avesso*. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. Marxismo e geografia: a geograficidade e o diálogo das ontologias. *GEOgraphia*, Niterói, v. 6, n. 11, p. 21-37, 2004.

NUNES, Clarice. *Escola & Dependência*: o ensino secundário e a manutenção da ordem. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980, 183p.
_____. *O Ensino Médio*: diretrizes curriculares nacionais. 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

PISTRAK, M. Moisey. *Ensaio sobre a escola politécnica*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

RODRIGUES, José. *A educação politécnica no Brasil*. Niterói: EdUFF, 1998.
_____. Ainda a Educação Politécnica: o novo decreto da educação profissional e a permanência da dualidade estrutural. **T***rabalho, Educação e Saúde:Ensaio*, Rio de Janeiro, v. 3, ed. 2, p. 259-281, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tes/i/2005.v3n2/. Acesso em: 7 jul.2021.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova* – da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

_____. *Por uma outra globalização*: do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
_____. *A natureza do espaço*. 2. Ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SAUER, C. O. *A morfologia da paisagem***.** In: CORRÊA, R.L.,

ROSENDAHL, Z. (Orgs.) *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 1998.

SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil***.** 5. ed. Campinas, SP: Autores associados, 2019.
SAVIANI, D. *A nova lei da educação*: LDB: trajetória, limites e perspectivas. 12.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.
_____. *Pedagogia histórico-crítica*: primeiras aproximações. 8. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.
_____. O choque teórico da politecnia. *Trabalho, Educação e Saúde*: *Debate*. Rio de Janeiro, v. 1, ed. 1, p. 131-152, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tes/a/zLgxpxrzCX5GYtgFpr7VbhG/?lang=pt. Acesso em: 7 jul. 2021.
_____. *Sobre a Concepção de Politecnia.* Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio, 1989.

SHULGIN. N. Viktor. *Rumo ao politecnismo.* São Paulo: Expressão Popular, 2013

TRICART, Jean. *Ecodinâmica.* Rio de Janeiro: SUPREN/IBGE, 1997.

QUAINI, Massimo. *Marxismo e Geografia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

VIADANA, Adler Guilherme. *A teoria dos refúgios florestais aplicada ao estado de São Paulo*. Rio Claro: Edição do Autor, 2002.

VLACH, Vânia. *Geografia em debate*. Belo Horizonte: Lê, 1990.
_____. *Geografia em construção*. Belo Horizonte: Lê, 1991.

Submetido em: 06 de abril de 2024

Devolvido para revisão em: 13 de maio de 2024

Aprovado em: 26 de maio de 2024

DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2023.3420

COMO CITAR

SILVA, J. G. da. Ensino de geografia no ensino médio: aproximações entre trabalho e geografia. **Terra Livre**, São Paulo, ano 38, v.2, n. 61, jul.-dez. 2023, p. 315-359. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3420. Acesso em: dd/mm/aaaa.

A LÍNGUA BRASILEIRA E A CONFIGURAÇÃO DO TERRITÓRIO: AS RELAÇÕES DE PODER ENTRE NHEENGATU, O DIALETO CAIPIRA E A LÍNGUA PORTUGUESA

THE BRAZILIAN LANGUAGE AND THE CONFIGURATION OF THE TERRITORY: POWER RELATIONS BETWEEN NHEENGATU, THE CAIPIRA DIALECT AND THE PORTUGUESE LANGUAGE

LA LANGUE BRÉSILIENNE ET LA CONFIGURATION DU TERRITOIRE: LES RELATIONS DE POUVOIR ENTRE LE NHEENGATU, LE DIALECTE CAIPIRA ET LA LANGUE PORTUGAISE

Osmar Fabiano de Souza Filho
Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (mestrado/doutorado), Universidade Estadual de Londrina/UEL
E-mail: osmar.fabiano980@uel.br

Léia Aparecida Veiga
Docente no Programa de Pós-Graduação em Geografia (mestrado/doutorado), Universidade Estadual de Londrina/UEL
E-mail: leia.veiga@uel.br

Resumo:
A formação do território brasileiro pode ser analisada a partir de diferentes perspectivas, sendo ainda pouco explorada aquela pautada na língua. A pesquisa desenvolvida aqui justifica-se pela fraca produção de estudos abordando a interseção entre a Geografia e o uso da língua como elemento de dominação na constituição de um território. Com recorte temporalmente situado no período pós-1808, quando os interesses portugueses e o papel do Brasil colônia passaram por transformações significativas, objetiva-se refletir sobre a formação territorial brasileira considerando a língua como um importante recurso de dominação para a constituição e legitimação do território. Trata-se de uma discussão teórica com levantamentos junto a fontes bibliográficas e documentais. Conclui-se que a compreensão das relações de poder entre as línguas na formação do território brasileiro não deve ser dissociada do contexto contemporâneo. A luta pela preservação das línguas marginalizadas e o repúdio ao extermínio dos povos indígenas são atos fundamentais na desconstrução das estruturas que perpetuam a dominação.

Palavras-chave: Território, Língua, Poder, Dominação, Brasil.

Abstract:
The formation of Brazilian territory can be analysed from different perspectives, and the one based on language is still little explored. The research developed here is justified by the low production of studies addressing the intersection between Geography and the use of language as an element of domination in the constitution of a territory. With a time frame situated in the period after 1808, when Portuguese interests and the role of colonial Brazil underwent significant transformations, the aim is to reflect on Brazilian territorial formation, considering language as an important resource of domination for the constitution and legitimisation of territory. This is a theoretical discussion with surveys of bibliographical and documentary sources. The conclusion is that understanding the power relations between languages in the formation of Brazilian territory should not be dissociated from the contemporary context. The fight to preserve marginalised languages and the rejection of the extermination of indigenous peoples are fundamental acts in deconstructing the structures that perpetuate domination.

Keywords: Territory, Language, Power, Domination, Brazil.

Résumé:
La formation du territoire brésilien peut être analysée sous différents angles, et la langue est encore peu explorée. Les recherches développées ici se justifient par la faible production d'études abordant l'intersection entre la géographie et l'usage de la langue comme élément de domination dans la constitution d'un territoire. En se concentrant sur la période postérieure à 1808, lorsque les intérêts portugais et le rôle du Brésil colonial ont subi d'importantes transformations, l'objectif est de réfléchir sur la formation territoriale brésilienne, en considérant la langue comme une ressource importante de domination pour la constitution et la légitimation du territoire. Il s'agit d'une discussion théorique avec des enquêtes sur les sources bibliographiques et documentaires.
Em conclusion, la compréhension des relations de pouvoir entre les langues dans la formation du territoire brésilien ne doit pas être dissociée du contexte contemporain. La lutte pour la préservation des langues marginalisées et la répudiation de l'extermination des peuples indigènes sont des actes fondamentaux dans la déconstruction des structures qui perpétuent la domination.

Mots-clés: Territoire, Langue, Pouvoir, Domination, Brésil.

Introdução

Discutir a formação territorial e do próprio espaço na Geografia envolve complexidades, sendo necessário considerar as múltiplas relações de poder que se manifestam através de inúmeros elementos na constituição do território. Com a dominação da compreensão espaciotemporal de uma sociedade, influenciando assim sua prática social, legitima-se o território e a formação espacial. Nesse sentido, elementos que envolvem aspectos culturais, políticos, econômicos e sociais são colocados em destaque nas relações de poder, visando serem dominados por grupos que, a partir disso, constituem o território.

Com essa perspectiva, este trabalho abarcou as primeiras reflexões dos autores sobre a língua como um elemento de disputa territorial, ou seja, estando ela diretamente envolvida nas relações em disputa para a constituição do território. Assim, o elemento central é a questão da língua e seu papel na formação territorial brasileira, algo pouco abordado em pesquisas da Geografia (Souza, 2020).

Importa destacar que a questão da língua por si só não é um mero instrumento reprodutor de símbolos, uma vez que estes possuem significados e intencionalidades, carregando consigo funções, seja de comunicação, organização ou mesmo de transmissão. Dessa forma, a língua carrega em si um poderoso meio de identidade de uma população e de sua cultura, sendo assim um alvo potencial das relações de poder.

É evidente que as relações de poder que envolvem a língua são de suma importância para a constituição de um território, em que um grupo dominante impõe seu modo de produção e consumo, organização, compreensão espaciotemporal e também impõe sua língua, visto que esta é criada no processo do trabalho que humaniza

o homem, além de ser o meio pelo qual a sociedade se expressa e compreende a realidade. Com isso em mente, deve ser questionado, como lembra Raffestin (1980), o motivo por que certas línguas como o inglês ocupam grandes espaços, enquanto o italiano é restrito a um espaço local. Trazendo essa discussão para a sociedade brasileira, por que no Brasil a língua portuguesa ocupa espaços enormes, enquanto o nheengatu e o dialeto caipira são marginalizados e até criminalizados na sociedade?

O nheengatu e o dialeto caipira são línguas criadas por meio do trabalho, da atividade produtiva humana com a natureza, esta enquanto categoria ontológica do ser. No processo de se tornarem seres humanos, os indivíduos atribuem significados e símbolos ao se expressarem e compreendem-se entre si por meio dessas formas de comunicação originadas dessa prática social. Assim, a língua desenvolve-se para que os povos superem dificuldades ou aprimorem suas habilidades, bem como expressem seus sentimentos e sensações, constituindo suas noções espaciotemporais de onde vivem. Todavia, a língua também se constitui como um elemento de legitimação territorial (Raffestin, 1980).

Parte-se do princípio de que a dominação da língua é fundamental para a constituição do território, pois é por meio dela que a sociedade expressa seus sentimentos, constrói significados e desenvolve noções espaciotemporais. A língua é um resultado direto do processo humanizador do homem pela natureza. A proposta do trabalho, então, é, por meio da análise do período pós-1808, com a vinda da corte portuguesa para o Brasil colônia, refletir sobre a formação territorial brasileira considerando a língua como um importante recurso de dominação para a constituição e legitimação do território.

A língua tornou-se e torna-se importante para a formação territorial brasileira, considerando duas línguas desenvolvidas popularmente que foram criminalizadas, tanto popular quanto legalmente: o nheengatu e o dialeto caipira, em relação à língua portuguesa, atualmente considerada oficial no país. Portanto, esta pesquisa se justifica pela importância de discutir a formação territorial brasileira sob os diversos aspectos, pois é na compreensão dessa formação que se torna possível propor alternativas e caminhos diferentes, visando promover uma sociedade diversa e plural.

Sendo este trabalho resultado de uma reflexão teórica, com enfoque na formação do atual estado de coisas no território, considerando a realidade brasileira e utilizando a língua como perspectiva de análise, a metodologia de pesquisa foi dividida em duas partes: a primeira, com levantamento secundário (bibliográfico e documental) em livros e artigos que abordam o tema língua e território, assim como sobre o conceito de língua, o nheengatu e o dialeto caipira. Por fim, a segunda parte consistiu na análise e reflexão de todo o material, culminando na produção deste trabalho.

O texto final encontra-se organizado em partes. Além da introdução, parte na qual contempla-se a contextualização da temática, o objetivo, justificativa e metodologia, o conteúdo foi organizado de forma que se discuta inicialmente acerca do conceito de território, buscando uma concepção mais abrangente do conceito de território como meio de disputas sociais. Em seguida enfocam-se as dinâmicas de dominação, em se tratando do entendimento da formação territorial brasileira por meio da língua. E por fim, analisam-se as relações de poder estabelecidas na formação do território brasileiro frente à valorização e legitimação da língua portuguesa em detrimento do nheengatu e do dialeto caipira.

O conceito de território e as relações de poder: uma discussão a partir da língua

O conceito de território, ao longo do tempo, tem sido objeto de reflexão para geógrafos como Milton Santos e David Harvey. Esses autores destacam a importância das relações de poder na construção do espaço vivido e na definição das dinâmicas territoriais. Nesta seção buscou-se explorar uma concepção mais abrangente do conceito de território como meio de disputas sociais.

Segundo Santos (1996), a territorialidade vai além das fronteiras físicas para abranger as relações sociais que moldam o espaço. Para o autor, o território é um produto das ações humanas, um espaço vivido, usado e permeado por significados e relações sociais. Nessa perspectiva o território é resultado de uma interação complexa entre diferentes atores sociais, culturas e forças econômicas (Santos, 1991; 1996).

Assim, o território não é apenas uma extensão física delimitada por fronteiras, mas um espaço vivido, usado, impregnado de significados e relações sociais. O território deve ser compreendido pela complexidade das interações humanas na construção do território, enfatizando a importância das práticas culturais e das diferentes formas de apropriação do espaço pelos diversos atores sociais (Santos, 1996).

Harvey (2005) destaca o papel do capitalismo na produção do espaço, argumentando que as relações de produção moldam as paisagens urbanas e rurais. O território para o autor seria como um espaço de luta pelo controle e para exploração dos recursos, onde o poder desempenha um papel central na definição de quem tem acesso aos benefícios do espaço (Harvey, 2005).

A ideia de acumulação por *despossessão*, Harvey (2004) destaca como certos grupos exercem poder para privar outros de seus recursos, influenciando a configuração territorial. Para Harvey, então, o território é moldado pelas relações de produção, sendo uma arena onde se desenrolam lutas pelo controle e exploração dos recursos. A acumulação por *despossessão* evidencia como determinados grupos exercem poder para privar outros de seus recursos, configurando as dinâmicas territoriais como resultados de uma luta constante pelo domínio econômico (Harvey, 2004).

Para, além disso, Harvey (1992) argumenta que as concepções de tempo e espaço são elementos fundamentais na construção do território e das dinâmicas sociais. Harvey (1992) pontua que as classes sociais não apenas ocupam posições distintas na estrutura econômica, mas, também, desenvolvem e perpetuam visões particulares de tempo e espaço que moldam suas realidades. Essas concepções, segundo o autor, transcendem o âmbito meramente geográfico, permeando todas as esferas da vida social, política, econômica, cultural e ideológico.

Assim, segundo Harvey (1992), as classes sociais não apenas experimentam o tempo e o espaço de maneiras diferentes, mas também constroem perspectivas próprias que legitimam suas posições na sociedade. O território então é criado e gerido por uma classe que impõe sua visão específica de como o tempo e o espaço devem ser organizados e percebidos. Essa construção atua como um mecanismo de reprodução da ordem social existente, uma vez que a imposição dessas concepções contribui para a reprodução da hegemonia de uma classe sobre as demais.

Nesse sentido, o território não é simplesmente um espaço físico delimitado, mas sim um produto das relações de poder que

moldam a experiência coletiva do tempo e do espaço. A hegemonia de uma classe se manifesta na imposição de sua visão de mundo, sua narrativa temporal e espacial, sobre o conjunto da sociedade (Harvey, 1992).

Essa imposição não é apenas uma questão abstrata; ela tem implicações práticas nas instituições, nas estruturas econômicas e nas relações sociais. A classe dominante não apenas controla os meios de produção, mas também dita as normas temporais e espaciais que orientam as práticas sociais (Harvey, 1992).

As consequências dessa imposição são vastas, influenciando desde as práticas econômicas até as formas de expressão cultural e artística. A visão de tempo e espaço de uma classe determina a agenda política, os valores culturais e as ideias predominantes na sociedade. A narrativa temporal e espacial hegemônica legitima as estruturas de poder existentes, consolidando a ordem social e garantindo a reprodução das relações de classe. A configuração do território, nesse contexto, é mais do que a demarcação geográfica, trata-se da imposição de uma visão específica de tempo e espaço que serve como instrumento de controle e legitimação da ordem social estabelecida (Harvey, 1992).

Refletindo sobre essas ideias, pode-se considerar que o território não é apenas um espaço físico, mas uma construção social e política. As relações de poder moldam a distribuição de recursos, a acessibilidade ao espaço e a capacidade das comunidades de influenciarem suas próprias condições de vida. Bem como a imposição de uma das variantes da língua como norma a todos os indivíduos (uma vez que uma língua natural com muitos falantes tem as suas variantes diatópicas, diastráticas e diafásicas em sua própria sincronia), de culturas dominantes e a marginalização de

outras podem ser entendidas como estratégias de poder que se manifestam no território (Harvey, 1992; 2004; 2005; Santos, 1991, 1996; 2008).

Além disso, com a globalização e a expansão do capitalismo contemporâneo foi introduzindo novas dimensões nas dinâmicas territoriais, desafiando as concepções tradicionais. As mudanças, a mobilidade global e as tecnologias de comunicação transformam a forma como se percebe e se vivencia o território.

Neste sentido, o conceito de território é intrinsecamente ligado às relações de poder, e sua compreensão exige uma análise multifacetada que leve em conta as dimensões sociais, econômicas e políticas que o permeiam. A compreensão desse conceito deve ser entendida enquanto que o território é um espaço complexo, onde as relações de poder desempenham um papel crucial na sua formação e transformação ao longo do tempo.

Ao problematizar o conceito de território, percebe-se que a imposição linguística é também um componente sutil, mas poderoso, nas dinâmicas territoriais. A homogeneização linguística, muitas vezes associada ao processo de colonização, pode marginalizar línguas locais, silenciando expressões culturais e modos de vida específicos. A imposição de uma língua dominante não apenas reflete relações de poder, mas também contribui para a perpetuação de desigualdades, limitando a diversidade linguística e cultural no território (Raffestin, 1980).

Entendido assim, a compreensão do território como produzido a partir das relações de poder necessita incorporar a dimensão linguística. A imposição de línguas dominantes não é apenas uma questão de comunicação, mas uma estratégia de controle que afeta a identidade, a cultura e as relações sociais dos grupos

presentes no território. Assim, ao se considerar a língua como um elemento crucial nas dinâmicas territoriais se possibilita uma compreensão mais abrangente das complexidades que permeiam a construção e a disputa pelo território. Esse olhar integrado nos instiga a repensar não apenas as estruturas de poder, mas também os meios pelos quais essas estruturas se manifestam na linguagem e na diversidade cultural (Raffestin, 1980).

Incorporando à discussão o elemento denominado aqui de imposição linguística, torna-se evidente que esse fenômeno vai além da mera comunicação. A imposição de uma língua dominante não é apenas uma questão técnica, mas uma estratégia complexa que molda a percepção do território, consolidando hierarquias culturais e sociais. A colonização, em particular, desempenhou um papel crucial nesse processo, estabelecendo línguas coloniais como instrumentos de controle e dominação. A homogeneização linguística, muitas vezes forçada, não apenas marginaliza línguas locais, mas também impõe uma narrativa única sobre a história, identidade e valores presentes no território. A diversidade linguística, entendida aqui enquanto reflexo da riqueza cultural de uma região, acaba sendo suprimida e perpetua-se a ideia de que uma única língua é mais válida, mais civilizada (Martins, 2020).

Além disso, a imposição linguística cria barreiras para a participação efetiva na sociedade. Aqueles cujas línguas não são reconhecidas ou são marginalizadas encontram-se em desvantagem em termos de acesso à educação, oportunidades de emprego e participação política. Isso contribui para a perpetuação de desigualdades socioeconômicas, uma vez que a língua se torna um critério discriminatório (Raffestin, 1980).

A diversidade linguística não é apenas uma manifestação cultural, mas uma expressão da pluralidade de conhecimentos e formas de compreender o mundo. A imposição de uma língua única é, portanto, uma limitação à riqueza de perspectivas presentes no território. A pluralidade linguística é uma fonte de inovação, criatividade e compreensão mais profunda da diversidade humana.

O reconhecimento da importância da diversidade linguística e o questionamento das práticas de imposição linguística abrem caminho para uma abordagem mais inclusiva e justa do território. A promoção da diversidade linguística não é apenas um ato cultural, mas uma iniciativa que desafia as estruturas de poder, buscando dar voz a todos os grupos que compõem o tecido social de um território.

A reflexão sobre as concepções de território leva a considerar não apenas como as línguas moldam o território, mas também como a diversidade linguística pode ser um elemento transformador nas dinâmicas territoriais. A resistência à imposição linguística é, em última instância, uma resistência ao controle e à homogeneização cultural, abrindo espaço para a construção de territórios mais inclusivos e verdadeiramente representativos de suas múltiplas identidades.

Na seção abaixo problematizou-se de forma mais específica como a dinâmica de dominação linguística se manifesta na formação territorial, trazendo para as reflexões o caso brasileiro.

As dinâmicas de dominação na análise da formação territorial brasileira por meio da língua

A formação da língua coincide com a própria formação do ser humano. Marx (2010), nos Manuscritos de 1844, defende que o

homem deve ser compreendido enquanto ser humano e torna-se humano pelo processo do trabalho.

Nessa perspectiva, trabalho não deve ser entendido como emprego ou trabalho assalariado, mas sim analisado como categoria ontológica do ser, ou seja, algo relacionado ao ser em si mesmo. O trabalho é visto como uma atividade produtiva que humaniza o homem, desempenhando um papel crucial nesse processo, com a natureza desempenhando um papel importante.

É por meio da atividade produtiva, entendida como trabalho na natureza, que o homem se humaniza (Marx, 2010). Essa atividade, aplicada aos elementos naturais, faz com que o homem produza valor, que é incorporado em si mesmo, contribuindo para o desenvolvimento de novas capacidades e habilidades. Além disso, o ser humano obtém benefícios diretos do seu trabalho (Marx, 2010). Nesse caminho, ao transformar a natureza por meio da atividade produtiva, o ser humano também se transforma, desenvolvendo habilidades, percepções, sentimentos, valores e a necessidade de se comunicar por meio de linguagens e da língua (Raffestin, 1980).

Assim sendo, a língua possui um valor simbólico fundamental na constituição do ser humano. É por meio da língua que se torna possível atribuir significados ao ambiente em que se vive, desenvolvendo e propagando concepções de espaço-tempo por meio de mensagens. Cada comunidade desenvolve sua língua de acordo com suas compreensões da realidade e necessidades, utilizando-a para mediar as relações políticas, econômicas, sociais e culturais em um determinado espaço e tempo (Raffestin, 1980).

Deve-se compreender que a língua não é apenas um instrumento reprodutor de símbolos, uma vez que estes possuem significados e intencionalidades desenvolvidos pelas relações de

trabalho. Os símbolos carregam funções, como comunicação, organização e transmissão de ideias, símbolos e aspectos da constituição humana. A língua, portanto, representa um meio poderoso de identidade de uma população e de sua cultura, tornando-se um alvo potencial das relações de poder na constituição de um território (Raffestin, 1980).

Dessa forma, as relações de poder, especialmente no que diz respeito à língua, tornam-se cruciais na constituição de um território. Na busca por legitimação em um espaço, um grupo dominante impõe seu modo de produção, consumo, concepção de relações de trabalho e espaço-tempo, além de impor sua língua. Isso levanta a problematização de por que certas línguas, como o inglês, ocupam vastos espaços, enquanto outras são restritas a espaços locais.

No contexto socioespacial brasileiro, tem-se a questão de por que o português ocupa todo o território brasileiro, enquanto o nheengatu e o dialeto caipira eram tratados por grupos pertencentes à classe dominante como formas inferiores e erradas de falar no Brasil.

Uma possível explicação para tal fato encontra-se no próprio processo de formação territorial brasileira. Desde 1500, a data oficial do início da invasão por Portugal no Brasil, este território perdeu inúmeras características culturais daquilo que lhe pertencia e que o constituía até então. As sociedades indígenas foram sendo dizimadas, múltiplas concepções de mundo, compreensões espaciotemporais, a relação homem-natureza e as diversas línguas que faziam parte do território brasileiro foram desaparecendo intencionalmente, dado o processo violento de ocupação realizado pelos portugueses. Os estilos de vida alternativos, contrários, com outra racionalidade e outra forma de ser e estar no mundo, em

comparação aos dos povos europeus (estes com outra base de produção), foram ficando menos recorrentes no espaço e no tempo, com suas diversas peculiaridades e humanidades exterminadas pelos europeus que viam essas terras como uma colônia de exploração (Martins, 2020; Souza, 2020).

Salienta-se, assim, que esse extermínio de povos com outras compreensões espaciotemporais fez parte do processo de dominação que Portugal buscava para essa parte de seu território. Na busca por dominar o espaço e incorporá-lo como parte de seu território, Portugal justifica ter imposto no Brasil suas concepções e noções de espaço-tempo, impondo também sua linguagem e entendimento da realidade, uma vez que a língua se torna um recurso importante para expressão e vivência, sendo um dos elementos essenciais para a constituição e afirmação do território. Com esses aspectos, afirmam-se as compreensões territoriais, onde, por meio das relações de poder, as concepções dos dominantes são impostas aos dominados, homogeneizando a percepção de ser e estar espaciotemporal de uma dada sociedade e legitimando a constituição do território (Martins, 2020; Souza, 2020; Raffestin, 1980).

Mesmo com o extermínio já citado dos povos indígenas, em 1808, com a chegada da coroa portuguesa no Brasil, fugida de Napoleão Bonaparte, a relação com o território brasileiro foi intensificada. Antes visto como uma colônia, o Brasil passou a ser a sede do governo do reino de Brasil, Portugal e Algarve (Gomes, 2014). O território brasileiro passou a ser ainda mais dominado e consolidado, segundo as concepções da elite dominante (a portuguesa), composta pelas elites locais brasileiras da época, incluindo o baronato, as elites da corte e do clero.

Nesse caminho, dominar o território significava homogeneizá-lo segundo a concepção da elite dominante. Elementos tidos como oficiais pela Corte portuguesa são impostos, pois são por meio deles que o território invadido se torna legítimo como seu. A língua, as compreensões de espaço-tempo e os diferentes povos tornam-se segmentos importantes a serem dominados pelos portugueses, visando a assegurar que o Brasil, reivindicado como seu, seria o que desejavam que fosse atendendo aos seus interesses.

Mesmo sendo línguas desenvolvidas pela vivência popular e ainda utilizadas nos rincões brasileiros, o nheengatu e o dialeto caipira foram variantes linguísticas desenvolvidas pelo trabalho do povo dominado e sua relação dialética com a natureza. Suas características fonéticas não importam nesta análise, muito menos qualquer julgamento estético linguístico. O que se torna importante é compreender como os povos caboclos e indígenas constituíram-se como fruto de sua atividade produtiva, desenvolvendo com ela habilidades, necessidades, complexidades, estilos de vida, língua e formas de expressão, e como isso foi retaliado pelas elites do Brasil da época para a constituição do território.

O dialeto caipira é uma variação regional do português falado em várias porções do Brasil, notadamente nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul e Norte do Paraná. O dialeto tem diferentes características fonéticas, morfológicas e léxicas, sendo uma das mais marcantes a pronúncia do "r" retroflexo no final das palavras, como em "portar" pronunciado como "portá" (Plaza, 2019; Hautz, 2021).

Além disso, as simplificações na conjugação verbal são comuns, especialmente a preferência pelo uso da terceira pessoa do singular em vez da primeira do plural, como em "a gente vai" em vez

de "nós vamos". A grande mídia e a cultura popular frequentemente retratam falantes do dialeto caipira de maneira estereotipada, como pessoas pobres, simples, rústicas ou ingênuas. Essas representações reforçam preconceitos e contribuem para a marginalização simbólica do dialeto e cria uma percepção de que o dialeto caipira é "errado" ou "inferior", influenciando negativamente a autoimagem e o prestígio social dos falantes (Martins, 2020).

Já o nheengatu é uma língua derivada do Tupi que teve grande influência durante o período colonial e ainda é falada por algumas comunidades na porção do Rio Negro, no Brasil. Este idioma possui uma fonologia mais simplória do que a do português, com um sistema de vogais e consoantes reduzidos, caracterizando-se como uma língua aglutinante, onde as palavras são formadas pela junção de diferentes morfemas, permitindo uma construção flexível e rica de palavras e expressões.

O nheengatu e o dialeto caipira foram línguas criadas por meio do trabalho, da atividade humana com a natureza, enquanto categoria ontológica do ser. Ao se constituírem como seres humanos, desenvolveram significados e símbolos que expressavam por meio dessas formas de comunicação criadas por essa prática social. Assim, a língua evoluiu para que os povos superassem dificuldades, aprimorassem habilidades e expressassem sentimentos e sensações, constituindo suas noções espaço-temporais de onde viviam.

Afirma-se, dessa forma, que o nheengatu e o dialeto caipira não são apenas linguagens ou formas de comunicação, mas estão intrinsecamente relacionados à própria compreensão do ser de um povo. Essas línguas carregam consigo, além do entendimento de espaço e tempo, a compreensão do homem enquanto homem, pois é por meio delas que se expressa o fruto do trabalho que humaniza,

assim, a língua passa ser elemento estruturante da formação de um território, ao mesmo tempo em que as relações de poder acerca delas influenciam na construção territorial e explicitam a dominação de classe. Como será discutido na seção a seguir, no Brasil, travaram-se disputas entre classes que tinham como língua o nheengatu, o dialeto caipira e a língua portuguesa.

As relações de poder entre nheengatu, o dialeto caipira e a língua portuguesa na formação do território brasileiro

Com a chegada da corte portuguesa no Brasil e a busca por aplicar aqui seus interesses voltados ao desenvolvimento econômico capitalista, o Brasil país, aos olhos dos dominantes, deveria ser inserido na modernidade. Como estrutura social, essa modernidade deve ser compreendida como a estruturação de um ideário, uma concepção espaciotemporal que influencia diretamente as concepções políticas, sociais e econômicas, carregando os ideais do capitalismo europeu. A modernidade é constituída pela ideia de homogeneidade, racionalidade, normas, padrões a serem seguidos e harmonia, tudo voltado para atender aos interesses da reprodução do capital (Harvey, 1992).

Diante do cenário de fuga e crise enfrentado pelo império português, a dominação do Brasil tornou-se crucial para a manutenção do império. Dominar significava também controlar as línguas existentes no território, pois ao fazê-lo, controlava-se a maneira como a população expressava sentimentos, sensações e relações, além de que a homogeneidade era vital para a reprodução do modo de produção capitalista.

Nesse contexto, as línguas genuinamente brasileiras, utilizadas pelos brasileiros de origem ibérica como língua cotidiana

até o século XVIII, foram proibidas pelo rei de Portugal, caso do nheegatu e da criminalização simbólica que passou o dialeto caipira. Mesmo assim, continuaram sendo faladas, tornando-se também um símbolo de resistência à dominação da corte e da sociedade capitalista (Martins, 2020).

A proibição do uso do nheengatu representa a institucionalização nas leis do Estado das relações de poder que governam o território, legitimando uma língua em detrimento de outra e criminalizando, no imaginário social, a diferença que caracteriza outros povos. Nesse sentido, a compreensão espaciotemporal desenvolvida e difundida pela estrutura social segue aquela imposta pelas elites dominantes. A língua portuguesa passou a ser, assim, sinônimo de modernidade, correção e sucesso social, possuí-la era reproduzir o sucesso da elite dominante, mesmo sem ser parte dela. Já o nheengatu e o dialeto caipira tornam-se associados ao atraso, à informalidade e à falta de valor social, segundo os interesses dominantes do capital (Martins, 2020).

Essa problemática em questão pode ser percebida através das informações divulgadas pelos meios de comunicação, as quais, ao serem amplamente difundidas, tornam-se aceitas como corretas pelo conjunto da sociedade. As pessoas, desde cedo, são orientadas a reproduzi-las. Os interesses da elite dominante conseguem, dessa forma, penetrar o espaço e estabelecer a homogeneidade da concepção espaciotemporal, a do capital, que constitui, assim, o seu território. Essa legitimação se manifesta em várias instituições sociais, as quais, ao longo do tempo, acabam sendo naturalizadas, consideradas como expressões espontâneas da natureza e não mais percebidas como impostas dentro das relações de poder entre as classes sociais.

No entanto, é importante considerar que a imposição de uma nova compreensão do espaço-tempo, por meio da língua, destrói a própria percepção do ser enquanto ser. Uma vez afastado de sua língua, aquilo que é fruto de sua atividade produtiva na natureza, e que o constitui como ser humano, o sujeito em questão passa a reproduzir o ideário dominante que não lhe é próprio, deixando de ser quem é e perdendo sua identidade.

Dentro da perspectiva da propriedade privada na sociedade moderna capitalista, essa situação se expressa como uma negação da própria essência. Marx (2010), nos Manuscritos de 1844, desenvolve a ideia de que a propriedade privada gera o aspecto econômico e político da alienação. A alienação ocorre quando o ser humano não se reconhece em sua própria natureza, na atividade que realiza, na espécie humana e na relação com os outros. Esse processo acontece através da propriedade privada, que nega a essência humana. No modo de produção capitalista, o homem se aliena ao desenvolver sua atividade produtiva apenas visando o salário que recebe (Marx, 2010).

Assim, o trabalho deixa de ser uma categoria ontológica na formação do homem enquanto ser humano e se transforma em um mero meio de assegurar a subsistência. O trabalho deixa de ser aquilo que desenvolve habilidades, percepções, sentimentos e sensações, tornando-se apenas o meio para garantir o salário necessário para a manutenção da vida. O trabalho não é mais para o desenvolvimento e humanização do indivíduo, mas sim para a obtenção do salário que possibilitará a compra dos bens essenciais para a sobrevivência. Nesse contexto, o trabalho deixa de ser algo próprio do indivíduo, sendo vendido a um terceiro em troca de dinheiro (Marx, 2010).

Nesse percurso, o domínio da língua se torna fundamental para a difusão em larga escala da compreensão espaciotemporal do trabalho conforme os princípios capitalistas. Essa foi a justificativa para que o rei de Portugal e as elites proibissem, nessas terras, as línguas usadas e criadas pelo povo que aqui vivia e que se constituíam pelo seu trabalho. A homogeneização e a institucionalização levariam muitos a reproduzir o ideário dominante do capital, marginalizando socialmente outros tantos e, por fim, desumanizando uma parte significativa da sociedade.

O Brasil que atualmente agride os povos indígenas e destrói a diversidade dos biomas pantaneiro e amazônico, ceifa a vida de trabalhadores no campo e na cidade, principalmente negros, mata mulheres e impõe o neoliberalismo mais cruel, é o mesmo Brasil que impôs a dominação e unificação da língua, marginalizando aqueles que tinham suas próprias línguas e se constituíam a partir delas.

Diante disso, é importante valorizar a resistência do povo caboclo, do caipira com seu dialeto e dos povos indígenas com o nheengatu e outras tantas línguas faladas por diferentes etnias. Mesmo marginalizados pela sociedade capitalista que se estabeleceu no Brasil, eles resistem e constroem modos de vida e compreensões espaciotemporais distintas daquelas do capital. Através do trabalho, esses grupos humanizam-se e desenvolvem-se como seres humanos, fugindo da busca incessante pelo lucro propagada pela modernidade e pela sociedade capitalista.

Concluindo as discussões, observamos que a imposição da língua como instrumento de dominação no contexto brasileiro não é um fenômeno isolado no tempo, mas está intrinsecamente ligada às dinâmicas sociais, políticas e econômicas do país. O Brasil contemporâneo, que enfrenta desafios complexos relacionados à

degradação ambiental, desigualdade social e violações de direitos humanos, tem suas raízes em processos históricos de colonização, exploração e imposição cultural.

A dominação da língua está entrelaçada com a construção de um modelo social, político e econômico que marginaliza e oprime determinados grupos, em especial os povos indígenas, caboclos e caipiras. A resistência desses grupos, manifestada através de suas línguas, dialetos e modos de vida distintos, representa uma contranarrativa à hegemonia cultural imposta.

A valorização da diversidade linguística e cultural é fundamental para a compreensão plena da identidade brasileira. A imposição de uma única língua e a marginalização daquelas que divergem desse padrão contribuem para a perpetuação de desigualdades e injustiças sociais. Ao reconhecer e valorizar a resistência desses grupos, contribuímos para a construção de uma narrativa inclusiva e respeitosa, que celebra a riqueza da diversidade cultural e linguística do Brasil.

Assim, é imperativo refletir sobre as implicações sociais da imposição linguística, entendendo-a como parte de um processo mais amplo de construção e manutenção de relações de poder. A promoção de políticas linguísticas inclusivas e o respeito pela diversidade cultural são passos cruciais na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Essa reflexão nos convida a repensar não apenas as formas de comunicação, mas também as estruturas de poder que moldam a sociedade brasileira.

Para não concluir

Ao se revisitar as relações de poder entre as línguas nheengatu, o dialeto caipira e a língua portuguesa na formação do território brasileiro, é inegável perceber a profunda influência que a imposição linguística exerceu sobre a configuração sociocultural do país. As dinâmicas territoriais, marcadas pela colonização, impuseram a hegemonia da língua portuguesa como instrumento de controle e legitimação das estruturas de poder.

O nheengatu e o dialeto caipira, línguas desenvolvidas organicamente pela vivência popular, representam resistências culturais que emergiram da relação dialética entre o ser humano e a natureza. Contudo, a imposição da língua portuguesa, motivada por interesses coloniais e, posteriormente, pela consolidação do território sob a ótica da elite dominante, marginalizou essas expressões linguísticas, relegando-as a espaços locais e conferindo à língua portuguesa um estatuto de poder e modernidade.

A contemporaneidade apresenta um cenário alarmante de extermínio dos povos indígenas e a consolidação de uma lógica neoliberal que mercantiliza a vida cotidiana. A relação entre poder, língua e território torna-se ainda mais evidente nesse contexto. O uso da língua como instrumento de dominação e homogeneização cultural reflete-se nas políticas que negligenciam a diversidade linguística e cultural, contribuindo para a marginalização de grupos étnicos e reforçando desigualdades estruturais.

O ato de subjugar e até mesmo exterminar povos indígenas, que são detentores de línguas próprias e concepções espaciotemporais singulares, representa uma continuidade histórica de imposição de uma visão hegemônica sobre o território. A lógica neoliberal, ao mercantilizar a vida cotidiana e priorizar interesses econômicos em detrimento do bem-estar social e ambiental, perpetua

as desigualdades e a dominação, refletindo-se na estrutura linguística e territorial do país.

A resistência da língua nheengatu e do dialeto caipira, apesar das adversidades históricas, representa a resiliência de comunidades que buscam preservar suas identidades e modos de vida. Essas línguas não são apenas meios de comunicação; são veículos de expressão cultural, transmitindo tradições, valores e visões de mundo específicas desses grupos. A luta pela preservação dessas línguas é, portanto, um ato de resistência contra a homogeneização cultural imposta.

O atual cenário brasileiro, marcado pela continuidade do extermínio dos povos indígenas e pela lógica neoliberal, destaca a urgência de repensar as relações de poder que moldam o território. A mercantilização da vida cotidiana, associada a políticas que negligenciam a diversidade linguística e cultural, contribui para a perpetuação de desigualdades sociais e ambientais. É necessário questionar essas estruturas que colocam em segundo plano as vozes marginalizadas, relegando-as a espaços de invisibilidade e desvantagem.

A imposição linguística, nesse contexto, não é apenas uma questão de gramática ou vocabulário; é um instrumento de controle que molda a forma como percebemos o mundo e nos relacionamos com ele. A hegemonia da língua portuguesa, embora seja uma realidade histórica, não deve ser aceita como um destino inevitável. A busca por uma sociedade mais justa e equitativa exige a promoção ativa da diversidade linguística, reconhecendo as línguas minoritárias como patrimônios valiosos e indispensáveis na construção de um território verdadeiramente plural.

A preservação das línguas indígenas e do dialeto caipira não é apenas uma questão de memória histórica, mas uma estratégia para construir futuros mais inclusivos. As comunidades que resistem às pressões da homogeneização linguística estão, simultaneamente, desafiando as estruturas de poder que marginalizam e apagam suas identidades. Essa resistência aponta para a necessidade de uma revisão profunda das políticas públicas, promovendo o ensino e o reconhecimento dessas línguas, não apenas como um ato de preservação cultural, mas como uma ação de reparação e justiça.

Neste contexto, é imperativo reconhecer a importância da preservação das línguas e culturas marginalizadas como forma de resistência e construção de um território mais inclusivo e diversificado. A diversidade linguística e cultural não é apenas um patrimônio a ser preservado, mas uma força transformadora que desafia as relações de poder estabelecidas e promove a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Em síntese, a compreensão das relações de poder entre as línguas na formação do território brasileiro não deve ser dissociada do contexto contemporâneo. A luta pela preservação das línguas marginalizadas e o repúdio ao extermínio dos povos indígenas são atos fundamentais na desconstrução das estruturas que perpetuam a dominação. É um chamado para a valorização da diversidade linguística como um componente essencial na construção de um território que celebra a riqueza de suas múltiplas identidades.

Portanto, as perspectivas futuras para o território brasileiro devem incluir um compromisso renovado com a diversidade linguística e cultural. A promoção de políticas educacionais que valorizem e incluam todas as línguas, o estímulo à pesquisa e documentação das línguas minoritárias, bem como o reconhecimento

formal e institucional dessas línguas, são passos cruciais para construir uma sociedade que celebre a riqueza de suas diferenças.

Referências

GOMES, L. **1808:** como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2014.

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HAUTZ, E. A. **A origem do R caipira no Português do Brasil**. 2021. 94 f. Dissertação (Mestrado em Letras), Programa de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/19001/2/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20Elizabeth%20Aparecida%20Hautz%20-%202021%20-%20Completa.pdf Acesso em: 10 de maio de 2024.

MARTINS, J. de S. **O senso comum e a vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2020.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

PLAZA, L. S. **O dialeto caipira no município de Itatiba-SP.** 2019. 269 f. Dissertação (Mestrado em Linguística), Programa de Pós-Graduação em Linguística, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2019.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ativa, 1980.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

SANTOS, M. **O Espaço do Cidadão**. 13ª ed. São Paulo: Nobel, 2008

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. 6ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B.; CARLOS, A. F. **A produção do espaço urbano**. São Paulo: Contexto, 2020.

Submetido em: 02 de abril de 2024

Devolvido para revisão em: 06 de maio de 2024

Aprovado em: 17 de maio de 2024

DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2023.3392

COMO CITAR

SOUZA FILHO, O. F. de, VEIGA L. A. A língua brasileira e a configuração do território: as relações de poder entre Nheengatu, o dialeto Caipira e a Língua Portuguesa. **Terra Livre**, São Paulo, ano 38, v.2, n. 61, jul.-dez. 2023, p. 360-385. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3392. Acesso em: dd/mm/aaaa.

AURAS E ATMOSFERAS AFETIVAS DAS PAISAGENS: SENSORIALIDADES, PERCEPÇÕES E INTERCORPOREIDADE

AURAS AND AFFECTIVE ATMOSPHERES OF LANDSCAPES: SENSORIALITIES, PERCEPTIONS AND INTERCORPOREALITY

AURES ET ATMOSPHERES AFFECTIVES DES PAYSAGES : SENSORIALITES, PERCEPTIONS ET INTERCORPOREITE

Jéssica Soares de Freitas
Doutora e mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e Professora de Geografia no Colégio Pártenon
E-mail : jessicasoaresfreitas@gmail.com

Carlos Roberto Bernardes de Souza Júnior
Doutor e mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Professor colaborador na Universidade Estadual de Maringá (UEM) e Professor formador (EAD) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)
E-mail : carlosroberto2094@gmail.com

Resumo:
Caminhando pela via das geografias culturais, o presente ensaio intenta compreender a paisagem por meio da conexão da aura, um dos principais conceitos de Walter Benjamin, com as atmosferas afetivas amplamente discutidas nas geografias culturais mais-que-representacionais anglófonas. Para tal, procedemos metodologicamente por meio de uma reflexão ensaística e teórico-conceitual que possibilitaram tecer análises sobre a paisagem nos conceitos adotados. Como resultado desse processo, compreendeu-se que o entrelace em-e-entre auras dos sujeitos e objetos constroem a paisagem de maneira a arquitetar atmosferas afetivas. Essas conectam diferentes relações espaço-temporais que reúnem corpos, emoções, sentidos e percepções. Nesse sentido, a paisagem formada por percepções intercorporificadas pode ser compreendida tanto em sua concretude no material ou na subjetividade imaginativa quanto no emaranhado de significados que são provocados pelas suas conexões auráticas e atmosféricas.

Palavras-chave: afeto, atmosfera, aura, paisagem, geografias mais-que-representacionais.

Abstract:
Trailing through cultural geographies, this essay intends to analyse landscape through its connections with aura, one of Walter Benjamin's main concepts, with affective atmospheres, which are discussed in the more-than-representational theories of anglophone geography. To do so, we conducted an essayistic, theoretical, and conceptual reflection that enabled us to decipher landscape interacts in the employed concepts. As a result of this process, it is comprehended that in-between the interweaving of subjects and objects, auras build landscapes that elicit affective atmospheres. These connects different spatial-temporal relations that reunite bodies, emotions, senses, and perceptions. Thus, the landscape formed by intercorporeal perceptions should be understood as more than its material reality or its imaginative subjectivity, but in the tangle of meanings that are incited by its aural and atmospheric connections.
Keywords: affect, atmosphere, aura, landscape, more-than-representational geographies.

Résumé:
En suivant le chemin des géographies culturelles, cet essai cherche à comprendre le paysage à travers la connexion de l'aura, l'un des principaux concepts de Walter Benjamin, avec les atmosphères affectives, largement discutées dans les théories anglophones des géographies plus que représentationnelles. Pour ce faire, nous procéderons par le biais d'une réflexion essayiste, théorique et conceptuelle afin de mener des analyses sur le paysage selon les concepts adoptés. Comme résultat de ce processus, nous comprendrons que l'entrelacement des auras des sujets et des objets construit le paysage de manière à créer des atmosphères affectives. Celles-ci connectent différentes relations spatio-temporelles réunissant les corps, les émotions, les sens et les perceptions. En ce sens, le paysage formé par des perceptions intercorporelles peut être compris dans sa matérialité ou dans la subjectivité imaginative agrégée des enchevêtrements de significations provoquées par ses connexions auratiques et atmosphériques.
Mots-clés: affect, atmosphère, aura, paysage, géographies plus-que-représentationnelles.

Apontamentos iniciais

Do ponto de vista das geografias culturais, a paisagem ocupa um papel central na interpretação das percepções, sensações e sentimentos. Conforme as obras seminais de Berque (2000; 2014) e Dardel (2011) incitam, as paisagens são fenômenos corporificados de abertura ao mundo. Perceber as paisagens é uma experiência que envolve e transcende as representações e as visualidades porquanto elas são sentidas como eventos sinestésicos.

Acreditamos que o conceito de aura desenvolvido por Benjamin (1989; 2009; 2012; 2017) pode colaborar para a apreensão das paisagens. Auras são constructos da formação perceptiva autêntica dos sujeitos e de suas interações com a realidade. A aura contribui para decifrar como as paisagens são influenciadas na relação sujeito-objeto em diferentes tempos e espaços.

Esse conceito benjaminiano é também interpretado por outros campos teóricos, como no caso da fenomenologia da experiência estética de Böhme (2017, 1993), que desenvolve o conceito de atmosfera baseado na construção da aura. A conceituação da atmosfera refere-se a uma espécie de condensação ou convergência das auras por meio das emanações sensoriais de humores ou sensações de um dado objeto, sujeito ou espaço. Trata-se de um modo de explicitar elementos da percepção que são emocionalmente partilhados por aqueles que interagem com as paisagens.

No horizonte das geografias culturais mais-que-representacionais anglófonas (Silva; Costa, 2022) esse conceito coaduna para enfoques relacionais intersubjetivos. Nelas, as atmosferas afetivas são utilizadas para designar os humores intercorporificados que sintonizam os sujeitos e objetos que afetam e são afetados pelas paisagens (Anderson, 2009; 2014). Conforme

evidenciam os trabalhos de McCormack (2018) e Michels (2015), a atmosfera é um conceito que colabora para vislumbrar os fenômenos *em-e-entre* (*in-between*) paisagens.

Auras e atmosferas afetivas se entrelaçam como conceitos que ajudam a evidenciar como as paisagens são sentidas e percebidas de maneiras intercorporificadas. Ao articular essas noções, evidencia-se que existem elementos intangíveis e invisíveis que permeiam as experiências paisagísticas, as dotando de significações e emoções que envolvem e superam as representações. Essas conceituações tratam dos elementos difusos que são inerentes aos fenômenos experienciais das paisagens. Elas dilucidam os circuitos relacionais dos afetos cotidianos.

Pautado nessas reflexões, o ensaio almeja teorizar como os conceitos de aura e atmosferas podem colaborar para compreender as emanações sensoriais intercorporificadas das paisagens. Desse modo, costura-se uma problematização de fundo epistemológico e ensaístico pautado nas teorias auráticas de Walter Benjamin em articulação aos estudos das geografias culturais mais-que-representacionais centrados nas atmosferas afetivas e das paisagens.

Interações imersivas: sobre o conceito de aura

Aura. Palavra grega que pode significar ar, sopro. Utilizada para se referir a outra pessoa com uma aura boa ou ruim. Diferentes sentidos e significados, assim como várias palavras de nossos vocabulários diários. Em uma perspectiva filosófica, ele apresenta compreensões complexas que podem auxiliar a decifrar as relações intercorporificadas e intersubjetivas intrínsecas às dinâmicas espaciais.

No âmbito das discussões filosóficas, a aura é considerada como um dos principais conceitos de Walter Benjamin (Hassen, 2008), ao qual o autor se refere desde seus primeiros escritos até suas principais obras tardias (Boon, 2006). Dessa forma, há evolução desse conceito dentro da própria obra benjaminiana, de maneira a apresentar diferentes facetas durante seu desenvolvimento.

Uma de suas primeiras aparições está na obra *Haxixe* (Benjamin, 2006). Essa coletânea de textos foi publicada *post-mortem* pela primeira vez no ano de 1972, com textos escritos entre 1927 e 1934 (Boon, 2006). Essa obra é composta por textos escritos durante experimentações com haxixe, ópio e mescalina em diferentes cidades e situações. Elas foram realizadas com diversos outros pensadores da época, como o filósofo Ernst Bloch e o médico Ernest Joel, que se juntaram para refletir sobre suas experiências emergentes do uso de substâncias psicoativas.

Assim, em *Haxixe, começo de março de 1930* (*Hashish, beginning of March 1930*), Benjamin (2006, p. 58, tradução nossa) aponta que "[a] aura genuína aparece em todas as coisas, não apenas em certos tipos de coisas, como as pessoas imaginam"[1]. Sujeitos e objetos possuem suas próprias auras e, por conseguinte, emanações auráticas. Essa ligação com as coisas pode ser considerada a partir da relação entre os sujeitos e objetos na construção da aura, ao ponto de que se há algum contato infere-se a existência concomitante de uma aura.

Além da aura estar presente em todas as coisas como uma espécie de emanação interativa, ela também sofre mudanças com cada movimentação provocada no/pelo objeto (Benjamin, 2006). A

[1] "Genuine aura appears in all things, not just in certain kinds of things, as people imagine." (Benjamin, 2006, p. 58, no original).

aura não é estática, ela é movimento, acúmulo de tempos e reflexo de cada contato que ocorre em sua volta. Ela é formada pela sobreposição das temporalidades das dinâmicas de sujeitos e objetos que se imbricam pela percepção e as sensações corporificadas.

Benjamin (2006) também aponta que a aura genuína não deve ser pensada como um 'raio mágico', pelo contrário, "o elemento característico de uma aura genuína é o ornamento, uma auréola ornamental (*Umzirkung*) no qual o objeto ou ser está envolvido como se estivesse em um recipiente"[2] (Benjamin, 2006, p.58, tradução nossa). Essa visualização da aura como uma espécie de auréola ou halo emanado de cada objeto permite compreender a vida que é tomada pela própria aura. Isso é, a forma como que ela é individual a cada objeto ou sujeito em simultaneidade a como ela está envolta às influências das interações que com ela ocorrem.

Tal relação fica mais nítida em *Principais características da minha primeira impressão sobre o Haxixe* (*Main features of my first impression on Hashish*), escrito originalmente em 1927, em que o autor descreve as sensações obtidas pelo uso do haxixe. Benjamin (2006) discorre que percebe aqueles que estão no mesmo local ao adentrar na aura uns dos outros, de modo a até mesmo sentir uma certa violação de sua aura quando isso ocorria. O fenômeno aurático está ligado a como as emanações decorrentes de determinados corpos se conectam, se chocam ou interagem umas com as outras.

Nas reflexões de *Pequena história da fotografia* (Benjamin, 1987) e *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica* (Benjamin, 2017), o autor discorre mais pormenorizadamente acerca da sua concepção de aura. No último, Benjamin (2017, p. 59)

[2] "the characteristic feature of genuine aura is ornament, an ornamental halo *[Umzirkung],* in which the object or being is enclosed as in a case." (Benjamin, 2006, p. 58, no original).

responde sua pergunta do que é aura ao apontar que é "uma trama peculiar de espaço e tempo: a aparição única de uma distância, por mais próxima que esteja." Evidencia-se que o filósofo compreende que a aura se associa ao espaço e o tempo. Podemos entender que se relaciona especialmente com as latências do momento presente.

Benjamin (2017, p. 59) continua ao apontar que, "Observar calmante, em uma tarde de verão, uma paisagem montanhosa no horizonte, ou um ramo que joga sua sombra sobre o observador – é isso que significa respirar a aura dessas montanhas, desse ramo." Ele traz a relação da aura da montanha, do ramo, em como o sujeito altera e é alterado por essa mesma aura, de forma a acumular os contatos que ocorrem com outros sujeitos e mesmo com múltiplos outros objetos.

Sobre essa passagem, Akimuru (2019, p. 2, tradução nossa) explica que respirar a alma "significa 'seguir com o olho desse algo que projeta sua sombra no observador', tanto o sujeito quanto o objeto precisam existir simultaneamente quando o sujeito 'respira a aura' do objeto"[3], de forma "que a condição ocorre na premissa de que tanto o sujeito como o objeto estão presentes em um mesmo espaço e ao mesmo tempo"[4] (Akimaru, 2019, p.2, tradução nossa).

A aura é uma potencialidade estética e sensorial que consubstancia uma espécie de mundo emanado pela paisagem ou obra a ser sentida. Ela é expressão da mundaneidade coexistente no circuito ativo da percepção que envolve sujeitos e objetos que se situam no fenômeno aurático.

[3] "means 'to follow with the eye the branch that throws its shadow on the observer,' both the subject and the object must exist simultaneously when the subject 'breathes the aura' of the object" (Akimaru, 2019, p. 2, no original).
[4] "that the condition occurs on the premise that both the subject and the object are present in the same space and at the same time." (Akimaru, 2019, p. 2, no original).

A aura pode ser sentida ou emanada simultaneamente pelo sujeito e pelo objeto. Nessa relação, o objeto se torna sujeito ao ser permeado pela conexão projetada pelo próprio sujeito ou pelo objeto emanante. Há acúmulos de tempos e espaços a partir do momento que sujeitos e objetos se relacionam em diferentes contextos de emanação, entrecruzamento, difusão ou (re)criação de auras.

Akimuru (2019, p. 2, tradução nossa) ainda aponta que "essa 'estranha tessitura de espaço e tempo' ou 'aparência única de uma distância' denominada de 'aura' pode ser entendida como o 'tempo' que um objeto está acumulando no 'espaço' desde o início do mundo"[5]. Nesse caso, objeto inclui de forma ambígua e misturada tanto os sujeitos quanto os objetos envoltos nos fenômenos auráticos (Akimuru, 2019). Cada aura é uma trama intercorporificada que unifica os sujeitos e objetos envoltos nas paisagens.

Auras evidenciam o caráter liminar das interações entre os humores acumulados ao longo de um tempo vivido em um determinado espaço corporificado por relações intersubjetivas. É por essa razão que ao se debruçar sobre os escritos do poeta Charles Baudelaire, Walter Benjamin aborda o que se caracteriza como a experiência de aura ao discorrer que:

> A experiência da aura se baseia, portanto, na transferência de uma forma de reação comum na sociedade humana à relação do inanimado ou da natureza com o homem. Quem é visto, ou acredita estar sendo visto, revida o olhar. Perceber a aura de uma coisa significa investi-la do poder de revidar o olhar. Os achados da *mémoire involontaire* confirmam isso. (E não se repetem, de resto: escapam da lembrança, que procura incorporá-los. Com isto elas corroboram um conceito de aura, que a concebe como o "fenómeno irrepetível de uma distância". Esta definição tem a vantagem de tomar transparente o caráter cultual do

[5] "this 'strange weave of space and time,' or 'the unique appearance of a distance' called 'aura' can be understood as the 'time' that an object has been accumulating in the 'space' since the beginning of the world." (Akimuru, 2019, p. 2, no original).

> fenómeno. O que é essencialmente distância é inacessível em sua essência: de fato, a inacessibilidade é uma qualidade fundamental da imagem do culto. (Benjamin, 1989, p. 139-140).

Na passagem ensaística benjaminiana fica nítido que a experiência da aura é diretamente relacionada com o espaço e com o momento em que o sujeito se relaciona com o objeto e vice-versa. O passado se conecta com o presente e se projeta na relação de futuro a partir da observação relacionada. Trata-se de uma condensação de tempos-espaços que se consubstanciam na (in)acessibilidade do olhar que "revida" aquele que imerge em uma dada situação.

A aura forma um circuito ativo de retroalimentações contínuas de percepções. Emanações auráticas se articulam às relações intercorporificadas das coisas e dos sujeitos. Akimaru (2019, p. 4, tradução nossa) explicita esse processo ao discorrer que:

> de acordo com Benjamin, um sujeito pode experienciar plenamente a aura de um objeto se o objeto, quando olhado pelo sujeito, olhar de volta para o sujeito. Se o objeto se tornar o observador e o sujeito se tornar aquilo que é olhado, o sujeito deve olhar de volta ao objeto também[6].

Experiências auráticas ocorrem no mesmo espaço-tempo. Esse processo é condicionado de forma intersubjetiva pelo circuito ativo entre objetos e sujeitos emanantes de auras em processo de interação espacializada. O espaço-tempo que compõe as auras pode ser acumulativo e permeado pela intercorporeidade das entidades que nele se entrelaçam.

Complementarmente a esse pensamento, Benjamin, no ensaio *Parque Central*, aponta a seguinte definição: "aura como projeção na

[6] "According to Benjamin, a subject can fully experience the aura of an object if the object, while being gazed at by the subject, gazes back at the subject. If the object becomes the gazer and the subject becomes the gazed, the subject is expected to gaze back at the object too." (Akimaru, 2019, p. 4, no original).

natureza de uma experiência social entre seres humanos: o olhar é retribuído." (Benjamin, 1989, p. 163). A 'projeção na natureza' a qual Benjamin se refere está relacionada ao espaço, às experiências que nele ocorrem. Tal relação pode ter reflexo direto na paisagem, a qual percebemos a partir de nossos sentidos sinestésicos (Wylie, 2007).

A retribuição do 'olhar' referida pelo filósofo compreende-se na ideia de quando experienciamos algo, esse sujeito ou objeto observa de volta ao se projetar rumo a nossa aura. A aura é construída nas variadas relações que ocorrem entre o eu e o outro, a acumular experiências perceptivas.

Damião (2016, p. 132) aponta que sentir a aura envolve uma percepção que "surge no cruzamento temporal do passado com o presente, fundada na dialética entre distância e proximidade". Em suma, a aura pode ser caracterizada como uma profunda percepção antes mesmo do contato ocorrer de forma direta, posto que é um imbricamento de distanciamentos e aproximações (Damião, 2016). O momento perceptivo entre sujeito e objeto impacta a aura e a modifica em função de acúmulos espaço-temporais. Nesse mesmo sentido, Akimaru (2019, p.4, tradução nossa) pondera que:

> se torna aparente que a base conceitual da 'experiência da aura' é a 'resposta característica' no relacionamento entre humanos e é também aplicável ao relacionamento entre humanos e objetos inanimados.[7]

A um primeiro momento, essa relação pode parecer conectada com o ato de ver (Akimaru, 2019). No entanto, se considerarmos que em várias passagens Benjamin descreve relações para além do regime escópico da visualidade, podemos entender que a percepção

[7] "it becomes apparent that the conceptual basis of the 'experience of the aura' is the 'response characteristic' in the relationships between humans, and it is also applicable to the relationships between humans and inanimate objects." (Akimaru, 2019, p. 4, no original).

da aura, assim como a percepção da paisagem, é composta pelos sentidos e, indo além, nossa imaginação. Ela é conjurada por entrelaçamentos de materialidades e imaterialidades dispostas pela experiência estética que converge percipiente e percebido.

Embora seja o sentido que o filósofo utiliza como foco para exemplificação, a visão não é o único utilizado em nossa capacidade perceptiva da aura. Em *Passagens*, Benjamin (2009, p. 359) sintetiza: "minha definição da aura como a distância do olhar que desperta no objeto observado." Nesse trecho, o sentido da visão se destaca, mas até que ponto a visão é a única responsável pelo 'olhar'?

Para intentar compreender essa relação perceptiva da aura, Hassen (2008, p. 340, tradução nossa) distingue que é "evidente que a aura não é uma propriedade inerente das pessoas ou objetos, mas pertence ao *meio* da percepção, denominando uma estrutura visão particular (ainda que não limitada ao visual)"[8]. Nesse caso, a noção de *meio* está conectada com a mediação da percepção porquanto a aura é um direcionamento perceptivo mais profundo que ocorre no momento em que o sujeito experiencia algo que o impacta, que o faz *olhar*, utilizando seus sentidos. O *meio* reúne os elementos auráticos como componentes pertencentes a um mesmo todo dinâmico e espaço-temporalmente situado.

Assim, "em outras palavras, a aura implica uma estrutura fenomênica que permite a manifestação do olhar, inevitavelmente refratado e disjuntivo, e molda seus sentidos potenciais"[9] (Hassen, 2008, p. 340, tradução nossa). A experiência aurática da paisagem se

[8] "evident that the aura is not an inherent property of persons or objects but pertains to the *medium* of perception, naming a particular structure of vision (though one not limited to the visual)." (Hassen, 2008, p. 340, no original).

[9] "in other words, aura implies a phenomenal structure that enables the manifestation of the gaze, inevitably refracted and disjunctive, and shapes its potential meanings." (Hassen, 2008, p. 340, no original).

entrelaça em diferentes facetas. Na relação com a paisagem, essas auras acumuladas durante o tempo se interrelacionam em uma miríade de percepções.

Ainda que cada aura se relacione com o espaço e o tempo em que é percebida, pode ultrapassar fronteiras e linhas temporais ao passo que é corporificada naquele que a experiência. A aura demonstra ser uma percepção complexa e com desdobramentos complicados de desembrulhar. Ao mesmo passo, a paisagem é uma conceituação interessante para nos fazer mergulhar nesse conceito benjaminiano.

Sensorialidades *em-e-entre* atmosferas afetivas

O caráter sensorialmente difuso das auras, assim como o seu entrecruzamento de agências, remete ao fato de que elas ultrapassam as representações e conformam modo de vir-a-ser concernente a algo que é sentido antes de ser refletido. Em razão disso, ponderamos que as auras remetem à noção de afeto, à capacidade de um dado corpo humano ou não humano em afetar e em ser afetado, como descreve o geógrafo Vannini (2015).

Do ponto de partida das geografias mais-que-representacionais, os afetos são entendidos como expressões corporificadas que concernem ressonâncias sensoriais (Vannini, 2015). De modo similar às auras, os afetos não são necessariamente gerados por agências humanas, mas inerentes ao processo por meio do qual os objetos se entrelaçam com as experiências.

Como explicam Silva e Costa (2022), o afeto excede a fixidez e a potencialidade de contenção porquanto é algo que se manifesta *em-e-entre* (*in-between*) corpos, em tramas transpessoais de significação. O afeto consiste na duplicidade ambígua que reúne aquele que afeta

com aquilo que é afetado (Anderson, 2014). Os afetos são emanações entrelaçadas de interações experienciais significativas.

A maneira mais nítida por meio da qual os afetos se espacializam é na emergência de atmosferas afetivas. Na definição de Anderson (2009), essas atmosferas são formadas por afetos coletivos que se aglutinam em torno de uma dada imaginação material. Segundo o geógrafo,

> atmosferas afetivas são uma classe de experiências que ocorrem *antes* e *durante* a formação da subjetividade, por meio de materialidades humanas e não humanas e *em-e-entre* as distinções sujeito-objeto[10] (Anderson, 2009, p.78, tradução nossa).

Essa consideração é herdeira da fenomenologia da experiência estética de Böhme (1993, 2017), que extrapola as teorias auráticas de Benjamin (1987; 2017) para propor o conceito de atmosfera. Na perspectiva da estética böhmeana, as atmosferas podem ser entendidas como condensações das auras emanadas por objetos e sujeitos. Elas descrevem o sentido experiencial dos afetos, humores e percepções que pairam sobre uma dada obra de arte, paisagem ou situação. Ou seja, cada atmosfera é um cruzamento de emanações auráticas.

Difundidas no pensamento geográfico mais-que-representacional anglófono (Silva; Costa, 2022), as abordagens atmosféricas são desdobramentos da teoria aurática que colaboram para entender os elementos (i)materiais dos afetos que permeiam as paisagens. As atmosferas afetivas colaboram para entender como os processos espaciais interrelacionam dinâmicas sensoriais e afetivas (Michels, 2015). Por meio do conceito de atmosfera, visa-se explicitar

[10] "Affective atmospheres are a class of experience that occur *before* and *alongside* the formation of subjectivity, across human and non-human materialities, and *in-between* subject/object distinctions" (Anderson, 2009, p.78, no original).

algo que é sentido ante a visto, uma espécie de presença afetiva partilhada por aqueles que adentram em um determinado local.

De modo semelhante às auras, as atmosferas emanam e fluem das coisas, das pessoas e de arranjos complexos entre ambos. Baseado nas auras benjaminianas, o filósofo Böhme (1993) discorre que as atmosferas possuem qualidades que transcendem o âmbito objetivo e subjetivo, pois entrelaçam presenças que são experienciadas espaço-corporalmente como algo coletivamente pertencente aos mundos.

Como Böhme (2017, p.25-26, tradução nossa) complementa, essas atmosferas preenchem espaços, de forma que "nós as experienciamos, em outras palavras, como algo quase-objetivo, cuja existência nós também comunicar com os outros"[11]. Assim como a noção de aura benjaminiana, as atmosferas afetivas conformam um todo perceptivo que soma tempos e espaços das paisagens.

Trata-se do modo como podemos adentrar em uma determinada praça ou rua e sermos afetados pelos tempos acumulados naquela paisagem. Se for, por exemplo, uma paisagem depredada e com sinais de abandono, podemos ser tomados pela atmosfera de medo ou de curiosidade acerca das variadas camadas temporais que nela foram depositadas. Essa capacidade de sintonização aurática é um ponto fundamental de como as atmosferas afetivas desdobram características fundamentais do vir-a-ser-paisagem, posto que elas são adensadas de sentidos pelos múltiplos arranjos afetivos que as compõem.

Na condição de uma experiência *em-e-entre* espacialidades transpessoais, as atmosferas são proposições afetivas compostas por

[11] "we experience them, in other words, as something quasi-objective, whose existence we can also communicate with others" (Böhme, 2017, p.25-26, no original)

emanações auráticas circunscritas às paisagens. Para os geógrafos Anderson e Ash (2015), as atmosferas podem ser compreendidas como gatilhos mnemônicos e sensoriais que condicionam os sentimentos de uma dada situação, local, pessoa ou coisa de um modo particular. Atmosferas são os meios afetivos por onde as auras das paisagens se corporificam de modo intersubjetivo.

É nesse sentido que Anderson (2009, p.79, tradução nossa) discorre que as "atmosferas não estão/são finalizadas por conta de sua abertura constitutiva a serem arrebatadas pela experiência"[12]. Em decorrência do seu caráter aurático, as sintonizações atmosféricas estão em um devir fluido de transformações que decorrem das indeterminações de ausências e presenças que emaranham o sentimento intercorporificado das paisagens. Aquilo que é sentido como particular a uma situação ou momento é a condensação daquela atmosfera afetiva que *afeta* transpessoalmente aqueles que a ela se sintonizam.

Não é por menos que Böhme (1993; 2017) suscita que elas remetem à noção de ambiência espacial referente a como cada espacialidade parece ter um humor próprio que envolve aqueles que entram em sua constelação de objetos e sujeitos. Na condição de meio difusivo da geograficidade, da ligação afetiva do Ser com a Terra (Dardel, 2011), as atmosferas confluem em emanações de constelações ambientais decorrentes das presenças e ausências que marcam suas realidades como sobreposições de espaços e tempos.

Na concepção de Benjamin (2009), a aura é situada pelo acúmulo de temporalidades que são percebidas no encontro entre sujeitos e objetos. As sintonizações auráticas das paisagens

[12] "atmospheres are unfinished because of their constitutive openness to being taken up in experience. Atmospheres are indeterminate" (Anderson, 2009, p.79, no original).

efervescem em arranjos de atmosferas afetivas que afetam e são afetadas por aqueles que delas participam. Há uma causa emergente nas atmosferas, como ressaltam Anderson e Ash (2015), porquanto não é possível identificar precisamente onde elas começam e terminam. Elas criam circuitos afetivos complexos, intersubjetivos e intercorporificados.

Atmosferas são ontologicamente indeterminadas, defende Böhme (1993), pois elas não pertencem exatamente nem aos objetos ou as pessoas ou ambientes de onde emanam. De fato, elas são desdobramentos do circuito a(fe)tivo das paisagens, conformando o meio (in)tangível *em-e-entre* os sentimentos que as permeiam. Os humores, as tonalidades e as emoções que afetam as atmosferas superam as representações ao serem convergências de afetos indeterminados e em devir.

Na condição de emanações auráticas, as atmosferas afetivas transcendem os regimes de visibilidades e suscitam formas de sintonização com os contextos espaciais *em-e-entre* determinadas situações de geograficidade. As atmosferas das paisagens são marcadas pelos modos como arrebatam afetivamente os corpos humanos e não humanos que imergem nelas, reafirma Trigg (2020). As auras que situam essas espacialidades criam convergências afetivas que dão os contornos emocionais de uma dada paisagem: assustadora, angustiante, feliz, melancólica, bucólica, empolgante, instagramável ou qualquer outro contorno aurático que possa vir a dela emergir.

Ash (2013) explica que as atmosferas também advêm de um nível pré-reflexivo de afetos que emanam de objetos técnicos, eventos troposféricos ou outras emergências de entidades não humanas. Existe uma autonomia elemental das atmosferas que pode ser

exemplificada no modo que uma tempestade afeta a paisagem de um lago, em como um celular tocando afeta todo o humor de uma sala de aula ou na maneira como um trovão pode afetar os corpos dos cachorros que o escutam. A circulação de perturbações dos afetos dos objetos salienta esse sentido interobjetivo presente nas emanações atmosféricas.

Conforme o estudo de Nomeikaite (2023) exemplifica, uma obra de arte de rua, como o graffiti, tem uma atmosfera que supera o seu caráter representacional porquanto também está envolta pela aura da paisagem urbana que a afeta e pela qual é afetada. Não é possível separar a experiência afetiva de um mural grafitado do estado do céu, das luzes e sombras, dos sons, da chuva, dos animais não humanos e das pessoas que passam em um dado momento. Desse modo, a própria atmosfera em fluxo da paisagem é um todo sensorial aurático que conflui afetos dinâmicos que transcendem as representações daquele fenômeno paisagístico – o permeando de *geografias do que acontece*, como definiria Thrift (2008).

Em acordo ao que explica Trigg (2020), as atmosferas arrebatam-nos de múltiplas maneiras. Por mais que elas esporadicamente pareçam ser subsumidas por outras experiências perceptivas, elas permanecem no fundo das percepções das paisagens como algo que informa o caráter transpessoal e intercorporificado da sua vivência. Atmosferas indicam o estilo afetivo pelo qual as paisagens afetam e são afetadas pelos múltiplos componentes espaço-temporais que as compõem.

Inerentemente mais-que-representacional, esse caráter aurático advém da forma como os afetos são substancializados de modos relacionais. Nesse contexto, as emanações de atmosferas

afetivas são emergências causais e fenomênicas do vir-a-ser relacional que propicia a origem do espaço geográfico.

Anderson e Ash (2015) argumentam que as atmosferas condicionam e são condicionadas pelas relações porque as englobam e as envolvem. Elas são todos envolventes que não se dissociam das paisagens marcadas pelos seus humores interafetivos. Cada fenômeno atmosférico determinante dos afetos das paisagens compõe sintonizações de auras partilhadas que (re)criam humores, sentimentos, emoções e intercorporeidades em fluxos constantes de metamorfoses geográficas. Nas palavras de Anderson (2014, p.160, tradução nossa),

> atmosferas são um tipo de excesso afetivo indeterminado por meio do qual espaços-tempos intensivos são criados e vêm a envolver corpos, locais, objetos, pessoas, e assim por diante; todos podem ser atmosféricos ou podem sentir e serem movidos pelas atmosferas. [13]

Ao confluir emanações auráticas, as atmosferas afetivas são forças moventes que conformam o sentido de envolvimento *em-e-entre* paisagens. Atmosferas concernem geografias de forças intangíveis e invisíveis que sintonizam entidades em contextos paisagísticos multissensoriais.

Por um (des)enlace: Auras e atmosferas das paisagens

Evidencia-se que os afetos tomam espaço no mundo por meio de uma miríade de elementos. Segundo Silva e Arruda (2021), há um espaço de ação das emoções que concerne à expressividade do mundo vivenciado pelas trocas, interações e relações afetivas. O espaço

[13] "Atmospheres are a kind of indeterminate affective excess through which intensive space-times are created and come to envelop specific bodies; sites, objects, people, and so on, all may be atmospheric or may feel and be moved by atmospheres" (Anderson, 2014, p.160, no original).

vivenciado refere-se as espacialidades emotivas que fixam e direcionam a existência dos seres (Silva; Arruda, 2021).

No pensamento dardeliano, a paisagem diz respeito à totalidade relacional das ligações existenciais com a Terra, sendo ela a manifestação primal da geograficidade – esse lugar originário de base e meio para uma ontologia geográfica. Como o autor escreveu, "a paisagem se unifica em torno de uma totalidade afetiva dominante, perfeitamente válida ainda que refratária a toda redução puramente científica" (Dardel, 2011, p. 31). Os fenômenos paisagísticos são disposições afetivas que expressam a mundanidade da geografia como forma de existência.

Em acordo a esse posicionamento, Berque (2000) reafirma que a geograficidade do ser envolve uma relação em que aquilo que é vivido se funde àquele que pensa ao participar de sua ontologização. A geograficidade da paisagem é um nexo relacional por meio do qual ela se (re)significa entre formas de vir-a-ser em devires transpassados pelas sintonizações auráticas e suas conformações em atmosferas afetivas.

É por essa razão que o geógrafo McCormack (2018) ressalta que as atmosferas não possuem uma escala privilegiada, pois são arranjos de tempos e espaços em que podem estar contidos desde a paisagem de uma sala até àquela de uma cidade como um todo. A geograficidade das atmosferas afetivas converge as auras definidoras dos conjuntos socioespaciais emocionais, acionais e perceptivos. Na interescalaridade intercorporificada das paisagens, as atmosferas são emersões das significações que afetam e são afetadas pelos corpos humanos e não humanos sintonizados pelos fenômenos paisagísticos permeados pela intersubjetividade.

No âmago das sensações intercorporificadas que emergem das paisagens, a relacionalidade que flui das paisagens é permeada por múltiplas auras convergentes aos seres humanos e não humanos que nela coexistem. Como explicita Benjamin (1989, p.139), a experiência aurática envolve o sentido de que "Quem é visto, ou acredita estar sendo visto, revida o olhar. Perceber a aura de uma coisa significa investi-la do poder de revidar o olhar". No âmbito das atmosferas das paisagens, isso implica na reciprocidade perceptiva das emanações de auras que se somam na (re)significação dos afetos que permeiam o fenômeno paisagístico.

De fato, como explica Trigg (2020), as atmosferas afetivas são emaranhadas na estrutura dialógica entre aquilo que é percebido e o(s) percipiente(s) na geograficidade dos arranjos afetivos. As atmosferas das paisagens formam esse espaço do *em-e-entre* em que os afetos enlaçam a geograficidade de ser-com em fluxos emocionais, acionais e relacionais.

Mason e Riding (2023) sustentam que a paisagem é composta por constelações de fluxos de vidas que incluem histórias, animais não humanos, plantas, fenômenos troposféricos e outras formas de convergências afetivas. Auras que emanam desses distintos elementos viventes e não viventes criam sinfonias de experiências convergentes a um determinado humor e disposição corporal das percepções paisagísticas. Em razão disso, as emanações atmosféricas das paisagens não são originadas por um ou outro de seus componentes, mas pela visão do todo advindo do seu nível material e imaterial, assim como de presenças e ausências.

Os sentidos do *em-e-entre* pelos quais os afetos ocorrem de modos intercorporificados denotam diferentes qualidades afetivas, tonalidades ou condicionalidades dos enlaces de experiências

paisagísticas. Conforme desnuda Anderson (2014), a ambiguidade das atmosferas afetivas converge nos (des)encontros que caracterizam a paisagem como fenômeno experiencial, perceptivo, estético e emocional que *afeta e é afetado* pelos mundos humanos e não humanos que fazem parte de seus arranjos existenciais.

Na condição de algo a ser percebido, a paisagem é permeada pela excepcionalidade de transcender algo que seja delimitável, tangível e previsível, argumenta Silva (2023). Embora possa ser expressa, a representação da paisagem é apenas uma parte ínfima da sua totalidade e(m) geograficidade. Os horizontes afetivos – e, portanto, mais-que-representacionais – dos fenômenos paisagísticos podem ser sentidos e, de certo modo aferidos, por meio das auras e das atmosferas em arranjos intercorporais de seres e entidades enlaçados em paisagens.

Para Anderson (2014), as atmosferas afetivas envolvem formas de sentir que vão para além dos nomes das emoções ao convocarem formas de envolvimentos dinâmicos de articulações de afetos. As paisagens infundidas por sintonizações (inter)afetivas consideram tanto aquilo que os fenômenos paisagísticos eram no passado, o que eles são no presente e aquilo que eles potencialmente podem vir a ser em razão das emergências atmosféricas em fluxo. O caráter não-representacional das atmosferas, suscitam Anderson e Ash (2015), reflete esses modos de relações dependentes das interações transpessoais de corpos e objetos cocriadores das paisagens.

Mais que algo intersubjetivo, as atmosferas também estão enlaçadas *em-e-entre* meios elementais interobjetivos (McCormack, 2018). Cada paisagem, como emergência fundacional de geograficidade, dimana as interações intercorporificadas do vir-a-ser

da Terra como elemento basilar de onde as outras auras se irradiam. Os (des)enlaces que emergem desse processo são os arranjos de sintonização que estão no âmago daquilo que os corpos sentem quando imersos nas paisagens.

Silva (2023) argumenta que o invisível da paisagem incorpora tanto os dados sensoriais transcendentes à visibilidade quanto aquilo que é formulado pelas memórias, projetos, imaginários, sonhos e ideias. As paisagens estão enoveladas nesses influxos existenciais que entrelaçam as emanações auráticas. Nessa lógica, elas são condicionadas por atmosferas simultaneamente ao processo de elas mesmas condicionarem atmosferas afetivas. Destarte, há retroalimentações contínuas de sintonizações de afetos e auras que dinamizam as paisagens.

O enlace experiencial das paisagens decorre da força movente dos corpos que as atravessam (Schilitte, 2022). A experiência paisagística nos fluxos da geograficidade é composta por (des)enlaces intercorporificados que promovem transformações auráticas entre aqueles que estão imersos nos arranjos de afetar e ser afetado pelos humores, sentimentos e sensações atmosféricas.

Paisagens não são elementos a serem vistos, mas experienciadas de maneira (inter)corporificada, na condição de "algo que nós andamos por e vivemos em"[14] (Schilitte, 2022, p.503, tradução nossa). As emoções que são partilhadas por esse processo decorrem do caráter imersivo das relações auráticas que posicionam cada paisagem como emersão de arranjos afetivos. Por meio dos corpos humanos e não humanos (des)enlaçados nos fenômenos paisagísticos, são criadas ressonâncias, sintonizações e (novos) afetos que se sobrepõem uns aos outros.

[14] "something we walk through and live in" (Schilitte, 2022, p.503, no original).

Por mais que envolvam elementos intangíveis, invisíveis e imateriais, as atmosferas afetivas que se desdobram das paisagens reúnem fluxos intercorporais das auras. Os afetos multissensoriais que confluem entre as experiências paisagísticas ressaltam o caráter multifacetado da geograficidade, especialmente o modo como ela é vivida na indissociabilidade corpo-mente.

Paisagens são frutos da imaginação e dos aspectos subjetivos acrescidos da concretude de onde emanam suas auras e atmosferas. Cada constructo paisagístico é um somatório de mundos em fluxos de metamorfoses constantes que se reúnem em função dos seus aspectos intercorporais e intersubjetivos. De acordo com Berque (2000, p.207, tradução nossa),

> Em suma, a partir do momento em que nós sabemos que não é apenas nossa consciência, mas todo o nosso corpo que, predicando ao universo, de fato um mundo, nós temos que nos questionar como ele reflete essa predicação por si mesma; pois é isso que faz a consciência em termos de pensamento: refletir, isso o corpo também faz, mas em termos carnais.[15]

De modo especial no caso dos seres humanos, há um corpo social que se associa ao corpo animal, argumenta Berque (2016). Em razão dessa condição, as auras das técnicas e dos símbolos constitutivos dos mundos-de-vida não são simplesmente separáveis das atmosferas afetivas emergentes dos enlaces vitais com a Terra, elo originário da geograficidade (Dardel, 2011). Estes elementos estão intimamente entrelaçados, de modo que as auras e atmosferas das paisagens são desdobramentos de ser-no-mundo.

[15] "Bref, à partir du moment où nous savons que ce n'est pas seulement notre conscience mais tout notre corps qui, prédiquant l'univers, en fait un monde, nous avons à nous demander comment il réfléchit cette prédication sur lui-même ; car ce que fait la conscience en termes de pensée : réfléchir, le corps le fait aussi, mais en termes de chair." (Berque, 2000, p.207, no original).

A carnalidade das paisagens refere-se ao fato de que elas demandam por sintonizações em auras e atmosferas que garantem a concretização de suas geograficidades. Mais que todos abstratos ou construções mentais, elas são confluências de corpos entrelaçados alquimicamente em enlaces de mundos experienciais de intercorporeidade e intersubjetividade na qual os componentes ecológicos, técnicos e simbólicos estão inexoravelmente plasmados em devir.

A paisagem, assim como a percepção aurática, não é apenas algo que vemos, mas uma forma de ver e ser (Wylie, 2007), e, para além, *do sentir*. Essas relações são necessárias para a construção da paisagem, para sua aura, assim como é necessário a entendermos com o conjunto das sensações humanas e de suas sinestesias ambíguas (Ferraz; Nunes, 2014).

Se, como explica Benjamin (1987), a aura é formada a partir das sensações, na construção da paisagem, há uma conexão direta com quem a percebe naquele momento com os outros, humanos e não humanos, que estão ou têm contato com ela. As emanações auráticas das paisagens são mais que seus componentes tomados de forma isolada, pois emergem da visão de conjunto das múltiplas emanações auráticas advindas dos sujeitos e objetos que compõem sua cenografia.

A paisagem exige uma interrelação direta com quem a compreende e, acima de tudo, a experiencia como parte dos circuitos intercorporais de ser-no-mundo. Wylie (2007, p. 7, tradução nossa), aponta que a "paisagem é tanto o fenômeno em si *quanto* a nossa percepção dele. [...] Ou seja, a paisagem adquire a sua forma nos

reinos da percepção e da imaginação humanas"[16]. A paisagem emerge nas relações concreto-subjetivo em emanações auráticas.

Se considerarmos que Benjamin entende a aura como uma das mais importantes formas de experiência que descreve (Hassen, 2008), podemos compreender que a experiência aurática vai ligar com a mais profunda sensação do ser. A aura faz parte do âmago ontológico por onde a paisagem é um descobrimento das geograficidades que pulsam como nexos existenciais que envolvem e superam as representações. Ao mesmo passo, essa relação pode ser interrompida pelas inautenticidades aplicadas às paisagens.

A paisagem pode ser entendida também como tensão, especialmente na relação entre presença e ausência (Rose; Wylie, 2006). Apesar da aura ainda existir mesmo quando o objeto desaparece (Gregory, 2024), sua relação primária é prejudicada, a continuar apenas para aqueles que já experienciaram sua aura, os transformando. Na relação da paisagem, podemos entender a mesma dinâmica. Seu desaparecimento não ocorre de modo completo, uma vez que ainda permanece na memória, nas imaginações, nas referências e nas experiências dos objetos e sujeitos que em algum momento entraram em contato.

As atmosferas afetivas da paisagem são conectadas com as relações de passado-presente-futuro na medida em que abrem horizontes de ressignificação contínua. Perceber essa paisagem é conectar com seu passado (Ingold, 1993), compondo assim um mosaico espaço-temporal (Serpa, 2013) que conflui por emanações auráticas permeadas por múltiplas temporalidades ao mesmo tempo. O âmago das paisagens é essa capacidade de arrebatamento que

[16] "landscape is both the phenomenon itself *and* our perception of it. […] That is, landscape takes shape within the realms of human perception and imagination." (Wylie, 2007, p.7, no original).

enovela coisas, subjetividades e corpos no dinamismo que pulsa em geograficidades caleidoscópicas.

Essas experiências marcam as paisagens ao transformar suas auras ao mesmo tempo em que também as conectam com as auras daqueles que as experienciam. Tais relações podem ser compreendidas em atmosferas afetivas, ao passo em que não se perdem ao passar do tempo. Ao contrário, se acumulam e marcam os espaços *em-e-entre* condições geográficas diversificadas.

Respirar as auras das paisagens é algo que pode nos levar para outros tempos, sejam as memórias do passado ou os projetos para o futuro. As (outras) paisagens para onde somos levados nessas viagens vão depender dos elementos intercorporificados que nos convergem aquele fenômeno aurático. Os humores, as (in)disposições corporais de outros seres viventes ou a disposição dos objetos emanantes de auras podem nos (des)locar rumo a uma pletora de espaços-tempos.

As auras e atmosferas afetivas das paisagens colaboram para desnudar como cada fenômeno experiencial da paisagem é um acontecer intercorporal que envolve e supera os seres humanos. Emanações auráticas de entidades humanas e não humanas se misturam em tessituras multissensoriais que fazem das paisagens todos emocionais que arrebatam aqueles que nelas imergem. Vivenciar uma paisagem é, portanto, mais que a ver, mas de fato mergulhar nas tramas de atmosferas que nos convocam a direcionar nossos corpos em determinadas disposições afetivas.

Apontamentos Finais

Como conceito geográfico, a paisagem por vezes é conectada com o sentido da visão. No entanto, ao compreendermos a partir de uma relação para além do representacional, a paisagem se releva

como frente das relações afetivas em todos os sentidos, sejam objetivos ou subjetivos. Isso situa um caráter multifacetado e intercorporificado que é fundamental para a maneira como a geograficidade das paisagens enovela articulações em que sujeito e objeto se misturam de modos indissociáveis.

As misturas e arranjos de entidades humanas e não humanas irmanadas pelas paisagens demonstram os enlaces inexoráveis de situações *em-e-entre* que compõem a realidade geográfica. Os fenômenos e as experiências de paisagens são permeados por elementos auráticos e atmosféricos porquanto têm significado como todos coletivos, intersubjetivos e intercorporificados. É por conseguirmos partilhar dos humores, das emoções e das percepções – daquilo que afetamos e somos afetados por – que as paisagens existem na condição de fenômenos geográficos.

Ao desvelarmos o conceito de aura de Walter Benjamin, compreendemos as possibilidades da compreensão da paisagem em um processo de conexão das experiências entre sujeitos e objetos. A aura se constitui como base da conceituação das atmosferas afetivas, conceito importante na geografia cultural anglófona contemporânea. Acreditamos que isso possibilita evidenciar o caráter instável, aberto e intercorporificado que está no âmago dos fenômenos paisagísticos.

As presenças caracterizadoras das auras evidenciam como as junções de afetividades desdobram-se nos momentos fundacionais em que os fenômenos paisagísticos são coletivamente experienciados como complexos interativos de entidades humanas e não humanas. Trata-se de compreender que o âmago ontológico das experiências das paisagens são compartilhamentos de experiências sensoriais evidenciadas em entrecruzamentos, atravessamentos e trocas de humores *em-e-entre* geograficidades.

Ao embarcarmos nas jornadas da paisagem entrelaçada às atmosferas afetivas é possível irmos para uma relação complexa com várias corporeidades e subjetividades. As auras e atmosferas das paisagens desnudam como os afetos intersubjetivos, intercorporificados e transpessoais são fundamentais para entender o devir-paisagem para além de sua epifenomenalidade.

Embora discussões sobre as auras sejam incipientes nos estudos geográficos, sua construção teórico-metodológica pode colaborar para aprofundar o entendimento das percepções das paisagens. Acreditamos que a introjeção desse conceito benjaminiano nas geografias culturais tem o potencial para alavancar as reflexões articuladoras das sobreposições espaço-temporais.

As atmosferas afetivas que derivam do conceito de aura demonstram essa potestade. Como as geografias mais-que-representacionais anglófonas situam, as abordagens atmosféricas possibilitam compreender os afetos transpessoais das paisagens. Somadas às teorizações das auras, elas podem adensar a compreensão existencial e perceptiva acerca das experiências paisagísticas.

Referências

AKIMUTU, T. *What is Aura?* A Study on Walter Benjamin's Philosophy. Amazon Kindle, 2019.

ANDERSON, B. Affective atmospheres. *Emotion, space and society*, v.2, p.77-81, 2009.

ANDERSON, B. *Encountering Affect*: capacities, apparatuses, conditions. London: Ashgate, 2014.

ANDERSON, B.; ASH, J. Atmospheric methods. In: VANNINI, P. (Org.) *Non-representational methodologies*: re-envisioning research. New York and London: Routledge, 2015, p.34-51.

ASH, J. Rethinking affective atmospheres: Technology, perturbation and space times of the non-human. *Geoforum*, v.49, p.20-28, 2013.

BENJAMIN, W. *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*. Porto Alegre-RS: L&PM, 2017.

BENJAMIN, W. *On Hashish*. Cambridge & London: The Belknap press of Harvard University Press, 2006.

BENJAMIN, W. Parque Central. In.: *Obras escolhidas Volume III* – Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 151-181.

BENJAMIN, W. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

BENJAMIN, W. Pequena história da fotografia. In.: BENJAMIN, W. *Volume I - Magia e Técnica, Arte e Política*: Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 81-107.

BENJAMIN, W. Sobre alguns temas em Baudelaire. In.: *Obras escolhidas Volume III* – Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 103-150).

BERQUE, A. *Écoumène*: Introduction à l'étude des milieux humains. Belin : Paris, 2000.

BERQUE, A. *Histoire de l'habitat idéal* : de l'Orient vers l'Occident. Paris : le félin, 2016.

BÖHME, G. Atmosphere as an aesthetic concept. In: THIBAUD, J. P. (Org.) *The aesthetics of atmospheres*. London: Routledge, 2017, p.25-27.

BÖHME, G. Atmosphere as the fundamental concept of a new aesthetics. *Thesis Eleven*, v.36, p.113-126, 1993.

BOON, M. Walter Benjamin and Drug Literature. In.: BENJAMIN, W. *On Hashish*. Cambridge & London: The Belknap press of Harvard University Press, 2006, p. 1-16.

CANTINHO, M. J. O voo suspenso do tempo: estudo sobre o conceito de imagem dialéctica na obra de Walter Benjamin. *Imagem e Pensamento*. pp 305-318.

DAMIÃO, C. M. Sonho, estetização e política em Walter Benjamin. *Valise,* v. 6, n. 12, pp. 129-144, 2016.

DARDEL, E. *O Homem e a Terra.* São Paulo: Perspectiva, 2011.

FERRAZ, C. B. O; NUNES, F. G. O horizonte não é linear: paisagem e espaço na Perspectiva Audiovisual Linear de Anton Corbijn. *Ateliê Geográfico*. v. 8, n. 1, p. 166-180, 2014.

GREGORY, T. Reading Pornhub's authentication system and deleted archive through Walter Benjamin's aura. *Porn Studies*, 2024, p. 1-18.

HANSEN, M. B. Benjamin's Aura. *Critical Inquiry*, v. 34, n. 2, 2008, p. 336-375.

INGOLD, T. The temporality of the landscape. *World Archaeology*. London: Routledge, v. 25, n. 2 1993, pp. 152-174.

LUGINBÜHL, Y. Landscape iconography and perception. *The international encyclopedia of Geography*. 2017, p. 1-8.

MASON, O.; RIDING, J. Reimagining landscape: Materiality, decoloniality, and creativity. *Progress in human geography*, v.47, n.6, p.1-21, 2023.

MCCORMACK, D. P. *Atmospheric things*: on the allure of elemental envelopment. Durham and London: Duke University Press, 2018.

MICHELS, C. Researching affective atmospheres. *Geographica Helvetica*, v.70, p.255-263, 2015.

NOMEIKAITE, L. Street art, heritage and affective atmospheres. *Cultural Geographies*, v.30, n.4, p.596-588, 2023.

ROSE, M.; WYLIE, J. Animating landscape. *Environment and Planning D*: Society and Space, 2006, v. 24, pp. 475-479

SCHIER, R. A. Trajetórias do conceito de paisagem na geografia. *Ra'ega'*. N. 7, 2003, pp. 79-85.

SCHILITTE, A. Lines made by walking – On the aesthetic experience of landscape. *Continental Philosophy Review*, v.55, p.503-518, 2022.

SERPA, A. Paisagem, lugar e região: perspectivas teórico-metodológicas para uma geografia humana dos espaços vividos. *GEOUSP – Espaço e Tempo*. São Paulo, n. 33, 2013. pp. 168-185.

SILVA, L. L. S. *A excepcionalidade da paisagem e do lugar*: a transcendência da (i)materialidade por meio da mediação de subjetividades. Belo Horizonte: Letramento, 2023.

SILVA, L. O. S.; COSTA, A. Teorias não-representacionais e Geografia: reflexões e perspectivas. *Geograficidade*, v.12, n.2, p.23-42, 2022.

SILVA, M. A. S.; ARRUDA, C. Movimento como convite para fazer geografias: corpo, espaço e emoções. *Geografares*, v.32, p.1-17, 2021.

THRIFT, N. *Non-representational Theory*: space, politics, affect. New York: Routledge, 2008.

TRIGG, D. The role of atmosphere in shared emotion. *Emotion, Space and Society*, v. 35, p.1-7, 2020.

VANNINI, P. Non-representational research methodologies: an introduction In: VANNINI, P. (Org.) *Non-representational methodologies*: re-envisioning research. New York and London: Routledge, 2015, p.1-18.

WILIE, J. *Landscape*. New York: Routledge, 2007.

WYLIE, J. A landscape cannot be a homeland. *Landscape Research*. London: Routledge, 2016.

Submetido em: 13 de abril de 2024

Devolvido para revisão em: 31 de maio de 2024

Aprovado em: 01 de junho de 2024

DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2023.3445

COMO CITAR

FREITAS J. S. de, SOUZA JR C. R. B. de. Auras e atmosferas afetivas como desdobramentos das paisagens: espacialidades de emanações sensoriais intercorporificadas. **Terra Livre**, São Paulo, ano 38, v.2, n. 61, jul.-dez. 2023, p. 386-417. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3445. Acesso em: dd/mm/aaaa.

A COMPREENSÃO ESPACIAL DO MARIANISMO NO MODELO DE RENOVAÇÃO DAS NOVAS COMUNIDADES CATÓLICAS DE SOBRAL (CE)

THE SPATIAL UNDERSTANDING OF MARIANISM IN THE RENEWAL MODEL OF NEW CATHOLIC COMMUNITIES OF SOBRAL (CE)

LA COMPRENSIÓN ESPACIAL DEL MARIANISMO EN EL MODELO DE RENOVACIÓN DE LAS NUEVAS COMUNIDADES CATÓLICAS DE SOBRAL (CE)

Antonio Jarbas Barros de Moraes
Doutor em Geografia pelo PPGGEO – UFC e Servidor Público da Secretaria de Educação de Sobral (CE).
E-mail: jarbasgeografia@gmail.com

Christian Dennys Monteiro de Oliveira
Doutor em Geografia Humana e Docente Titular do departamento de Geografia da Universidade Federal de Ceará – UFC, Fortaleza (CE).
E-mail: cdennys@gmail.com

Resumo:
Este artigo tem como objetivo compreender a devoção mariana, ou marianismo, a partir de uma perspectiva plural, examinando questões que vão desde políticas do Vaticano até a realidade das Novas Comunidades Católicas Maranata e Rainha da Paz, localizadas na cidade de Sobral (CE). A metodologia adotada envolveu não apenas a participação junto às comunidades, mas também o mapeamento cognitivo e a análise de documentos disponíveis nos sites do Vaticano, da Diocese De Sobral e da Nova Comunidade Católica Shalom. Os resultados revelam uma abordagem cultural da Geografia que se entrelaça com tensões políticas, conservadorismos, contradições e ambiguidades presentes nesse contexto.

Palavras-chave: Marianismo. Shalom. Maranata. Rainha da Paz.

Abstract:
This article aims to understand Marian devotion, or Marianism, from a plural perspective, examining issues ranging from Vatican policies to the reality of the New Catholic Communities Maranata and Rainha da Paz located in the city of Sobral (CE). The methodology adopted involved not only participating with the communities, but also cognitive mapping, analyzing documents available on the websites of the Vatican, the Diocese of Sobral and the New Catholic Community Shalom. The results reveal a cultural approach to geography that is intertwined with the political tensions, conservatism, contradictions and ambiguities present in this context.

Keywords: Marianism. Shalom. Marantha. Rainha da Paz.

Resumen:
El artículo pretende comprender la devoción mariana, o marianismo, desde una mirada plural, examinando cuestiones que van desde las políticas del Vaticano hasta la realidad de las Nuevas Comunidades Católicas Maranata y Rainha da Paz ubicado en la ciudad de Sobral (CE). La metodología adoptada implicó no sólo la participación con las comunidades, sino también mapeo cognitivo, el análisis de documentos disponibles en los sitios web del Vaticano, de la Diócesis de Sobral y de la Nueva Comunidad Católica Shalom. Los resultados revelan un enfoque cultural de la geografía que se entrelaza con las tensiones políticas, el conservadurismo, las contradicciones y las ambigüedades presentes en este contexto.

Palabras-clave: Marianismo. Shalom. Maranata. Rainha da Paz.

Introdução

Neste artigo, discutimos alguns movimentos de renovação da Igreja Católica Apostólica Romana, os quais despertam interesse da Geografia para perceber os contrastes sociais da cultura e as questões relacionadas a devoção mariana, evidenciadas para além do ponto de vista oficializado da Igreja Católica. Assim, o nosso objetivo foi compreender essa devoção a partir de uma perspectiva plural, considerando uma multiplicidade de questões, desde políticas do Vaticano até a realidade das Novas Comunidades Católicas (NCCs) Maranata e Rainha da Paz, localizada na cidade de Sobral (CE).

Elas, as NCCs, são parte integrante dos movimentos originados da Renovação Carismática Católica (RCC) e direcionam suas práticas para o carisma (manifestação pessoal), a missão fervorosa, os propósitos de vida e aliança, a obediência hierárquica, o celibato, o culto aos ministérios, bem como à oração pessoal e comunitária. Destacam-se ao enfatizar esses elementos espirituais e práticos da vida religiosa, contribuindo significativamente para o dinamismo desses grupos no contexto eclesial da Igreja Católica.

A metodologia proporcionou a participação com estas comunidades e uma análise dos documentos disponíveis nos sites do Vaticano, da Diocese de Sobral e da Nova Comunidade Católica Shalom. A proximidade foi importante para a compreensão das experiências, combinando as perspectivas dos envolvidos com informações suplementares encontradas nos registros oficiais diocesanos.

Para a revisão teórico-metodológica, foi fundamental adotar um referencial correlato à abordagem cultural da Geografia, que

contribui para a compreensão dos fenômenos religiosos. Autores como Weber (1991), Oliveira (1999) e Souza (2017) foram essenciais nesse sentido. No contexto do catolicismo carismático, autores como Prandi (1997), Carranza (2009) e J. Oliveira (2017) ofereceram insights valiosos. Embora cada um desses referenciais tenha seu próprio contexto espacial em relação aos processos devocionais, patrimoniais e culturais, o estudo das comunidades foi abordado em diversas escalas, desde a latino-americana até a nordestina e sobralense. Isso se refletiu nas seções dedicadas à Compreensão metodológica espacial com participação e mapeamento cognitivo, Renovação da Igreja Católica Apostólica Romana, a Expressão comunitária do catolicismo na América-latina e às Novas Comunidades Católicas Maranata e Rainha da Paz de Sobral (CE).

Compreensão metodológica espacial com participação e mapeamento cognitivo

O desenvolvimento deste estudo abrangeu o período de intensa disseminação da COVID-19, ocorrido entre 2020 e 2021, e foi concluído em 2023. Além das interações presenciais, realizadas nas duas comunidades anteriores, também foram considerados os contatos realizados por meio da internet, incluindo redes sociais e e-mail. No caso da Nova Comunidade Católica Shalom, abordada em uma das seções do artigo, embora o contato pessoal não tenha sido viável, a comunicação online foi mantida. O esforço em integrar o contexto pandêmico nesta discussão não apenas destaca um dos pontos centrais da perspectiva da pesquisa, mas também acrescenta significado notados a partir da experiência presencial e online (Kozinets, 2014; Corrêa, Rozados, 2017).

É da metodologia também a participação em práticas devocionais junto às comunidades pesquisadas, Maranata e Rainha da Paz, localizadas em Sobral (CE). Essa abordagem foi fundamental para identificar alguns dos significados das práticas desenvolvidas pelos grupos, proporcionando uma compreensão dos movimentos políticos e devocionais dessas comunidades.

Outro aspecto metodológico importante é a atenção dedicada aos documentos disponíveis no site do Vaticano, principalmente, conciliares, como: Concílio de Trento, Concílio Vaticano I e Concilio Vaticano II; e também ao Decreto de aprovação do Estatuto e Reconhecimento Canônico da Associação Comunidade Católica Maranata; ambos foram fundamentais para aprofundar a compreensão do imaginário mariano das comunidades, alinhando-se às intenções associadas à função social, política e simbólica do espaço (Silva; Mendes, 2013).

Para esta abordagem, adotamos um referencial teórico da Geografia da Religião, centrado na compreensão dos significados produzidos espacialmente pelas religiões, com foco particular na católica. Expandimos essa perspectiva ao contextualizar as dinâmicas espaciais das práticas devocionais carismáticas, buscando compreender como são vivenciadas e representadas em contextos geográficos específicos.

Os significados atribuídos aos diferentes espaços podem ser provenientes de conflito e disputa por domínios espaciais cada vez mais difusos. Essas observações destacam as interações entre religião e espaço geográfico, evidenciando como questões de poder e dominação fazem surgir variados modelos de renovação do catolicismo, mas com práticas conservadoras. As religiões se

diversificaram ao se estabelecerem em diferentes localidades, resultando na emergência de uma multiplicidade de sistemas religiosos a partir de uma base comum, neste caso o marianismo ou devoção mariana enquanto promotor de geopolítica de dominação que tem a ver com o controle exercido por grupos religiosos e como isso molda o espaço em várias escalas de uso (Stump, 2008).

Rosendahl (2018) argumenta que é essencial considerar o componente espacial da religião, o que reflete o compromisso dos estudos geográficos. Esse enfoque permite compreender a capacidade dos geógrafos de se dedicarem ao estudo das religiões sem negligenciar o espaço, que desempenha um papel fundamental nas representações das experiências humanas. Ao aceitar o desafio de investigar e dar destaque aos significados religiosos do espaço sagrado, com foco na paisagem, Souza (2017) conduziu um estudo sobre devoções religiosas e os sentidos das experiências de peregrinação a pé, relacionadas a uma romaria.

Oliveira (1999) já apontava para a relevância dos estudos de articulados entre Geografia e Religião. Além disso, destaca a sequência dos fenômenos religiosos, apresentando uma série de eventos marcantes na história que contribuíram para a consolidação do mito mariano de Aparecida no Brasil. A promoção religiosa promovida pela hegemonia da Igreja Católica surge de uma intenção eclesial inicialmente rejeitada internamente, para depois se tornar dominante do âmbito nacional ao internacional. Isso desencadeia uma série de conflitos latentes, processos de sacralização, ideologias e, sobretudo, transformações socioespaciais.

Com base nas experiências, tanto dos pesquisadores quanto dos sujeitos espaciais ou membros das comunidades, e nas leituras

que ressaltam a relevância de explorar os significados dos fenômenos religiosos e suas influências no espaço, optou-se por incorporar o mapeamento cognitivo na pesquisa. Essa abordagem permitiu compreender as dinâmicas espaciais das práticas religiosas, mas também mapear as representações mentais e os significados atribuídos pelos membros das comunidades.

O mapeamento cognitivo não menospreza o que já foi produzido pela cartografia, pelo contrário, agrega uma nova perspectiva. Ele amplia o processo de interação com o espaço, indo além da observação. O livro Atlas Memorial Docente (Oliveira, 2022) proporciona uma análise sobre o debate em torno da utilização desse tipo de mapeamento. Essas representações são, de certa forma, caminhos que promovem diálogos escritos e narrativos. Nele, suas formas podem variar, podendo ser verticalizadas, horizontalizadas, gráficas, pictóricas e representacionais (Moraes, 2023). Apesar das particularidades de cada abordagem, elas estão espacialmente interligadas, funcionando em colaboração umas com as outras, como exemplificado na figura 2. Os contornos e as linhas tracejadas indicam a possibilidade de abertura para outras argumentações horizontais entre os conceitos apresentados.

É notável as habilidades do mapeamento cognitivo em demonstrar a interação entre as dinâmicas institucionais de promoção da vida carismática e as práticas que, ao mesmo tempo, buscam inovações e mantêm práticas conservadoras. Essa metodologia, ao oferecer uma perspectiva alternativa à análise geográfica, enriquece a compreensão das relações entre espaço, cultura e religião. Ela não só revela o esforço da Igreja Católica para manter sua hegemonia difusora, mas também sugere outras

perspectivas para as Novas Comunidades Católicas se ressignificarem, considerando o pluralismo de questões da atualidade como a própria (in)tolerância religiosa.

O mapa cognitivo da Figura 1 tenta sugeria a perspectiva de uma Tempestade Católica motivadora das transformações marianas que estamos analisando.

Figura 1: Tempestade Católica



Fonte: Elaboração dos Autores (2024).

A Renovação da Igreja Católica Apostólica Romana

O contexto histórico da Igreja Católica evidencia inúmeros eventos de renovação da instituição de acordo com a temporalidade, sejam eles conciliares ou não. No recorte temporal de 1545 a 2024, somando-se 477 anos, durante os quais a Igreja passou por vários processos de reformas estruturais, como o Concilio de Trento, de 1545 a 1563, objetivando reforçar os dogmas católicos, reconhecer e corrigir erros cometidos e apontar caminhos para que a fé católica se fortalecesse na Europa e se expandisse para o mundo, além de ser

uma reação ao protestantismo da época (Trento, 1546). No Concilio Vaticano I, de 1869 a 1870, a construção de uma constituição dogmática de 1870, intitulada *Dei Filius* (o filho de Deus), serviu para disciplinar a fé católica e a constituição dogmática *Pastor Aeternus* (eterno pastor), atestando a infalibilidade da autoridade do Papa (Vaticano I, 1870). O Concilio Vaticano II, de 1962 a 1965, também preocupado com posicionamentos críticos internos sobre a conduta da fé, elaborou neste período quatro constituições, três declarações e nove decretos, normalmente voltados a vários temas sobre a atualização da Igreja Católica, porém restrita a uma reforma da liturgia (Vaticano II, 1965).

Embora a abordagem histórica não seja detalhada, é importante destacar que ao longo dos séculos, a Igreja Católica tem enfrentado constantes desafios para se adaptar às mudanças sociais, políticas e culturais. Desde o Concílio de Trento, uma série de eventos e movimentos internos tem influenciado profundamente os posicionamentos eclesiásticos. Além disso, a instituição teve que lidar com desafios significativos, como a implementação de reformas internas para combater casos de corrupção e abuso de poder, e para promover maior transparência e prestação de contas. A crescente secularização da sociedade também tem exigido uma reflexão sobre questões contemporâneas, como direitos humanos e justiça social. Nesse sentido, o contínuo processo de reforma reflete a capacidade de se adaptar e responder aos desafios de cada época, ao mesmo tempo em que busca preservar sua identidade e valores fundamentais. Essas transformações não apenas fortalecem a fé católica, mas também ampliam sua relevância e influência na sociedade.

Um dos movimentos de renovação que tem ganhado destaque é a Renovação Carismática Católica (RCC). Esse movimento, de caráter internacional, busca fortalecer, expandir e promover seus objetivos em várias partes do mundo, tornando-se objeto de estudo e planejamento das autoridades eclesiásticas. Embora tenha enfrentado críticas severas em sua fundação devido aos seus métodos não convencionais, que divergiam do conservadorismo – incluindo o uso de ministérios de dança, música, mídia e performances lideradas por leigos, com forte vínculo com o meio universitário (particularmente na Universidade de Duquesne, em Pittsburgh, em 1967) – a RCC tem despertado interesse, inclusive entre os católicos, devido à sua habilidade de atrair seguidores (Oro, Alves, 2013).

A introdução de metodologias baseadas na musicalidade e em performances conseguiu integrar elementos do pentecostalismo com o catolicismo, em busca de renovação espiritual. No entanto, o pentecostalismo católico difere do batismo protestante devido à sua devoção a Nossa Senhora, à Eucaristia e a obediência ao Papa. Ele permanece centrado nos princípios conservadores da instituição, na autoridade da Bíblia e na manifestação dos dons carismáticos (Valle, 2004).

A nova sensibilidade religiosa carismática é multiforme, logo, apesar do estigma de renovação, com veneração às santidades marianas, aquelas, circunstancialmente, mais próximas a Deus, como por exemplo a Virgem Maria e todos os santos, não abandona uma posição de servidão e hierarquia, justificada pelos vestígios imagéticos da onipotência, onipresença e também da situação espacial templária dos santuários, capelas e catedrais. Neste sentido,

o epicentro do fenômeno carismático é a Igreja Católica Apostólica Romana, depois existem comunidades católicas enquanto células promotoras diocesanas, que em se tratando de comunidades, correspondem ao agir por meio de uma ordem instituída pelos líderes religiosos.

É preciso olhar o catolicismo carismático a partir das indicações de Reginaldo Prandi (1997), pois caracteriza-se como um movimento conservador que se opõe ao pentecostalismo. Esse é o olhar de dentro para fora do movimento, e o olhar para dentro é hegemonicamente a política da Igreja. Contudo, a oposição não se restringe ao pentecostalismo, mas a qualquer discussão que seja capaz de atravessar várias denominações religiosas, expressando um dinamismo plural produzido na sociedade pelas minorias, relacionadas à família, sexuais ou femininas (Moraes, 2022). Por isso, apesar da cosmovisão de mundo voltada à Nossa Senhora, existe, além disso, a proximidade as efervescências das questões políticas de renovação ativa no catolicismo, sobretudo o latino-americano.

Expressão comunitária do catolicismo na América-latina

É preciso reforçar o contexto histórico-geográfico de expressões comunitárias da Renovação Carismática Católica na América-latina. Soma-se a isso atuações espaciais que dizem respeito ao processo de produção das relações políticas e religiosas que traduzem multiplicidades de transformações e significações inerentes à sociedade latina. Eis um complexo temático que merece uma minuciosa atenção do geógrafo. Nos estudos de Bastian (1994) e

Urrego-Romero (2019) acerca do RCC, eles apontam que existem diferentes situações para se compreender o movimento carismático.

Uma das situações é de desenvolver reflexões equiparando o movimento ao catolicismo popular, que nele são agregadas práticas místicas, mágicas e emotivas, sustentadas em crenças advindas da vida mundana, ou seja, desenvolvidas nas vivências diárias, sem filiação formal. A outra tem relação com o catolicismo tradicional vinculado a um posicionamento político da Igreja, contrário ao avanço das seitas e de outros Novos Movimentos Religiosos (NMR). Neste caso, não se separa, pelo contrário, argumenta-se sobre o intercruzar das expressões das duas vertentes, na América Latina, a renovação por meio de comunidades católicas (Arias, 2003).

Os movimentos carismáticos reconhecidos pela autoridade eclesiástica se apresentam com autonomia e reflexões sobre a unidade da Igreja, e não sobre o pluralismo de práticas religiosas. O posicionamento carismático deve, nesse sentido, contribuir para a superação das tensões internas, além de tentar combater extensamente o crescimento dos movimentos neopentecostais. No entanto, a legitimidade do carisma destes movimentos é validada pela autoridade sacerdotal, que está hierarquicamente acima da RCC (Suárez, 2014; Urrego-Romero, 2019). Suárez (2014) entende que os movimentos de novos carismas são orientados pelo caráter dogmático da doutrina católica e evitam fazer questionamentos a respeito da doutrina tradicional. É fundamental para o grupo seguir e defender a moral da Igreja.

Segundo Brenda Carranza (2009), a chegada da Renovação Carismática Católica na América Latina se deu em fases: a *fase fundacional*, com a estruturação do movimento, nos anos de l960 e

1970; A *fase social e cultural*, nos anos de 1980 e 1990, em que ocorre a consolidação de um estilo de evangelização a partir da música, do lazer e da oração, como um processo de continuidade do carisma; e a *fase midiática*, dos anos 2000, a partir do qual os meios de comunicação são principais veículos de difusão carismática. E com a sofisticação da tecnologia informacional na contemporaneidade, as divulgações por meio das redes sociais, com designes apelativos dos eventos, são prioridades das Novas Comunidades Católicas.

Nova Comunidade Católica na realidade nordestina-cearense

Entre as Novas Comunidades Católicas, a Shalom se destaca como uma expressão comunitária carismática com raízes nordestinas, especialmente cearenses, e uma abrangência comunitária difundida. Discute-se aqui a sua influência espacial na esfera católica carismática a partir de uma perspectiva estadual cearense. Diante disso, é necessário discutir conceitualmente a aproximação e a área de influência da Shalom no estado do Ceará, localizado no Nordeste do Brasil.

A Nova Comunidade Católica Shalom foi fundada em 1982, iniciando com a "Lanchonete do Senhor" ou "Café Cristão", inspirada em uma experiência canadense. A sua sede fica em Fortaleza (CE) e tem a finalidade de criar uma ponte entre jovens e a experiência religiosa. É uma Associação Privada Internacional de Fiéis, com personalidade jurídica e reconhecimento pontífice pela Santa Sé, em 2007. Em 2012, teve seus estatutos aprovados definitivamente (Nicolau, 2006; Shalom, 2022). Para a comunidade "Ser Shalom", é a Paz em Jesus (Shalom, 2022). Na comunidade, a devoção mariana é

manifestada, reafirmando o compromisso devocional com o catolicismo. No entanto, o âmago vocacional do grupo se volta diretamente para Cristo ressuscitado. Isso sugere a presença de um ato devocional coletivo em relação à devoção mariana e um compromisso individual com Cristo ressuscitado.

Este é o caráter da ação comunitária religiosa, conforme descrito por Max Weber (1991). Os efeitos desse comportamento estão ligados à conduta humana vivida, representando um modo de agir em comunidade em busca de longevidade terrena e de supremacia ou dominação religiosa no espaço. Além disso, pode-se argumentar, embora não seja uma ideia diretamente atribuída ao autor, sobre a importância de perceber as essências da religião, já que o fenômeno é permeado por mistérios que suscitam questionamentos sobre a vida terrena. Em outras palavras, a religião pode conciliar o mundo terreno, caracterizado por políticas de dominação religiosa, com o mundo transcendente, influenciado por forças extraordinárias. Ambos os aspectos contribuem para a interpretação do significado espacial, político e religioso das manifestações marianas.

A dinâmica comunitária da "Obra Shalom" é impulsionada por dois elementos espaciais fundamentais: as casas de missões e os missionários. O carisma permeia os integrantes do grupo, desde os fundadores até os membros. A disseminação da obra ocorre de forma específica, por meio de ações apostólicas, serviços, ministérios, eventos e ações de evangelização, realizadas por pessoas que residem nas cidades e localidades que buscam viver o carisma da comunidade. Esse processo de implantação e consolidação da obra é evidente, conforme apontado por Barroso (2018). Inicialmente, identifica-se

arquidioceses, dioceses e paróquias que demonstram afinidade com os princípios pregados pela "Obra Shalom". Após essa identificação e com a aprovação dos clérigos locais, dá-se início à experiência religiosa carismática da obra, por meio de formações e estabelecimento de uma casa de missões. Cada uma dessas casas representa um ponto focal onde a irradiação da obra se expande, promovendo a continuidade do processo de conquistar adeptos, tanto na região local quanto em dioceses vizinhas.

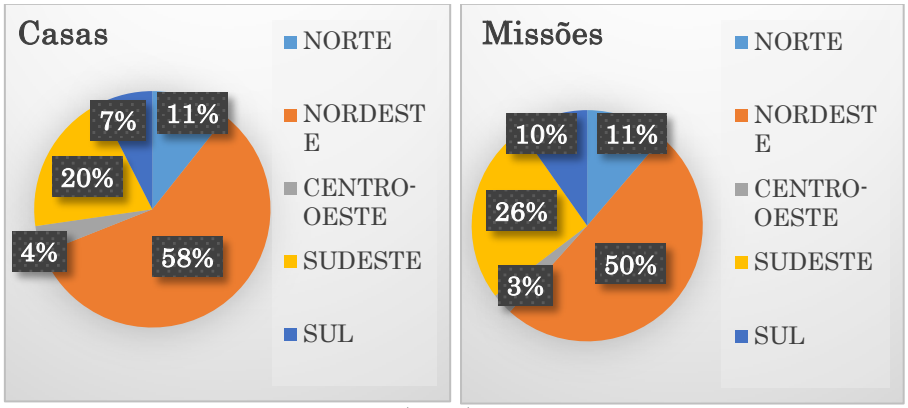
É fundamental destacar que essa propagação se diferencia da assistência internacional, que está mais focada em estabelecer relações eclesiásticas e missões fora da nacionalidade de origem. Essa diferenciação se torna evidente quando uma obra começa a demonstrar interesse internacional, transformando sua disseminação em uma fundação missionária, onde a missão de uma dessas casas representa a comunidade no exterior. A intervenção da Assistência Internacional na disseminação da obra visa acompanhar o processo de fundação e, em casos específicos, iniciar a disseminação da obra a partir dali, com a autorização do bispo de uma diocese internacional, como destacado por Barroso (2018). Essa expansão ocorre tanto fisicamente quanto de forma transcendental, indicando um percurso simbólico percorrido por forças político-religiosas. Insatisfeitas com qualquer forma de estagnação católica, essa expansão se desenvolve localmente, regionalmente, nacionalmente e internacionalmente, estabelecendo uma área de influência e hegemonia em relação a outras comunidades.

Segundo dados do site da Comunidade Shalom o Brasil tem 187 casas e 123 missões, sendo o número de casas diferente de missões porque há missões com mais de uma casa (Shalom, 2023).

Essas informações podem ser constantemente atualizadas de acordo com a continuidade do processo de difusão espacial. Os gráficos 1 e 2 apresentam o percentual de distribuição das casas e missões por região.

Os dados revelam uma distribuição diversificada de casas pelas cinco regiões do Brasil. O Nordeste lidera em número, indicando uma possível concentração em estados próximos a sede da comunidade. Em seguida, o Sudeste surge com o segundo maior número de casas, seguido pelo Norte em terceiro lugar, o Sul em quarto e o Centro-Oeste com o menor número. Essa análise destaca as diferenças regionais na distribuição das casas.

Gráfico 1 e 2: Casas e Missões da Shalom por Região



Fonte: Organizado pelos autores (2023).

As missões são mais restritas do que as casas, pois uma missão pode abrigar mais de uma casa. Enquanto as casas estão fixadas em um endereço, as missões estão se expandindo em várias direções e localizações. O cenário das missões é semelhante à distribuição das casas. O Nordeste se destaca com o maior número de missões, indicando uma presença robusta e disseminada nessa

região. Essa concentração pode refletir uma estratégia de focalização em áreas com maior demanda ou necessidade de atuação da comunidade. Por outro lado, o Sudeste apresenta uma quantidade considerável de missões, sugerindo uma expansão da Shalom para além de seu berço original no Nordeste, o que evidencia uma difusão em direção a áreas com diferentes contextos sociais e culturais. As regiões Norte, Sul e Centro-Oeste exibem números menores de missões, sugerindo uma presença mais limitada, possivelmente devido a desafios logísticos e à competição espacial com outras comunidades. Em suma, os dados evidenciam uma estratégia de alcance nacional, com uma presença marcante e um fluxo interespacial.

Acompanha-se uma sequência numérica que demarca um exemplo de marianismo comunitário cearense-nordestino. Evidentemente, é inevitável uma reflexão geográfica sobre as ligações entre ser e lugar, possível em cada uma dessas casas, na rotatividade missionária, no alcance do sagrado dotado de práticas institucionais, mundanas e na relação que cada um, sendo e fazendo, tem com o mundo religioso, político e espiritual. Por isso, ousa-se também dizer que essa abordagem revelou a necessidade de aproximações as NCCs Maranata e Rainha da Paz de Sobral (CE).

As Novas Comunidades Católicas Maranata e Rainha da Paz de Sobral (CE)

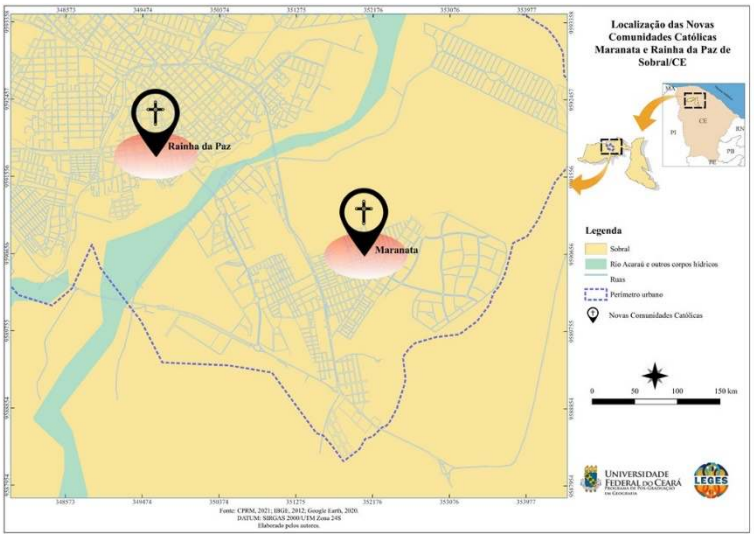
As comunidades Maranata e Rainha da Paz, de Sobral (CE), originaram-se do movimento carismático, amplamente difundido desde sua origem nos Estados Unidos, influenciado pelo Concílio Vaticano II (1965). Apresentam uma mobilidade espacial

diversificada, com crescimento vigoroso a medida que expandem suas conexões e controle (Stump, 2008). Apesar de uma focar em ações municipais e a outra em missões mais amplas, cada uma se adapta às características históricas, sociais, econômicas e religiosas do contexto local. Suas práticas devocionais revelam singularidades, contribuindo para a produção de significados do espaço sagrado (Rosendahl, 2018; Souza, 2017), influenciando dinâmicas políticas que reforçam as complementaridades sacro-profanas, conforme Oliveira (1999). Essas dinâmicas são compreendidas de forma plural, guiadas pelo que é vivenciado. O mapa de localização contextualiza essas comunidades na cidade (Figura 2).

A Nova Comunidade Católica Maranata está localizada na Rua Raimundo Rodrigues, do bairro COHAB II de Sobral. Segundo informações obtidas, o fundador a teria fundado por volta de 1997. Ela é distante do centro comercial, aproximadamente 3 quilômetros, a sua realidade religiosa, que não parte apenas da demarcação social-espacial de um bairro periférico e da sua autossustentabilidade proveniente de suas práticas coletivas, é advinda da dedicação integral dos membros. A manutenção da infraestrutura física da associação, reparos na eletricidade, compra de cadeiras e outras, é possível graças à arrecadação de doações de membros e simpatizantes. As atividades da comunidade estão situadas na paróquia Nossa Senhora de Fátima, da cidade. As suas missões evangelizadoras são locais, nas paróquias da diocese e nas capelas ligadas, principalmente, à paróquia de Fátima. O modo de evangelizar é inspirado no tempo da experiência que diz respeito à dedicação até o seu reconhecimento clérigo por meio da criação de estatuto da comunidade. O estatuto, documento que atesta o

reconhecimento clérigo da associação, foi aprovado no dia 01 em maio de 2009 para um período experimental de cinco anos, prorrogado por mais três anos, em 2014, mas o seu reconhecimento diocesano só ocorreu no dia 27 de maio do ano de 2022 (Diocese de Sobral, 2022). Está-se diante de padrões espaciais, como diria Sopher (1981), proveniente da política difusora da Igreja.

Figura 2: Localização das Novas Comunidade Católica Maranata e Rainha da Paz de Sobral/CE



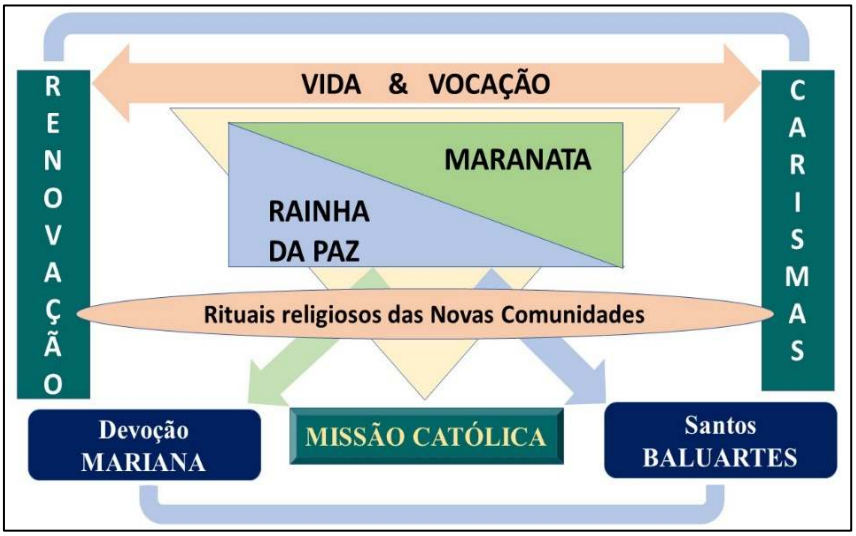
Fonte: Organizado pelos autores (2023).

A sede da Nova Comunidade Católica Rainha da Paz, diferente da Maranata, está localizada no bairro Centro de Sobral, na Rua Coronel Estanislau Frota. Esta comunidade nasceu em 28 de fevereiro de 1989, motivada por um grupo de oração da Renovação Carismática Católica, na paróquia de Nossa Senhora do Patrocínio. A sede possui um amplo pátio de convivência, com cobertura, lanchonete, loja de adereços religiosos, auditórios, duas capelas, bebedouros, alguns banheiros e certamente há outros

compartimentos aos quais não foi possível ter acesso. A infraestrutura física é mantida com a contribuição mensal de 10 por cento do saldo mensal dos membros. A arrecadação, chamada de sinal de partilha, está intimamente relacionada à prática simbólica de devolução monetária como gratidão à divindade pelas bênçãos alcançadas pelos fiéis. A difusão da missão, – levar paz ao mundo –, da associação católica supera o local, pois além de Arataiaçu, Jaibaras, Jordão, Rafael Arruda, distritos e a sede, em Sobral (CE), está em Acaraú (CE); Alcântaras (CE); Meruoca (CE); Pires Ferreira (CE); Varjota (CE); Forquilha (CE); Fortaleza (CE), em Olinda (PE); Mosqueiro (PA); e na França (Rainha da Paz, 2022). Segundo contaram membros, a associação católica tem o reconhecimento pontífice, da Santa Sé, desde 2005. Eliade (1992) buscou compreender a experiências do *Homo religiosus*/Homem religioso, neste caso, não é um acontecer religioso que se manifesta, dando qualidade sagrada ao espaço, porém importa tanto pela mobilidade política institucional quanto pelo encontro dos membros com uma busca constante por realizações pessoais. É relevante, pois considerar a própria maneira de se organizarem religiosamente em torno das práticas devocionais que sacralizam e politizam as suas buscas no espaço.

Além da questão de demarcação, é importante lembrar que há o sujeito espacial, membro que encarna e vive intensamente a lógica comunitária. O mapa cognitivo (Figura 3) corresponde à compreensão correlacionando movimentos devocionais, comunidades e significados singulares e plurais das dinâmicas espaciais motivadas pela Maranata e Rainha da Paz.

Figura 3: Mapa Devocional das Novas Comunidades Católicas Rainha da Paz e Maranata de Sobral (CE)



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Cada característica do mapa cognitivo possui suas especificidades, algumas das quais são representadas na tabela (Tabela 1). Embora cada elemento do mapa exista individualmente, seus contatos são inevitáveis, produzindo relações mais extensas e complexas. Por exemplo, o triângulo no centro do mapeamento se movimenta, realizando contato com as demais seções formadas geometricamente.

O comportamento do mapa devocional revela-se como um instrumento complexo, capaz de desvendar os múltiplos significados geográficos que permeiam a devoção mariana ou marianismo no espaço sagrado. A interação entre cores, conceitos e formas geométricas desempenha um papel crucial na construção de uma compreensão abrangente da manifestação religiosa, proporcionando uma visão detalhada e multifacetada dessa expressão de fé.

Tabela 1: Características gerais do marianismo da Novas Comunidade Católicas citadas no mapa devocional

Características Gerais da Renovação Carismática	
Rituais religiosos das Novas Comunidades	Elementos pentecostais, performances animadas das liturgias, revelações e línguas.
Devoção Mariana	Obediência à Igreja, sacramento batismal e devoção mais acentuada.
Maranata	Modo de viver Maranata, busca incessante pela santidade e reconhecimento eclesiástico.
Rainha da Paz	Aparições de Maria em Medjugorje, na atual Bósnia e práticas de atração elitizadas.
Vida e Vocação	Trajetória de vida, superar as dificuldades, obediência e caráter político eclesial.
Santos Baluartes	Construção da vida espiritual, motivação interna ao grupo e padroeiros.
Missão católica	Difundir, controlar e impor limite no espaço secular.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

No contexto da imagética proporcionada pela parcial compreensão, o ordenamento devocional se destaca como uma manifestação da importância do catolicismo e da continuidade do marianismo em diferentes lugares de devoção. A disposição cuidadosa dos elementos devocionais dessas comunidades não apenas reflete a devoção fervorosa dos carismáticos em seguir os ensinamentos da Igreja, mas também sublinha a persistência e relevância contínuas da devoção mariana, mesmo em locais menos destacados. Essa organização meticulosa transmite uma imagem da fé e devoção e contribui para reforçar um conservadorismo doutrinário, mantendo vivas tradições e práticas religiosas ao longo

do tempo. Além disso, a diversidade de cores, formas geométricas e elementos simbólicos presentes nessas exposições permite uma compreensão multifacetada e aberta a diferentes perspectivas.

Considerações finais

O movimento de renovação da Igreja Católica Apostólica Romana se adapta a cada temporalidade vivida na sociedade, secularizando-se e desenvolvendo políticas de controle espacial e de difusão. Por isso, sua capacidade expansiva atravessa contextos conciliares e pentecostais, chegando até a América Latina. Uma dessas dinâmicas geopolíticas é a Renovação Carismática Católica, que possui diferentes frentes, como o caso das Novas Comunidades Católicas (NCCs), representadas nesta pesquisa pelas comunidades Maranata e Rainha da Paz de Sobral (CE).

Este estudo ressalta, por meio do mapeamento cognitivo, a urgência de reconsiderar a representação de Nossa Senhora nos círculos devocionais da Igreja Católica. Ela é frequentemente retratada como o epicentro da devoção católica, o que reflete sua posição simbólica, alinhada aos interesses clericais em detrimento das questões relacionadas ao pluralismo cultural. Apesar de Oro e Alves (2013) terem destacado a preocupação da Renovação Carismática Católica em conter o crescimento do pentecostalismo, observa-se um projeto político interessado em continuar espacialmente difundindo o domínio espacial do catolicismo. É crucial, antes disso, promover discussões plurais que são essenciais na sociedade contemporânea.

Essa prática de mapeamento cognitivo pode revelar a experiência imagética das pessoas que historicamente foram marginalizadas nos círculos religiosos predominantes. Temas cruciais, como a igualdade de direitos e a inclusão da mulher tanto na Igreja católica quanto na sociedade em geral, encontram-se excluídos ou marginalizados dentro dos moldes conservadores. Essa lacuna evidencia a necessidade urgente de uma abordagem mais inclusiva e progressista na interpretação e devoção mariana, despertando um marianismo que esteja aberto ao diálogo com as demandas por equidade e diversidade.

É fundamental reconhecer que práticas devocionais mais plurais têm o potencial de estabelecer um diálogo enriquecedor com diversas minorias sociais e diferentes ordens religiosas de matrizes afrodescendentes. É crucial resistir a cooptação do símbolo mariano para fins políticos internos, a fim de preservar sua integridade e significado como um farol de esperança e inspiração para as pessoas, independentemente de sua posição política ou social. Nesse sentido, a devoção mariana pode ser reconstruída como um símbolo de solidariedade e inclusão, capaz de unir diferentes comunidades em torno de valores comuns de justiça, compaixão, tolerância e respeito mútuo.

Referências

ARIAS, Ricardo. **El episcopado colombiano**: intransigencia y laicidad (1850-2000). Bogotá: Ediciones Uniandes: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, 2003. 382 p.

BARROSO, Angela. **O que é Difusão da Obra?** 2018. Disponível em: https://comshalom.org/o-que-e-difusao-da-obra/. Acesso em: 30 nov. 2022.

BASTIAN, Jean Pierre. **Protestantismos y modernidad latinoamericana/ Protestantism and Modernity in Latin America**: historia de unas minorias religiosas activas en america latina. Cidade do México: Fondo de Cultura Economica Usa, 1994. 351 p.

CARRANZA, Brenda. Perspectivas da neopentecostalização católica. In: BENEDETTI, Luiz Roberto; CARRANZA, Brenda; PORTELLA, Rodrigo. **Novas comunidades católicas: a busca de um espaço**. Aparecida: Ideias & Letras, 2009. p. 288.

TRENTO, 1545-1563, **Documentos do Concílio de Trento.** 1546. Disponível em: http://www.montfort.org.br/bra/documentos/concilios/trento/. Acesso em: 17 nov. 2022.

VATICANO I, 1869-1870. **Documentos do Concílio Vaticano I.** Vaticano: 1870. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/i-vatican-council/index_po.htm. Acesso em: 19 nov. 2022.

VATICANO II, 1962-1965, Vaticano. **Documentos do Concílio Vaticano II.** Vaticano: 1965. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/index_po.htm. Acesso em: 19 nov. 2022.

CORRÊA, Maurício de Vargas; ROZADOS, Helen Beatriz Frota. A netnografia como método de pesquisa em Ciência da Informação. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, [S.L.], v. 22, n. 49, p. 1-18, 9 maio 2017. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). http://dx.doi.org/10.5007/1518-2924.2017v22n49p1. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2017v22n49p1. Acesso em: 13 out. 2022.

DIOCESE DE SOBRAL. **Decreto de aprovação do Estatuto e Reconhecimento Canônico da Associação Comunidade Católica Marana Tá.** Cúria Diocesana, 2022.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 109 p.

KOZINETS, Robert. **Netnografia [recurso eletrônico]**: realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014. 203 p.

MORAES, Antonio Jarbas Barros de. O marianismo situado no espaço geográfico de Sobral, Ceará. **Revista Tocantinense de Geografia**, *[S. l.]*, v. 11, n. 25, p. 222-236, 2022. DOI: 10.20873/rtg.v11i25.13585. Disponível em: https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/geografia/article/view/13585. Acesso em: 10 mar. 2024.

RIZZO, M. Stability of first and second premolars extraction space closure. 2018. 79 p. Tese (Doutorado em Ortodontia) - Faculdade de Odontologia de Bauru, Universidade de São Paulo, Bauru, 2018.

MORAES, Antonio Jarbas Barros de. **Espaço-imagético religioso**: experiências marianas das novas comunidades católicas Maranata e Rainha da Paz da diocese de Sobral (CE). 2023. 168 f. Tese (Doutorado) - Departamento de Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/72177?mode=full. Acesso em: 02 fev. 2024.

NICOLAU, Roseane Freitas. O sentido da comunidade católica Shalom entre os carismáticos de fortaleza. **Revistade Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 37, n. 1, p. 77-91, 20 mar. 2013. Quadrimestralmente. Disponível em: http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/556. Acesso em: 15 out. 2022.

OLIVEIRA, Jefferson Rodrigues de. **O *on* e o *off* da fé na hipermodernidade**: a religião e as novas interfaces do sagrado na era 2.0: O exemplo no Vale do Paraíba (SP). 2017. 261 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/13217. Acesso em: 02 fev. 2022.

OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro de. **Um Templo para Cidade-Mãe**: a construção mítica de um contexto metropolitano na Geografia do Santuário de Aparecida-SP. 1999. Tese (Doutorado) –

Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. 246 f. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-23052017-111101/. Acesso em: 08 jun. 2020.

OLIVEIRA, Christian Dennys Monteiro (org.). **Atlas memorial docente**: arte-patrimônio e cognição emocional geoeducativa. Santa Maria: Arco Editores, 2022. 114 p.

ORO, Ari Pedro; ALVES, Daniel. Renovação Carismática Católica: movimento de superação da oposição entre catolicismo e pentecostalismo?. **Religião & Sociedade**, [S.L.], v. 33, n. 1, p. 122-144, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rs/a/ydp8rBvBTZv5YSmTCS9KNGx/abstract/?lang=pt. Acesso em: 05 maio 2022.

PRANDI, Reginaldo. **Um sopro do Espírito**: a renovação conservadora do catolicismo carismático. 1. ed. São Paulo: Edusp: Fapesp, 1997. 181 p.

RAINHA DA PAZ. **Missões.** 2022. Disponível em: https://rainhadapazsobral.com.br/. Acesso em: 02 dez. 2022.

ROSENDAHL, Zeny. **Uma procissão na geografia**. 1. ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018. 408p.

SHALOM (Ceará). **Onde estamos**. 2023. Disponível em: https://comshalom.org/onde/. Acesso em: 14 fev. 2023.

SOPHER, David E.. Geography and Religions. **Progress In Human Geography**, [S.L.], v. 5, n. 4, p. 510-524, dez. 1981. SAGE Publications. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1177/030913258100500402. Acesso em: 06 jun. 2022.

SILVA, Juniele Martins; MENDES, Estevane de Paula Pontes. Abordagem qualitativa e geografia: pesquisa documental, entrevista e observação. In: MARAFON, Glaucio José; RAMIRES, Julio Cesar de Lima; RIBEIRO, Miguel Angelo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **Pesquisa qualitativa em geografia**: reflexões teórico-conceituais e aplicadas. Rio de

Janeiro: Eduerj, 2013. p. 01-540. Disponível em: https://doi.org/10.7476/9788575114438. Acesso em: 01 nov. 2020.

SOUZA, José Arilson Xavier. **Espaços de peregrinação:** ver e sentir o sagrado na Romaria de Nosso Senhor do Bonfim – TO. 2017. 229 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/13247. Acesso em: 02 nov. 2020.

STUMP, Roger. **The Geography of Religion**: faith, place, and space. Lanham: Rowman And Littlefield Publishers, 2008. 442 p.

SUÁREZ, Ana Lourdes. Nuevos movimientos y comunidades eclesiales "católicas" ¿Qué renuevan? **Sociedad y Religión**, Buenos Aires, v. 24, n. 42, p. 93-131. Semestral. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=387239045005. Acesso em: 03 fev. 2021.

URREGO-ROMERO, John Edisson. Estilo de vida carismático en el catolicismo: proximidades sociológicas a las creencias y prácticas de la renovación carismática católica. **Cuestiones Teológicas**, [S.L.], v. 46, n. 106, p. 379-409, 2019. Universidad Pontificia Bolivariana. Disponível em: http://dx.doi.org/10.18566/cueteo.v46n106.a08. Acesso em: 09 de agos. 2021.

VALLE, Edênio. A Renovação Carismática Católica: algumas observações. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 18, n. 52, p. 97-107, dez. 2004. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142004000300008. Acesso em: 08 de set. 2021.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Fundamentos da sociologia compreensiva. 1. ed. Brasília: UNB, 1991.

Submetido em: 10 de abril de 2024

Devolvido para revisão em: 31 de maio de 2024

Aprovado em: 09 de junho de 2024

DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2023.3342

COMO CITAR

MORAES, A. J. B. de., OLIVEIRA, C. D. M. de. compreensão espacial do Marianismo no modelo de renovação das novas comunidades católicas. **Terra Livre**, São Paulo, ano 38, v.2, n. 61, jul.-dez. 2023, p. 418-446. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3342. Acesso em: dd/mm/aaaa.

TRANSFORMAÇÕES DA PAISAGEM E DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS NOS COMPARTIMENTOS TABULARES DE REGENERAÇÃO, PIAUÍ

LANDSCAPE TRANSFORMATIONS AND SOCIOSPATIAL DYNAMICS OF TABULAR COMPARTMENTS IN REGENERAÇÃO, PIAUÍ

TRANSFORMACIONES DEL PAISAJE Y DINÁMICAS SOCIOESPACIALES EN LOS COMPARTIMIENTOS TABULARES DE REGENERACIÓN, PIAUÍ

Ivamauro Ailton de Sousa Silva
Universidade Federal do Pará
ivamauro@ufpa.br

Resumo:
As superfícies tabulares de Regeneração, Piauí, apresentaram modificações notáveis, decorrentes de usos da terra, associados aos cultivos agrícolas. Esse estudo tem, como objetivos, analisar as dinâmicas socioespaciais e identificar as mudanças da paisagem nesta área. A pesquisa foi construída, a partir de revisão bibliográfica, de elaboração de mapas temáticos, de coleta de dados primários e secundários, construção e de análise quantitativa. Os resultados revelam que os aspectos da paisagem (solo, relevo e clima) teve um papel relevante na atual ocupação das terras e na transformação da paisagem. O mapeamento realizado entre 2005 e 2020 indicou alterações na dinâmica de cobertura das terras, como, por exemplo, expansão da agricultura em áreas, em que não haviam produção agrícola em larga escala. As dinâmicas socioespaciais confirmam a substituição da cobertura vegetal por extensos campos de cultivo no topo da chapada e revelam o aumento da produtividade de culturas, como a soja e milho. A pesquisa permitiu compreender as dinâmicas socioespaciais e avaliar as modificações da paisagem, resultantes do desenvolvimento de atividades agrícolas comerciais.

Palavras-chave: Agricultura intensiva, Chapadas, Município de Regeneração, transformações na paisagem.

Abstract: Tabular surfaces at Regeneração, Piauí, have been significantly transformed due to land uses associated with agricultural activities. This study aimed to analyze socio-spatial dynamics and identify landscape changes in this area. A bibliographic review was carried out, alongside the preparation of thematic maps, the collection of primary and secondary data, and the construction and analysis of quantitative. The findings reveal that landscape aspects (soil, relief and climate) played a relevant role in the current land occupation and landscape transformation of the area. A mapping carried out between 2005 and 2020 revealed land cover dynamics changes, including the expansion of agricultural activities in areas, in which large-scale agricultural production was not in place. Socio-spatial dynamic assessments confirmed vegetation cover replacement by extensive crops sited on local plateau and reveal increased soybean and corn production. This study allows for the understanding of local socio-spatial dynamics and the assessment of landscape transformations stemming from the development of commercial agricultural activities.

Keywords: Agriculture Intensive, Plateau, Municipality of Regeneração, landscape transformations.

Resumen: Las superficies tabulares de Regeneração, Piauí, han mostrado notables transformaciones, resultado de los usos del suelo, asociados a los cultivos agrícolas. Este estudio tiene como objetivo analizar la dinámica socioespacial e identificar los cambios en el paisaje de esta zona. La investigación se basó em una revisión bibliográfica, la creación de mapas temáticos, la recopilación de datos primarios y secundarios y la construcción y el análisis cuantitativos. Los resultados muestran que los aspectos del paisaje (suelo, relieve y clima) han desempeñado un papel importante en la ocupación actual de la tierra y la transformación del paisaje. La cartografía realizada entre 2005 y 2020 indica cambios en la dinámica de la ocupación del suelo, como la expansión de la agricultura en zonas donde no había producción agrícola a gran escala. La dinámica socioespacial confirma la sustitución de la cubierta vegetal por extensos campos de cultivo en la cima de las mesetas y revela el aumento de la productividad de cultivos como la soja y el maíz. La investigación permitió comprender la dinámica socioespacial y evaluar las transformaciones del paisaje resultantes del desarrollo de actividades agrícolas comerciales.

Palabras-clave: Agricultura, Chapadas, Municipalidad de Regeneração, Transformaciones del paisaje.

Introdução

Na perspectiva geográfica, a dinâmica socioespacial permite a contextualização histórica e as compreensões das ocupações de terras e dos diferentes usos responsáveis pela constituição do território. Conforme Souza (2013), essa característica, ancorada na espacialidade, determina as relações e as interações, que se estabelecem, a partir de um determinado processo de produção do espaço, que atua nas transformações da paisagem e dos arranjos sociais.

Essa discussão auxilia na investigação de novas dinâmicas socioespaciais, efetivadas recentemente em áreas do Nordeste brasileiro, onde se desenvolvem cultivos agrícolas de crescente produtividade, associados a configurações da paisagem e relacionados a condições de apropriação da natureza.

Os aspectos físico-naturais da paisagem, em conjunto com a dinâmica socioespacial, promovem a investigação das relações entre natureza e sociedade, avaliando os aspectos importantes no estudo da paisagem, tais como forma, funcionalidade, dinâmicas, evolução e transformação.

Nesse contexto, o deciframento das condições físico-naturais da paisagem e a compreensão dos usos do território permitem a interpretação e o conhecimento das transformações, no correr dos anos, de áreas em que não existia produção agrícola em larga escala, a exemplo dos platôs localizados no Cerrado do Nordeste brasileiro.

Regionalmente denominadas *gerais*, tabuleiros e chapadas, as superfícies tabulares do munícipio de Regeneração (PI) se

caracterizam pela presença de compartimentos apontados como novas áreas agrícolas do território piauiense. Atualmente, tais espaços têm seus usos vinculados ao agronegócio (silvicultura e cultivos agrícolas).

A escolha deste município se explica fundamentalmente em duas perspectivas analíticas. A primeira, refere-se a uma constatação empírica, em que se observaram modificações na paisagem em áreas de relevo tabular; a segunda, deriva da verificação de novas dinâmicas socioespaciais, aspecto em constante transformação, provocadas pela ocupação das terras e pela expansão das atividades agrícolas em áreas de chapadas, nos últimos anos.

A pesquisa ainda se justifica pela ausência de estudos geográficos sobre áreas afastadas da delimitação do Matopiba[1], região considerada a atual e a nova fronteira agrícola do Brasil, favorável às produções de soja, de milho e de algodão, em que se verificam distintas perspectivas: alteração na dinâmica territorial; modernização agrícola; mudança significativa no uso da terra; e transformações ambientais (Alves, 2015; Barbosa, 2013; Frederico, 2016; Rufo, 2021).

As contribuições teóricas dos autores que embasam este trabalho indicam que a expansão agrícola atua como principal fator determinante de mudanças do uso e da cobertura da terra em áreas antropizadas mais recentemente — depois de 2002. Essa trajetória, segundo Bolfe *et al.* (2016), possibilitou o crescimento agrícola e promoveu transformações territoriais e socioeconômicas no Matopiba.

[1] Acrônimo derivado das iniciais dos estados do Maranhão, do Tocantins, do Piauí e da Bahia.

Em consonância com Pereira *et al.* (2018, p. 47), a expressão Matopiba serve para designar partes dos territórios do Maranhão, do Tocantins, do Piauí e da Bahia "[...] pertencentes ao bioma Cerrado e onde se desenvolve agricultura de alta produtividade com uso intensivo de insumos modernos". Os estudos elaborados pelos autores advertem que, na região, vêm ocorrendo transformações significativas em aspectos econômicos e sociais, consequências da expansão da agricultura, exemplificada na produção de grãos, com destaque para soja, milho e algodão.

Nesse contexto de investigação, a discussão deste trabalho se constrói, a partir do diálogo entre distintas abordagens evidenciadas pela ciência geográfica, com enfoques em questões ambientais e sociais. Assim, esse artigo analisa as transformações da paisagem, identificando as mudanças na cobertura vegetal e no uso da terra na área do município de Regeneração, integrante do estado do Piauí.

De forma complementar, a pesquisa demonstra a expansão agrícola, por meio de mapeamentos e de dados agropecuários dos últimos anos, investigando a relação entre o crescimento da produção agrícola, os componentes físico-naturais e as dinâmicas socioespaciais estabelecidas em espaços de compartimentos tabulares do munícipio.

Com o desenvolvimento deste artigo, pretende-se possibilitar a compreensão das modificações da paisagem e promover a investigação das dinâmicas socioespaciais regionais atuais, relacionadas a alterações na cobertura vegetal e nos usos da terra. A interpretação deste desdobramento contribui para a elaboração de pesquisas com temáticas relevantes, com enfoque nos munícipios

localizados no Cerrado piauiense e/ou nas áreas de transição entre Cerrado e Caatinga, contexto em que a área de pesquisa se insere.

Essa investigação também estabelece um debate sobre a intercambiada relação entre sociedade e natureza, pois revela os processos de expansão agrícola, enquanto indica o fortalecimento das discussões ambientais, em decorrência da subtração de coberturas vegetais, corroborando claramente o destacado por Sousa Silva *et al.* (2019, p. 50): "[...] a substituição das paisagens originais por extensos campos de cultivo e pastagens", relativamente a áreas de Cerrado denso do munícipio de Gilbués (PI). Em consonância com esta investigação, o estudo de Soares (2023) revela reduções de áreas de floresta e de formações naturais não florestais, resultantes da expansão agrícola no município em comento.

Dessa forma, os conhecimentos sobre a paisagem e sobre como ela foi ocupada pelas atividades produtivas oportunizam discutir as formas de apropriação, de ocupação e de uso da terra, em especial com o processo de modernização agropecuária, que recentemente se instalou em diferentes áreas do Cerrado piauiense — a consolidação dos espaços destinados à produção agrícola de caráter estritamente comercial.

O agronegócio "descobre" os cerrados do Nordeste brasileiro

Conforme as características topográficas, os compartimentos mais elevados, situados em locais com predomínios de tabuleiros (extensos platôs) e de áreas constituídas de Cerrado, são conhecidos como *gerais* ou chapadas (Sousa Silva, 2021; Sousa Sobrinho, 2012).

Historicamente, os *gerais* são descritos, pelas toponímias regionais, como "[...] superfícies planas — chatas como uma tábua

—, sem a mais leve ondulação, cortadas, apenas de longe em longe, pelos regatos" (Wells, 1886 referenciado por Oliveira Neto, 1999, p. 55).

De acordo com as toponímias, em outras localidades da Região Nordeste do Brasil, as áreas formadas por compartimentos mais elevados adquirem denominações utilizadas de forma expressiva, pelas linguagens local e regional, como *serras gerais*, tabuleiros e chapadas (Figura 1).

Figura 1 – Fotografia aérea das *serras gerais*, situadas na divisa entre Bahia e Tocantins



Fonte: Rui Rezende, 2021.

Na região dos cerrados piauienses, a expansão da agricultura possui relação essencial com os aspectos da paisagem e ocorreu principalmente nos *gerais*, compartimentos com características físico-naturais favoráveis às condições de desenvolvimento agrícola (solos propícios e topografia plana) (Sousa Silva, 2021).

As qualidades climáticas também favoreceram o plantio e o desenvolvimento agrícola. A região do Cerrado piauiense apresenta radiação solar abundante, clima tropical subúmido e pluviosidade anual em torno de 1.200 mm, cujo regime pluviométrico tem

variabilidade e chuvas bem distribuídas no período chuvoso (Sousa Silva *et al.*, 2019).

Essas características, incorporadas à estrutura geológica (embasamento sedimentar), influenciam a disponibilidade hídrica, com grande potencial para ocorrência de águas subterrâneas e de superfície (rios perenes). Tais aspectos, aliados ao baixo preço das terras, segundo Monteiro (2002) e Alves (2006), atraíram produtores de todo o Brasil para os cerrados do Piauí.

No contexto regional, essas áreas monopolizaram uma fase de integração aos domínios da agricultura moderna e, atualmente, constituem extensões atrativas a produtores, devido à grande disponibilidade de terras, a preços baixos, e à facilidade de cultivo agrícola (Araújo, 2005; Monteiro, 2002).

Dessa forma, os compartimentos situados nos *gerais* do Nordeste brasileiro despertaram o interesse de produtores rurais capitalizados e de empresas, desde a década de 1980 (Sousa Silva *et al.*, 2019). As mudanças, provocadas pelas atividades agrícolas de caráter comercial e pela modernização agropecuária, vêm sendo praticadas em grandes extensões de terra nos topos das chapadas dos cerrados, áreas que, antes destes processos, não eram utilizadas para fins agrícolas.

Esse discurso é frequentemente difundido pelos novos agentes econômicos, que se instalam na região, sobretudo para se referirem aos chapadões planos, áreas que não tinham uso agrícola, antes deste movimento de modernização agropecuária.

Entretanto, tais áreas possuíam usos pela população local, sobretudo para atividades extrativistas e para criação de gado solto, aproveitadas principalmente de forma tradicional, pelo uso comunitário:

> Os *gerais* foram aproveitados para tudo aquilo que se torna escasso nos vales úmidos: caça, madeira, lenha, mel, plantas medicinais, frutas, etc. Esse uso é facilitado, ainda no período colonial, pelo fato de serem terras não cercadas, apesar de sua constituição privada, pois eram terras concedidas através de sesmarias (Alves, 2006, p. 56).

Hoje, os compartimentos tabulares apresentam usos atuais, que permitem a execução de diferentes práticas econômicas locais e a expansão de cultivos agrícolas mecanizados, sobretudo. Com o desenvolvimento de uma agricultura de bases modernas, os *gerais* do Nordeste brasileiro se transformaram em uma grande área de produção de grãos.

Essa região é indicada como a mais recente fronteira agrícola do país, ocasionando novas dinâmicas, mudanças e contradições, desde as últimas décadas do século passado (Rufo, 2021). Segundo Alves (2015), a expansão da fronteira agrícola para os cerrados brasileiros caracterizou um novo ordenamento territorial, tanto do espaço agrícola quanto do urbano, e, por conta disso, as áreas urbanas situadas nestas fronteiras agrícolas modernas foram denominadas "cidades do agronegócio" (Alves, 2015; Elias, 2011; Frederico, 2011).

As novas dinâmicas e a consolidação do agronegócio na região dos cerrados piauienses, conforme Rufo (2021), gerou intensas reconfigurações socioespaciais, conformando novas práticas laborais e repercutindo no aumento da produção agrícola e no incremento do agropecuário — com rebatimentos contraditórios para a classe trabalhadora, entretanto.

Investigações precedentes, como Elias e Pequeno (2005), também realizaram este diálogo, destacando que o espaço agrário

tem promovido profundos impactos socioespaciais, tanto no campo quanto nas cidades.

Fundamentado nestas contendas, verifica-se que as novas e atuais áreas de cultivo agrícola intensivo ocasionam mudanças na dinâmica socioespacial e provocam transformações na paisagem natural das áreas de superfícies tabulares.

Nesse contexto, o estudo desenvolvido por Sousa Silva *et al.* (2019) constatou que a ocupação destas áreas promoveu a redução de extensões de Cerrado, substituídas por espaços de atividades agrícolas (milho e soja).

A pesquisa de Soares (2023) estabelece um diálogo similar, revelando que o alargamento de áreas plantadas de soja no município de Regeneração se efetivou principalmente sobre as áreas de cobertura vegetal do município no período de 2009 a 2021, com reduções de 12,3% em áreas de floresta e de 2,5% em formações naturais não florestais, aproximadamente.

O desenvolvimento de estudos sobre áreas de expansão de cultivos agrícolas em superfícies tabulares corrobora a constatação de que atividades articuladas à agropecuária se utilizam de espaços de vegetação natural para se expandir. Essa investigação ganha relevância e possibilita o desenvolvimento de pesquisas, com finalidades investigativas sobre territórios, paisagens, ambientes e sociedades (dinâmica socioespacial).

Assim, para a construção desta análise, o presente estudo se ancora na utilização de diferentes procedimentos metodológicos, que serão descritos detalhadamente na próxima seção.

Procedimentos metodológicos e operacionais

O deciframento e as abordagens das dinâmicas ambientais na perspectiva geográfica exigem caminhos explicativos e procedimentos indispensáveis ao delineamento de perspectivas, relacionadas à dinâmica socioespacial e à análise integrada dos componentes da paisagem.

Essa abordagem norteia o desdobramento de importantes discussões estabelecidas pela ciência geográfica, como localização, distribuição, analogia, diferenciação, conexão, extensão e ordenamento.

Na escolha de conceitos norteadores, optou-se por trabalhar com a articulação entre paisagem e ambiente, ambos conceitos de construção crítica, que proporcionam leituras e detalhamentos sobre importantes elementos em investigação nesta pesquisa.

Para construir este texto, avaliou-se como fundamental avaliar a paisagem, por meio de quatro proposições: forma/configuração; funcionalidade; dinâmica; e transformação (Troll, 1982), estabelecendo o diálogo com a proposta desenvolvida por Ab'Saber (1969), nos âmbitos da compartimentação topográfica, da estrutura superficial e da fisiologia da paisagem.

Esse itinerário possibilitou os decifamentos da paisagem e das transformações ambientais, resultantes de um processo de articulação/interação entre seus elementos constituintes, que derivam e que desvendam a intercambiada relação natureza-sociedade, em tensão no espaço e em movimento no tempo.

A construção deste artigo e o seu delineamento metodológico se fundamentam em diferentes etapas operacionais, organizadas e construídas, a partir de ocasiões distintas e interligadas entre si: revisão bibliográfica; elaboração de mapas temáticos; coleta de dados primários e secundários; e construção de gráficos

quantitativos, elementos essenciais à obtenção dos resultados da pesquisa e indispensáveis à investigação do tema.

A revisão de literatura forneceu as bases teóricas para o desenvolvimento do trabalho e estabeleceu importantes discussões sobre: Matopiba; expansão agrícola no Nordeste brasileiro; Cerrado piauiense; caracterização e estrutura da paisagem; transformações da paisagem; e dinâmicas socioespaciais.

Para tal, buscou-se referências em periódicos especializados nas áreas de Geografia e de Ciências Agrárias, estabelecendo diálogos entre autores de diferentes domínios do saber; no catálogo de teses e de dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); na plataforma Oasisbr; e nos repositórios institucionais de universidades brasileiras.

Em seguida, procedeu-se à caracterização da estrutura da paisagem, destacando as características desta, nos âmbitos da litologia, dos solos, das formas de relevo, da cobertura vegetal, da hidrografia, do clima e da ocupação e dos usos da terra na área em estudo.

Em relação à compilação dos mapas, foram elaborados produtos cartográficos sobre temas, relacionados à localização (recorte municipal), às classes de solo predominantes e ao uso e cobertura vegetal da terra em diferentes períodos entre 2005 e 2020.

A definição deste recorte temporal se justifica pelo fato de que uma das propostas da pesquisa é a de demonstrar as mudanças da paisagem nos últimos anos, decorrentes da expansão agrícola ocorrida nas superfícies tabulares de Regeneração (PI).

Os mapas temáticos foram elaborados, por meio de diferentes procedimentos[2] e ferramentas (como ArcGIS e imagens orbitais[3]) e através de distintas bases de dados disponibilizadas por diversas instituições, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e o Projeto MapBiomas.

A elaboração dos produtos cartográficos permitiu obter valores percentuais e possibilitou analisar a distribuição das classes de uso e de cobertura vegetal da terra da cidade, para fins de identificação de mudanças na cobertura e de detecção de áreas com atividades agrícolas, e a eventual ampliação destas, nos compartimentos tabulares.

Por último, promoveram-se a aquisição, a organização e a tabulação de informações sobre produção agrícola (lavouras temporárias estabelecidas entre 2005 e 2020 na região em estudo), a construção de gráficos, a análise dos produtos cartográficos e a discussão dos resultados, revelando os significados e as descobertas da pesquisa.

Localização da área de estudo e caracterização da paisagem

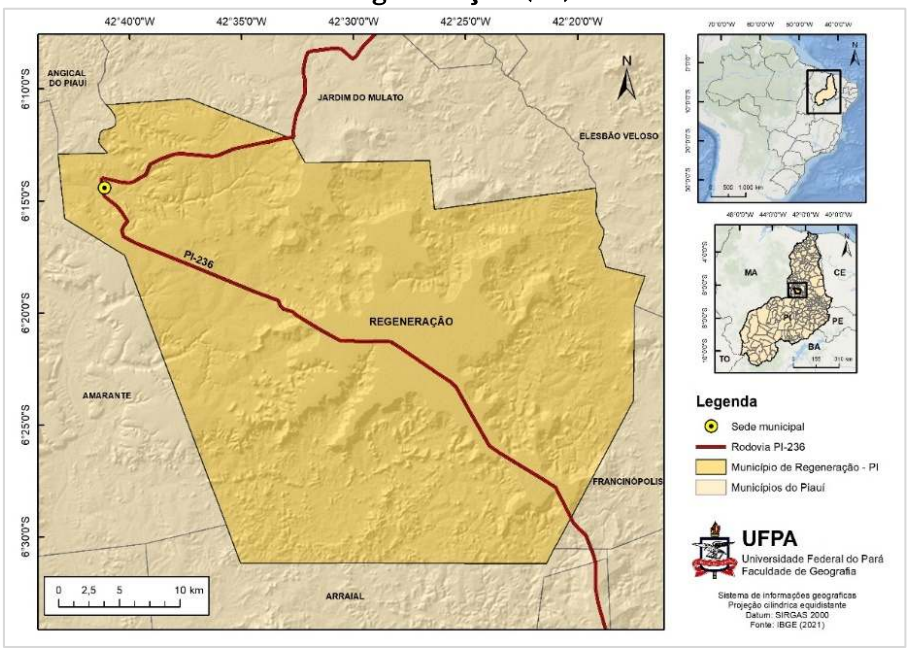
O município de Regeneração se localiza na microrregião do Médio Parnaíba piauiense e no território de desenvolvimento entre rios, abrangendo uma área de 1.251,3 km^2. No contexto regional, possui limites com os municípios de Amarante, a oeste; de Angical

[2] Técnicas de processamento digital aplicadas a imagens orbitais (SIG).
[3] Considerando a disponibilidade de imagens com boa qualidade (sem cobertura de nuvens).

do Piauí e Jardim do Mulato, ao norte; de Arraial, ao sul; de Francinópolis, a sudeste; e de Elesbão Veloso, a leste.

O principal acesso a Regeneração pode ser realizado pela rodovia estadual PI-236, e a sede municipal se encontra a 150 km da capital do estado, Teresina (Figura 2). Em relação aos aspectos populacionais e demográficos, as informações difundidas pelo IBGE indicam estimativa de população de 17.133 habitantes e densidade corresponde a 13,69 hab./km^2 (IBGE, 2022).

Figura 2 – Mapa de localização da área de estudo, o munícipio de Regeneração (PI)

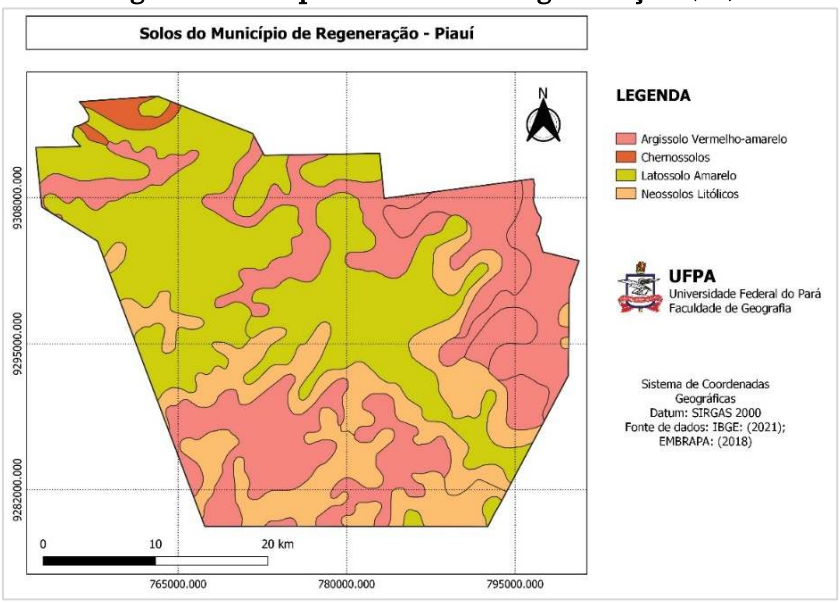


Fonte: organizado pelo autor, 2024.

No contexto dos aspectos geológicos, a área em estudo se localiza na província geológica do Parnaíba, constituída por cinco formações litológicas sedimentares de idades paleozoica e mesozoica: Sardinha (basalto e diabásio); Corda; Pedra de Fogo; Piauí; e Poti, apresentando substrato rochoso formado por arenitos, por argilitos, por folhelhos, por silexitos e por calcários (CPRM, 2006).

Regionalmente, a estrutura geológica apresenta diversidade e predominância de terrenos com rochas sedimentares, originando quatro classes principais de solos: latossolos amarelos; argissolos vermelho-amarelos; neossolos litólicos; e, de forma irrisória, chernossolos (Figura 3).

Figura 3 – Mapa de solos de Regeneração (PI)



Fonte: organizado pelo autor, a partir da Embrapa, 2018.

As configurações morfológicas regionais indicam a ocorrência de distintas formas de relevo de estrutura sedimentar, com diferentes compartimentos constituídos por baixos platôs dissecados, patamares do rio Parnaíba, superfícies aplainadas suavemente onduladas, superfícies dissecadas em interflúvios tabulares e degraus estruturais (CPRM, 2006; IBGE, 2009).

O mosaico de diferentes formas de relevo colabora para as definições dos contrastes e das diversidades morfológicas regionais, destacando feições residuais (chapadas) situadas em compartimentos mais elevados, com predominância de arenitos, de argilitos e de folhelhos da formação Corda (Grupo Mearim).

O platô mais extenso é formado pela Chapada Grande, compartimento tabular que bordeja diferentes formações litológicas da província geológica do Parnaíba e que exibe formas, que podem ser identificadas com facilidade na paisagem e em imagens de satélite (Figura 4).

Figura 4 – Localização da Chapada Grande em Regeneração (PI)



Fonte: *Google Earth Pro*, 2023.

No contexto da ocupação das formas de relevo, os cultivos agrícolas se situam em compartimentos caracterizados por superfícies tabulares, com altitudes variando de 400 a 454 metros, constituindo-se como a maior elevação tubuliforme do munícipio de Regeneração, em que são desenvolvidas atividades agrícolas extensivas e mecanizadas (Figura 5).

Figura 5 – Cultivos desenvolvidos na Chapada Grande



Fonte: galeria de fotos da Fazenda Chapada Grande, 2023.

O compartimento da Chapada Grande imprime, na paisagem, aspectos propícios ao desenvolvimento de atividades agrícolas

comerciais, como solos benignos (latossolo amarelo), que favorecem a correção de sua acidez, através das introduções de calcário, de potássio e de magnésio, e topografia plana com baixa declividade, que facilita o fluxo e a mecanização.

As transformações da paisagem ocorridas nas formas tabulares constituíram novas dinâmicas socioespaciais em Regeneração. Essa análise permite compreender a importância das configurações físico-naturais na instalação e na expansão da agricultura extensiva em áreas, em que, há pouco tempo, não havia produção agrícola de larga escala.

Esses locais, antropizados mais recentemente — depois de 2005 —, proporcionaram mudanças na paisagem, principalmente no que se refere à cobertura vegetal, componente muito diversificado no contexto regional.

Em Regeneração, a vegetação possui distintas fitofisionomias de Cerrado, constituídas de campo cerrado (formação savânica) e de cerradão (formação florestal), que se distribuem em áreas de maior abrangência; já as áreas de formação campestre e de transições entre diferentes classes vegetais (ecótonos) ocupam áreas menores.

Com base nesta diferenciação, a cobertura vegetal tem sua distribuição composta por estratos arbóreos, arbustivos e herbáceos, espécies representativas dos domínios fitogeográficos do Cerrado, da Mata de cocais e da Caatinga.

No âmbito hidrográfico, a área em estudo se localiza na bacia do rio Parnaíba e o principal curso d'água que drena o município é o rio Mulato, tributário da margem direita daquele rio. Em função das características climáticas regionais (sazonalidade), a rede fluvial possui canais de regime intermitente, com destaque para vários condutos, denominados riachos, além de outros corpos

hídricos, como pequenas lagoas e áreas de inundação (várzeas e brejos).

Segundo a classificação de Köppen, Regeneração apresenta características climáticas do tipo tropical de continentalidade e possui clima tropical Aw, alternadamente úmido e seco. Esse tipo de clima apresenta um período chuvoso, com duração de até sete meses, opondo-se a outro, mais seco e menor, compreendido entre junho e outubro. Por estes aspectos, o clima é definido como tropical subúmido seco, com precipitação pluviométrica média anual variando de 1.050 mm a 1.400 mm (Andrade Júnior *et al.*, 2004; CPRM, 2011).

A caracterização da paisagem demonstrou distintos aspectos físico-naturais, revelando diversidades geológica, geomorfológica, pedológica e biogeográfica. Busca-se ampliar a caracterização da área de estudo no âmbito dos usos da terra, motivo pelo qual a próxima seção discute a dinâmica socioespacial de Regeneração, indicando as perspectivas geográficas responsáveis pela transformação da paisagem e pela reconstituição do território.

Territórios em transformação: marcas inicias da ocupação

Apesar da ocupação recente pela atividade agrícola, a literatura científica traz registros históricos de que a região foi habitada por populações indígenas (IBGE, 2022; Miranda, 2012), fato que confirma uma trajetória de apropriação das áreas do munícipio, efetivada desde o começo pelos povos originários Akroá, Acoroás, Gueguezes, entre outros.

Com o início de sua inserção no processo de modernização capitalista, a partir da colonização portuguesa — ou antes, com as

populações indígenas —, os modos de produção dos piauienses dos cerrados passaram a ocorrer "[...] fundamentalmente nos vales próximos aos cursos d'água, seja para desenvolver atividades agrícolas, de criação de gado ou de extrativismo, seja para formação das aglomerações urbanas" (Alves, 2006, p. 176).

Para os moradores dos cerrados piauienses, os *gerais* sempre representaram lugares de usos similares aos das vazantes e dos baixões; eram pouco aproveitados para fins agrícolas ou de moradia, mas muito usados para a prática de uso comunitário, pela população local (Alves, 2001; Sousa Silva, 2021).

Os componentes da paisagem e as condições físico-naturais se mostraram essenciais à formação do território piauiense. As modificações e as novas dinâmicas socioespaciais ocorridas nos *gerais* do Piauí, e provavelmente em Regeneração, trouxeram implicações sociais e ambientais, como as desapropriações de terras, a grilagem, as desarticulações econômica, social e cultural, entre outras questões, a locais de uso da população local, os quais foram transformados em áreas com propriedades valorizadas pelo mercado e pela produção comercial.

Assim, conflitos e disputas territoriais emergem em distintos locais e fazem parte de um debate contemporâneo verificado nos *gerais* da Bahia, do Piauí, do Maranhão e do norte de Minas Gerais (Jesus; Almeida, 2022; Teixeira, 2017).

As contribuições trazidas pelos autores que alicerçam este artigo sinalizam e contextualizam diferentes proposições da atualidade, tais como a defesa do lugar (identidades), os problemas ambientais, a proteção aos recursos naturais do Cerrado, a criação de unidades de conservação de uso sustentável, a resistência dos camponeses e outras.

Por outro lado, nota-se, mesmo no ambiente de Regeneração, que um pequeno grupo de corporações domina a estrutura de poder, direciona a produção e determina a expulsão/expropriação de camponeses, além de promover a desterritorialização destes sujeitos sociais (Sousa Sobrinho, 2012).

Os desdobramentos destas temáticas intensificam o debate sobre dinâmicas socioespaciais nos *gerais*, enquanto as mudanças surgem e se ampliam a outras regiões, que até pouco tempo não apresentavam usos de terra vinculados a atividades agrícolas comerciais.

As formas de ocupação e de uso da terra (no passado e no presente) foram fundamentais à configuração territorial e à transformação da paisagem. Em decorrência disto, os compartimentos tabulares locais adquiriram novas formas de uso e distintas funcionalidades.

Na perspectiva geográfica, a dinâmica socioespacial permite analisar os diferentes usos integrados à constituição do território e auxilia no deciframento da ocupação, que pode estar associada às condições de apropriação da natureza. Busca-se, nessa parte do artigo, apresentar informações quantitativas sobre a produção agrícola de Regeneração e destacar o mapeamento temático, que auxiliou na identificação dos usos do território e que permitiu as interpretações das dinâmicas socioespaciais e das modificações na paisagem, resultantes das atividades agrícolas recentes.

Transformações da paisagem e expansão da agricultura

A dinâmica socioespacial determina as relações, que instituem o debate sobre diferentes temas e proposições de análise da Geografia (como tempo e espaço), além de possibilitar o

entendimento das trajetórias de ocupação e de uso da terra em áreas recentemente antropizadas. Essa discussão auxilia na verificação das novas dinâmicas socioespaciais em áreas do estado do Piauí, em que se desenvolvem agriculturas extensiva e mecanizada, com crescente produtividade, com aumento da área plantada e com ampliação da tonelagem produzida em lavouras de soja e de milho (tabelas 1 e 2).

Tabela 1 – Produção agrícola de Regeneração — lavouras temporárias

	2005		2010	
Culturas agrícolas	Quantidade (tonelada)	Área plantada/colhida (hectares)	Quantidade (tonelada)	Área plantada/colhida (hectares)
Arroz com casca	218	1.680	2.410	2.250
Cana-de-açúcar	288	12	432	18
Fava (grão)	1	10	6	12
Feijão (grão)	66	303	45	165
Mandioca	8.000	800	4.000	800
Milho	540	900	508	1.200
Soja	0	0	1.680	600

Fonte: IBGE, 2022.

Tabela 2 – Produção agrícola de Regeneração — lavouras temporárias

	2015		2020	
Culturas agrícolas	Quantidade (tonelada)	Área plantada/colhida (hectares)	Quantidade (tonelada)	Área plantada/colhida (hectares)
Arroz com casca	3.135	1.625	945	800
Cana-de-açúcar	-	-	-	-
Fava (grão)	4	8	3	8
Feijão (grão)	90	300	491	604
Mandioca	405	50	1.170	130
Milho	1.890	1.300	17.448	2.548
Soja	13.200	4.400	30.810	8.757

Fonte: IBGE, 2022.

Os dados da produção agrícola municipal obtidos em períodos distintos indicam que as lavouras temporárias mais representativas

entre 2005 e 2020 correspondem aos cultivos de soja, de milho e de arroz com casca, com menor proporção de terras para mandioca, fava, feijão e cana-de-açúcar — cultura que teve seu cultivo encerrado.

A produção agrícola municipal demonstra importantes informações sobre a área plantada e sobre a quantidade produzida pelos diferentes cultivos, bem como evidencia as transformações nos usos da terra, tais como: surgimento de novas culturas; substituição de alguns tipos de lavouras; e aumento e declínio de diferentes tipos de cultivos.

Atualmente, por meio dos dados, constata-se que o munícipio apresenta extensões mais representativas de áreas plantadas com soja e com milho, enquanto as demais culturas abrangem extensões menores.

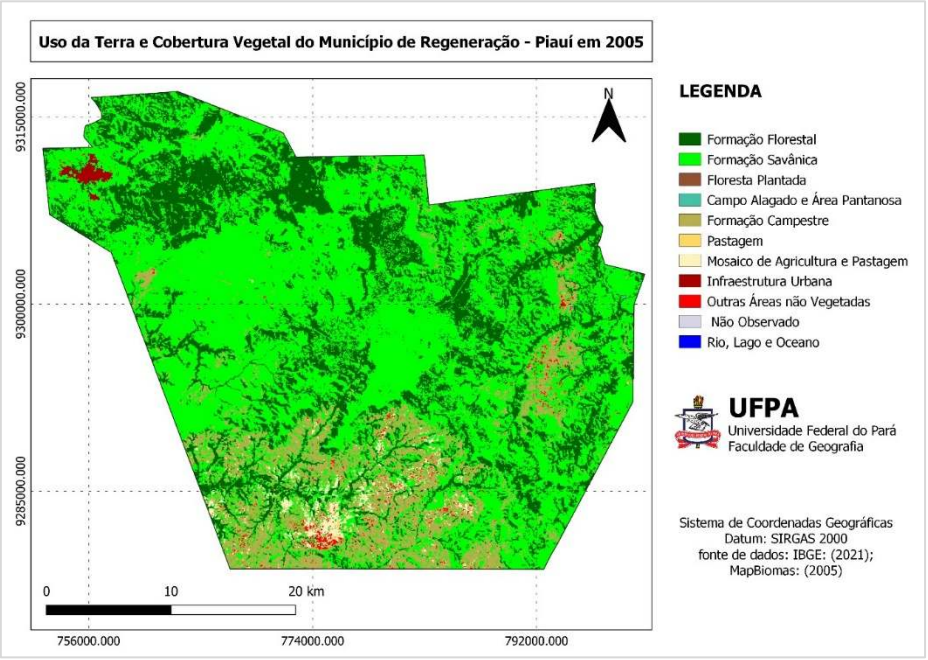
Os dados apontam que o milho e a soja são as culturas com maior produção, atualmente, e que estes gêneros agrícolas foram os que apresentaram maior evolução no município de Regeneração, no período entre 2005 e 2020, em decorrência do avanço do agronegócio nos *gerais* — espaço que despertou os interesses de produtores rurais capitalizados e de empresas agrícolas.

A ocupação dos compartimentos tabulares pelas atividades agrícolas tem ocasionando mudanças na paisagem, como retração e substituição da cobertura vegetal (formação savânica) por floresta plantada (eucalipto) e por extensos campos de cultivo de soja e de milho.

Os mapas de 2005 e de 2020, produzidos pelo Projeto MapBiomas, a partir das camadas Cobertura e Uso do Solo, advertem sobre as principais mudanças na paisagem (figuras 6 e 7). No contexto espacial, verifica-se que o agronegócio se expandiu para

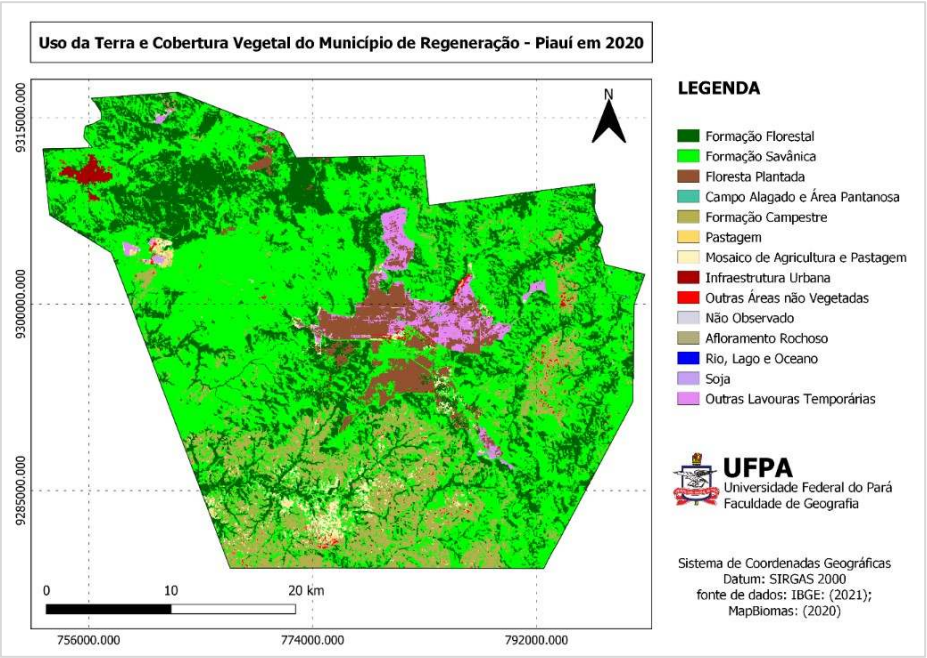
compartimentos mais elevados e se tornou mais representativo no topo da Chapada Grande, área central do munícipio de Regeneração.

Figura 6 – Mapa de uso e de cobertura vegetal da terra em 2005



Fonte: elaborado pelo autor, 2024.

Figura 7 – Mapa de uso e de cobertura vegetal da terra em 2020



Fonte: elaborado pelo autor, 2024.

Esses mapas demonstram as modificações nas paisagens, decorrentes da expansão dos cultivos agrícolas e da ampliação dos espaços de floresta plantada. Essa dinâmica revela as situações contemporâneas da cobertura vegetal e do uso da terra, na medida em que se observam inclusões de atividades agrícolas e de silvicultura nos compartimentos tabulares, que apresentavam, até o ano de 2005, uma vegetação original, constituída de formação savânica.

O mapeamento realizado em diferentes períodos manifesta informações importantes acerca das transformações da paisagem, em que se verifica a expansão de áreas plantadas com soja e com outros cultivos e de floresta, que se efetivaram principalmente sobre áreas de formações florestal e savânica, classes que apresentaram redução notável no município, no período em questão. Essa dinâmica sinaliza e confirma a constatação de que as

práticas agrícolas e a sua expansão se utilizam de áreas de vegetação natural para se desenvolver (Tabela 3).

Tabela 3 – Áreas e proporções das classes de uso e de cobertura vegetal da terra em 2005 e em 2020

	2005		2020	
Classes	Área em km²	Proporção (%)	Área em km²	Proporção (%)
Formação Florestal	342,5	18%	303,4	16%
Formação Savânica	739,08	40%	677,6	37%
Floresta Plantada (Silvicultura)	0	0%	58,05	3%
Formação Campestre	141,7	8%	147,4	8%
Pastagem	0,44	0%	2,36	0%
Mosaico de Agricultura e pastagem	16,8	1%	20,1	1%
Não observado	598,08	32%	598,08	32%
Soja	0	0	0,45	0%
Outras lavouras temporárias	0	0	30,98	2%

Fonte: organizada pelo autor, a partir de MapBiomas, 2005,-2020.

Pelos mapas e pelas quantificações das tabelas, observa-se o surgimento de novas classes, que se efetivaram, a partir de 2015, representadas principalmente pela soja e pelo eucalipto. As novas dinâmicas socioespaciais foram estabelecidas, em decorrência de alguns fatores elementares, como: disponibilidade de terras livres de apropriação privada; investimentos privados; facilidade de obtenção de créditos, disponibilizados por ações governamentais; e baixos preços de terras. Tais condições atraíram produtores de São Paulo ao munícipio de Regeneração, com o objetivo de produzir soja e milho em uma região, que não tinha histórico de produção agrícola em larga escala.

Nesse contexto, as superfícies tabulares constituem áreas atrativas a diferentes atividades agrícolas, fato que redundou no surgimento de novas classes e na substituição de culturas, para

implantação de projetos de silvicultura (floresta plantada)[4], promovendo uma notável alteração na dinâmica de uso da terra em Regeneração, para atender a demandas externas.

A interpretação dos mapeamentos de uso e de cobertura da terra indicou transformações na paisagem e na dinâmica produtiva do município, isto é, revelou "janelas temporais e espaciais", que demonstram claramente como as formas de relevo tiveram um papel significativo no contexto da apropriação social, responsável pelas transformações da paisagem.

Esse deciframento permite compreender a ocorrência de novos usos da terra em feições tabulares, compartimento de maiores elevações altimétricas, com topografia plana e sem grandes restrições à mecanização, em que se vislumbram os maiores espaços contínuos de cultivos agrícolas e de silvicultura de eucalipto.

Por se tratar de uma agricultura eminentemente comercial, em geral direcionada à exportação, com exigência de aporte de grandes volumes de recursos, as propriedades têm amplas extensões, com pouca variedade na escolha dos tipos de cultivos, concentrados na soja e no milho e, mais recentemente, no eucalipto.

Para Oliveira (2014), o maior problema de locais com agricultura extensiva:

> [...] é que a aplicação intensa de biocidas exige o desmate de imensas áreas, sem que muitas vezes não seja respeitada sequer a preservação exigida por lei, como as margens de rios e as bordas de nascentes (Oliveira, 2014, p. 333).

[4] Após a chegada da Suzano Papel e Celulose, no ano de 2007, trazida pelo governo do estado do Piauí (PLANAP-CODEVASF), a Regeneração Agropecuária Ltda. (REAL) foi convencida a alterar seu projeto, que originalmente era 100% agrícola, para implantar eucaliptos em metade de sua área (seis mil hectares), então totalmente ocupada por grãos, seu foco principal (fonte: Fazenda Chapada Grande).

As atividades agrícolas e as novas culturas desenvolvidas nos *gerais* de Regeneração têm originado preocupações, referentes a temáticas ambientais, em virtude das alterações na paisagem e dos impactos ocasionados por estes tipos de práticas de uso da terra.

As relações entre os processos recentes de ocupação e de uso das formas tabulares em Regeneração possibilitam destacar uma rápida incorporação de terras ao sistema de produção do agronegócio, com a conversão das fitofisionomias do Cerrado (formação savânica) em lavouras temporárias (de soja e de milho) e em silvicultura (de eucalipto), fator categórico de transformação da paisagem.

Nessa perspectiva, as análises da paisagem e da dinâmica socioespacial trazem reflexões sobre as transformações ambientais, resultantes dos novos usos da terra, vinculados a práticas de agricultura extensiva. Essa trajetória sinaliza uma discussão pertinente e revela a importância de mais investigações científicas, que ampliem o debate contemporâneo acerca de temas necessários e indispensáveis nos contextos ambiental e social.

Considerações finais

A partir de 2010, o município de Regeneração (PI) apresentou um aumento expressivo na produção agrícola. A "descoberta" dos *gerais* para usos de terra associados a práticas de agriculturas extensiva e comercial acarretou transformações na paisagem, principalmente em áreas de relevo tabular, compartimento em que se estabeleceram novos arranjos, novas estruturas, novas funcionalidades e novas dinâmicas socioespaciais.

A trajetória histórica de ocupação do município de Regeneração apresenta relação com os seus elementos físico-naturais. Assim, no contexto social, os *gerais* constituíram, e ainda constituem, um lugar de vital importância à manutenção dos modos de vida das comunidades locais. No âmbito da linguagem e dos sentidos, os *gerais* expressam uma denominação toponímica, que revela o vínculo efetivo que estes sujeitos têm com os seus espaços de vivência.

Nesse viés, os compartimentos tabulares representaram (e ainda representam), para os moradores locais, espaços de uso comum e complementar, e foram historicamente pouco aproveitados para atividades agrícolas comerciais e intensivas, portanto se torna fundamental realizar pesquisas e desvendar as implicações que as transformações da paisagem podem ocasionar a estas comunidades.

Em consequência da abertura de fronteiras agrícolas em áreas de Cerrado, a dinâmica socioespacial de Regeneração apresentou alterações, relacionadas principalmente à expansão e ao aumento nos quantitativos produzidos pela agricultura local. Esse incremento nas áreas de atividades agrícolas, levantado pelas quantificações feitas pelo SIG, é corroborado nos dados de produção agrícola levantados pelo IBGE.

A investigação desta pesquisa revelou a importância das formas de relevo dos compartimentos tabulares, pois estas "potencializaram" os cultivos agrícolas e a incorporação de novas dinâmicas socioeconômicas à região. Dito de outra forma, as configurações físico-naturais promoveram a ocupação e o desenvolvimento de atividades agrícolas recentes, baseadas nos cultivos de soja, de milho, entre outros, e no plantio do eucalipto.

Com o desenvolvimento de uma agricultura de bases modernas, atualmente se verifica que os *Gerais* se transformam em uma área de produção de grãos, com aumentos significativos nos últimos anos, revelados pela análise temporal da produção agrícola municipal para os anos de 2005, de 2010, de 2015 e de 2020, juntamente dos mapas de uso e de cobertura vegetal da terra para 2005 e 2020, que demonstram o acréscimo da produção agrícola e que indicam mudanças consideráveis na paisagem.

Os dados da produção agrícola municipal apontam que a soja e o milho são as culturas com maiores quantidades produzidas, ou seja, os produtos agrícolas que mais apresentaram evolução entre 2005 e 2020. Assim, o desenvolvimento de áreas de cultivos agrícolas, que se visualizam nas terras das chapadas de Regeneração, é revelador das transformações da paisagem e das novas dinâmicas socioespaciais, que tiveram lugar no espaço da cidade, nas últimas décadas.

As modificações da paisagem têm relação com as seguintes trajetórias e dinâmicas: a) desmatamento da cobertura vegetal; b) conversão de áreas de Cerrado em cultivos agrícolas de soja e de milho; e c) expansão das novas fronteiras agrícolas e surgimento e incorporação de novas culturas, a exemplo da silvicultura do eucalipto, que emerge de mapeamentos atuais de uso e de cobertura vegetal da terra.

Esses aspectos têm um significado importante, na medida em que as diferentes atividades indicam a ocupação dos compartimentos tabulares e refletem as novas formas de relação entre sociedade e natureza. O monitoramento da cobertura vegetal, com o uso de técnicas da geomática, possibilita a elaboração de

produtos cartográficos e tem se mostrado eficiente na investigação das dinâmicas da paisagem, bem como na análise ambiental.

Com respaldo em estudos ambientais, fazem-se necessários a organização, o planejamento e a criação de meios alternativos para potencializar usos mais adequados e sustentáveis da terra e do patrimônio natural de Regeneração, de modo a compatibilizar o desenvolvimento econômico local à manutenção da qualidade socioambiental, considerando sempre a legislação vigente, com destaque para aquelas, relativas a áreas de preservação e a unidades de conservação ambiental.

Conclui-se que as transformações da paisagem e as novas dinâmicas socioespaciais de Regeneração estabelecem circuitos de produção influenciados pelo agronegócio, que tomou parte na atual constituição do território em investigação e que revela uma nova fonte de reflexões para o debate sobre as "regiões do agronegócio", consoante as áreas de ecótonos situadas em munícipios da Região Nordeste do Brasil. Tal discussão oferece caminhos prospectivo, analítico, funcional e crítico, visando o enfrentamento dos desafios impostos à Geografia contemporânea brasileira.

Referências

AB'SABER, A. A. Um conceito de geomorfologia a serviço das pesquisas sobre o quaternário. **Geomorfologia**, São Paulo, IGEOG-USP, v. 18, 1969.

ALVES, V. E. L. **Mobilização e modernização dos cerrados piauienses:** formação territorial no império do agronegócio. 2006. 305 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, 2006.

ALVES, V. E. L. Modernização agropecuária e urbanização na região de cerrados do Centro Norte do Brasil: as novas dinâmicas

urbanas no oeste da Bahia. *In*: ALVES, V. E. L. **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

ALVES, V. E. L. Modernização Agropecuária, Ruptura e Permanência do Modo de Vida Camponês nos Cerrados Piauienses. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 77, p. 7-28, 2001.

ANDRADE JÚNIOR, A. S.; BASTOS, E. A.; SILVA, C. O.; GOMES, A. A. N.; FIGUEREDO JÚNIOR, L. G. M. **Atlas Climatológico do Estado do Piauí**. Teresina: Embrapa Meio-Norte, 2004.

ARAÚJO, A. A. **Modernização na fronteira agrícola dos cerrados piauienses**: o caso de Bom Jesus. 2005. 164 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, 2005.

BARBOSA, A. M. F. **Dinâmicas ambientais e transformações da paisagem no cerrado piauiense**. 2013. 253 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2013.

BOLFE, É. L.; VICTÓRIA. D. C.; CONTINI, E.; BRAYMA-SILVA, G. SPINELLI-ARAUJO, L.; GOMES, D. Matopiba em crescimento agrícola Aspectos territoriais e socioeconômicos. **Revista de Política Agrícola**, ano XXV, n. 4, p. 38-62, 2016.

CENTRO DE PESQUISAS E RECURSOS MINERAIS (CPRM). Serviço Geológico do Brasil. **Mapa geológico do Estado do Piauí**. Teresina: CPRM, 2006. Escala 1:1.000.000.

CENTRO DE PESQUISAS E RECURSOS MINERAIS (CPRM). Serviço Geológico do Brasil. **Atlas pluviométrico do Brasil**. [*S. l.*]: CPRM, 2011.

COLUSSI, J. **MATOPIBA**: mudanças no uso da terra na nova fronteira agrícola do Brasil e impactos socioeconômicos. 2017. 96 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira e Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, p. 153-167, 2011.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. Espaço urbano no Brasil agrícola moderno e desigualdades socioespaciais. **Terra Livre**, [*s. l.*], v. 2, n. 25, p. 13-33, 2005.

FREDERICO, S. As cidades do agronegócio na fronteira agrícola moderna brasileira. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 33, p. 5-23, 2011.

FREDERICO, S. Economia política do território e as forças de dispersão e concentração no agronegócio brasileiro. **GEOgraphia**, v. 17, p. 68-94, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Manual técnico de Geomorfologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário do Brasil – Munícipios do Estado do Piauí, Pesquisa Pecuária Municipal – Regeneração (2005-2020)**. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/regeneracao/pesquisa/16/12705. Acesso em: 18 mar. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico do Brasil de 2022 – Munícipios do Estado do Piauí (Regeneração), 2022**. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/regeneracao/pesquisa/23/27652?detalhes=true. Acesso em: 18 mar. 2024.

JESUS, P. B.; ALMEIDA, M. G. Conflitos e disputas pela terra e pela água: os povos geraizeiros de Correntina-BA e a expansão do agronegócio no cerrado do MATOPIBA. **Revista GEOSABERES**, Fortaleza, v. 13, p. 40-54, 2022.

MIRANDA, R. **São Gonçalo da Regeneração: marchas e contramarchas de uma comunidade sertaneja**: da aldeia indígena aos tempos atuais. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2012.

MONTEIRO, M. S. L. **Ocupação do cerrado piauiense**: estratégia empresarial e especulação fundiária. 2002. 250 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2002.

OLIVEIRA, I. J. Chapadões descerrados: relações entre vegetação, relevo e uso das terras em Goiás. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 34, n. 2, p. 311-336, 2014.

OLIVEIRA NETO, J. V. **O vale de um Rio Preto de Águas Cristalinas**. Campo Grande: Editora Stil'l, 1999.

PEREIRA, C. N.; PORCIONATO, G. L.; CASTRO, C. N. de. Aspectos socioeconômicos da região do Matopiba. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, n. 18, 2018.

RUFO, T. F. **Agronegócio e mercado de trabalho nos cerrados piauienses**: novas dinâmicas, contradições e transformações. 2021. 378 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

SOARES, R. M. Análise espaço-temporal da área plantada de soja no município de Regeneração-PI (2009-2021). **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, [*s. l.*], v. 25, n. 1, p. 89-101, 2023.

SOUSA SILVA, I. A. **Paisagens vermelhas do Piauí**: dinâmicas naturais, erosividade das chuvas e o mito da desertificação. 2021. 505 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021.

SOUSA SILVA, I. A.; SUERTEGARAY, D. M. A.; BARROS, J. R. Entre chapadas e malhadas: transformações da paisagem e a expansão agrícola em Gilbués-Piauí. **GEOgraphia**, Niterói, v. 21, n. 45, p. 47-69, 2019.

SOUSA SOBRINHO, J. de. **O camponês geraizeiro no Oeste da Bahia**: as terras de uso comum e a propriedade capitalista da terra. 2012. 404 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TEIXEIRA, T. "**O gerais é de quem nele mora, não de quem o explora**": a ação coletiva pela terra comum dos geraizeiros do norte de Minas Gerais. 2017. 120 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017.

TROLL, C. El paisage geográfico y su investigación. In: MENDONZA, J. G.; JIMENEZ, J. M.; CONTERO, N. (org.). **El pensamiento geógrafico. Estudio interpretativo y antología de textos**. Madrid: Alianza Editorial, 1982.

Submetido em: 04 de abril de 2024

Devolvido para revisão em: 17 de maio de 2024

Aprovado em: 22 de maio de 2024

DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2023.3404

COMO CITAR

SOUSA SILVA, I. A. Transformações da paisagem e dinâmicas socioespaciais nos compartimentos tabulares de Regeneração, Piauí. **Terra Livre**, São Paulo, ano 38, v.2, n. 61, jul.-dez. 2023, p. 447-481. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3404. Acesso em: dd/mm/aaaa.

CARACTERIZAÇÃO GEOAMBIENTAL DA MICROBACIA HIDROGRÁFICA DO RIO GRAJAUZINHO, MARANHÃO, BRASIL

GEOENVIRONMENTAL CHARACTERIZATION OF THE HYDROGRAPHIC MICROBASIN OF THE GRAJAUZINHO RIVER, IN THE MARANHÃO STATE, BRAZIL

CARACTERIZACIÓN GEOAMBIENTAL DE LA MICROCUENCA HIDROGRÁFICA DEL RÍO GRAJAUZINHO, MARANHÃO, BRASIL

Gerson da Silva Costa Reis
Graduado em Engenharia Ambiental e Sanitária pela Faculdade Metropolitana de Anápolis (FAMA) e Especialista em Gestão e Educação Ambiental pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA).
E-mail: gersonscr.esa@gmail.com

Edilma Fernandes da Silva
Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Docente da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).
E-mail: edilma.fernandes@ufma.br

Resumo:
Este estudo almeja realizar a caracterização geoambiental da microbacia hidrográfica do Rio Grajauzinho, localizado predominantemente em Formosa da Serra Negra, no Maranhão. O desenvolvimento da pesquisa contou com estudos bibliográficos, livros, artigos científicos e outros documentos relacionados ao tema proposto, como também foram utilizadas cartas topográficas, imagens de satélite e softwares livres para a elaboração de mapas, gráficos e análises. Desta forma, foram analisados os aspectos relacionados aos sistemas geoambientais, a fim de auxiliar futuros planejamentos hidrográficos, como princípio para delinear uma gestão hídrica sustentável da microbacia. A partir do levantamento dos dados e elaboração do mapeamento geoambiental, foi possível verificar os impactos ambientais que vêm sofrendo o Rio Grajauzinho, como o avanço descontrolado da agropecuária, sobretudo da pecuária, atividade principal da região.

Palavras-chave: Recurso hídrico, política pública, planejamento territorial.

Abstract:
This study aims to carry out the geoenvironmental characterization of the hydrographic microbasin of the Grajauzinho River, located predominantly in Formosa da Serra Negra, in the Maranhão state of Brazil. The research development involved bibliographic studies, books, scientific articles, and other documents related to the proposed theme. Additionally, topographic maps, satellite images, and open-source software were utilized for the creation of maps, graphs, and analyses. In this way aspects related to geoenvironmental systems were analyzed to assist future hydrographic planning, serving as a foundation for outlining sustainable water management of the hydrographic microbasin. Through data collection and geo-environmental mapping, it was possible to identify the environmental impacts affecting the Grajauzinho River, such as the uncontrolled expansion of agriculture, particularly livestock farming, the region's main activity.

Keywords: Water resources, public policy, territorial planning.

Resumen:
Este estudio tiene como objetivo realizar la caracterización geoambiental de la microcuenca hidrográfica del Río Grajauzinho, ubicada predominantemente en Formosa da Serra Negra, en Maranhão. El desarrollo de la investigación incluyó estudios bibliográficos, libros, artículos científicos y otros documentos relacionados con el tema propuesto. Además, se utilizaron mapas topográficos, imágenes satelitales y software de código abierto para la elaboración de mapas, gráficos y análisis. En consecuencia, se analizaron aspectos relacionados con los sistemas geoambientales con el fin de coadyuvar a la futura planificación hidrográfica, sirviendo como base para establecer una gestión hídrica sostenible de la microcuenca. A través de la recopilación de datos y la cartografía geoambiental, fue posible identificar los impactos ambientales que afectan al Río Grajauzinho, como la expansión no controlada de la agricultura, en particular la ganadería, la actividad principal de la región.

Palabras-clave: Recursos hídricos, políticas públicas, planificación territorial.

Introdução

Em uma sociedade compulsiva associada ao desenvolvimento econômico do capitalismo acaba por refletir diretamente na deterioração dos recursos naturais, causando diversos impactos e consequentemente, levando-os a danos irreversíveis. Assim, a associação entre o antropocentrismo, a expansão indiscriminada e o consumo exacerbado denotam diretamente na ampliação dos impactos ambientais e, nas últimas décadas, o Brasil vivenciou graves conflitos ecológicos e problemáticas socioambientais decorrentes do consumo desenfreado, entusiasmado pelo crescimento econômico (Leandro *et al.*, 2016; Trindade *et al.*, 2016; Teixeira; Rizzatti, 2022).

Essa intensificação antropocêntrica sobre o meio ambiente, como a agropecuária, vem refletindo na mudança dos usos e ocupações do solo, principalmente em áreas de proteção ambiental. Diante deste fenômeno, verifica-se a importância do geoprocessamento como arcabouço operacional no planejamento ambiental de bacias hidrográficas e suas vertentes (Sousa; Lima, 2021).

Pois, a delimitação das unidades geoambientais pelo geoprocessamento de imagem de satélite resulta no acesso às relações de causa e efeito entre os elementos que a compõem e, sua utilização permite o monitoramento e estudo de fenômenos antrópicos a partir das análises geoambientais (Crepani *et al.*, 2001; Santos *et al.*, 2019; Gama *et al.*, 2021).

Assim, o uso de geotecnologias como instrumentos para a identificação e análise de atividades antrópicas se constitui em uma

ferramenta relevante na compreensão dos impactos na dinâmica ambiental (Gama *et al.*, 2021).

Logo, "a integração de informações disponíveis sobre as imagens de satélite, simultaneamente à sua interpretação, leva a melhores e mais completos resultados no sentido de entender o meio ambiente de maneira holística" (Crepani *et al.*, 1996, p. 129). Neste sentido, Trindade *et al.* (2016, p. 15) concordam que "a percepção do ambiente pode ser uma questão relevante quando empregada para dar entendimento e importância à bacia hidrográfica e à ocupação do seu entorno".

Concordantemente, quando o assunto é gestão e planejamento ambiental, Ortiz e Freitas (2005), Batista e Dias (2013), Campos *et al.* (2017) e Pereira, Nunes e Araújo (2021) asseguram que a utilização de dados de sensoriamento remoto e o emprego de técnicas de geoprocessamento em ambiente de Sistema de Informações Geográficas (SIG) são ferramentas essenciais, eficientemente mais rápidas e notadamente confiáveis, sendo seu uso um artifício para a fiscalização e monitoramento das intervenções antrópicas no meio ambiente.

Não obstante, para a elaboração de um planejamento ambiental de bacias hidrográficas, deve-se atentar às formas de uso e ocupação da terra, sendo possível a identificação dos tipos de uso, a caracterização das intensidades de uso e seus indícios de manejo, assim como a quantificação do percentual das áreas ocupadas pelo tipo dentro da bacia (Santos, 2004) e (IBGE, 2013).

Como vimos, o estudo geoambiental de bacias hidrográficas está diretamente ligado ao planejamento ambiental e territorial do mesmo, ou seja, o estudo do uso e ocupação territorial é fundamental

para um planejamento de bacias visando à conservação ambiental (Cunha; Guerra, 2001; Carvalho, 2014; Lima; Silva, 2015).

Sendo assim, para assegurar a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, é essencial uma gestão planejada, descentralizada e participativa, de modo que proporcione o uso múltiplo das águas em conformidade com a Lei nº 9.433/1997, que dispõe sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos (Brasil, 1997).

Dessa forma, este estudo pretende realizar a caracterização geoambiental para um planejamento territorial e ambiental porvindouro, visto que a área carece de estudos e ações acerca do planejamento urbano e ambiental de modo que propicie a mitigação dos impactos socioambientais na microbacia hidrográfica do rio Grajauzinho, em Formosa da Serra Negra, Maranhão.

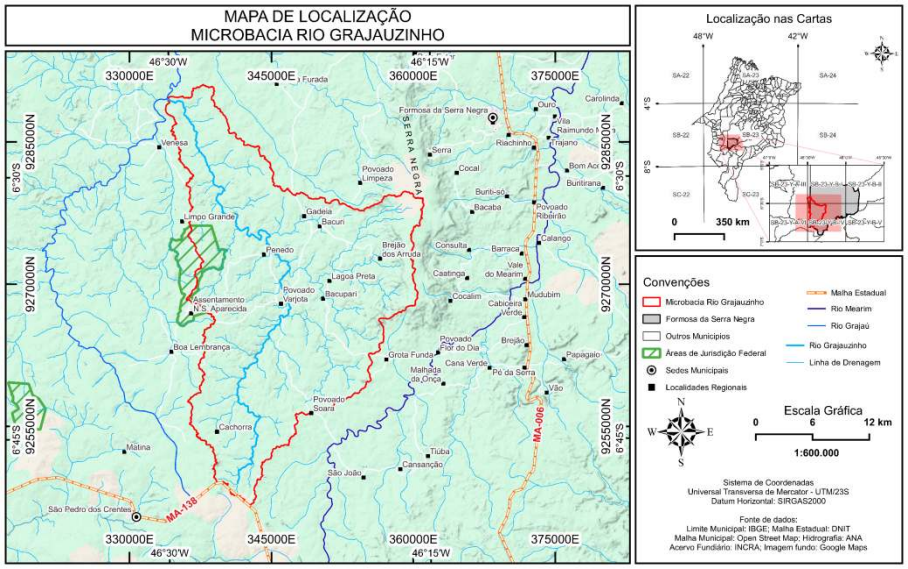
Para tanto, foram analisados os aspectos relacionados aos sistemas geoambientais a fim de auxiliar futuros planejamentos hidrográficos e como princípio para delinear uma gestão hídrica sustentável na microbacia do rio Grajauzinho. Deste modo, foram elaborados mapas temáticos capazes de assessorar entidades governamentais e não governamentais na gestão destes sistemas geoambientais.

Localização e caracterização econômica da área de estudo

A área de estudo, microbacia hidrográfica do Rio Grajauzinho (MHRG), está situada, predominantemente, no município de Formosa da Serra Negra, Maranhão (Figura 1). O rio Grajauzinho deságua no rio Grajaú dentro do município de Sítio Novo, nas coordenadas S 6°25'34,804" W 46°30'2,632". O rio tem uma

extensão de cerca de 63,50 km² e uma área aproximada de 608,68 km², tendo sua nascente localizada na Serra da Menina, limítrofe natural com o município de São Pedro dos Crentes.

Figura 1: Localização do objeto de estudo



Fonte: Autor (org.), 2023

O município de Formosa da Serra Negra está inserido na Mesorregião do Centro Maranhense e Microrregião do Alto Mearim e Grajaú. Conforme o último censo demográfico, sua população é de 17.719 pessoas, sendo que 66,73% dos munícipes residem na zona rural (IBGE, 2022a).

No objeto de estudo há uma área de jurisdição federal, o assentamento rural Nossa Senhora Aparecida, de responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (Figura 1).

Conforme o Censo Agropecuário de 2017, as principais atividades econômicas da região estão focadas na pecuária, com

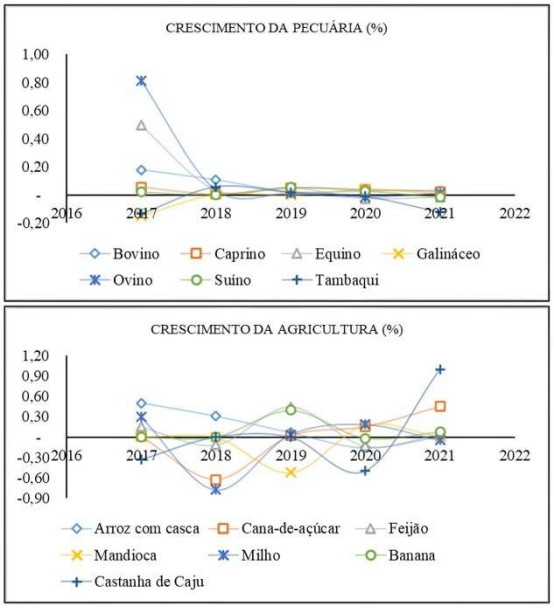
criações de bovinos, caprinos, equinos, galináceos, ovinos, suínos e criação de peixes, como o tambaqui (Quadro 1). O setor pecuarista teve crescimento médio de 4,27% nos últimos 5 anos, conforme dados da Pesquisa Pecuária Municipal (Gráfico 1) (IBGE, 2022a).

Quadro 1: Principais atividades econômicas na região de Formosa da Serra Negra-MA

Censo Agropecuário de 2017		
Lavoura		**Pecuária**
Permanente	Temporária	
Banana	Arroz	Bovino
Castanha de Caju	Cana-de-açúcar	Caprino
	Feijão	Equino
	Mandioca	Galináceo
	Milho	Ovino
		Suíno
		Tambaqui

Fonte: Autor (org.), 2023, com base em IBGE (2022).

Gráfico 1: Crescimento da agropecuária [2017-2021] no município de Formosa da Serra Negra-MA



Fonte: Autor (org.), 2023, com base em IBGE (2022).

Além disso, na agricultura, há lavouras de arroz e feijão para a subsistência familiar e plantações de cana-de-açúcar, mandioca e milho, principalmente para ração animal, como também culturas permanentes de banana e cajueiros (Quadro 1). O setor mantém uma média de crescimento de 3,24% no período, conforme dados da Pesquisa Agrícola Municipal (Gráfico 1) (IBGE, 2022a).

Metodologia

Para o desenvolvimento da pesquisa quantiqualitativa foi realizada uma pesquisa teórica com base em estudos bibliográficos, livros, artigos científicos e outros documentos relacionados ao tema proposto. Também foram pesquisados dados que referenciavam geograficamente a área nas cartas topográficas e por meio da utilização de dados secundários fornecidos gratuitamente, como imagens de satélite e arquivos vetoriais.

Assim, foi construído um banco de dados geográficos no QGIS v3.22 (*Software* SIG), conforme listado no Quadro 2. Desta forma, com a obtenção dos dados vetoriais e *rasters*, foram elaboradas as peças técnicas que subsidiaram a caracterização geoambiental da microbacia.

Quadro 2: Composição de dados secundários

Dados Geoambientais				
Produto	**Escala**	**Projeção**	**Fonte**	**Data**
Geologia Geomorfologia Pedologia	1:250.000	UTM	IBGE	2021
Uso e Cobertura da Terra	1:100.000	UTM	Projeto MapBiomas	2022
Hidrografia	1:1.000.000	UTM	ANA	2017
Imagens de Satélites				
Produto	**Satélite**	**Órbita**	**Quadro**	
MDS	Alos Palsar	27379	7050	
Bandas	**Resolução**	**Fonte**	**Data**	
L	12,5 m	ASF	2011	

Fonte: Autor (org.), 2023.

Para a definição da área de estudo e geração de produtos como declividade e hipsometria, foi realizado o processamento de imagem de radar do sensor *Phased Array L-band Synthetic Aperture Radar* (PALSAR), integrante do satélite ALOS, na plataforma de dados da (*Alaska Satellite Facility* (ASF), que disponibiliza gratuitamente modelos digitais de elevação e superfície em resolução de 12,5 m.

A delimitação da bacia consiste na aplicação de técnicas de geoprocessamento em ambiente SIG, por meio das ferramentas GRASS, semelhante à metodologia de Bruno (2017). Assim, posteriormente, conduziu-se o recorte do Modelo Digital de Superfície (MDS) pela camada de máscara (bacia), obtendo o modelo de elevação, declividade e hidrografia.

Em seguida, com a delimitação definida, foi realizado o processamento dos dados do Banco de Dados de Informações Ambientais (BDiA), no qual executou-se o recorte no estado e, posteriormente, em ambiente SIG, realizando-se o recorte da área de estudo e, assim, caracterizou-se a microbacia quanto às informações geológicas, geomorfológicas e pedológicas.

O BDiA é um projeto do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no qual é reunida em uma plataforma web a coleção do Mapeamento de Recursos Naturais e do projeto SIVAN. A base geoambiental é fruto de expedições de campo, interpretação de imagens de sensores orbitais e levantamento bibliográfico, disponíveis para download em formato vetorial (IBGE, 2021).

Para a geração do mapa temático de uso e cobertura da terra, foram utilizados dois recursos web: MapBiomas e Google Earth Engine (GEE). O MapBiomas é um conjunto de algoritmos de processamento de imagem dentro da plataforma GEE, que utiliza como base imagens Landsat, com resolução espacial de 30 m, para mapear as principais classes de cobertura da terra (Souza Jr *et al.*, 2020).

Dessa forma, o fluxo de trabalho para o mapeamento geoambiental da MHRG seguiu as metodologias já preconizadas por Dalla Corte *et al.* (2020) e Milhomem (2021) quanto ao geoprocessamento dos dados no *Software* GIS.

Além disso, efetuou-se um estudo a respeito do grau de fragilidade ambiental proposto por Ross (1994; 2012), que consiste na inferência geográfica através da geração de matrizes ponderadas dentro do SIG, ou seja, utiliza-se a correlação entre as variáveis relevo, litologia/solo, vegetação/uso do solo e pluviosidade/ temperatura, atribuídos por valores qualitativos do tipo fraco, médio, forte, aplicando-se pesos de 1 a 5 para cada variável, conforme o Quadro 3. A variável relevo será representada pela mensuração do índice de dissecação, uma vez que, idem recomenda-o para escalas pequenas e médias. O cálculo deste item seguirá a metodologia de Guimarães *et al.* (2017).

Quadro 3: Grau de fragilidade das variáveis de cobertura da terra, litologia e relevo

Grau de Proteção Dados ao Solo Pela Cobertura Vegetal Quanto à Ação das Águas Pluviais		
Grau de Proteção	Tipos de Cobertura	
Muito Forte (1)	Florestas naturais	
Forte (2)	Florestas cultivadas com diversidade de espécies e vários estratos. Formações arbustivas naturais abertas com estrato graminoso, formações arbustivas densas de origem segundaria (capoeira)	
Médio (3)	Formações naturais ou cultivadas de gramíneas (pastagem), e agricultura de ciclo longo (banana)	
Fraca (4)	Agricultura de ciclo curto (soja, arroz irrigado)	
Muito Fraco (5)	Áreas desmatadas, áreas não vegetadas	
Grau de Fragilidade à Erodibilidade dos Tipos de Solos Quanto ao Escoamento Superficial		
Grau de Fragilidade	Tipos de solo	
Muito Fraco (1)	Latossolo Roxo, Latossolo Vermelho escuro e Vermelho amarelo, textura argilosa., desenvolvimento de litologias como gabro, diabásio, basalto.	
Fraca (2)	Latossolo Amarelo e Vermelho amarelo, textura média/argilosa.	
Média (3)	Nitossolos, Aluvissolos, Neossolos, Terra Roxa, textura média/argilosa, desenvolvimento de arenitos finos em associação com argilitos.	
Forte (4)	Plintossolos, Cambissolos, textura média/arenosa,	
Muito Forte (5)	Neossolos litólicos e Neossolos Quartzarenicos, desenvolvimento de arenitos.	
Índices de Dissecação do Relevo		
Grau de Dissecação	Índice	Tipos de Morfologia
Muito Fraco (1)	11, 12, 13, 21, 22	Superfícies planas com declividades inferiores a 2%. Formas de topos planos com drenagem de fraco entalhamento. E declividades entre 2 e 5%.
Fraca (2)	14, 15, 23, 24, 25, 35	Formas de topos planos ou ligeiramente convexizados com canais de drenagem de fraco entalhamento. E declividades entre 5 a 10%.
Média (3)	32, 33, 34	Formas de topos convexos de pequena dimensão interfluvial e canais pouco entalhados e formas de topos convexos ou planos de dimensão interfluvial pouco maior e canais medianamente entalhados. E declividades entre 10 a 20%.
Forte (4)	31, 41, 42, 43, 44, 51, 52, 53	Formas com topos planos a convexos e amplos com canais de forte entalhamento ou formas de topos planos ou convexos de pequena dimensão interfluvial e médio entalhamento dos canais. E declividades entre 20% a 30%.
Muito Forte (5)	45, 54, 55	Formas de topos aguçados ou convexos de dimensões interfluviais de média a pequena e forte entalhamento dos canais. E declividades acima de 30%.
Classe de Fragilidade Quanto as Variações Pluviométricas		
Classes	Características Pluviométricas	
Muito Fraco (1)	Precipitação regular ao longo do ano, com volumes anuais não superiores a 1000 mm/ano	
Fraca (2)	Precipitação regular ao longo do ano, com volumes anuais não superiores a 2000 mm/ano	
Média (3)	Precipitação anual desigual, com períodos secos entre 2 e 3 meses no inverno, no verão com intensidade pluviométrica de dezembro a março	
Forte (4)	Precipitação anual desigual com períodos secos entre 3 e 6 meses, com alta intensidade pluviométrica no verão entre novembro e abril quando ocorrem de 70 a 80% do total das chuvas	
Muito Forte (5)	Precipitação anual regular, ou não, com grandes volumes ultrapassando 2500 mm/ano; ou ainda, precipitações irregulares ao longo do ano, com períodos de alta intensidade e médias anuais baixos, geralmente abaixo de 900 mm/ano (semi-árido)	

Fonte: Autor (org.), 2023, com base em Ross (inédito) *apud* Spörl (2007), Ross (2004; 2012) e Guimarães *et al.* (2017).

Após o geoprocessamento dos dados geoambientais, realizou-se a análise quantiqualitativa por meio do seu processamento no do *Software* Excel, como cálculo de áreas e sua distribuição dentro da área de estudo.

Ademais, conduziu-se uma visita de campo na região para elucidação dos fatos correntes, na qual contou-se com a orientação local do Sr. José Orge Alves Santana Filho (Zé Filho da 'Soara), visto que, de acordo com Graeff *et al.* (2019), o trabalho de campo oferece ao estudante/pesquisador uma oportunidade única de experimentar o conhecimento teórico na materialidade do espaço geográfico, uma vez que a relação teoria/prática é indissociável, a fim de entender a organização e a dinâmica do ambiente.

Resultados e discussão

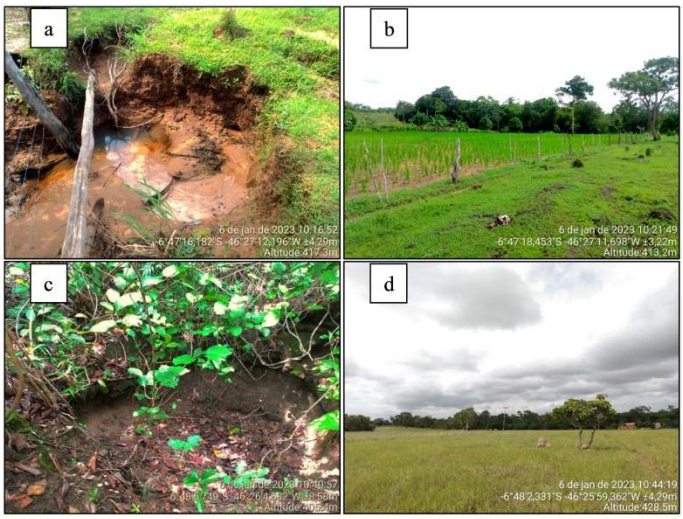
A degradação ambiental causada pela ação humana é visível na microbacia do rio Grajauzinho e, de forma triste, também nas suas cabeceiras, que deveriam estar preservadas.

Nas regiões das cabeceiras, foram identificadas duas nascentes. A primeira (Figura 2a, Figura 3) encontra-se obstruída e vulnerável ao assoreamento devido ao intenso pisoteio de gado, não possuindo área de preservação permanente – APP. Além disso, suas margens estão ocupadas por atividades agrícolas e pecuárias (Figura 2b, Figura 3).

A segunda (Figura 2c, Figura 3), por sua vez, extinguiu-se, não apresentando mais exsurgência. Parte da APP-N2 foi preservada

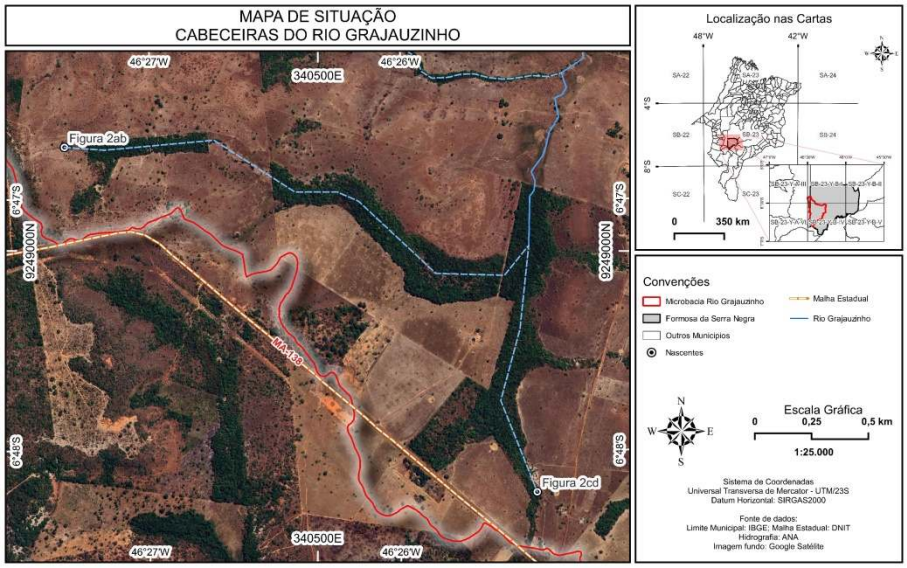
em faixas inferiores ao estabelecido pela legislação, e seus arredores são compostos por atividades pecuárias (Figura 2d, Figura 3).

Figura 2: Imagens da região das cabeceiras do rio Grajauzinho – MA



Fonte: Autor (2023). (a) Nascente (N1) aflorando em céu aberto, descoberta de vegetação, em meio a pastagem. (b) APP-N1 degradada, plantações de frutíferas e arroz as margens do leito d'água. (c) Nascente (N2) extinta. (d) APP-N2 preservada e isolada em faixas menores que a legislação, com pastagem aos seus redores.

Figura 3: Mapa de situação das cabeceiras do rio Grajauzinho – MA



Fonte: Autor (org.), 2023.

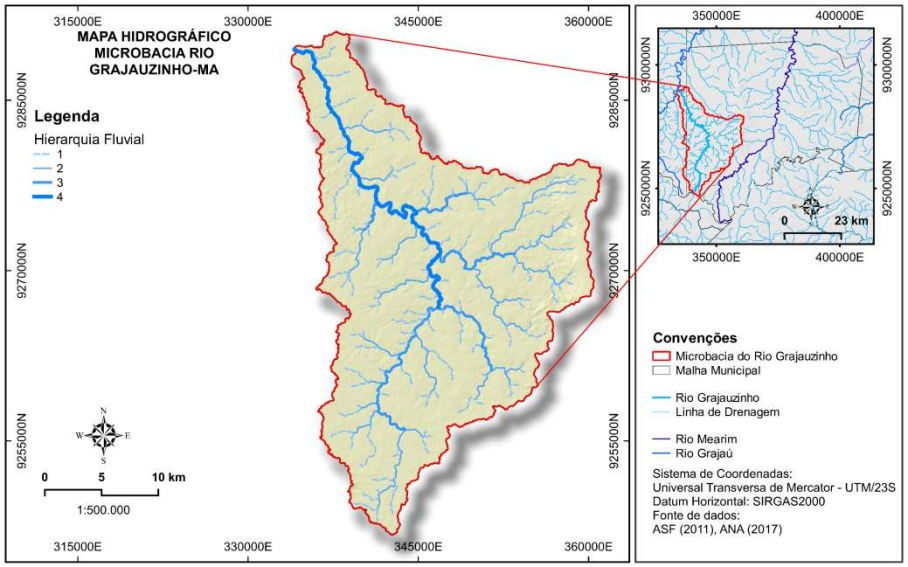
O crescimento da pecuária na região vem aumentando o assoreamento das nascentes e vertentes do rio. O descumprimento da legislação ambiental é algo comum, como evidenciado nas imagens. Nelas, percebe-se o desrespeito à lei, que determina o isolamento da área em um raio de 50 metros ao redor das nascentes e 30 metros ao longo do curso d'água.

As possíveis causas para os acontecimentos descritos acima podem estar relacionadas à falta de sensibilização ambiental, às irregularidades no uso do solo, à desproporção entre o uso pecuário e o uso agrícola, às práticas inadequadas de manejo do solo e à falta de fiscalização.

Quanto à caracterização geoambiental, apresentam-se adiante os mapas: Hidrográfico, Declividade e de Hipsometria, elaborados a partir de metodologias recomendadas e descritas.

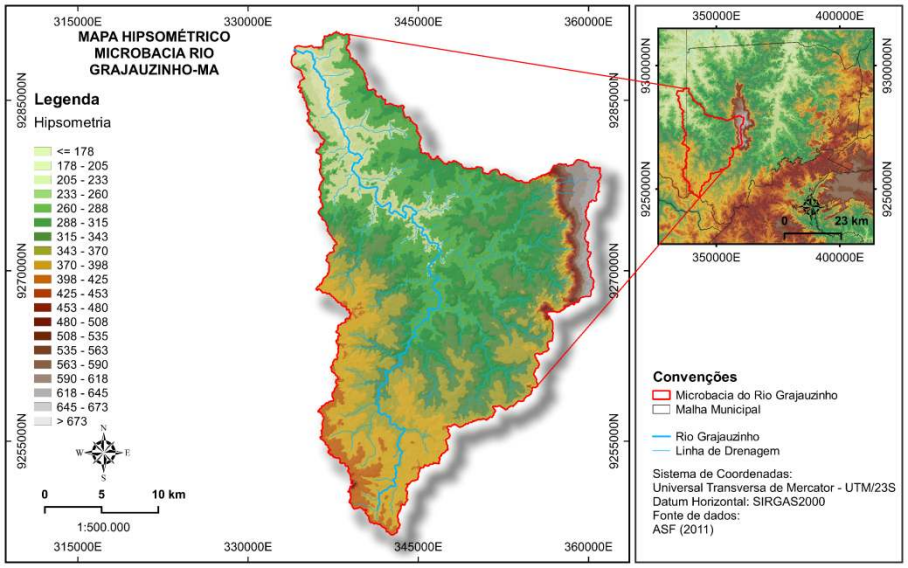
Quanto às características hidrográficas (Figura 4) e hipsométricas (Figura 5), o grau de ramificação da MHRG corresponde à ordem 4, tendo como afluentes principais os riachos Mutuca e do Jenipapo no alto curso e os riachos do Coco, do Mamão, Mosquito, São Luiz, Penedo e Santa Maria no médio curso. Do outro lado, o rio Grajauzinho se encontra no alto curso do rio Grajaú, e do rio Mearim com altitudes variando de 212m no exutório a 656m na Serra Negra.

Figura 4: Mapa hidrográfico da microbacia do rio Grajauzinho – MA



Fonte: Autor (org.), 2023.

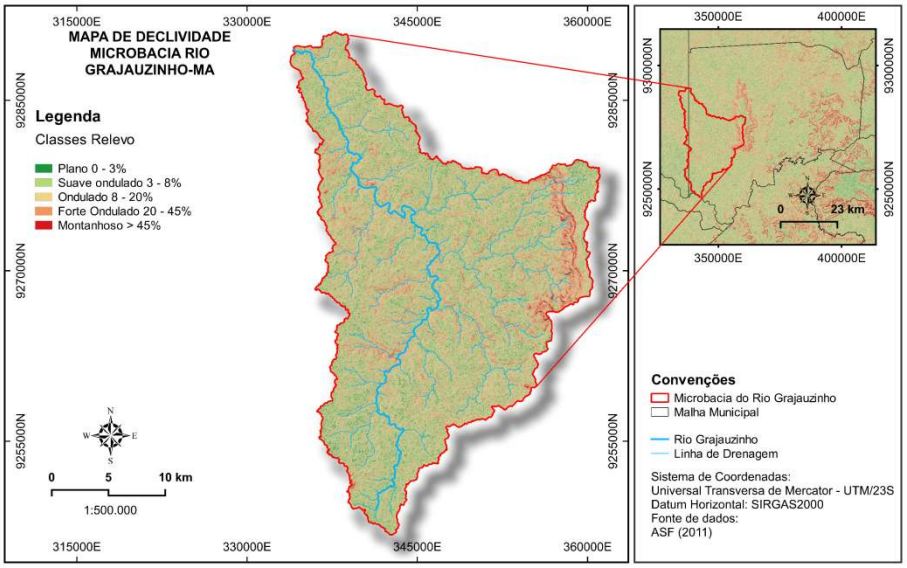
Figura 5: Mapa hipsométrico da microbacia do rio Grajauzinho – MA



Fonte: Autor (org.), 2023.

Quanto aos aspectos da declividade (Figura 6 e Tabela 1), nota-se que a MHRG é caracterizada como ondulada, com declives entre 8 e 20%, e suavemente ondulada com declive entre 3 e 8%, juntas representam 77,29% da área de estudo. Além disso, há classes com menor representatividade, sendo 13,26% da MHRG caracterizada como plana, com declive entre 0 e 3%, e 9,06% como fortemente ondulada, com declive entre 20 e 45%. Na região da Serra Negra, há declives nas faixas maiores que 45%, o que representa sua caracterização em apenas 0,49% da MHRG.

Figura 6: Mapa de declividade da microbacia do rio Grajauzinho – MA



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

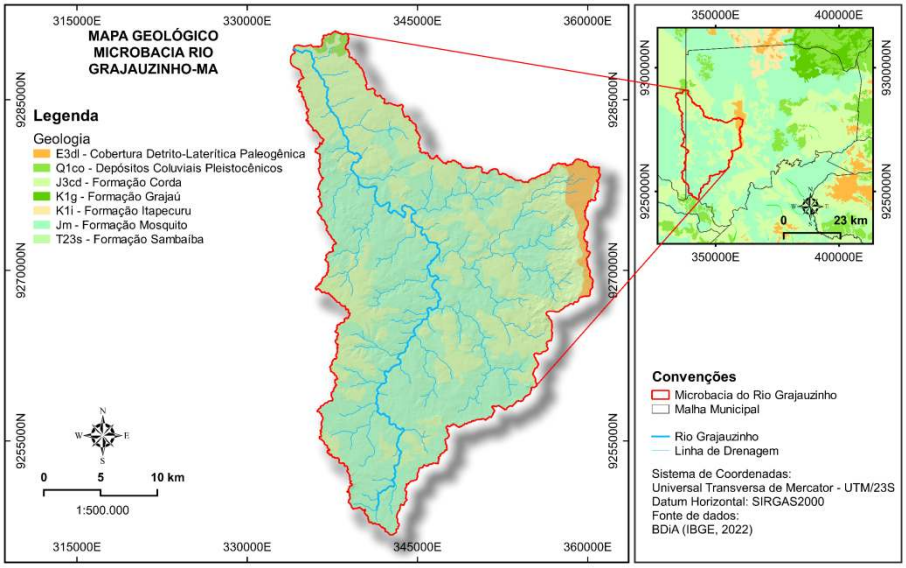
Tabela 1: Classe de declividade da microbacia do rio Grajauzinho – MA.

Classe		Área (Km²)	%
	Plano 0 - 3%	80,71	13,26
	Suave ondulado 3 a 8%	193,61	31,81
	Ondulado 8 a 20%	276,22	45,38
	Forte ondulado 20 a 45%	55,14	9,06
	Montanhoso > 45%	3,00	0,49
	Total	**608,68**	**100,00**

Fonte: Autor (org.), 2023.

Ainda, quanto aos aspectos geológicos, geomorfológicos e pedológicos da MHRG, em termos geológicos, está inserida na porção sudoeste da província Parnaíba, representada pelas Formações Mosquito (FM) e Corda (FC) (Figura 7), datadas do período juro-triássico (Góes; Feijó, 1994; IBGE, 2022b), assim como estão inseridas, respectivamente, nas sub-províncias mosquito-sardinha e alpercatas. Há também a presença de Cobertura Detrito-Laterítica Paleogênica e Depósitos Coluviais Pleistocênicos do período cenozoico (IBGE, 2022b).

Figura 7: Mapa dos aspectos geológicos da microbacia do rio Grajauzinho – MA



Fonte: Autor (org.), 2023.

A Formação predominante é a Mosquito, correspondendo a 56,94% da microbacia (Tabela 2). Oliveira (2017) argumenta que esta Formação está associada às atividades magmáticas e sua derivação se originou do magmatismo ocorrido durante o desdobramento do supercontinente Pangeia e a abertura do Atlântico Central. Sua composição é principalmente de derrames basálticos com intercalações areníticas (inferior) e silexitos (superior), os basaltos são cinza escuros a esverdeados, resultando em colorações amareladas, avermelhadas ou acastanhadas (Góes, Feijó, 1994; Ballén, 2012; Garcia, 2015).

Tabela 2: Aspectos geológicos da microbacia do rio Grajauzinho – MA

Litologia		Área (Km²)	%
Jm	Formação Mosquito	346,58	56,94
J3cd	Formação Corda	243,26	39,97
E3dl	Cobertura Detrito-Laterítica Paleogênica	15,59	2,56
Q1co	Depósitos Coluviais Pleitocênicos	3,25	0,53
	Total	**608,68**	**100,00**

Fonte: Autor (org.), 2023.

A Formação Corda, presente em 39,97% da microbacia (Tabela 2), é uma formação sedimentar do Grupo Mearim constituída essencialmente por arenitos dos tipos quartzoarenitos, sublitoarenito e subarcósio, e composições menores de siltitos argilosos, argilitos e folhelhos. Apresentam aspectos cinza-arroxeados a róseo-avermelhados (Góes, Feijó, 1994; Lima, 2013; Garcia, 2015).

Dessa forma, Correia Filho *et al.* (2011) argumentam que a ocorrência do contato intercalado da Formação Corda com os basaltos da Formação Mosquito resulta em uma litologia representada por

arenitos grosseiros a conglomerados, arroxeados a marrons-avermelhados.

A Cobertura Detrito-Laterítica Paleogênica, presente em 2,56% da microbacia (Tabela 2), é composta por formações concrecionárias paleogênicas que ocorrem principalmente nas superfícies tabulares. Sua composição predominante é de arenito caulínico, argila, bauxita, caulim e laterito ferruginoso (IBGE, 2011). Com abrangência de 0,53% da microbacia (Tabela 2), os Depósitos Coluviais Pleistocênicos consistem em areias e, predominantemente, cascalhos (Sarges; Nogueira; Riccomini, 2009; IBGE, 2022b). Lima (2013) destaca sua localização expressiva no alto curso do rio Grajau, logo, que evidentemente se situa na MHRG.

O relevo predominante na região são as formas com topos convexos (39,9%) (Tabela 3), que, conforme Nascimento e Souza (2013), têm uma característica marcante na morfologia devido à amplitude baixa, característica das colinas suaves e contínuas. Com 31,3% da região, está presente a forma pediplano retocado inumado (Tabela 3). Esta forma de relevo é caracterizada por uma sucessão de cumes e vales um tanto irregulares, com uma ligeira inclinação na direção da encosta, ocorrendo eventualmente em chapadas e nos topos de planaltos (IBGE, 2011).

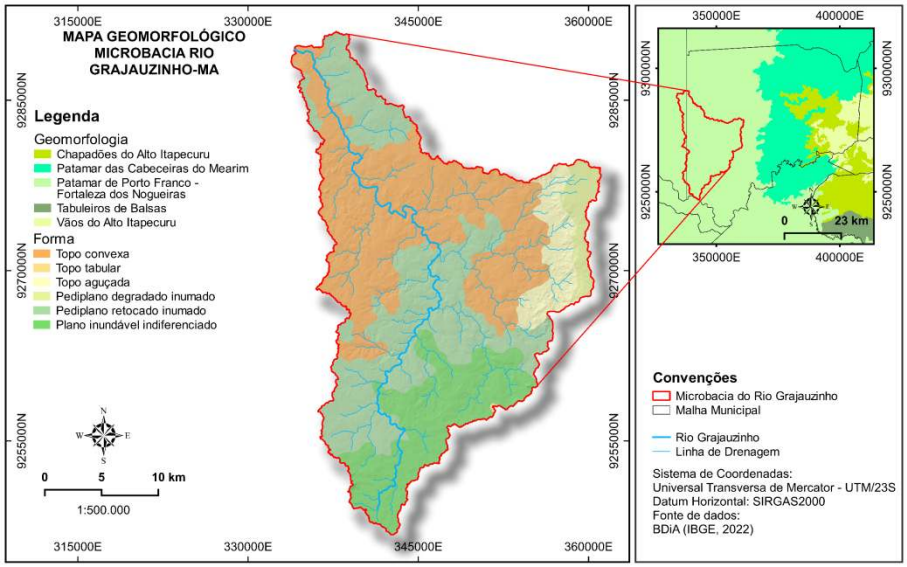
Tabela 3: Aspectos geomorfológicos da microbacia do rio Grajauzinho – MA

Forma Relevo	Área (Km²)	%
Topo convexo	242,62	39,86
Pediplano retocado inumado	190,70	31,33
Plano inundável indiferenciado	110,96	18,23
Topo aguçado	38,59	6,34
Pediplano degradado inumado	25,44	4,18
Topo tabular	0,37	0,06
Total	**608,68**	**100,00**

Fonte: Autor (org.), 2023.

Observa-se que a geomorfologia da região da MHRG apresenta relevo do domínio do Patamar de Porto Franco/Fortaleza dos Nogueiras (Figura 8), região das chapadas e patamar das cabeceiras dos rios Grajaú e Balsas (IBGE, 2022b). Conforme Silva e Barreto (2014), estes patamares possuem superfícies aplainadas (pediplano) e topos tabulares com elevado grau de dissecação. Lima (2013) argumenta que os planaltos dissecados presentes na bacia do rio Grajaú se originaram da ação erosiva sobre a cobertura detrito-laterítica.

Figura 8: Mapa dos aspectos geomorfológicos da microbacia do rio Grajauzinho – MA

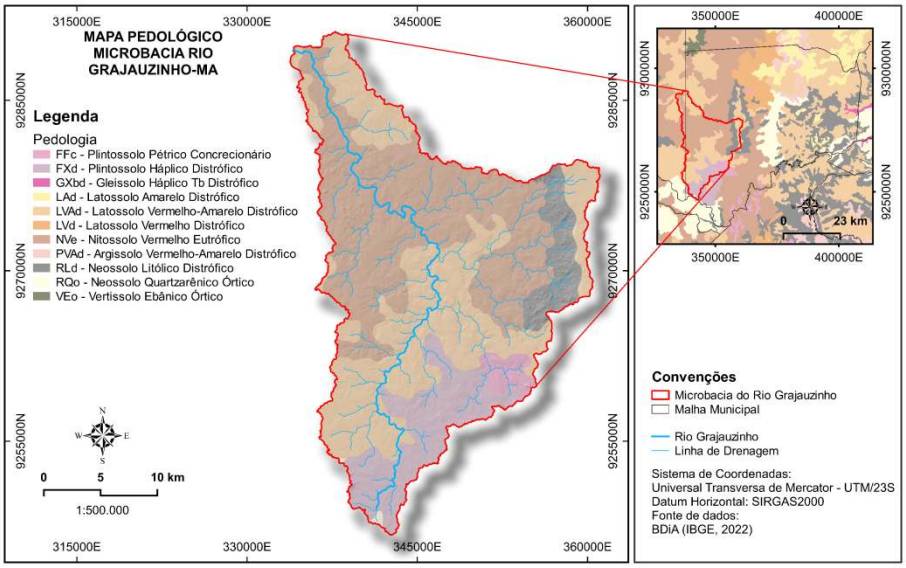


Fonte: Autor (org.), 2023.

Quanto aos aspectos pedológicos da MHRG, o solo predominante na região é o Nitossolo Vermelho Eutrófico (Figura 9), representando 41,36% da área da microbacia (Tabela 4), enquanto

36,60% é composto por Latossolo Vermelho-Amarelo Distrófico. Em proporções menores, há presença de Plintossolo Háplico Distrófico (13,70%), Neossolo Litólico Distrófico (5,90%), Plintossolo Pétrico Concrecionário (2,24%) e Neossolo Quartzarênico Órtico (0,20%).

Figura 9: Mapa dos aspectos pedológicos da microbacia do rio Grajauzinho – MA.



Fonte: Autor (org.), 2023.

Tabela 4: Aspectos pedológicos da microbacia do rio Grajauzinho – MA

Classe de Solos		Área (Km²)	%
Nve	Nitossolo Vermelho Eutrófico	251,75	41,36
LVAd	Latossolo Vermelho-Amarelo Distrófico	222,78	36,60
FXd	Plintossolo Háplico Distrófico	83,39	13,70
RLd	Neossolo Litólico Distrófico	35,91	5,90
FFc	Plintossolo Pétrico Concrecionário	13,63	2,24
Rqo	Neossolo Quartzarênico Órtico	1,22	0,20
	Total	**608,68**	**100,00**

Fonte: Autor (org.), 2023.

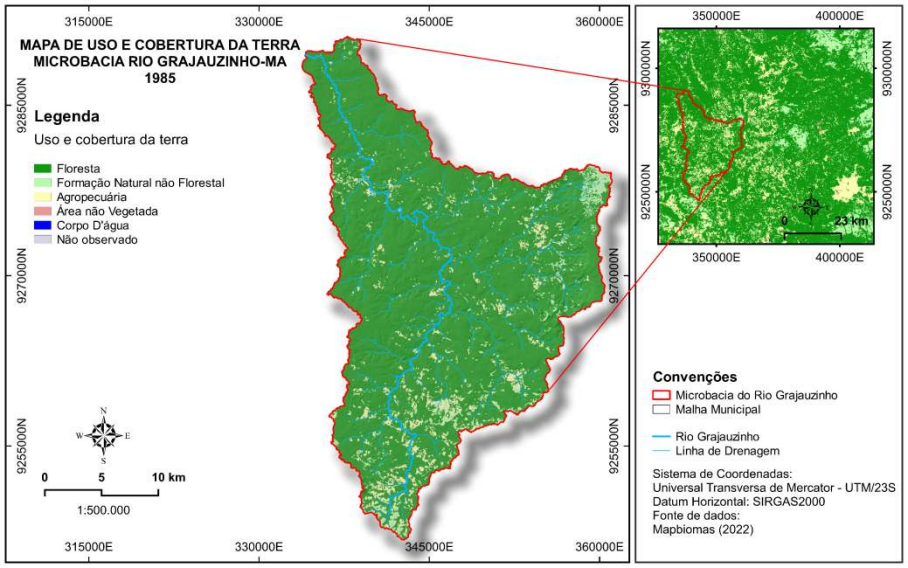
Os Nitossolos Vermelhos Eutróficos, associados à denominação de Terra Roxa, são solos de alta fertilidade derivados de rochas ígneas, como o basalto. Devido à sua ocorrência em relevos

ondulados a fortemente ondulados, estes solos apresentam suscetibilidade à erosão. São caracterizados por serem profundos, ricos em matéria orgânica e nutrientes, com boa drenagem e permeabilidade, tornando-os importantes para a agropecuária brasileira (Santos; Zaroni; Almeida, 2021) e Santos; Zaroni (2021).

Nos estudos de Lima (2013), verifica-se a agregação do relevo suavemente ondulado (topo convexo) com os solos de terra roxa e que neste estudo verificou-se nos mapas expostos (Figuras 8 e 9). Estes fatores (relevo e fertilidade), possivelmente, estão relacionados com a expansão do agronegócio no Estado do Maranhão, especialmente no município de Grajaú.

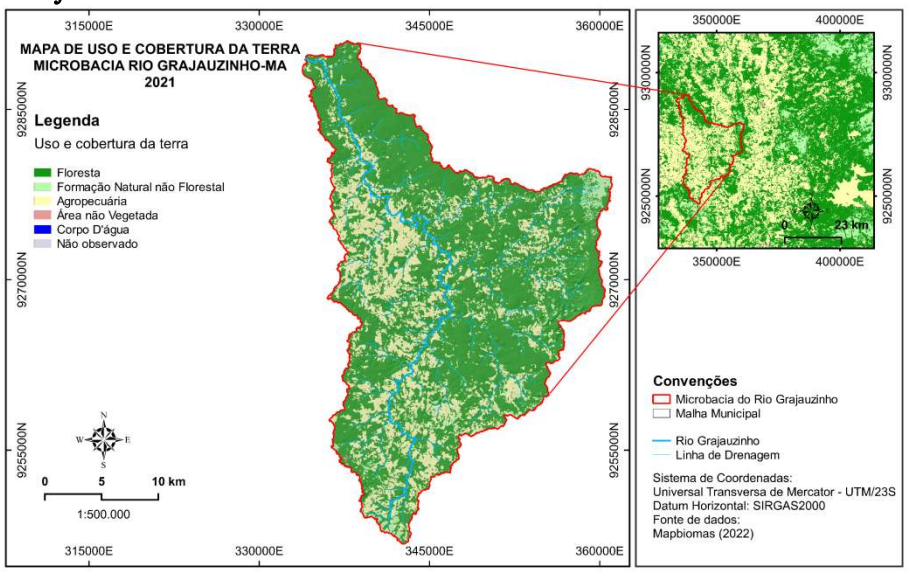
Quanto ao uso e cobertura da terra na MHRG, vale ressaltar a importância de comparar o resultado deste item em uma linha temporal, para que possamos ver a evolução espaço-temporal da ação antrópica na região da MHRG. Deste modo, na sequência, apresentam-se os mapas de uso e cobertura da terra dos anos de 1985 (Figura 10) e 2021 (Figura 11), com base no Projeto MapBiomas (2022).

Figura 10: Uso e cobertura da terra (1985) da microbacia do rio Grajauzinho – MA



Fonte: Autor (org.), 2023.

Figura 11: Uso e cobertura da terra (2021) da microbacia do rio Grajauzinho – MA



Fonte: Autor (org.), 2023.

A vegetação predominante é a floresta, com 71,65% da área, com tipos de vegetação com predomínio de espécies arbóreas, com

formação de dossel contínuo (Mata Ciliar, Mata de Galeria), assim como formações savânicas com estratos arbóreo e arbustivo-herbáceos definidos (Cerrado denso, Cerrado típico e Cerrado ralo). Com 3,04%, predominante na Serra Negra, estão presentes as formações campestres com predominância de estrato herbáceo (campo sujo, campo limpo e campo rupestre) e algumas áreas de formações savânicas como o Cerrado rupestre. E com 25,27% da área está presente atividades da agropecuária, com predominância de pastagem para criação de gado.

Assim, conforme a Tabela 5, pode-se observar que, em um período de 37 anos, a ação antrópica na MHRG cresceu mais de 340%. Essa expansão, que corresponde a 3,21 km², cerca de 428 campos de futebol de área desmatada anualmente para agropecuária, é alarmante, especialmente quando comparada ao crescimento do setor em todo o território nacional, que foi apenas 147% no mesmo período (Girardi, 2022).

Além disso, a perda de vegetação nativa na MHRG foi de 21,45% no período, é significativamente maior do que a média nacional observada por Girardi (2022), cerca de 13,1%. Esses números demonstram a pressão desproporcional sobre a biodiversidade local, evidenciando a necessidade urgente de políticas e ações que visem a proteção e a conservação desse importante ecossistema.

Tabela 5: Uso e cobertura da terra na microbacia do rio Grajauzinho – MA

Classe		1985		2021	
		Área (Km²)	%	Área (Km²)	%
	Floresta	555,23	91,22	436,12	71,65
	Formação Natural não Florestal	18,56	3,05	18,5	3,04
	Agropecuária	34,88	5,73	153,81	25,27
	Área não vegetada	-	-	0,25	0,04
	Corpo D'Água	0,01	-	-	-
	Não observado	-	-	-	-
	Total	608,68	100,00	608,68	100,00

Fonte: Autor (org.), 2023.

Quanto aos aspectos climáticos, a região está englobada na transição do clima semiárido para o úmido equatorial, no qual o estado do Maranhão, especificamente nessa região, apresenta diferentes variações climáticas e pluviométricas. O município de Formosa da Serra Negra, segundo a classificação de Köppen, apresenta clima tropical (AW') subúmido seco, no qual se observam duas estações bem definidas: verão e inverno (Correia Filho *et al.*, 2011).

Devido à insuficiência de estações pluviométricas para determinar a precipitação na microbacia do rio Grajauzinho, justifica-se a utilização da estação 00646005 disponibilizada pela plataforma HidroWeb (ANA, 2022) (Tabela 6), cuja localização está a uma distância considerável da microbacia.

Tabela 6: Dados da estação pluviométrica 00646005

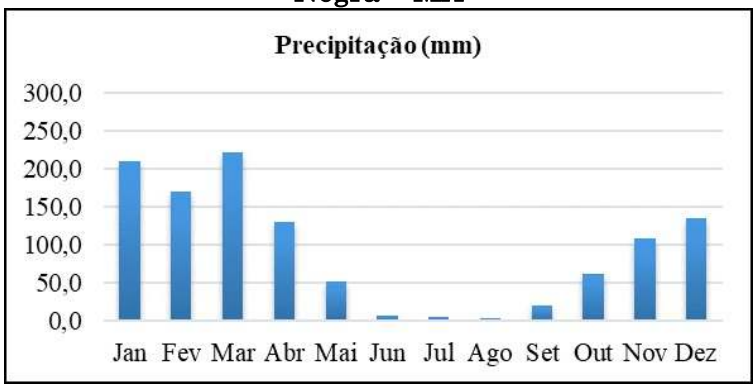
Bacia:	Atlântico, Trecho Norte/Nordeste
Unidade da Federação:	MA
Município:	Fortaleza dos Nogueiras / Formosa da Serra Negra
Responsável:	ANA
Operadora:	CPRM
Tipo:	Pluviométrica
Código:	646005
Nome:	Fazenda São Vicente
Latitude:	6°49'12" S
Longitude:	46°19'48" W
Início (Pluviômetro):	30/4/1984

Fonte: Autor (org.), 2023.

Assim, com as médias de precipitação da estação 00646005, verificou-se que o inverno é marcado pela estiagem no período entre maio e outubro, com média de precipitação entre 4 e 62 mm (Gráfico 2) sendo o menor índice de chuva registrado no mês de agosto.

O verão é marcado pelo período chuvoso entre novembro e abril, com média de precipitação entre 107 e 221 mm, sendo o mês de março o que apresenta os maiores índices de precipitação do ano. A precipitação média anual registra 1125 mm de chuva. Estes dados são referentes ao período de 1984 a 2021.

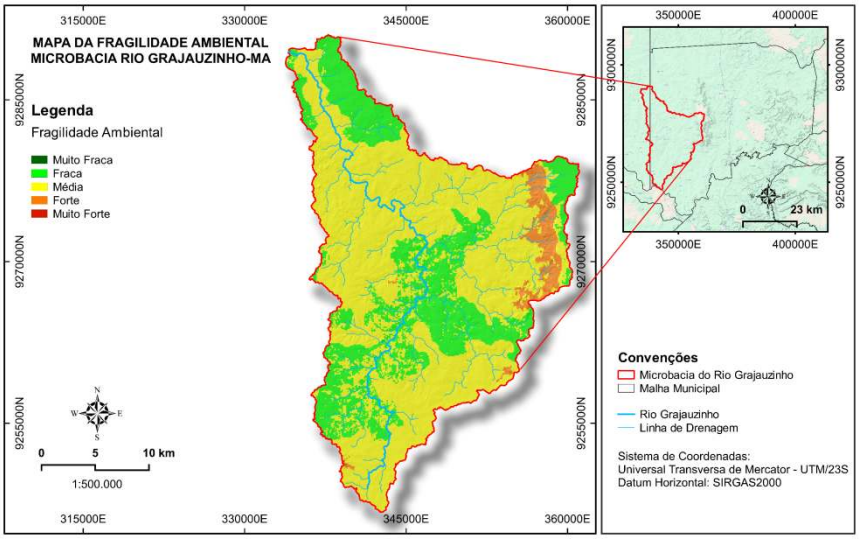
Gráfico 2: Precipitação média no município de Formosa da Serra Negra – MA



Fonte: Autor (org.), a partir de ANA (2022).

Após a caracterização geoambiental da MHRG, foi possível elaborar o mapa temático de fragilidade ambiental (Figura 12). O resultado foi obtido pela média aritmética dos produtos raster após a ponderação de cada sistema geoambiental, conforme as proposições metodológicas.

Figura 12: Mapa da fragilidade ambiental da microbacia do rio Grajauzinho – MA



Fonte: Autor (org.), 2023.

Desse modo, verifica-se uma distribuição preocupante da fragilidade ambiental na microbacia, cerca de 67,62% apresenta níveis médios (Tabela 7). Um dado preocupante, no qual indica um potencial para processos erosivos, especialmente durante os períodos de chuvas intensas. E ainda, cerca 3,94% apresenta fragilidade forte, concentrada em uma área especifica, nas encostas da Serra Negra. Essa constatação aponta a necessidade urgente de uma abordagem mais integrada e proativa alinhada com a preservação e gestão ambiental desses locais.

Tabela 7: Fragilidade ambiental na microbacia do rio Grajauzinho – MA

Classe Fragilidade	Área (km²)	%
Muito Fraca	0,00	-
Fraca	173,10	28,44
Média	411,61	67,62
Forte	23,97	3,94
Muito Forte	0,00	-
Total	**608,68**	**100,00%**

Fonte: Autor (org.), 2023.

Considerações finais

Este estudo possibilitou compreender que a caracterização geoambiental envolve, sobretudo, a compreensão dos componentes naturais e antropogênicos, permitindo identificar e mitigar possíveis impactos ambientais relacionados aos sistemas geoambientais. Esta caracterização também permite o desenvolvimento de estratégias eficazes para o uso sustentável da terra, a preservação dos ecossistemas e a conservação dos recursos naturais.

Afinal, a caracterização geoambiental é de extrema importância para a compreensão do meio ambiente e para a tomada

de decisões relacionadas à exploração dos recursos naturais. Através dela, é possível identificar as áreas de maior vulnerabilidade aos impactos antrópicos, bem como as áreas com maior potencial para a preservação dos recursos naturais.

Desse modo, verificou-se que a disposição de terras férteis, aliada a um relevo suave a ondulado, favoreceu o crescimento das atividades pecuárias na microbacia hidrográfica do rio Grajauzinho, o que resultou na degradação ambiental das vertentes e, sobretudo, das nascentes. Concordantemente, este avanço ocorre em toda a extensão dos rios Grajaú e Mearim.

Verificou-se, ainda, que as áreas com fragilidade ambiental média são resultantes da associação das formas de relevo, como topo convexo com solos Nitossolos Vermelhos (Terra Roxa), e pediplano imudável com os solos Plintossolos. Essa influência mútua pode resultar em áreas mais suscetíveis a erosões pluviais. Já os Latossolos Vermelhos, associados aos relevos com colinas suaves e contínuas, resultam em áreas com fragilidade fraca, ou seja, menos suscetíveis a erosões.

Percebe-se na região da microbacia hidrográfica do Rio Grajauzinho o avanço indiscriminado das atividades pecuárias, demostrando a importância e urgência da elaboração de planos que possam mitigar tais impactos ambientais, cabendo ao poder público a mobilização e diligência das normas ambientais, com foco na regularidade ambiental.

Devido aos dados alarmantes do crescimento agropecuário na região, recomenda-se, urgentemente, o desenvolvimento de um plano de ações voltadas para a gestão, educação e regularização ambiental, sobretudo a recuperação das áreas de preservação

permanente. Além disso, é fundamental a criação de um comitê de bacia hidrográfica, para que a conservação e preservação da biodiversidade local sejam prioridades nas comunidades utilizadoras desse ecossistema.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). **Hidroweb:** sistemas de informações hidrológicas. Brasília, 2022. Disponível em: https://www.snirh.gov.br/hidroweb/. Acesso em: 18 out. 2022.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). **Catálogo de metadados**. Brasília: ANA, 2017. Disponível em: https://metadados.snirh.gov.br/geonetwork/srv/por/catalog.search#/home. Acesso em: 22 set. 2022.

ALASKA SATELLITE FACILITY (ASF). **Alos Palsar**. Disponível em: https://search.asf.alaska.edu/#/. Acesso: 20 set. 2022.

BALLÉN, Óscar Arturo Romero. **Sucessões sedimentares das formações Mosquito e Corda, exemplos de sistemas eólicos úmidos, Província Parnaíba**. 2012. Dissertação (Mestrado em Geoquímica e Geotectônica). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BATISTA, Claudia Cristina de Freitas; DIAS, Cristiane. O uso do geoprocessamento para análise ambiental do município de Santa Cruz de Goiás. **Revista Mediação**, [S. l.], v. 7, n. 7, 2013. Disponível em: https://www.praxia.ueg.br/index.php/mediacao/article/view/620. Acesso em: 17 set. 2022.

BRASIL. **Lei n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1997/lei-9433-8-janeiro-1997-374778norma-pl.html. Acesso em: 23 set. 2022.

BRUNO, Leandro Obadowiski. GRASS: A free and open source solution for hydrographic body analysis. **Nativa**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 24-30, 2017. Disponível em: https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/nativa/article/view/3761. Acesso em: 09 fev. 2023.

CAMPOS, Sérgio *et al.* Geoprocessamento aplicado no diagnóstico dos conflitos de uso e ocupação do solo em áreas de preservação permanente no ribeirão das agulhas – Botucatu (SP). InterEspaço: **Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, [S. l.], v. 2, n. 6, p. 163–175, 2017. DOI: 10.18764/2446-6549/interespaco.v2n6p163-175. Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/6487. Acesso em: 19 set. 2022.

CARVALHO, Rodrigo Guimarães de. As bacias hidrográficas enquanto unidades de planejamento e zoneamento ambiental no Brasil. **Caderno Prudentino de Geografia**, [S. l.], v. 1, n. 36, p. 26–43, 2014. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/3172. Acesso em: 21 set. 2022.

CREPANI, Edison *et al.* Uso de sensoriamento remoto no zoneamento ecológico-econômico. **Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**, [S. l.], v. 8, p. 129-135, 1996. Disponível em: http://marte.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/deise/1999/02.04.10.54/doc/T206.pdf. Acesso em: 16 set. 2022.

CREPANI, Edison *et al.* **Sensoriamento remoto e geoprocessamento aplicados ao zoneamento ecológico-econômico e ao ordenamento territorial.** São José dos Campos: Inpe, 2001. Disponível em: http://www.dsr.inpe.br/laf/sap/artigos/CrepaneEtAl.pdf. Acesso em: 14 set. 2022.

CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antonio José Teixeira. **Geomorfologia do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2001.

CORREIA FILHO, Francisco Lages; GOMES, Érico Rodrigues; NUNES, Ossian Otávio; LOPES FILHO, José Barbosa. **Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea, Estado do Maranhão:** relatório diagnóstico do município de Formosa

da Serra Negra. Teresina: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2011. Disponível em: https://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/handle/doc/15452. Acesso 20 out. 2022.

DALLA CORTE, Ana Paula *et al*. **Explorando o QGIS 3.X**. [Livro Eletrônico], Curitiba: Ed. dos Autores, 2020. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=3297867. Acesso em: 22 jan. 2022.

GAMA, L.H.O.M.; PAIVA, P.F.P.R.; SILVA JUNIOR, O.M. da; RUIVO, M. de L. P. Environmental modeling and use of artificial intelligence for prognosis of deforestation: the case of Rebio do Gurupi-MA. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. e13810211609, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i2.11609. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/11609. Acesso em: 12 set. 2022.

GARCIA, Felipe Rudá de Magalhães. **Petrografia e aspectos diagenéticos dos arenitos da formação Corda e da formação Mosquito, jurássico-cretáceo da bacia do Parnaíba, região de Montes Altos (MA)**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geologia). Universidade Federal do Pará, Belém, 2015. Disponível em: https://bdm.ufpa.br:8443/jspui/handle/prefix/1764. Acesso em: 30 jan. 2023.

GIRARDI, Giovana. Um terço de todo o desmatamento do Brasil desde 1500 ocorreu nos últimos 37 anos. **Folha de São Paulo Online**. São Paulo, 2022. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/08/um-terco-de-todo-o-desmatamento-do-brasil-desde-1500-ocorreu-nos-ultimos-37-anos.shtml. Acesso em: 07 fev. 2023.

GOES, A.M.O., FEIJO, F.J. Bacia do Parnaíba. **Boletim de Geociências da Petrobrás**, Rio de Janeiro, 8(1): 57-67, 1994. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/375716201/Bacia-Do-Parnaiba-Goes-Boletim-de-Geociencias-Petrobras. Acesso em: 29 jan. 2023.

GRAEFF, Ademar; DE FARIA, Maria Eduarda Andrade; BOETTCHER, Neimar. O trabalho de campo na formação do geógrafo: reflexões a partir do uso do levantamento integrado de

variáveis (Lago Llanquihue, Região dos Lagos, Sul do Chile). **Anais do 14° Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia:** políticas, linguagens e trajetórias, p. 3406-3416, 2019. Disponível em: https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/anais14enpeg/article/view/3165. Acesso em: 22 mar. 2023.

GUIMARÃES, F.S.; CORDEIRO, C.M.; BUENO, G.T.; CARVALHO, V.L.M.; NERO, M.A. Uma proposta para automatização do índice de dissecação do relevo. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, [S. l.], v. 18, n. 1, 2017. DOI: 10.20502/rbg.v18i1.1163. Disponível em: https://rbgeomorfologia.org.br/rbg/article/view/1163. Acesso em: 24 mar. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Banco de Informações Ambientais (BDiA)**, v. 2.18.2, Plataforma Web, 2022b. Disponível em: https://bdiaweb.ibge.gov.br/. Acesso em ago. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades:** Formosa da Serra Negra. IBGE, 2022a. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/formosa-da-serra-negra/panorama. Acesso 20 mar. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Manual Técnico de Uso e Cobertura da Terra**. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Mapa Geomorfológico do Maranhão**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/informacoes_ambientais/geomorfologia/mapas/unidades_da_federacao/ma_geomorfologia.pdf. Acesso 07 jan. 2023.

LEANDRO, L.A.; NEFFA, E.M.; NEFFA, K. A questão ambiental: desafios políticos, econômicos e ideológicos na perspectiva brasileira. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 14, n. 33, p. 6–40, 2015. DOI: 10.21527/2237-6453.2016.33.6-40. Disponível em: https://revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/3989. Acesso em: 10 set. 2022.

LIMA, Ernane Cortez; SILVA, Edson Vicente da. Estudos geossistêmicos aplicados à bacias hidrográficas. **Revista Equador**,

[S. l.], v. 4, n. 4, p. 03-20, 2015. Disponível em: https://comunicata.ufpi.br/index.php/equador/article/view/4367/2610. Acesso em: 09 fev. 2023.

MILHOMEM, Hélida Karla Cruz. **Análise da dinâmica do uso e ocupação do solo da bacia hidrográfica do Rio Mearim**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Agrícola). Universidade Federal do Maranhão, Chapadinha, 2021. Disponível em: Chttps://monografias.ufma.br/jspui/handle/123456789/5429. Acesso 10 fev. 2023.

NASCIMENTO, M.D.; MOURA, N.S.V.; SOUZA, B.S.P. Utilização do mapa geomorfológico no processo ensino-aprendizagem: um estudo de caso. **Revista Geonorte**, [S. l.], v. 5, n. 22, p. 160-165, 2014. Disponível em: https://comunicata.ufpi.br/index.php/equador/article/view/4367/2610. Acesso em: 09 fev. 2023.

OLIVEIRA, Alisson Lopes. **Geologia e petrologia dos basaltos das formações Mosquito e Sardinha, Bacia do Parnaíba**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/24176. Acesso em: 27 jan. 2023.

ORTIZ, Jonas Luís; FREITAS, Maria Isabel Castreghini de. Análise da transformação do uso da terra, vegetação e impactos ambientais por meio de sensoriamento remoto e geoprocessamento. **Geosciences= Geociências**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 77-89, 2005. Disponível em: https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/geociencias/article/view/185. Acesso em: 18 set. 2022.

PEREIRA, Patrícia Barbosa; NUNES, Hikaro Kayo de Brito; ARAÚJO, Francisco de Assis da Silva. Análise multitemporal de uso, ocupação e cobertura da terra na zona Leste da cidade de Caxias/Maranhão/Brasil. **Revista Brasileira Geografia Física**, [S. l.], v. 14, p. 1415-28, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/rbgfe/article/download/244598/38834. Acesso em: 20 set. 2022.

PROJETO MAPBIOMAS – **Coleção 7 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil**. Disponível em: https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/. Acesso em 20 dez. 2022.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. **Geomorfologia**: ambiente e planejamento. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

SANTOS, Fernanda Barboza dos; NASCIMENTO, Fabricio Holanda do; LEMES, Vinicius Lima. Evolução têmporo-espacial da mancha urbana com o uso de geotecnologias: estudo de caso do município de Viana, (ES). In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA**, 16, 2019, Vitoria, ES. Anais do XVI SIMPURB, v. 1, p. 3719-3737, nov. 2019. Disponível em: https://www.periodicos.ufes.br/simpurb2019/article/view/26719. Acesso em: 15 set. 2022.

SANTOS, Humberto Gonçalves dos; ZARONI, Maria José; ALMEIDA, Eliane de Paula Clemente. **Nitossolos vermelhos.** Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Solos. Brasília, 09 dez 2021. Disponível em: https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/tematicas/solos-tropicais/sibcs/chave-do-sibcs/nitossolos/nitossolos-vermelhos. Acesso em: 30 jan 2023.

SANTOS, Humberto Gonçalves dos; ZARONI, Maria José; ALMEIDA. **Nitossolos.** Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Solos. Brasília, 09 dez 2021. Disponível em: https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/tematicas/solos-tropicais/sibcs/chave-do-sibcs/nitossolos. Acesso em: 30 jan. 2023.

SANTOS, Rozely Ferreira dos. **Planejamento ambiental:** teoria e prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

SARGES, Roseane Ribeiro; NOGUEIRA, Afonso César Rodrigues; RICCOMINI, Claudio. Sedimentação coluvial pleistocênica na região de Presidente Figueiredo, nordeste do estado do Amazonas. **Revista Brasileira de Geociências**, [S. l.], v. 39, n. 2, 2009. Disponível em: https://ppegeo.igc.usp.br/index.php/rbg/article/view/7668. Acesso em: 24 jan. 2023

SILVA, J.P.; BARRETO, H.N. Mapeamento dos índices de geodiversidade da Amazônia Legal maranhense. **Revista Geonorte**, [S. l.], v. 5, n. 18, p. 55-60, 2014. https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/1440. Acesso 08 jan. 2023.

SOUSA, Francisco Wellington de Araújo; LIMA, Iracilde Maria Moura Fé. Diagnóstico socioambiental da porção oeste da bacia hidrográfica do Rio Guaribas, Piauí. **Revista da Academia de Ciências do Piauí**, [S. l.], v. 2, n. 2, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufpi.br/index.php/acipi/article/view/910. Acesso em: 13 set. 2022.

SOUZA JR, Carlos M. *et al*. Reconstructing three decades of land use and land cover changes in brazilian biomes with landsat archive and earth engine. **Remote Sensing**, [S. l.], v. 12, n. 17, p. 2735, 2020. Disponível em: https://www.mdpi.com/2072-4292/12/17/2735. Acesso: 09 fev. 2023.

SPÖRL, C. **Metodologia para elaboração de modelos de fragilidade ambiental utilizando redes neurais artificiais**. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-10102007-145640/pt-br.php. Acesso em: 27 mar. 2023.

TEIXEIRA, Ariel Cezar; RIZZATTI, Maurício. Geotechnologies for the assessment of environmental conflicts in the Vacacaí-Mirim river sub-basin. **Ciência e Natura**, [S. l.], v. 44, p. e8, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/cienciaenatura/article/view/66982. Acesso em: 11 sep. 2022.

TRINDADE, Andreza Barbosa *et al.* A conservação da água como um valor para educação ambiental no ensino de geografia. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 11, n. 3, p.22-28, jun. 2016. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/issue/view/57. Acesso em: 10 set. 2022.

Submetido em: 13 de março de 2024

Devolvido para revisão em: 02 de maio de 2024

Aprovado em: 12 de maio de 2024

DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2023.3348

COMO CITAR

REIS, G. S. C. R., SILVA, E. F. Caracterização geoambiental da microbacia hidrográfica do rio Grajauzinho, Maranhão, Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, ano 38, v.2, n. 61, jul.-dez. 2023, p. 482-519. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3348. Acesso em: dd/mm/aaaa.

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO TIMBURI EM PRESIDENTE PRUDENTE-SP: SEUS MORADORES E O CONTEXTO HISTÓRICO E AMBIENTAL

TIMBURI ENVIRONMENTAL PROTECTION AREA IN PRESIDENTE PRUDENTE-SP: ITS RESIDENTS AND HISTORICAL CONTEXT

AREA DE PROTECCION AMBIENTAL DE TIMBURI EN PRESIDENTE PRUDENTE-SP: SUS HABITANTES Y CONTEXTO HISTORICO

Emanuela Sanches Moreira
Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP), campus de Presidente Prudente-SP.
emanuela.sanches@unesp.br
ORCID 0000-0002-0635-1157

Resumo:
A Área de Proteção Ambiental do Timburi, localizada no município de Presidente Prudente-SP, foi palco de um conflito de interesses entre os moradores e os interessados na implementação de um aterro sanitário, desencadeando uma série de estudo ambientais que comprovassem a vulnerabilidade ambiental do local. Após o levantamento ambiental e cartográfico realizado por uma equipe de pesquisadores, foi feito um levantamento acerca dos aspectos sociais, por meio de entrevistas aplicadas aos moradores do local, a fim de conhecer as pessoas e seus respectivos modos de vida. Portanto, foram coletados dados quantitativos e qualitativos sobre a população do local, além de ter sido feito um compilado sobre a história contada pela mídia local, pelos moradores e pelo poder público, confrontando os diferentes pontos de vista e unindo as informações num só documento. Assim, o presente artigo tem como objetivo divulgar um recorte da dissertação de mestrado que resultou num material denso, fazendo com que a caracterização socioambiental da APA do Timburi seja acessada de forma mais orgânica.

Palavras-chave: Caracterização socioambiental, Vulnerabilidade ambiental, Aterro sanitário.

Abstract:
The Timburi Environmental Protection Area, located in the municipality of Presidente Prudente-SP, was the scene of a conflict of interest between residents and those interested in implementing a landfill, triggering a series of environmental studies to prove the site's environmental vulnerability. After the environmental and cartographic survey carried out by a team of researchers, a survey of the social aspects was carried out by means of interviews with local residents, in order to get to know the people and their respective ways of life. Quantitative and qualitative data was collected on the local population, as well as a compilation of the story told by the local media, residents and public authorities, comparing the different points of view and uniting the information in a single document. The aim of this article is to disseminate a section of the master's thesis that resulted in dense material, making the socio-environmental characterisation of the Timburi APA more organically accessible.

Keywords: Socio-environmental characterisation, Environmental vulnerability, Landfill.

Resumen:
El Área de Protección Ambiental de Timburi, situada en el municipio de Presidente Prudente-SP, fue escenario de un conflicto de intereses entre los residentes y los interesados en implantar un vertedero, lo que desencadenó una serie de estudios ambientales para comprobar la vulnerabilidad ambiental del lugar. Tras el estudio ambiental y cartográfico realizado por un equipo de investigadores, se llevó a cabo un estudio de los aspectos sociales mediante entrevistas con los residentes locales, con el fin de conocer a las personas y sus respectivas formas de vida. Se recogieron datos cuantitativos y cualitativos sobre la población local, así como una recopilación de la historia contada por los medios de comunicación locales, los residentes y las autoridades públicas, comparando los diferentes puntos de vista y unificando la información en un único documento. El objetivo de este artículo es divulgar una parte de la tesis de máster que dio lugar a un material denso, haciendo más accesible de forma orgánica la caracterización socioambiental del APA de Timburi.

Palabras-clave: Caracterización socioambiental, Vulnerabilidad ambiental, Vertedero.

Introdução

Este artigo é resultado da pesquisa de mestrado[1] publicada em Moreira (2023) que teve como base teórica a multifuncionalidade rural como forma de manter o equilíbrio entre subsistência e conservação ambiental. O objetivo principal deste trabalho é apresentar o banco de dados elaborado na dissertação supracitada acerca dos aspectos ambientais e sociais da APA do Timburi, subsidiando a análise das relações da sociedade com o ambiente no espaço geográfico.

A motivação inicial foi o questionamento sobre quem são os sujeitos que vivem no território delimitado como Área de Proteção Ambiental de Uso Sustentável do Timburi (APA do Timburi), uma vez que trabalhos anteriores, desenvolvidos no mesmo recorte territorial, revelaram os aspectos físicos e ambientais da área, mas não abarcaram a comunidade. Surgiu, então, a necessidade de conhecer as pessoas, compreender quais são as atividades praticadas por elas, o que pensam a respeito da conservação ambiental e como se relacionam com o ambiente em que vivem.

A multifuncionalidade rural, trabalhada em Moreira (2023), com base nos estudos de Segrelles (2000; 2007; 2013; 2015; 2017; 2018; e 2020), é compreendida com o objetivo de garantir o equilíbrio entre a conservação do ambiente, a melhoria das condições de vida das populações rurais e a produção de alimentos e manutenção dos produtores no campo. Enquanto as Leis Nº 9.985 (Brasil, 2000) e N°

[1] Este artigo é resultado do projeto de pesquisa intitulado "O espaço geográfico da Área de Proteção Ambiental do Timburi sob uma perspectiva socioambiental" o qual foi financiado com uma bolsa de mestrado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Processo 2021/00194-6.

235 (Presidente Prudente, 2019) apontam que o objetivo de uma APA é proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso de seus recursos naturais. Ou seja, ambos objetivos estão diretamente alinhados, afirmando a ideia trazida em Moreira (2023) de que para se atingir os objetivos da lei de homologação da APA do Timburi é necessário colocar em prática os princípios da multifuncionalidade rural.

A Lei Municipal Complementar N° 235, que homologa a APA do Timburi no município de Presidente Prudente, também prevê a criação do Conselho Gestor da APA, composto por integrantes do poder público e da sociedade civil, que tem como um de seus objetivos a elaboração do Plano de Manejo da APA, o qual ainda não foi feito. Por isso, é de suma importância conhecer os moradores da APA e suas motivações, para que possa ser fomentado o sentimento de gestão participativa.

Os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa foram executados a partir de uma visão pautada no materialismo histórico-dialético, buscando compreender as contradições existentes entre a teoria estudada e a realidade vivida pela população local. Foram confrontadas, então, as perspectivas dos diferentes sujeitos envolvidos na formação do território da APA do Timburi, que são o poder público, a mídia local, os moradores e proprietários de terra.

Os principais procedimentos foram o levantamento bibliográfico que guiou a discussão teórica, apresentada na dissertação de mestrado, a caracterização da área de estudo e a realização de trabalhos de campo e entrevistas com os moradores do local. Para a caracterização da área de estudo, foram consultados trabalhos realizados ao longo dos últimos quatro anos, compilados

em Nunes (2021), Nunes (2019), Moreira, *et al.* (2020), Moreira (2021), Moreira e Thomazini (2021), Thomazini e Moreira (2021), Moreira e Nunes (2023), Moreira e Segrelles (2023), Moreira e Costa (2023) e Fushimi, Oliveira e Nunes (2023).

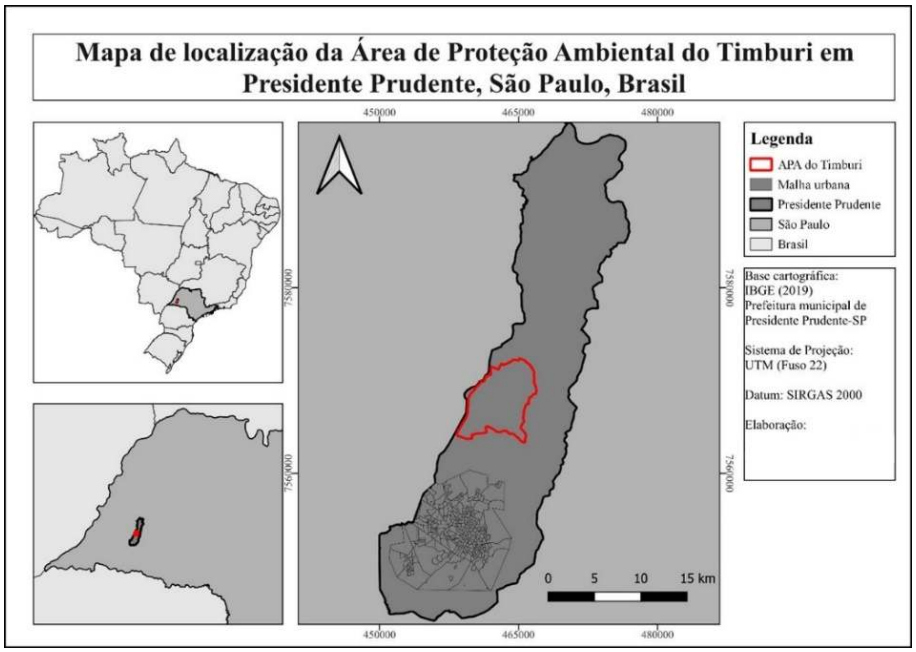
Também foi consultada a legislação referente às Unidades de Conservação (UC's), sobretudo as leis Nº 9.985 (Brasil, 2000) e N° 235 (Presidente Prudente, 2019), e buscou-se estabelecer contato com membros da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente. Com os dados organizados, foi elaborado o roteiro das entrevistas a serem aplicadas com os moradores da área de estudo, o qual tinha como objetivo conduzir a conversa de forma semiestruturada, iniciando-se com perguntas mais operacionais, com o intuito de organizar o banco de dados e traçar o perfil dos moradores da APA.

Em suma, os procedimentos descritos possibilitaram o cumprimento do objetivo principal deste trabalho, que é apresentar o banco de dados elaborado na dissertação de Moreira (2023) acerca dos aspectos ambientais e sociais da APA do Timburi. Os resultados trazidos são a caracterização ambiental, social e histórica da APA do Timburi, obtidas através dos trabalhos de campo e das entrevistas realizadas com os moradores. Foram coletados dados quantitativos, como idade, sexo, escolaridade, ocupação, fonte de renda e tipo de produção de cada propriedade visitada, os quais foram organizados em gráficos, e dados qualitativos que foram incorporados à dissertação, uma vez que discorrem sobre a opinião dos entrevistados acerca da tentativa de implementação de um aterro sanitário no local e da relação deles com a criação da APA e a conservação do ambiente em que vivem.

Caracterização ambiental

A APA do Timburi, recorte territorial desta pesquisa, possui 4.608,2 hectares, está localizada na porção Oeste do município de Presidente Prudente, estado de São Paulo, Brasil, ao Norte da malha urbana, com coordenadas UTM aproximadas de 750000 m E e 46000 m S, abrangendo os bairros rurais Timburi e Primeiro de Maio (Figura 1).

Figura 1 – Localização da APA do Timburi em Presidente Prudente-SP



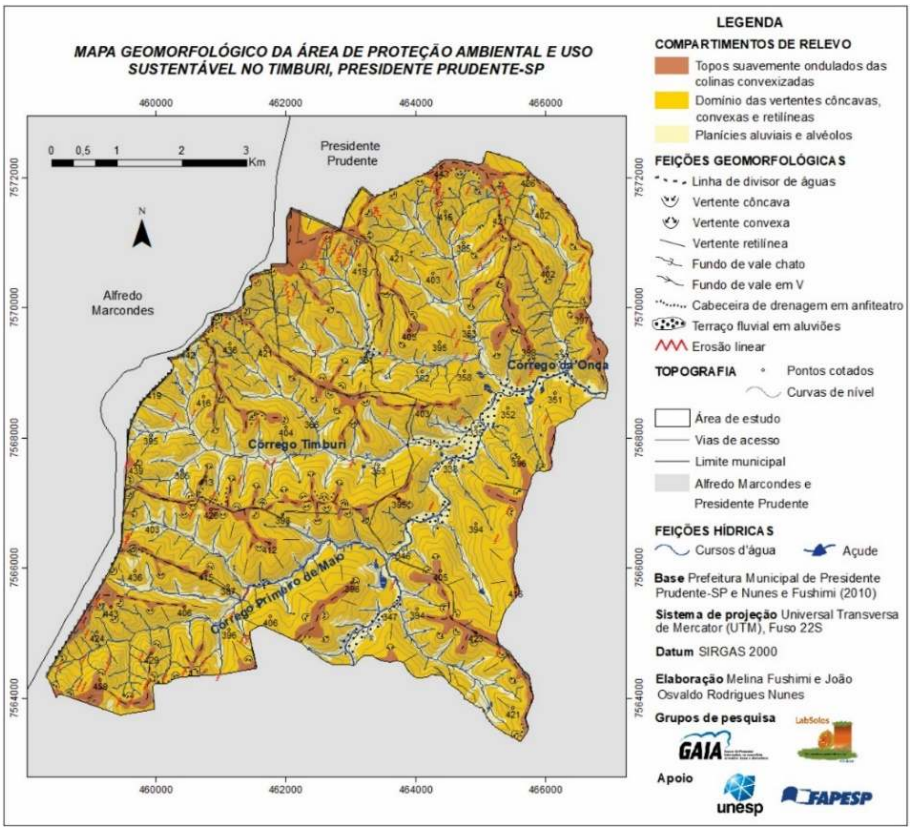
Fonte: Moreira, 2023.

Essa área foi elevada à categoria de Área de Proteção Ambiental a partir da homologação da Lei Complementar Municipal Nº 235/2019 pela Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, a qual é responsável pela gestão da unidade de conservação estudada.

No entanto, o plano de manejo, previsto na lei de homologação da APA, ainda não foi desenvolvido pelo conselho gestor, motivando o debate realizado em Moreira (2023) acerca da sua elaboração com base nos princípios da multifuncionalidade rural.

Aprofundando nos aspectos ambientais, conforme Moreira e Nunes (2023), a APA do Timburi está inserida no contexto geológico da morfoestrutura da Bacia Sedimentar do Paraná, com predomínio de arenitos da Formação Adamantina e presença das unidades Ka4 e Ka5, pertencentes ao Grupo Bauru (IPT, 1981). Quanto as feições geomorfológicas (Figura 2), Moreira *et al.* (2020) ressaltam que a área possuí três compartimentos de relevo, que são os mesmos definidos para o município de Presidente Prudente por Nunes e Fushimi (2010) e descritos em Fushimi (2012, p. 102) como: 1 Topos suavemente ondulados das colinas convexizadas, 2 Domínio das vertentes côncavas, convexas e retilíneas, 3 Planícies aluviais e alvéolos.

Figura 2 – Mapa da geomorfologia da Área de Proteção Ambiental no Timburi



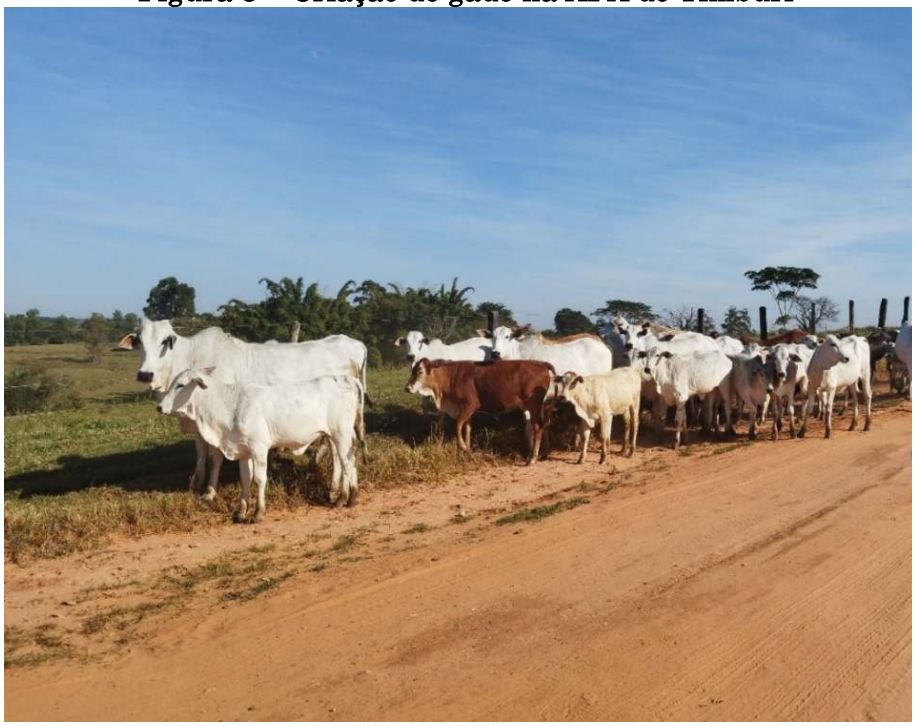
Fonte: Moreira, 2021.

Moreira e Nunes (2023) apontaram a presença de solos antropizados, com perda dos horizontes, fazendo com que as características originais sejam alteradas. Isso decorre do fato de a área possuir grande número de focos erosivos acelerados, atrelado também com o tipo de uso da terra, a falta de manejo adequado dos recursos naturais e as características físicas relativas à clinografia, uma vez que predominam as vertentes entre 5% e 10%, onde se concentram as feições erosivas (Moreira, et al. 2020). Já as maiores declividades estão nas vertentes íngremes em direção aos fundos de

vale, proporcionando o transporte de sedimentos, o que faz com que os solos sejam alterados.

Em relação ao uso da terra, Donaton (2013), propondo um levantamento acerca dos bairros Timburi e Primeiro de Maio, constatou que além da pecuária bovina de corte e leiteira (Figura 3), há cultivo de batata doce (Figura 4) e milho, além dos cultivos de hortaliças e frutas para subsistência ou comercialização local.

Figura 3 – Criação de gado na APA do Timburi



Fonte: Moreira, 2023.

Figura 4 – Plantações de batata-doce na APA do Timburi



Fonte: Moreira, 2023.

De acordo com Nunes (2019; 2021), a área de estudo possui 127 fragmentos de matas residuais, compreendendo 518,12 ha ou 11,24% da extensão total e uma rede de drenagem de 118,89 km de extensão, sendo os principais cursos d'água os Córregos 1º de Maio, Timburi e da Onça.

A retirada da mata nativa foi uma das principais causas que degradou a área, visto que as vertentes desprotegidas com solos arenosos, atingidas pela ação das chuvas, somadas ao pisoteio do gado e às atividades agropecuárias desprovidas de manejo e conservação dos solos adequados, origina e intensifica os focos erosivos.

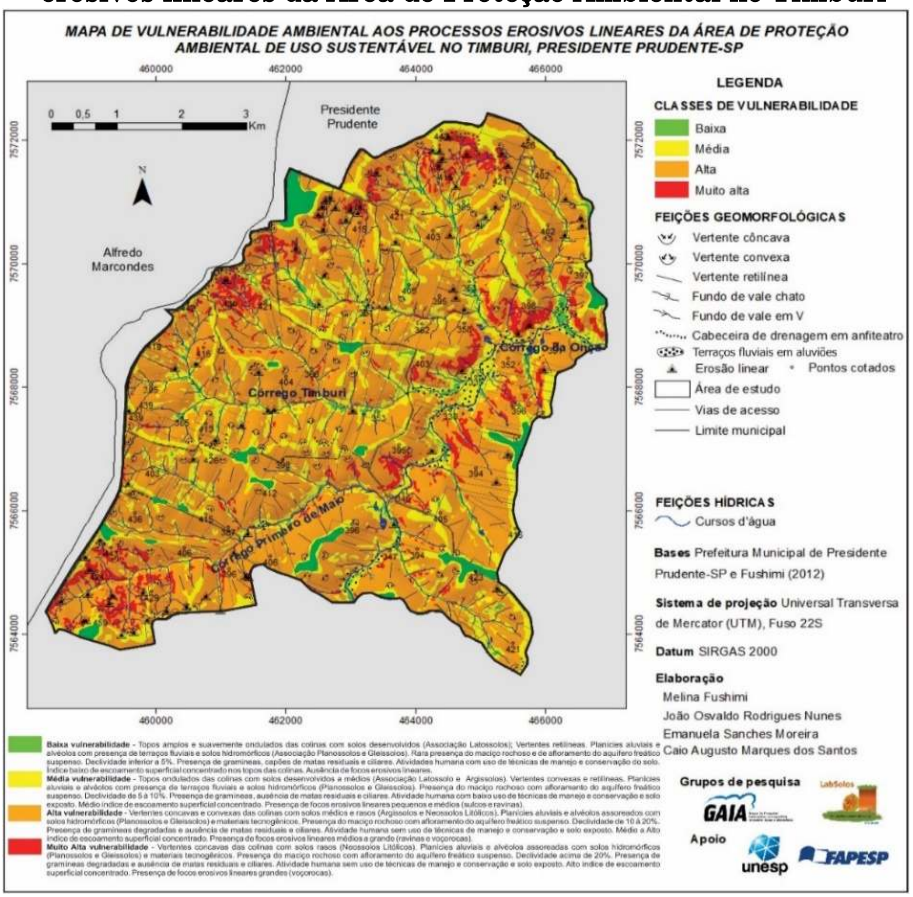
Inúmeras nascentes que compõem as sub-bacias do Córrego da Onça se encontram na APA do Timburi, muitas delas

desprotegidas, sem manejo adequado e conservação. São essas as nascentes do Primeiro de Maio, Timburi e Leque, os quais possuem água de boa qualidade Moreira (2023). No entanto, essas cabeceiras de drenagens que são, majoritariamente, em forma de anfiteatro possuem grande número de ocorrências de processos erosivos, decorrentes, principalmente, do pisoteio intenso do gado e do escoamento das águas de chuvas em áreas sem a presença de vegetação.

Em 2018, a APA do Timburi foi alvo de uma especulação econômica que poderia resultar em grandes problemas ambientais e sociais. Tratou-se de um projeto de implementação de um aterro sanitário particular na Fazenda Santa Apolônia, localizada no bairro Timburi. Em decorrência disso, a população local se mobilizou, realizando manifestações e buscando ajuda técnica que comprovasse a inviabilidade do empreendimento naquele local.

A união entre a comunidade local e profissionais qualificados fez o caso repercutir na mídia local e possibilitou a realização de laudos técnicos que comprovaram a alta vulnerabilidade ambiental aos processos erosivos lineares da área (Figura 5). Foram levados em consideração aspectos sociais e ambientais, como a presença de grande diversidade biótica e abiótica no local, sobretudo de dezenas de nascentes de primeira ordem, que formam o Córrego do Timburi, enquadradas na classe I da resolução n° 393 do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA (Brasil, 2005).

Figura 5 – Mapa de vulnerabilidade ambiental aos processos erosivos lineares da Área de Proteção Ambiental no Timburi



Fonte: Moreira, 2023.

Além disso, a propriedade cogitada para a implementação do aterro sanitário está situada, em parte, numa área de declives acentuados (Figura 6), sendo rodeada por pequenas propriedades habitadas por famílias que teriam sua qualidade de vida afetada. Ademais, a região Norte do município foi indicada como uma área propícia para este tipo de empreendimento, por possuir relevo mais plano (Fushimi, 2012) e ausência de vizinhança. Porém, essa possibilidade não avançou pois, possivelmente, afetaria os interesses

econômicos do capital agrícola que faz uso do solo para o plantio da cana de açúcar, responsável por auferir rendas fundiárias maiores.

Figura 6 – Entorno da Fazenda Santa Apolônia, APA do Timburi, 2021



Fonte: Moreira, 2023.

Em vista disso, a análise integrada dos processos e elementos existentes sobre o território estudado enfatizam a classificação de alta vulnerabilidade ambiental aos processos erosivos lineares. Isso comprova que a área não deve receber empreendimentos que coloquem em risco a natureza e a qualidade ambiental, fazendo com que a Lei Nº235 de homologação da APA (Presidente Prudente, 2019) seja de extrema importância para a proteção e recuperação das áreas degradadas, promovendo qualidade de vida aos moradores e segurança ao ecossistema.

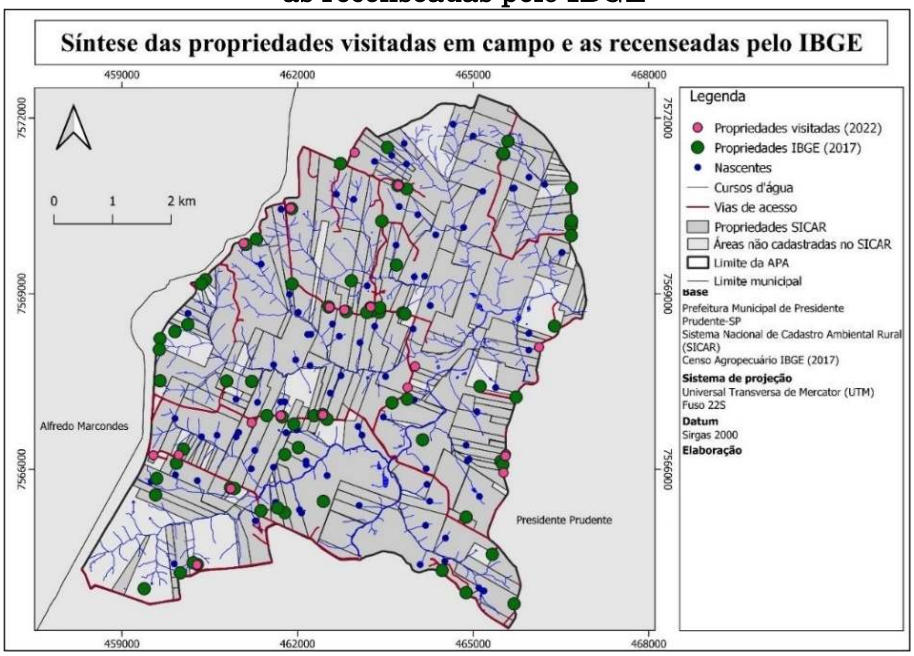
Caracterização social

Após a compreensão dos aspectos ambientais, foram realizadas entrevistas com os moradores da área, seguindo um roteiro semiestruturado com questões acerca do perfil socioeconômico das famílias, como idade, escolaridade, estado civil, atuação profissional e renda familiar. Posteriormente, foram realizadas perguntas relativas à propriedade rural, como o tempo de residência no local, a forma de aquisição da propriedade (compra, herança, arrendamento ou se reside como caseiro), dimensão da propriedade, principal fonte de renda, tipos de culturas agrícolas e criações praticadas no local.

Por fim, as últimas questões são referentes ao ambiente, às nascentes, cursos d'água, conservação, problemas ambientais e, ainda, se os moradores tomaram conhecimento a respeito da luta contra a instalação do aterro sanitário na área e da criação da APA, bem como as principais mudanças percebidas a partir de então.

O mapa da Figura 7 representa as 196 propriedades cadastradas no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), os 73 estabelecimentos agropecuários recenseados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Censo Agropecuário de 2017 e as 20 propriedades rurais visitadas durante a aplicação deste instrumento de coleta de dados. Ao longo dos trabalhos de campo, percebeu-se que, atualmente, menos da metade das propriedades da APA possuem residências e poucas dessas possuem moradores permanentes. Por isso, considerou-se que o número de entrevistas realizadas foi suficiente para uma análise qualitativa dos resultados obtidos.

Figura 7 – Mapa síntese das propriedades visitadas em campo e as recenseadas pelo IBGE



Fonte: Moreira, 2023.

As entrevistas foram realizadas em dezembro de 2021, em 20 propriedades, das quais 17 possuem moradores e as outras três são frequentadas diariamente pelos seus proprietários que não residem no local. Dessas 17 propriedades com moradores, em apenas 2 delas os residentes são funcionários contratados para cuidarem do local, chamados de "caseiros", e em 1 propriedade os residentes são arrendatários da terra, morando de aluguel. Portanto, do total de 20 propriedades, 14 tem como moradores seus proprietários, 1 é arrendada, 2 tem caseiros e 3 não possuem moradores.

Em apenas 4 propriedades a recepção foi feita por mulheres, mas a presença de pessoas desse sexo foi verificada em 15 propriedades, enquanto apenas 3 propriedades possuem crianças

residindo. Do total de 20 entrevistados, apenas 3 não são casados, sendo 1 deles divorciado e os outros 2 solteiros. Para os dados acerca do perfil dos moradores, consideraremos, então, o número total de 45 pessoas, que são os 20 entrevistados mais os seus familiares que residem nas propriedades visitadas. Ao longo dos resultados, todas as 45 pessoas serão nomeadas como "moradores", até mesmo aqueles 3 entrevistados que não residem na APA.

Das 20 propriedades visitadas, 9 foram adquiridas através de compra, 8 por meio de herança, 2 são resididas por caseiros e 1 por arrendatário. Seus tamanhos variam de 1 a 170 hectares de terra e o tempo de residência dos moradores varia de 3 meses a 82 anos. O Quadro 1 representa os dados de cada propriedade a respeito do número de moradores, o tempo em que a família reside no local ou possui o imóvel, o modo de aquisição da terra, a extensão de cada propriedade em hectares e o tipo de produção agropecuária.

Quadro 1 – Situação das propriedades da APA do Timburi

	Nº de moradores	**Tempo de residência**	**Modo de aquisição**	**Extensão (hectares)**	**Produção**
Propriedade 1	3	3 anos	Compra	40	Gado de corte
Propriedade 2	2	5 anos	Aluguel	1,5	Cana-de-açúcar
Propriedade 3	2	3 meses	Compra	2	Subsistência
Propriedade 4	3	73 anos	Herança	14,5	Subsistência, leite e batata doce
Propriedade 5	1	3 anos	Compra	7	Pecuária

Propriedade 6	2	76 anos	Herança	12	Batata doce
Propriedade 7	2	40 anos	Compra	7	Pecuária
Propriedade 8	0	11 anos	Compra	58	Pecuária
Propriedade 9	3	40 anos	Herança	17	Mandioca e pecuária
Propriedade 10	3	20 anos	Compra	2,4	Subsistência
Propriedade 11	0	18 anos	Compra	10,9	Pecuária
Propriedade 12	3	2 anos	Compra	4,8	Subsistência
Propriedade 13	2	39 anos	Caseiro	147,6	Pecuária
Propriedade 14	3	74 anos	Herança	82	Pecuária, leite, milho e batata doce
Propriedade 15	4	53 anos	Herança	82	Pecuária, milho e batata doce
Propriedade 16	2	56 anos	Herança	17	Leite
Propriedade 17	1	6 anos	Herança	9,6	Pecuária
Propriedade 18	4	7 meses	Caseiro	170	Pecuária
Propriedade 19	2	24 anos	Compra	6	Subsistência e batata doce
Propriedade 20	0	50 anos	Herança	193	Pecuária, milho e batata doce

Fonte: Moreira, 2023.

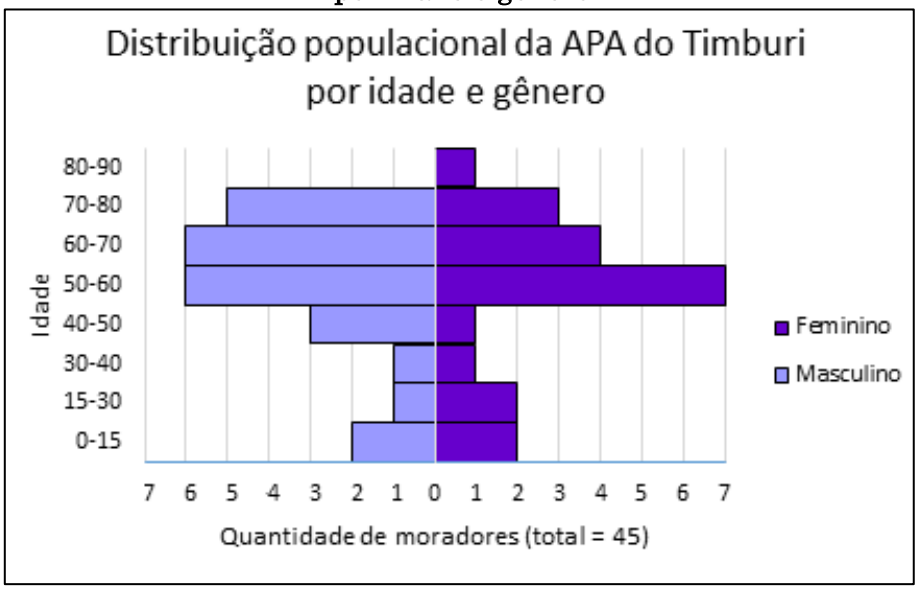
Das 20 famílias entrevistadas, 11 sempre residiram na zona rural, 3 residem na cidade, frequentando o espaço rural para fins de trabalho e as outras 6 se estabeleceram na APA do Timburi após o chefe de família ter se aposentado no serviço que atuava na cidade,

em busca de descanso e tranquilidade. Quanto ao trabalho braçal, apenas 1 entrevistado contrata funcionários terceirizados para trabalharem em suas plantações e criações de gado, enquanto todos os outros moradores trabalham sozinhos ou com os filhos e cônjuges.

Referente à atividade econômica e produção agropecuária, como podemos ver no Quadro 1, das 20 famílias entrevistadas, 6 apresentam mais de um tipo, enquanto as outras 14 se restringem a apenas uma atividade. Em números, temos que: 1 produz cana-de-açúcar para a venda de caldo da cana; 1 produz mandioca, comercializada junto à Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP); 3 produzem leite, vendido a indústrias de laticínios ou diretamente para outras pessoas, sendo usado na produção de queijo e requeijão vendidos, também, para o particular; 3 cultivam milho, utilizado na criação do gado; 5 produzem apenas o que consomem, sem comercialização; 5 cultivam batata doce, vendida para revendedores locais, além de transportarem para outras regiões, como o Nordeste e Sul; por fim, em 12 propriedades há a criação de gado de corte e recria, que são comercializados entre particulares ou com os frigoríficos da região. Logo, verifica-se que a pecuária consiste na atividade econômica predominante na APA do Timburi, seguida do cultivo de batata-doce.

Em relação a estrutura populacional, temos que as idades dos moradores variam de 4 a 87 anos, sendo que a maioria possui entre 50 e 80 anos. Dentre os 45 moradores, são: 4 crianças, 3 jovens, 19 adultos e 19 idosos. A Figura 8 possibilita observar a estrutura populacional por idade e gênero.

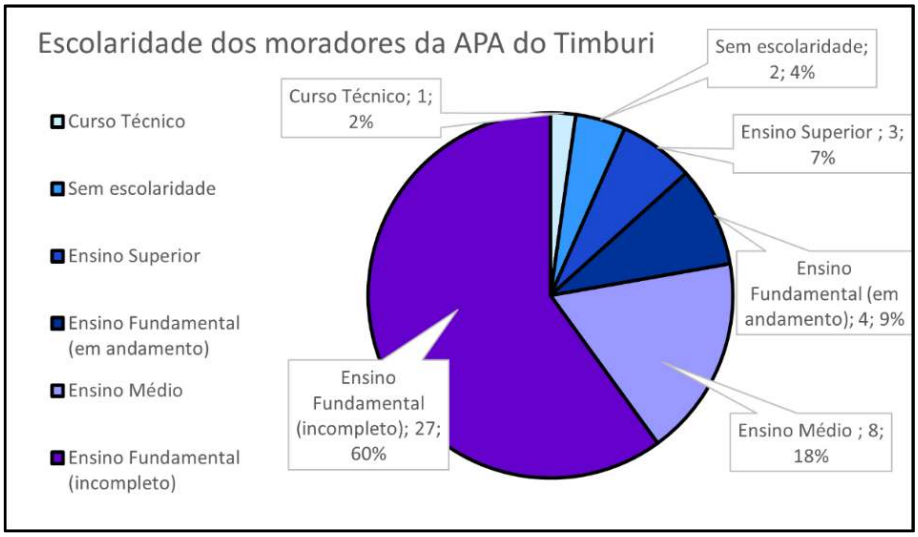
Figura 8 – Gráfico da estrutura populacional na APA do Timburi por idade e gênero



Fonte: Moreira, 2023.

Em relação à escolaridade, a Figura 9 revela que dos 45 moradores investigados na APA, 2 não foram alfabetizadas, 27 não finalizaram o ensino fundamental, 8 concluíram o ensino médio, 1 fez um curso técnico profissionalizante, 3 ingressaram no ensino superior, e as 4 crianças residentes nas propriedades visitadas estão cursando o ensino fundamental, sendo o acesso a escola no distrito de Montalvão ou no município vizinho de Alfredo Marcondes. Ademais, dos 27 moradores que não concluíram o ensino fundamental, 17 não avançaram além da antiga 4ª série, atual 5° ano. A maioria dessas pessoas alegaram que foram impedidas de estudar pelos próprios pais que precisavam de mão-de-obra familiar no campo para garantir o sustento da família.

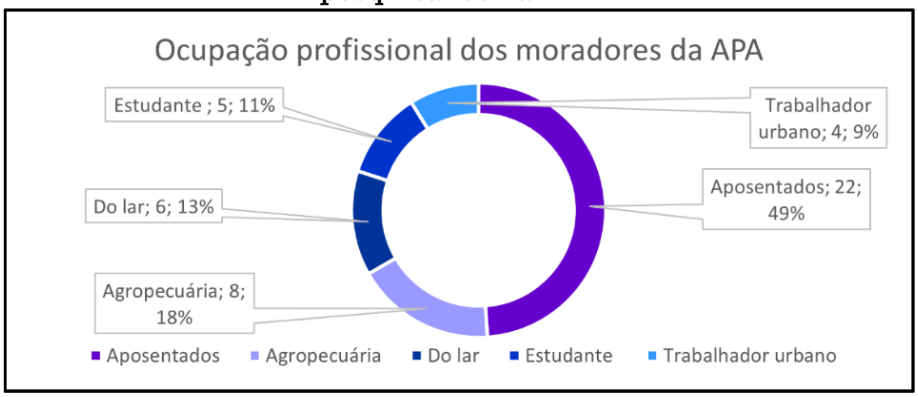
Figura 92 – Gráfico da escolaridade dos moradores pesquisados na APA do Timburi



Fonte: Moreira, 2023.

Quanto à ocupação dos moradores, representada na Figura 10, 4 são trabalhadores urbanos, possuindo empregos de açougueiro, motorista da prefeitura, diarista e comerciante; 5 são estudantes, sendo as 4 crianças que estão no ensino fundamental e 1 jovem que está cursando o ensino superior; 6 pessoas trabalham em casa; 8 trabalham com agropecuária na APA; e 22 pessoas são aposentadas. Das 22 pessoas aposentadas, 17 trabalharam durante toda a vida no campo e as outras 5 possuíam os seguintes cargos: servidor da prefeitura, técnico da Telecomunicações de São Paulo S/A (TELESP), policial militar, bombeiro e administrador de fazendas.

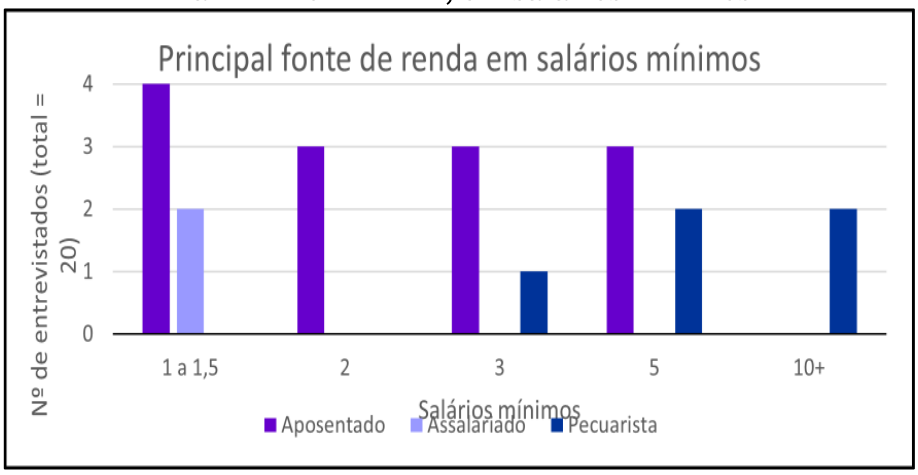
Figura 10 – Gráfico da ocupação profissional dos moradores pesquisados na APA



Fonte: Moreira, 2023.

A Figura 11 apresenta a principal fonte de renda e a média salarial de cada uma das 20 famílias contactadas na APA, considerando que o salário mínimo na época correspondia a R$ 1.100,00. No gráfico representado a seguir verifica-se que, em 13 propriedades rurais, a principal fonte de renda familiar é a aposentadoria, sendo que: em 4 a renda é de um a um e meio salários; em 3 são de dois salários mínimos; em outras 3 são de três salários mínimos; e, nas últimas 3, são de cinco salários mínimos. Posteriormente, apresenta-se a coluna relativa às propriedades rurais onde a principal fonte de renda é o salário recebido pela atuação profissional dos moradores. Nessa categoria, existem 2 onde a renda mensal é de um a um e meio salários mínimos. Por último, as colunas que representam as 5 propriedades onde a principal fonte de renda é a pecuária, sendo 1 com três salários mínimos provenientes dessa prática, 2 com cinco salários mínimos e outras 2 com dez ou mais salários mínimos mensais.

Figura 11 – Gráfico da principal fonte de renda dos entrevistados na APA do Timburi, em salários mínimos



Fonte: Moreira, 2023.

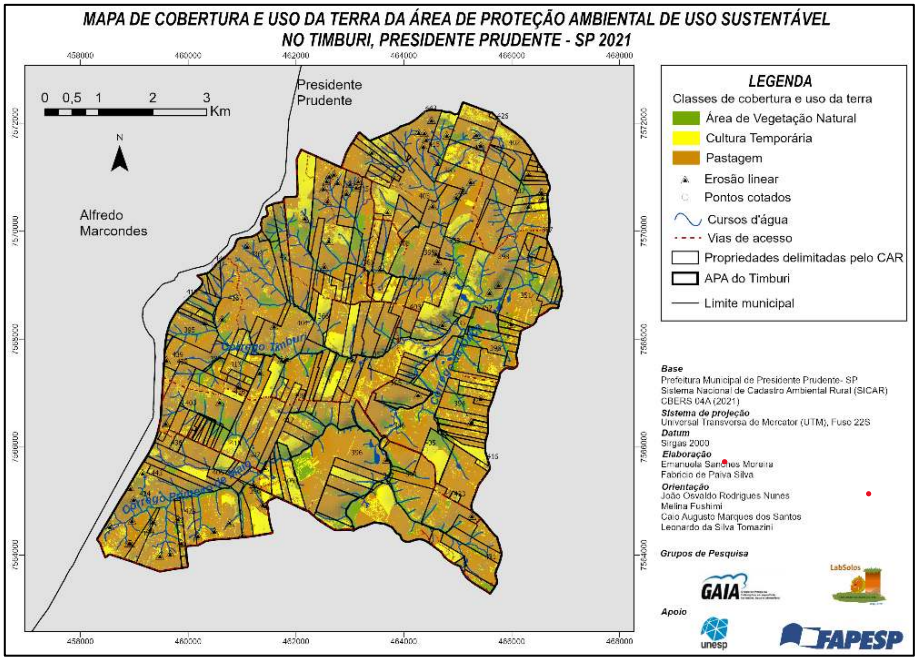
Quando questionados acerca da existência de uma cooperativa no bairro, apenas 3 entrevistados disseram conhecer uma que escoa batata doce, enquanto 17 desconhecem, sendo que, do total de 20 entrevistados, nenhum participa da mesma. Os produtores rurais da APA alegaram que os preços ofertados pela cooperativa são baixos, compensando vender sua produção de batata doce para revendedores locais e de outros estados do país.

Considerando que em todo o território nacional existe o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), que promove cursos e programas de aprimoramento voltados para os produtores rurais, visando a profissionalização rural e a promoção social de forma gratuita, foi questionado se os moradores da APA já fizeram uso de um serviço semelhante. Do total de 20 entrevistados, apenas 1 relatou conhecer e participar deste tipo de atividade.

No que se refere à infraestrutura das propriedades, apenas 3 possuem barracões de armazenamento, enquanto as outras 17

contam com a casa em que a família reside, com poço artesiano e 4 possuem curral. Quanto ao uso do solo (Figura 12), além das pastagens para criação de gado de corte e leiteiro, há a presença de plantações de batata doce e milho, além de matas ciliares, pomares e pequenas roças para subsistência dos moradores. Em relação aos tipos de cobertura vegetal, a APA possuí gramíneas e vegetação secundária em matas espontâneas e áreas de reflorestamento.

Figura 12 – Mapa de cobertura e uso da terra na APA do Timburi (2021)



Fonte: Moreira, 2023.

Adentrando nos aspectos ambientais, foi registrado que, das 20 propriedades, apenas 2 não possuem nascentes e/ou cursos d'águas. Das 18 que possuem água, 3 tiveram suas nascentes secando nos últimos anos. Em relação às matas ciliares, 9 entrevistados alegaram que estão de acordo com a lei, com as Áreas

de Preservação Permanente delimitadas e cercadas, enquanto 3 afirmaram que as matas presentes em suas propriedades estão desprotegidas, com acesso do gado, e os outros 8 apenas mencionaram que possuem matas ciliares preservadas.

Quando questionados acerca da existência de problemas ambientais em suas propriedades, 9 entrevistados relataram que há a ocorrência de focos erosivos, dos quais 3 mostraram que já se encontram em fase de estabilidade. Destes 9, 4 alegaram que, além das erosões, estão sofrendo com a falta d'água devido ao ressecamento das nascentes e do assoreamento dos cursos d'água. Ainda, outros 4 proprietários enfatizaram o problema da água, não possuindo, entretanto, problemas com focos erosivos. Por fim, os outros 7 entrevistados afirmaram que não possuem problemas ambientais em suas propriedades, no entanto, relataram os mesmos problemas verificados em vizinhos, sobretudo, no que se refere ao secamento das nascentes da área.

Sobre a opinião dos entrevistados em relação a criação da APA, 9 famílias disseram ter conhecimento sobre a transformação do bairro em uma Unidade de Conservação. Dessas 9, 6 estavam engajadas na luta contra a implementação do aterro sanitário na área e participaram ativamente até o encerramento do caso, enquanto as outras 3 famílias sabiam da tentativa de se construir um aterro sanitário no bairro, participaram ativamente dos protestos contra a implantação, mas pararam de acompanhar o caso quando o empreendimento foi barrado. Isso promoveu o desconhecimento acerca dos desdobramentos posteriores, como a homologação da Lei Municipal n° 235 (Presidente Prudente, 2019), que resultou na criação da APA do Timburi. Por outro lado, 11 entrevistados não

tiveram qualquer envolvimento com a causa, recebendo informações apenas pelo rádio.

Portanto, o roteiro das entrevistas precisou ser readequado, passando-se a realizar outros questionamentos, referentes a relação destas pessoas com o ambiente, sobre a importância da conservação e acerca dos pontos positivos e negativos nessa prática a partir de sua perspectiva. As respostas foram majoritariamente positivas em relação ao ambiente, ou seja, 16 entrevistados disseram estar preocupados com a degradação ambiental, reconhecem a necessidade de proteger a natureza e praticam algumas técnicas de conservação em suas propriedades, como a recuperação de erosões com troncos de arvores caídas e o cercamento das minas d'água. Enquanto apenas 4 entrevistados não demonstraram entusiasmo com este questionamento, alegando que cercar a mata ciliar e as minas os faz perder muito pasto ou área de lavoura, prejudicando a produção, porém não negaram a importância da conservação ambiental.

Além disso, esses 4 entrevistados relataram que a burocracia ambientalista é excessiva e que os fiscais deveriam conhecer a realidade de cada proprietário antes de aplicar multas. Também, apontaram que deveriam ser promovidas ações governamentais e políticas públicas a fim de auxiliar financeiramente os produtores rurais nas práticas conservacionistas. Um destes quatro entrevistados, ainda, testemunhou que, em meados de 2011, foi autuado com uma multa de 53 mil reais, assim como seus vizinhos, porém, em valores diferentes devido a não terem cercado as Áreas de Preservação Permanentes em suas propriedades. Apesar dos aspectos relatados, todos afirmaram que é importante

proteger as nascentes para que não falte água, sendo essa uma preocupação geral dos moradores, como anteriormente destacado.

Os outros 16 entrevistados demonstraram bastante preocupação com a falta d'água e relataram suas práticas conservacionistas, que variam desde o cercamento das nascentes, até a contenção de erosões e plantio de mudas, visando o aumento dos cursos d'água. Algumas propriedades, inclusive, estão sendo palco de projetos de recuperação ambiental de focos erosivos e matas ciliares. Também foi mencionada de forma marcante a importância das matas para as vidas dos animais silvestres e para o futuro da humanidade como um todo.

Em relação a possível instalação do aterro sanitário no bairro, apenas um entrevistado não tinha conhecimento da história, pois comprou sua propriedade três meses antes do período das entrevistas. Os demais entrevistados conheciam a história, alguns de forma mais superficial, outros mais engajados e apenas dois alegaram que, por um momento, acreditaram que seria positivo, pois traria melhorias para as estradas que se encontram em situação de abandono. Inclusive, a preocupação com as estradas foi uma queixa levantada em muitas entrevistas, onde os moradores pediram a intervenção do poder público.

Algumas pessoas relataram que a Fazenda Santa Apolônia, a qual estava definida para a construção do aterro, possui cerca de 40 nascentes que correm para o Córrego Timburi e que, por mais que fosse uma construção bem estruturada, de um aterro controlado, as chances de contaminação deste manancial seriam expressivas. Muitos ainda se revoltaram, considerando inadmissível a

implementação de um aterro sanitário em um bairro rural com tantas famílias residindo ao redor da área alvo.

Contexto histórico e conflito de interesses

Ao longo das entrevistas, os moradores da APA, eram questionados sobre o conhecimento acerca da sua criação. A partir disso, desenrolaram-se diálogos sobre a possível instalação do aterro sanitário naquele território, enriquecendo a pesquisa com aspectos históricos a partir do ponto de vista da população. Como citado anteriormente, poucas pessoas sabiam da homologação da APA, porém, todos tinham conhecimento sobre a possível vinda do aterro para a área.

Sobretudo, os vizinhos da Fazenda Santa Apolônia acompanharam de perto a situação, relatando em detalhes todo o processo que se iniciou em 2011, com a venda da propriedade. Alguns desses vizinhos arrendavam o pasto da Fazenda com o caseiro, antigo conhecido de todos no bairro. A partir da venda da propriedade, a qual ocorreu de forma sigilosa, o funcionário dela comunicou que o pasto não seria mais arrendado e não informou quem era o novo proprietário.

Num dado momento, algumas pessoas desconhecidas pelos moradores da APA apareceram na Fazenda e os vizinhos pediram para arrendarem o pasto novamente, acreditando que fossem os novos proprietários. Foi feito um acordo de arrendamento por um ano e ao final deste período as mesmas pessoas voltaram para receber o dinheiro em mãos, renovando o contrato por mais três anos. No

entanto, passaram os três anos e eles nunca mais retornaram para receber o pagamento.

Foi então que, por volta do ano de 2015, observou-se uma intensa movimentação na fazenda, com pessoas realizando registros fotográficos, perfurando o solo, fazendo pesquisas, sem que as razões fossem conhecidas pelos habitantes locais. Segundo os moradores do entorno, a propriedade que estava sendo analisada possuí tantas nascentes que nas perfurações de 12 metros de profundidade a água minava em abundância, mas era possível ouvir os técnicos alegando que aquela água era proveniente de bacias secas.

Passou-se mais um ano sem que os moradores do Bairro Timburi soubessem o que estava acontecendo até que, em dezembro de 2016, a comunidade descobriu, por meio da mídia local, que todos os estudos realizados na Fazenda Santa Apolônia eram estudos de impacto ambiental para a construção de um aterro sanitário na área, o qual seria aprovado em audiência pública, agendada para dois dias mais tarde, dentro de um estabelecimento privado, no dia 15 de dezembro de 2016.

A partir disso, iniciou-se uma mobilização dos moradores do bairro e de toda a vizinhança, reunindo dezenas de pessoas que foram até o local da audiência manifestar seu descontentamento com a possibilidade de um aterro sanitário ao lado de suas casas. Ainda, os manifestantes queriam impedir a realização da audiência naquele dia, pois alegaram que a ocasião não deveria acontecer num local privado e era preciso fazer uma ampla divulgação para toda a comunidade prudentina.

De acordo com Ramalho (2016), no jornal local "O Imparcial" os manifestantes alegaram não terem sido consultados sobre o

projeto, além de questionarem o local de realização da audiência e a ausência de vereadores e demais autoridades do município. A empresa responsável pelo aterro sanitário alegou que promoveu um convite oficial aos moradores três vezes, além de ter marcado uma reunião em que só compareceram duas pessoas. Apesar disso, a forte insistência dos representantes do Bairro Timburi fez com que a audiência fosse adiada pela secretaria-executiva adjunta do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema). Após esse ocorrido, uma série de movimentações foram desenroladas ao longo do ano de 2017, as quais estão descritas a seguir.

Em janeiro de 2017, houve uma reunião com cerca de 250 pessoas no bairro Timburi, a fim de organizar a ação no dia da audiência pública (Dominato, 2017a). Em fevereiro, os moradores do Timburi pediram apoio do poder legislativo municipal (Gaspareto, 2017a), os vereadores, que, por sua vez, alegaram que "qualquer alteração no Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos de Presidente Prudente, aprovado pelo Decreto Municipal 23.017/2012, deverá ser precedida de três audiências públicas com intervalo mínimo de 30 dias em cada sessão" (Dominato, 2017b). Essa iniciativa foi comemorada pelos moradores do bairro Timburi, enquanto a empresa responsável pelo aterro sanitário, Geovision Soluções Ambientais e Energia LTDA, tinha expectativa de que a implementação dele ocorreria, ainda, em 2017 (Gaspareto, 2017b).

Em 7 de março de 2017, na 29ª subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em Presidente Prudente-SP, ocorreu a audiência pública que tratou de apresentar o Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) de

implementação do Centro de Gerenciamento de Resíduos (CGR) no Timburi, com a presença de cerca de 350 pessoas, número maior que o de moradores do Bairro Timburi, evidenciando o impacto que a implantação do aterro sanitário teria para além da escala local. Essas pessoas estavam manifestando seu descontentamento com o projeto por meio de protestos e cartazes, dos quais um deles dizia "Queremos produzir e exportar alimentos e não importar lixo!!" (Dominato, 2017c; G1 2017).

Segundo relatos dos próprios moradores, eles contaram com o apoio dos párocos dos municípios vizinhos, como Alfredo Marcondes, Álvares Machado e Santo Expedito, para mobilizar o máximo de pessoas possível para a manifestação. Também tiveram auxílio dos professores da FCT/UNESP, por intermédio do Professor Doutor Raul Borges Guimarães, que possui uma propriedade na área e compôs o Movimento em Defesa do Timburi juntamente com José Hilário Pasquini (*in memoriam*), Inemo Jaime Ederli, Fernando Moreira e Valdinei Marques (Gaspareto; Dominato, 2017).

De acordo com matérias veiculadas no jornal "O Imparcial", o EIA apresentado junto à Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) pela empresa Destra Ambiental, representante da Geovision Soluções Ambientais e Energia LTDA, pertencente ao Grupo Estre, foi alvo de investigação por parte do Ministério Público Federal. Conforme notícia divulgada em abril de 2017, o órgão identificou falhas no estudo de impacto, tendo em vista que negligenciou aspectos referentes às condições socioeconômicas da população local e à presença de nascentes e cursos d'água. O procurador da república responsável, enfatizou, naquela ocasião, a importância dos aterros sanitários em substituição aos lixões a céu

aberto, porém, estes tipos de empreendimento devem ser implantados de tal forma que não provoquem qualquer tipo de dano social ou ambiental (Gaspareto, 2017c).

Anteriormente, o Grupo de Atuação Especial do Meio Ambiente (GAEMA) já havia iniciado um inquérito civil no intuito de analisar potenciais riscos ambientais (Dominato, 2017d). No que se refere a estes fatos, o professor e pesquisador da FCT/UNESP de Presidente Prudente, Raul Borges Guimarães, citado anteriormente, afirmou, naquele momento, que os moradores do Timburi não foram mencionados no estudo de impacto realizado, o que revela ações e intenções, por parte da empresa, que desconsideraram os impactos socioeconômicos que poderiam ser gerados a partir da implementação do aterro sanitário naquela localidade (Dominato, 2017e).

O representante da Destra Ambiental, por sua vez, em matéria veiculada pelo mesmo jornal, ressalta que a implantação do aterro traria progresso ao local e que os estudos de impacto desenvolvidos pela empresa não identificaram qualquer tipo de fragilidade, o que revela divergência com as análises efetuadas por outros órgãos. Ele também aponta que a identificação de possíveis danos poderia resultar, por parte da empresa, em ações compensatórias ou mitigadoras ou, então, até mesmo na desistência de implantação do empreendimento (Dominato, 2017a). Desta forma, posteriormente, os membros do Laboratório de Geologia, Geomorfologia e Recursos Hídricos da FCT/UNESP desenvolveram um laudo técnico, avaliando o estudo de impacto apresentado pela empresa, o qual foi considerado pelos pesquisadores como "superficial e genérico" (Gaspareto, 2017c).

Após este período, a mídia local ficou um longo tempo sem veicular notícias com as atualizações do caso. No entanto, nas entrevistas realizadas em campo, os moradores relataram que a pressão da comunidade e o Estudo de Impacto Ambiental realizado pelo grupo formado por pesquisadores da FCT/UNESP comprovaram a vulnerabilidade ambiental e social da área, impedindo a implementação do aterro sanitário. Além disso, após a pressão popular, houve a intervenção do poder público, para que fosse criada a Área de Proteção Ambiental, proibindo qualquer empreendimento potencialmente poluente na área.

Portanto, depois de muita luta e protesto da população do bairro Timburi e seu entorno, ficou proibida a instalação do aterro sanitário. Mais tarde, em fevereiro de 2019, o jornal "G1 Presidente Prudente e Região" divulgou a proposta de um projeto de lei que criasse a Área de Proteção Ambiental do Timburi. Este tinha como objetivo "proteger a diversidade, disciplinar o processo de ocupação e assegurar sustentabilidade do uso de seus recursos naturais" e foi aprovado pela Câmara Municipal (G1 Presidente Prudente, 2019). Outra notícia deste mesmo jornal, veiculada em março do mesmo ano, pontuou que a Lei Complementar Municipal N° 235/2019 foi promulgada pelo então prefeito e que a empresa desistiu de fazer a instalação do aterro porque a certidão de uso de solo que permitiria a instalação do empreendimento não foi renovada.

Ainda, o prefeito disse que houve um pedido para que a área recebesse um parque ecológico, porém, isso implicaria em desapropriação de terras e alteração da atividade econômica realizada no local. Por isso, acreditou-se que a criação de uma APA seria a decisão mais coerente para assegurar a conservação

ambiental e impedir a instalação de empreendimentos e serviços que sejam potencialmente poluidores, causando impacto ambiental (G1 Presidente Prudente, 2019).

Por fim, o chefe do poder executivo de Presidente Prudente alegou que a criação da APA permitiria a destinação de recursos por meio de parcerias com organismos públicos e privados para projetos de preservação e recuperação de áreas degradadas na APA. Além disso, ficou previsto que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente criasse parcerias para instalar um Conselho Gestor que vise desenvolver um programa permanente de educação ambiental (G1 Presidente Prudente, 2019).

Considerações finais

Em virtude do exposto acima, considera-se que esse recorte da dissertação de mestrado foi capaz de demonstrar quem são os sujeitos que frequentam aquele espaço e suas práticas, assim como compreender o histórico de criação da APA do Timburi e todos os conflitos envolvidos. Durante os trabalhos de campo na APA, foram realizadas entrevistas que resultaram em dados quantitativos, como idade, sexo, escolaridade, ocupação, fonte de renda e tipo de produção de cada propriedade visitada, os quais foram organizados em gráficos, e dados qualitativos que foram incorporados à dissertação, uma vez que discorrem sobre a opinião dos entrevistados. Nesse aspecto, foi revelada a forma como essas pessoas relacionam-se com o meio em que vivem e as necessidades para uma melhor qualidade de vida.

Portanto, o presente artigo cumpre o objetivo de entregar uma síntese dos dados acerca da população que reside e frequenta a APA do Timburi, além de abarcar o contexto histórico que desencadeou as manifestações contra a implementação do aterro sanitário no bairro em questão. Essa síntese faz-se importante pois não há outro material que junte todos os fatos e os dados atualizados dos moradores, além da dissertação de mestrado desenvolvida. Logo, este artigo constitui-se numa ferramenta de divulgação dos dados básicos para a compreensão de quem vive na APA do Timburi e como se formou esse território.

Ademais, acerca da luta popular contra a implementação do aterro sanitário, considera-se uma conquista da comunidade. Porém, ainda falta a consolidação do conselho gestor e a elaboração do plano de manejo, demonstrando a desarticulação entre o poder público e os moradores na gestão da APA. É preciso compreender que a luta não acabou com a derrota do plano de instalação do aterro sanitário, sobretudo porque a área apresenta grande vulnerabilidade ambiental aos processos erosivos e, de acordo com relatos dos moradores vem sendo instalado um cenário de diminuição da oferta de água.

Logo, compreende-se que a prática da multifuncionalidade rural é um caminho para atingir os objetivos previstos para a elaboração do Plano de Manejo. De acordo com Moreira (2023), as maiores dificuldades de dar andamento na consolidação da APA do Timburi, conforme a lei de homologação, são a falta de adesão da comunidade na tomada de decisões e a falta de investimento financeiro e pessoal do poder público. A adoção dos princípios da multifuncionalidade rural, é essencial para que a comunidade

compreenda a gestão do território como algo horizontal, onde sua voz é ouvida pelos agentes públicos e decisões sejam tomadas em conjunto.

Referências

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o Art. 225, Par. 1º, Incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, 2000.

BRASIL. Resolução Conama nº 393, de 17 de março de 2005. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. **Conselho Nacional do Meio Ambiente:** Brasília, 2005.

DOMINATO, M. Em reunião no bairro Timburi, 250 debatem criação de aterro. **O Imparcial**, Presidente Prudente-SP, 29 jan. 2017a. Disponível em: https://www.imparcial.com.br/noticias/em-reuniao-no-bairro-timburi-250-debatem-criacao-de-aterro,11982. Acesso em: mar. 2022.

DOMINATO, M. Em Prudente, disposição de resíduos será discutida em 3 audiências públicas. **O Imparcial**, Presidente Prudente-SP, 22 fev. 2017b. Disponível em: https://www.imparcial.com.br/noticias/em-prudente-disposicao-de-residuos-sera-discutida-em-3-audiencias-publicas,12256. Acesso em: mar. 2022.

DOMINATO, M. Em audiência, moradores do Timburi se manifestam. **O Imparcial**, Presidente Prudente-SP, 08 mar. 2017c. Disponível em: https://www.imparcial.com.br/noticias/em-audiencia-moradores-do-timburi-se-manifestam,12411. Acesso em: mar. 2022.

DOMINATO, M. Gaema investiga implantação de aterro no bairro Timburi. **O Imparcial**, Presidente Prudente-SP, 04 mar. 2017d. Disponível em: https://www.imparcial.com.br/noticias/gaema-investiga-implantacao-de-aterro-no-bairro-timburi,12382. Acesso em: mar. 2022.

DOMINATO, M. Moradores do Timburi se unem contra aterro. **O Imparcial**, Presidente Prudente-SP, 26 jan. 2017e. Disponível em:

https://www.imparcial.com.br/noticias/moradores-do-timburi-se-unem-contra-aterro,11944. Acesso em: mar. 2022.

DONATON, G. **Estratégias de reprodução social e econômica em pequenas unidades produtivas rurais:** o caso dos Bairros Rurais 1º de Maio/Timburi e Ponte Alta/córrego da Onça no município de Presidente Prudente (SP). 2013. 112 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2013.

FUSHIMI, M. **Vulnerabilidade Ambiental aos processos erosivos lineares nas áreas rurais do município de Presidente Prudente-SP.** 2012. 141 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2012.

FUSHIMI, M.; OLIVEIRA, R. C.; NUNES, J. O. R. Atribuição de pesos aplicada à vulnerabilidade ambiental à erosão linear: estudo de caso nas bacias hidrográficas do Rio dos Cachorros (São Luís-MA) e do Córrego Timburi (Presidente Prudente-SP). **Geografia ensino & Pesquisa**, Santa Maria-RS, v. 27, p. 1-23, 2023.

GASPARETO, M. Moradores do Timburi pedem apoio do Legislativo. **O Imparcial**, Presidente Prudente-SP, 15 fev. 2017a. Disponível em: https://www.imparcial.com.br/noticias/moradores-do-timburi-pedem-apoio-do-legislativo,12168. Acesso em: mar. 2022.

GASPARETO, M. Empresa estima implantação de aterro sanitário em PP neste ano. **O Imparcial**, Presidente Prudente-SP, 24 fev. 2017b. Disponível em: https://www.imparcial.com.br/noticias/empresa-estima-implantacao-de-aterro-sanitario-em-pp-neste-ano,12291. Acesso em: mar. 2022.

GASPARETO, M. Estudo de impacto ambiental é analisado. **O Imparcial**, Presidente Prudente-SP, 04 abr. 2017c. Disponível em: https://www.imparcial.com.br/noticias/estudo-de-impacto-ambiental-e-analisado,12757. Acesso em: mar. 2022.

GASPARETO, M.; DOMINATO, M. Movimento quer apoio popular em defesa de bairro. **O Imparcial**, Presidente Prudente-SP, 14 fev. 2017. Disponível em: https://www.imparcial.com.br/noticias/movimento-quer-apoio-popular-em-defesa-de-bairro,12159. Acesso em: mar. 2022.

G1 Presidente Prudente. Análise de aterro sanitário privado no Timburi fica a cargo da Cetesb. **G1 Globo**, Presidente Prudente-SP, 07 mar. 2017. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2017/03/analise-de-aterro-sanitario-privado-no-timburi-fica-cargo-da-cetesb.html. Acesso em: mar. 2023.

G1 Presidente Prudente. Câmara Municipal aprova projeto de lei que cria a Área de Proteção Ambiental do Timburi, em Presidente Prudente. **G1 Globo**, Presidente Prudente-SP, 19 fev. 2019a. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2019/02/19/camara-municipal-aprova-projeto-de-lei-que-cria-a-area-de-protecao-ambiental-do-timburi-em-presidente-prudente.ghtml. Acesso em: mar. 2023.

G1 Presidente Prudente. Lei municipal transforma Timburi em Área de Proteção Ambiental. **G1 Globo**, Presidente Prudente-SP, 18 mar. 2019b. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2019/03/18/lei-municipal-transforma-timburi-em-area-de-protecao-ambiental.ghtml. Acesso em: mar. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017.** Disponível em: < https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/informativos.html >. Acesso em: 15 set. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (IPT). Mapa geológico do Estado de São Paulo: 1:500.000. São Paulo: IPT, vol. I, 1981, p.46-8; 69 (Publicação IPT 1184).

MOREIRA, E. S.; THOMAZINI, L. da S.; NUNES, J. O. R.; FUSHIMI, M.; DOS SANTOS, C. A. M. Análise da ocorrência de feições erosivas lineares na Área de Proteção Ambiental (APA) do Timburi, Presidente Prudente (SP). **Geografia,** Rio Claro, v. 45, n. 1, p. 163-184, jan/jun 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/15397/11798>.

MOREIRA, E. S. **Elaboração de bases cartográficas como subsídio para implantação de projetos de recuperação de áreas degradadas na área de proteção ambiental de uso sustentável do Timburi, município de Presidente Prudente-SP.** 2021. 61f. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2021.

MOREIRA, E. S.; THOMAZINI, L. da S. O uso do geoprocessamento como instrumento de identificação de áreas degradadas: o caso da Área de Proteção Ambiental do Timburi, Presidente Prudente-SP. In: Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 14., 2021, Campina Grande-PB. **Anais eletrônicos [...]** Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/77920>.

MOREIRA, E. S.; NUNES, J. O. R. O impacto do uso da terra nas características dos solos na APA do Timburi, Presidente Prudente-SP. **Geofronter**, Campo Grande-MS, v. 9, p. 01-18, 2023.

MOREIRA, E. S.; SEGRELLES SERRANO, J. A. La explotación agrícola y ganadera y la degradación de los suelos en el interior del estado de São Paulo, Brasil. In:GUSMAN, Y.; PÉREZ GUILARTE, Y.; CIDRÁS, D.; VILA VÁZQUEZ, J. I.; LOIS GONZÁLEZ, R. C.**América Latina ante los (nuevos) retos de la justicia social y ambiental.**Madrid: Asociación Española de Geografía, 2023.

MOREIRA, E. S.; COSTA, H. R. O. Apropriação do relevo e uso inadequado de recursos naturais: reflexões sobre os impactos do capitalismo no ambiente. In: IV Congresso Brasileiro de Organização do Espaço e XVI Seminário de Pós-Graduação em Geografia, 2023, Rio Claro-SP. **Anais eletrônicos [...]** 2023.

MOREIRA, E. S. **Análise e diagnóstico socioambiental da Área de Proteção Ambiental do Timburi para uma proposta de multifuncionalidade rural.** 2023. 155f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2023.

NUNES, J. O. R.; FUSHIMI, M. Mapeamento geomorfológico do município de Presidente Prudente/SP. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOMORFOLOGIA, 7., 2010, Recife. **Anais...** Recife: UFPE, 2010.

NUNES, J. O. R. Recuperação de áreas degradadas da Área de Proteção Ambiental de Uso Sustentável no Timburi, município de Presidente Prudente – SP. Presidente Prudente, **Projeto Regular financiado pela FAPESP** (Processo: 2019/12164-4), 2019.

NUNES, J. O. R. et al. Recuperação de áreas degradadas da Área de Proteção Ambiental de Uso Sustentável no Timburi, município de Presidente Prudente – SP. Presidente Prudente, **Relatório Final do Projeto Regular financiado pela FAPESP** (Processo: 2019/12164-4), 2021.

PRESIDENTE PRUDENTE. Lei Complementar nº 235, de 13 de março de 2019. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental do Timburi, e dá outras providências. **Leis e Decretos Municipais**: Presidente Prudente, 2019.

RAMALHO, J. Protesto interrompe audiência de novo aterro sanitário de PP. **O Imparcial**, Presidente Prudente-SP, 16 dez. 2016. Disponível em: https://www.imparcial.com.br/noticias/protesto-interrompe-audiencia-de-novo-aterro-sanitario-de-pp,11456. Acesso em: mar. 2022.

SEGRELLES SERRANO, J. A. Desarrollo rural y agricultura: ¿incompatibilidad o complementariedad? **Agroalimentaria**, Mérida-Venezuela, v. 6, n. 11, p. 85-95, 2000. Disponível em: < http://rua.ua.es/dspace/handle/10045/10524>. Acesso em: set 2021.

SEGRELLES SERRANO, J. A. La multifuncionalidade rural: realidade conflictiva em la Unión Europea, mito em América Latina. **Ería**, Oviedo-ES, v. 72, p. 89-99, 2007. Disponível em: <http://rua.ua.es/dspace/handle/10045/3365>. Acesso em: set 2021.

SEGRELLES SERRANO, J. A. Conservación ambiental y aprovechamiento agropecuario: elcaso del parque natural agrario "Los Carrizales" (Elche, Alicante). **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles,**Madrid-ES, v. 62, p. 295-316, 2013. Disponível em: <http://rua.ua.es/dspace/handle/10045/28101>. Acesso em: nov 2021.

SEGRELLES SERRANO, J. A. Agricultura periurbana, parques naturales agrarios y mercados agropecuarios locales: una respuesta territorial y productiva a la subordinación delcampo a la ciudad. **Scripta Nova**, Barcelona-ES, v. 19, n. 502, 2015. Disponível em: <http://rua.ua.es/dspace/handle/10045/44522>. Acessoem: set 2022.

SEGRELLES SERRANO, J. A. Las ayudas agrarias y sus repercusiones sobre la agriculturafamiliar en la última reforma de la Política Agraria Común (2014-2020) de la Unión Europea:¿Cambiar todo para que todo siga igual? **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles**,Madrid-ES, v. 74, p. 161-183, 2017. Disponível em: < http://rua.ua.es/dspace/handle/10045/68461>. Acesso em: out 2022.

SEGRELLES SERRANO, J. A. La desigualdad en el reparto de la tierra en Colombia:Obstáculo principal para una paz duradera y democrática. **Anales de Geografía de la Universidad Complutense**, Madrid-ES, v. 38, n. 2, p. 409-433, 2018. Disponível em: <http://rua.ua.es/dspace/handle/10045/84067>. Acesso em: set 2022.

SEGRELLES SERRANO, J. A. Las exigencias ambientales de la última reforma de laPolítica Agraria Común (2014-2020) de la Unión Europea: conflictos, desequilibrios eincongruencias. **Anales de Geografía de la Universidad Complutense**, Madrid-ES, v. 40, n.2, p. 541-559, 2020. Disponível em: <http://rua.ua.es/dspace/handle/10045/111459>. Acesso em: out 2022.

SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO AMBIENTAL RURAL (SICAR). **Relatórios do CAR.** Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/servico-florestal-brasileiro/modulo-de-relatorios>. Acesso em: 15 set. 2021.

THOMAZINI, L. da S.; MOREIRA, E. S. Análise do uso da bioengenharia na contenção de erosões lineares: ocaso da APA do Timburi, Presidente Prudente/SP. In: XIV ENANPEGE, 2021, Campina Grande**. Anais eletrônicos [...]** Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/77919>.

Submetido em: 13 de março de 2024
Devolvido para revisão em: 03 de maio de 2024
Aprovado em: 10 de maio de 2024
DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2023.3346

COMO CITAR
MOREIRA, E. S. Área de proteção ambiental do Timburi em Presidente Prudente-SP: seus moradores e o contexto histórico. **Terra Livre**, São Paulo, ano 38, v.2, n. 61, jul.-dez. 2023, p. 420-559. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3346. Acesso em: dd/mm/aaaa.

TRANSECTO COMO FERRAMENTA PARA PERCEPÇÃO DA GEODIVERSIDADE NO MUNICÍPIO DE SERRA DO NAVIO, AMAPÁ, BRASIL

A TRANSECT AS A TOOL FOR PERCEIVING GEODIVERSITY IN THE MUNICIPALITY OF SERRA DO NAVIO, AMAPÁ, BRAZIL

UN TRANSECTO COMO HERRAMIENTA PARA PERCIBIR LA GEODIVERSIDAD EN EL MUNICIPIO DE SERRA DO NAVIO, AMAPÁ, BRASIL

Adria Hélene da Costa Nunes
Mestranda em Geografia, PPGEO/ Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)
E-mail: adriahelene7@gmail.com

Celina Marques do Espirito Santo
Doutora em Geografia, PPGG/UFRJ e Professora na UNIFAP/PPGEO
E-mail: celinamarquesufpa@yahoo.com.br

Resumo:
As pesquisas desenvolvidas no ramo das Geociências cada vez mais buscam interpretar a geodiversidade e seus processos, assim como captar ferramentas para sua popularização. Diante disso, este estudo visa discutir a percepção da geodiversidade através de dois transectos em Serra do Navio, município localizado no estado do Amapá. Para alcançar tais objetivos, foram realizadas quatro etapas fundamentais: levantamento do referencial bibliográfico, vetorização de dados colhidos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), confecção do material cartográfico através dos *programas QGIS 3.6.3.1* e *Google Earth Pro*, e trabalho de pesquisa de campo. A partir desses procedimentos, foi possível interpretar a geodiversidade através dos transectos construídos em locais diferentes no referente município, um ao norte do limite municipal e outro ao sul. Mediante esses transectos, pode-se compreender variados aspectos do meio biótico e abiótico em Serra do Navio, como a geologia, geomorfologia, vegetação, hidrografia e a pedologia. Com base nesses aspectos, evidenciaram-se questões relacionadas às potencialidades desse ambiente, como a prática geoturística e de geoconservação, além de contribuir com futuras pesquisas da seguinte temática para o contexto amapaense e amazônico.

Palavras-chave: Interpretação, Geoturismo, Geoconservação, Geomorfologia, Amapá.

Abstract:
Research carried out in the field of Geosciences increasingly seeks to interpret geodiversity and its processes, as well as capture tools for its popularization. In light of this, this study aims to discuss the perception of geodiversity through two transects in *Serra do Navio*, a city in the state of Amapá. To achieve these goals, four fundamental steps were taken: survey of the bibliographic reference, vectorization of data collected from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), creation of cartographic material through the "*QGis 3.6.3.1*" and "*Google Earth Pro*" programs, and field research work. Based on these procedures, it was possible to interpret geodiversity through transects built in different locations in the city, one to the north of the city limit and the other to the south. Through these transects, various aspects of the biotic and abiotic environment in *Serra do Navio* can be understood, such as geology, geomorphology, vegetation, hydrography, and pedology. Based on these aspects, issues related to the potential of this environment were highlighted, such as geotourism and geoconservation practices, in addition to contributing to future research on the following topic for the Amapá and Amazonian contexts.
Keywords: Interpretation, Geoturism, Geoconservation, Geomorphology, Amapá.

Resumen:
Las investigaciones realizadas en el campo de las Geociencias buscan cada vez más interpretar la geodiversidad y sus procesos, así como captar herramientas para su divulgación. En vista de ello, este estudio tiene como objetivo discutir la percepción de la geodiversidad a través de dos transectos en Serra do Navio, municipio localizado en el estado de Amapá. Para alcanzar estos objetivos, se realizaron cuatro etapas fundamentales: relevamiento de la referencia bibliográfica, vectorización de los datos recogidos en el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE), preparación del material cartográfico utilizando los programas "*QGis 3.6.3.1*" y "*Google Earth Pro*", e investigación de campo. A partir de estos procedimientos, fue posible interpretar la geodiversidad a través de transectos construidos en diferentes puntos del municipio, uno al norte del límite municipal y otro al sur. A través de estos transectos, fue posible comprender diversos aspectos del medio biótico y abiótico de la Serra do Navio, como la

geología, la geomorfología, la vegetación, la hidrografía y la edafología. A partir de estos aspectos, se destacaron cuestiones relacionadas con el potencial de este entorno, como la práctica del geoturismo y la geoconservación, además de contribuir a futuras investigaciones sobre el siguiente tema para el contexto de Amapá y la Amazonia.
Palabras-clave: Interpretación, Geoturismo, Geoconservación, Geomorfología, Amapá.

Introdução

A dinâmica estabelecida em uma paisagem resulta da ação conjunta de variados fatores de natureza endógena e exógena. Tais interações podem ser identificadas a partir da geologia, geomorfologia, pedologia, cobertura vegetal, e de outros aspectos que, de maneira integrada, compõem e contribuem para a gênese de cada paisagem (Silveira, 2009).

Um autor brasileiro fundamental que aprofunda a discussão sobre o conceito de paisagem é Ab'Sáber (2003), para o qual as paisagens sempre serão analisadas a partir das heranças dos processos, sejam eles fisiográficos ou biológicos.

Outra perspectiva sobre o conceito de paisagem é a que a define como um elemento em constante transformação, dadas as inter-relações entre fatores naturais e culturais. A interação entre esses aspectos faz com que a paisagem seja um parâmetro altamente dinâmico, dado sua produção histórica e social, que, através de sua temporalidade, consegue imprimir informações sobre o passado e o presente da sociedade, bem como dialogar com o futuro (Baldin, 2021).

A partir dessa compreensão holística sobre o conceito de paisagem, entende-se que a definição de outro termo, a geodiversidade, também segue uma percepção semelhante, uma vez

que sua gênese se sustenta na relação entre diferentes aspectos. Incluem-se, nestes, a dimensão temporal do processo de evolução das rochas, das formas, dos solos, dos minerais, dos fósseis, dos sistemas fluviais, entre outros atributos inerentes (SGB/CPRM, 2024).

As pesquisas e interpretações sobre o conceito de geodiversidade são consideradas contemporâneas, já que o termo foi utilizado pela primeira vez na Conferência de Malvern, em 1993, que debateu pontos sobre a "Conservação Geológica e Paisagística" (Reino Unido). O termo passou a ser cada vez mais desenvolvido a partir da década de 2000 (Dantas *et al.,* 2015; Oliveira e Rodrigues, 2014).

Mediante esse entendimento, Brilha (2005) reforça que a geodiversidade não se trata apenas do meio abiótico, ou seja, não se define somente pelas rochas, solos, minerais, entre outras características componentes do meio físico. A geodiversidade vai além dessa compreensão de uma paisagem estática, compondo toda a base de sustentação e das relações tanto no meio biótico quanto na humanidade.

Diante dessas discussões, outra temática que ganha destaque é o geoturismo, pois esse conceito surge como um segmento novo voltado para áreas naturais, onde os visitantes buscam conhecer e compreender mais sobre os aspectos geológicos e geomorfológicos de um determinado ambiente (Moreira, 2014).

Bento e Rodrigues (2010) salientam que o geoturismo pode estar ligado aos aspectos geomorfológicos e geológicos da paisagem e, a partir dessa relação, pode desenvolver até três formas de fomentação: o aprendizado, o lazer e a recreação.

Os autores também destacam que essas atividades influenciam diretamente nas questões sobre a conservação do meio ambiente analisado, o que ganha um novo olhar nas discussões que podem ser essenciais para o desenvolvimento local sustentável, via geoconservação.

Através da geoconservação, a geodiversidade, em suas dimensões geológicas e geomorfológicas, pode ter sua história evolutiva conservada, bem como o registro de evolução da magnitude desses locais e processos recorrentes (Sharples, 2002). Logo, a geoconservação é essencial como ferramenta de apoio que busca auxiliar na proteção e no uso sustentável dos elementos da geodiversidade (Oliveira, Pedrosa e Rodrigues, 2013).

A geoconservação, segundo Brilha, Dias e Pereira (2006), também é apresentada como uma ferramenta auxiliadora no uso sustentável e na proteção da geodiversidade, e seu principal objetivo está ligado à valorização do patrimônio natural do meio abiótico.

No decorrer dos últimos 30 anos, muitos foram os trabalhos produzidos em diferentes escalas e temas sobre a geodiversidade. Estudos de elaboração de inventários da geodiversidade (Silva; Nascimento; Moura-Fé, 2019; Machado e Espírito Santo, 2022); de avaliação quantitativa e qualitativa da geodiversidade (Silva; Nascimento; Mansur, 2020; Pereira, 2022); de geodiversidade como ferramenta no planejamento territorial (Silva *et al.*, 2016); de geodiversidade como apoio ao geoturismo (Palhares e Guerra, 2016; Bento *et al.*, 2017); geodiversidade utilizada como ferramenta de ensino na geoeducação (De Oliveira et al., 2022; Silva *et al.*, 2023); entre outras aplicações e com o uso de diversas ferramentas.

Na escala da Amazônia Legal, em comparação a outras regiões do Brasil, percebe-se que esses estudos são incipientes, conforme destacado por Andrade *et al.* (2021). Naquele ano, as autoras supracitadas informaram que, embora existam pesquisas sobre as mais variadas temáticas, os estudos encontram-se em um número reduzido e dispersos no território.

O mesmo panorama das produções científicas se constata ao levantar os mapeamentos e inventários da geodiversidade dos estados da Amazônia Legal, por meio de instrumentos de ordenamento territorial, como a Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleontológicos (SIGEP) e o Cadastro de Sítios Geológicos (GEOSSIT).

Espírito Santo *et al.* (2021) mostram a importância desses registros para a promoção da geodiversidade na região, que se encontra em um processo de amadurecimento conceitual, mesmo com as barreiras de infraestrutura para a sua promoção e valorização.

No recorte do estado do Amapá, foi possível levantar algumas produções voltadas a estabelecer alternativas para o geoturismo, como encontrado em Lima, Lima e Avelar (2020), que pesquisou as potencialidades de um seguimento fluvial do rio Amazonas, em um trecho entre Macapá em Santana, Corrêa e Palhares (2021), que delimitaram sítios da geodiversidade no município do Oiapoque, e Nunes, Machado e Espirito Santo (2022), que propuseram um roteiro geoturístico para o município de Ferreira Gomes, com vistas a discussão sobre o desenvolvimento local sustentável; e a elaboração de inventários da geodiversidade foram identificados em Machado e Espirito Santo (2022), que

trabalharam a partir do potencial em regiões quaternárias, em município da zona costeira do estado do Amapá.

Ao considerar o estado da arte sobre a geodiversidade, especialmente no estado do Amapá, avalia-se a importância da ampliação dos estudos como contribuição para o conhecimento científico e, não menos importante, para o debate sobre a valorização da geodiversidade nessa região.

No contexto do Amapá, destaca-se o município de Serra do Navio, que possui um potencial turístico fortemente ligado à geomorfologia, um fator-chave da geodiversidade, devido à diversidade de formas, bem como à beleza cênica encontrada em diversos pontos.

Assim, o objetivo deste estudo é ilustrar a percepção da geodiversidade a partir de dois transectos, um ao norte e outro ao sul do limite municipal de Serra do Navio.

Essa amostragem indicará os fatores geológicos, geomorfológicos, hidrológicos, pedológicos e a vegetação da paisagem, e diante dela, iniciar o debate acerca da geodiversidade e da sua potencialidade para o âmbito do geoturismo e da geoconservação na área. Além disso, o transecto é definido a partir da geografia como:

> "Um dispositivo para observar o terreno ou a representação de um espaço, ao longo de um traçado linear e de acordo com a dimensão vertical, destinado a destacar uma superposição, uma sucessão espacial ou relações entre fenômenos" (Robic, 2004, p.1).

Logo, pode se tornar uma ferramenta importante na difusão do conhecimento científico ligado às geociências do local, além de orientar no planejamento territorial e na gestão ambiental através

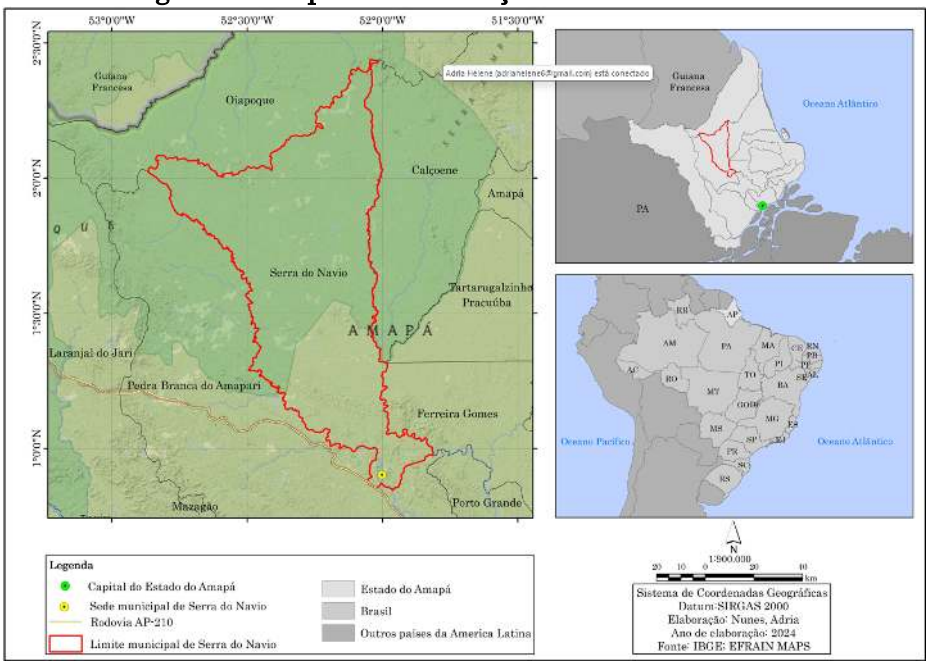
da compreensão dos elementos representados, entre outros aspectos que podem ser analisados especificamente a partir de um transecto.

Materiais e métodos

Área de estudo

O município de Serra do Navio (figura 1) tem a sua unidade territorial delimitada por 7.713,046 km², e foi criado no dia primeiro de maio de 1992 pela de Lei Nº 007/92-PMSN. Está situado na região centro noroeste do Estado do Amapá, cerca de 210 km da capital do estado, Macapá (IBGE Cidades, [2023]).

Figura 1: Mapa de localização de Serra do Navio



Fonte: Autoras (org. e elaboração), 2024.

Serra do Navio foi construída entre o final da década de 1950 e o início da década de 1960, com o propósito de abrigar e suprir as necessidades dos operários da Indústria e Comércio de Minérios S.A (ICOMI) (IBGE Cidades, *op. cit.*).

Antes da criação do município, considera-se que a ICOMI desempenhou um papel crucial no desenvolvimento da infraestrutura, como a formação da Vila de Serra do Navio e da Vila Amazonas, esta última situada no município de Santana. Da mesma forma, a estrada de Ferro, sendo o principal apoio logístico para a escoação do mineral extraído, desempenhou um papel fundamental no planejamento urbano da Vila, moldada para acomodar os funcionários da indústria (Drummond, 2000).

Assim como as questões de infraestrutura, o empreendimento industrial também impulsionou o desenvolvimento de outros três municípios que estavam direta ou indiretamente relacionados à ICOMI, sendo eles: Santana, Pedra Branca do Amapari e Porto Grande (Santos, 2012).

Um aspecto necessário de frisar é que, em abril de 2010, a Vila de Serra do Navio foi tombada como Patrimônio Cultural Brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), por manter, apesar dos desgastes temporais e da falta de conservação, "características originais que a distinguem na história da ocupação da Região Norte, na arquitetura e no urbanismo brasileiro", o que reforça seu valor cultural (IPHAN, 2014).

Devido à desativação da mineradora, Serra do Navio foi marcada por diversos processos de transformação, já que o empreendimento era o atrativo que impulsionava fortemente a economia não apenas local, mas também de outras comunidades, o que gerou uma série de abandonos e levou a cidade de "cidade modelo" a "cidade fantasma" (Portal do Governo do Amapá, 2023).

Salienta-se que, entre as diversas potencialidades turísticas relacionadas à paisagem e aos valores culturais do município, mapeados e inventariados pelo Plano Municipal de Turismo de Serra do Navio – AP, um destaque fundamental é que 72% da área municipal está localizada na unidade de conservação do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, o maior parque nacional do Brasil (Plano Municipal de Turismo de Serra do Navio – AP, 2019-2023).

Como apresentado nesse breve levantamento histórico, o município de Serra do Navio é berço de um forte valor cultural, justamente por ser tombado pelo IPHAN como patrimônio, corroborado pela exploração mineral que ocorreu no município.

Procedimentos metodológicos

A construção do referencial bibliográfico foi feita por meio de plataformas digitais através do levantamento de artigos, livros e enciclopédias presentes em periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), *ResearchGate*, Google Acadêmico, *Scientific Eletrônic Library* Online (SCIELO).

A geomorfologia foi analisada através do Manual Técnico de Geomorfologia (2009), seguindo três níveis taxonômicos. Essa análise cartográfica se diferencia de Ross (2011) pois o manual do IBGE segue cinco categorias taxonômicas principais, enquanto a abordagem de Ross *op. cit.* retrata cinco níveis taxonômicos.

Apesar de terem algumas nomenclaturas diferentes em cada táxon, ambas formas de interpretar o relevo seguem o padrão de grandeza, onde se inicia do maior e mais antigo táxon até o menor e mais atual táxon.

Em relação ao desenvolvimento do material cartográfico, a plataforma que disponibiliza a base de dados para vetorização e mineração é a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e o "Banco de Dados de Informações Ambientais" (BDiA), desenvolvido pelo IBGE. Através dessa plataforma foi possível acessar o recorte da área de estudo, além de informações ambientais a partir de mapas na escala 1:250.000.

A página inicial do banco de dados do IBGE, o BDiA, apresenta os temas aos quais se pode ter acesso, sendo um deles a geomorfologia. Ao fazer o recorte do estado e município pesquisados, o banco de dados forneceu *shapes,* gráficos e dicionário de conceitos, entre outras ferramentas, que foram essenciais para o desenvolvimento do produto cartográfico.

Através desse banco de dados, foi possível caracterizar a geomorfologia, a geologia, a vegetação e a pedologia da área de estudo, com a utilização também da base e métodos propostos pelo Projeto RADAM/RADAMBRASIL (IBGE, 2023).

Outra etapa para o levantamento de dados do presente artigo foi o trabalho de pesquisa de campo, realizado nos dias 06 e 07 de setembro de 2023. Nesta etapa, selecionaram-se os locais com boas condições de acessibilidade.

É importante ressaltar que a sazonalidade foi um fator importante para a realização da atividade, pois a rodovia de acesso ao município, AP 210, não é asfaltada. Portanto, a pesquisa de campo foi realizada durante o período de menores índices pluviométricos na região, no período do verão amazônico.

As ferramentas utilizadas no campo foram variadas, como o *GPS Garmin MAP* 64 para a coleta das coordenadas geográficas, o

uso de aparelhos fotográficos (celulares), cadernos e canetas para anotações e descrições das paisagens, e dos seus processos observados no momento da prática de campo.

Posteriormente à atividade de campo e todo o levantamento de informações, utilizando o programa *Google Earth Pro*, foram construídos dois transectos lineares na área do município. Um transecto na parte norte do município, denominado Transecto ao Norte de Serra do Navio (TNSN), percorrendo a distância de 20,6 km, e um segundo na parte sul, denominado Transecto ao Sul de Serra do Navio (TSSN), marcando o perímetro de 14,3 km.

O transecto localizado na parte sul de Serra do Navio está afastado da sede municipal, logo, a partir da etapa anterior, de pesquisa de campo, só houve possibilidade de percorrer os pontos do TSSN.

E a partir deles, foi feita a leitura e compreensão da taxonomia do relevo, bem como das unidades geológicas, da ordem dos solos e da vegetação encontrada no percurso do transecto.

Também, pelo programa *Google Earth Pro*, utilizou-se uma ferramenta disponível do programa, "perfil de elevação", para visualizar e construir o perfil topográfico a partir da delimitação do transecto.

Iniciou-se, então, o processo de desenvolvimento do material cartográfico, a partir da vetorização dos dados relacionados aos aspectos fisiográficos da paisagem. No programa *QGis 3.6.3.1*, foi possível ter acesso à tabela de atributos e levantar informações acerca de unidades geológicas, domínios geomorfológicos, regiões geomorfológicas e unidades geomorfológicas, vegetação local e da ordem dos solos.

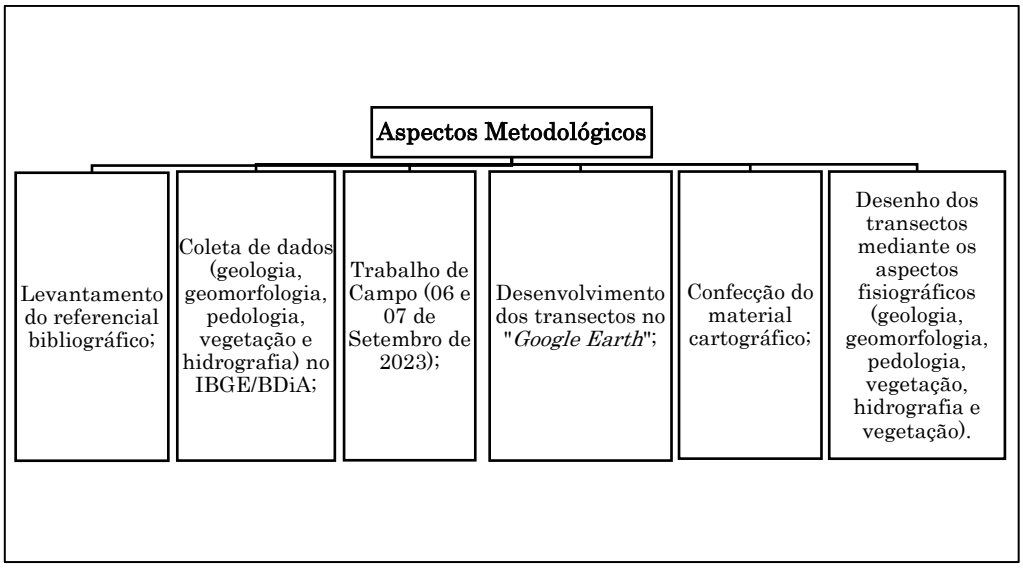
A forma de demonstrar a abordagem acerca da geodiversidade foi por meio de mapas desenvolvidos através das ferramentas disponíveis no programa *QGis*, na escala de 1:250.000, como o mapa de localização, o mapa de geologia, o mapa de geomorfologia, o mapa de pedologia e o mapa de vegetação.

Após delimitar o transecto e elaborar a confecção do material cartográfico, foi utilizado o aplicativo *Paint 3D*, que possibilitou desenhar, sobrepor e criar as camadas transversais. As camadas selecionadas para serem representadas foram unidades geológicas (geologia), unidade geomorfológica (geomorfologia), ordem do solo (pedologia) e a vegetação natural.

Mediante essas camadas, buscou-se, de uma maneira visual e didática, assumir uma percepção acerca da geodiversidade e das suas integrações na paisagem, pelos fatores bióticos e abióticos, a partir da quilometragem na amostragem selecionada.

Para melhor compreensão do passo a passo dos aspectos metodológicos seguidos na presente pesquisa, foi construído um fluxograma metodológico (figura 2), para auxiliar de forma didática a compreensão da metodologia presente.

Figura 2: Fluxograma metodológico



Fonte: Autoras (org. e elaboração), 2024.

Resultados e discussões

A geologia

Iniciando as discussões relacionadas à descrição da paisagem que integram a geodiversidade local, entre os aspectos geológicos existentes (quadro 1), o escolhido para ser exposto, compor o transecto e ser representado cartograficamente foram as Unidades Geológicas (UG) (figura 3). Para fins de uma compreensão didática mais eficaz, essas unidades foram analisadas em conjunto com as "Unidades Geomorfológicas", que serão tratadas posteriormente.

Quadro 1: Aspectos Geológicos

Província Estrutural no TNSN	**Província Estrutural no TSSN**
Amazônia.	Amazônia.
Subprovíncia Estrutural no TNSN	**Subprovíncias Estruturais no TSSN**
Oiapoque; Cassiporé.	Bacajá-Tumucumaque.
Unidades Geológicas no TNSN	**Unidades Geológicas no TSSN**

Oiapoque; Tonalito Papa Vento; Cassiporé.	Vila Nova; Igarapé Cupixi.

Fonte: IBGE, 2023. Org. e elaboração: Autoras, 2024.

Partindo do quadro apresentado, percebem-se diferentes Unidades Geológicas (UG) derivadas da delimitação feita nos transectos, tanto na parte norte quanto na parte sul de Serra do Navio.

As unidades geológicas são agrupamentos de rochas específicos definidos por suas características particulares, e na amostragem do TSSN são duas, sendo elas: "Vila Nova" e "Igarapé Cupixi". Enquanto no TNSN se destacam três unidades: "Oiapoque", "Tonalito Papa Vento" e "Cassiporé".

Vila Nova é a unidade geológica de maior presença no TSSN, caracterizada por ser uma unidade metavulcanossedimentar do tipo *greenstone belt*, que compõe partes do "Complexo Tumucumaque", do "Complexo Guianense" e dos granitos "Anauerapucu" e "Mungubas" (Borghetti e Philipp, 2017).

No caso do TNSN, Oiapoque é a unidade geológica de maior predominância dentro do transecto, caracterizando-se por ser granitoides relativos ao magmatismo, alguns gasificados do Complexo Oiapoque, onde há ausência de rochas de fáceis granulitos e com sequências metavulcanossedimentares (Lima, 1974).

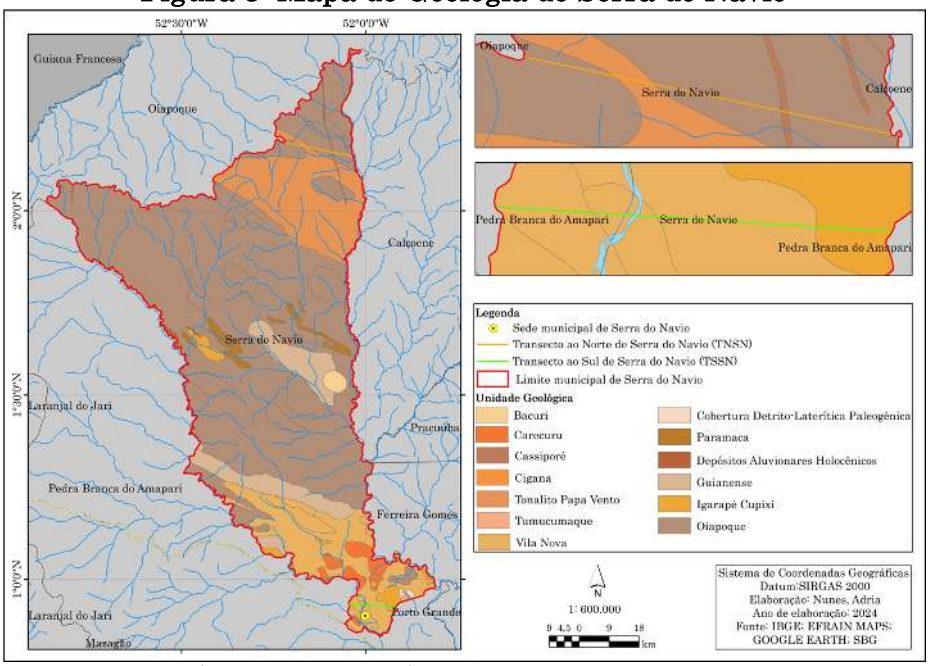
Apesar do estudo focar nas unidades geológicas por serem o componente do transecto, é necessário compreender que a Província Estrutural de maior parcela na composição territorial do município, e que abrange ambos transectos, é denominada de "Amazônia".

Ao tratar das Subprovíncias Estruturais da área de estudo, em particular dos transectos, “Oiapoque” é apontada como a de maior abrangência no limite municipal. Porém, a única presente no TSSN é a “Bacaja-Tumucumaque-Cauarane” e a que compõe o TNSN é a “Oiapoque”, assim como na maior parte da porção territorial da área de pesquisa.

Diante dessas descrições, percebe-se a necessidade de conhecer os aspectos relacionados à geologia, pois nesta pesquisa, o meio abiótico é um dos pilares primordiais para iniciar os debates acerca da geodiversidade.

Esse aspecto é um dos fundamentais dentro dos escopos da geodiversidade, pois é salientado como forma de estruturação da paisagem, sendo a “primeira camada” a partir da qual existem a sobreposição dos demais componentes da paisagem.

Figura 3: Mapa de Geologia de Serra do Navio



Fonte: Autoras (org. e elaboração), 2024.

A geomorfologia

Entre as camadas que solidificam as discussões da geodiversidade, encontra-se a geomorfologia. Florenzano (2008) defende que este componente das paisagens estuda as formas de relevo, em suas variáveis morfológicas, morfogenéticas, morfocronológicas e morfodinâmicas, e associadas à sua morfogênese, tanto a composição quanto os processos atuantes (endógenos e exógenos) contribuem com as formas estruturais resultantes.

Ou seja, o relevo é o resultado da interação de diferenciados elementos presentes na litosfera, atmosfera, hidrosfera e biosfera. E no presente artigo, para compreender de forma textual e didática os aspectos geomorfológicos componentes dos transectos, foram estabelecidos três aspectos taxonômicos fundamentais: os Domínios Geomorfológicos (DG), Regiões Geomorfológicas (RG) e as Unidades Geomorfológicas (UGM) (quadro 2).

Quadro 2: Aspectos Geomorfológicos

Domínio Geomorfológico no TNSN	**Domínio Geomorfológico no TSSN**
Crátons Neoproterozóicos	Crátons Neoproterozóicos
Regiões Geomorfológicas no TNSN	**Regiões Geomorfológicas no TSSN**
Depressões da Amazônia Setentrional.	Serras Residuais da Amazônia Setentrional.
Unidade Geomorfológica no TNSN	**Unidade Geomorfológica no TSSN**
Colinas do Amapá.	Planaltos Residuais do Amapá.

Fonte: IBGE, 2023. Org. e elaboração: Autoras, 2024.

Os aspectos geomorfológicos presentes em Serra do Navio (figura 4) são discutidos a partir dos transectos e têm como

destaque nos Domínios Geomorfológicos (DG) os "Crátons Neoproterozóicos".

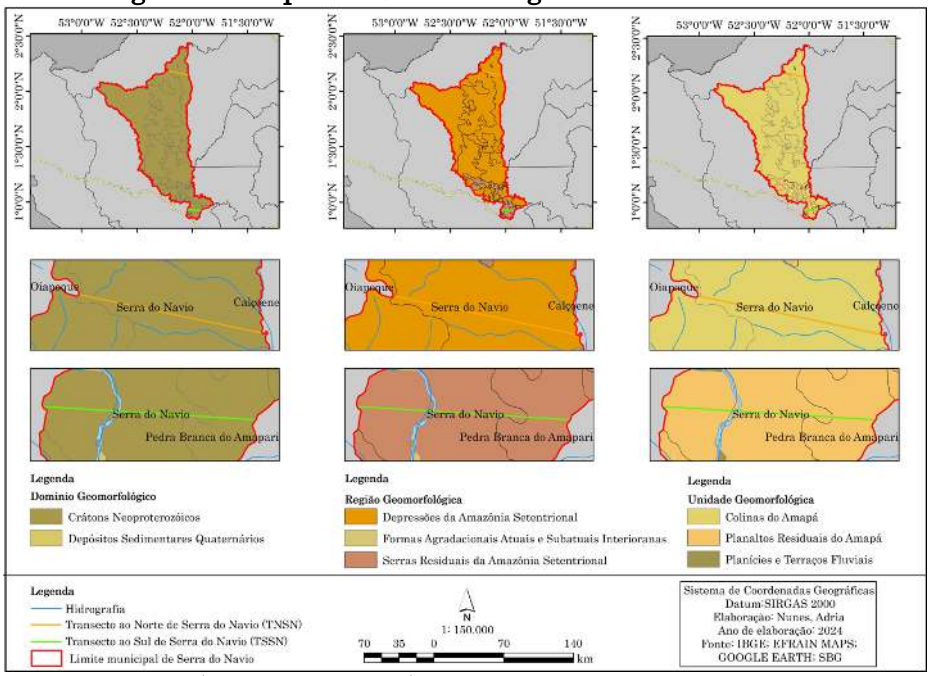
Os Crátons Neoproterozóicos podem ser compreendidos como a primeira faixa de táxon listada pelo manual técnico do IBGE, que engloba as formações mais antigas das formas de relevo, e podem ser interpretadas pela presença de planaltos residuais, chapadas e depressões interplanálticas (IBGE, 2009).

Em sequência aos Domínios Geomorfológicos, estão as Regiões Geomorfológicas, que podem ser consideradas como o segundo táxon. No TSSN, a região dominante são as Serras Residuais da Amazônia Setentrional, enquanto no TNSN se encontra predominantemente as Depressões da Amazônia Setentrional.

A última camada identificada como terceiro táxon, conhecida por Unidades Geomorfológicas, se identifica no TSSN os Planaltos Residuais do Amapá, caracterizados por ser um agrupamento de maciços residuais topograficamente elevados, onde, dependendo da localização, recebem suas próprias denominações, como, por exemplo: Serra do Tumucumaque, Serra do Navio, Serra do Ipitinga, entre outros (RADAM, 1974).

E no TNSN se observam as Colinas do Amapá, essa unidade é marcada por ser um compilado de formas de relevo de topos convexos, geralmente esculpidas em rochas cristalinas e, eventualmente, em sedimentos, às vezes denotando controle estrutural e com registros de *inselbergs* (Santos, 2019).

Figura 4: Mapa de Geomorfologia de Serra do Navio



Fonte: Autoras (org. e elaboração), 2024.

Pedologia

A pedologia representa a camada mais exposta e superficial desse grande mosaico que pode ser considerada a geodiversidade. Ao realizar a análise pedológica dentro da delimitação do município, observa-se a presença de duas ordens dos solos (quadro 3) (figura 5).

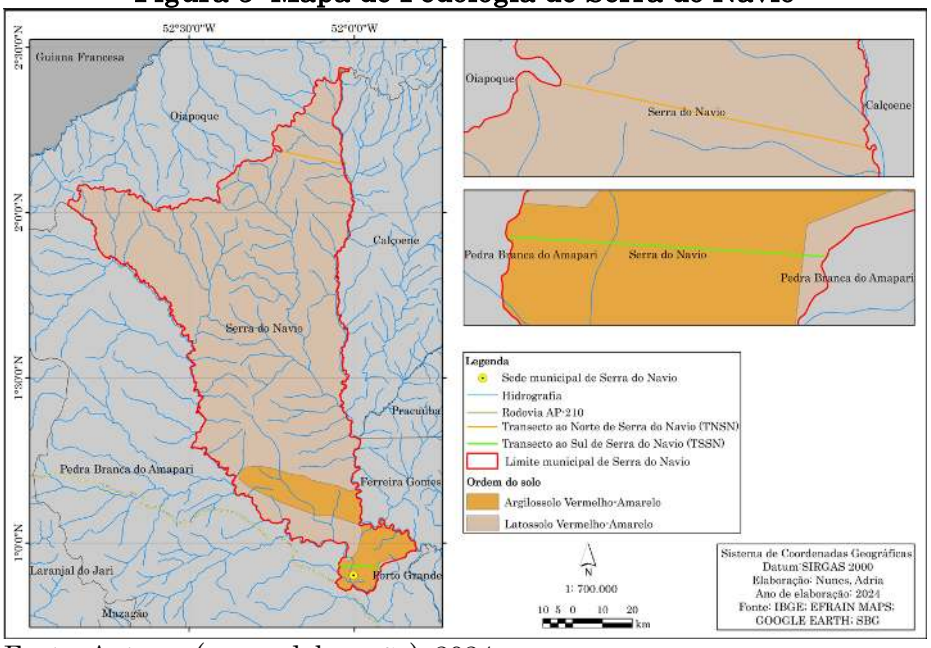
Quadro 3: Aspectos pedológicos

Ordem do Solo	
Transecto ao Sul de Serra do Navio	Argilossolo Vermelho Amarelo; Latossolo Vermelho Amarelo.
Transecto ao Norte de Serra do Navio	Latossolo Vermelho Amarelo.

Fonte: IBGE, 2023. Org. e elaboração: Autoras, 2024

O "Latossolo Amarelo-Vermelho", é um tipo de solo fortemente marcado por ser intemperizado e o "Argilossolo Vermelho-Amarelo" são caracterizados por serem solos que se compõem através do processo de acumulação de argila (IBGE, 2023).

Figura 5: Mapa de Pedologia de Serra do Navio



Fonte: Autoras (org. e elaboração), 2024.

Vegetação

Ao considerar as descrições do meio abiótico, construídas através da análise de dados secundários, percebe-se que o transecto pode ser compreendido como uma forte ferramenta da paisagem, capaz de transmitir, por meio de sua delimitação, os aspectos abióticos e bióticos da paisagem, tornando-os mais visíveis para a percepção da geodiversidade local.

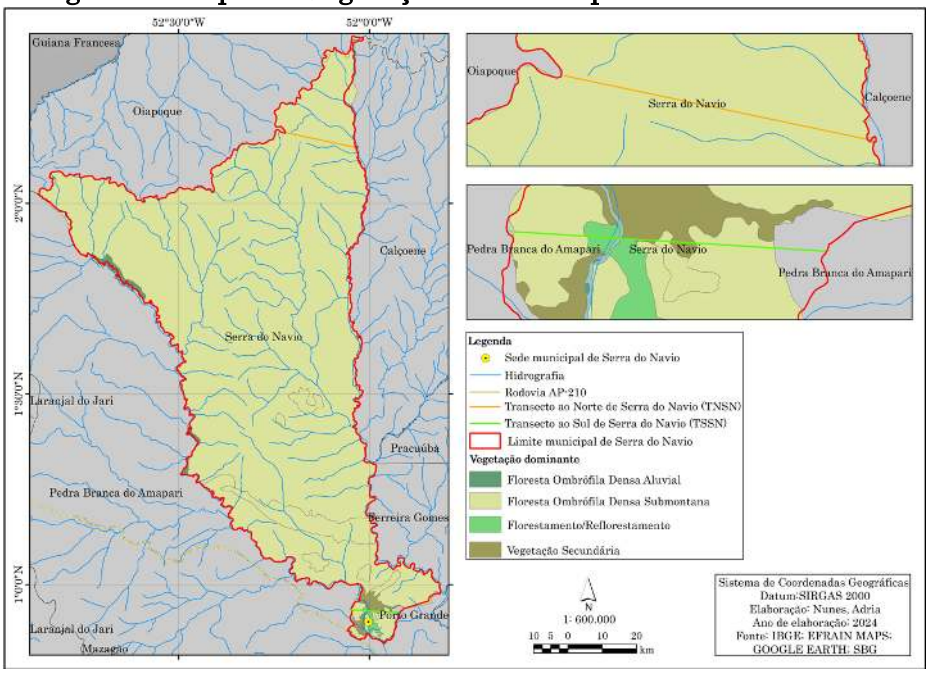
A geodiversidade não se resume aos aspectos abióticos da paisagem, embora estes sejam interpretados como suporte e base inicial para a compreensão desse conceito. Por meio dessas argumentações, o meio biótico é um aspecto da geodiversidade, então, pontuar a vegetação presente no município é essencial.

A vegetação predominante dentro da área de estudo é a "Floresta Ombrófila Densa Submontana (Ds)" (figura 6). Parte da cobertura vegetal de Serra do Navio está relacionada à presença do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, pois 72% da sua área faz parte desse parque, destacando-se principalmente em questões sobre a conservação (Plano Municipal de Turismo de Serra do Navio–AP, 2019-2023).

A existência de diálogos sobre a conservação dentro do Parque Tumucumaque, e consequentemente do município, é um ponto muito importante para a abordagem da geoconservação, pois, como analisado no artigo, o meio biótico e abiótico estão relacionados, podendo tornar as práticas de conservação e de geoconservação no mesmo nível de importância e necessidade.

No TSSN, além da presença da floresta ombrófila (Ds), o transecto tangencia áreas marcadas por florestamento/reflorestamento e pela vegetação secundária. Enquanto o TNSN se mantém apenas com a presença da Floresta Ombrófila Densa Submontana.

Figura 6: Mapa de Vegetação do município de Serra do Navio



Fonte: Autoras (org. e elaboração), 2024.

Hidrografia e Climatologia

Os aspectos hidrográficos do município de Serra do Navio conforme o mapa do CPRM (1997) é marcado por 4 Bacias Hidrográficas (quadro 4), sendo elas: Rio Anarui, Rio Amapari, Rio Maruré e Rio Araguari.

Quadro 4: Aspectos hidrográficos

Bacias Hidrográficas	
Transecto ao Sul de Serra do Navio	Bacia do Rio Amapari;
Transecto ao Norte de Serra do Navio	Bacia do Rio Araguari;

Fonte: CPRM, 1997. Org. e elaboração: Autoras, 2024.

Além de ser frisado principalmente pelo interflúvio Amapari/Araguari, os acidentes geográficos são marcados pela presença de corredeiras e/ou cachoeiras ao longo da extensão do

município. Em seu limite territorial, o município abriga parte do rio Araguari (Serviço Geológico do Brasil, 1997).

Com relação a outro fator de extrema importância, o clima, o município de Serra do Navio está localizado na zona climática equatorial úmida, onde as médias variam entre 24 °C e 27 °C, mantendo-se sempre acima de 18 °C. Esse tipo de clima também é caracterizado pela alta pluviosidade (IBGE, 2000).

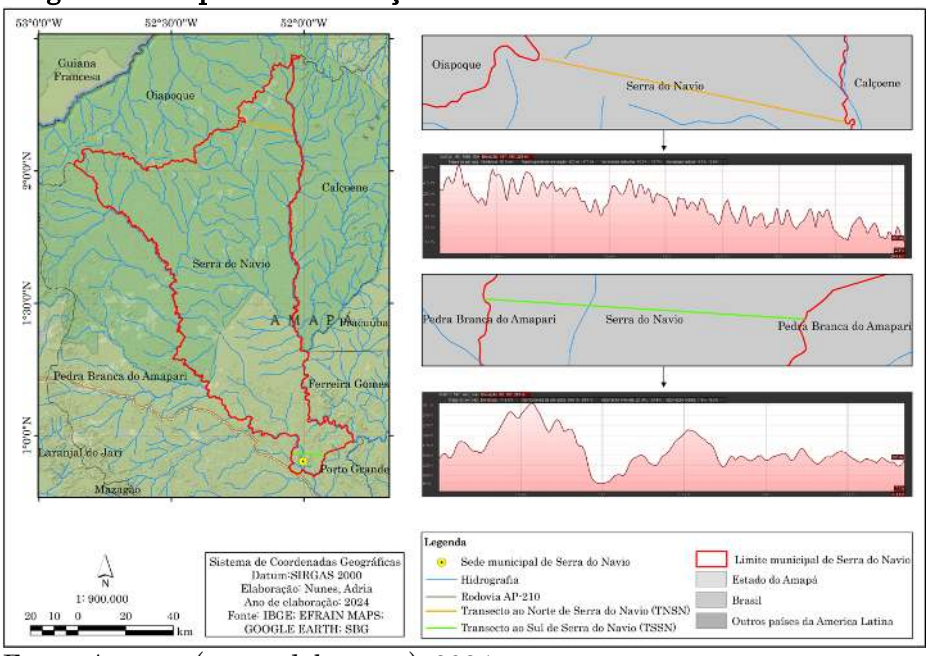
Geodiversidade através do transecto

As descrições da fisiografia feitas neste artigo, embora apresentadas de maneira segmentar, foram estabelecidas a partir de materiais cartográficos específicos de cada fator abiótico das variantes que compõem os componentes da paisagem (geologia, geomorfologia e pedologia), além de um fator biótico (vegetação), e podem e devem ser analisadas de maneira integrada.

Os transectos lineares (figura 7) ao Norte de Serra de Navio (TNSN) e ao Sul de Serra do Navio (TSSN) fornecem uma noção de altimetria através do perfil topográfico, destacando as diferenças de relevo que compõem parte da paisagem da área de estudo.

É perceptível a significativa variação de altimetria em ambos os transectos. No TSSN, as diferenças altimétricas variam de 80 a 281 metros entre suas cotas mais baixas e mais altas. Nesse transecto, encontram-se pontos turísticos conhecidos dentro do município, como o Mirante da Mina F12 e o rio Amapari, que ficam mais próximos à sede municipal. No TNSN, as variações de altimetria estão entre 150 e 226 metros, entre as cotas mais baixas e mais altas.

Figura 7: Mapa de localização dos transectos em Serra do Navio



Fonte: Autoras (org. e elaboração), 2024.

É necessário salientar que os transectos percorrem superfícies localizadas em região serrana, o que corrobora a representação do relevo e a dinâmica de continentalidade. Também é importante pontuar que o relevo é dissecado, resultado de processos erosivos e do intemperismo, condicionado pela atuação dos agentes exógenos.

A análise integrada da paisagem permite compreender que toda a esculturação presente no relevo percebido através do transecto se origina da relação de diversos fatores, como apontados acima. A questão do tempo e do clima são primordiais, assim como a vegetação ombrófila densa e os componentes que formam os solos identificados na área de estudo. Toda a dinâmica existente na

atmosfera e na crosta terrestre interfere no que se observa na amostragem seguinte.

Como proposta deste estudo, busca-se obter uma percepção da geodiversidade local por meio da amostragem estabelecida pelo transecto, com o intuito de subsidiar questões relacionadas ao geoturismo e à geoconservação. A construção de mapas cartográficos para demonstrar conceitos geográficos dentro das Ciências da Terra é essencial para fundamentar os resultados obtidos.

A compreensão da geodiversidade pode ser entendida por meio de camadas, começando pelo aspecto fundamental que é a geologia. No presente artigo, isso é expresso pelas unidades geológicas, das quais se reconhece a presença de 5 em diferentes locais dos transectos desenvolvidos no município.

A partir dessa percepção, as unidades geológicas são sobrepostas pelas características do relevo, que constituem o segmento da geomorfologia. A classificação presente é delimitada pelos transectos e segue através das "unidades", aqui retratadas como "Unidades Geomorfológicas".

Nesse sentido, o nível taxonômico das Unidades Geomorfológicas totaliza 2, sendo eles: as Colinas do Amapá, presentes no TNSN, e os Planaltos Residuais do Amapá, localizados no TSSN.

A linha de raciocínio sobre as sobreposições, que partiu de um aspecto geológico, seguiu para um aspecto geomorfológico e agora transmite a ideia de camadas ao abordar um aspecto

pedológico, conhecido como "Ordem do Solo". Identificam-se duas ordens principais: os Latossolos (presentes no TSSN e no TNSSN) e os Argilossolos (presentes somente no TSSN).

Assim como as camadas anteriores, de maneira integrada, esses aspectos, sustentam a vegetação presente na amostragem, a floresta ombrófila densa, além dos animais e insetos existentes do meio biótico como o marcante pássaro presente na biota do município, o "Beija-Flor Brilho de Fogo (*Topaza pella*) (Plano Municipal de Turismo de Serra do Navio–AP, 2019-2023).

Por meio dessa exposição geomorfológica, da cobertura vegetal, da geologia e pedologia encontradas nos transectos do estudo, além da hidrografia e do fator clima, se considera que todos esses elementos são contribuintes essenciais para a expressão da geodiversidade no município de Serra do Navio.

Ao realizar a descrição dos aspectos físicos e na visualização através dos transectos e do material cartográfico, essas ferramentas são suportes e corroboram na compreensão sobre aspectos da paisagem presente no município de Serra do Navio, e podem ser utilizadas como base para realização de novos estudos voltados para geodiversidade.

O artigo mostra, como o debatido anteriormente por outros autores, que a geodiversidade não se liga somente a geologia, pedologia e geomorfologia. É notório o quanto a dinâmica da paisagem, sobretudo, a forma de relevo que resulta da dinâmica dos fatores internos e externos, tem impacto na produção da paisagem e ser um fator-chave dentro da geodiversidade.

A descrição geomorfológica, assim como, a percepção geológica juntamente com as questões pedológicas, são fatores

cruciais para o sustentar a vida no planeta Terra. Reforça-se, assim, que a visualização através do transecto possibilite a compreensão sobre a dinâmica da paisagem presente no município de Serra do Navio. E, possa ser utilizada como base para realização de novos estudos que considerem o trinômio educação, conservação e desenvolvimento local sustentável.

Pontos como: "Cachoeira do *STAFF*", "Lagoa Azul", "Cachoeira da Fumaça", "Cachoeira da Pedra Preta", "Cachoeira do Assentamento", "Cachoeira da Dona Antônia", entre outros locais de interesse com o foco na beleza cênica, são buscados na área de estudo, e detém potencialidades devido a sua geomorfologia, geologia, pedologia e consequentemente da geodiversidade local.

A dinâmica da integração dos fatores abióticos da paisagem tem destaque, e com isso a possibilidade para realização do geoturismo é perceptível, já que o geoturismo se relaciona com os aspectos geomorfológicos e geológicos da paisagem (Bento, 2010). Assim como a relação dos fatores abióticos e a sua importância evidenciada para o geoturismo.

Moreira (2014) discorre que o geoturismo é um novo segmento que busca fazer a análise, a visitação, e compreensão dos aspectos geológicos e geomorfológicos da paisagem.

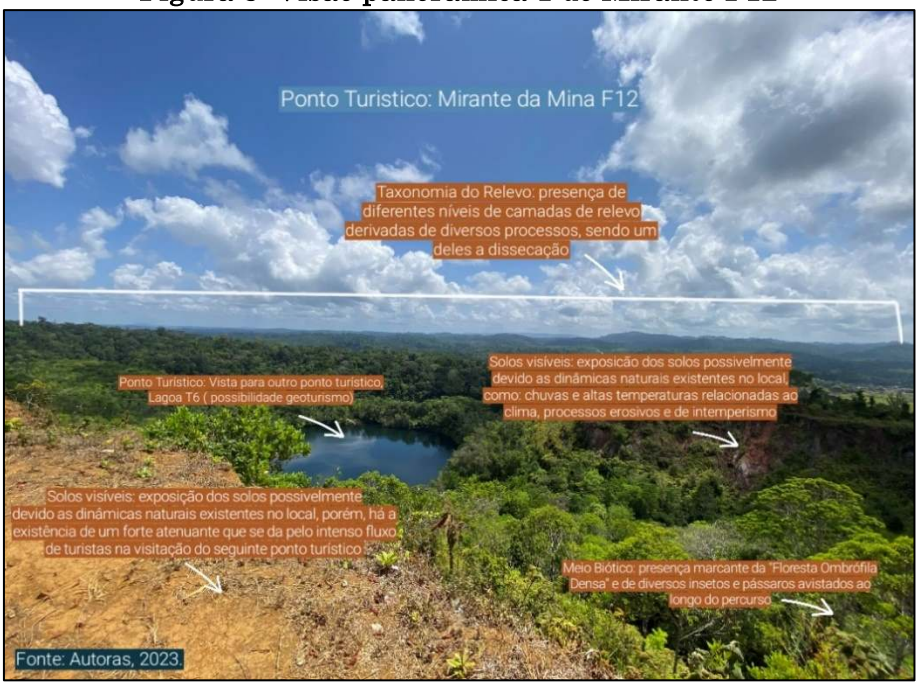
O que torna a pesquisa fundamental para discussões dessas temáticas dentro do município em questão para futuras pesquisas, já que as potencialidades geoturísticas estão presentes na área de estudo, e que devem servir como subsídio para novas formas de compreensão da geodiversidade no Amapá e, consequentemente, na Amazônia.

O transecto ao sul do município de Serra do Navio engloba dois importantes pontos turísticos locais, sendo um deles o Mirante da Mina F12. Para chegar a esse ponto, é necessário percorrer uma trilha de aproximadamente 2,4 km, além de um ramal com extensão de 4,6 km. A acessibilidade a esse local é um aspecto crucial a ser considerado devido ao aumento da altimetria ao longo do percurso, o que pode representar um desafio para os visitantes.

A vista panorâmica oferecida pelo Mirante da Mina F12 proporciona uma oportunidade única para observar as diferenças nas camadas taxonômicas da região. Além disso, é possível notar a presença de solo exposto, resultado tanto de processos naturais como da atividade humana associada ao turismo.

A beleza cênica do local permite também a contemplação da floresta ombrófila densa, característica marcante da paisagem de Serra do Navio. Além do Mirante da Mina F12, o transecto próximo à sede municipal também leva os visitantes à Lagoa T6, um ponto turístico reconhecido na região. Esta lagoa, assim como várias outras no município, tem sua origem ligada ao processo antrópico e ao período de mineração mencionado no histórico do artigo (figura 8).

Figura 8: Visão panorâmica 1 do Mirante F12



Fonte: Acervo pessoal, 2023. Org. e elaboração: Autoras, 2024.

O Mirante da Mina F12 (figura 9) tem forte potencial para ser abordado nas questões que englobam a partir da perspectiva geoturística, já que o mesmo detém uma paisagem que pode ser inventariada e até meso avaliada como forma de patrimônio, seja ele geológico ou geomorfológico.

Além de que o seguinte ponto turístico já é um grande potencial turístico dentro do município, logo, agregar valores científicos podem ser essenciais para a prática da geoconservação, pois é observado que nesse ponto há a intensa presença de visitantes.

Figura 9: Visão panorâmica 2 do Mirante F12



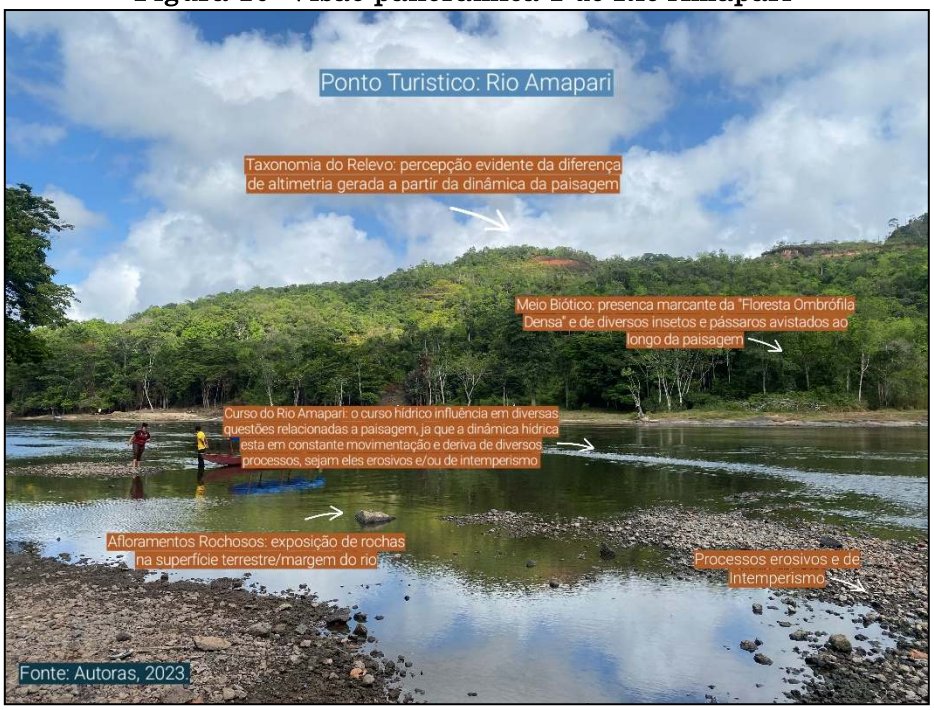
Fonte: Acervo pessoal, 2023. Org. e elaboração: Autoras, 2024.

O segundo ponto ao longo do transecto ao sul de Serra do Navio é um trecho do rio Amapari, que é considerado um local turístico na região. O acesso a esse ponto é feito pelo mesmo ramal utilizado para chegar ao Mirante F12, com uma extensão de 4,6 km a partir da sede municipal.

Neste ponto, onde o transecto alcança o rio, a dinâmica da paisagem é significativamente diferente em comparação ao Mirante F12. Aqui, a presença do curso d'água resulta em uma paisagem em constante mudança. Os processos erosivos aluviais, assim como os processos de intemperismo químico, físico e biológico,

desempenham um papel fundamental nessa dinâmica e estão fortemente relacionados ao curso do rio Amapari (figura 10).

Figura 10: Visão panorâmica 1 do Rio Amapari



Fonte: Acervo pessoal, 2023. Org. e elaboração: Autoras, 2024.

O local onde o transecto demarca tem em suas proximidades partes da antiga mineradora ICOMI (figura 11) que exerceu atividades no seguinte município (Dummond, 2000), como apresentado anteriormente, e esse fator pode ser atribuído como valor para a geodiversidade. Pois Gray (2004), argumenta que pode ser atribuído valores à geodiversidade.

Como ressaltado anteriormente, ambos os locais já são considerados como pontos da atividade turística no município de Serra do Navio, logo, a possibilidade da prática geoturística pode ser um potencial aplicado em atividade futura.

Pois, os aspectos abordados pelo geoturismo, discorrer sobre a conservação do ambiente é crucial, pois iniciar o debate acerca da geoconservação é essencial para o seguinte estudo, já que ela busca ser uma ferramenta auxiliadora no uso sustentável e na proteção dos elementos que a englobam (Oliveira, 2013).

Figura 11: Visão panorâmica 2 do Rio Amapari



Fonte: Acervo pessoal, 2023. Org. e elaboração: Autoras, 2024.

A geoconservação, segundo Brilha (2006) também é apresentada como uma ferramenta auxiliadora no uso sustentável e na proteção da geodiversidade, e o seu principal objetivo está ligado na valorização do patrimônio natural do meio abiótico.

O transecto localizado ao norte de Serra está nas dependências do Parque do Tumucumaque e devido a sua distância e ausência de acessibilidade, não foi possível fazer a mesma visita e registros fotográficos como feito no TSSN. Porém, a construção do

transecto segue a mesma, principalmente para compreender as diferenças e igualdades existentes entre os transectos.

Mediante a breve apresentação sobre esses pontos e a explicação da ausência da análise desses pontos no TNSN, se percebe as possibilidades de futuras reflexões, assim como, a descrição dos aspectos abióticos e bióticos da paisagem e as leituras fundamentais para a compreensão da seguinte temática.

O desenvolvimento dos transectos foi considerado como ferramenta e produto fundamental para compreender de forma dinâmica a geodiversidade da paisagem assim escolhida a partir da amostragem selecionada.

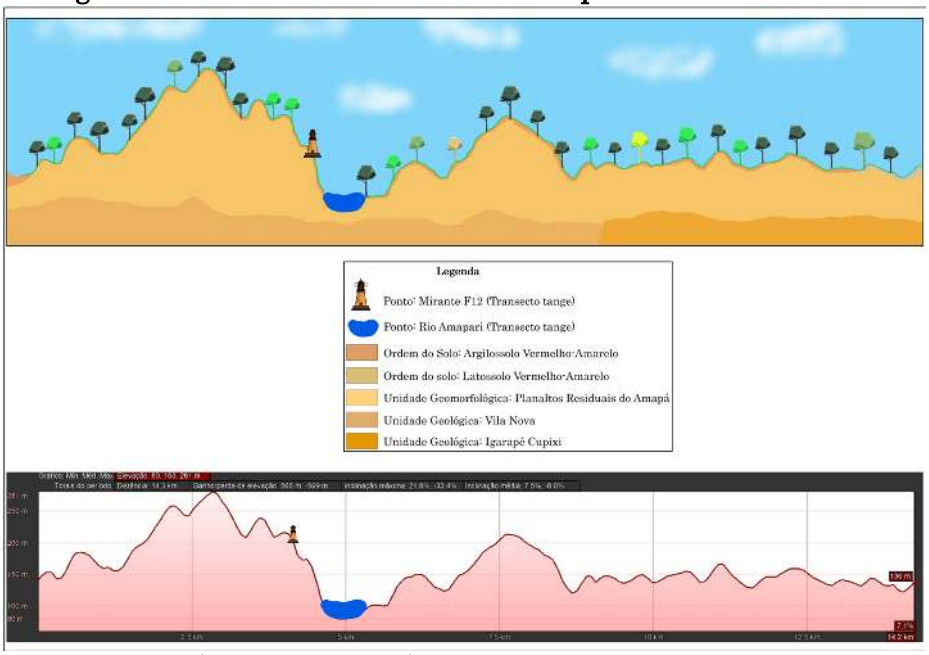
Em ambos transectos, a unidade geológica foi escolhida para representar a geologia, a unidade geomorfológica foi selecionada para representar a geomorfologia, a ordem dos solos para a pedologia e a cobertura vegetal para vegetação.

Diante desses fatores, se analisa que o transecto pode ser o instrumento essencial na forma de popularizar e divulgar a geodiversidade de forma mais didática, pois é através da sua compressão que se inicia os questionamentos acerca das necessidades de geoconservação, bem como, as possibilidades de atribuir valores para o desenvolvimento de práticas geoturísticas dentro da área do município de Serra do Navio e em outras áreas de estudo.

A construção do transecto do sul da área do estudo (figura 12) é essencial para demonstrar de maneira visual e didática os fatores aqui descritos, expostos e relacionados, apesar de pontuar e reconhecer que a geodiversidade não se liga apenas a esses

elementos do meio abióticos, porém, esses fatores são fundamentais para se iniciar a compreensão da mesma.

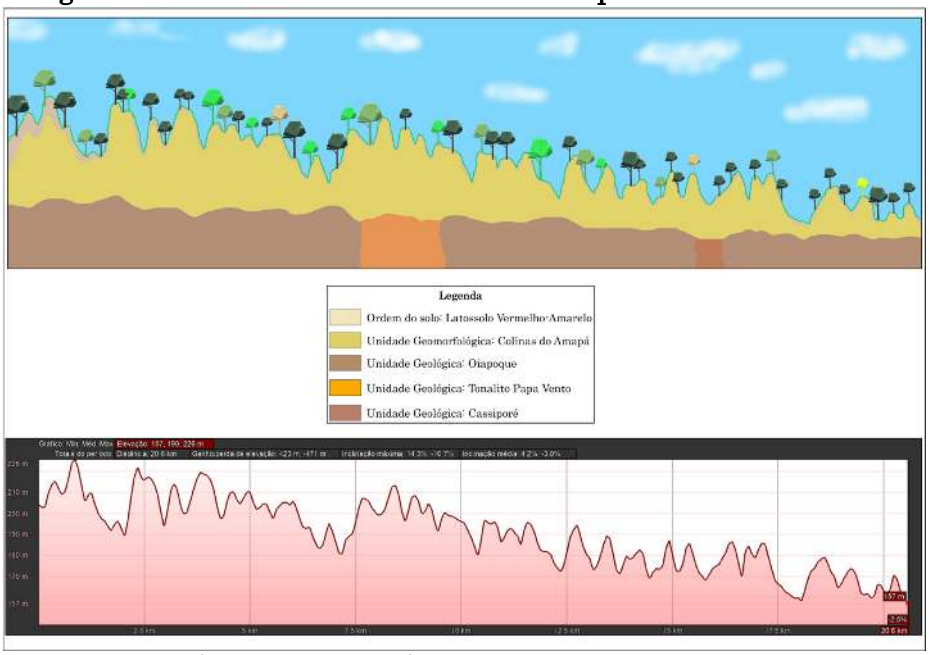
Figura 12: Transecto ao Sul do município de Serra do Navio



Fonte: Autoras (org. e elaboração), 2024.

O transecto ao norte de Serra do Navio (figura 13) também segue com objetivo de demonstrar a percepção do reflexo e da geodiversidade de maneira mais didática e visual, usando os mesmos aspectos abordados no transecto ao sul, como a unidade geológica e unidade geomorfológica, por exemplo.

Figura 13: Transecto ao Norte do município de Serra do Navio



Fonte: Autoras (org. e elaboração), 2024.

Acessibilidade e Popularização

Para democratizar e popularizar o acesso aos materiais cartográficos, ao transecto e as imagens descritivas dos pontos turísticos desenvolvidas como produto do referente artigo, a maneira viável de divulgar e ampliar ferramentas digitalmente desses recursos foi por meio da criação de uma pasta com a compilação dos recursos visuais desenvolvidos no seguinte artigo, repassados a partir de QR Code conforme abaixo.

Essa ferramenta também pode ser considerada um novo e fácil veículo de acesso ao material construído, permitindo a sua utilização e adaptação em outras áreas de estudo e outras perspetivas conforme os objetivos do pesquisador.

Figura 14: QR Code com o compilado dos recursos visuais desenvolvidos no presente artigo.



Fonte: Autoras (org. e elaboração), 2024.

Considerações finais

A percepção feita a partir do transecto dos aspectos relacionados ao meio abiótico e biótico proporcionou a compressão da geodiversidade local, e que de forma pontual, a partir da análise dos pontos turísticos citados, já demonstra uma série de discussões e potencialidades do município.

A ferramenta possibilitou de forma didática a compressão da percepção integrada da paisagem, podendo fortalecer e contribuir nas discussões mais amplas e diversas, como na taxonomia do relevo, nos processos e nas geoformas existentes na amostragem local.

Portanto, é necessário pontuar que o turismo já é um fator-chave no município, logo, a possibilidade do incentivo para a atividade geoturística é uma potencialidade, pois o local detém valores, e um deles se dá pela sua dinâmica da geodiversidade e das questões culturais.

Além da necessidade e a importância da geoconservação em Serra do Navio, evidente por todas as informações apresentadas entrelaçadas as questões de geodiversidade, incentivar novos estudos é crucial para a construção das Geociências no cenário

Amapaense. Após essas reflexões sobre alguns dos estudos existentes acerca da área de estudo, o presente artigo pode contribuir fortalecimento de discussões dentro de Serra do Navio, sobre principalmente a geodiversidade local.

Logo, a construção do transecto potencializou diversas discussões e destacou diversas possibilidades, uma delas é a elaboração de roteiros geoturísticos a partir dos locais de interesse geomorfológicos no município, além de poder, atribuir valores e inventariar locais com potenciais ligados a geodiversidade, onde pode explorar/apontar a geodiversidade como principal palco de discussão científica em Serra do Navio.

Referências bibliográficas

AB'SABER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003 Acesso em: 29 out. 2023.

ANDRADE, Milena Marília Nogueira de; ESPIRITO-SANTO, Celina Marques do; LOPES, Walmira Ferreira; BANDEIRA, Íris Celeste Nascimento. Estado da arte da geodiversidade da Amazônia legal. Fronteira: Journal of Social, Technological and Environmental Science, [S.I.]. V.10, N. 1, P. 380-405, 2021. DOI: https://doi.org/10.21664/2238-8869.2021v10i.p380-405. Disponível em: https://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras/article/view/4729. Acesso em: 18 maio 2024.

BALDIN, Rafael. Sobre o conceito de paisagem geográfica. **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, v. 32, n. 47, p. 1-17, 2021. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.paam.2021.180223. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/180223/171959. Acesso em: 05 out. 2023.

BENTO, Lilian Carla Moreira; RODRIGES, Silvio Carlos. O Geoturismo como instrumento em prol da divulgação, valorização e

conservação do Patrimônio Natural Abiótico- Uma reflexão teórica. Campinas, SeTur/SBE. **Turismo e Paisagens Cársticas,** 3(2), 2010. Disponível em: <https://docplayer.com.br/25241187-O-geoturismo-como-instrumento-em-prol-da-divulgacao-valorizacao-e-conservacao-do-patrimonio-natural-abiotico-uma-reflexao-teorica.html>. Acesso em: 27 out. 2023.

BENTO, Lilian Carla Moreira; BRITO, Adriana Lacerda de; SEVERINO, Emmeline Aparecida Silva; JUNIOR, Isley Borges da Silva; LISBOA, Roberta; ANDRADE, Virgínia Corrêa Santos de. Metodologias de avaliação do patrimônio geomorfológico com vistas ao seu aproveitamento geoturístico – um estudo aplicado às quedas d'água do município de Indianópolis (Minas Gerais – Brasil). **Revista Brasileira de Geomorfologia** (Online), São Paulo, v.18, n.3, (Jul-Set) p.657-670, 2017. Disponível em:<https://pdfs.semanticscholar.org/9860/48ceb950999338de38aea973b310f53c5f50.pdf>. Acesso em: 15 maio. 2024.

BORGHETTI, Cristiano; PHILIPP, Ruy Paulo. Geologia e geofísica do greenstone belt Vila Nova, porção NE do Cráton Amazônico, Amapá, Brasil. **Geologia USP. Série Científica**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 109-127, 2017. DOI: 10.11606/issn.2316-9095.v17-372. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/guspsc/article/view/131278>. Acesso em: 27 out. 2023.

BRILHA, José. Património geológico e geoconservação. **Viseu**: Palimage, ISBN 972-8575-90-4. 2005. p. 190. Acesso em: 25 set. 2023.

BRILHA, José; DIAS, Graciete; PEREIRA, Diamantino. A Geoconservação e o ensino/aprendizagem da Geologia. **Livro de Actas,** Universidade de Aveiro, Portugal, 2006. p. 445-448. Disponível em: https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/5368. Acesso em: 25 set. 2023.

CORREA, Francinete Viana da Silva; PALHARES, José Mauro. Os sítios da geodiversidade como subsídio para a prática do geoturismo no município de Oiapoque, Amapá/Brasil. *In*: PALHARES, J. M.; SILVA, U. R. L. (org.). **Relações socioespaciais**: um olhar geográfico sobre o Amapá. Macapá: Ed. UNIFAP, p.158, 2021. Disponível em: https://www2.unifap.br/oiapoque/2021/07/27/curso-de-

especializacao-em-geografia- oiapoque-lanca-e-book/. Acesso em: 15 maio. 2024.

DANTAS, Marcelo Eduardo; ARMESTO, Regina Célia Gimenez; SILVA, Cássio Roberto da; SHINZATO, Edgar. Geodiversidade e análise da paisagem: uma abordagem teórico-metodológica. **Terræ Didatica**, Campinas, SP, v.11, n. 1, p.4-13, 2015. DOI: 10.20396/td.v11i1.8637304. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/td/article/view/8637304. Acesso em: 14 out. 2023.

DE OLIVEIRA, Gladson; OLIVEIRA, Fábio Soares de; MOREIRA, Alexa Carmo Testi. Geotrilha: interpretação ambiental no desenvolvimento de ação educativa sobre geodiversidade. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 23, n. 87, p. 1–18, 2022. DOI: 10.14393/RCG238758367. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/58367. Acesso em: 17 maio. 2024.

DRUMMOND, José Augusto. Investimentos privados, impactos ambientais e qualidade de vida num empreendimento mineral amazônico: o caso da mina de manganês de Serra do Navio (Amapá). **História, Ciência, Saúde - Manguinhos, vol. VI (suplemento),** p.753-792, 2000. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-59702000000500002. Disponível em: https://typeset.io/pdf/investimentos-privados-impactos-ambientais-e-qualidade-de-1t0dg4td49.pdf . Acesso em: 24 set. 2023.

ESPIRITO SANTO, Celina Marques do; ANDRADE, Milena Marília Nogueira de; COSTA, Jucilene Amorim; MACHADO, Danusa da Silveira; LOPES, Walmira Ferreira. Perspectivas sobre a valorização da geodiversidade e a geoconservação na Amazônia. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 22, n. 82, p. 273–291, 2021. DOI: 10.14393/RCG228256036. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/56036. Acesso em: 18 maio. 2024.

FLORENZANO, Teresa Gallotti. Geomorfologia: conceitos e tecnologias atuais. **Oficina de Textos**, 2008.

GRAY, M., 2004. **Geodiversity: valuing and conserving abiotic nature**: 1. ed.: 1-434. John Wiley & Sons, Chichester. Acesso em: 25 abr. 2023.

IBGE CIDADES. Municípios. Amapá. **Serra do Navio.** [2023]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ap/serra-do-navio.html>. Acesso em: 25 set. 2023.

Manual Técnico de Geomorfologia. IBGE. 2.ed. 2009 Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=281612&view=detalhes>. Acesso em: 25 set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2002. **Mapa Brasil** Climas. Escala 1:5.000.000. Disponível: https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/informacoes-ambientais/15817-clima.html>. Acesso em: 25 set. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL- IPHAN. Ministério da Cultura. Amapá. Vila Serra do Navio [2014]. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/108/. Acesso em: 25 de set 2023.

In: BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Secretaria Geral. **Projeto Radambrasil**.1947.

LIMA, Eduardo Queiroz de; LIMA, Cláudia Valéria de; AVELAR, Valter Gama de. Geoturismo no rio Amazonas: proposta de roteiro para Macapá e Santana (AP). **Revista Cadernos de Geografia**, v. 30, n. 62. p. 688-696, 2020. DOI: https://doi.org/10.5752/P.2318-2962.2020v30n62p668. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/22938. Acesso em: 15 de maio de 2024.

LIMA, M. I. C. de. Província Estrutural da Amazônia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA, 38., 1994, Camboriú. Boletim de Resumos Expandidos. Camboriú: Sociedade Brasileira de Geologia, 1994. v. 2. p. 410-411.

MACHADO, Danusa da Silveira; ESPIRITO-SANTO, Celina Marques do. Inventário da geodiversidade no alto curso do Igarapé

Braço, no município de Itaubal, zona costeira estuarina do estado do Amapá. **Revista Ciência Geográfica**, Bauru, v. XXVI, n. 4, p. 1878-1911, 2022. ISSN: 2675-5122. Disponível em: https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXVI_4/agb_xxvi_4_web/agb_xx vi_4-09.pdf. Acesso em: 15 maio. 2024.

MOREIRA, Jasmine Cardoso. Geoturismo e interpretação ambiental [online]. 1st ed. rev. and enl. **Ponta Grossa: Editora UEPG**, 2014, p.157 ISBN 978-85-7798-213-4. Acesso em: 19 out. 2023.

NUNES, Adria Hélene da Costa ; MACHADO, Danusa da Silveira; ESPIRITO-SANTO, Celina Marques do. Roteiros Geoturísticos como instrumento de geoconservação e potencial ao desenvolvimento local sustentável no município de Ferrera Gomes/AP. Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas. ISSN 2177-1642 Macapá, n. 14, p. 121-141, 2022. DOI: https://doi.org/10.18468/planetaamazonia.2022n14.p121-141. Disponível em: https://periodicos.unifap.br/index.php/planeta/article/view/7938. Acesso em: 16 maio. 2024.

OLIVEIRA, Paula Cristina Almeida de; PEDROSA, António de Sousa; RODRIGUES, Silvio Carlos. Uma abordagem inicial sobre os conceitos de geodiversidade, geoconservação e patrimônio geomorfológico. **RAEGA - O Espaço Geográfico em Análise**, [S.l.], v. 29, p. 92-114, dez. 2013. DOI:10.5380/raega.v29i0.30083. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/30083>. Acesso em: 27 out. 2023. doi:http://dx.doi.org/10.5380/raega.v29i0.30083.

OLIVEIRA, Paula Cristina Almeida de; RODRIGUES, Silvio Carlos Rodrigues. Patrimônio Geomorfológico: Conceitos e Aplicações. **Espaço Aberto**, PPGG - UFRJ, V. 4, N.1, p. 73-86, 2014. ISSN 2237-3071. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2434/2079>. Acesso em: 20 mar. 2024.

PALHARES, José Mauro; GUERRA, Antônio José Teixeira. Potencialidades no Município de Oiapoque, Amapá, para o Desenvolvimento do Geoturismo. **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro,

Brasil, v. 6, n. 2, p. 51–72, 2016. DOI: 10.36403/espacoaberto.2016.5219. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/5219. Acesso em: 17 maio. 2024.

PEREIRA, Luciano Schaefer. Avaliação qualitativa e quantitativa de locais de interesse geoturístico no litoral de João Pessoa, Paraíba. **Geo UERJ**, *[S. l.]*, n. 41, p. e55639, 2022. DOI: 10.12957/geouerj.2022.55639. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/55639. Acesso em: 17 maio. 2024.

Plano Municipal de Turismo de Serra do Navio/AP (2019/2023). Disponível em: <http://serradonavio.ap.gov.br/>. Acesso em: 28 out. 2023.

Portal do Governo do Amapá. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/conheca/serra-do-navio#:~:text=Serra%20do%20Navio%20%C3%A9%20um,%C3%A1rea%20de%207.791%2C3%20km%C2%B2.>. Acesso em: 28 out. 2023.

ROBIC, M.-C. Coupe (transect). **Hypergéo**, 2014. Disponível em: Corte (Transect) - HyperGeo. Acesso em: 10 maio. 2024.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. O registro cartográfico dos fatos geomorfológicos e a questão da taxonomia do relevo. **Revista do Departamento de Geografia**, *[S. l.]*, v. 6 (1992), p. 17-29, 2011. DOI: 10.7154/RDG.1992.0006.0002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47108>. Acesso em: 15 set. 2023.

SANTOS, Renata dos. **Atributos naturais da paisagem do estado do Amapá: abordagem multiescalar.** 2019. 136 f. Tese (doutorado)- Universidade Estadual de Campinas**,** 2019.

SANTOS, Emmanuel Raimundo Costa. **Amazônia setentrional amapaense: do "mundo" das águas às florestas protegidas.** 2012. 276 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2012.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL- SGB/CPRM. Disponível em: https://www.sgb.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Gestao-Territorial/Saiba-Mais---Levantamento-da-Geodiversidade-5409.html. Acesso em: 28 out. 2023.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. CPRM/PROJETO RADAM; 1997

SILVA, João Victor Mariano da; NASCIMENTO, Raquel Landim; MOURA-FÉ, Marcelo Martins de. Inventário da geodiversidade da região metropolitana do Cariri (RMC): uma estratégia geoconservacionista. **Revista da Casa da Geografia de Sobral, Sobral (RCGS)**, v. 21, n. 2, Dossiê: Estudos da Geografia Física do Nordeste brasileiro, p. 62-80, 2019. DOI: https://doi.org/10.35701/rcgs.v21n2.494. Disponível em: https://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/494. Acesso em: 18 maio. 2024.

SILVA, Sérgio Ricardo Almada; SOUZA, Antônio Gilmar Honorato; LIMA, Raimundo Humberto Cavalcante; GARCIA, Maria da Glória Motta. Uso turístico e educativo de sítios geológicos: estudo preliminar no baixo Rio Negro, Amazonas, Brasil. **Geologia USP. Série Científica**, São Paulo, Brasil, v. 23, n. 2, p. 139–152, 2023. DOI: 10.11606/issn.2316-9095.v23-204678. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/guspsc/article/view/215707. Acesso em: 17 maio. 2024.

SILVA, Matheus; NASCIMENTO, Marcos Antonio Leite do; MANSUR, Kátia Leite. Geoprocessamento aplicado à avaliação quantitativa da geodiversidade na área do geoparque aspirante Seridó – RN. Revista Geociências, São Paulo, UNESP, v.39, n.3, p. 727–737, 2020. DOI: https://doi.org/10.5016/geociencias.v39i03.14355. Disponível em:https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/geociencias/article/view/14355. Acesso em: 17 maio. 2024.

SILVA, Maykon Targino da; GRIGIO, Alfredo Marcelo; FILHO, Antonio Conceição Paranhos; NETO, Luiz Tavernard de Souza. A geodiversidade como subsídio à revisão de Planos Diretores. **Revista Brasileira de Geografia Física,** v.09, n.06, p.1725-1736, 2016. Disponível em:

https://periodicos.ufpe.br/revistas/rbgfe/article/view/233691/27268 . Acesso em: 17 maio. 2024.

SILVEIRA, Emerson Lizandro Dias. Paisagem: Um recurso chave na Geografia. Observatório Geográfico America Latina. Disponível em:http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Teoriaymetodo/Conceptuales/23.pdf. Acesso em: 18 maio 2024.

SHARPLES, Chris. Concepts and principles of geoconservation. Tasmanian Parks & Wildlife Service. Ed. 3. 2002. Acesso em: 18 maio 2024.

Submetido em: 02 de abril de 2024
Devolvido para revisão em: 29 de maio de 2024
Aprovado em: 10 de junho de 2024
DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2023.3391

COMO CITAR
NUNES, A. MARQUES, C. Transecto como ferramenta para percepção da geodiversidade no município de Serra do Navio, Amapá, Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, ano 38, v.2, n. 61, jul.-dez. 2023, p. 460-603. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3391. Acesso em: dd/mm/aaaa.

A RADICALIZAÇÃO DO CONSERVADORISMO NO CAMPO: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES SOFRIDAS PELOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS NO BRASIL (2020-2022)

THE RADICALIZATION OF CONSERVATISM IN THE COUNTRYSIDE: AN ANALYSIS OF THE ACTIONS SUFFERED BY SOCIO-TERRITORIAL MOVEMENTS IN BRAZIL (2020-2022)

LA RADICALIZACIÓN DEL CONSERVADURISMO EN EL CAMPO: UN ANÁLISIS DE LAS ACCIONES SUFRIDAS POR LOS MOVIMIENTOS SOCIOTERRITORIALES EN BRASIL (2020-2022)

Joana Tereza Vaz de Moura,
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN),
joanatereza@gmail.com

Fernando Freitas de Almeida,
Universidade Estadual Paulista (UNESP),
fernando.f.almeida@unesp.br

Lucas Araújo Martins,
Universidade Estadual Paulista (UNESP),
lucas.a.martins@unesp.br

Resumo:
No Brasil, o passado autoritário da ditadura empresarial-militar de 1964 se reestruturou com outros moldes nos últimos anos e sobretudo no Governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), reproduzindo confrontos violentos contra os movimentos sociais. No campo, as lutas se intensificaram, permeadas pelo avanço do agronegócio, de empresas capitalistas e endossadas pelo discurso de representantes estatais. O artigo tem como objetivo compreender as ações sofridas pelos movimentos socioterritoriais agrários no Brasil, entre 2020-2022, pautadas pela radicalização conservadora e pelos discursos e ameaças aos diversos ativismos. Utilizamos a metodologia de pesquisa da Rede DATALUTA, que, desde 1998, sistematiza informações sobre ocupações e assentamentos e, a partir de 2020, sistematiza dados das ações dos movimentos. Num compilado sobre as ações sofridas pelos movimentos, destacamos que os despejos de diversas populações tiveram centralidade nesses anos, além de assassinatos de lideranças do campo. Constatamos que os movimentos foram vítimas da violência estatal, num processo combinado e articulado com o agronegócio dando visibilidade a uma gramática discursiva que acirrou a violência no campo. Entretanto, muitos movimentos atuaram em defesa dos seus territórios, sinalizando a resistência diária das pessoas, seus projetos e emoções, numa permanente luta pela democracia, pelo direito ao território e à vida.

Palavras-chave: movimentos socioterritoriais; violências no campo; ações sofridas; governo Bolsonaro; rede DATALUTA.

Abstract:

In Brazil, the authoritarian past of the 1964 business-military dictatorship was restructured along other lines in recent years and especially in the Government of Jair Bolsonaro (2019-2022), reproducing violent clashes against social movements. In the countryside, struggles intensified, permeated by the advance of agribusiness, capitalist companies and endorsed by the speech of state representatives. The article aims to understand the actions suffered by socio-territorial agrarian movements in Brazil, between 2020-2022, guided by conservative radicalization and speeches and threats to various activisms. We used the research methodology of the DATALUTA Network, which, since 1998, has been systematizing information on occupations and settlements and, since 2020, systematized data on the actions of movements. In a compilation of the actions suffered by the movements, we highlight that the evictions of various populations were central in these years, in addition to the murders of rural leaders. We found that the movements were victims of state violence, in a process combined and articulated with agribusiness, giving visibility to a discursive grammar that intensified violence in the countryside. However, many movements acted in defense of their territories, signaling the daily resistance of people, their projects and emotions, in a permanent struggle for democracy, for the right to territory and life.

Keywords: social-territorial movements; violence in the countryside; suffered actions; Bolsonaro government; DATALUTA network.

Résumé / Resumen:

En Brasil, el pasado autoritario de la dictadura empresarial-militar de 1964 se ha reestructurado con otros moldes en los últimos años y especialmente en el Gobierno de Jair Bolsonaro (2019-2022), reproduciendo confrontaciones violentas contra los movimientos sociales. En el ámbito rural, las luchas se han intensificado, permeadas por el avance del agronegocio, de empresas capitalistas y respaldadas por el discurso de representantes estatales. El artículo tiene como objetivo comprender las acciones sufridas por los movimientos socioterritoriales agrarios en Brasil, entre 2020-2022, marcadas por la radicalización conservadora y por los discursos y amenazas a los diversos activismos. Utilizamos la metodología de investigación de la Red DATALUTA, que, desde 1998, sistematizan

información sobre ocupaciones y asentamientos y, desde 2020, datos sistematizados sobre las acciones de los movimentos. En un resumen sobre las acciones sufridas por los movimientos, destacamos que los desalojos de diversas poblaciones tuvieron centralidad en estos años, además de los asesinatos de líderes del campo. Constatamos que los movimientos fueron víctimas de la violencia estatal, en un proceso combinado y articulado con el agronegocio, dando visibilidad a una gramática discursiva que exacerbó la violencia en el campo. Sin embargo, muchos movimientos actuaron en defensa de sus territorios, señalando la resistencia diaria de las personas, sus proyectos y emociones, en una lucha permanente por la democracia, el derecho al territorio y a la vida.

Mots-clés / Palabras-clave: Palabras clave: movimientos socioterritoriales; violencias en el campo; acciones sufridas; gobierno Bolsonaro; red DATALUTA.

Introdução

Em 2024, decorreram-se 60 anos do golpe empresarial-militar que deu início a um longo período de perseguição e violência contra aqueles que lutavam por justiça social, especialmente os trabalhadores rurais e camponeses que resistiam às violências impostas pelos latifundiários. Entre as primeiras vítimas da ditadura encontram-se João Alfredo Dias (Nego Fuba) e Pedro Inácio de Araújo (Pedro Fazendeiro), duas destacadas lideranças das Ligas Camponesas de Sapé, na Paraíba.

Nego Fuba e Pedro Fazendeiro, como eram conhecidos, foram presos logo após o Golpe de 64 e submetidos a sessões constantes de tortura para confessarem crimes que não cometeram. Foram posteriormente liberados da prisão para desaparecerem, como muitas outras vítimas do Regime. Até a data de elaboração deste artigo, os corpos de João Alfredo Dias e Pedro Fazendeiro não foram encontrados, negando assim o direito ao luto aos amigos e familiares. (Figueiredo, 2016)

Este é um caso emblemático que ilustra o significado deste período marcado por discursos de ódio e pelo conservadorismo, assim como pela brutalidade da violência e pela sistemática eliminação de lideranças de movimentos sociais. Tais práticas foram reatualizadas nos últimos anos, especialmente durante o governo de Jair Bolsonaro (PL)[1].

Com o fim da ditadura empresarial-militar e o processo de redemocratização, observou-se uma mudança nas posturas políticas, onde muitos indivíduos passaram a se distanciar, ao menos em discursos, do apoio à tortura e à barbárie como práticas

[1] Aqui, adotamos referência ao atual partido de Bolsonaro, o Partido Liberal (PL), foi no PL que ele concorreu a reeleição.

políticas. Esse período testemunhou uma mudança na retórica de diversos parlamentares, que passaram a se autodenominar como representantes do centro, e em alguns casos, até mesmo da esquerda. Essa transição de narrativa reflete uma busca por alinhamento com valores democráticos e a rejeição de métodos autoritários e truculentos que caracterizaram o regime anterior, o que não significa o fim da violência no campo e na cidade (Silva, 1989).

Um marco significativo, pós-redemocratização, para a democracia brasileira foram as mobilizações que aconteceram em 2013, em quase todas as capitais do país. Naquele momento, vários grupos se definiram como apartidários numa tentativa de desvincular as suas ações dos partidos políticos, especificamente dos partidos de esquerda. Segundo Alonso (2017), as manifestações também tiveram como pauta central o questionamento do funcionamento das instituições públicas. Desse momento em diante, o avanço do conservadorismo e dos discursos de ódio aos movimentos sociais se espalharam numa constante provocação aos direitos sociais. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), como expressões de militância e engajamento social com maior repercussão no Brasil, se tornaram alvos dos movimentos de direita. Com a vitória de Jair Bolsonaro (PL), em 2018, os discursos autoritários ganharam espaços e foram apoiados pela mídia nacional. De acordo com Szwako (2020, p.01), "apesar do apoio maciço da população à democracia (75 % na pesquisa Datafolha de junho), esse discurso minoritário ganhou espaço com contribuição da mídia". Nesse ínterim, as constantes falas do então presidente

eleito passaram a colocar a violência contra grupos progressistas como um mote do seu governo.

Vale lembrar que, em 2016, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), à época deputado federal, ao votar pelo impeachment que legitimou o golpe que depôs a então presidente Dilma Rousseff (PT), dedicou seu voto ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, conhecido torturador e assassino de opositores e militantes durante a ditadura. Em 2018, enquanto era candidato à presidência da República, utilizou um tripé para simular uma metralhadora, proferindo que "Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre" (Carta Capital, 2018a; BBC, 2016). No dia seguinte à sua vitória nas urnas, ele disse que "Toda ação do MST e do MTST devem ser tipificadas como terrorismo. A propriedade privada é sagrada" (Carta Capital, 2018b). Assim, em concordância com Fernandes et al (2020, pg.333), consideramos que o governo Bolsonaro buscou promover uma « política ultra neoliberal com alguns elementos próximos do pós-fascismo, onde o latifúndio [teve] a total liberdade para praticar a violência".

Os movimentos sociais passaram a ter que defender seus territórios, através de processos de resistência e de divulgação de notas e cartas abertas que buscassem pressionar as instituições públicas que ainda estavam funcionando dentro das características de um Estado democrático de direito, como o Ministério Público, por exemplo. Fernandes et al (2020), a partir de dados da Rede DATALUTA e da CPT, constataram para o ano de 2019 o registro de "1.301 manifestações dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais no Brasil, com participação de mais de 243.712 pessoas" (idem, p. 333). As manifestações também foram relevantes

em 2020, 2021 e 2022, mesmo no contexto da pandemia do COVID-19, conforme dados dos relatórios DATALUTA (2021, 2022 e 2023).

Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo compreender as ações sofridas pelos movimentos socioterritoriais agrários no Brasil, entre 2020-2022, pautadas pela radicalização conservadora e pelos discursos e ameaças aos diversos ativismos. Partimos da leitura dos movimentos sociais a partir de uma perspectiva geográfica, portanto movimentos socioterritoriais, compreendendo que os territórios são espaços em que as relações sociais se materializam e onde os movimentos atuam e colocam em prática seus projetos políticos (Fernandes, 2005a; Torres, 2020).

Para atingir nosso objetivo, trabalhamos a partir da metodologia de pesquisa construída e empregada pelos pesquisadores da Rede DATALUTA - Rede de pesquisas de lutas por terra e territórios - especificamente no projeto "Movimentos socioterritoriais em Perspectiva Comparada", financiado pelo CAPES-Print. Coletamos notícias referentes às ações dos movimentos na mídia através de palavras-chave que são cadastradas no Google Alerts e registramos numa plataforma denominada Jotform que produz uma planilha em excel. No registro das notícias no Jotform, os pesquisadores da Rede selecionam a finalidade da ação, que pode ser: propositiva, conquistada, reivindicativa, defensiva ou sofrida. Propositiva refere-se a alguma proposta feita pelos movimentos, como por exemplo, a elaboração de projetos temáticos ou quando propõem estratégias de combate a fome, como as doações de alimentos, por exemplo. No caso da finalidade conquistada, geralmente está associada aos processos e causas judiciais conquistados pelos movimentos. A reivindicativa refere-se aos protestos, marchas e

manifestações que os movimentos articulam para demandar do Estado algum tipo de atuação e intervenção. A finalidade defensiva refere-se a uma ação do movimento em defesa dos seus direitos, ou seja, quando a ação parte do movimento socioterritorial sem necessariamente ter participação de uma instituição externa, como por exemplo uma vigília, um ato de defesa ou uma reunião em defesa do território. Registramos uma ação com finalidade sofrida quando existe um ataque de outras instituições (Estado, empresas ou representantes do agronegócio) aos movimentos ou aos territórios camponeses, por exemplo, assassinato de lideranças, ações de despejos, derrotas judiciais, entre outras.

Para esse artigo, em especifico, analisamos somente as ações que foram sofridas pelos movimentos entre os anos de 2020 e 2022, como os despejos, as violências, as tentativas de assassinato e os assassinatos de lideranças.

Dessas notícias, também selecionamos algumas narrativas de representantes ou lideranças dos movimentos socioterritoriais agrários[2] que criticaram a tentativa de criminalização desses sujeitos e que apresentaram e anunciaram formas de pensar outros modelos de desenvolvimento possíveis para o funcionamento da democracia brasileira.

O artigo está organizado em três partes. Na primeira, contextualizamos a militarização da questão agrária brasileira e a violência institucionalizada no campo, especialmente nos anos do governo Bolsonaro. Na segunda parte, apresentamos resultados das nossas pesquisas sobre as ações sofridas pelos movimentos

[2] A Rede DATALUTA conta com 4 equipes (água, agrário, floresta e urbano) para o registro das notícias. As ações sofridas pelos indígenas não foram contabilizadas neste artigo, mas esse foi um período de muita apreensão para os movimentos indígenas, conforme Sobreiro Filho e Costa (2023).

socioterritoriais no período de análise. Por fim, na terceira e última parte, apresentamos as considerações finais.

Militarização da questão agrária brasileira durante o governo Bolsonaro: violências e reprodução das desigualdades sociais

A ascensão de Bolsonaro à presidência do Brasil marcou não apenas o início de um novo governo, mas também o ressurgimento dos militares no cerne da burocracia estatal brasileira. Em um ano de governo o número de militares designados para ocupar cargos civis no governo federal passou de 3.515 em 2019 para 6.157 em 2020, um crescimento de 75%. Em 2010, o número de militares era 1427, ou seja, em dez anos houve um crescimento de 331%. No final de 2020, os militares estavam presentes em 10 dos 22 ministérios, evidenciando sua influência na condução das políticas e decisões governamentais, inclusive na condução desastrosa da COVID-19, uma vez que ocupava o Ministério da Saúde (Motta, 2021).

É relevante ressaltar que as Forças Armadas brasileiras possuem uma longa história de envolvimento no combate a inimigos internos, especialmente direcionadas para a repressão de conflitos entre classes sociais. Ao longo de diferentes períodos da história, elas se posicionaram contra povos originários, africanos escravizados e comunidades camponesas, marcando uma tradição de intervenção na política do Brasil (Tricontinental, 2022).

Em 2020, o Exército Brasileiro, a maior das três forças militares do país, conduziu a Operação Mantiqueira, um exercício simulado envolvendo tropas de elite com o objetivo de combater supostos inimigos internos. O alvo imaginado consistia em dissidentes de um partido de operários que recrutava e treinava militantes de um movimento de luta pela terra. Este episódio

ilustra que, décadas após o Golpe de 1964, os militares ainda consideram potenciais ameaças internas, brasileiros organizados em movimentos sociais e em partidos de esquerda (Martins, 2021).

Durante curto período, os militares, na figura do general João Carlos Jesus Corrêa também ocuparam a presidência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), mas em poucos meses o general foi substituído após pressão ruralista[3] , sendo posto no lugar uma figura com maior interlocução com o agronegócio, o pecuarista Geraldo José da Câmara Ferreira de Melo Filho. Geraldo Melo Filho é um herdeiro de uma família tradicional na política do Rio Grande do Norte, que além de patrimônio, também acumula acusações de ter dívidas trabalhistas e possuir terras improdutivas (Éboli, 2019; Guimarães, 2021).

Durante o governo Bolsonaro, o INCRA passou por drásticas reduções orçamentárias e uma diminuição significativa no número de servidores, o que culminou na suspensão de vistorias e até mesmo na desistência de processos de desapropriações em andamento. Essas ações refletem as prioridades do governo, que favoreceu o agronegócio e estabeleceu uma política deliberada de enfrentamento aos movimentos sociais, qualificando-os mais do que como adversários, como ameaças (Alentejano, 2020).

Percebe-se, portanto, uma orquestração em prol do agronegócio e das empresas capitalistas buscando beneficiar esses grupos, mediante a desestruturação de políticas públicas importantes para o campesinato e de flexibilização ao uso de agrotóxicos no país. "Todas as medidas apresentadas fortalecem os

[3] Em especial de Luiz Antônio Nabahn Garcia, na época Secretário de Assuntos Fundiários do MAPA. Nabahn é um ex-presidente da União Democrática Ruralista, organização conhecida por sua violência e a oposição à realização da Reforma Agrária e a demarcação de terras.

interesses de setores do capital na agropecuária e [estavam] ancoradas a partir da concepção neoliberal de menos Estado, ou como diz o próprio presidente para 'facilitar a vida dos patrões' " (Fernandes et al, pág.345-346, 2020).

Na gestão Bolsonaro, houve uma diminuição significativa nos números oficiais de ocupações de terras em processos reivindicatórios para a realização da Reforma Agrária. Esta queda foi destacada pela presidência como um ponto de orgulho e os dados foram celebrados pelo Governo a ponto de serem utilizados em campanhas publicitárias da SECOM (Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) no dia do agricultor. Durante essa mesma campanha, houve a utilização de imagens de um homem armado para celebrar o dia do agricultor. Tal escolha, ilustra a relação conflituosa estabelecida pelo Governo Bolsonaro em relação à questão agrária, de fomento a violência no campo por meio do armamentismo dos donos de terras (Xavier, 2021).

Mais que isso, construiu-se, nesse contexto, um sistema de destruição democrática e militarização do governo, além da existência do núcleo familiar no exercício efetivo de poder junto ao Presidente (Couto, 2021). Esse contexto refletiu enormemente nas lutas e violências no campo, conforme apresentamos na seção seguinte.

Violências no campo e as ações sofridas pelos movimentos socioterritoriais

Segundo Sanchez (2005), na América Latina, incluindo o Brasil, temos pouca produção acadêmica sobre o que acontece nos territórios rurais no que se refere às questões políticas dos processos de expropriação, despejos, tomada de terras, violência, entre outros. Ainda para o autor,

> é uma relação muito intensa, comum em nossas cidades latino-americanas, as disputas territoriais, em meio ao poder que imposto pelo Estado através de programas de ordenamento ecológico territorial (Sanchez, 2005, p. 29).

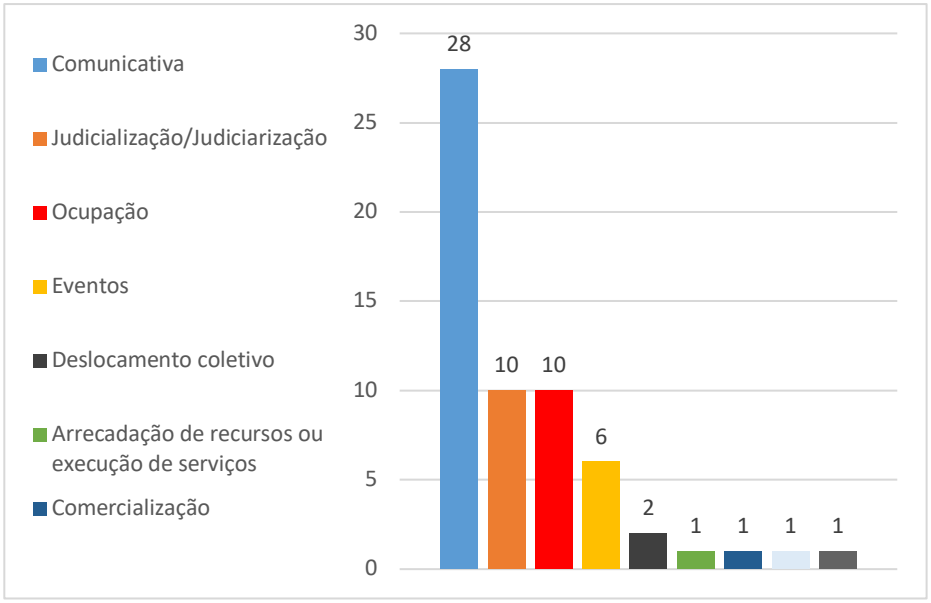
Portanto, o esforço dessa seção é de apresentar, resumidamente, alguns desses problemas que acometem o campo brasileiro especialmente em contextos adversos à democracia.

Os anos de 2020, 2021 e 2022 foram marcados pela pandemia do COVID-19 e, no Brasil, ainda tivemos a ascensão desde 2019 do conservadorismo. Os diversos grupos subalternizados (negros, LGTQIA+, mulheres, quilombolas, camponeses, entre outros) sofreram uma série de ataques do governo Bolsonaro. Os Relatórios DATALUTA (2021, 2022 e 2023) e o nosso banco de dados mostram as ações sofridas pelos movimentos socioterritoriais agrários.

No ano de 2020, das 236 ações registradas no nosso banco de dados, 61 estão relacionadas às ações que os movimentos realizaram para evitar e resistir aos diversos tipos de violências sofridas nesse período, como os despejos, assassinatos de lideranças, ameaças de desterritorialização, derrubada de casas e escolas, criminalização dos movimentos e tiroteios. Os principais repertórios acionados pelos movimentos foram: a divulgação nas mídias alternativas de notas de repúdio, notas de pesar e cartas abertas; reuniões com representantes governamentais; a busca por órgãos da Justiça (Ministério Público Federal, por exemplo); e as ocupações de terra, conforme pode ser visualizado no gráfico 1. Notamos que, apesar de estar num processo em defesa da vida, os movimentos socioterritoriais continuaram com suas estratégias de enfrentamento ao modelo de desenvolvimento proposto pelo Estado, sendo a principal estratégia a ocupação de terra. Segundo Sodré,

Silva e Leite (2021, p.147), "a ocupação de terra é o principal instrumento de luta, de defesa, de denúncia e de projeção da bandeira da reforma agrária".

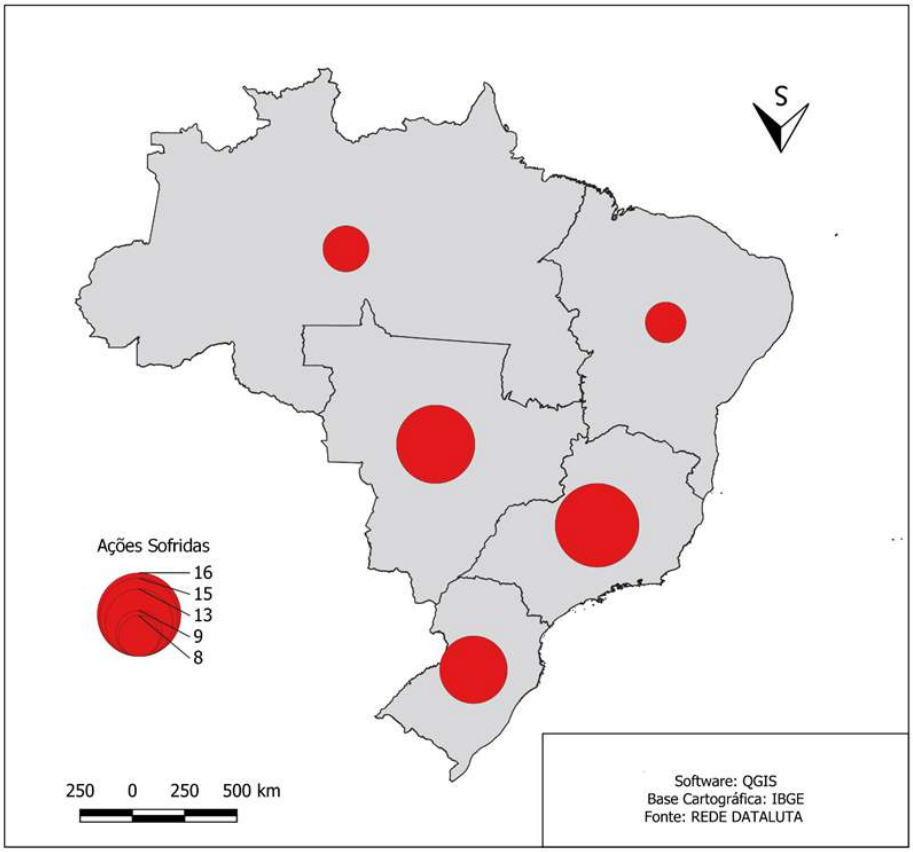
GRÁFICO 1 - BRASIL – TIPOS DE AÇÕES MATRIZES SOFRIDAS - 2020



Fonte : Autores (org.), 2024.

No que se refere à espacialidade das ações para o ano de 2020, percebemos que todas as regiões do país apresentaram violências (físicas e simbólicas) contra os movimentos socioterritoriais. As regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul foram as que mais registraram ações, contabilizando 16, 15 e 13, respectivamente. O Nordeste registrou 8 ações e o Norte, 9. Todas essas ações podem ser visualizadas no mapa 1.

MAPA 1 - BRASIL - ESPACIALIZAÇÃO DAS AÇÕES SOFRIDAS POR REGIÃO - 2020



Fonte : Autores (org.), 2024.

No Sudeste, destacamos a ação de despejo de um acampamento com 450 famílias e funcionando há 20 anos no município de Campo do Meio, sul de Minas Gerais. Essa notícia ocupou boa parte das mídias alternativas (ex: Jornal Brasil de Fato) em denúncia contra essas ações protagonizadas pelo Estado. Segundo representantes do MST, os policiais utilizaram "bombas de efeito moral, um grande contingente policial, armamento pesado e inclusive, um helicóptero para jogar poeira e fuligem sobre as famílias Sem Terra" (Esatdo de Minas, 2020). Vale ressaltar o alinhamento político naquele período entre o então governador de Minas, Romeu Zema (NOVO), e Bolsonaro (PL). Ambos

trabalharam propagando a destruição de políticas e a negação da letalidade e gravidade do coronavírus. No que tange a pauta ambiental e ignorando-a, o governador de Minas colocou uma prima em um cargo de deliberação sobre a questão da mineração no estado, pauta que também foi central para ações de contestação dos movimentos socioterritoriais diante da mega-exploração desse bem e de processos de desterritorialização. Diante disso, várias organizações e movimentos denunciaram a abertura dada pelo governo para minerar dentro de parques estaduais na Romaria das Águas e da Terra da Diocese de Almenara, com o tema: "Terra e Água, santuários de vida"; e o lema: "Jequitinhonha: ver, sentir e cuidar" (Ecodebate, 2020).

No Centro-Oeste, região dominada pelo agronegócio e onde se situa a capital do país, Brasília, observamos diversas reações dos movimentos socioterritoriais, mediante avanços em seus territórios e, principalmente, pela anti-política do governo Bolsonaro. No nosso banco de dados registramos oito notícias em Brasília que sinalizam os efeitos perversos do governo federal sobre os movimentos socioterritoriais agrários, especialmente relacionados ao desmonte de políticas públicas. Em 21 de fevereiro de 2020, Bolsonaro assinou um decreto que alterou a estrutura regimental do INCRA, extinguindo diversos programas voltados para assentados, quilombolas e comunidades extrativistas e de agricultores familiares como o Pronera e o Terra Brasil. Isso já vinha sendo sinalizado desde que o então presidente, Jair Bolsonaro, vinha compactuando com setores do agronegócio, inclusive realçando que "este governo é de vocês" , reafirmando sua preferência e apoio incondicional para esse setor. No encontro com a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), em 2019, ele pontuou esse

compromisso: “Ao longo de vinte e oito anos dentro da Câmara eu acompanhei e, mais do que isso, eu acredito que 100% votei com a bancada ruralista" ((O) Eco, 2019). De acordo com o coordenador-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Contraf), "o decreto é mais um ataque do governo para desmontar um modelo de desenvolvimento pensado para a soberania alimentar". Ele ainda realça o retrocesso nas políticas alimentares e a volta da fome:

> Estão tirando a possibilidade de produção de alimentos de qualidade para colocar na mesa do povo brasileiro. Eu espero que a sociedade se mobilize, porque a continuar desse jeito, logo faltará alimento, alimentos de qualidade para sustentar o povo. Acabar com esse modelo de produção significa que amanhã ou depois o nosso povo terá dificuldade de acesso aos alimentos (Rede Brasil Atual, 2020).

Conforme destaca Campos (2023, p.54) trata-se de um processo articulado de desdemocratização, ou seja, de

> configurações desdemocratizantes que irmanaram a política agrária, indigenista, ambiental e alimentar em um processo combinado de desmonte das capacidades estatais e produção de desigualdade.

No sul, o estado do Rio Grande do Sul que, assim como Minas Gerais estava sob o comando de um apoiador de Bolsonaro, aparece como o principal local onde os movimentos socioterritoriais precisaram reagir diante dos ataques constantes. Uma das violências registradas refere-se aos impactos da mineração sobre os assentamentos rurais. O Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e o Comitê de Combate à mega mineração no RS denunciaram a exploração de minérios na região, que nem mesmo com a pandemia pararam suas atividades. Esses movimentos ainda

relataram que os processos de licenciamento dos projetos de mineração continuaram sendo feitos com normalidade, em meio à pandemia.

As regiões Norte e Nordeste, com 9 e 8 ações sofridas respectivamente, apresentam também os interesses do capital na desterritorialização dos camponeses. No Norte, encontramos diversas ações dos movimentos no Pará por causa do não recebimento das indenizações prometidas pela empresa Vale. Em notícia de março de 2020, trabalhadores rurais fizeram vários protestos contra a Vale e um dos representantes da comunidade afirmou que a promessa não foi cumprida. Além disso, a empresa avançou sobre os territórios camponeses fazendo com que muitas pessoas resolvessem se mudar.

> Estamos em uma situação muito delicada. Às vezes a gente tem a sensação de que a melhor coisa era que a Vale não tivesse vindo para cá. Tem gente saindo daqui, um município com arrecadação milionária, e indo para outros municípios produzir. Em algumas ruas de Canaã, a cidade parece uma cidade fantasma (Brasil de Fato, 2020).

No Nordeste, a maioria das notícias se refere ao estado da Bahia, onde percebemos diversos ataques a acampamentos e assentamentos rurais do MST. Nos estados de Alagoas e Rio Grande do Norte, tivemos casos de assassinatos de lideranças camponesas, invasões de assentamentos por latifundiários e despejos.

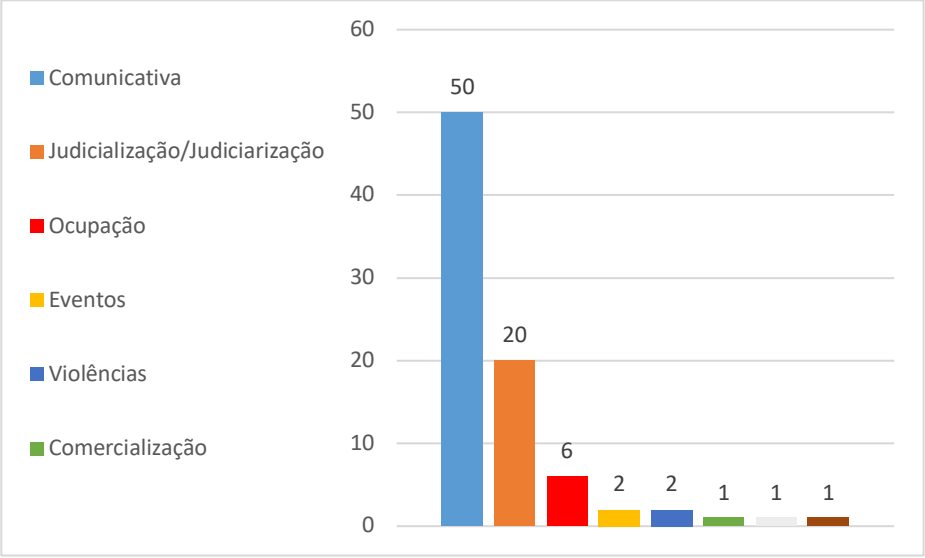
No ano de 2021, das 429 ações registradas, 83 tiveram como finalidade ações sofridas. Observa-se um aumento em relação ao ano anterior, justificado principalmente pelo fim do isolamento decorrente da pandemia de Covid-19 em diversos territórios. A

possibilidade de ações, tanto a favor dos movimentos socioterritoriais quanto contra eles, tornou-se mais frequente nesse período. Ações de reintegração, que haviam sido interrompidas, foram retomadas pelo Estado. Durante esse período, ocorreram diversas formas de ações sofridas, incluindo derrotas judiciais, intimidação, violência jurídica e a necessidade de cartas abertas, reuniões, notas de repúdio e pesar em defesa dos territórios e sujeitos do campo. Além disso, foram registrados assassinatos e contaminação por agrotóxicos. Inclusive, os registros da CPT sobre os conflitos no campo (CPT, 2021) mostraram que em 2021 foram registrados 34 assassinatos contra 20, em 2020.

As ações relacionadas à matriz comunicativa destacaram-se como as estratégias de resistência mais comuns durante o ano, totalizando 50 ações. Destas, 34 foram notas de repúdio, 6 notas de pesar, 4 cartas abertas, 3 entrevistas concedidas, 1 denúncia, 1 derrota judicial e 1 disputa territorial. As estratégias de comunicação nos movimentos têm estado presentes como forma de defesa de territórios e modos de vida constantemente atacados pelo capitalismo. A segunda matriz que mais obteve destaque foi a judicialização, com 20 ações divididas entre 12 derrotas judiciais, 5 violências jurídicas, 2 demandas judiciais e 1 conquista judicial. Ao analisar os dados referentes à matriz judicialização, é evidente uma clara diferença entre a única conquista judicial e os demais ataques sofridos com a ajuda do judiciário. Isso demonstra que o judiciário ainda é um grande aliado das elites, impondo reintegrações, prisões e despejos aos camponeses que lutam pela terra, além de criminalizar camponeses sem terra e seus aliados. Essas informações sobre as diferentes acoes realizadas pelos os

movimentos mediante ataques e violações dos seus direitos são apresentadas no gráfico 2 :

GRÁFICO 2 - BRASIL – TIPOS DE AÇÕES MATRIZES SOFRIDAS - 2021



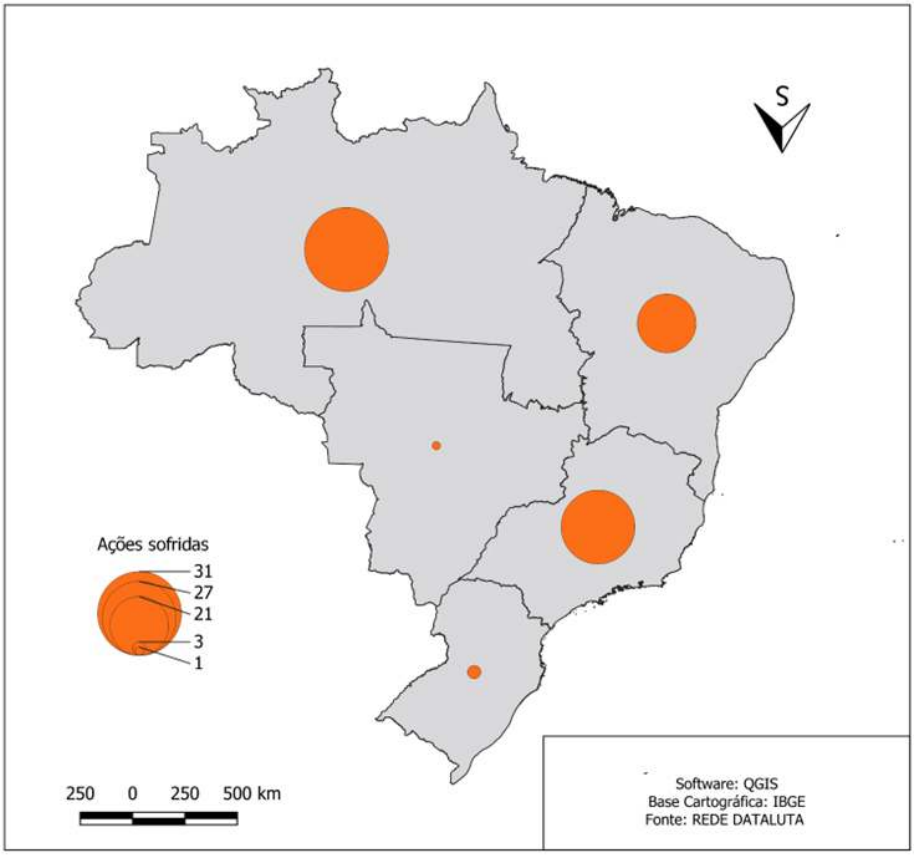
Fonte : Autores (org.), 2024.

Com relação à espacialização das ações em 2021, percebe-se que há ações de matriz sofridas em quase todas as regiões, exceto no Centro-Oeste. Observa-se um predomínio de ações no Norte, Sudeste e Nordeste, sendo, respectivamente, 31, 27 e 21, enquanto o Sul tem 3 ações e o Centro-Oeste há apenas 1 ação do tipo. A região Norte é historicamente marcada por violência no campo, nestes dados o papel das notícias vinculadas ao Jornal online A Nova Democracia, que vinculou ao seu portal 18 ações dos movimentos socioterritoriais, sendo 17 destas no estado de Rondônia tem sido ímpar. Os protagonistas destas ações sofridas foram a LCP (Liga dos Camponeses Pobres), movimento este que

vem sofrendo ameaças, torturas, tentativas de desterritorialização, dentre outras violências.

.

MAPA 2 - BRASIL - ESPACIALIZAÇÃO DAS AÇÕES SOFRIDAS POR REGIÃO - 2021



Fonte : Autores (org.), 2024.

Em uma das notícias sobre ações sofridas na região Norte, destacamos uma nota de repúdio divulgada mostrando uma nova investida de latifundiários na tentativa de expulsão de camponeses do acampamento Manoel Ribeiro, em Rondônia. As famílias que vivem no acampamento Manoel Ribeiro, construído em agosto de 2020 em Corumbiara (RO), relataram pressões, intimidações e abusos por parte da Polícia Militar (PM), como parte de uma "guerra orquestrada pelo Governo de Rondônia" (Brasil de Fato,

2021a). Em um panfleto distribuído pela Liga dos Camponeses Pobres (LCP) eles convidavam moradores para a "revolução agrária":

> A Fazenda Nossa Senhora agora é do povo e em breve será cortada e dividida! Você companheira e companheiro, que foi vítima do massacre de Santa Elina, você que é parente de uma daquelas vítimas, venha para a Nossa Senhora: ela também é sua e agora se chama Área Revolucionária Manoel Ribeiro (G1, 2021).

A Associação Brasileira dos Advogados do Povo - Gabriel Pimenta (ABRAPO), entidade de apoio aos camponeses, também divulgou uma nota condenando a ação da PM que vinha atuando em prol dos grandes latifundiários na região. Segundo a ABRAPO, "foi montada uma mega operação policial na tentativa de fazer o criminoso despejo dos camponeses." (idem).

Na região Sudeste, Minas Gerais e São Paulo foram os estados onde mais tiveram ataques contra os camponeses em 2021. Em Minas, destacamos o ataque a um acampamento do MST, na região dos vales do Jequitinhonha e Mucuri, em abril de 2021. Em denúncia, moradores mostram o clima de violência instaurado: “Eu vi muitos tiros, puseram fogo na minha casa, estou sem nada"."Perdi documento, perdi minhas coisas. Só estou eu e meus filhos vivos. Me ajudem! Meus filhos amanheceram o dia na mata” (Brasil de Fato, 2021b). De acordo com um representante do MST, o acampamento fica situado numa área com uma vasta floresta, portanto, alvo de exploração de madeiras. Trata-se dos conflitos inerentes ao processo de desenvolvimento atual, em que a questão agrária gera continuamente conflitualidade, que "é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato. Ela acontece

por causa da contradição criada pela destruição, criação e recriação simultâneas dessas relações sociais" (Fernandes, 2005b, p.06).

Ainda na região sudeste registramos uma tentativa de remoção de um acampamento no estado de São Paulo. O acampamento foi organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e pela União dos Movimentos de Moradia (UMM) em áreas remanescentes da Rede Ferroviária Federal S.A.,extinta em 2007. Os moradores buscavam trabalhar dentro da perspectiva da autogestão e da produção agroecológica. De acordo com a dirigente estadual do MST, "Daquela terra, devastada pelo uso ilegal de empresas locais para produção de cana-de-açúcar, começaram a brotar alimentos saudáveis para subsistência, como mandioca, feijão de corda e abóbora"(Brasil de Fato, 2021c). Notamos que a agroecologia entra no discurso político do MST e avança consideravelmente nos dias atuais. Segundo De' Carli (2013, p.122), o

> MST vem trabalhando com a agroecologia em dois sentidos: nas experiências agropecuárias (que vão desde as experiências modelos até às pequenas práticas desenvolvidas em nível local pelos assentados) e no seu discurso político, que vem implementando um ativismo em prol da causa da agroecologia, irradiando o seu discurso para os dirigentes locais, que começam a refletir sobre outras possibilidades de produção.

Destacamos, portanto, a agroecologia como forma de resistência e de reprodução do campesinato na natureza e na vida, mostrando a potência desse processo no desenvolvimento de uma sociedade mais justa e democrática.

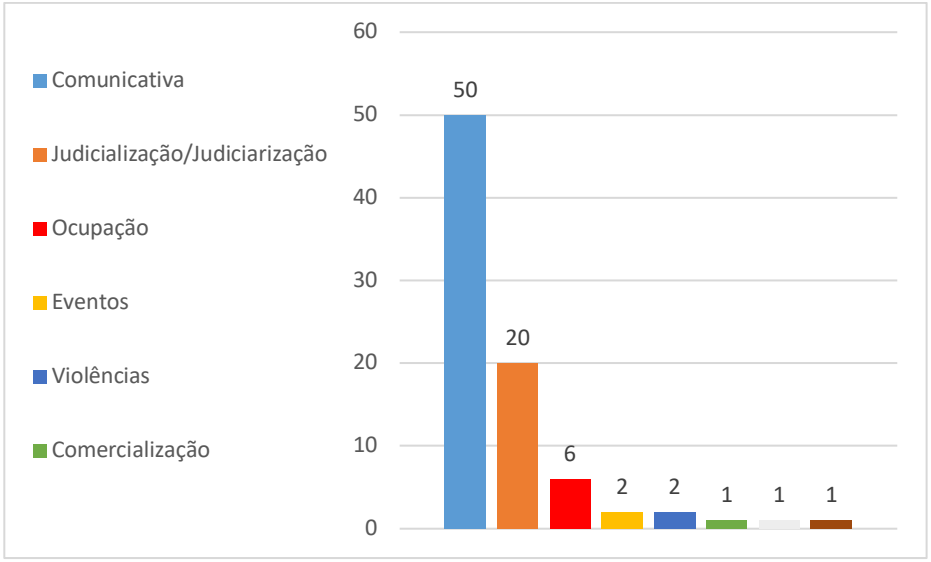
Em 2022, das 268 ações registradas no nosso banco de dados, 59 foram consideradas sofridas, relacionadas a ações que foram protagonizadas pelo Estado e/ou latifundiários na tentativa de

desterritorialização do campesinato e quilombolas. Assim como em 2020 e 2021, o ano de 2022, também contou com ataques aos acampamentos e assentamentos e despejos de famílias. No processo de resistência os movimentos socioterritoriais utilizaram repertórios como as cartas abertas, notas de repúdio e de pesar, acesso à Justiça e as ocupações de terra como formas de garantirem seus direitos, conforme visualiza-se no gráfico 3. Entretanto, o Ministério Público Federal (MPF), no Governo Bolsonaro, mostrou-se conivente com as ações do Governo. Segundo Kerche (2021, p. 165),

> Bolsonaro, ao não considerar a lista tríplice votada pelos procuradores federais, (...) incentivou que o ocupante do cargo [de procurador geral da União] se alinhasse ao poder Executivo.

Ou seja, trata-se de uma ofensiva contra os movimentos que buscavam deliberações a seu favor pelas instituições judiciárias do país.

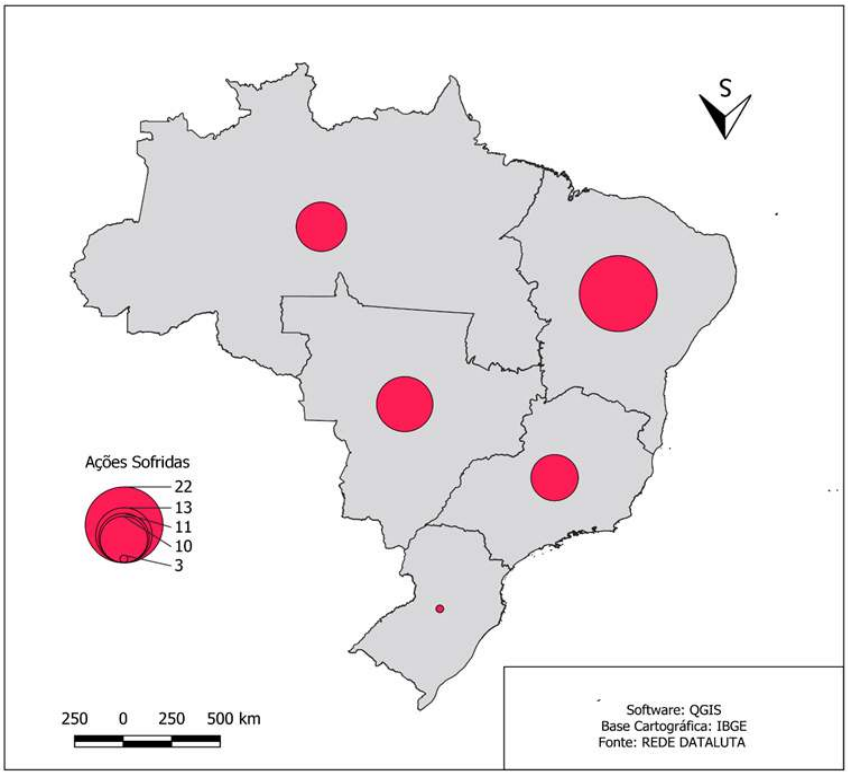
GRÁFICO 3 - BRASIL – TIPOS DE AÇÕES MATRIZES SOFRIDAS – 2022



Fonte : Autores (org.), 2024.

As regiões que contaram com os maiores ataques contra comunidades camponesas, quilombolas, entre outras, foram Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste, com 23, 13 e 11, respectivamente. O Centro-Oeste volta a aparecer como uma das principais regiões pelas ações realizadas na capital do país (das 13 ações cadastradas, 10 aparecem no Distrito Federal).

MAPA 3 - BRASIL - ESPACIALIZAÇÃO DAS AÇÕES SOFRIDAS POR REGIÃO - 2022



Fonte : Autores (org.), 2024.

No Nordeste, os estados de Pernambuco e Bahia foram os que mais apareceram com ações sofridas pelos movimentos. Em Pernambuco, destacamos o assassinato do filho de uma lideranca rural local de apenas nove anos de idade. Segundo informações do jornal (Racismo Ambiental, 2022), os trabalhadores e trabalhadoras rurais de antigas usinas de cana-de-açúcar na Mata Sul de

Pernambuco já vinham reivindicando às autoridades proteção e soluções definitivas para os conflitos fundiários locais já há algum tempo. Trata-se de conflitos históricos que perpassam a zona da mata pernambucana. Nesse caso em específico, houve mobilização da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife e da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (Fetape). Em nota a presidente da Fetape alerta: "Não queremos alimento com sangue na mesa das pessoas" (idem).

Na Bahia, latifundiários e representantes de algumas empresas ligadas ao agronegócio ameaçaram, invadiram e atacaram diversas comunidades camponesas nos meses de setembro, outubro e novembro de 2022, no cerrado baiano. Em uma das ações, eles divulgaram fotos com extenso arsenal bélico, com munições que formavam o número "22", ou seja, referindo-se ao partido do então Presidente Jair Bolsonaro. Esse fato mostra como a política de armas do governo facilitou arsenais e banalizou os crimes no país. Segundo dados divulgados pelo Anuário de Segurança Pública houve um crescimento de 474% no número de pessoas que conseguiram o Certificado de Registro, documento emitido pelo Exército que dá direito ao cidadão de exercer atividades como Caçador, Atirador e Colecionador (Brasil de Fato, 2022a). No caso dessas comunidades, os moradores mediante ação das devidas Associações de Fundo e Fecho de Pasto em conjunto com mais de 200 organizações, movimentos sociais do campo e da cidade, pastorais e defensores dos direitos humanos e sociais manifestaram indignação e denunciaram essas ações violentas emitindo uma nota de repúdio e divulgada na mídia. A nota exige

> que seja garantida a regularização fundiária dos territórios das comunidades de Fundos e Fechos de

> Pastos (...) e a garantia de acesso às áreas coletivas e que as comunidades tenham segurança para voltarem a soltar o gado, e superar o risco iminente de extinção dos fechos e dos modos de vida dos fecheiros (Farmilandgrab, 2022).

No Centro-Oeste, assim como em 2020, as ações sofridas foram, em sua maioria, realizadas em Brasília com aval do Ministério Público. Diversas perdas judiciais aconteceram para os camponeses, mas também aconteceram despejos de famílias dos acampamentos. Em um dos casos, 300 famílias foram despejadas do acampamento Florestan Fernandes, no Distrito Federal, por policiais militares em acordo com latifundiários da região. A Frente Nacional de Luta Campo e Cidade (FNL) denunciou em nota: "um Estado a serviço da grilagem, do latifúndio e que impõe sofrimento ao povo (...) o arbítrio e a violência não têm limite…"(A Nova Democracia, 2022).

Na região Norte, tivemos 11 ações sofridas em 2022. O Pará foi o estado que mais teve violências nesse ano, conforme dados divulgados pela CPT. Segundo o Cadernos de Conflitos no Campo (CPT, 2023, p.26), as violências e os conflitos "têm relação com a dinâmica de expansão da fronteira agrícola no país e explica porque as áreas mais conflituosas são também as mais pressionadas pelo desmatamento".

No Sudeste, onde ocorreram 10 ações, destacamos o estado de São Paulo como o mais violento nesse período. Em Valinhos, diversos tiros foram disparados contra o acampamento Marielle Vive!, onde vivem 450 famílias. De acordo com um militante do MST essas ações violentas teriam a ver com o período eleitoral:

> Estamos avaliando que a situação está bastante crítica e seguirá daqui para frente. Porque reflete o início oficial da disputa das eleições. Cada vez que saem as pesquisas, principalmente apontando

> uma possibilidade de vitória de Lula no primeiro turno, se intensificam esses ataques (Brasil de Fato, 2022b).

Esses ataques revelam as articulações dos bolsonaristas com representantes do agronegócio, que há tempos vem tentando despejar as famílias deste acampamento. Mesmo tendo sido acionado as instituições judiciais, o MST destaca a conivência do Estado com esse tipo de atentado. Trata-se de um modus operandi que evidencia a desestruturação de instituições longamente construídas, como o Ministério Público, por exemplo, e um constante

> enfrentamento contra os vários inimigos ideológicos: ambientalistas, cientistas, professores, feministas, artistas, ativistas da sociedade civil, jornalistas, esquerdistas dos mais variados matizes"(Couto, 2021, p. 43-44).

Por fim, no Sul do país, registramos somente três ações sofridas no ano de 2022: duas no Rio Grande do Sul e uma no Paraná. No RS, destacamos uma ação relacionada à pulverização de agrotóxicos em áreas de proteção ambiental. Em nota, entidades ambientalistas e agricultores destacam que essa forma de aplicação está sendo amplamente utilizada em fazendas de arroz localizadas às margens do Delta do Jacuí. Diante disso, os produtores agroecológicos da região metropolitana reivindicaram a criação de um polígono de proteção dos assentamentos da reforma agrária localizados na região metropolitana que produzem alimentos certificados como orgânicos (Extraclasse, 2022). Neste sentido, agricultores vêm sofrendo com a utilização dos agrotóxicos no entorno de suas plantações na região.

Consideramos, portanto, que todas as ações sofridas durante os anos de 2020 a 2022 pelos movimentos refletem um contexto

autoritário e conservador no país, que se expressou nas pautas dos apoiadores do Bolsonaro: violência no campo, aumento do uso dos agrotóxicos, apoio aos latifundiários, devastação ambiental, entre outras que significaram o sofrimento de diversas famílias camponesas, quilombolas e indígenas. Os resultados foram desastrosos para o campo, conforme destaca Marques (2023, p.92):

> o aumento extraordinário das queimadas e do desmatamento, a liberação excessiva de agrotóxicos, com o crescimento da violência no campo relacionado à expansão da apropriação ilegal de terras em áreas indígenas, quilombolas e de unidades de conservação, foram os resultados imediatos visíveis da guinada radical imposta pelo governo Bolsonaro no papel desempenhado pelo Estado brasileiro em relação à gestão do meio ambiente.

Diante disso, resta aos movimentos se reorganizarem e pressionarem por reestruturações das políticas públicas em contextos mais progressistas, como o que vivenciamos no momento atual com a eleição de Lula (PT), em 2022, em defesa da ciência e da democracia.

> O ideal democrático deve ser um valor a ser defendido contra o silenciamento do dissenso e contra toda forma de autoritarismo (...) em busca de um mundo em que todos tenhamos um lugar e poder para decidir sobre o nosso destino" (Marques, 2023, p.96).

Portanto, trata-se de um período de repensar e refinar as práticas políticas e as narrativas na expectativa de que dias melhores virão.

Considerações finais

Pode-se constatar, um acirramento dos conflitos agrários no governo de Jair Bolsonaro, sobretudo, legitimado pelo seus discursos de ódio e conservadorismo, que criminalizam e classificam como "inimigos internos", os movimentos sociais agrários e seus apoiadores. A gestão Bolsonaro foi acompanhada por diversos processos de desterritorialização do campesinato, de quilombolas e indígenas; protagonizados pelo Estado, articulados com latifundiários, conflitos que têm como locus o domínio do território. Observa-se que em 2020, 2021 e 2022, foram registradas 203 ações sofridas pelos movimentos socioterritoriais. Em 2020, nota-se uma centralidade nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul. Em 2021 percebe-se um predomínio de ações no Norte, Sudeste e Nordeste e, em 2022, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste.

Diante deste cenário, os movimentos se organizaram para defender seus territórios e seu modelo de desenvolvimento, que difere do modelo estatal. Notam-se diversos processos de resistência que vão desde ações comunicativas, com cartas abertas e notas de repúdio, até manifestações no campo e na cidade. Esses são alguns dos instrumentos de luta possíveis para se defender dos ataques verticais sofridos constantemente. Nos três anos analisados (2020, 2021 e 2022) percebemos que os movimentos utilizaram os meios de comunicação para denunciar 128 violências sofridas, seguido das ações judiciais em 50 casos e as ocupações em 22.

Nesse caso, o governo Bolsonaro marcou o retorno de um governo com forte presença militar, mas que não rompeu com o modelo de aliança entre Estado e latifúndio. Ao contrário, reforçou práticas que territorializam o agronegócio marcado pelo conservadorismo, autoritarismo, violência no campo, devastação

ambiental e uso de agrotóxicos. Ao longo da gestão, foi possível observar que mesmo os militares se viram subordinados aos interesses políticos e econômicos dos latifundiários.

Por fim, vale ressaltar que as violências sofridas pelos movimentos socioterritoriais historicamente no Brasil tiveram como protagonistas o Estado e os latifundiários e não se resumem ao governo Bolsonaro, que aprofundou uma contrarreforma agrária já em curso no país. Apesar dos conflitos, os povos do campo (camponeses, quilombolas, indígenas etc.) seguem defendendo o meio ambiente, a agroecologia e a soberania alimentar, resistindo de diversas formas aos ataques.

Referências

A NOVA DEMOCRACIA. **DF: camponeses sofrem despejo executado por PM.** 27 jun. 2022. Disponível em: <https://anovademocracia.com.br/df-camponeses-sofrem-despejo-executado-por-pm/>. Acesso em 25 fev. 2024.

ALENTEJANO, P. R. R. (2020). As políticas do Governo Bolsonaro para o campo: a contra-reforma em marcha acelerada. **Revista Da ANPEGE**, 16(29), 353–392. Disponível em: < https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12434> Acesso em 25 fev. 2024.

ALONSO, Ângela. A política das ruas. Protestos em São Paulo de Dilma a Temer. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, p.49-58, 2017.

BBC. **Discurso de Bolsonaro deixa ativistas 'estarrecidos' e leva OAB a pedir sua cassação.** 19 de abril de 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb> Acesso em 02 de fev. de 2024.

BRASIL DE FATO. **Trabalhadores rurais de Carajás (PA) mantêm acampamento em protesto contra a Vale.** 14 fev. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/02/14/trabalhadores-rurais-de-carajas-pa-mantem-acampamento-em-protesto-contra-a-vale>. Acesso em 05 fev. 2024.

BRASIL DE FATO. **Camponeses relatam cerco da PM em Corumbiara (RO), palco de massacre em 1995.** 06 abr. 2021a. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/06/camponeses-relatam-cerco-da-pm-em-corumbiara-ro-palco-de-massacre-em-1995>. Acesso em 15 fev. 2024.

BRASIL DE FATO. **Acampamento sem-terra é atacado no Vale do Jequitinhonha (MG) com tiros e fogo**. 15 abr. 2021b. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/15/acampamento-sem-terra-e-atacado-no-vale-do-jequitinhonha-mg-com-tiros-e-fogo>. Acesso em 18 fev. 2024.

BRASIL DE FATO. **Com aval do MP, posseiro tenta remover 100 famílias e montar fábrica de fertilizantes.** 03 mar. 2021c. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/03/03/com-aval-do-mp-posseiro-tenta-remover-100-familias-e-montar-fabrica-de-fertilizantes>. Acesso em 19 fev. 2024.

BRASIL DE FATO. **Como a política de armas de Bolsonaro facilita crimes e arsenais como o de Roberto Jefferson.** 29 out. 2022a. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/10/29/como-a-politica-de-armas-de-bolsonaro-facilita-crimes-e-arsenais-como-o-de-roberto-jefferson>. Acesso em 25 fev. 2024.

BRASIL DE FATO. **Pela terceira vez em cinco meses, tiros são disparados contra Acampamento Marielle Vive, em SP**. 19 ago. 2022. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2022/08/19/pela-terceira-vez-em-cinco-meses-tiros-sao-disparados-contra-acampamento-marielle-vive-em-sp. Acesso em 25 fev. 2024.

CAMPOS, Marcos P. Política agrária e desdemocratização nos governos Temer e Bolsonaro. **Conhecer:** debate entre o público e o privado, v.13 nº 31, p. 41-62, 2023.

CARTA CAPITAL. **O PT processa Bolsonaro por sugestão de "metralhar a petralhada".** 3 set. 2018a. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-pt-processa-bolsonaro-por-sugerir-201cmetralhar-os-petralhas201d/>Acesso em 02 de fev. de 2024.

CARTA CAPITAL**. Violências no campo marcaram ascensão eleitoral de Bolsonaro.** 02 de dez. de 2018b. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/violencias-no-campo-marcaram-ascensao-eleitoral-de-bolsonaro/>. Acesso em 22 jan 2024.

COUTO, Cláudio G. Do governo-movimento ao pacto militar-fisiológico. In: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie. **Governo Bolsonaro**. Retrocesso democrático e degradação política. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

CPT. **Conflitos no campo Brasil 2021**. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia: CPT Nacional. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=14283:pastoral-da-terra-abril-2022-edicao-especial-254&catid=92>. Acesso em 05 fev. 2024.

CPT. **Conflitos no campo Brasil 2023.** Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia: CPT Nacional. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao>. Acesso em 25 fev. 2024.

DATALUTA. **Relatório DATALUTA- Movimentos socioterritoriais e socioespaciais agrários.** UNESP, Presidente Prudente, 2021.

DATALUTA. **Relatório DATALUTA- Movimentos socioterritoriais e socioespaciais agrários.** UNESP, Presidente Prudente, 2022.

DATALUTA. **Relatório DATALUTA- Movimentos socioterritoriais e socioespaciais agrários.** UNESP, Presidente Prudente, 2023.

DE'CARLI, Caetano. O discurso político da agroecologia no MST: o caso do Assentamento 17 de Abril em Eldorado dos Carajás, Pará. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], 100, 2013.

ÉBOLI , E. Demitido do Incra, general rebate Bolsonaro: "fiz excelente trabalho". **VEJA**. 2019 Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/demitido-do-incra-general-rebate-bolsonaro-fiz-excelente-trabalho>. Acesso em 21 fev. 2024.

ECODEBATE. **Baixo Jequitinhonha, MG – Minerar no Parque Alto Cariri deixará Salto da Divisa sem água**. 19 de mar. de 2020. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2020/03/19/baixo-jequitinhonha-mg-minerar-no-parque-alto-cariri-deixara-salto-da-divisa-sem-agua-artigo-de-gilvander-moreira/>. Acesso em 02 fev. 2024.

ESTADO DE MINAS. **Brasil é notificado por ação de despejo contra MST no Sul de Minas.** 03 dez. 2020. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/12/03/interna_gerais,1217135/brasil-e-notificado-por-acao-de-despejo-contra-mst-no-sul-de-minas.shtml>. Acesso em 02 fev. 2024.

EXTRACLASSE. **Agricultores questionam consulta pública sobre pulverização de agrotóxicos.** 02 ago. 2022. Disponível em:

<https://www.extraclasse.org.br/ambiente/2022/08/agricultores-questionam-consulta-publica-sobre-pulverizacao-de-agrotoxicos/>. Acesso em 25 fev. 2024.

FARMLANDGRAB. **Nota de denúncia das violências sofridas pelas Comunidades Tradicionais de Fundo e Fecho de Pasto, no Oeste da Bahia.** 12 set. 2022. Disponível em: <https://www.farmlandgrab.org/post/view/31284-nota-de-denuncia-das-violencias-sofridas-pelas-comunidades-tradicionais-de-fundo-e-fecho-de-pasto-no-oeste-da-bahia.> Acesso em 25 fev. 2024.

FERNANDES, Bernardo M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 08, n. 06, p. 24-34, 2005a.

FERNANDES, Bernardo M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2005b.

FERNANDES, Bernardo M. (et al). A questão agrária no governo Bolsonaro: pós fascismo e resistência. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, Dossiê Temático "Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência", n. 42, v. 4, p. 333-362, dez, 2020.

FIGUEIREDO, Marx I. F.. **Exumando verdades: As vítimas insepultas do Regime Militar do Estado da Paraíba**. 2016. 133 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

G1. **Entenda a disputa por terras no Sul de RO que levanta temor por nova tragédia 25 anos depois do 'massacre de Corumbiara'**. 21 abr. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2021/04/14/entenda-a-disputa-por-terras-no-sul-de-ro-que-levanta-temor-por-nova-tragedia-25-anos-depois-do-massacre-de-corumbiara.ghtml>. Acesso em 18 fev. 2024.

GUIMARÃES, J. Família de novo presidente do Incra possui terras improdutivas e dívidas trabalhistas. **Brasil de Fato**. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/10/18/familia-de-novo-presidente-do-incra-tem-terras-improdutivas-ocupadas-pelo-mst-no-rn>. Acesso em 21 fev. 2024

KERCHE, Fábio. Bolsonaro, o MPF e o equilibrista-geral da República. In: AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie. **Governo Bolsonaro**. Retrocesso democratico e degradação política. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

MARQUES, Marta I. M. A geografia agrária diante dos desafios contemporâneos e a potência do materialismo dialético como método. In: BRINGEL, Fabiano de O.; MACEDO, Cátia de O.; AQUINO JUNIOR, Paulo O. C. (orgs.). **As geografias agrárias a partir da panamazônia**: lutas socioambientais e fronteiras do capital no Brasil. Ananindeua-PA: Cabana, 2023.

MARTINS, R. M. **DOCUMENTO DE TREINAMENTO ANTI-ESQUERDA DO EXÉRCITO TEM MLT, PARTIDO DOS OPERÁRIOS E MÍDIA SAMURAI COMO INIMIGOS**. The Intercept. 2021. Disponível em: < https://www.intercept.com.br/2021/12/07/exercito-treinamento-anti-esquerda-documento/>. Acesso em 20 fev. 2024.

MOTTA, C. **Mais de 6 mil militares atuam em cargos civis no governo Jair Bolsonaro. Rede Brasil Atual.** 2021. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/militares-governo-bolsonaro-6-mil-cargos-civis>. Acesso em 20 fev. 2024.

(O)ECO**. "Esse governo é de vocês", diz Bolsonaro a Ruralistas.** 04 jul. 2019. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/esse-governo-e-de-voces-diz-bolsonaro-a-ruralistas/> Acesso em 03 fev. 2024.

RACISMO AMBIENTAL. **Agricultores vinham denunciando violência na região onde criança foi executada em Pernambuco.** 16 fev. 2022. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2022/02/16/agricultores-vinham-denunciando-violencia-na-regiao-onde-crianca-foi-executada-em-pernambuco/>. Acesso em 23 fev. 2024.

REDE BRASIL ATUAL. **Desmonte do Incra por Bolsonaro ameaça segurança alimentar: 'Vai faltar comida'**. 02 mar. 2020. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/desmonte-do-incra-por-bolsonaro-ameaca-seguranca-alimentar-vai-faltar-comida/>. Acesso em 02 fev. 2024.

SANCHEZ, Hector A (coord.). **Lo urbano-rural**, ¿nuevas expresiones territoriales? Cuernavaca: UNAM, Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias, 2005.

SILVA, José G. **Buraco negro: a reforma agrária na Constituinte de 1987-88**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1989.

SOBREIRO FILHO, José; COSTA, Bruna G. As batalhas das árvores: uma geografia para se pensar as lutas dos povos indígenas no Brasil. **Revista de Geografia**, 40(4 (Especial), p. 72–93, 2023.

SUL 21. **Mineração não parou no Estado nem mesmo em meio à pandemia, denunciam movimentos.** 28 mar. 2020. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2020/03/mineracao-nao-parou-no-estado-nem-mesmo-em-meio-a-pandemia-denunciam-movimento>. Acesso em 05 fev.2024.

SODRÉ, R. B.; SILVA, J. J. B.; LEITE, A. Z.. A criminalização do MST no Governo Bolsonaro e as novas estratégias de luta. In: Cruz, S. H. R. da; Neto, A. O.; Filho, J. S.; Paula, C. Q. (Orgs.). **Territórios de esperança:** a conflitualidade como produtora do futuro. Belém: UFPA, 2021.

SZWAKO, José. **"Bolsonaro é produto e produtor de discurso que nega ditadura", afirma sociólogo**. 13 out. 2020. Disponível em: <https://www.rfi.fr/br/brasil/20201013-bolsonaro-%C3%A9-produto-e-produtor-de-discurso-que-nega-ditadura-afirma-soci%C3%B3logo.> Acesso em 22 jan. 2024.

TRICONTINENTAL. **A questão militar no Brasil: o retorno do protagonismo dos militares na política**. 2022. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/dossie-50-brasil-forcas-armadas/>. Acesso em 20 fev. 2024.

TORRES, Fernanda. Movimientos sociales e institucionalización: la especificidad de los movimientos socioterritoriales. **Punto Sur**, Buenos Aires, n. 03, p. 109-130, 2020.

XAVIER, C. CNDH oficia governo sobre foto que legitima conflito armado no campo. **Vermelho**. 2021. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2021/07/28/cndh-oficia-governo-sobre-foto-que-legitima-conflito-armado-no-campo/>. Acesso em 21 de feb. de 2024.

Submetido em: 01 de abril de 2024
Devolvido para revisão em: 26 de abril de 2024
Aprovado em: 03 de maio de 2024
DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2023.3388

COMO CITAR
MOURA, J. ALMEIDA, F. F. MARTINS, L. A. A radicalização do conservadorismo no campo: uma análise das ações sofridas pelos movimentos socioterritoriais no Brasil (2020-2022). **Terra Livre**, São Paulo, ano 38, v.2, n. 61, jul.-dez. 2023, p. 604-638. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3388. Acesso em: dd/mm/aaaa.

CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DE COMUNIDADES TRADICIONAIS DO MOSAICO DO BAIXO RIO NEGRO

SOCIO-ECONOMIC CHARACTERIZATION OF TRADITIONAL COMMUNITIES IN THE LOWER RIO NEGRO MOSAIC

CARACTERIZACIÓN SOCIOECONÓMICA DE LAS COMUNIDADES TRADICIONALES DEL MOSAICO DEL BAJO RÍO NEGRO

Rayssa Bernardi Guinato
Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM/OS MCTI, rayssa.guinato@mamiraua.org.br

José Diego Gobbo Alves
Universidade Estadual de Campinas, jdgobboalves@gmail.com

Ana Claudeise Silva do Nascimento
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, ana.claudeise@gmail.com

Heloísa Corrêa Pereira
Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM/OS-MCTI, heloisa.pereira@mamiraua.org.br

Dávila Suelen Souza Corrêa
Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM/OS-MCTI, davila@mamiraua.org.br

Álvaro de Oliveira D'Antona
Universidade Estadual de Campinas, adantona@unicamp.br

Resumo: Caracterizamos o perfil socioeconômico de populações tradicionais residentes em Áreas Protegidas do Mosaico do Baixo Rio Negro - Amazonas, relacionando as fontes de rendimentos das comunidades com aspectos de infraestrutura e percepções das lideranças comunitárias sobre suas condições de vida. Identificamos grande heterogeneidade entre as comunidades situadas em diferentes categorias de Unidades de Conservação. O perfil socioeconômico dos moradores e o acesso aos itens de infraestrutura da comunidade diferem em relação à distância dos centros urbanos. As comunidades mais próximas das grandes cidades têm fontes de renda mais diversificadas do que as mais distantes. A necessidade de investimentos em atividades alternativas de produção e fontes de rendimentos monetários que valorizem os produtos da sociobiodiversidade amazônica foram demandas generalizadas dos territórios. Estes aspectos evidenciam a dificuldade de promover uma gestão integrada que possibilite o desenvolvimento sustentável dos territórios protegidos e melhorias na qualidade de vida das populações tradicionais.

Palavras-chave: populações tradicionais, perfil socioeconômico, sociobiodiversidade, áreas protegidas, Amazônia central.

Abstract: We characterized the socio-economic profile of the traditional populations living in the Protected Areas of the Lower Rio Negro Mosaic - Amazonas, exploring the relationship between the communities' sources of income and aspects of infrastructure. Additionally, we sought to gain insight into the perceptions of community leaders regarding their living conditions. We observed notable differences between communities located in different categories of Conservation Units. The socio-economic profile of residents and access to community infrastructure items differ in relation to distance from urban centers. Communities closer to large cities have more diversified sources of income than those further away. It would be beneficial to consider investment in alternative productive activities and sources of monetary income that value Amazonian socio-biodiversity products throughout the territory. These aspects underscore the difficulties in promoting integrated management to enable the sustainable development of protected territories and to improve the quality of life of traditional populations.
Keywords: traditional populations, socio-economic profile, socio-biodiversity, protected areas, central Amazon.

Resumen: Caracterizamos el perfil socioeconómico de las poblaciones tradicionales que viven en las Áreas Protegidas del Mosaico del Bajo Río Negro - Amazonas, explorando la relación entre las fuentes de ingresos de las comunidades y aspectos de infraestructura. Además, buscamos conocer la percepción de los líderes comunitarios sobre sus condiciones de vida. Observamos diferencias notables entre las comunidades ubicadas en las diferentes categorías de Unidades de Conservación. El perfil socioeconómico de los residentes y el acceso a los elementos de infraestructura comunitaria difieren en relación con la distancia a los centros urbanos. Las comunidades más cercanas a las grandes ciudades tienen fuentes de ingresos más diversificadas que las más alejadas. Sería beneficioso considerar la inversión en actividades productivas alternativas y fuentes de ingresos monetarios que valoricen los productos de la sociobiodiversidad amazónica en todo el territorio. Estos aspectos ponen de manifiesto las dificultades para promover una gestión integrada que permita el desarrollo sostenible de los territorios protegidos y mejore la calidad de vida de las poblaciones tradicionales.
Palabras-clave: poblaciones tradicionales, perfil socioeconómico, sociobiodiversidad, áreas protegidas, Amazonía central.

Introdução

A Amazônia apresenta uma complexa rede de territórios e modos de existir em seus mais de seis milhões de km² (Ladle *et al.*, 2010; Trindade Júnior, 2023). Detentora da maior biodiversidade do planeta, apresenta uma paisagem formada por um conjunto de ocupações, abrigando desde pequenas comunidades com populações tradicionais em estado de vulnerabilidade socioeconômica, com dificuldades de acesso a políticas públicas e falta de oportunidades (Campos-Silva *et al.*, 2021; Gamarra *et al.*, 2022; Lima *et al.*, 2010) até grandes metrópoles que conectam a região a diferentes partes do mundo. Os grupos sociais existentes nessa confluência de territórios estabelecem conexões e se relacionam com os recursos naturais de maneiras particulares e distintas, ressaltando a necessidade da criação de modelos alternativos de desenvolvimento que garantam a manutenção dos meios de subsistência das populações tradicionais e a conservação dos recursos naturais (Campos-Silva *et al.*; 2021).

Em regiões socioambientalmente diversas e com intensos conflitos sociais, como é o caso das regiões rurais amazônicas (Moura; Castro, 2012), cada vez mais tem se debatido estratégias de conservação que considerem múltiplos fatores para aprimorar o desenvolvimento integrado de territórios, garantir a redução da pobreza e proporcionar melhorias na qualidade de vida das populações tradicionais (Hibbard; Lurie, 2012; Instituto Arapyaú, 2021; Willerding *et al.*, 2020). Neste contexto, uma das estratégias mais promissoras para fortalecer a gestão das áreas protegidas no Brasil são os Mosaicos de Áreas Protegidas. O Mosaico é um instrumento de gestão integrada do território criado com o intuito de proporcionar maior efetividade de governança das áreas

protegidas e promover estratégias de ações de conservação da biodiversidade através da organização integrada e sistêmica na escala biorregional de planejamento e gestão (Pinheiro, 2010; Herrmann; Costa, 2015).

No Brasil, a implementação dos Mosaicos foi associada a planos de desenvolvimento territorial de base conservacionista para a gestão integrada do território, visando assegurar a conservação da biodiversidade e os modos de vida das populações. O modelo de gestão e ordenamento territorial de Mosaico, previsto no Artigo 26 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), visa aumentar a conectividade entre áreas protegidas de diferentes tipos e categorias com o objetivo de atender os múltiplos interesses dos grupos sociais residentes nesses territórios, minimizar conflitos fundiários, proteger direitos das populações tradicionais e fortalecer o empoderamento da gestão territorial (Pinheiro, 2010). Os Mosaicos, ao conectarem espaços geográficos com seus exteriores, incorporam formas de integradoras em seu arcabouço legal, proporcionando ampla participação social, contribuindo com o ordenamento territorial e com a valorização da identidade regional (Didier *et al.*, 2017; Pinheiro, 2010)

Embora os Mosaicos se estabeleçam como importantes modelos participativos de gestão sustentável de territórios e de conservação da sociobiodiversidade, parte dos estudos referentes à esses territórios ainda consideram apenas indicadores ambientais focados na fauna e na flora para avaliar a conservação da sociobiodiversidade (Campos-Silva *et al.*, 2021; Pinheiro, 2010). Mecanismos de análise que integrem os aspectos ambientais, sociais e econômicos precisam ser aprimorados para garantir que os objetivos das áreas protegidas sejam efetivos em longo prazo

(Campos-Silva *et al.*, 2021; Guinato *et al.*, 2022; Moura *et al.*, 2016). Tais mecanismos devem ser elaborados integrando as particularidades locais e as múltiplas visões institucionais, servindo para a elaboração de políticas públicas e processos educativos (Hibbard; Lurie, 2012).

Em contextos ambientais com elevada diversidade biológica e sociocultural, identificar e entender como as populações tradicionais estabelecem e desenvolvem o território, se relacionam com os recursos naturais, se organizam e agem para assegurar a sobrevivência é fundamental para garantir a conservação integrada da sociobiodiversidade e aprimorar ferramentas que consigam atuar em diferentes escalas de análise (McGrath *et al.*, 2015). Métricas e análises territoriais abrangentes são fundamentais para identificar como as diferentes relações com os territórios influenciam na dinâmica socioeconômica das populações tradicionais e na qualidade de vida dos moradores das regiões rurais da Amazônia, possibilitando o desenvolvimento de estratégias conservacionistas eficazes, que promovam o aprimoramento da governança sobre esses territórios (Hockings *et al.*, 2006, Levis *et al.,* 2020).

Considerando o contexto territorial amazônico e a necessidade de abordagens metodológicas com análises mais aprofundadas e multidimensionais, apresentamos um estudo sobre as comunidades tradicionais pertencentes ao Mosaico do Baixo Rio Negro (MBRN), com foco na região do baixo curso do rio Negro, localizado no estado do Amazonas, no entorno próximo à cidade de Manaus. Caracterizamos o perfil socioeconômico dos moradores nas diferentes categorias de Unidades de Conservação (UCs) do MBRN, relacionando as fontes de rendimentos das comunidades com os

aspectos de infraestrutura e as percepções das lideranças comunitárias sobre suas condições de vida.

A região carece de informações detalhadas e sistematizadas sobre aspectos socioeconômicos e produtivos das comunidades na região do baixo curso do rio Negro. Comumente, são encontradas informações desconectadas, desatualizadas e com pouco aprofundamento acerca das dinâmicas sociais e históricas relacionadas à aspectos econômicos e ambientais (Borges, 2017; Secretaria de assistência social do governo do estado do Amazonas, 2020; Herrmann; Costa, 2015). Nesse sentido, este trabalho traz contribuições para o entendimento do contexto local, possibilitando comparações com outras regiões do estado.

Ao olhar para o caso do baixo rio Negro emergem aspectos centrais para a reflexão sobre a ocupação de áreas protegidas na Amazônia, sobretudo em contextos em que se verifica a articulação entre modos de vida e de produção de comunidades tradicionais e a influência de grandes centros urbanos. A demanda por tecnologias sociais que proporcionem qualidade ao desenvolvimento de atividades produtivas apresenta-se como um amplo desafio amazônico. É necessário que a gestão e tomada de decisões nos territórios protegidos sejam estruturadas considerando a realidade desses territórios, visando o fortalecimento das organizações comunitárias e reconhecendo as limitações locais de infraestrutura, saúde, energia, educação e logística. Evidenciamos através desse estudo socioeconômico a importância das atividades produtivas desenvolvidas em territórios protegidos, ressaltando a necessidade da estruturação de cadeias produtivas que considerem aspectos ambientais e socioculturais no desenvolvimento econômico e local.

Metodologia

Área de Estudo

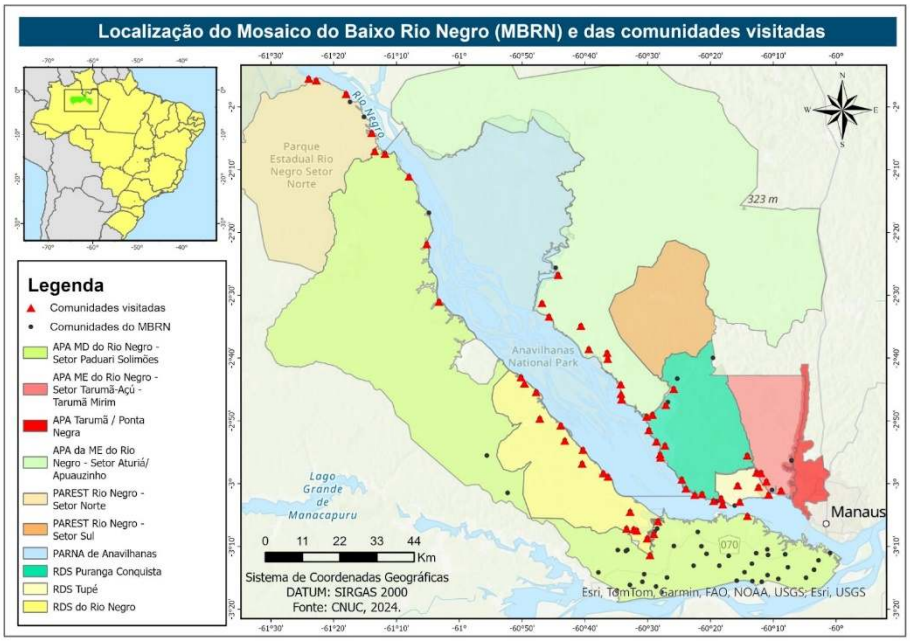
O MBRN conta com 15 UCs que abarcam uma área de aproximadamente oito milhões de hectares, localizadas nos estados do Amazonas e Roraima. Inserido em uma localização estratégica na região Norte do Brasil, estrutura o Corredor Central da Amazônia e a Reserva da Biosfera da Amazônia Central, configurando-se como um território relevante para a conservação da sociobiodiversidade amazônica por promover a conectividade entre extensas áreas conservadas e a presença de complexos arranjos populacionais em um contexto urbano-rural (Plano de ação da reserva da biosfera da Amazônia Central, 2021; Alves; Pereira, 2023). Ressalta-se ainda a presença da Zona Franca de Manaus, área de expressiva produção econômica e a abrangência de uma rede de cidades que compõem uma hierarquia urbana regional, tais como Manaus, Novo Airão, Tefé, Presidente Figueiredo, Manacapuru e Iranduba.

Criado pela Portaria MMA Nº 483, de 14 de dezembro de 2010, atualmente o MBRN abrange áreas protegidas de 5 categorias de manejo distintas, sendo que parte delas encontra-se em processo de integração legal na portaria que define o MBRN. Possui uma população de aproximadamente 100 mil pessoas diretamente situadas no interior dos seus limites, distribuídas em pelo menos 250 comunidades e distritos urbanos pertencentes à Manaus, Manacapuru e Iranduba (Alves; Pereira, 2023).

A gestão das UCs constitutivas do MBRN está ligada aos órgãos governamentais competentes, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas - Sema e o Instituto Chico Mendes de

Conservação da Biodiversidade - ICMBio, assim como por um conjunto de Associações e Organizações não governamentais. Contudo, o MBRN é uma iniciativa de gestão integrada do território, estabelecendo-se como um modelo que visa a participação pública mais efetiva com a presença dos moradores das comunidades nas reuniões do Conselho Consultivo do MBRN.

Figura 1. Localização das Unidades de Conservação do Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro (MBRN) com as respectivas comunidades visitadas



Fonte: CNUC, 2024. Elaborado pelos autores, 2024.

O MBRN foi criado com a missão de consolidar a gestão integrada das áreas protegidas do Baixo Rio Negro, possibilitando o empoderamento dos atores locais, a sustentabilidade socioambiental e o desenvolvimento de política públicas que respeitem as particularidades dos territórios. Neste contexto, monitorar aspectos relacionados às necessidades básicas dos moradores, os ingressos econômicos monetários e não monetários,

as qualidades, fraquezas e fortalezas da governança e a disponibilidade de infraestruturas relacionadas à saúde, educação e equipamentos coletivos são imprescindíveis para que o MBRN alcance suas metas (Didier *et al.*, 2017). Considerando este contexto, avaliamos neste trabalho uma porção territorial do MBRN, a região do baixo Rio Negro (Figura 1), que abrange 9 das 15 UCs que compõem o MBRN.

A coleta de dados foi realizada entre os meses de fevereiro e março de 2022 em 62 comunidades tradicionais distribuídas ao longo de sete UCs do Mosaico, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1: Nome das Unidades de Conservação visitadas com suas respectivas categorias de manejo e o número de comunidades entrevistadas em cada Unidade de Conservação.

Categoria de manejo	Nome da Unidade de Conservação	Nº de comunidades
Proteção Integral	Parque Estadual (PE) Rio Negro - Setor Norte	4
Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental (APA) Margem Direita do Rio Negro- Setor Paduari Solimões	6
Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental (APA) Margem Esquerda do Rio Negro - Setor Aturiá/Apuauzinho	12
Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental (APA) Margem Esquerda Do Rio Negro- Setor Tarumã Açu/Tarumã Mirim	3
Uso Sustentável	Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Rio Negro	16

Uso Sustentável	Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Puranga Conquista	15
Uso Sustentável	Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Tupé	6

Fonte: elaborado pelos autores, 2024.

No trabalho de campo foram utilizados 2 modelos de questionários: um tendo como unidade amostral as unidades domésticas, direcionados aos representantes dos domicílios e outro as comunidades, direcionados às lideranças comunitárias. A metodologia utilizada no campo, assim como o uso de geotecnologias e coleta de dados por meio de questionários digitais encontram-se disponíveis em D'antona, Alves (2023).

Os questionários domiciliares foram direcionados a 30% das unidades domésticas de 21 comunidades, totalizando 246 domicílios entrevistados. Este questionário teve como proposta caracterizar e detalhar aspectos da produção domiciliar desenvolvida ao longo do ano de 2021, estabelecer o calendário das atividades produtivas e obter dados referentes aos rendimentos e despesas monetárias domiciliares anuais. As atividades produtivas avaliadas foram agricultura, pesca, pecuária, extrativismo, artesanato, manejo de recursos naturais e turismo.

Os questionários direcionados às lideranças comunitárias buscaram obter informações relacionadas às atividades desenvolvidas nas comunidades, acesso à infraestrutura comunitária e as percepções das lideranças acerca das necessidades existentes na região. Para as informações sobre as atividades anuais desenvolvidas na comunidade, entrevistamos 41 lideranças e categorizamos suas respostas em: agricultura, produção de

mandioca, pesca, confecção de artesanatos, desenvolvimento de atividades turísticas, prestação de serviços, realização de trabalhos assalariados e recebimento de benefícios sociais. Segundo o IPHAN (2019), o sistema agrícola tradicional do Rio Negro tem como pilar fundamental a mandioca devido à ampla diversidade de variedades cultivadas, bem como às práticas dinâmicas de manejo desse recurso, desempenhando um papel crucial na alimentação das populações locais, apresentando importância econômica e cultural na região. Neste contexto, optamos por caracterizar separadamente a plantação de mandioca das demais atividades agrícolas.

Em 62 comunidades avaliamos a presença ou ausência de 22 itens de infraestrutura comunitária, sendo eles: posto de saúde, ambulancha[1], comércios, centro comunitário, campo de futebol, igreja, cemitério, energia elétrica, escola, poço de água, motosserra, barco de motor de centro, rabeta[2], forno de farinha, placas solares, apetrechos de pesca, telefone público, radiofonia, acesso à internet, sinal de celular, antena rural coletiva, número de associações comunitárias.

Os aspectos de governança relacionados às necessidades existentes na região foram analisados a partir de duas perguntas abertas direcionadas às mesmas 62 lideranças, sendo elas: i) Na opinião do(a) senhor(a), quais são os principais problemas que dificultam a vida na Unidade de Conservação?; ii) Na opinião do(a) senhor(a), o que falta aqui na comunidade/região para que a vida seja melhor?

Análise de dados

[1] Viatura aquática para atendimento de saúde.
[2] Pequeno motor de propulsão que, acoplado na traseira de pequenas embarcações ou barcos, é conduzido manualmente.

Os dados referentes às atividades produtivas desenvolvidas anualmente pelos domicílios foram analisados através de estatística descritiva. Para avaliar o perfil produtivo dos domicílios e os rendimentos médios anuais em diferentes categorias de UCs, assim como as diferentes estratégias de comercialização dos produtos, também utilizamos técnicas de estatística descritiva. O calendário produtivo anual foi avaliado através de análise de conteúdo (Bardin, 1977).

Para avaliarmos o perfil das atividades anuais desenvolvidas nas comunidades, declaradas pelas lideranças comunitárias, utilizamos técnicas de estatística descritiva. Para compararmos se existiam diferenças entre as atividades desenvolvidas em comunidades de distintas categorias de UCs, foi realizada uma análise de componentes principais (PCA) tendo como variáveis independentes as 3 categorias de UCs e como variáveis dependentes as 9 categorias de atividades anuais declaradas pelas lideranças comunitárias.

Avaliamos também se as 7 UCs apresentaram perfis distintos de atividades em relação às diferentes distâncias aos centros urbanos municipais. Para isso realizamos uma análise de componentes principais (PCA) tendo como variáveis independentes as 7 UCs avaliadas e como variáveis dependentes as 9 categorias de atividades desenvolvidas nas comunidades juntamente com a distância de cada comunidade ao centro municipal mais próximo, em quilômetros.

Os dados referentes à infraestrutura comunitária foram analisados através de estatística descritiva. Para caracterizar as comunidades em relação ao acesso à infraestrutura e, para entender como a infraestrutura comunitária se distribui ao longo do

MBRN em relação às diferentes categorias de Unidades de Conservação, foi realizada uma Análise de Componentes Principais (PCA) tendo como variável independente as 62 comunidades e como variáveis dependentes a presença/ausência dos 22 equipamentos de infraestrutura comunitária. Desenvolvemos também um modelo linear generalizado (GLM) para identificarmos se existiam relações entre a disponibilidade de infraestrutura comunitária em relação às diferentes categorias de UCs, Município de localização das comunidades e distância entre os centros municipais mais próximos (Barcelos, Iranduba, Manacapuru Manaus e Novo Airão). A equação utilizada foi: *Somatória dos itens de infraestrutura comunitária ~ Categorias de UCs * Município da comunidade * Distância do centro urbano mais próximo.*

Por fim, as percepções das lideranças comunitárias em relação às necessidades regionais foram analisadas através de estatística descritiva e análise de conteúdo (Bardin, 1977). Essa abordagem visou quantificar e interpretar aspectos da governança nas diferentes categorias de UCs dessas áreas protegidas do leito do baixo rio Negro, possibilitando informações que complementassem os dados obtidos pelas demais análises, captando aspectos históricos-temporais e pessoais das lideranças.

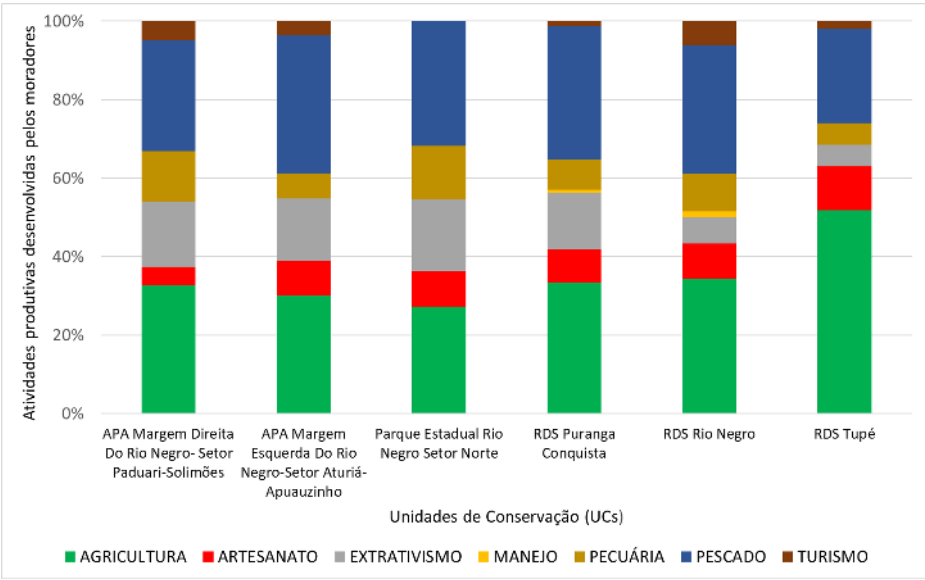
Todas as análises estatísticas foram executadas no software R versão 4.2.2. A Análise de Componentes Principais (PCA) foi realizada através da função *prcomp* e o modelo linear generalizado (GLM) calculado pela função *glm*, ambos do pacote *stats*.

Resultados

Perfil produtivo domiciliar anual, rendimentos monetários e estratégias de comercialização ao longo do MBRN

Segundo os moradores entrevistados, dentre as atividades produtivas a pesca e a agricultura foram as mais desenvolvidas pelas unidades domésticas do MBRN, declaradas por 75% e 57% dos entrevistados, respectivamente. O extrativismo foi declarado por 26% dos entrevistados, seguido da pecuária declarada por 24%, o artesanato, declarado por 21%, o turismo por 11% e as atividades de manejo declaradas por apenas 2% dos entrevistados. As atividades produtivas de pesca, agricultura, pecuária, produção de artesanato e extrativismo foram desenvolvidas por domicílios situados em todas as categorias de UCs avaliadas (Figura 2).

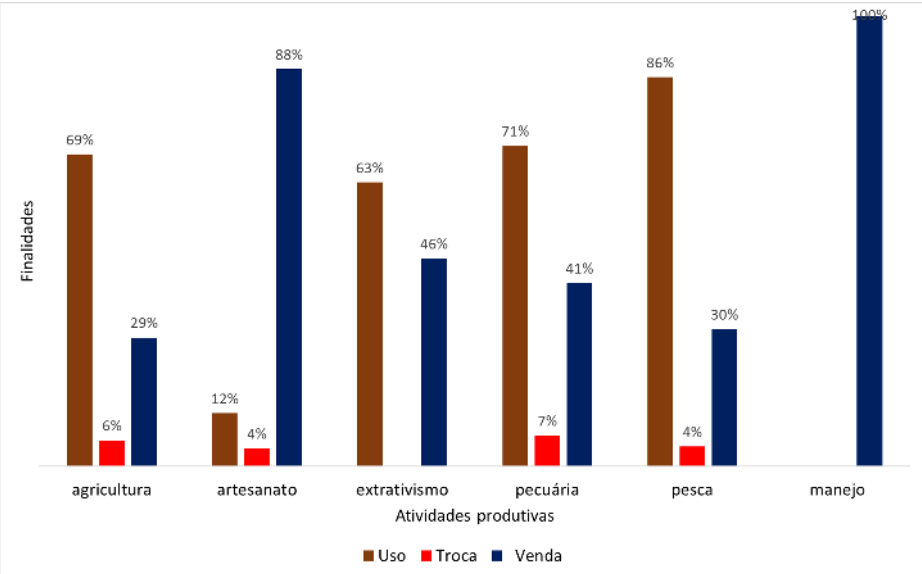
Figura 2. Proporção das atividades produtivas desenvolvidas pelos moradores das comunidades nas Unidades de Conservação do MBRN (n= 246 domicílios)



Fonte: elaborado pelos autores, 2024.

Os recursos provindos da pesca, pecuária, agricultura e extrativismo foram destinados principalmente para o autoconsumo domiciliar, segundo 86%, 71%, 69% e 63% dos entrevistados, respectivamente. Os artesanatos foram destinados quase exclusivamente à comercialização, como indicado por 88% dos entrevistados e o manejo foi exclusivamente desenvolvido para o comércio. As trocas de produtos foram realizadas em menor frequência, representando entre 4% a 7% apenas (Figura 3).

Figura 3. Finalidade das atividades produtivas (%) (n= 246 domicílios)



Fonte: elaborado pelos autores, 2024.

Dos 246 domicílios, 62% declararam ter desenvolvido alguma atividade produtiva com foco na comercialização. Os rendimentos monetários oriundos das atividades produtivas destes domicílios apresentaram grandes variações orçamentárias entre as UCs (Tabela 2). Regiões mais próximas dos centros urbanos apresentaram, em média, rendimentos anuais mais elevados e provindos principalmente de produtos do extrativismo, artesanato e

turismo, enquanto as regiões mais distantes apresentaram rendimentos médios anuais menores, provindos basicamente do extrativismo, pesca e agricultura.

Tabela 2. Rendimentos médios anuais (R$) oriundos das comercializações das atividades produtivas desenvolvidas pelos moradores das Unidades de Conservação do Mosaico do Baixo Rio Negro, rendimento médio domiciliar anual (Rend. médio) e desvio padrão (d.p.). (n= 152 entrevistados)

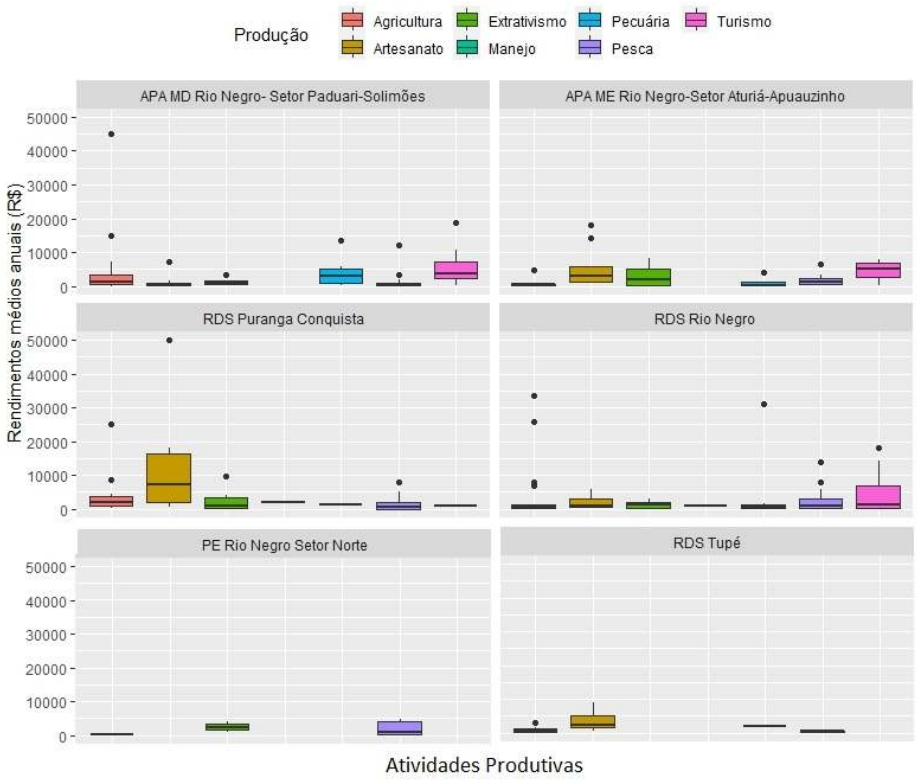
UC	Agricultura	Artesanato	Extrativismo	Manejo	Pecuária	Pesca	Turismo	Rend. médio/d.p.
APA MD Rio Negro- Setor Paduari-Solimões	4.146,25	1.375,00	1.367,50	-	3.793,64	1.422,35	5.940,00	3.211,76 ± 6.276
APA ME Rio Negro-Setor Aturiá-Apuauzinho	146.663,75	5.681,11	9.606,36	-	1.158,75	1.751,64	4.630,00	2.841,41 ± 3.708
Parque Estadual Rio Negro Setor Norte	240,00	-	2.462,50	-	-	2.000,40	-	2.009,20 ± 1.837
RDS Puranga Conquista	17.880,00	55.920,83	26.935,71	2.100,00	1.250,00	1.684,88	800,00	4.584,02 ± 8.519
RDS Rio Negro	3.760,54	40.232,69	22.546,43	1.025,00	5.068,57	2.206,07	4.850,00	3.048,17 ± 5.988
RDS Tupé	24.903,75	3.700,00	-	-	2.000,00	386,67	-	1.805,62 ± 2.339

Fonte: elaborado pelos autores, 2024.

A agricultura e a pesca, embora tenham sido as atividades produtivas mais realizadas ao longo de todo o território do Mosaico, apresentaram os produtos com menores valores agregados (Figura 4). O turismo e o artesanato, ao contrário, foram importantes fontes de rendimentos anuais para as regiões próximas a Manaus, contribuindo com parte importante dos rendimentos anuais adquiridos pelos moradores. O extrativismo, pecuária e manejo também se mostraram como importantes fontes de rendimentos

embora tenham contribuído pontualmente em números específicos de domicílios.

Figura 4. Rendimentos monetários oriundos da comercialização das atividades produtivas desenvolvidas pelos domicílios nas Unidades de Conservação (n=152 domicílios)

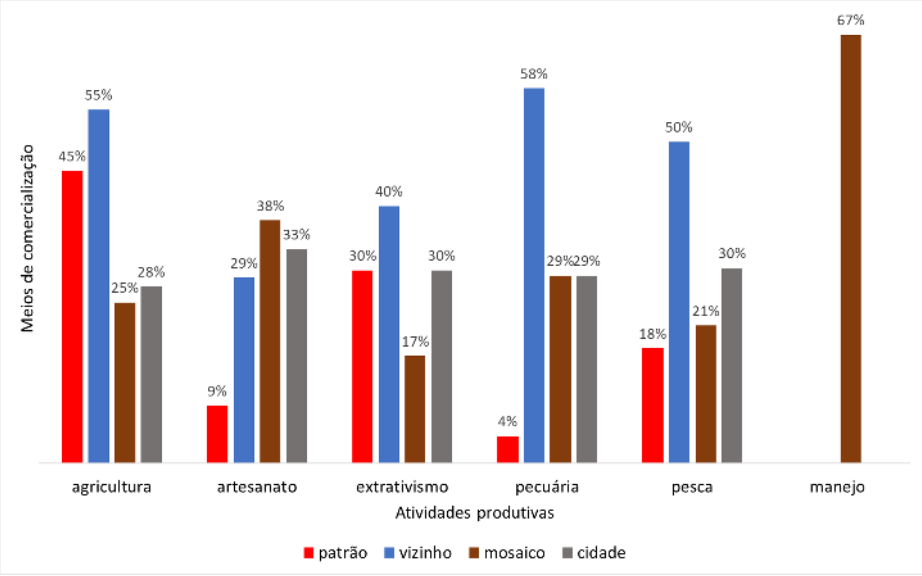


Fonte: elaborado pelos autores , 2024.

A comercialização da maior parte dos produtos aconteceu nas proximidades das moradias dos produtores, geralmente na própria comunidade, entre vizinhos ou através de atravessadores/patrões que retiraram os produtos na comunidade para revender em locais mais distantes (Figura 5). Quase metade dos entrevistados (45%) declararam comercializar os produtos agrícolas para patrões ou atravessadores, assim como produtos do extrativismo (30%) e da pesca (18%). A comercialização para regiões

mais distantes do MBRN ou nos centros urbanos próximos foram menos frequentes, tendo como principais produtos os artesanatos, itens dos manejos e pequenos animais provindos da pecuária.

Figura 5. Processos de comercialização dos produtos provindos das comunidades do Mosaico do Baixo Rio Negro (n = 152 domicílios)



Fonte: elaborado pelos autores, 2024.

Caracterização do calendário produtivo anual

O plantio de mandioca para a produção de farinha foi desenvolvido ao longo de todo o ano. Em relação à agricultura, 70% dos entrevistados declararam produzir algum tipo de fruta com destaque para a banana, tucumã, goiaba, abacate, abacaxi, pupunha, açaí, buriti, cacau, caju, café e melancia. As diferentes culturas agrícolas apresentaram diferentes períodos de cultivo, com coletas distribuídas ao longo de todo o ano, caracterizando a

produção em safras e evidenciando a grande diversidade produtiva existente nas áreas protegidas avaliadas.

A pesca caracterizou-se pela captura de peixes miúdos e peixes lisos, com predominância do jaraqui, tambaqui, tucunaré e matrinxã. Pacu, piranha, cará e pirarucu também foram citados em menor escala, evidenciando uma alta heterogeneidade de pescados por toda a região do Mosaico. Embora a pesca caracteriza-se como uma atividade sazonal, a diversidade de espécies existentes na região possibilitou com que a atividade pesqueira fosse desenvolvida ao longo de todo o ano.

A pecuária na região do Mosaico configurou-se basicamente com a criação de pequenos animais, como aves, principalmente galinhas e patos, desenvolvida por 91% dos entrevistados e pela criação de suínos (10%). Ambas as criações tiveram como principal finalidade o autoconsumo, com trocas e vendas esporádicas também desenvolvidas ao longo de todo o ano. Alguns domicílios declararam a produção de búfalos e gados para a comercialização em momentos específicos, geralmente quando ocorrem festejos ou eventos comunitários e de cavalos e jumentos para o uso nas atividades cotidianas.

Os produtos do extrativismo tiveram como principal finalidade o uso domiciliar/comunitário, principalmente o mel de abelha e o carvão. O mel de abelha teve como período de coleta o mês de março, enquanto o carvão concentrou-se entre os meses de janeiro a março e agosto. Produtos como o açaí, castanha e óleos apresentaram a maior parte da destinação para comércio e uso pessoal, com períodos específicos de coleta também distribuídos ao longo do ano. A coleta da castanha foi concentrada nos meses de fevereiro, março e abril, enquanto a extração dos óleos concentrou-

se basicamente nos meses próximos a setembro. A extração do açaí, assim como as demais frutas, caracterizou-se pelas safras ao longo de todo o ano. As atividades de caça também foram realizadas ao longo de todo o ano e tiveram como finalidade o consumo domiciliar/comunitário. Os cipós e palhas apresentaram destinação exclusivamente comercial, principalmente para a confecção de artesanatos, tendo sido coletados principalmente entre os meses de março a junho.

Os artesanatos foram quase exclusivamente destinados à venda, tendo a confecção de objetos de decoração, geralmente artefatos para a casa e biojóias[3] confeccionadas produtos não madeireiros da região e, a produção de remos e canoas como principais itens. Os produtos decorativos e de carpintaria foram confeccionados durante todo o ano. A fabricação das canoas e remos concentraram-se entre os meses de janeiro a junho e os objetos de teçume e barro entre setembro e março.

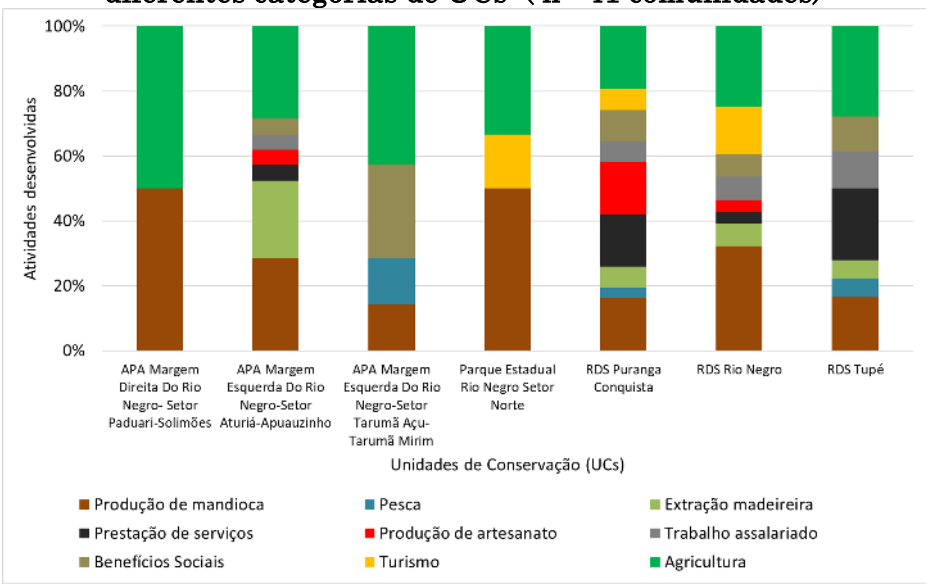
As principais atividades de turismo desenvolvidas nas comunidades foram a prestação de serviços como guias ou motoristas, venda de produtos e serviços em hospedagens. Alguns entrevistados disseram também atuar como ajudantes de cozinha, instrutor de arco e flecha e com pesca esportiva. As atividades turísticas na região aparentemente não apresentam nenhum período específico, tendo sido desenvolvidas ao longo de todo o ano.

Atividades anuais desenvolvidas pelas comunidades

[3] Acessórios confeccionados a partir de materiais orgânicos provindos da natureza, geralmente com fibras, sementes, pedras e outros insumos naturais

Segundo as lideranças comunitárias, a agricultura e a plantação de mandioca foram desenvolvidas por 73% e 68% das comunidades, respectivamente, caracterizando-se como as atividades mais desenvolvidas e presentes nas comunidades localizadas nas três categorias de UCs do MBRN. A terceira atividade mais desenvolvida foi a prestação de serviços, realizada em 27% das comunidades, seguida da extração madeireira e recebimento de benefícios sociais, ambas realizadas por 24% das comunidades avaliadas. O turismo e a confecção de artesanato foram citados por 17% das comunidades avaliadas e a pesca, por apenas 7% das lideranças (Figura 6).

Figura 6. Contagem (%) das atividades desenvolvidas nas diferentes categorias de UCs (n= 41 comunidades)

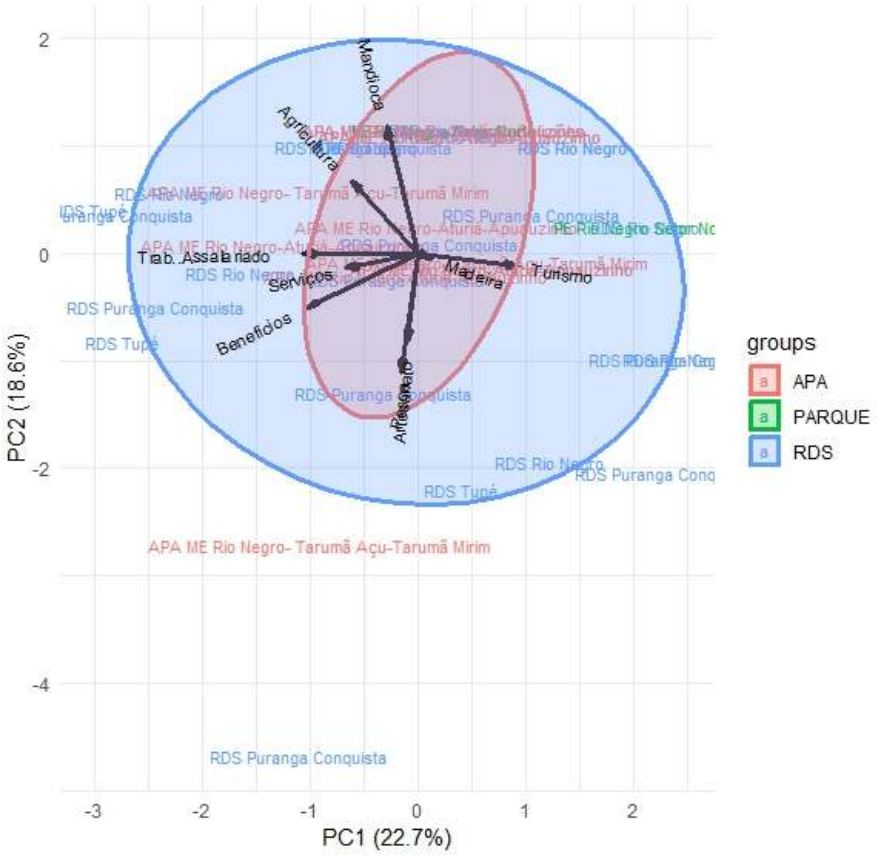


Fonte: elaborado pelos autores, 2024.

Segundo a PCA não foram observadas diferenças em relação às atividades desenvolvidas nas APAs e RDSs (Figura 7). A RDS foi a categoria de UC que apresentou maior heterogeneidade de atividades produtivas, com comunidades desenvolvendo todos os tipos de atividades, enquanto nas APAs as atividades de extração

madeireira e o recebimento de benefícios sociais foram as principais atividades desenvolvidas. No Parque Estadual apenas o turismo foi citado como atividade além da agricultura e produção de mandioca.

Figura 7. Análise de componentes principais (PCA) das atividades desenvolvidas nas diferentes categorias de Unidades de Conservação (n= 41 comunidades)

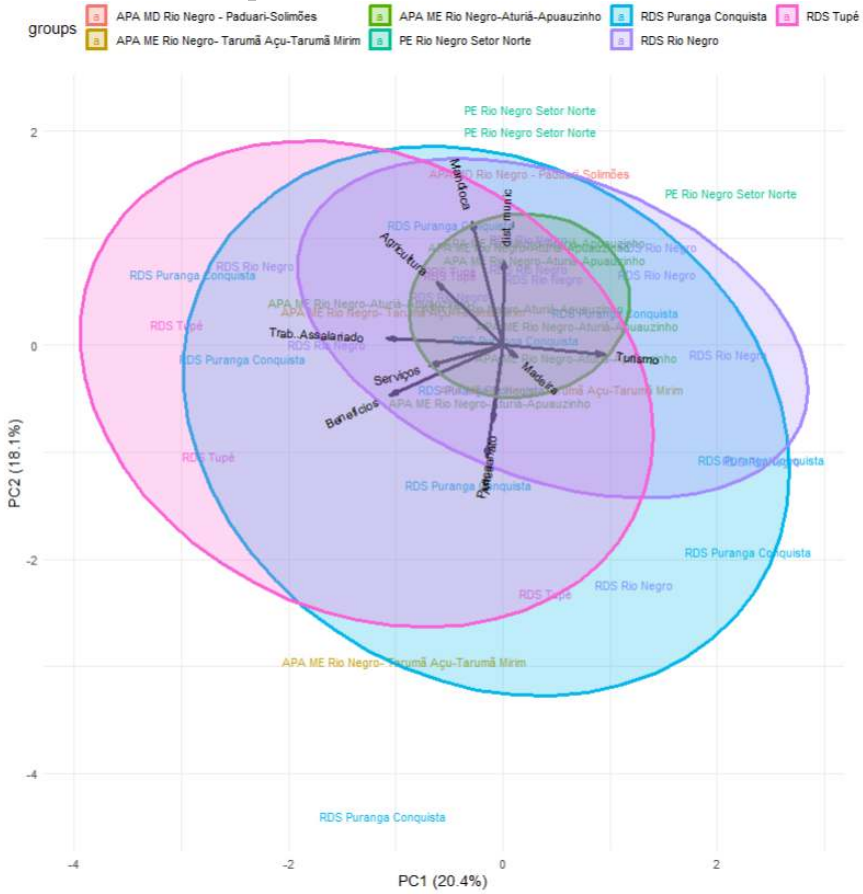


Fonte: elaborado pelos autores, 2024.

Avaliando o perfil produtivo das diferentes UCs, observamos que regiões mais próximas aos centros urbanos como Manaus, Iranduba e Manacapuru apresentaram um perfil mais diversificado se comparado com as regiões mais distantes (Figura 8). Comunidades inseridas nas RDSs desenvolveram múltiplas

atividades produtivas e apresentaram moradores atuando com trabalhos assalariados, prestação de serviços, comércios e acesso a benefícios sociais.

Figura 8. Análise de componentes principais das atividades desenvolvidas nas diferentes categorias de Unidades de Conservação relacionadas com a distância dos centros municipais mais próximos (n= 41 comunidades)



Fonte: elaborado pelos autores, 2024.

As comunidades ribeirinhas inseridas nas APAS apresentaram maior influência do extrativismo, pesca, agricultura e plantação de mandioca dentre as categorias analisadas. A APA MD Rio Negro - Setor Paduari-Solimões foi a que apresentou menor diversidade produtiva, com atividades focadas apenas em agricultura e produção de mandioca, mesmo possuindo

comunidades muito próximas aos centros urbanos. As APAS da Margem Esquerda do Rio Negro caracterizaram-se por apresentarem maior diversidade produtiva, com o Setor Tarumã-Mirim-Tarumã Açu apresentando atividades de pesca e recebimento de benefícios sociais e o Setor Aturiá-Apuauzinho apresentando extração madeireira, produção de artesanato, trabalhos assalariados, prestação de serviços e recebimento de benefícios sociais. As comunidades inseridas no Parque Estadual, mais distantes dos centros urbanos e pertencentes a uma área protegida na categoria de proteção integral, tiveram atividades baseadas na produção agrícola, derivados de mandioca e turismo (Figura 8).

A pesca foi a atividade mais desenvolvida pelos domicílios entrevistados ao longo de toda a calha do Rio Negro, enquanto apenas 7% das lideranças entrevistadas citaram essa atividade como desenvolvida na comunidade. O turismo, diferentemente do resultado obtido nas entrevistas com as lideranças comunitárias, não foi declarado por nenhuma comunidade inserida no Parque Estadual.

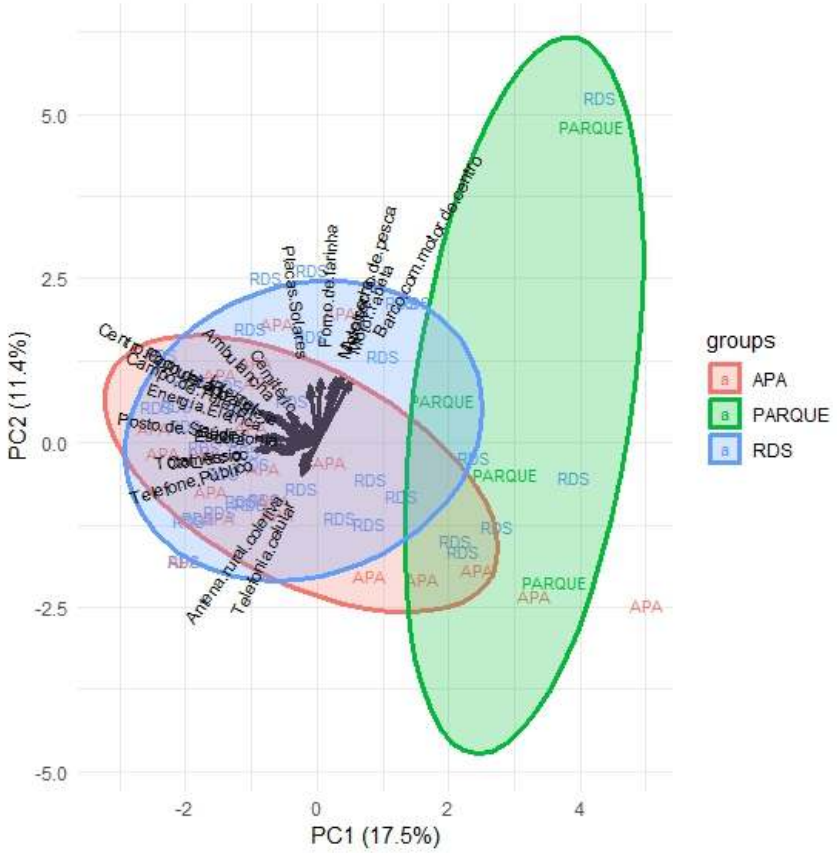
Infraestrutura comunitária

Em relação a distribuição das infraestruturas nas comunidades, quando avaliadas em relação às diferentes categorias de UCs, as comunidades inseridas na categoria de RDSs apresentaram acesso a todos os itens de infraestrutura avaliados. Comunidades nas APAs não apresentaram acesso a motosserras e motor de centro e as comunidades inseridas no Parque Estadual não possuíram posto de saúde, placas solares, ambulancha, telefone

público, radiofonia, telefonia celular, antena rural coletiva e associações de moradores.

A PCA evidenciou a heterogeneidade das comunidades aos itens de infraestrutura, com comunidades inseridas no Parque Estadual apresentando menos itens de infraestrutura que comunidades inseridas em APAs e RDSs, como era o esperado devido às diferentes categorias de manejo e gestão existentes entre essas UCs. Dentre as comunidades inseridas nas APAs e RDSs, entretanto, não foram observadas diferenças em relação ao acesso dos itens avaliados (Figura 9).

Figura 9. Resultado da Análise de Componentes Principais (PCA) das localidades em relação à presença/ausência de infraestrutura comunitária (n=62 comunidades).



Fonte: elaborado pelos autores, 2024.

Pelo GLM não foram encontradas diferenças estatísticas entre a existência dos itens de infraestrutura nas diferentes categorias de UCs, municípios e nem em relação à distância ao centro municipal mais próximo. Este resultado corrobora com as demais análises, evidenciando a heterogeneidade de acesso à infraestrutura comunitária ao longo da extensão do MBRN, nas diferentes categorias de UCs avaliadas.

Percepções das lideranças comunitárias sobre as necessidades existentes na região do MBRN

Visando o entendimento das percepções comunitárias sobre as necessidades existentes na região do Mosaico, as lideranças foram questionadas sobre os problemas que dificultam a vida na Unidade de Conservação e 66% delas indicaram a falta de trabalho, geração de empregos na comunidade e incentivos às oportunidades de renda como as principais. Ressaltaram que, quando implementadas, as UCs restringiram a utilização dos recursos naturais, permitindo poucas atividades alternativas de geração de renda, dificultando a garantia de renda todo mês devido à sazonalidade dos recursos na região. Evidenciaram que os produtos cultivados pelas comunidades são desvalorizados monetariamente, com baixo valor agregado e falta de compradores qualificados. O escoamento da produção é complexo, envolvendo gastos financeiros altos e demandando muito tempo de deslocamento devido às grandes distâncias existentes entre as comunidades e os principais centros de compra. As demais respostas, em menor escala, envolveram aspectos em relação à dificuldade de acesso à saúde,

aos meios de comunicação e acesso a itens de infraestrutura como escolas, posto de saúde, acesso à energia, sistemas de saneamento básico.

Quando perguntadas sobre o que faltava na comunidade ou na região para que a vida fosse melhor, 51% das lideranças novamente indicaram a necessidade de oportunidades de trabalho e novas opções de geração de renda. Ressaltaram a necessidade de melhorias para o escoamento da produção, compradores aptos que valorizem os produtos locais e que paguem preços melhores. Indicaram a carência de projetos que sejam estruturados considerando o contexto rural amazônico e acompanhamento técnico, cursos profissionalizantes e de capacitações com foco na pesca, piscicultura, artesanato, turismo, agricultura, criação de animais de pequeno porte, manejo florestal madeireiro e de pesca, além da necessidade de apoio governamental para desenvolver o turismo e artesanato na região. As demais respostas evidenciaram a falta de infraestrutura básica, como o acesso à energia elétrica em tempo integral, saneamento básico, placas solares, sistemas de comunicação e acesso a ferramentas de trabalho (roçadeira, redes de pesca, carrinho de mão) e maior segurança em relação à fiscalização nos rios.

Discussão

Ao avaliarmos os aspectos socioeconômicos de um território é importante que consideremos as dimensões regionais, econômicas, sociais e culturais (Hibbard; Lurie, 2012). No contexto do MBRN, assim como em outras regiões amazônicas, a economia rural configura-se a partir do autoconsumo e das safras, com as

atividades produtivas e a prestação de serviços distribuídos ao longo do calendário produtivo anual (Secretaria de assistência social do governo do estado do Amazonas, 2020). A complementaridade de produtos e atividades desenvolvidas é uma estratégia que busca garantir maior segurança alimentar e monetária frente às influências externas, alterações ambientais e relações com o mercado formal (Gualberto; Estustupiñán, 2017; Guinato *et al.*, 2022).

Koga (2013) ressalta o desafio de se avaliar os territórios através de generalizações, criticando a homogeneização que pode implicar no desconhecimento das relações sociais, assim como aspectos econômicos e simbólicos da vida cotidiana das pessoas, homogeneizando as vulnerabilidade e riscos sociais característicos de cada local. Ao longo do território do MBRN não foram observados padrões em relação ao acesso à infraestrutura comunitária e ao perfil socioeconômico ao longo da calha do Rio Negro, ressaltando a grande heterogeneidade existente entre as comunidades existentes nestes territórios, evidenciando a necessidade de se entender as particularidades no contexto micro das comunidades para que possam ser pensadas estratégias no contexto macro de gestão (Secretaria de assistência social do governo do estado do Amazonas, 2020).

As atividades produtivas na região do MBRN centralizaram-se primariamente na agricultura e pesca, voltadas principalmente para o autoconsumo, com uma parcela menor destinada à comercialização ou trocas entre vizinhos e comunidades próximas. Destaca-se também a rica diversidade de frutas e hortaliças cultivadas na região, evidenciando a relevância local para a conservação e o manejo sustentável da agrobiodiversidade.

Os principais produtos pesqueiros na região compreenderam os peixes miúdos e peixes lisos, refletindo a alta biodiversidade ao longo de todo o Mosaico. Conforme indicado no Plano de Monitoramento da Pesca do Mosaico do Baixo Rio Negro, Amazonas, Brasil (Gualberto; Estupinán, 2017), os recursos pesqueiros desempenham um papel de extrema importância tanto para o suprimento das necessidades alimentares das famílias como para a obtenção de renda. Embora a pesca seja uma atividade sazonal, a diversidade de espécies presentes na região permite que a atividade pesqueira seja praticada ao longo de todo o ano, garantindo não apenas a segurança alimentar das comunidades, mas também servindo como uma estratégia de geração de renda e contribuindo para a preservação dos aspectos socioculturais locais.

Grande parte da produção ainda é comercializada com atravessadores ou patrões, especialmente produtos agrícolas, extrativistas e pesqueiros, frequentemente subvalorizados no mercado. As atividades produtivas apresentam gastos elevados de produção e transporte, resultando em baixos rendimentos monetários devido ao baixo valor agregado. Múltiplos desafios estão envolvidos nesta dinâmica, como a dificuldade para escoar a produção, obter preços justos para os produtos, encontrar compradores qualificados e acessar mercados mais lucrativos, além da escassez de acesso à educação e infraestrutura (Bezerra *et al.*, 2014).

Dentre as necessidades específicas, ressaltamos que as comunidades mais próximas aos maiores centros urbanos como Manaus, Iranduba e Manacapuru apresentaram diversidade produtiva maior em relação às fontes de rendimentos anuais e maior acesso à itens de infraestrutura. Como esperado, devido à

maior facilidade de acesso ao meio urbano, apresentaram maior influência de rendimentos monetários oriundos de atividades relacionadas ao comércio, trabalhos assalariados, prestação de serviços e recebimento de benefícios sociais. Esse perfil mais diversificado das fontes monetárias contrasta com comunidades mais distantes que baseiam suas fontes de rendimentos apenas em atividades produtivas como a agricultura e a pesca. Segundo Pinheiro (2010) é comum existir nos Mosaicos áreas com identidades territoriais mais aproximadas entre si, ou questões que são relevantes apenas para um grupo de áreas protegidas ou para determinada sub-região do mosaico. Nesta situação, é preciso analisar as oportunidades para se trabalhar em conjunto, visando as vantagens que essas ações irão proporcionar às outras regiões envolvidas.

Pensar novas formas de inserir atividades e aprimorar as práticas existentes nesses territórios exige cuidados, pois a maneira como os diferentes grupos envolvem-se com os processos de gestão definirão os impactos dos resultados sociais e ecológicos (Ward *et al.*, 2018). É necessário oferecer estratégias econômicas que promovam remuneração justa e fortaleçam as ações existentes no território, considerando as dinâmicas sazonais e atividades complementares existentes e respeitando as condições ambientais e socioculturais das comunidades. Segundo Willerding *et al.* (2020) é preciso incentivar a diversificação das atividades econômicas locais, explorando os recursos naturais de forma sustentável e desenvolvendo novas cadeias produtivas que agreguem valor aos produtos locais. Fortalecer as cooperativas e associações através de apoio às iniciativas locais para que os produtores possam se

organizar coletivamente, negociar melhores preços e acessar mercados mais lucrativos.

Investir em programas de capacitação e educação voltados para o desenvolvimento de habilidades técnicas, gestão empresarial e acesso a novas tecnologias, capacitando os membros das comunidades a melhorar a qualidade e a competitividade de seus produtos. Promover a diversificação das fontes de renda das comunidades, explorando oportunidades em setores como o turismo sustentável, artesanato, ecoturismo, serviços ambientais, entre outros, que possam complementar as atividades agrícolas e extrativistas.

Fomentar o consumo de produtos locais dentro das próprias comunidades e em mercados regionais, criando campanhas de conscientização sobre a importância de valorizar a produção local e seus impactos positivos na economia e no meio ambiente; Estabelecer parcerias entre o setor público, empresas privadas e organizações da sociedade civil para desenvolver programas e projetos que apoiem o desenvolvimento econômico local de forma sustentável e inclusiva, além de facilitar o acesso a crédito e financiamento para os produtores. Ward *et al* (2018) evidenciam que áreas protegidas co-geridas costumam proporcionar múltiplos benefícios socioeconômicos, principalmente UCs de uso sustentável. O incentivo à utilização sustentável dos recursos naturais, e a capacitação das populações locais promovem o desenvolvimento econômico, garantindo decisões mais equitativas, partilhando o poder e reduzindo conflitos.

Pinheiro (2010) afirma que cabe ao conselho do Mosaico propor diretrizes estratégicas e ações para compatibilizar, integrar e otimizar as atividades desenvolvidas em cada área protegida,

visando o fortalecimento territorial e de seus moradores. Evidencia que, aliado a isso, é necessário também definir e implantar sistemas de monitoramento pautados em indicadores específicos para avaliar a efetividade da gestão em mosaicos, principalmente quando o foco é contribuir com o ordenamento territorial e desenvolvimento sustentável (Hockings *et al.*, 2006). Segundo o Plano de Monitoramento do Rio Negro (Borges, 2017), apesar de existirem monitoramentos nacionais na região, estes não são adequados para se entender as dinâmicas socioambientais nas UCs, devido às escalas geográficas muito amplas e o longo prazo nas frequências de coleta de dados, englobando desafios teóricos e metodológicos específicos que surgem devido à complexidade da região e à natureza das áreas protegidas (Pereira *et al.,* 2022).

Dentre eles, destacamos a vasta extensão do território amazônico, a elevada biodiversidade, dinâmicas socioambientais complexas e interações entre populações humanas e recursos naturais; limitações metodológicas relacionadas à coleta de dados populacionais e ambientais em locais remotos e, muitas vezes de difícil acesso, bem como os desafios de lidar com populações dispersas e em constante movimento; desenvolver abordagens interdisciplinares de análise que contemplem estudos populacionais em áreas protegidas, envolvendo colaborações entre diversas áreas de estudo para interpretar e discutir essas dinâmicas; Abordar as considerações éticas e culturais envolvidas na condução de análises populacionais em comunidades indígenas e tradicionais, incluindo a necessidade de respeitar os conhecimentos locais e as práticas culturais para que os estudos populacionais possam contribuir para o manejo sustentável das áreas protegidas, ao mesmo tempo que

garantam o bem-estar das populações locais e promovem a conservação da biodiversidade.

Como ressaltado pela maioria das lideranças comunitárias, a necessidade de novas fontes de rendimentos, oportunidades de trabalho e incentivos para a valorização da produção são demandas distribuídas por todo o território da calha do rio Negro. As longas distâncias e gasto elevado de tempo e dinheiro para escoar a produção, a falta de infraestrutura para aperfeiçoar todas as etapas envolvidas na cadeia produtiva dos recursos naturais explorados na região, a comercialização dos produtos a preços excessivamente baixos e falta de oportunidades de trabalho que possibilitem fontes alternativas de rendimento ao longo do ano são desafios enfrentados por grande parte dos moradores rurais de áreas protegidas na Amazônia (Almeida *et al.,* 2022; Soriano *et al.*, 2017). A necessidade de diversificação produtiva na região evidencia a urgente demanda de se repensar de maneira integrada estratégias de gestão, considerando as diferenças econômicas, culturais, e históricas deste território.

Os rendimentos monetários anuais médios oriundos das atividades produtivas desenvolvidas por comunidades distantes dos centros urbanos, provindos basicamente do extrativismo e da pesca, foram menores quando comparados aos rendimentos das comunidades mais próximas dos grandes centros, que apresentaram os maiores rendimentos oriundos do artesanato e extrativismo. É preciso avaliar que cada atividade desenvolvida possui suas próprias características e desafios, requerendo estratégias adaptadas para garantir o sucesso econômico e a sustentabilidade das comunidades envolvidas. O escoamento da produção, por exemplo, envolve aspectos

relacionados à sazonalidade, logística de transporte e a qualidade dos produtos. No caso da agricultura, é importante desenvolver sistemas de armazenamento e distribuição que conservem e mantenham a qualidade dos produtos ao longo do ano. Na pesca é necessário garantir métodos de transporte adequados para garantir a qualidade e os aspectos sanitários do pescado até chegar ao mercado final. Para o artesanato, é fundamental criar canais de venda eficientes que valorizem a autenticidade e a qualidade dos produtos. A busca por compradores habilitados, assim como investimentos para a capacitação e treinamento dos produtores, é essencial para garantir e atender as demandas específicas do mercado e manter altos padrões de qualidade. Em resumo, abordagens diferenciadas de valorização são essenciais para garantir o sucesso das atividades produtivas locais, bem como a implementação de estratégias adaptadas às necessidades específicas das comunidades envolvidas.

Como observado por Simonetti, Nassar e Jesus (2022), as atividades turísticas nas comunidades ao longo do MBRN não são uniformes. Comunidades mais distantes dos centros urbanos são menos visitadas, recebendo grupos pequenos em viagens mais longas e com um objetivo específico, devido ao grande tempo de deslocamento e elevado investimento financeiro. As comunidades mais próximas a Manaus, entretanto, recebem visitantes com viagens mais curtas e em um fluxo mais intenso. Os autores ressaltam também que existem diferentes níveis de envolvimento comunitário com a atividade, como a organização de grupos que prestam serviços como canoeiros para a pesca esportiva, para o ecoturismo e para a condução nas trilhas, enquanto outros grupos atuam recebendo visitantes nos restaurantes e pousadas, para

produzir e vender artesanato ou produtos da sociobiodiversidade. Atividades turísticas e a produção de artesanato não apenas geram renda, mas fortalecem aspectos culturais dessas populações (Simonetti; Nassar; Jesus, 2022).

Segundo as lideranças comunitárias entrevistadas, a produção de artesanato, o manejo de recursos naturais e o desenvolvimento de atividades turísticas na região ressaltam o interesse dos moradores em desenvolverem atividades complementares de renda. Entretanto, detectamos a necessidade de cursos de aprimoramento e incentivo a essas atividades na região, indicando a necessidade de apoio governamental, a partir de políticas específicas para apoio a atividade e fortalecimento do saber local em regiões do MBRN. Apoiar essas iniciativas e os saberes locais podem fortalecer a identidade cultural, promover o empoderamento das comunidades e contribuir para a diversificação econômica em áreas rurais ou em desenvolvimento (Ward *et al.*, 2018).

A ausência de iniciativas de monitoramento compromete a gestão integrada e participativa das áreas protegidas no Brasil, especialmente em questões de governança e conservação da sociobiodiversidade (Herrmann; Costa, 2015; Hockings *et al.*, 2006). No MBRN, destacam-se problemas como extração ilegal de madeira, caça e pesca predatórias, expansão urbana, conflitos fundiários, turismo desordenado, falta de alternativas de geração de renda e desvalorização das comunidades tradicionais. A heterogeneidade ambiental e social na região, aliada à ausência de monitoramento sistemático e políticas públicas específicas, comunicação ineficiente e escassez de recursos financeiros e humanos, são grandes desafios para a gestão territorial na

Amazônia. Este cenário negligencia a implementação de programas e ações que integrem as diferentes UCs, dificultando o fortalecimento das comunidades locais (Herrmann; Costa, 2015; Hibbard; Lurie, 2012).

Parte da solução para alcançar esta eficiência reside no monitoramento de um conjunto de variáveis e indicadores que demonstrem os avanços e fraquezas na gestão destes espaços protegidos (Borges, 2017). Deste modo, o monitoramento consiste num meio para subsidiar processos de tomada de decisão, afinal, o sucesso das intervenções propostas nos ambientes protegidos relaciona-se diretamente com o grau de conhecimento disponível sobre a UC. Os monitoramentos possibilitam identificar a participação de cada área protegida no fortalecimento do Mosaico (Pinheiro, 2010), permitindo orientar o órgão gestor do Mosaico na tomada de decisão em relação à alocação mais eficiente de recursos, instrumentos a serem implementados na priorização de processos intrínsecos à gestão de áreas protegidas como investimentos em proteção, pesquisa e fiscalização (Hockings *et al.*, 2006). Hibbard e Lurie (2012) ressaltam ainda que informações socioeconômicas podem ser usadas como ferramentas educacionais e de comunicação para aumentar a conscientização das próprias comunidades, fortalecendo os processos de gestão territorial. Ward et al. (2018) alertam a importância da necessidade de considerar não apenas quem está envolvido na co-gestão das AP, mas também mais importante ainda, como cada parte interessada está envolvida.

Considerando os resultados apresentados, observa-se uma heterogeneidade territorial na Amazônia composta por diferentes modos de existir e experienciar os territórios que são condicionantes e condicionados por um conjunto de infraestruturas distribuídas de

forma desigual no espaço e modos de produção. A proximidade com os centros urbanos regionais, principalmente a cidade de Manaus, é um importante fator redutor das vulnerabilidades socioeconômicas que as famílias ribeirinhas enfrentam, principalmente, pela possibilidade de acesso às infraestruturas básicas não ofertadas nas comunidades. Destacam-se também a importância da pluriatividade anual desenvolvida pelos moradores nestes territórios, que buscam garantir a segurança alimentar e minimizar possíveis crises com o mercado. Neste contexto, os estudos socioeconômicos tem se mostrado uma ferramenta eficiente ao disponibilizarem informações sobre as potencialidades e os desafios enfrentados pelas comunidades tradicionais residentes em territórios protegidos na Amazônia centra,. Além de promoverem discussões que possibilitem o desenvolvimento e fortalecimento da gestão em diferentes categorias de Unidades de Conservação.

Considerações Finais

Os Mosaicos foram criados com a intenção de promover e fortalecer sistemas de gestão integradas do território, entretanto, o grande desafio na gestão conjunta das áreas protegidas ainda é integrar diferentes níveis de governança, contemplar os diferentes aspectos legais que regulamentam esses territórios e considerar os múltiplos interesses sociais e econômicos das populações que habitam essas áreas. Destacamos que parte dos estudos existentes sobre os Mosaicos ainda se concentram em indicadores ambientais, negligenciando aspectos sociais e econômicos igualmente importantes. Portanto, é essencial desenvolver abordagens

metodológicas abrangentes que considerem esses múltiplos aspectos para garantir a eficácia das áreas protegidas a longo prazo.

Observamos que o território do curso do baixo rio Negro, constituinte de parte do MBRN, apresenta grande heterogeneidade em relação à infraestrutura comunitária e sistemas produtivos, evidenciando a necessidade de abordagens específicas e contextualizadas de investimentos monetários e de formação continuada para os moradores. As UCs, ao apresentarem categorias de manejo e órgãos gestores diferenciados, reforçam a diversidade existente nesta região e evidenciam os desafios em se promover uma gestão integrada que considere não apenas as particularidades amazônicas, mas a própria legislação que regulamenta e ampara as áreas que constituem o Mosaico, alinhando esses princípios com os diversos interesses dos moradores da região.

Investimentos em infraestrutura comunitária, em novas fontes de rendimentos monetários e a valorização da sociobiodiversidade amazônica são demandas globais das comunidades do MBRN. Como observado neste trabalho, cada região necessita de mecanismos diferenciados para promover a manutenção de suas atividades produtivas tradicionais ou adquirir novas fontes de rendimentos, seja através do investimento em alternativas como o turismo, valorização do artesanato e garantia de novas fontes de rendimentos através da prestação de serviços e comércios. A diversificação produtiva é essencial para a manutenção da qualidade de vida e desenvolvimento sustentável dessas áreas protegidas, principalmente frente à crise climática existente.

Ressaltamos a urgente necessidade do desenvolvimento de estratégias de monitoramentos contínuos para as tomadas de

decisão em relação à gestão das UCs, assim como para garantir a melhoria da qualidade de vida dos moradores e a manutenção da biodiversidade amazônica. Apenas considerando as particularidades dessas múltiplas populações serão garantidos que os projetos e as políticas públicas contribuam com a conservação da sociobiodiversidade e melhoria da qualidade de vida de maneira eficiente e efetiva.

Referências

ALMEIDA, P. F.; SANTOS, A. M. D.; SILVA CABRAL, L. M. D.; ANJOS, E. F. D.; FAUSTO, M. C. R.; BOUSQUAT, A. Water, land, and air: how do residents of Brazilian remote rural territories travel to access health services? **Archives of Public Health**, v. 80, n. 1. 2022. doi: 10.1186/s13690-022-00995-z.

ALVES, J. D. G.; PEREIRA, H. C. Populações tradicionais e os efeitos das mudanças climáticas no Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro (MBRN). In: SIMONETTI, RS. R.; PEREIRA, H. S.; BARBOSA, D. E. S. (Org). **Autogestão e desenvolvimento territorial sustentável de áreas protegidas: diálogos, aprendizagens e resiliência.** Manaus, AM: EDUA, 2023. 340 p.

BARDIN L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edição 70. 1977.

BEZERRA, F. D. S.; LOIOLA, T. O.; MACIEL, R. C. G.; SANTIAGO, M. B. Análise econômica da agricultura familiar na Amazônia Ocidental: discussões a partir da produção de macaxeira no projeto de assentamento São Pedro/ Acre. **Revista de Estudos Sociais**, n. 32, v.16, p. 3 - 22. 2014.

BORGES, S. H. Anexo 1 - Análise das experiências de monitoramento nas Unidades de conservação do Mosaico do Baixo Rio Negro. In DIDIER, K.; ESTUPIÑÁN, G. M. B. (editores). **Plano de Monitoramento do Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro, Amazonas, Brasil.** Wildlife Conservation Society (WCS Brasil) e o Conselho do Mosaico do Baixo Rio Negro, Manaus, Amazonas, Brasil. 2017.

CAMPOS-SILVA, J. V., PERES, C. A.; HAWES, J. E.; HAUGAASEN, T.; FREITAS, C. T.; LADLE, R. J.; LOPES, P. F. M. Sustainable-Use Protected Areas Catalyze Enhanced Livelihoods in Rural Amazonia. **Proceedings of the National Academy of Sciences,** v. 118, n 40. 2021. https://doi.org/10.1073/pnas.2105480118.

CÔRTES, J. C. ; ALVES, J. D. G.; D'ANTONA, A. O. **Rede urbana na Amazônia e vulnerabilidades de populações tradicionais: desigualdades no contexto da gestão de áreas protegida.** In: X Congreso ALAP, 2022, Valparíso, Chile. Anais do X Congreso da Asociación Latinoamericana de Población (ALAP), 2022.

D'ANTONA, Á. de O. Conservação ambiental, mobilidade espacial e condições de vida de populações tradicionais em áreas protegidas: por modelos de acesso à saúde adequados ao quadro amazônico. **Cadernos De Saúde Pública,** v. 39, n.4. 2023. https://doi.org/10.1590/0102-311XPT025223

D'Antona, A. O., Alves, J. D. G. The use of computer tablets in sociodemographic surveys under unfavorable field conditions - an application in land use and cover change studies in the Amazon. International Journal of Social Research Methodology, v. 1, p. 1-11, 2023.

DIDIER, K., ESTUPINÁN, G. M. B., FAGUNDES, C. K.; DURIGAN, C. C. Cap 1 - O Mosaico do Baixo Rio Negro e seu plano de monitoramento. In DIDIER, K.; ESTUPIÑÁN, G. M. B. (editores). **Plano de Monitoramento do Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro, Amazonas, Brasil.** Wildlife Conservation Society (WCS Brasil) e o Conselho do Mosaico do Baixo Rio Negro, Manaus, Amazonas, Brasil. 2017.

INSTITUTO ARAPYAÚ. Uma agenda pelo desenvolvimento da Amazônia. **Uma concentração pela Amazônia**. 2021. Disponível em: https://arapyau.org.br/wp-content/uploads/2021/10/uma-agenda-pelo-desenvolvimento-da-amazonia.pdf

IPHAN. **Dossiê IPHAN Patrimônio Imaterial 19 - Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro** . 2019. 192 p. http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=22&busca=&pagina=2

GAMARRA, N.; HAWES, J.; COSTA, A.; VIEIRA, F.; RODRIGUES, A.; LADLE, R.; MALHADO, A.; CAMPOS-SILVA, J. Arapaima co-management through the lens of the Protected Areas Assets Framework. **Journal for Nature Conservation,** v. 67, p. 126 - 161. 2022. https://doi.org/10.1016/j.jnc.2022.126161

GUALBERTO, C. G.; ESTUPIÑAN, G. M. B. Cap 5 - Plano de Monitoramento da Pesca do Mosaico do Baixo Rio Negro, Amazonas, Brasil. In DIDIER, K.; ESTUPIÑÁN, G. M. B. (editores). **Plano de Monitoramento do Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro, Amazonas, Brasil**. Wildlife Conservation Society (WCS Brasil) e o Conselho do Mosaico do Baixo Rio Negro, Manaus, Amazonas, Brasil. 2017.

GUINATO, R. B.; NASCIMENTO, A. C. S.; PEREIRA, H. C.; SOUSA, M.; CORRÊA, D.; MOURA, E. Manejos sustentáveis de recursos naturais geram renda? Análise socioeconômica de iniciativas em áreas protegidas na Amazônia Central. **ContraCorrente: Revista Do Programa De Pós-Graduação Interdisciplinar Em Ciências Humanas,** v.18, p. 82-102. 2022. https://periodicos.uea.edu.br/index.php/contracorrente/article/view/2504

HERRMANN, G.; COSTA, C. **Gestão integrada de áreas protegidas: Uma análise de efetividade de mosaicos.** 1e. 2015. https://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/wwf_estudo_de_efetividade

HIBBARD, M.; LURIE, S. Creating socio-economic measures for community-based natural resource management: a case from watershed stewardship organizations. **Journal of environmental planning and Management.** V. 55, n. 4, p. 525-544. 2012.

HOCKINGS, M.; STOLTON, S.; LEVERINGTON, F.; DUDLEY, N.; COURRAU, J. **Evaluating Effectiveness: A framework for assessing management effectiveness of protected areas**. 2 e. IUCN, Gland, Switzerland and Cambridge. 2006. 105 p.

KOGA, D. Aproximações sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais. **Serviço Social Em Revista,** v. 16, n.1, p. 30–42. 2013. https://doi.org/10.5433/1679-4842.2013v16n1p30.

LADLE, R. J.; MALHADO, A. C. M.; TODD, P. A.; MALHADO, A. C. M. Perceptions of Amazonian deforestation in the British and Brazilian media. **Acta Amazonica**, v. 40. n. 2, p. 319- 324. 2010.

LEVIS, C.; FLORES, B. M.; MAZZOCHINI, G. G.; MANHÃES, A. P.; CAMPOS-SILVA, J. V.; BORGES DE AMORIM, P.; PERONI, N.; HIROTA, M.; CLEMENT, C. R. Help restore Brazil's governance of globally important ecosystem services. **Nature Ecology & Evolution**, v.4, n.2, p.172–173. 2020. https://doi.org/10.1038/s41559-019-1093-x.

LIMA, D. M. As transformações na economia doméstica de Mamirauá. **Uakari**, v.16, n.1, p.9- 26. 2010

MCGRATH, D. G.; CASTELO, L.; ALMEIDA, O. T.; ESTUPIÑÁN, G. M. B. Market Formalization, Governance, and the Integration of Community Fisheries in the Brazilian Amazon. **Society & Natural Resources**, v. 28, n. 5, p. 513–529. 2015. https://doi.org/10.1080/08941920.2015.1014607

MOURA, E. A. F.; CASTRO, E. M. R. D. Mudanças sociais e gestão ecológica em questão: a experiência de mamirauá. **Ambiente & Sociedade**, v. 15, n.2, p. 23–50. 2012. https://doi.org/10.1590/s1414-753x2012000200003.

MOURA, E. A. D; NASCIMENTO, A. C. S do; CORRÊA, D. S. S.; ALENCAR, E. F.; SOUSA, I. S. de. **Sociodemografia da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá 2001 a 2011.** Belém: IDSM, NAEA. 2016. 310p.

PINHEIRO, M. R. **Recomendações para reconhecimento e implementação de mosaicos de áreas protegidas.** 2e. Cooperação Técnica Alemã - GTZ. 2010. https://www.conservation.org/docs/default-source/brasil/recomendacoes_mosaicos_completo.pdf?sfvrsn=30f0fd2_2.

PLANO DE AÇÃO DA RESERVA DA BIOSFERA DA AMAZÔNIA CENTRAL – PARBAC (2021-2024). Manaus. **Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO**. Brasil/Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas – SEMA-AM/Fundação Amazônia Sustentável - FAS. 2021.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS (SEAS). **Diagnóstico socioterritorial do estado do Amazonas.** 2020. https://www.seas.am.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/DIAGNOSTICO-SOCIOTERRITORIAL-DO-ESTADO-DO-AMAZONAS

SIMONETTI, S. R.; NASSAR, P. M.; JESUS, J. da S. "O turismo parou": a pandemia e as comunidades do Mosaico do Baixo Rio Negro AM. p. 50-71. In **Coleção travessias: Turismo, sustentabilidade e Covid-19.: entre incertezas e esperanças.** LETS/UnB. 2022. 367p. https://lets.etc.br/livro-lets-2022/

SORIANO M.; MOHREN, F.; ASCARRUNZ, N.; DRESSLER, W.; PEÑA-CLAROS, M. Socio-ecological costs of Amazon nut and timber production at community household forests in the Bolivian Amazon. **PLoS One**, v.12, n.2. 2017. doi: 10.1371/journal.pone.0170594.

TEISSERENC, P. "Ambientalização e Territorialização: situando o debate no contexto da Amazônia brasileira". **Antropolitica**, n. 29. p.153-179. 2011. Disponível em https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41763.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. Regionalização, cidades e urbano diversidade na Amazônia brasileira. **Revista Acta Geográfica,** v. 17, n. 43. 2023.

WARD, C.; STRINGER, L. C.; HOLMES, G. Protected area co-management and perceived livelihood impacts. **Journal of Environmental Management**, v. 228. p. 1-12. 2018. ISSN 0301-4797,https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2018.09.018.

WILLERDING, A. L.; SILVA, L. R. da; SILVA, R. P. da; ASSIS, G. M. O. de; PAULA, E. V. C. M. Estratégias para o desenvolvimento da bioeconomia no estado do Amazonas. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 98, p. 145–166. 2020.

Agradecimentos: Projeto "Populações tradicionais em áreas protegidas: dinâmicas socioambientais e gestão de Unidades de Conservação no Mosaico Baixo Rio Negro, no Amazonas" Processo nº 2020/08242-7, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Processo nº

01.02.016301.00266/2021, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM); Ao CNPq pela bolsa de pesquisa na Categoria PCI à primeira autora; Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM/OS MCTI; à Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e aos moradores das Unidades de Conservação do Mosaico do Baixo Rio Negro.

Submetido em: 29 de março de 2024
Devolvido para revisão em: 27 de abril de 2024
Aprovado em: 07 de maio de 2024
DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2023.3381

COMO CITAR
GUINATO, R. B. *et al.* Caracterização socioeconômica de comunidades tradicionais do Mosaico do Baixo Rio Negro. **Terra Livre**, São Paulo, ano 38, v.2, n. 61, jul.-dez. 2023, p. 639-682. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3381. Acesso em: dd/mm/aaaa.

CERCAMENTOS EXPROPRIATÓRIOS SOBRE OS GRUPOS COMUNITÁRIOS NA AMAZÔNIA: ANÁLISE DE UM TERRITÓRIO CAMPONÊS EM RONDÔNIA

EXPROPRIATORY FENCES ON COMMUNITY GROUPS IN THE AMAZON: ANALYSIS OF A PEASANT TERRITORY IN RONDÔNIA

CERCA EXPROPIATORIA A GRUPOS COMUNITARIOS EN LA AMAZONÍA: ANÁLISIS DE UN TERRITORIO CAMPESINO EN RONDÔNIA

Lucas Ramos de Matos
Universidade Federal Fluminense, Departamento de Geografia, Niterói, RJ, Brasil
E-mail: lucasmatos.geouff@gmail.com

Resumo:
Neste artigo, analisam-se aspectos dos conflitos territoriais resultantes do atual fenômeno de invasão de Áreas Protegidas e territórios comunitários na Amazônia. Foi utilizado como exemplo da realidade empírica o complexo conflito entorno da reserva em bloco, que é parte integrada ao Projeto de Assentamento (PA) Margarida Alves, em Rondônia. Recortam-se as principais características do conflito, selecionando a atuação das agromilícias na disputa por terra e madeira. A metodologia adotada foi amparada na prática etnogeográfica, aliada a procedimentos de imersão e vivência no cotidiano comunitário e da cartografia social. Os conflitos territoriais sobre as Áreas Protegidas e territórios comunitários na Amazônia são localmente formados/impulsionados pelo choque de forças exógenas e coerências territoriais endógenas, que vão desde as projeções dos grupos políticos e econômicos (manejo florestal, pecuária, monoculturas, garimpos, etc.) aos regimes de expropriação/cercamentos exercidos no cotidiano por agromilícias sobre as áreas ricas em recursos naturais na Amazônia habitadas por comunidades camponesas.

Palavras-chave: Cercamentos, Expropriações, Conflitos territoriais, Amazônia.

Abstract:
In this article, aspects of territorial conflicts resulting from the current phenomenon of invasion of Protected Areas and community territories in the Amazon are analyzed. The complex conflict surrounding the block reserve, which is an integrated part of the Margarida Alves Settlement Project (SP), in Rondônia, was used as an example of empirical reality. The main characteristics of the conflict are highlighted, selecting the role of agromilitias in the dispute over land and wood. The methodology adopted was supported by ethnogeographic practice, combined with procedures of immersion and experience in everyday community life and social cartography. Territorial conflicts over Protected Areas and community territories in the Amazon are locally formed/driven by the clash of exogenous forces and endogenous territorial coherences, which range from the projections of political and economic groups (forest management, livestock, monocultures, mining, etc.) to the expropriation/enclosure regimes carried out on a daily basis by agromilitias over areas rich in natural resources in the Amazon inhabited by peasant communities.

Keywords: Enclosures, Expropriations, Territorial conflicts, Amazon.

Resumen:
En este artículo se analizan aspectos de los conflictos territoriales derivados del actual fenómeno de invasión de Áreas Protegidas y territorios comunitarios en la Amazonía. El complejo conflicto en torno a la reserva del bloque, que es parte integrante del Proyecto de Asentamiento (PA) Margarida Alves, en Rondônia, fue utilizado como ejemplo de realidad empírica. Se destacan las principales características del conflicto, destacando el papel de las agromilicias en la disputa por tierras y madera. La metodología adoptada se apoyó en la práctica etnogeográfica, combinada con procedimientos de inmersión y experiencia en la vida comunitaria cotidiana y la cartografía social. Los conflictos territoriales sobre Áreas Protegidas y territorios comunitarios en la Amazonía se forman/impulsan localmente por el choque de fuerzas exógenas y coherencias territoriales endógenas, que van desde las proyecciones de grupos políticos y económicos (manejo forestal, ganadería, monocultivos, minería, etc.) a los regímenes de expropiación/cercados llevados a cabo a diario por las agromilicias sobre áreas ricas en recursos naturales en la Amazonía habitadas por comunidades campesinas.

Palabras clave: Cercamientos, Expropiaciones, Conflictos territoriales, Amazonía.

Introdução

Conflitos por terra, territórios e natureza têm afetado várias partes do planeta. Sobretudo, nas regiões ricas em recursos naturais estratégicos a expansão de atividades predatórias do capital, embates colossais têm apontado para a configuração das chamadas sociedades complexas, em que, à medida que os recursos da Terra vão minguando, de um lado, conflitos vão se estabelecendo e se acirrando cada vez mais para uma condição de colapso, do outro. Nesta dialética expropriatória, ecossistemas, Áreas Protegidas, fragmentos florestais, territórios comunitários (junto a todas as formas de sociabilidades) estão condenados à destruição total. Sobre os grupos sociais, conflitos explodem a todo instante. Para dar um exemplo, segundo os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), no Brasil, em 2022, somam-se 181.304 famílias envolvidas em conflitos. Juntas, as categorias latifundiárias (23%), governo federal (16%), empresários (13%) e grileiros (11%) mobilizam 63% desses conflitos. Outra tipologia de conflitos que notadamente explodiu nesses últimos anos refere-se aos cercamentos expropriatórios sobre os territórios dos grupos comunitários: 95.558 famílias foram afetadas por movimentos esternos de invasão de seus territórios (CPT, 2022).

A Amazônia é o espaço de parte expressiva desses conflitos, o que revela, também, a intensidade dos cercamentos e expropriações sobre a terra, os territórios e a natureza neste momento geopolítico de fortalecimento dos radicalismos. Os conflitos entorno dos ativos terra, madeira, minério e água mobilizam grande parte das arenas

de embates. A região Amazônia concentrou 59% dos conflitos por terra registrados pela CPT em 2022. Soma-se a isso a violência direcionada às camadas rotuladas na figura idealizada do "inimigo em comum" (Matos, 2024). As categorias Indígenas, posseiros e assentados aparecem como as mais afetadas pelos métodos de cercamentos expropriatórios sobre os territórios dos grupos comunitários na Amazônia (CPT, 2022). Rondônia, por exemplo, é o estado que mais mata lideranças comunitárias e de causas sociais e ambientais (CNDH, 2022).

Por meio de uma abordagem amparada no cotidiano dos conflitos territoriais, exploram-se os principais aspectos dos novos regimes de expropriação/cercamentos sobre as Áreas Protegidas e territórios comunitários na Amazônia. Na primeira ocasião, faz-se uma abordagem da etnogeografia como alternativa teórico-metodológica e processual de análise dos conflitos territoriais (primeira seção), dos regimes de cercamentos expropriatórios sobre a natureza e os territórios comunitários (segunda seção). Em seguida, ao expor os elementos da realidade empírica do estudo, faz-se uma cartografia social dos conflitos territoriais em Rondônia, para, em seguida, apresentar uma especificidade mais clara dos cercamentos expropriatórios sobre os territórios comunitários, "explorando" o caso do PA Margarida Alves, na região central de Rondônia.

Metodologia

Atualmente, o estudo dos conflitos por recursos naturais conta com um importante aporte teórico-metodológico que, a grosso modo, pode ser chamado de "ecologia política dos conflitos

socioambientais". Cunhada por Little (2006), a partir da etnografia, esta abordagem sugere, não como foco, o modo de vida dos envolvidos, ou de um determinado grupo social, mas sim, a análise e as múltiplas interações que caracterizam os conflitos. Assim, deve-se assumir o papel de entender a dinâmica interna dos conflitos e suas diferentes posições, estratégias, mapeando-as nas múltiplas interações no sentido de "identificar também os distintos discursos em choque e suas respectivas bases de legitimidade cultural e política, sejam elas explícitas ou implícitas" (Little, 2006, p. 93). "Dessa forma, a etnografia dos conflitos sociais se insere plenamente no paradigma ecológico com foco nas relações; usa uma metodologia processual; e contextualiza o conhecimento produzido" (Little, 2006, p.92), tornando-se um guia para o tratamento dos conflitos socioambientais.

No entanto, especialmente a nós geógrafos e geógrafas, pouco se pode falar em um "guia" teórico-metodológico voltado à categoria de conflitos territoriais. Neste sentido, para este estudo, adotamos uma abordagem etnogeográfica dos conflitos territoriais descrita por nós (Matos, 2024, p. 117-118), que apresenta os seguintes procedimentos teórico-metodológicos e processuais:

> Partindo de uma abordagem centrada no cotidiano dos conflitos, permite a identificação e a diferenciação, incorporando os múltiplos pontos de vista e interesses difusos entre os agentes envolvidos, exigindo o mapeamento das diferentes escalas, a documentação histórica do conflito (suas alianças, negociação, acomodação e rupturas) e a superestrutura simbólica de aspectos étinicoculturais, racionalidades, linguagens da violência etc., Sem a pretensão de propor mudanças na prática científica (pelo menos por enquanto), assim, poderíamos fortalecer esta abordagem dos conflitos territoriais reformulando o conceito de

> etnogeografia porque, ao tratar do choque de valoração, temos a pretensão de incluir o enfoque das geografias das representações, dos imaginários, das emoções, e isso sugere, por sua vez, uma abordagem (também) fenomenológica do conflito.
>
> Para além das etnografias dos conflitos socioambientais, especialmente aos geógrafos, a etnogeografia dos conflitos territoriais tem foco na cartografia social do conflito territorial, que identifica e diferencia os grupos sociais dos agentes externos que investem nas arenas de embates, e o uso de múltiplas escalas espaciais e temporais de análise delineadas, permitindo observar, a partir da imersão no cotidiano dos conflitos, as principais forças internas e externas, explícitas e "ocultas" dos embates: geoestratégias, conflitos "intestinais", cotas de poder, alianças, coalizões, rupturas, lobbys, cooptação etc.
>
> Nossa abordagem etnogeográfica dos conflitos territoriais exige um olhar holístico para o conflito, de modo a explicar a materialidade, considerando a superestrutura simbólica e as múltiplas linguagens da violência. Isso, por sua vez, exige um diálogo intenso entre as Ciências Sociais e Naturais, no sentido de produzir "uma geografia do conflito verdadeiramente social, política e ecológica" que focaliza as relações/interações entre o biofísico, o ecológico, o social, o econômico, o simbólico; inseridos em um complexo de causas interativas e efeitos, que, por sua vez, requer certas mudanças paradigmáticas na prática científica, no horizonte epistemológico, teórico e metodológico da geografia dos conflitos territoriais.

Imersão e coleta de dados

Os procedimentos de coleta de dados baseiam-se na adoção *ad hoc* de métodos (técnicas) quantitativos seguidos de métodos

(técnicas) qualitativos, no trabalho de imersão etnogeográfica, e na cartográfica social e acesso documental.

Os trabalhos de imersão a campo foram realizados em momentos estratégicos do desenrolar dos embates, adotando a imersão no PA Margarida Alves e reserva em bloco; em locais, momentos e ocasiões específicas, capturando elementos inusitados da pesquisa. Nesta ocasião, foram feitas entrevistas e observação participante, com assentados, lideranças comunitárias e famílias acampadas no interior da reserva em bloco. Nesta mesma ocasião, foi acessada a documentação histórica do conflito (documentos e projetos da associação de assentados, plano de manejo florestal da área, sentenças judiciais, notícias em jornais, relatórios etc.

Na parte cartográfica, foram operacionalizados dados espaciais e territoriais ("*shapefiles*") dos bancos de informações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), além de acesso documental do banco de dados da CPT – CEDOC Dom Tomás Balduino. Os dados referentes aos conflitos no campo foram processados em planilha Excel.

Cercamentos expropriatórios sobre a natureza e os territórios dos grupos comunitários

No manifesto comunista (1848), Marx e Engels deixam uma valiosa reflexão ao lembrarem que "tudo o que é sólido se desmancha no ar". Aos geógrafos marxistas poder-se-ia grifar esta valiosa citação e dizer que, no processo de produção e reprodução ampliada do capital, tudo o que é sólido se desmancha no espaço e no tempo das coisas. O Manifesto ainda lembra que "a burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os

instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais" (Marx; Engels, 1999, p.12). Isso infere-se, como bem lembrou Rosa Luxemburgo, que o processo de produção e reprodução ampliada do capital não somente se transforma a todo instante, mas também, depende de uma fronteira externa, em que o capital impõe seus tentáculos sobre todas as riquezas globais.

No livro I de O Capital, Marx sugere um novo entendimento do conceito de acumulação primitiva, que, sob crítica, trata (não somente) do processo histórico de separação entre os que produzem e os meios de produção. "Ele aparece como "primitivo" porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde" (Marx, 1996, p. 340). Além disso, a acumulação primitiva expressa, na prática, os regimes de expropriação/cercamentos da base fundiária da terra, o sucateamento das condições materiais do trabalho camponês e dos meios de subsistência humana.

Na contemporaneidade, teóricos marxistas se esforçam no sentido de encontrar chaves de interpretação do modo capitalista moderno e reconstruir o marxismo, a partir e para além do próprio Marx. Estes afirmam, de modo categórico que o processo combinado que se funda a acumulação primitiva (roubo, fraude, força, coerção, violência, guerra, dívida, etc.), que por sua vez marcou a gênese do capitalismo com a ruptura do modo de produção feudal, não desapareceu ao longo da história, sendo que seus imperativos são um processo presente na sociedade contemporânea (Harvey, 2005; Lencioni, 2012; Levien, 2014; Godoy, 2018; Alliez; Lazzarato, 2020). Como escreve Rosa Luxemburgo, "o método inicial do capital é a destruição e o aniquilamento sistemáticos das estruturas sociais

não-capitalistas, com que tropeça em sua expansão. Isso não significa já a própria acumulação primitiva, mas seu processo continua até hoje" (Luxemburgo, 1983, p. 320). Outra questão central no pensamento de Rosa Luxemburgo é que o capital, em seu caráter acumulativo, é um modo de produção expansivo que precisa de fronteiras externas para ampliar-se. David Harvey também argumenta que "o imperativo da acumulação implica consequentemente no imperativo da superação das barreiras espaciais" (Harvey, p. 50, 2005).

Na sociedade contemporânea, a acumulação primitiva é um processo que tem se configurado na rapinagem capitalista sobre os recursos naturais. Atividades rapineiras como a etnobiopirataria, a expansão do agronegócio de grãos (soja e milho) e da pecuária (gado de corte), o roubo de terras públicas, a destruição de ecossistemas, etc., configura a acumulação primitiva do capital sobre a natureza (Composto, 2012; Matos, 2023) e sobre os grupos comunitários (Matos, 2024). A acumulação primitiva dos grupos hegemônicos sobre os recursos naturais constitui processos contemporâneos do atual período de hegemonia, em que a exploração do homem pelo homem está indissociada da exploração da natureza.

No Brasil, com o fortalecimento dos radicalismos, abriu-se as portas às múltiplas perspectivas hegemônicas e tendências autoritárias contra o espaço do campesinato, configurando um cenário geopolítico atualizado de geoestratégias de transformações territoriais e econômicas nas regiões estratégias à exploração capitalista das riquezas naturais. Para dar um exemplo, na Amazônia, que de longa data é palco de intensas disputas e transformações territoriais (Costa Silva, 2010; 2014; 2015; Costa Silva; Lima; Conceição, 2018; Costa Silva; Michalski, 2020), explode

os conflitos por todo canto, das mais variadas tipologias de embates. Os movimentos de radicalismos aproveitaram a "tempestade perfeita" para fortalecer os cercamentos expropriatórios a partir da formação de agromilícias – aliança de militares mercenários, latifundiários, grileiros, garimpeiros, madeireiros etc., – acirrando os conflitos, violando direitos humanos, a natureza e os territórios dos grupos comunitários (Costa Silva, *et al.*, 2020; Matos, 2024; 2024; Ribeiro, 2024).

A Amazônia, por representar uma rica biodiversidade nas Áreas Protegidas, habitadas ou não por comunidades camponesas, com condições edafoclimáticas para a expansão da fronteira agrícola (pecuária, monoculturas, extrativismo etc.), por consequência, assume lugar de espaço vital de projeção dos grupos hegemônicos (madeireiras, frigoríficos, casas agropecuárias, silos, confinamentos, etc.) ligados aos grupos mercenários (agromilícias).

A região amazônica é, de longe, o campo ideal À aplicação dos métodos "idílicos" de acumulação primitiva cuja base imediata se funda na transformação da natureza em mercadoria do capital. Na Amazônia, como se vê, a ação do capitalismo verde (neoextrativismo) e grileiros de terras públicas (agromilícias), aparecem como verdadeiras geoestratégias de expropriação/cercamentos, que reúnem invasões, assassinatos, expulsões etc., indissociável das múltiplas linguagens da violência simbólica. Dessa forma, a invasão dos territórios comunitários, por depender de métodos rapineiros (roubo de terras e madeira, assassinatos, expulsão de famílias camponesas de seus territórios etc.), se constitui a acumulação primitiva dos tempos modernos, e isso se mostra sob diferentes regimes de expropriação/cercamentos

e desapossamentos (Levien, 2014) sobre os recursos naturais, o território camponês; no espaço-tempo das coisas.

Em um jogo complexo de relações de poder em crise civilizatória (Porto-Gonçalves, 2015), estes métodos de acumulação se aliam a um *estado de exceção,* e se cooperam pela territorialização de uma governabilidade bio/necropolítica do território nesta dialética movida por poder, violência, roubo, fraude, etc., para a expansão/invasão capitalista/colonialista sobre/contra a Amazônia (Malheiro; Cruz, 2019; Malheiro; Porto-Gonçalves; Michelotti, 2021; Malheiro, 2022). A região amazônica constitui a última fronteira desse estágio rapineiro do grande capital em curso de colapso.

Desse modo, a acumulação primitiva e suas forças telúricas de expropriação/cercamentos se manifestam nos processos empíricos de expansão das fronteiras, desterritorialização e mercantilização de todas as riquezas naturais da Amazônia. Região estratégica à reprodução ampliada do capital, a Amazônia é, nesse sentido, especialmente nos territórios comunitários, espaço de formação orgânica das agromilícias.

Desse modo, configuram-se na vida cotidiana dos grupos comunitários os métodos mais horrendos de uma acumulação primitiva tipicamente contemporânea que se mostra nos regimes de expropriação/cercamentos sobre as Áreas Protegidas e os territórios comunitários na Amazônia. Na atualidade, a situação dos territórios comunitários sob conflitos na Amazônia é complexa. Grande parte desses conflitos resulta da estrutura de fixos/fluxos (materiais e imateriais) do capital globalizado que avança sobre as fronteiras da natureza, marcadas pelas territorialidades do modo de produção e reprodução camponês, provocando o acirramento da

competição política, econômica e social por recursos naturais estratégicos sobre as regiões ricas em recursos naturais; objetificados em mercadoria do capital.

A globalização neoliberal tem impactado todas as regiões do planeta. A globalização é fragmentadora das coerências territoriais endógenas; destrói os modos de produção e reprodução da vida material e simbólica e condiciona o cotidiano da vida camponesa às estruturas de fixos/fluxos do capital (Costa Silva, 2015). O processo de expansão da agricultura capitalista impõe uma violenta transformação na paisagem geográfica, cujas florestas são substituídas pelos extensos campos da agropecuária (pastagens e monoculturas) e fragmenta as espacialidades humanas do campesinato. A territorialização dos regimes de expropriação/cercamentos atinge os espaços territorializados pelas mais variadas categorias de campesinato amazônico, que passa a ter os espaços locais e concretos cada vez mais submetidos às pressões do grande capital (Costa Silva; Conceição, 2017). Com uma frequência espantosa, as regiões ricas em recursos naturais (terra, madeira, água, minério, etc.,) – entre as quais os territórios das comunidades camponesas – são progressivamente convertidos em espaço homogêneo das commodities, afetando até mesmo as comunidades camponesas habitadas nas partes mais remotas da Amazônia (Costa Silva; Lima; Conceição, 2018).

Cartografia social dos conflitos territoriais em Rondônia

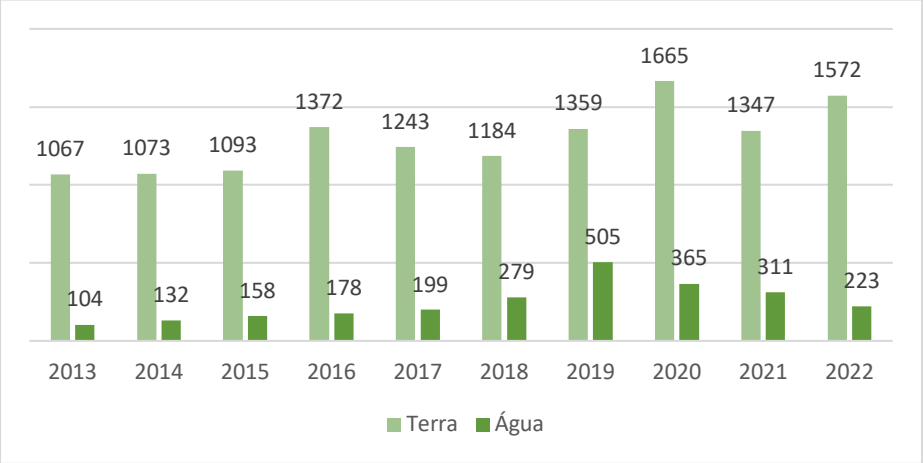
No dia 08 de maio de 2023 ocorreu, na cidade Porto Velho, Rondônia, o lançamento do relatório do Conselho Nacional de Direitos Humanos – CNDH e do caderno de conflitos no campo (2022) da CPT. Segundo os dados do relatório do CNDH e da CPT,

Rondônia é o estado da Amazônia onde mais se mata lutadores de direitos humanos, da luta pela terra, territórios e natureza. A abertura desta urgente pauta foi marcada pelo relato de lideranças indígenas, quilombolas e camponeses sobre a violência direcionada às camadas da sociedade – notadamente, as minorias. A ocasião foi registrada por importantes falas como a da liderança feminina indígena Camila Puruborá:

> Muitas pessoas dizem que somos preguiçosos, mas não sabem o que eles [agromilícias, madeireiros, garimpeiros, latifundiários etc.] têm feito em nossas terras. Nós indígenas só queremos cuidar da natureza, cuidar da nossa terra, cuidar do nosso território" (Liderança Puruborá, Porto Velho, 08 de maio de 2023).

Toda essa situação, em Rondônia e em toda a Amazônia, remonta no que ficou explícito: o projeto político-ideológico-narrativo de extrema-direita de implantar a lógica social do colapso legitimando as múltiplas e simultâneas formas de violências direcionadas aos territórios comunitários. Para dar apenas um exemplo, a expressão metafórica "vamos passando a boiada" definiu, de modo categórico, o projeto político de fortalecimento dos regimes de expropriação/cercamentos sobre as Áreas Protegidas e territórios comunitários. Pouco se pode arriscar sobre a instabilidade das Áreas Protegidas, sobretudo aquelas que formam os territórios comunitários em que se construiu uma situação de irreversibilidade dos processos ecológicos, a qual tenta-se consolidar a legalidade dessas áreas. O radicalismo à direita ampliou as inter-relações de poder dos grupos rapineiros, enquanto excluiu os sujeitos sociais dos processos decisórios, expondo os grupos sociais às diversas geoestratégias de domínio do território por grupos mercenários.

Figura 1. Número de ocorrências de conflitos por terra e água no Brasil (2013-2022).



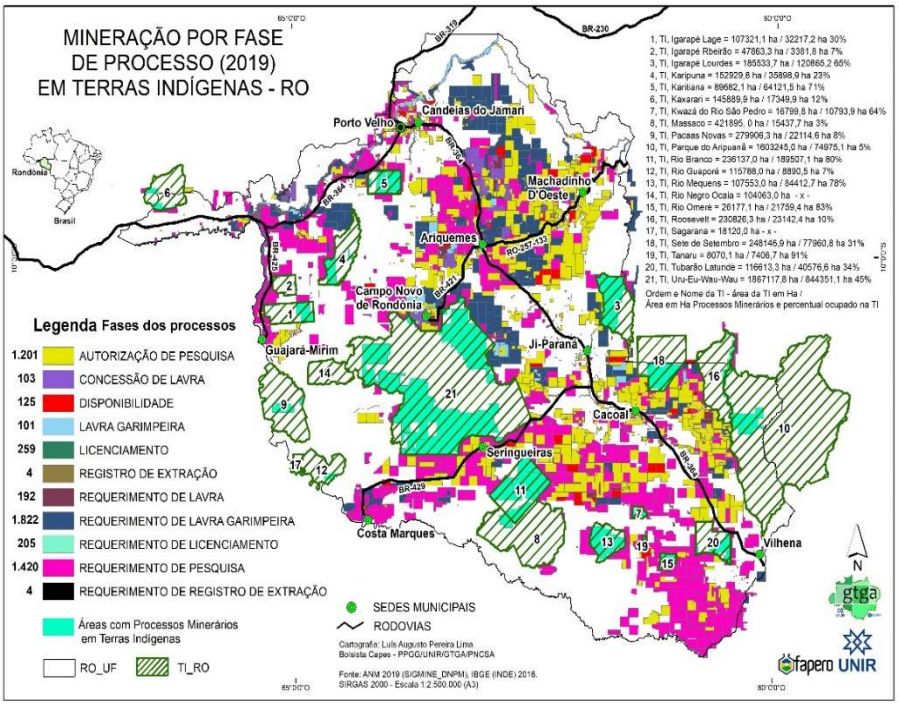
Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino. Autor (org.), 2024.

A partir dos dados da última década (2013-2022), percebe-se que os conflitos vão de encontro com uma das categorias típicas dos conflitos que chamamos de *fenômenos transitórios*. Nesta tipologia, como já colocamos, os conflitos oscilam, a depender da ação dos agentes envolvidos e, sobretudo, do momento político. No caso dos conflitos por água, por exemplo, as ocorrências de conflitos oscilam de 104, em 2013, para 505, em 2019. De 2018 a 2019, na ocasião da transição para o governo Bolsonaro, este aumento é mais expressivo ainda. A mesma observação ocorre em relação aos conflitos por terras em áreas indígenas, que oscilou de 145, em 2013, para 681, em 2020 (CPT, 2023). O número de famílias afetadas por conflitos também aumentou numa escala assustadora se compararmos ao período de golpe à transição para o governo de Bolsonaro (figuras 3 e 4).

Isso decorreu, possivelmente, devido às ofensivas do legislativo em favor da mineração, da agropecuária e das barragens e Terras Indígenas. Em Rondônia, nos últimos anos, constatou-se

um avanço expressivo de atividades de mineração sobre territórios comunitários (figura 2).

Figura 2 – Mapa da Cartografia da Mineração em Terras Indígenas de Rondônia.



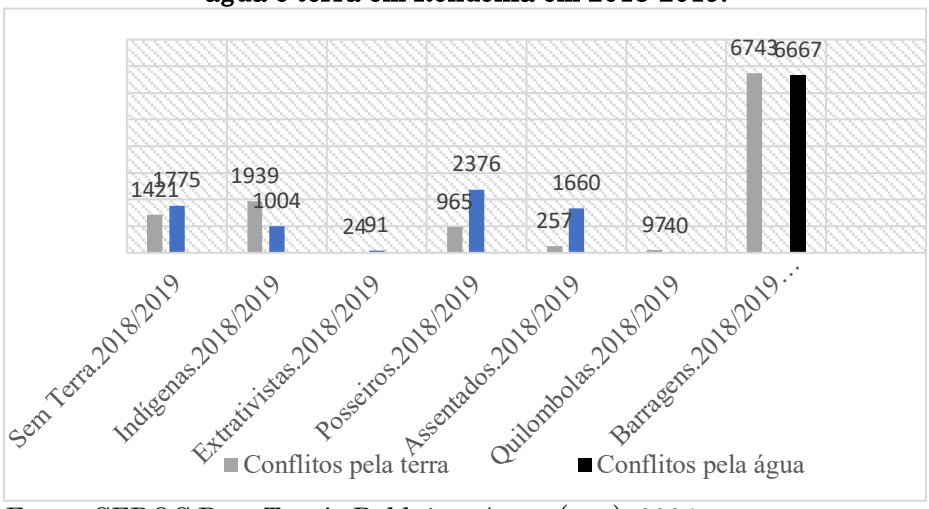
Fonte: ANM; IBGE. (org.), Costa Silva; Lima, P. 2, 2019.

Constatou-se que em todo o estado de Rondônia há requerimentos para exploração mineral, indicando que o subsolo está em disputa econômica. Existem 5.436 solicitações/registros para atividade mineral, em sua maioria concentradas nos Requerimentos de Pesquisa (1.420 registros: 26%), Autorizações de Pesquisa (1.201 registros: 22%) e Requerimentos de Lavra Garimpeira (1.822 registros: 34%), o que representa 82% do total de registros. Estas três fases se destacam nas seguintes sub-regiões rondoniense: na parte norte-noroeste, na conexão da BR-364 com a BR-425, municípios de Guajará-Mirim, Nova Mamoré e Porto Velho; na região de Ariquemes, conexão da BR-364 com a BR-421 e as RO257/133, com referência ao município de Campo Novo de Rondônia, Ariquemes e

> Machadinho D'Oeste; Na região central, de Ji-Paraná à Cacoal, em direção às terras indígenas Igarapé Lourdes, Sete de Setembro e Roosevelt; na região da Zona da Mata e BR-429, até o município de Costa Marques; e na região Cone-Sul (Costa Silva; Lima, P. 2, 2019).

Ainda, conforme a cartografia social da mineração em terras Indígenas em Rondônia, das 21 áreas, 19 apresentam alguma parcela do território com pedidos "requeridos", sendo que 11 delas apresentam mais de 30% da área "requerida" para a exploração mineral. As maiores parcelas de áreas estão nas terras indígenas Tanaru (com 91%), Rio Omoré (com 83%), Rio Branco (com 80%), Rio Marques (com 78%), Igarapé Lourdes (com 65%), Kwazá do Rio São Pedro (com 64%), Tubarão Latundé (com 34%) e Sete de Setembro (com 31%). A Uru-Eu-Wau-Wau, considerada a maior área indígena de Rondônia, apresenta 45% do território requerido para atividade mineral, portanto, poderá ser a maior extensão de área a ser impactada (figura 2).

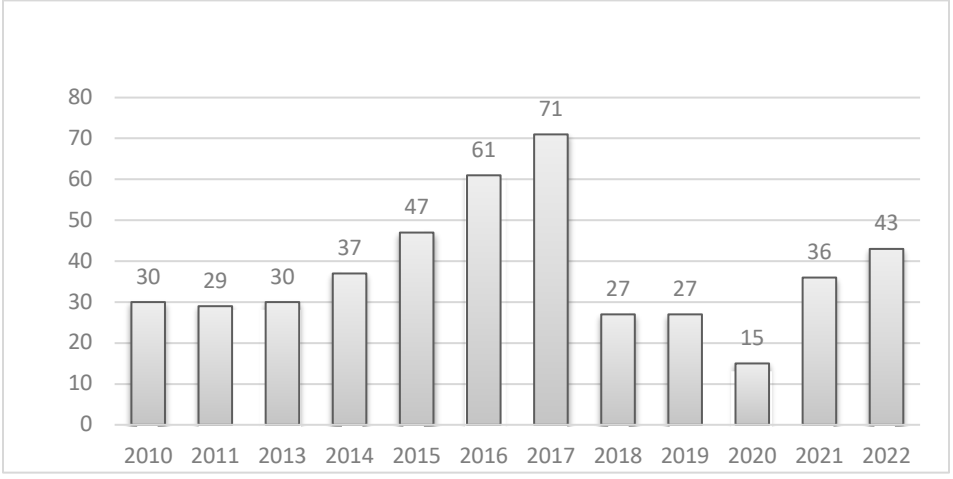
Figura 3 – Gráfico do número de famílias envolvidas em conflitos por água e terra em Rondônia em 2018-2019.



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino. Autor (org.), 2024.

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a categoria camponesa representada por famílias sem-terra e posseiros foi a que mais sofreu ataques do Estado desde o golpe parlamentar de 2016. Isso reforça a nossa tese dos regimes de expropriação/cercamentos como força exógena do capital sobre os territórios comunitários. Os números de assassinatos envolvendo a terra também oscilaram, conforme os momentos políticos. Os assassinatos no campo são dados que precisam ser observados do ponto de vista especificamente qualitativo, porque representa a violência direcionada a lideranças comunitárias e de causas ambientais. Esta categoria se ampara na superestrutura de violências simbólicas do capital, que são postas em campo no cotidiano dos grupos comunitários pelos métodos mais brutais de acumulação primitiva dos grupos rapineiros.

Figura 4. Número de assassinatos envolvendo conflitos por terra entre 2010-222 no Brasil.



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino. Autor (org.), 2024.

No Brasil, sobretudo com o avanço do radicalismo à direita, há uma psicosfera de aversão total à figura do outro – notadamente, minorias. Há uma relação indissociável entre as linguagens e a

prática concreta da violência sobre os grupos comunitários. A expressão aporofobia, cunhada pela filosofa espanhola Adela Cortina, serve de reflexão crítica, não só em relação à aversão a figura do outro, mas, sobretudo, como esta rejeição sugere um maniqueísmo que retira a condição humana dos que pertencem à grupos sociais marginalizados, e isso fica explícito nas invasões deliberadas dos territórios comunitários. As agromílicias, os grupos políticos e econômicos veem no momento político a tempestade perfeita para realizar o "fato consumado", que exige uma projeção para um futuro próximo. De modo concreto, os invasores de terras públicas e dos territórios comunitários constroem uma situação de irreversibilidade dos processos ecológicos visando o "fato consumado", que, na prática, significa a garantia de uma mudança no marco regulatório e a legalização das áreas, como veremos nas seções a seguir sobre as tramas que marcam o desenrolar das tensões envolvendo a RLB do PA Margarida Alves. Uma leitura dos conflitos a partir do cotidiano é capaz de incluir o papel dos sujeitos (sem pautas de luta de classe) na invasão dos territórios e no exercício da violência às comunidades diversas.

PA Margarida Alves: um conflito localmente impulsionado

O PA Margarida Alves, juntamente com o Palmares, foi criado em 1997 após a desapropriação das fazendas Fisher (Firasa) e Aninga, cujo tamanho ultrapassava os 22 mil hectares. Originalmente, foram assentadas 258 famílias no PA Margarida Alves, em lotes de 24 hectares em média. O PA Padre Ezequiel (1997), composto por cerca de 200 famílias, após a conquista da fazenda Urupá, em Mirante da Serra, também foi criado na mesma época do PA Margarida Alves e do Palmares. Atualmente, juntos, os

três assentamentos possuem cerca de mil famílias – assentadas originalmente ou não – distribuídas em cerca de 30 mil hectares. Dos três assentamentos (Margarida Alves; Padre Ezequiel; Palmares), apenas o PA Margarida Alves e o PA Padre Ezequiel possuem uma Reserva Legal em Bloco (RLB) equivalente a 50% da área do assentamento na formação geográfica de cada assentamento.

Reservas Legais em Bloco são Áreas Protegidas de posse de famílias camponesas resultantes do pressionamento da luta na/pela terra e por território, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e de outros movimentos sociais. A criação das reservas em bloco surgiu como resposta do INCRA, a partir do pressionamento dos órgãos ambientais e ações judiciais. As reservas em bloco surgiram na década de 1980 para garantir, em tese, a diversidade ecológica, atrair o ecoturismo para os assentamentos, incentivar o extrativismo etnobotânico, o artesanato e a exploração econômica florestal.

Outro contexto que influenciou a criação dessas áreas foram os acordos internacionais sobre o clima. Para dar um exemplo, o Programa Piloto para a proteção das florestas tropicais do Brasil (PPG7), que foi uma iniciativa dos países mais ricos da época (G7), destinou recursos para o PA Margarida Alves. O PPG7 foi proposto em 1990, durante a convenção do G7 realizada em Houston (EUA). Foi uma iniciativa subsidiada pelo Banco Mundial. Os recursos do PPG7 foram geridos pela Associação dos Produtores Alternativos de Ouro Preto (APA). A APA foi o primeiro contato externo do PA Margarida Alves e foi responsável por incentivar as práticas relacionadas aos sistemas agroflorestais, alienando as famílias assentadas a um plano de manejo florestal da RLB.

A RLB do PA Margarida Alves está aglutinada nas adjacências de cinco municípios do estado de Rondônia (Nova União, Ouro Preto do Oeste, Mirante da Serra, Urupá e Teixeirópolis). Existe também outra área de RLB em outro assentamento próximo: o Padre Ezequiel. Juntos, os dois remanescentes florestais possuem mais de 10 mil hectares, que compõe a metade da área destinada a cada assentamento. A RLB do PA Margarida Alves possui a maior parcela de área destinada à preservação, cerca de seis mil hectares. Ambas se encontram em situação de conflito.

Manejo florestal como alternativa de sustentabilidade?

Na RLB do PA Margarida Alves, gerenciado pela antiga Associação dos Produtores Alternativos de Ouro Preto (APA), foi iniciado o primeiro plano de manejo florestal da área. A APA foi o primeiro contato externo do assentamento. Foi através da APA que uma série de práticas ligadas as SAFs foram difundidas entre as famílias assentadas, entre as quais, envolviam o extrativismo de produtos florestais e o manejo florestal. A primeira experiência de manejo florestal ocorreu entre 2002-2003. Devido a fatores relacionados a divergências internas entre integrantes da APA e do MST, ausência das próprias famílias assentadas nas atividades de extração, ações de invasores externos aliados ao processo de falência da APA (Kohler, *et al.*, 2011), as atividades foram paralisadas. A partir de 2011, incentivados pelo INCRA e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Cooperativa Mista de Extrativismo, Agricultura Familiar, Ecologismo e Prestação de Serviços (COOMEAFES) tomou frente na condução de um novo

plano de manejo florestal junto aos órgãos ambientais, que esteve em andamento entre 2014-2017).

Na verdade, a própria literatura dos conflitos nas reservas em bloco sugeriu a exploração econômica dessas áreas, por meio do manejo florestal, como possível alternativa de renda e de resolução dos conflitos (Oliveira; Bursztyn, 2005; Oliveira; Carvalho, 2016). Outros autores com intervenções relacionadas aos conflitos na RLB também apontaram para o mesmo caminho, sugerindo que "a formalização do plano de manejo pode se tornar um instrumento jurídico de proteção ambiental e uma nova fonte de renda aos moradores do assentamento" (Negrão; Kohler, 2018, p. 108). "O plano de manejo florestal do PA Margarida Alves abre assim uma possibilidade a mais de ganhos em um território onde o leque de possibilidades de renda vem se restringindo com o passar dos anos" (Negrão; Kohler, 2018, p.109).

Figura 5. Outdoor de propaganda do manejo florestal realizado na RLB do PA Margarida Alves.



Fonte: imersão a campo. Autor (org.), 2024.

A área manejada correspondeu a 1.499 hectares (cerca de 20% da área total). Isso por que, grande parte da RLB é composta por pastagem e florestas em formação secundária, resultado dos

movimentos externos de invasão (Negrão; Mourão; Araújo, 2015). Além disso, grande parte da madeira de valor comercial já havia sido roubada por madeireiros profissionais e por proprietários aglutinados à área. O manejo florestal do PA Margarida Alves era do tipo empresarial, com aspectos do manejo florestal comunitário. Isso por que, a extração foi feita por três grandes madeireiras que atuam na região e em outros estados da Amazônia Legal, e contou com a atuação de escritórios de engenheira florestal no projeto de aprovação e condução, mediante a participação em 50% do lucro da extração. A parte comunitária esteve na distribuição do resto da renda da extração às famílias assentadas.

Na verdade, os discursos sustentáveis no entorno da exploração florestal capitalista foi uma armadilha que alienou a grande maioria de famílias assentadas a ceder a RLB de vez a grupos econômicos externos ao assentamento, entre as quais, lideranças comunitárias do próprio Movimento Sem Terra. O manejo florestal do PA Margarida Alves foi uma crença das famílias em cessar os conflitos de uma vez por todas, uma vez que atrairia a fiscalização ambiental das atividades de extração e, na mesma ocasião, da área; o que não ocorreu. O manejo florestal foi um "tiro no pé" das famílias assentadas. Típico do que tem ocorrido em outras comunidades que aderem ao manejo florestal. Houve uma crença local que acabou alienando as famílias à extração da madeira da reserva de que o manejo poderia acarretar altos lucros para os adotantes, o que também não ocorreu. De fato, o manejo florestal do PA Margarida Alves demonstrou o significado prático da exploração capitalista da natureza e sua acumulação primitiva correspondente.

Além disso, o manejo florestal intensifica as invasões e o roubo de madeira, ampliando os fluxos de atuação e a ordem da ilegalidade. A infraestrutura necessária às atividades de extração, que são abandonadas após o corte das árvores selecionadas, dão acesso, aos invasores, às partes mais remotas da floresta. Neste caso, o roubo de madeira, que antes ocorria apenas na borda da floresta, é intensificado à medida que toda área pode ser acessada. A infraestrutura torna-se, assim, uma estrutura fixa e cria os fluxos materiais e imateriais de conexão com outras escalas de atuação, inserindo o lugar a uma esfera ampla de atuação que impulsiona as ocorrências e os fenômenos (como os desvios das finalidades ecológicas e rupturas com a conservação), intensificando a instabilidade da floresta. Aqui, caberia lembrar o que Costa Silva (2015) argumentou sobre como as verticalidades do capital globalizado ligam o mundo ao lugar e fragmenta as coerências territoriais endógenas. A infraestrutura, marcada pela construção de estradas dentro da floresta, possibilita a comunicação entre parceiros econômicos – à montante e à jusante – a qual amplia a localização geográfica da estratégia de atuação local e a formação de uma "rede multiconectata" de interesses econômicos iguais. A infraestrutura cria redes de conexão com outras escalas de atuação e ampliam, nesta mesma sincronia, a ordem da ilegalidade sobre RLB do PA Margarida Alves.

É possível observar como a infraestrutura contribui para a ramificação das ocorrências locais a outras escalas econômicas legais e ilegais de atuação sobre a área: ambas fragmentam as coerências territoriais endógenas. A infraestrutura criou condições para os invasores intensificarem a retirada de madeira ilegal, já que as estradas permitem o acesso às áreas mais remotas da

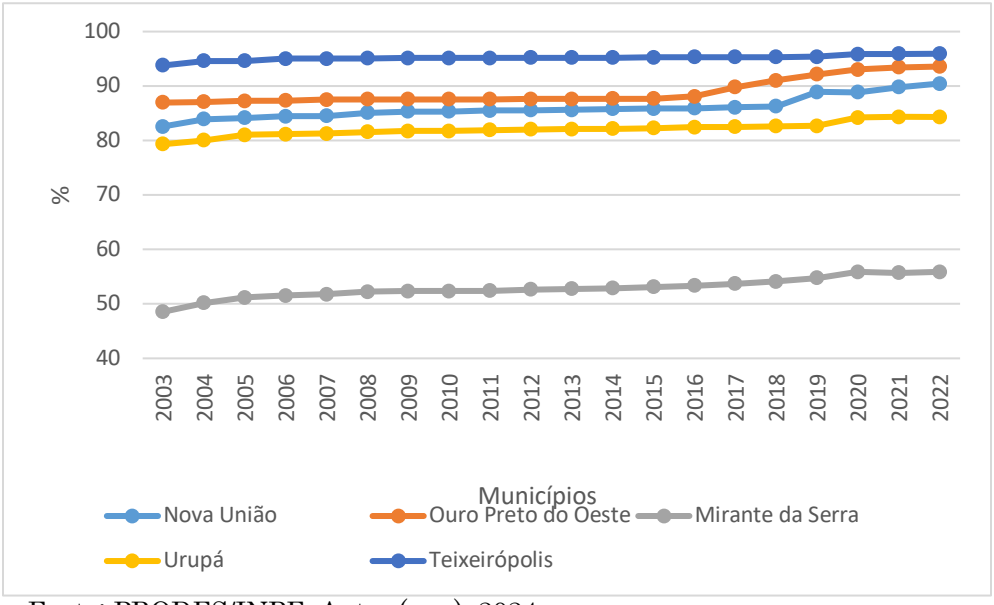
floresta, que antes ocorriam na borda. O manejo florestal é um exemplo que cria fluxos de comunicação entre grupos econômicos locais à multinacionais e transacionais dentro da agenda econômica da globalização. A exploração capitalista da natureza, por meio do manejo florestal, faz parte do grupo das *commodities* à medida que é exportada para outros países. Temos então, que o manejo florestal do PA Margarida Alves foi uma força exógena que provoca instabilidade da floresta, destrói coesões endógenas e gera conflitos de natureza difusa, até mesmo entre os próprios assentados.

O manejo florestal do PA Margarida Alves que, em tese, deveria ser uma alternativa de exploração econômica sustentável e, sobretudo, um instrumento de mediação/resolução dos conflitos, demonstrou ser mais um leque de expropriação da natureza, típico da acumulação primitiva. A exploração capitalista florestal na Amazônia é resultado do discurso ambiental neoliberal do "desenvolvimento sustentável" como alternativa de imposição/exploração dos países desenvolvidos sobre os países subdesenvolvidos, ricos em recursos naturais estratégicos. O efeito contraditório da exploração capitalista da natureza, que ora se observa no PA Margarida Alves, põe em xeque o manejo florestal como uma alternativa de sustentabilidade para a Amazônia. O manejo florestal é resultado do discurso neoliberal sustentável aceito entre grande parte dos cientistas, políticos e do próprio movimento ambientalista. Fora os estudos de clareira, pouco se sabe sobre as contradições e, sobretudo, os impactos ambientais às comunidades adotantes e a própria floresta.

Cercamentos expropriatórios sobre o PA Margarida Alves.

Outro fator que impulsiona o conflito pela RLB é o próprio desmatamento na região considerada "arco do desmatamento na Amazônia", resultado dos projetos de colonização em Rondônia. Para dar um exemplo, a própria região central de Rondônia, no chamado PIC de Ouro Preto, o desflorestamento das áreas de Reserva Legal individual foi progressivamente significativo ao longo das últimas duas décadas (gráfico 4). No estudo de Negrão, *et al.*, (2015) os resultados apresentados, sinteticamente demonstram que a redução da cobertura florestal somada às áreas individuais do PIC de Ouro Preto, passou de 80% para 32% até 2013.

Figura 6 – Desmatamento nos municípios da região central de Rondônia limítrofes à RLB do PA Margarida Alves (Nova União) entre 2003-2022.

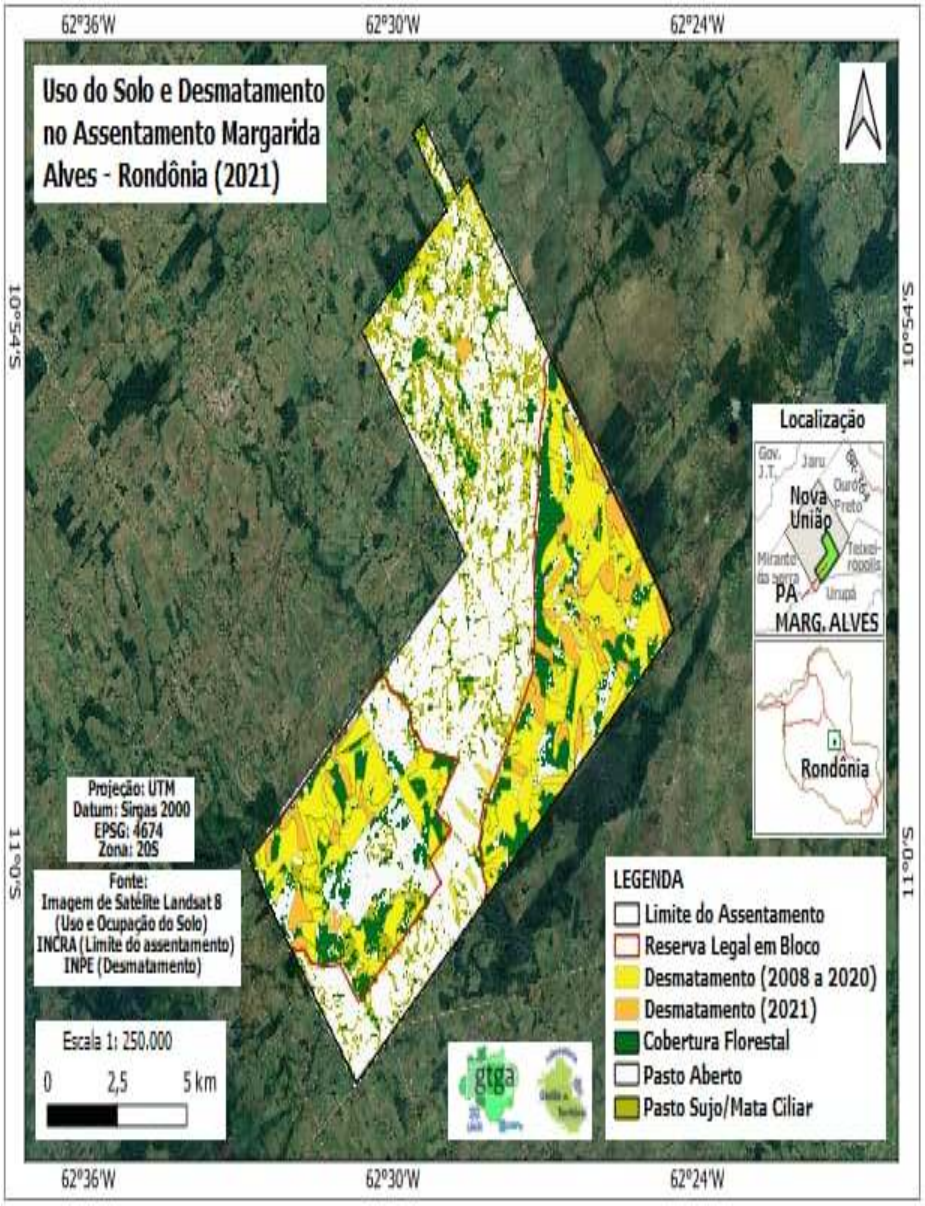


Fonte: PRODES/INPE. Autor (org.), 2024.

O desmatamento nos municípios, aos quais a RLB do PA Margarida Alves está aglutinada, pode dar pistas da corrida insustentável pelos recursos naturais desta área. A taxa elevada de desflorestamento nos municípios limítrofes à RLB do PA Margarida Alves (com exceção de Mirante da Serra) é de 80 a 95%,

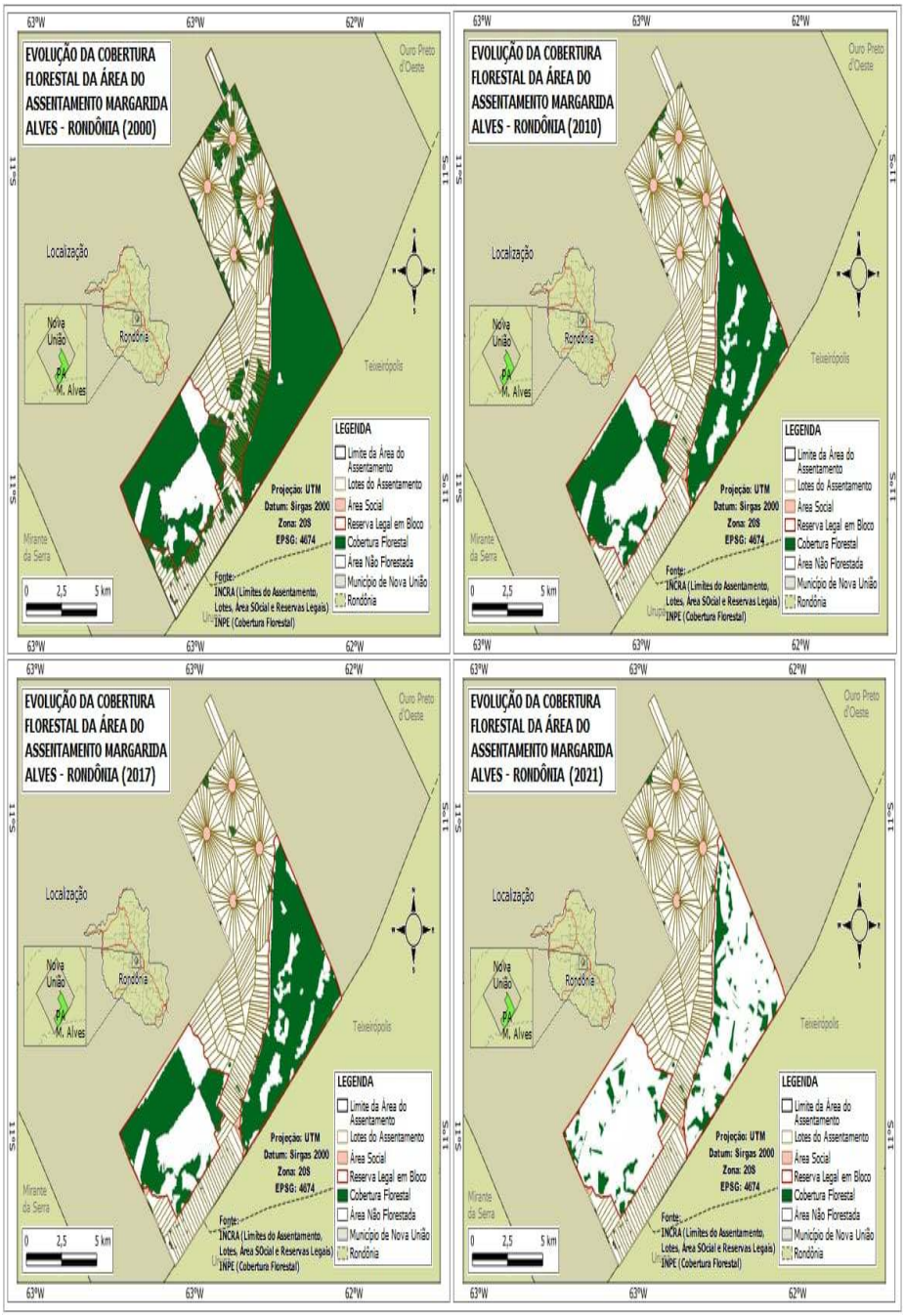
aproximadamente. A RLB se encontra integralmente no município Nova União, com taxa de desflorestamento no entorno de 88, 92% (figuras 7 e 8).

Figura 7 – Reserva Legal em Bloco, usos do solo e evolução do desmatamento no PA Margarida Alves.



Fonte: Imagem Landsat 8; INPE; INCRA. Autor; Luciano Ítalo Tavares de Souza (org.), 2024.

Figura 8 – Reserva Legal em Bloco, usos do solo e evolução do desmatamento no PA Margarida Alves



Fonte: Imagem Landsat 8; INPE; INCRA. Autor; Luciano Ítalo Tavares de Souza (org.), 2024.

Até o momento, da área total de cerca de 5.700 hectares, restam aproximadamente 2.200 de floresta. A perda total é de cerca de 38% da cobertura vegetal (Figuras 7 e 8). Uma parcela significativa do desmatamento é resultado de movimentos externos entre 2002-2005, que resultou na perda de 400 hectares de florestas (Negrão; Mourão; Araujo, 2015), transformadas em pastagem. Outra parcela do desmatamento é resultado da ação das próprias famílias sem-terra que hoje ocupam a área para fins de agricultura camponesa; configurando um espaço de luta pela terra, e evidenciando a estagnação da reforma agrária e, sobretudo, reapropriando socialmente de um território invadido por forças externas.

Estes fatores fazem com que, à medida que os recursos naturais foram minguando ao longo dos anos, a RLB tornou-se o único remanesceste florestal de grande extensão desta região, o que atraiu pessoas externas para o roubo de madeira e, sobretudo, a cobiça dos madeireiros e das agromílicias. As disputas no entorno da RLB foram intensificadas após o golpe parlamentar de 2016 e teve ápice no cenário político neoliberal autoritário, e os desvios de finalidades ecológicas da RLB, resultado do atual processo de invasão de terras públicas e dos territórios do campesinato – impulsionado por uma esfera ampla de atuação de forças exógenas – parece ser a dinâmica que tem prevalecido e precisa ser analisada por um olhar holístico, que privilegia as ações do ponto de vista do fenômeno.

O termo agromilícia materializa as inter-relações de poder (paralelo ou direto) dos grupos rapineiros (mercenários, madeireiras, latifundiários, grileiros, pistoleiros etc.) através do roubo de madeira e terras públicas, da pistolagem contra famílias

sem-terra, da invasão dos territórios comunitários, dos garimpos ilegais etc. O adjetivo "agro", para além da semântica, serve para demonstrar como estes grupos são movidos por uma superestrutura simbólicas que forma o ideário do "mundo agro".

Embasado na documentação histórica do conflito do PA Margarida Alves, observa-se o modo de operação das agromilícias sobre as áreas invadidas, a organização ramificada em várias regiões de Rondônia e da Amazônia:

> Essa ORCRIM tinha por objetivo invadir área de propriedade da União e expulsar do local, por meios de atos de violência, as pessoas que estavam legalmente assentadas na localidade; e que, por meio da Cooperativa de Trabalhadores Rurais do Assentamento Margarida Alves, exploravam economicamente e legalmente a área de reserva legal do citado Assentamento Rural.
>
> As investigações indicavam que o grupo de invasores do Assentamento Margarida Alves contratam milícia (grupo de militares) da cidade de Ariquemes/RO, com a finalidade de fornecimento de armamentos e equipe de pessoas para viabilizar a prática dos fatos; (MPF, p. 36, 2017).

Há depoimentos das próprias famílias assentadas sobre o diálogo de milicianos com pessoas do INCRA, de corporações militares e de grupos políticos no acesso a informações sobre o assentamento, visando orientar invasões. O acesso das agromilícias às instituições do Estado amplia as inter-relações de poder desses grupos na arena de embates em detrimento dos grupos sociais minoritários. Indissociável a isso, nota-se também, como relatam as famílias assentadas, que a tentativa de diálogo com representantes majoritários das agromilícias acaba por expor as "fraquezas" do grupo social, à medida que fica claro para os invasores que a

comunidade não decidirá por uma resistência local baseada no conflito físico direto. Nesta mesma ocasião, as famílias assentadas depositam a responsabilidade de mediação/arbitração dos embates junto às instituições públicas e experimentam a flexibilização das regras. As agromilícias só ampliam seus métodos violentos quando estão ramificadas nas instituições públicas. Em muitos casos, por estarem representados nas instituições do Estado, os integrantes das agromilícias recebem informações de operações e investigações em curso, o que possibilita maior organicidade para driblar os órgãos fiscalizadores e garantir vantagens na arena de embates.

Abordagens de Costa Silva (2020, p. 266; 2021, p. 108) demonstram que as agromilícias têm ampliado os regimes de expropriação/cercamentos nas regiões estratégicas da Amazônia, formadas por Áreas Protegidas e territórios comunitários:

> Tais processos se relacionam a grupos organizados, verdadeiras agromilícias que agem por meio de invasões coordenadas para grilar a terra indígena, tentando fazer da TI Karipuna um laboratório da agrobandidagem na Amazônia, de modo a produzir um domínio político somado a uma situação social com vista a tornar irreversível a grilagem de terras, como ocorreu e ocorre na Resex Jacy-Paraná e na Flona do Bom Futuro. Essa é a aposta e o projeto territorial da agrobandidagem que age em Rondônia e na Amazônia brasileira. Umas da estratégia da agrobandidagem é incentivar a expansão da fronteira por meio do deslocamento do campesinato (posseiros), induzindo esses grupos a desbravarem áreas ambientais regulamentadas, com a intenção de pressionar o governo a alterar os limites de Unidades de Conservação e os tipos de usos descritos nos instrumentos de gestão territorial.
>
> Nos ataques diretos, desenvolve a agrobandidagem como estratégia expressa na violência contra lideranças e ativistas dos

> movimentos sociais, no crime ambiental e nas práticas invasoras de Áreas Protegidas, financiando o roubo de madeira, garimpos, grilagem e expulsão/ameaças aos sujeitos que vivem no território.

A disputa por terra, madeira e minério cria condições para a territorialização das agromilícias sobre os territórios do campesinato Áreas Protegidas na Amazônia. A fiscalização ambiental que, em tese, deveria proteger essas áreas, barrar os invasores e cessar os conflitos, acaba por flexibilizar as ações de rapinagem, ampliando os cercamentos expropriatórios das agromílicias sobre as comunidades camponesas.

Considerações finais

Conclui-se que os conflitos sobre as Áreas Protegidas e territórios comunitários na Amazônia são localmente formados/impulsionados pelo choque de forças exógenas e coerências territoriais endógenas, que vão desde as projeções dos grupos políticos e econômicos (manejo florestal, pecuária, monoculturas, garimpos etc.), aos métodos "idílicos" de expropriação/cercamentos exercidos no cotidiano por agromilícias sobre as áreas ricas em recursos naturais (terra, madeira, água, minério etc.).

O atual fenômeno de invasão de Áreas Protegidas e territórios comunitários na Amazônia gera, por sua vez, conflitos territoriais complexos, ambíguos e polêmicos, por envolver movimentos sociais/ecologistas de diversas pautas, instituições públicas, grupos econômicos, agromilícias, posseiros e sujeitos sociais comuns, o que gera também uma série de interpretações próprias segundo a conveniência de cada ator envolvido nas arenas

de embates, sobretudo entre os grupos rapineiros. No caso do PA Margarida Alves, por exemplo, observa-se uma confusão generalizada entre os envolvidos – incluindo as instituições públicas – sobre as ocorrências que configuram a complexidade do conflito em epígrafe. Por limitação da própria literatura jurídica, pouco se sabe sobre o conceito de reserva em bloco, suas finalidades ecológicas e, sobretudo, a quem cabe a gestão, fiscalização e coibição de crimes ambientais. Há raríssimas informações (às vezes nenhuma) nos órgãos do SISNAMA sobre essas áreas, até mesmo no próprio INCRA há raras informações sobre a situação dos conflitos nas Áreas Protegidas de assentamentos.

Outro aspecto dos atuais conflitos por terra, territórios e natureza na Amazônia é a falta de recursos dos grupos sociais na arena de embates. Os que integram as agromilícias, por sua vez, possuem recursos o bastante para investir pesado nas geoestratégias de dominação do território, o que resulta no fortalecimento das inter-relações de poder que os põe em vantagem em relação aos grupos minoritários. A falta de recursos dos grupos minoritários fortalece os regimes de expropriação/cercamentos dos grupos mercenários. Além disso, o que pode ser verificado em outras abordagens, o exercício cotidiano da violência praticada nos territórios comunitários em especial, parecem se amparar em uma superestrutura de violência simbólica e justificação das práticas de rapinagem, em que, invadir Áreas Protegidas, sobretudo aquelas povoadas por comunidades diversas, tem amparo, além de outras dimensões simbólicas, no que parece ser uma questão moral do "mundo agro", em que os grupos sociais são rotulados por representar o "atraso" enquanto os grupos rapineiros representam o "progresso". Com isso, esses conflitos são movidos, de certa forma,

por uma racionalidade econômica dos grupos hegemônicos, o que sugere o conflito de valoração do chamado "ecologismo dos pobres", expresso na atualidade das lutas sociais dos movimentos sociais/ecologistas: um choque antagônico entre dois mundos.

Um exemplo de realidade empírica fundamental para entender a atualidade dos conflitos por recursos naturais na Amazônia, é o conflito do PA Margarida Alves, que pode ser inserido na categoria de fenômenos transitórios. Os embates são localmente formados/impulsionados por uma esfera ampla de forças exógenas, oscilam conforme a ação dos atores envolvidos e dos momentos políticos. É resultado de um complexo global de causas interativas e efeitos típicos da exploração capitalista da natureza e sua acumulação primitiva correspondente, o que faz do PA Margarida Alves uma arena de longos e intensos embates. O conflito do PA Margarida Alves é do tipo intratável nas esferas de mediação/arbitração, pelo menos no que diz respeito ao diálogo entre camponeses e as agromilícias. Outra questão envolvendo esses conflitos, em geral, está na irreversibilidade dos processos ecológicos, já que grande parte dessas áreas foi convertida em campos de pastagens para a criação de gado de corte e de monoculturas (soja, milho, eucalipto etc.). Diante disso, caberia indagar-nos sobre o futuro das Áreas Protegidas e dos territórios comunitários impactados por estes processos. É preciso falar na reapropriação social da terra, dos territórios comunitários e da natureza na Amazônia. Isto remonta também, pelo menos aos ecologistas políticos, o significado de investigações prontamente comunicáveis aos formuladores de políticas públicas e ambientais para a Amazônia.

Referências

ALLIEZ, Eric; LAZZARATO, Maurizio. A acumulação primitiva continuada. **Mnemosine.** Vol.16, nº2, p. 413-445 (2020) – Artigos – Parte Geral, 2020.

BERNSTEIN, Henry. **Dinâmicas de classe da mudança agrária**. São Paulo: Unesp, p.171, 2011.

BRASIL. Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012. **Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF. 28 mai. 2012. Seção I, n.102, p.01-08.

CNDH. "Relatório da missão contra violações de direitos humanos decorrentes de conflitos agrários e socioambientais no estado de Rondônia". **Conselho Nacional dos Direitos Humanos**. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/participamaisbrasil/relatorio-da-missao-contra-violacoes-de-direitos-humanos-decorrentes-de-conflitos-agrarios-no-estado-de-rondonia-de-22-a-26-de-agosto-de-2022.

COMPOSTO, Claudia. Acumulación por despojo y neoextractivismo en América Latina. Una reflexión crítica acerca del estado y los movimientos socio-ambientales en el nuevo siglo. Astrolabio, **Nueva Época**, n. 8, 2012.

COSTA SILVA, Ricardo Gilson. Amazônia globalizada: da fronteira agrícola ao território do agronegócio – o exemplo de Rondônia. **Confins**, nº 23, 2015.

COSTA SILVA, Ricardo Gilson. Dinâmicas territoriais em Rondônia: conflitos na produção e uso do território no período de 1970/2010. **Tese (Doutorado)** USP, São Paulo, Brasil 2010.

COSTA SILVA, Ricardo Gilson. Globalização e fragmentação do espaço agrário em Rondônia. RDE – **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Ano XVI Nº 30, Salvador, BA, 2014.

COSTA SILVA, Ricardo Gilson; CONCEIÇÃO, Francilene Silva. Agronegócio e campesinato na Amazônia brasileira: transformações geográficas em duas regiões nos estados de Rondônia e Pará. **GEOgraphia**, vol. 19, n. 41, 2017.

COSTA SILVA, Ricardo Gilson; *et al.* Fronteira, direitos humanos e territórios tradicionais em Rondônia (Amazônia Brasileira). **Revista de Geografía Norte Grande**, 77: 253-271, 2020.

COSTA SILVA, Ricardo Gilson; LIMA, Luiz; CONCEIÇÃO, Francilene Silva. Territórios em disputas na Amazônia brasileira: ribeirinhos e camponeses frente as hidrelétricas e ao agronegócio. **Confins**, 2018.

COSTA SILVA, Ricardo Gilson; MICHALSKI, Amanda. A caminho do Norte: cartografia dos impactos territoriais do agronegócio em Rondônia (Amazônia ocidental). **Confins**, nº45, p.22, 2020.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira. A acumulação primitiva do capital e o discreto charme da geografia burguesa. **Geousp – Espaço e Tempo (Online)**, v. 22, nº 3, pp. 559-571, 2018.

KOHLER, Florence *et al.* Falência é fracasso? o caso da Associação dos Produtores Alternativos de Ouro Preto do Oeste, Rondônia, Brasil. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. **Ciênc. Hum.** v. 6, n. 2 Belém May/Aug, 2011.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 439, 2009.

LENCIONI, Sandra. Acumulação primitiva: um processo atuante na sociedade contemporânea, **Confins** [Online], 14 | 2012.

LEVIEN, Michael. Da acumulação primitiva aos regimes de desapropriação. **Sociologia&antropologia**, v.4, nº 1, pp. 21-53, 2014.

LITTLE, E. Paul. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 85-103, 2006.

MALHEIRO, Bruno Cezar Pereira. Territorialização corporativa e geografias de exceção:Mineração e o governo bio/necropolítico do território na Amazônia. **AMBIENTES**, Volume 4, Número 1, p.14-71, 2022.

MALHEIRO, Bruno Cezar Pereira; CRUZ, Valter do Carmo. Geografias dos grandes projetos de des-envolvimento: territorialização de

exceção e governo bio/necropolitico do território. **GEOgraphia**, vol: 21, n.46, p. 19-31, 2019.

MALHEIRO, Bruno Cezar Pereira; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; MICHELOTTI, Fernando. **Horizontes amazônicos**: para repensar o Brasil e o mundo. 1.ed. – São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2021.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. 2ª ed. São Paulo: Contexto, p.379, 2018.

MARX, Karl. **O capital**. Crítica da Economia Política. Livro I. O processo de produção do capital. 2 Volumes. Série Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MATOS, Lucas Ramos de. Ecologia Política e movimentos sociais contemporâneos: Reapropriação social da terra, dos territórios e da natureza. **AMBIENTES**. v. 5, nº1, p.265-293, 2023.

MATOS, Lucas Ramos de. Violência direcionada: cercamentos e expropriações sobre o território camponês Margarida Alves, em Rondônia, Amazônia. **REVISTA GEONORTE,** v.15, nº.47, p.114-133, 2024.

NEGRÃO, Marcelo Pires; BORGES, Luciana Riça Mourão; ARAÚJO, Emeric Bizerra. Desmatamento, reserva legal e sustentabilidade em Rondônia (Brasil): uma análise dos padrões de evolução da cobertura vegetal em áreas de assentamento. **RITA, Revista Interdisciplinar de trabalhos sobre as Américas**, n°8: juin, 2015.

NEGRÃO, Marcelo Pires; KOHLER, Florence. PA Margarida Alves: uma frente pioneira em curso de estabilização. In: François-Michel Le Tourneau; Otávio do Canto (Org.). **Amazônias brasileiras, Situações locais e evoluções**, V. Sínteses dos casos de estudo, NUMA/UFPa, pp.93-116, 2019.

OLIVEIRA, Luiz Roberto, BURSZTYN, Marcel. Conflitos socioambientais nas reservas legais em bloco: o caso do PA Margarida Alves, em Rondônia. In: Theodoro S.H. (org.). **Mediação de conflitos socioambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, p. 91-106, 2005.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Amazônia enquanto acumulação desigual de tempos: Uma contribuição para a ecologia política da região. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [online], v. 107, p.63-90, 2015.

RIBEIRO, Alison Fernando Alves. Terra sangrada: massacres dos povos do campo, das águas e das florestas na Pan-Amazônia. **REVISTA GEONORTE**, V.15, N.47, p.40-56, 2024.

Submetido em: 09 de março de 2024
Devolvido para revisão em: 23 de abril de 2024
Aprovado em: 04 de maio de 2024
DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2023.3340

COMO CITAR
MATOS, L. Cercamentos expropriatórios sobre os grupos comunitários na amazônia: análise de um território camponês em Rondônia. **Terra Livre**, São Paulo, ano 38, v.2, n. 61, jul.-dez. 2023, p. 683-719. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3340. Acesso em: dd/mm/aaaa.

A ALIANÇA TERRA-CAPITAL NO MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS/MS: RENDA FUNDIÁRIA, CORONELISMO E ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

THE LAND-CAPITAL ALLIANCE IN THE MUNICIPALITY OF TRÊS LAGOAS/MS: LAND RENT, CORONELISM AND CAPITALIST ACCUMULATION

LA ALIANZA TIERRA-CAPITAL EN EL MUNICIPIO DE TRÊS LAGOAS/MS: RENTA DE LA TIERRA, CORONELISMO Y ACUMULACIÓN CAPITALISTA

Amanda Emiliana Santos Baratelli
Graduada e Mestra em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP).
Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Processo: 2022/09749-3
E-mail: amanda.baratelli@unesp.br

Resumo:
No Brasil, a terra se mantém como elemento primordial para o desenvolvimento das relações capitalistas, em que a reprodução ampliada do capital ocorre alicerçada na realização da renda fundiária. Nesse sentido, capitalistas e proprietários fundiários realizam uma aliança terra-capital que dá unidade de classe e permite aos proprietários capitalistas auferir renda da terra e lucro. No caso do município de Três Lagoas/MS, não é diferente. A realização da aliança terra-capital possibilitou diversidade nas cartelas de investimentos de famílias tradicionais do município e manteve a concentração fundiária. É com base nessa argumentação que este artigo tem por objetivo discutir a centralidade da renda fundiária nas relações econômicas e de poder do município de Três Lagoas, fundamentada na existência da aliança terra-capital estabelecida entre a unidade capitalista e as empresas de celulose. Do ponto de vista metodológico, realizou-se revisão bibliográfica; levantamento de dados do IBGE; trabalho de campo e levantamento de matrículas junto ao cartório de imóveis.
Palavras-chave: Aliança terra-capital. Renda fundiária. Territorialização do capital. Três Lagoas/MS.

ABSTRACT
In Brazil, the land remains as a primordial element for the development of capitalist relations, where the expanded reproduction of capital occurs based on the realization of land rent. In this sense, capitalists and landowners form a land-capital alliance that provides class unity and allows capitalist landowners to derive income from land and profit. In the case of the municipality of Três Lagoas/MS, it is no different. The realization of the land-capital alliance has allowed diversity in the investment portfolios of traditional families in the municipality and has maintained land concentration. It is based on this argumentation that this article aims to discuss the centrality of land rent in the economic and power relations of the municipality of Três Lagoas, based on the existence of the land-capital alliance established between the capitalist unit and the pulp companies. From a methodological point of view, a literature review was conducted; data collection from IBGE; fieldwork; and registration survey at the property registry.

Keywords: Land-capital alliance. Land rent. Territorialization of capital. Três Lagoas/MS.

Resumen:
En Brasil, la tierra sigue siendo un elemento primordial para el desarrollo de las relaciones capitalistas, donde la reproducción ampliada del capital ocurre basada en la realización del arrendamiento de la tierra. En este sentido, los capitalistas y los propietarios de tierras forman una alianza tierra-capital que proporciona unidad de clase y permite a los propietarios capitalistas obtener ingresos de la tierra y beneficios. En el caso del municipio de Três Lagoas/MS, no es diferente. La realización de la alianza tierra-capital ha permitido la diversidad en las carteras de inversión de las familias tradicionales del municipio y ha mantenido la concentración de tierras. Es sobre esta argumentación que este artículo tiene como objetivo discutir la centralidad del arrendamiento de tierras en las relaciones económicas y de poder del municipio de Três Lagoas, basado en la existencia de la alianza tierra-capital establecida entre la unidad capitalista y las empresas de pulpa. Desde un punto de vista metodológico, se llevó a cabo una revisión bibliográfica; recolección de datos del IBGE; trabajo de campo; y encuesta de registro en el registro de propiedades.

Palabras-clave: Alianza tierra-capital. Arrendamiento de tierras. Territorialización del capital. Três Lagoas/MS.

Introdução

A formação territorial brasileira ocorreu, desde o princípio, assentada na ambição dos homens em busca de terra. A justificativa de conquista do território e abertura dos pastos, conforme esbravejavam coronéis, evidenciava os interesses desses grupos, cujo princípio consistia na aquisição de terra como instrumento de poder, apropriando-a de forma privada e a tornando um privilégio de classe.

No município de Três Lagoas não foi diferente. O princípio da invasão do território fora legitimado por ações violentas de genocídio, sobretudo, direcionadas às comunidades tradicionais indígenas, os Cayapós e Ofaiés (Mendonça, 1991). Essas ações justificavam-se a partir de um interesse maior, a apropriação privada e individual da terra.

O interesse pela apropriação privada da terra parte do princípio de que ela é mercadoria no capitalismo. No entanto, trata-se de uma mercadoria especial que não possui valor, isto porque ela não é fruto do trabalho socialmente necessário (Marx, 2017). Mesmo sem que se possa atribuir valor à terra, ela é comercializada como uma mercadoria capaz de gerar renda ao seu proprietário. A renda fundiária é a mais-valia social auferida pelos proprietários fundiários, nos termos de Martins (1981).

Sendo assim, quem compra a terra, imobilizando o dinheiro em renda capitalizada, garante o direito vitalício de auferir a renda fundiária. No caso dos processos de invasões territoriais, violência com as comunidades tradicionais e ações de grilagens, o proprietário da terra percorre o caminho gratuito, sem investir nenhum capital (Oliveira, 2007). Isso justifica a tamanha ganância

no processo inicial de invasão das terras no município de Três Lagoas.

Esses grupos de invasores, que dominaram o território, mais tarde, tornaram-se coronéis, abridores de "sertões" e, com o desenvolvimento do município, tornaram-se os ordenadores locais (Mendonça, 1991). O fato é que, nas relações capitalistas de produção, apropriar-se individualmente da terra significa mais do que a simples geração de ganhos econômicos, porque a terra converte-se também em poder.

Os proprietários da terra tornaram-se, portanto, os responsáveis pela administração pública, consolidando as oligarquias agrárias que, até hoje, constituem o Estado brasileiro (Castilho, 2012). Nessa medida, a seletividade social de quem possui terra a converte num privilégio de classe. Esse grupo que compõe o Estado, governa e advoga em favor de seus interesses, desempenha relações coronelistas que, para Faoro (1958), significa a realização de compromissos políticos com uso do poder público, em prol de favores pessoais.

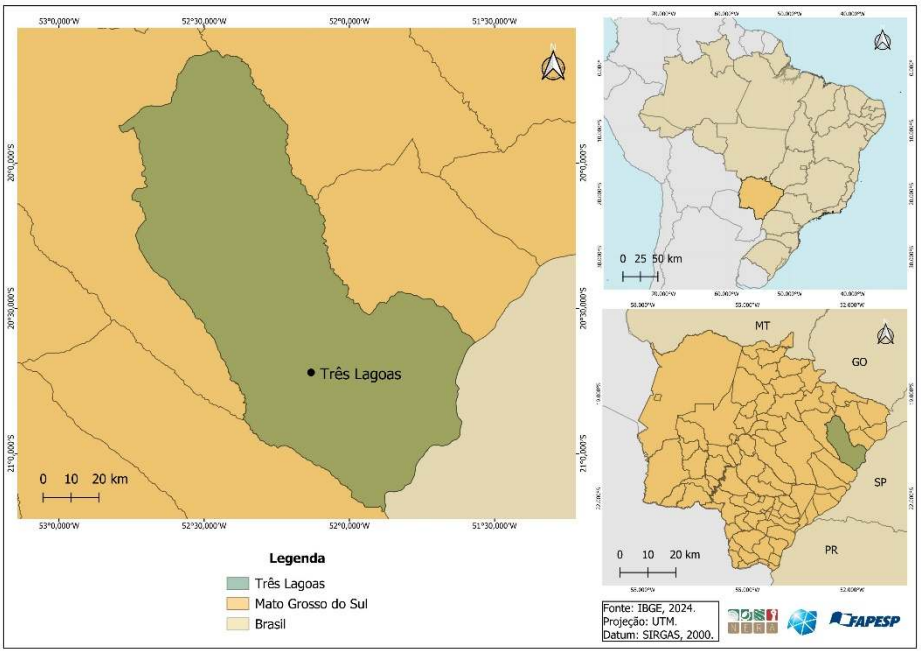
Assim, é a capacidade da terra gerar renda territorial e o de garantir poder ao seu proprietário que a torna singular no capitalismo, sendo considerada, inclusive, um elemento contraditório ao desenvolvimento do capital, ao passo que o avanço territorial do capitalismo implica na imobilização de capital da forma renda fundiária. (Marx, 2017). Nesse sentido, mesmo com o capital desprendido para a aquisição da terra, ela não representa um empecilho para o desenvolvimento do capitalismo, uma vez que o capital desenvolve estratégias para a comercialização e posterior realização do lucro.

Diante das relações desempenhadas pelo capitalismo parasitário e a manutenção de seu desenvolvimento, os rentistas unem-se com o Estado – composto parcialmente pelas oligarquias agrárias – e constituem o pacto terra-capital. Neste pacto, proprietários fundiários ganham, via renda fundiária, e capitalistas, via lucro adquirido com seus empreendimentos financiados pelo Estado. Além disso, esse pacto solidificou a constituição da unidade de classe, proprietários fundiários/capitalistas, quando ambos se metamorfoseiam e atuam das duas maneiras, como rentista (dono da terra) e empreendedores (Martins, 1994).

Em Três Lagoas, o movimento recente de territorialização das empresas Suzano Papel e Celulose e a Eldorado Brasil; o avanço do arrendamento das terras dos tradicionais proprietários fundiários para o plantio do eucalipto, e a presença dos investimentos do Estado (federal, estadual e municipal) em beneficio das empresas de celulose, chamou a atenção para a investigação da existência do pacto terra-capital.

É com base nessa fundamentação teórica que o artigo em questão objetiva discutir a centralidade da renda fundiária nas relações econômicas e de poder do município de Três Lagoas, fundamentada na existência da aliança terra-capital estabelecida entre a unidade capitalista (proprietários fundiários e capitalistas industriais) e as empresas de celulose.

Mapa 1: Localização do município de Três Lagoas/MS



Fonte: Autora (org.), 2024.

Do ponto de vista metodológico, realizou-se revisão bibliográfica acerca da temática; levantamento de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a respeito da concentração fundiária local e aquisição de dados relacionados à expansão do monocultivo de eucalipto em Três Lagoas/MS, no Sistema de Recuperação Automática IBGE (SIDRA-IBGE).

Na sequência, realizou-se a definição das famílias que seriam analisadas, considerando o teor de influência dos sobrenomes na dinâmica local. Feito isto, foi realizado o trabalho de campo, em 2021, possibilitando compreender empiricamente as atividades comerciais desenvolvidas por esse grupo. Ainda, foram

averiguados, junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), os dados de suas propriedades. Como forma de afirmar as informações levantadas junto ao INCRA, buscou-se as matrículas das propriedades no Cartório de Imóveis de Três Lagoas/MS.

Concentração fundiária, territorialização das empresas de celulose-papel

Como resultado da formação territorial três-lagoense, assentada no princípio da aquisição da terra como instrumento de poder, no município, consolidou-se, com a presença dos latifúndios, o que materializou a estrutura fundiária significativamente concentrada.

No processo de formação do município, as comitivas, advindas de Minas Gerais, buscavam a conquista de grandes áreas de terra com a justificativa da atividade pecuarista. No entanto, além de criar gado, o objetivo consistia em dominar grandes posses de terras, considerando que a terra determinava (e ainda determina) o exercício do poder local. Conforme evidenciado por Mendonça (1991, p. 61) "E o espírito de aventura uniu estes homens que não se limitaram a excitação da corrida pela presa, movidos, também, pela ganância, pela posse da terra: terras... Cada vez mais, e mais, terras!".

O passado sertanista permitiu a essas famílias a condição de assenhorarem-se de diversos latifúndios, bem como de tornarem-se ordenadores dos municípios que surgiram em seu território de invasão. De acordo com Mendonça (1991), a terra, para essas famílias, foi tratada como bem precioso e a luta armada para conservar suas posses ocorreram cercadas pela violência desmedida, seja ela com as comunidades indígenas e/ou com

qualquer outro que viria a tentar tomá-las. Assim, os tradicionais sertanistas aventureiros foram se tornando coronéis.

Coronelismo é um sistema originário na República Velha, que se manifesta num "compromisso", uma "troca de proveitos" entre o chefe político e o governo estadual, com o atendimento, por parte daquele, dos interesses e reivindicações do eleitorado rural. (Faoro, 1958, p. 749).

> [...] sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil. (Leal, 1997, p. 40).

Apesar do movimento de migração e imigração para o município, ocorrido, sobretudo, no processo de construção da Ferrovia Noroeste Brasil, os migrantes nordestinos, devido à situação de empobrecimento extrema, não conseguiram adquirir, por meio da compra, áreas para o cultivo na terra e/ou, em certos casos, o espaço de moradia. No entanto, os imigrantes de diferentes nacionalidades que possuíam melhores condições financeiras, encontraram facilidades para adquirir terras (Mendonça, 1991).

O privilégio destinado na posse da terra evidenciou a seletividade no processo de concessão das terras, isto porque, para fazer parte do grupo dos grandes proprietários de terras e se firmar nas relações de poder municipais, era preciso possuir significativa distinção social dos pobres ferroviários. Assim, a posse da terra – ferramenta fundamental para a reprodução da vida – foi, desde sempre, compreendida como mercadoria e privilégio de classe, para a classe dominante.

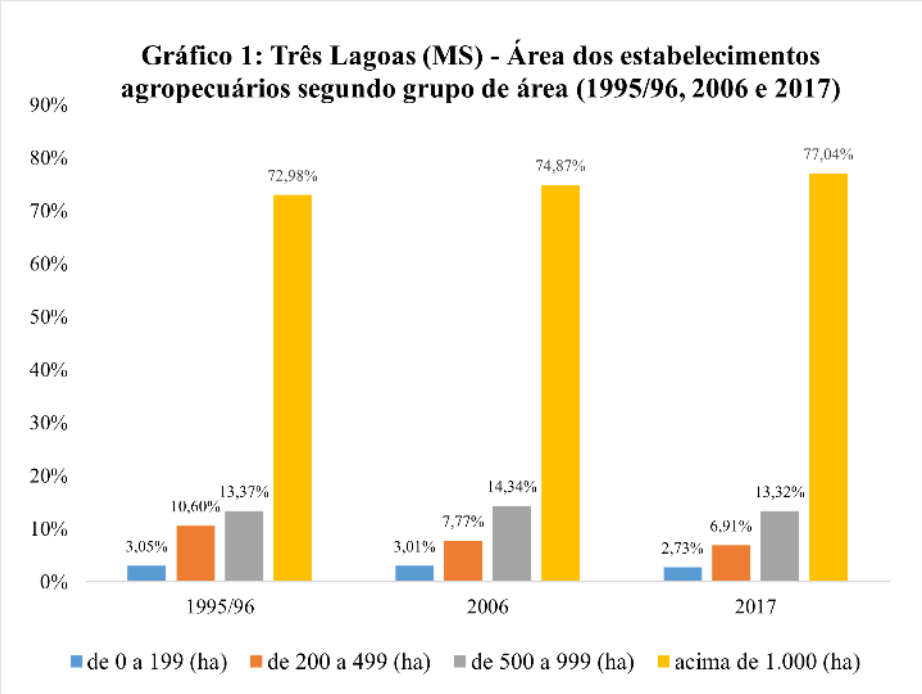
> No capitalismo, a terra, transformada também em mercadoria, tem um preço, mas não tem valor, porque não é produto criado pelo trabalho humano. A propriedade capitalista da terra é renda capitalizada; é direito de se apoderar de uma renda, que é uma fração da mais-valia social e, portanto, pagamento subtraído da sociedade em geral. Este fato ocorre porque há uma classe que detém a propriedade privada da terra e só permite sua utilização como meio de produção (arrendada ou não), através da cobrança de um tributo: a renda capitalista da terra. É por isso que, sob o capitalismo, a compra da terra é compra de renda antecipada. (Oliveira, 2007, p. 66).

A terra sempre representou (e ainda representa) no município de Três Lagoas a hegemonia do poder local. A concepção de poder como algo intrínseco ao controle da terra, é parte do modelo rentista de capitalismo estruturado no Brasil, desde meados do século XIX, fazendo parte das heranças do processo de formação territorial do município.

Mais tarde, em outros períodos da história, o Estado também manteve centrado o privilégio às oligarquias, sobretudo para a manutenção da concentração fundiária, como ocorreu nas políticas de Estado, realizadas em Mato Grosso do Sul, no processo de implantação do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO). O Programa determinava a dinamização de atividades agrícolas nas regiões do Cerrado brasileiro e um dos objetivos foi o incentivo à introdução do plantio de grãos, como a soja. Entretanto, no município de Três Lagoas, conforme denunciado por Teixeira (2005), os recursos destinados ao plantio da soja foram desviados e serviram para o aumento das áreas de pecuária, desmatamento e introdução da gramínea braquiária para a alimentação dos bovinos.

Além disso, quanto ao uso da terra, Teixeira (2005) ressalta, por meio de dados dos Censos Agropecuários de 1975, 1980, 1985 e 1995/1996 do estado de Mato Grosso do Sul, que a expansão das áreas de pastagens representara 8,84% do total no ano de 1975, e chegou em 50,8% no ano de 1995. O autor reforça, ainda, que parte desse avanço das áreas de pastagens deve-se ao uso irregular do dinheiro público – pouco fiscalizado pelo Estado –, concedido por meio dos créditos para a modernização da agricultura.

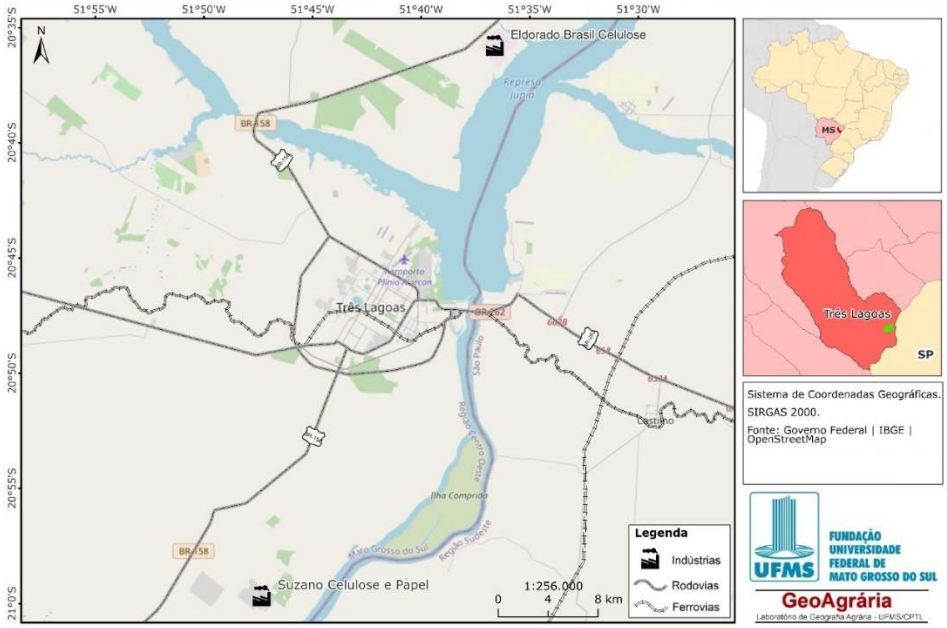
No que diz respeito à essa realidade fundiária, a concentração mantém-se. De acordo com os dados do Censos Agropecuários de 2006 e 2017, em comparação, os estabelecimentos rurais de até 200 hectares detinham 3,05% das terras em 1995/96, reduzindo para 3,01% em 2006 e, por fim, chegando a 2,73% em 2017. Os estabelecimentos de 200 a 500 hectares detinham 10,60% da área em 1995/96, diminuindo para 7,77% em 2006, e chegando a 6,91% no último censo de 2017. Já os estabelecimentos de 500 a 1.000 hectares ocupavam 13,37% da área em 1995/96, aumentando para 14,34% em 2006, e reduzindo para o total de 13,32%, em 2017. Em contrapartida, os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares possuíam 71,98% da área em 1995/96, aumentando para 74,87% em 2006 e alcançando o percentual de 77,04% em 2017, conforme gráfico 1.



Fonte: Autora(org.), 2022.

Tal característica do campo três-lagoense - a presença assídua do latifúndio e do coronelismo local -, atraiu a territorialização das empresas de celulose-papel. De acordo com Perpetua (2012), as empresas, Suzano Papel e Celulose e a Eldorado Brasil, foram atraídas por fatores naturais e sociais. Os fatores naturais são: relevo, abundância de água e condições edafoclimáticas. No mapa 2, observa-se a localização estratégica dessas empresas, próximas ao rio e às rodovias.

Mapa 2: Localização das empresas de celulose (Suzano S.A e Eldorado Brasil)



Fonte: Autora(org.), 2024.

Sobre as condições sociais determinantes, levou-se em consideração a vasta extensão territorial e a terra utilizada como "reserva de valor", nos termos de Oliveira (2001), possibilitando o arrendamento e/ou compra para expansão dos plantios. Isto ocorre porque o município centraliza a maior quantidade de imóveis improdutivos de Mato Grosso do Sul, respectivamente 149 imóveis. Além disso, há também a assídua presença do absenteísmo, considerando que 81% dos proprietários não residem no município (Nardoque, 2017; Leonardo, 2020).

A oferta de terra na região serviu como estratégia de governo para atrair as empresas de celulose. O Plano Estadual para o Desenvolvimento Sustentável de Florestas Plantadas, de 2009, publicado pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, chama a atenção para a disponibilidade de terra na região, evidenciando que, no município, 70% da área era de pastagem. Além do mais, no plano consta também o preço do hectare,

valendo, na época, cerca de 4,4 mil. Todavia, esse preço majorou, alcançando o preço de 20 mil para os hectares localizados próximos às empresas (Baratelli, 2019).

Outro atrativo para as empresas deu-se pelas condições políticas. Em nível federal, foram concedidos volumosos créditos e financiamentos para a construção dessas empresas. Em 2006, no projeto Fibria (atual Suzano Papel e Celulose), do custo de R$ 3,88 bilhões na construção, parte fora financiado pelo BNDES. Em relação a Eldorado Brasil, não foi diferente. Em 2010, início da construção da fábrica, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Programa de Investimento em Florestas (FIP) anunciaram R$ 2,7 bilhões de investimento.

Do ponto de vista estadual, o aparato legislativo também fez sua parte com a flexibilização na legislação ambiental, por meio da Resolução SEMAC/MS nº 17 de 20 de setembro de 2007, que, em seu Artigo 1º, dispensa o licenciamento ambiental para atividades de plantio de espécies exóticas. No ano seguinte, como "cereja do bolo", foi promulgado o Decreto nº 12.528, de 27 de março de 2008, vinculado ao Sistema de Reserva Legal (SISREL) do estado que, em seu Artigo 12º, permite a recomposição das reservas legais por meio da utilização de espécies exóticas (Kudlavicz, 2011).

Em nível municipal, de acordo com Perpetua (2012),o município de Três Lagoas acordou com a empresa Fibria (atual Suzano S/A) a isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e do ISS (Imposto Sobre Serviços), além da doação de terras e infraestrutura e da renúncia de cerca de R$ 50 milhões em arrecadações e impostos.

O Estado, em nível federal, estadual e municipal, portanto, foi agente fundamental para o processo de territorialização das empresas de celulose, promovendo financiamento, flexibilizações ambientais e facilidades jurídicas. Isto ocorre, sobretudo, porque o Estado sempre cede aos interesses da burguesia, o que demonstra sua verdadeira essência de Estado capitalista.

Para Poulantzas (1985) o Estado, apesar de representar uma instituição de controle, não se configura como estático e imutável. Ele é um movimento das relações sociais, um produto da sociedade, gerado pela relação, inclusive, de disputa entre classes antagônicas. Desta forma, o Estado surge como a ideologia de uma instituição responsável para moderar o conflito entre classes antagônicas, entre burguesia e proletariado, e perpassa a condição de "neutro" para manter os interesses comuns de ambas as classes.

Embora o Estado seja uma formação social, representativo para ambas as classes, o seu controle foi tomado pelo domínio da burguesia. De acordo com Pachukanis (2017), a premissa de que o Estado é resultado da disputa entre classes não responde todas as perguntas acerca do que é, de fato, o Estado. Para o autor, a disputa entre classes antagônicas – burguesia e proletariado – resultou na vitória da classe dominante. São eles que detêm o controle do Estado.

O Estado não estabeleceu seu equilíbrio entre a luta de classes tornando-se uma força superclasse. Ao contrário, ele foi transformado em um instrumento da burguesia, visto que "é vantajoso criar uma bruma ideológica e esconder atrás do biombo do Estado seu domínio de classe." (Pachukanis, 2017, p. 179).

Ainda na perspectiva de Pachukanis (2017), a utilização do Estado enquanto ferramenta "neutra" de controle social permite que

haja a constituição do Estado de Direito, cujo poder está no império das Leis, assim: "A máquina do Estado se realiza de fato como "vontade geral" impessoal, como "poder de direito" etc., na medida em que a sociedade representa um mercado." (p.182).

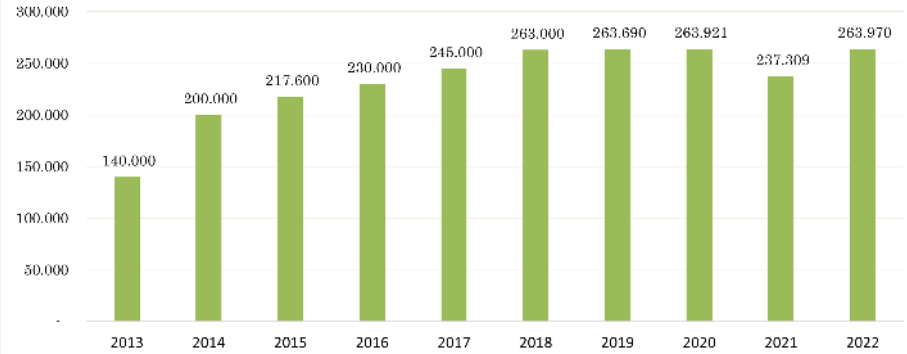
O Estado tornou-se instrumento de dominação da classe dirigente, passando a utilizá-lo para pautar seus interesses particulares acima dos coletivos. Harvey (2005) explica que, para consolidar a dominação do Estado, criam-se duas estratégias. A primeira é a expressão de autonomia institucional e a condição de autoridade, em que até seus funcionários estão acima da sociedade civil. A segunda estratégia é fazer com que os interesses da classe dominante dirigente se transformem em ideologia de interesses coletivos, evidenciando, assim, a imposição de interesses particulares e dominação entre classes (Harvey, 2005).

Nesse sentido, para o município de Três Lagoas, fora criada a ideologia do progresso e do desenvolvimento capitalista, intitulando-o como "capital mundial da celulose", Lei nº 4.336, de 11 de abril de 2013, Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul. Mais tarde, constituiu-se o título nacional, como "capital nacional da celulose", Lei 14.142, de 2021, Diário Oficial da União.

Foram essas intervenções do Estado capitalista que motivaram a territorialização das empresas no município. Além disso, considerando a participação ativa das oligarquias agrárias no poder público local, a exemplo das tradicionais famílias que até hoje compõem a política local, respectivamente: Thomé, Tebet, Prata Tibery, Salomão etc., a vinda das empresas serviu para possibilitar auferir renda via arrendando das propriedades para o plantio.

Os proprietários de terras do município enxergaram na territorialização dessas empresas a possibilidade de auferir renda fundiária, devido ao rápido avanço do processo de expansão do plantio do eucalipto, conforme gráfico 1. A dinâmica de auferir renda ocorre via venda de suas propriedades, quando auferem a renda absoluta, convertida numa só vez (Oliveira, 2007), e via arrendamento para dois ciclos do eucalipto, contratualmente estabelecido entre 14 e 16 anos.

Gráfico 2: Expansão do eucalipto no município de Três Lagoas/MS (em hectares)



Fonte: Autora(org.), 2024.

A busca por área de plantio, por parte das empresas, majorou o preço da terra no município (Baratelli, 2019), e contribuiu para maior enriquecimento a esses grupos. Além disso, essas famílias perceberam a possibilidade da realização da unidade de classe, utilizando a cidade como um negócio, para diversificar a cartela de investimento.

Diversidade na cartela de empreendimentos e metamorfose de classe

Além dos ganhos com a renda fundiária, os tradicionais proprietários da terra em Três Lagoas gozaram dos benefícios individuais possibilitados pelas empresas de celulose. Conforme

evidenciado por Baratelli (2022), além de arrendarem suas terras, passaram a dinamizar seus empreendimentos, aumentando a cartela de investimentos, logo, o lucro como consequência.

Desse modo, cabe-nos ressaltar que a teoria de Martins (1994), ao utilizar o conceito de aliança terra-capital para explicar o processo de pacto de classes na década de 1970 (capitalistas industriais urbanos e proprietários fundiários), em parte serve como chave para compreensão da realidade três-lagoense.

Em parte, porque no município a lógica da aliança terra-capital é inversa. No caso evidenciado por Martins (1994), os capitalistas industriais urbanos viram no campo a oportunidade de adquirir terras para "reserva de valor", se metamorfoseando em proprietários fundiários/capitalistas industriais. Todavia, em Três Lagoas, os proprietários fundiários do campo encontraram no urbano a alternativa para aumentar o percentual de renda auferida e, também, o lucro. Desse modo, não se trata de um pacto de classe terra-capital, mas sim, da unidade de classe no tocante as suas fontes de reprodução, em que proprietários fundiários do campo são também produtores do espaço urbano.

Atualmente, destacam-se pelo monopólio da terra, das riquezas e do prestígio social, configurando-se como parte da elite do município, as seguintes famílias: A família Salomão, a família Thomé, a família Prata Tibery. Essas famílias em questão fizeram suas fortunas e nomes em Três Lagoas e tornaram-se (até hoje) parte das principais famílias proprietárias de terra e de empreendimentos no município, no campo e na cidade.

As referidas famílias são evidências empíricas da teoria configurada pela aliança terra-capital, isto porque se fazem

presentes com protagonismo no campo e na cidade, sobretudo, no que diz respeito ao lançamento de novos loteamentos e condomínios. O fato principal é que o centro dos interesses destes grupos selecionados é a realização da renda fundiária. Desse modo, o desempenho econômico de suas atividades relativas ao comércio da terra e produção do espaço urbano, evidenciam a face rentista da acumulação capitalista de parte desta elite três-lagoense.

Na teoria apresentada por Faoro (1958), à medida em que avançaria a industrialização haveria uma tendência de os proprietários fundiários abrirem espaço de poder para os negociantes urbanos.

No caso atual de Três Lagoas, este processo tem ocorrido por meio de famílias que iniciaram suas atividades no comércio e/ou na pecuária municipal e, com o tempo, foram expandindo e diversificando o domínio territorial. Na medida em que a cidade aprofundou a dinâmica da industrialização (sobretudo, com a presença do capital da celulose) voltada para os interesses relativos à terra para o eucalipto, os proprietários fundiários passaram a produzir o campo e a cidade, por meio de loteamentos e empreendimentos urbanos.

Como evidencia Martins (1994), a materialização desse pacto, que é a aliança terra-capital, só se torna possível devido a presença do Estado como pilar central do desenvolvimento das relações capitalistas de produção. Nesse caso, a formação da unidade terra-capital recebe atenção contínua das ações do Estado, formando, assim, a unidade da tríade Estado/terra/capital.

É por meio da ideologia do progresso e desenvolvimento para todos que o Estado justifica as condições determinantes para

a territorialização do complexo celulose-papel. O Estado assim serve para impulsionar a fluidez territorial e intensificar os recursos financeiros e políticos para esta territorialização. Essas ações combinadas são o âmago que dá unidade à tríade Estado/terra/capital, uma vez que foi possível territorializar o monopólio do eucalipto/celulose, sem necessidade de inviabilizar o monopólio da terra local, ao contrário.

No caso da família Thomé, por exemplo, que consolidou-se a partir da fundação, em 1926, da Associação Comercial e Industrial de Três Lagoas (ACITL), para defender interesses dos empresários locais, por meio da união dos setores comerciais, industriais, de criadores de gados e agricultores. A família ainda possui empreendimentos no setor de comércio, como a rede de supermercados Thomé; lotéricas; imobiliária, entre outros.

A família consolidou-se como parte do poderio local, devido à sua presença no setor agropecuário e empreendimentos urbanos. Um representante da família, Magid Thomé, teve seu nome homenageado no Hospital Regional de Três Lagoas – área doada pela família para a construção. Próximo ao Hospital, a família ainda detém propriedades, como o confinamento de gado São Thomé (figura 1).

Figura 1: Confinamento São Thomé



Fonte: Autora(org.), 2024.

A figura 2 mostra os *outdoors* de divulgação de aluguel de suas terras, sem edificação construída. Para Marx (2017), ao discutir as formas de arrendamento da terra, cujo objetivo são auferir renda, ressaltou que o arrendamento da terra crua pressupõe que o arrendatário deverá investir parte de seu capital fixando-o na terra, por meio de melhorias, edificação, correções e solo, etc. a serem incorporadas para a constituição de sua empresa. Essa forma de juros incorporada na terra pelo arrendatário forma-se como uma parte da renda paga ao proprietário, no entanto, ela distingue-se da renda pelo uso do solo.

Ainda de acordo com Marx (2017), o arrendador vê a oportunidade de aumentar sua renda, por meio do aproveitamento dos investimentos feitos pelo arrendatário. Assim:

> Mas tão logo tenha expirado o tempo de arrendamento fixado pelo contrato – e essa é uma das razoes pelas quais, com o desenvolvimento da produção capitalista, o proprietário fundiário trata de abreviar o máximo possível o tempo de arrendamento -, as melhorias incorporadas ao solo caem nas mãos do proprietário como acidentes inseparáveis da substância, do solo, como sua propriedade. Ao firmar o novo contrato de arrendamento, o proprietário da terra acrescenta à renda

> fundiária propriamente dita os juros pelo capital incorporado à terra, não importando se ele aluga o solo ao arrendatário que efetuara as melhorias ou a outro. Desse modo, sua renda cresce [...]. (Marx, 2017, p. 680).

Figura 2: Divulgação de área para aluguel da família Thomé



Fonte: Autora(org.), 2024.

A família ainda detém a Fazenda Reflorestamento e Pecuária São Thomé Br, conforme matrícula 40.035, possuía a dimensão total de 446,8866 de hectares, dividida em 12 glebas. A estratégia de parcelar a fazenda em diversas glebas é parte do processo de incorporar terra à área urbana. A Fazenda Reflorestamento e Pecuária São Thomé Br possui localização estratégica, uma vez que ela está dividida pelo anel viário Samir Thomé, numa localidade em expansão, em razão da instalação do Hospital Regional de Três Lagoas e, também, por ser o trajeto mais próximo ao Shopping Três Lagoas, Balneário Municipal e Aeroporto local.

Outra família em que se destaca a unidade de classe terra-capital, é a Salomão. Essa família possui reconhecimento local devido às grandes propriedades fundiárias no leste de Mato Grosso do Sul e a atividade criatória de bovinos. Todavia, atualmente, a família também possui modernos investimentos no espaço urbano, como, por exemplo, o Shopping Três Lagoas; Postos de combustível e empresas de Importação e Exportação de Madeiras.

A área em que o Shopping foi construído é oriunda da antiga fazenda da família, denominada de Santa Helena. De acordo com a matrícula 63.684 a fazenda foi parcelada em Glebas, em que parte fora utilizada para construção do Shopping e do Loteamento Santa Helena, que fica nas imediações do empreendimento. Outra parte da terra, respectivos 48,400 hectares, foram vendidos para incorporadora a Z-Incorporações Imobiliárias Ltda, pelo preço de R$ 10.500.000, que construiu dois residenciais fechados, o Villa Dumont e Villa Leon.

A família ainda possui 23 propriedades em Mato Grosso do Sul, que somam 20.984,8566, distribuídas pelos municípios: Três Lagoas, Paraíso das Águas, Água Clara, Chapadão do Sul e Porto Murtinho. Em Três Lagoas a família detém 588,5935 hectares, parte arrendadas para o plantio de eucalipto.

Por fim, para consolidar a existência da unidade de classes (capitalistas industriais/proprietários fundiários), medida pelo Estado, a família ainda possui um representante no poder público, o Paulo Salomão, vice-prefeito do município entre os anos de 2016-2024.

Outra família que evidencia a existência do pacto terra-capital é a Prata Tibery, que consolidou seu poderio em Três Lagoas com a atividade criatória de bovinos, sendo pioneira na

importação da raça zebuínos da Índia. Mas, atualmente, a família possui empreendimentos diversos no município, seguindo no ramo Hoteleiro; Postos de combustível; e no mercado imobiliário.

A família ainda possui 24 propriedades no município, que somam 5.194,5015 hectares. Parte dessas propriedades foram parceladas em Glebas para a incorporação da terra rural ao perímetro urbano, como aconteceu com a Fazenda Vovó Ruthy, que fora vendida para a Prefeitura Municipal para a construção dos Conjuntos Habitacionais Orestinho e Novo Oeste – matrícula 62.714. Próximo aos Conjuntos Habitacionais, fora lançado também pela família um empreendimento imobiliário privado, o Loteamento OT. A fazenda Santa Luzia fora incorporada ao perímetro urbano também para a construção do Loteamento Terras de Jupiá – matrícula 46.928.

A família possui significativo reconhecimento local, sendo considerada uma das principais famílias pecuaristas do município, cujas relações atravessam o nível municipal, isto porque, o presidente Lula ajudou pessoalmente a família a importar os embriões do gado zebu da Índia, conforme portal de notícias local[1].

A classe dos proprietários fundiários, mesmo quando não participam diretamente da política, podem fazer parte da cúpula de decisões econômicas e tem seus interesses privilegiados porque tomados como de representação de classe. No debate sobre as relações entre economia e política, Martins (1994) assevera:

> De fato, as indicações sugerem que o clientelismo político sempre e é, antes de tudo, preferencialmente uma relação de troca de favores políticos por benefícios econômicos, não

1 Disponível em <https://www.rcn67.com.br/jpnews/tres-lagoas/orestes-prata-tibery-jr-um-poetazebuzeiro/ 34802/> Acesso em: 15 de mar. 2024.

> importa em que escala. Portanto, é essencialmente uma relação entre poderosos e os ricos e não principalmente uma relação entre os ricos e os pobres. (p. 29).

A família Prata Tibery ainda desempenhou outras relações clientelistas no município, como demonstra o Processo de improbidade administrativa, nº 08027824920158120021, de 2015. Neste processo, entre os Prata Tibery e a Companhia Energética de São Paulo (CESP), a Companhia desapropriou, por meio de compra, negociada, na época, R$ 12.069.614,30, uma propriedade da família às margens do Rio Paraná. Todavia, o ex-proprietário da terra continuou usando-a para criação de bovinos, com aval de alguns funcionários corruptos da CESP, conforme:

> Lembre-se que no caso em apreço, como dito, não há dúvida que Orestes Prata Tibery foi agraciado com o recebimento do valor de uma desapropriação que lhe rendeu milhões (mais de R$ 12 milhões) e, pasme, não precisou dispor da área. Na prática, a desapropriação não ocorreu, na medida em que a área desapropriada foi por ele utilizada normalmente. A desapropriação foi apenas uma fachada para permitir-lhe o recebimento da milionária importância. (nº 0802782492015812002, p. 8).

Martins (1994) argumenta que o oligarquismo brasileiro não se apoia somente nas relações clientelistas, de favores entre classes antagônicas e complementares.

> Minha concepção é a de que o oligarquismo brasileiro se apoia em algo mais amplo do que esse relacionamento – ele se apoia na instituição da representação política e no Estado. Não só os pobres, mas todos os que, de algum modo, dependem do Estado, são induzidos a uma relação de troca de favores com os políticos. (Martins, 1994, p. 29).

Deste modo, os caminhos para a consolidação de posses e aquisição de bens são pavimentados pelo que há de mais intrínseco nas relações econômicas e políticas no capitalismo, de modo que os privilégios são seletivos àqueles que fazem parte da mesma classe.

Neste caso, a classe em questão é a dos proprietários fundiários. No entanto, esses proprietários não se limitam somente as especulações fundiárias/imobiliárias, buscam, por meio da realização da mercadoria, extrair também o lucro. A família Thomé, Salomão e Prata Tibery fazem jus ao conceito da aliança terra-capital (Martins, 1994).

As empresas de celulose também enxergaram a oportunidade de realizar a metamorfose de classe, investindo na aquisição de terras próprias, a exemplo da figura 3, além das arrendadas e/ou controladas a partir de outras empresas (que vendem matéria-prima). A Eldorado Brasil, por exemplo, controla 450 mil hectares de terras na região, entre suas propriedades e arrendadas. A Suzano Papel e Celulose controla 256.677,96 hectares em Três Lagoas, enquanto no Brasil domina 2,6 milhões de hectares. Desse modo, realiza-se o lucro e aufere-se a renda fundiária também.

Figura 3: Eldorado Brasil e a divulgação de *outdoor* para compre de terras



Fonte: GeoAgrária/UFMS/CPTL, 2022.

Nesse sentido, permite-se pensar também esse processo a partir da lógica do que foi apontado por Martins (1994) nos anos 1970, quando o autor analisou a existência e consolidação da aliança do atraso, via pacto terra-capital, existente no país. Nesse pacto, classes antagônicas – proprietários fundiários e capitalistas industriais – não entram em conflito devido à intervenção e financiamento do Estado equivalente para os dois setores.

Assim, as classes supracitadas formam a unidade dos capitalistas: para os industriais, confere-se o lucro e para os proprietários fundiários, a renda. Além da aliança terra-capital via arrendamento, troca de ações, pode haver também a unidade das classes, a exemplo das empresas de celulose que compram terras em Três Lagoas, neste caso temos na figura do empresário capitalista/proprietário de terra a amálgama necessária para a extração da renda e do lucro.

Por fim, é válido considerar a concentração da terra no município não acabou. Muito pelo contrário, o processo agravou-se, conforme dados do Censo de 2017. Sendo assim, supõe-se que existe um movimento de (re)concentração fundiária, por parte das empresas de celulose, que agora adquirem e controlam terras no município. Todavia, o latifúndio (oligarquias locais), não saíram de cena, eles mantêm-se no poder decisório local, além de aproveitarem as possibilidades de investimentos diversos na cidade e o arrendamento de suas terras no campo.

Considerações Finais

A formação territorial três-lagoense, desde o princípio de sua invasão pelos coronéis, constituiu a terra como instrumento do privilégio de classe, das classes dominantes. A constituição de terra sem capitalização de renda significou, para os proprietários fundiários, o caminho facilitado para o processo de auferir renda fundiária, tornando-os poderosos locais e ordenadores do território. Esses grupos firmaram-se como as oligarquias agrárias de Três Lagoas que mantiveram (e mantêm ainda) a concentração da terra no município, conforme dados do Censo de 2017.

Além da concentração fundiária dos proprietários da terra, as empresas de celulose- papel, territorializadas em Três Lagoas desde 2006, passaram a adquirir (por meio de comprar e/ou arrendamento) a posse e domínio do campo três-lagoense. Todavia, embora desempenhem papéis diferente, a harmonia construída entre proprietários da terra e empresas de celulose, assenta-se no pacto terra-capital, que forma a unidade capitalista/proprietários da terra.

Em Três Lagoas essa aliança foi pavimentada pelas ações do Estado, em benefício da territorialização desses grandes

empreendimentos, enquanto para os proprietários da terra, fora dado o privilégio de suas terras valorizarem e auferirem maior percentual de renda, além da diversidade na cartela de investimento realizados na cidade, que tornou-se um negócio. As empresas, que além do lucro com a reprodução ampliada do capital, agora também compram terras, e a possibilidade de auferir renda. Sendo assim, o pacto terra-capital permite a unidade capitalistas e possibilita auferir renda e lucro em diferentes atividades econômicas.

Referências

BARATELLI, Amanda Emiliana Santos. **A dinâmica do processo de expansão do eucalipto e a majoração do preço da terra no município de Três Lagoas.** 2019. 71p. (Monografia de Conclusão de Curso) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2019.

BARATELLI, Amanda Emiliana Santos. **Terra, estado e capital: a centralidade da renda fundiária nas relações econômicas e de poder no município de Três Lagoas/MS.** 2022. 217p. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2022.

CASTILHO, Alceu Luís. **Partido da terra.** Editora Contexto, 2012.
FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. Editora Globo, 1958.

HARVEY, David. **Teoria marxista do Estado**. In: HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Anablume, 2005.

KUDLAVICZ, Mieceslau. **Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na microrregião de Três Lagoas. 2011.** Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2011.

LEONARDO. Letícia Alves. **Questão Agrária e patrimônios religiosos na diocese de Três Lagoas (MS)**. 2020. Dissertação

(Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2020.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 3 ed. 1997.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso:** ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, v. 2, 1994.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

MARX, Karl, 1818-1883. **O Capital:** crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista. – 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MENDONÇA, Nadir Domingues. **A (des)construção das (des)ordens: poder e violência em Três Lagoas**, 1915-1945. Tese (Doutorado em História). São Paulo: FFLCH-USP, 1991.

NARDOQUE, Sedeval. Expansão geográfica do capital e reforma agrária em Mato Grosso do Sul nos governos FHC e Lula. In; COELHO, Fabiano; CAMACHO, Rodrigo Simão. **O campo no Brasil contemporâneo:** do governo FHC aos governos petistas (questão agrária e reforma agrária). Curitiba: CRV, 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001.

PERPETUA, Guilherme Marini. **A mobilidade espacial do capital e da força de trabalho na produção de celulose e papel: um estudo a partir de Três Lagoas (MS).** 2012. 251 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

PACHUKANIS, Evguiéni B. **Teoria geral do direito e marxismo.** Boitempo Editorial, 2017.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. A estrutura produtiva do campo e a evolução da pecuária no município de Três Lagoas-MS. In: III Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2005. **Anais...** Presidente Prudente - SP: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2005.

Submetido em: 15 de abril de 2024
Devolvido para revisão em: 29 de maio de 2024
Aprovado em: 08 de junho de 2024
DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2023.3469

COMO CITAR
BARATELLI. A. E. S. A aliança terra-capital no município de Três Lagoas/MS: renda fundiária, coronelismo e acumulação capitalista. **Terra Livre**, São Paulo, ano 38, v.2, n. 61, jul.-dez. 2023, p. 720-749. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3469. Acesso em: dd/mm/aaaa.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS: TERRITÓRIO DE LUTA E RESISTÊNCIA FEMINISTA

PEASANT WOMEN'S MOVEMENT: TERRITORY OF FEMINIST STRUGGLE AND RESISTANCE

MOVIMIENTO DE MUJERES CAMPESINAS: TERRITORIO DE LUCHA Y RESISTENCIA FEMINISTA

Noeli Welter Taborda
Discente: Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – UNESP - Universidade Estadual Paulista – SP.
E-mail: noeli.taborda@unesp.br

Janaina Francisca De Souza Campos Vinha
Docente da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM (MG), Departamento de Geografia.
Docente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – UNESP - Universidade Estadual Paulista – SP.
E-mail: janaina.vinha@uftm.edu.br

Resumo:
O presente artigo apresenta reflexões acerca do território de luta e resistência feminista a partir do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Pretende-se, portanto, evidenciar e identificar as teorias feministas que contribuem para a interpretação do espaço geográfico e entender a produção teórica sobre território das mulheres camponesas. A metodologia se baseou na pesquisa militante, através da análise bibliográfica e documental. Para as camponesas, compreender o espaço como possibilidade permite pensar a construção de territórios baseados no bem viver, pois trazem a herança das mulheres indígenas, negras e lutadoras que as inspiram a construir uma nova sociedade.

Palavras-chave: MMC, território, luta, feminismo.

Abstract:
This article presents reflections on the territory of feminist struggle and resistance from the Peasant Women's Movement (MMC). The aim, therefore, is to highlight and identify the feminist theories that contribute to the interpretation of geographic space and understand the theoretical production on the territory of peasant women. The methodology was based on militant research, through bibliographic and documentary analysis. For peasant women, understanding space as possibilities allows them to think about building territories based on good living, as they bring to mind the heritage of indigenous, black and fighter women who inspire them to build a new society.

Keywords: MMC, territory, struggle, feminism.

Resumen:

Este artículo presenta reflexiones sobre el territorio de lucha y resistencia feminista desde el Movimiento de Mujeres Campesinas (MMC). El objetivo, por tanto, es resaltar e identificar las teorías feministas que contribuyen a la interpretación del espacio geográfico y comprender la producción teórica sobre el territorio de las mujeres campesinas. La metodología se basó en la investigación militante, a través de análisis bibliográfico y documental. Para las mujeres campesinas, entender el espacio como posibilidades les permite pensar en construir territorios basados en el buen vivir, ya que recuerdan la herencia de mujeres indígenas, negras y luchadoras que las inspiran a construir una nueva sociedad.

Palabras-clave: MMC, territorio, lucha, feminismo.

Notas introdutórias: das lutas e resistências as camponesas constroem seus territórios

O presente artigo apresenta reflexões acerca do território de luta e resistência feminista a partir do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Pretende-se evidenciar e identificar as teorias feministas que contribuem para a interpretação do espaço geográfico e entender a produção teórica sobre território das mulheres do MMC. Neste ensaio, propomos articular as categorias espaço e território, os conceitos de movimentos socioterritorial e socioespacial e o debate sobre o MMC e as teorias feministas. O Feminismo Camponês Popular é parte central dessa leitura, pois surge a partir da luta pela terra e território, apontando um projeto camponês e indígena de produção de alimentos e do bem viver.

Assim, o Feminismo Camponês Popular constitui-se como projeto alternativo e contra-hegemônico para campo, florestas e águas, de caráter antipatriarcal, antirracista e anticapitalista, que reconhece a heterogeneidade de formas de pensar, organizar, produzir e viver das mulheres. Busca compreender a complexidade das formas de exploração e dominação. Incorpora a discussão LGBTQIA+ e amplia o debate acerca das múltiplas violências sofridas pelas mulheres, na busca pela autonomia (Taborda; Cinelli e Collet, 2021).

O MMC tem por missão a libertação das mulheres de todas as formas de opressão e discriminação, a construção de um projeto popular de agricultura camponesa, agroecológico e feminista, rumo à transformação da sociedade (MMC, 2004). Suas ações se alicerçam no tripé *organização* das mulheres camponesas, *formação* - que se constitui em espaços e territórios compostos por conhecimentos políticos e técnicos - e *lutas* de resistência - por direitos, políticas públicas, agroecologia e às inúmeras formas de violência capitalista, patriarcal e racista. Visa, sobretudo, a construção de novas relações entre os seres humanos e, destes, com a natureza.

Partimos de uma abordagem materialista histórico-dialética, já que, de acordo com Marx (2008, p. 47), "não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o ser social que determina sua consciência". Portanto, é a partir do contexto de contradições geradas pelo capitalismo, patriarcado e racismo, assim como da vivência concreta das mulheres camponesas, que elas se organizaram no MMC e foram em busca de seus direitos.

Adotamos, também, procedimentos que incluíram o levantamento e análise bibliográfica de 8 elaborações textuais de militantes do próprio Movimento no período de 2012 a 2021, apresentadas no quadro 1.

Quadro 1: Produção bibliográfica das militantes do MMC (2012-2021)

Tipo	Autoras	Título	Ano
Dissertações	Catiane Cinelli	*Programa de sementes crioulas de hortaliças: experiência e identidades no Movimento de Mulheres Camponesas*	2012
	Iridiani G. Seibert	*Feminismo Camponês Popular: contribuição das mulheres camponesas à luta de transformação social*	2019

Artigos	Iridiani G. Seibert e Sandra M. R. Rodrigues	*Aproximação teórica entre o Feminismo Camponês e Popular e o marxismo latino-americano*	2017
	Renata R. Gadelha	*História e lutas da territorialização do Movimento de Mulheres Camponesas de Minas Gerais*	2021
Livros	Sirlei A. K. Gaspareto	*Pedagogia da semeadura: a construção de saberes pelo Movimento de Mulheres Camponesas no Programa de Sementes Crioulas*	2018
	Vanderléia L. Pulga (et al.)	*Mulheres camponesas: semeando agroecologia, colhendo saúde e autonomia*	2018
	Adriana M. Mezadri (et al.)	*Feminismo Camponês Popular: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas*	2020
Cartilha	MMC	*Feminismo Camponês Popular*	2018

Fonte: Arquivo do MMC. Organização: TABORDA, 2021

Também é preciso destacar que o presente texto foi baseado na pesquisa militante, cujas primeiras reflexões foram apresentadas em 2021 junto à disciplina Metodologia em Geografia, cursada no Programa de Pós-Graduação em Geografia em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL-UNESP).

A pesquisa militante é intrínseca à *práxis.* Partimos da concepção dialética do mundo que acredita que não se faz pesquisa sem a realidade, assim como não se produz teoria sem prática. As questões alocadas no interior do saber científico, em especial aquelas relacionadas às problemáticas da classe trabalhadora, devem ser realizadas junto aos sujeitos e movimentos sociais, os quais estão ancorados nos pressupostos de resistência, luta, enfrentamento, decolonialidade e dinâmicas contra-hegemonias de caráter político, cultural, econômico e ambiental (Saquet, 2021).

A *práxis territoria*l valoriza e respeita os saberes e conhecimentos populares. Comprometida com a luta de classes, tem o potencial de ressignificar a pesquisa e transformar a sociedade. É feita tão somente com a participação social dos sujeitos, num movimento cooperativo e solidário. A *filosofia da práxis,* de Antonio Gramsci

(2014), inspira a *práxis territorial*, imbuída de um processo tecido entre a cultura popular e a cultura elitizada.

Neste sentido, é importante destacar que a pesquisa militante, como elemento da *práxis,* foi adotada no presente trabalho, pois "para além da reflexão teórica, as críticas teórico-metodológicas e epistemológicas, geraram ricas articulações entre a teoria e a prática" (Bringel e Varella, 2016, p. 482). A pesquisa militante designa um amplo e diverso espaço de produção de conhecimento orientado para a ação transformadora que busca aliar a reflexão crítica e teórica com a prática das lutas populares. É um processo multidirecional que articula intelectuais, pesquisadores, movimentos sociais, comunidades e organizações políticas, com o objetivo de fortalecer o protagonismo popular e contribuir na construção de uma sociedade justa e solidária, livre de todas as opressões e dominações.

A pesquisa militante recoloca, em um patamar emancipador e legítimo, as investigações que envolvem a produção de conhecimento, a ação política e a mudança da realidade social. São investigações socialmente engajadas e politicamente posicionadas, que buscam, a partir da produção do conhecimento, entender a realidade para transformá-la (Bringel e Varella, 2016).

No que diz respeito ao pesquisador ou pesquisadora militante, estes, por sua vez, estão "indissociavelmente conectados à sociedade e a suas contradições, atuando, através de suas ações, sobre a realidade para perpetuá-la ou para modificá-la" (Jaumont e Varella, 2016, p. 447). Ainda, segundo os autores, "o intelectual pode tomar posição no sentido de direcionar, legitimamente, sua intencionalidade na produção de conhecimentos para a superação desta condição brutal de exploração e dominação". Portanto, a pesquisa militante permite que militantes pesquisadoras, camponesas e sujeitos políticos realizem uma análise crítica da realidade, visando a transformação social, elemento que possui centralidade no presente ensaio.

Além dessas notas introdutórias e das considerações finais, o texto está organizado em três eixos: no primeiro são apresentadas reflexões sobre a produção do espaço geográfico, evidenciando a contribuição das mulheres e das teorias feministas; num segundo, discute-se a compreensão de território a partir de revisão bibliográfica de elaboração de militantes do referido Movimento e de outras organizações coletivas;

o último e terceiro eixo apresentam as bandeiras de luta construídas no MMC, apontando elementos da resistência feminista e do Feminismo Camponês Popular.

A produção do espaço geográfico e as teorias feministas

Os estudos feministas no campo da Geografia ganharam impulso na década de 1980, influenciados pela perspectiva marxista e pelas lutas de classe e desigualdades de gênero (Reis, 2015). As geógrafas feministas dessa tendência teórica entendiam que, para compreender as relações de dominação e subordinação, era preciso, também, tratar gênero de forma intrínseca às lutas de classe. Ou seja, não haveria como superar as formas de exploração sem considerar capitalismo e patriarcado como componentes de sistema estruturante da sociedade.

Joseli Maria Silva e Márcio José Ornat indicam que, "já nos anos oitenta há artigos envolvendo geografia e mulheres, como os trabalhos de Silva (1984) e Dantas (1987), cujas temáticas estavam voltadas para a análise do trabalho feminino na produção rural" (Silva e Ornat, 2020, p. 5). É nesse mesmo período que o MMC começa a ser construído nos mais diferentes estados, conforme será abordado nas páginas ulteriores.

O apagamento da produção das Geografias Feministas produzidas há mais de quarenta anos, bem como o silenciamento em torno dos privilégios de gênero nas abordagens espaciais por parte das correntes hegemônicas da Geografia latino-americana, foi impossível de ser mantido frente a explícita geograficidade das mulheres nesses últimos anos. O campo científico da Geografia na América Latina foi paulatinamente permeado pelas pesquisas de gênero e sexualidades, evidenciando um crescimento acentuado em países como Brasil, Argentina e México, além do surgimento de jovens pesquisadores (as) no Equador, Colômbia e Chile (Silva e Ornat, 2020).

Ainda cabe destacar que entre o final do século XX e início do XXI, a própria Geografia Agrária adentrou um período de renovação temática, cujo movimento também incorporou, com mais densidade, o debate de gênero nos últimos anos - uma lacuna, até então, no interior do pensamento geográfico. O entendimento das relações

de gênero comparece como uma das temáticas que mais cresceram nos eventos científicos ligados aos estudos agrários, enfocando, principalmente, em questões reativas às assimetrias e desigualdades entre gêneros, no protagonismo das mulheres nos processos de luta pela terra, na produção, comercialização e jornada de trabalho, na agroecologia e na relação com os movimentos sociais (Vinha, 2021)[1].

Não obstante, é fundamental sobressaltar a contribuição advinda de mulheres do MMC que desenvolveram, a partir da pesquisa militante, produções científicas nesse campo de estudos, foco do presente texto. Ao mesmo tempo, faz-se necessário dialogar com autoras(es) que nos permitem compreender o espaço geográfico. Iniciamos pela célebre e reconhecida concepção de Santos (1996, p. 50), em que "o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá". Ainda, para Santos (1978), o espaço geográfico sempre existiu desde antes da ocupação humana. Entretanto, ao ser modificado, torna-se um espaço social, e a partir da materialização da existência humana, alcança uma dimensão da realidade concreta e vivida.

Ao ser produzido pelas ações humanas, entende-se que o mesmo se apresenta como um campo de forças desigual, assim, de acordo com Santos (1978), o espaço é resultado de uma prática que reproduz as relações sociais e de poder. Para Raffestin (1993, p. 158) "quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder", pois é na interação entre os atores que a natureza e as relações sociais são modificadas.

Ao trazer as definições do espaço pela ótica desses autores é possível compreender e construir a Geografia sob diferentes formas, o que permite dialogar com Fernandes (2005), o qual apresenta que espaço e território, ainda que diferentes, se complementam. Para o autor, todo "território é um espaço, nem sempre geográfico", que pode ser, também, social. O espaço geográfico de uma nação é o território, e no interior do mesmo, há diferentes territórios, o que Haesbaert (2004), segundo

[1] Entre 2015 e 2019, a temática gênero foi uma das que mais cresceram na Geografia Agrária nacional, totalizando cerca de 84 trabalhos (VINHA, 2021).

Fernandes (2005), denomina de multiterritorialidades. Sobre a concepção de território, trataremos mais à adiante.

Se as ações humanas realizadas ao longo da história produzem as relações sociais e essas se apresentam como uma força desigual, parece fundamental, partir de um olhar feminista, compreender a produção do espaço geográfico. Reis (2015) apresenta que,

> [...] discutir o conceito de gênero, a partir da construção histórica da opressão feminina dentro do contexto da sociedade de classe e no processo de organização do espaço geográfico, permite unir a categoria de gênero ao conceito de espaço (Reis, 2015, p. 11).

A autora aponta que é possível abordar as relações de gênero como agentes estruturantes na construção do espaço, entendendo-as como parte das práticas espaciais que permitem desvendar a base da organização geográfica das sociedades e a estrutura de poder entre os gêneros. O espaço produzido no interior da sociedade capitalista é profundamente hierarquizado, dividido em classes, raças, etnicidades e gêneros, o que configura a sua diferenciação política, dinâmica e multifacetada.

> De acordo com Silva (2009a), o desenvolvimento histórico e geográfico do movimento feminista, contesta o poder da Geografia hegemônica, que, por sua vez, é marcada por privilégios de sexo e raça. Neste sentido surgem as geografias feministas, contrárias às ideias da universalidade do saber geográfico, estabelecidas por intermédio de novas versões científicas que pudessem dar visibilidade a grupos repudiados pelo conhecimento hegemônico (Reis, 2015, p. 26).

Percebe-se que a categoria gênero, com enfoque no feminismo, tem sido importante para identificar "as desigualdades materiais entre homens e mulheres em diferentes partes do mundo para uma nova convergência de interesses na linguagem, simbolismo, significado e representação" (Idem, 2015, p. 20).

Assim, por intermédio da produção bibliográfica, pretende-se, a seguir, perfazer um diálogo entre a produção do espaço geográfico e os territórios de luta e resistência construídos pelas camponesas organizadas no MMC e de outros movimentos socioterritoriais, identificando como estas compreendem o território.

Compreendendo o território das camponesas do MMC

Para iniciar esse diálogo é importante apresentar alguns elementos sobre o conceito de território, o que nos leva ao debate que iniciamos previamente neste ensaio, quando referenciamos Fernandes (2005), para quem espaço e território são complementares, mas distintos.

O território é resultado de uma ação realizada pelos sujeitos que o compõem, sendo as relações sociais, por sua diversidade, a criadora de tipos territórios, que,

> [...] são descontínuos em pontos e redes, formados por diferentes escalas e dimensões. Os territórios são países, estados, regiões, municípios, departamentos, bairros, fábricas, vilas, propriedades, moradias, salas, corpo, mente, pensamento, conhecimento. Os territórios são, portanto, concretos e imateriais. O espaço geográfico de uma nação forma um território concreto, assim como um paradigma forma um território imaterial (Fernandes, 2005, p. 28).

Segundo o autor, "a mobilidade dos territórios imateriais sobre o espaço geográfico por meio da intencionalidade determina a construção de territórios concretos" (2005, p. 28). Na Geografia, o território é considerado uma totalidade, de caráter multidimensional. Ao ser (re)produzido e materializado pelas relações sociais, produzem-se espaços e territórios em movimentos permeados por conflitos, contradições e desigualdades.

Diante dessa constatação, seria o Movimento de Mulheres Camponesas um território? Como a luta e resistência feminista pode contribuir para a construção de territórios (i)materiais? Para responder essas questões é importante recorrer a Fernandes (2005), que afirma que o espaço, o território, o lugar, as relações sociais e as escalas das ações ajudam a compreender os tipos de movimentos socioespacial ou socioterritorial e seus processos geográficos (isolados, territorializados ou espacializados).

Esses movimentos são tanto por parte de instituições não formais, políticas no sentido nato, por sua materialidade, ação, estabelecimento e dinâmica, quanto por instituições formais, como os sindicatos, as empresas, os estados, as igrejas e as organizações não governamentais (ONGs). Para o autor, os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas constitui-se como essencial para sua existência (Fernandes, 2005). Os movimentos camponeses, os povos

originários, as empresas, os sindicatos e os estados podem se constituir em movimentos socioterritoriais e socioespaciais, criando seus próprios espaços e territórios através das relações sociais.

Isso permite nos conceber o movimento social como um território que está baseado em relações sociais (i)materiais, ao compreender as ações dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais a partir dos espaços e dos territórios. Assim, faz-se necessário apreender que a disputa territorial também está presente no conhecimento científico, que de acordo com Vinha (2013),

> Não pode ser compreendido apenas com foco na materialidade. O conhecimento, a produção das ideias e o pensamento, elementos que fazem parte da imaterialidade, estão intimamente conectados à realidade material contida nos modelos de desenvolvimento para o campo (Vinha, 2013, p.1).

Conforme Saquet (2007, p. 171-172) "o movimento do pensamento em sensações, percepções, leituras, reflexões é um aspecto do abstrato que é inerente aos processos territoriais significando, ao mesmo tempo, objetividade". Observa-se que o acesso à terra para as mulheres do campo é ainda um desafio, uma luta diária, e que as mulheres camponesas atribuem outras relações com a terra e a natureza.

Na tentativa de compreender o território, tanto Saffioti (2013) como Almeida e Pereira de Jesus (2020) chamam atenção para a necessidade de interpretar a realidade e identificar a luta das mulheres considerando as categorias de classe, gênero e raça. As camponesas organizadas no MMC, ao construírem as lutas de resistência feminista, consideram as relações de poder existentes na sociedade, trazendo presente as opressões do sistema capitalista, patriarcal e racista.

Neste contexto, Cinelli (2012) afirma que as mulheres, ao enfrentar o patriarcado, também combatem o modelo de produção, e "essa resistência acontece a partir da organização no Movimento de Mulheres Camponesas, a qual podemos conceber como um espaço-tempo da libertação" (Cinelli, 2012, p. 53).

Para compreender a resistência construída pelas mulheres, recorremos a Gaspareto (2018), que afirma que

> é preciso analisar as relações políticas, econômicas, sociais e culturais, que em cada espaço-tempo orientam e dão sentido à vida no território, buscando as articulações ao invés da setorialização e do isolamento,

> gerando um sentido de complementaridade e de interação (Gaspareto, 2018, p. 198).

Portanto, não é possível construir a libertação das mulheres sem olhar para a complexidade das relações que estão presentes em cada local. É a partir dessa visão que, ao retomar às escritas de militantes do MMC, identifica-se que as camponesas constroem sua resistência e fundamentam seus territórios mediadas pelo tripé organização, formação e lutas e, desta forma, se constituem em um movimento socioterritorial,

> Defendemos aqui que o MMC se caracteriza como um movimento socioterritorial como definido por Fernandes (2005) e Pedon (2009), pois, em suas lutas, busca a conquista de diferentes territórios (terra, política, conhecimento, corpo etc.) e tem a sua existência condicionada à manutenção de sua territorialidade. O território é elemento fundador de suas identidades, e é na sua relação e trabalho diferenciado com a terra/natureza (espaço), a partir de seus corpos e conhecimentos próprios, que as mulheres se definem como camponesas e realizam as lutas em defesa de seus modos de vida, cultura, terra, formas de conhecimento, etc (Gadelha, 2021, p. 4).

Ao compreender melhor o espaço e os fundamentos do sistema capitalista, patriarcal e racista que impõem relações de poder, e no intuito de potencializar a luta por direitos, o avanço nas políticas públicas, a construção de novas relações e o fortalecimento do projeto de agricultura camponesa agroecológica, compreendemos que é necessário destacar as contribuições do debate paradigmático, em especial, o Paradigma da Questão Agrária - PQA.

De acordo com Fernandes (2001), o PQA é uma visão de mundo que acredita que o processo de acumulação e expansão capitalista no campo provoca profundas desigualdades. Este modo de produção é responsável por gerar grandes disparidades, como a miséria e a pobreza, ao passo que combina o avanço do agrohidromineronegócio de forma predatória e destruidora dos bens naturais e da cultura existente nos locais.

Assim, o PQA propõe uma leitura política que encara a conflitualidade, não se limitando à lógica do capital. O enfrentamento ao modo de produção capitalista é condição para a (re)criação do campesinato, dos povos originários e tradicionais. Com isso, na universidade, por exemplo, o PQA se manifesta a partir de pesquisas que trazem a perspectiva da luta pela terra, do feminismo, da agroecologia e dos

movimentos sociais/socioespaciais/socioterritoriais. São estudos que analisam os territórios e as territorialidades construídas pelos sujeitos dos campos, florestas e águas, entendendo as mulheres como protagonistas, capazes de promover mudanças e transformações.

Visando uma disputa contra-hegemônica, Seibert e Rodrigues (2017) afirmam que é preciso entender que a luta pela terra e território das populações indígenas, camponesas e negras são fundamentais. O controle e concentração da terra, das florestas, das águas e dos bens naturais são determinantes para a acumulação do modelo econômico capitalista e imperialista, o que coloca o território como um espaço de disputa cotidiana na vida das mulheres.

Gaspareto (2018) identificou o território como *práxis,* efetivada com o desenvolvimento do Programa de *Recuperação, Produção e Melhoramento de Sementes Crioulas de Hortaliças*. As mulheres camponesas passaram a dar sentido político/formativo para a "horta" e as "sementes". Desse pequeno território se deu a resistência e o enfrentamento ao capital, reafirmando a produção na perspectiva da agroecologia.

> Assim destacamos inicialmente algumas considerações em relação ao/s conceito/s de território tendo em vista que este/s se constitui enquanto lugar da práxis. É um conceito que também está em disputa. É no território que interagem diferentes sujeitos e ali eles próprios fazem-se ao mesmo tempo em que vão construindo significados para suas experiências. No século XXI, elementos novos vão se colocando, na medida em que vai se construindo uma maior tomada de consciência sobre o território pelo mundo todo. Entram em cena outras concepções a partir da dimensão territorial dos processos produtivos, culturais, sociais, entre outros (Gaspareto, 2018, p. 196).

Silva e Santos (2020), ao discutirem as lutas camponesas, em especial as Ligas Camponesas, apresentaram o território na dimensão geográfica. Apontam que o campo herdou a marca das relações capitalistas, patriarcais e escravocratas. Fazem referência ao poder do coronelismo, da política de cabresto, do uso da força praticada nos engenhos e canaviais. São relações que, no decorrer dos tempos, foram refinadas, e seguem se reproduzindo no cotidiano das mulheres. Ainda, enfatizaram a importância da conscientização sobre as raízes da violência, da dominação e da discriminação. Esse entendimento contribui para que o MMC organize e protagonize lutas de denúncia às

estruturas sociais que sustentam o papel secundário da mulher e dos povos do campo e, ao mesmo tempo, trace lutas de resistência feminista como forma de enfrentamento ao modelo de sociedade vigente.

Almeida e Pereira de Jesus (2020) também refletiram sobre essa concepção de sociedade, e apresentam o território como espaço de viver. Apontam que a luta das mulheres não se dá apenas, em virtude da exploração do trabalho, dos bens naturais, das sementes, da terra, dos corpos e dos territórios, mas porquê os transformam em mercadorias com o objetivo de lucrar, o que reforça a reprodução da desigualdade no campo e na cidade.

A importância da mulher camponesa em movimento e sua atuação no MMC dialoga, novamente, com Gaspareto (2018), quando salienta que:

> A maioria dos movimentos na atualidade encontra seu sentido no território e é desse lugar que se subeleva. O território como espaço de inteligibilidade do complexo social em que a história é traçada do inframundo até o cosmos e abrange todas as dimensões do pensamento, a sensibilidade e a ação. Lugar onde reside a história que vem de longe para nos ajudar a encontrar os caminhos do horizonte. Desse lugar onde a terra adquire forma humana e toma corpo nos homens e mulheres, os da cor da terra, [...] de milho, de mandioca, de trigo e arroz. Do território cultural, do território complexo onde são geradas as práticas e as utopias, os sentidos da vida e da morte, os tempos e os universos de compreensão. É aí onde se constrói a esperança, onde são rasgados os sonhos quando não se consegue mantê-la (Ceceña, 2008, p. 36. *apud*, Gaspareto, 2018, p. 49).

Silva, Santos e Santos (2020), ao analisarem o território a partir dos povos originários e das mulheres, entenderam a terra como território sagrado, herdado da ancestralidade. Apontam para valores imateriais que propõem significados de sustentação e reprodução do viver, e reafirmam que,

> [...] enquanto Movimento de Mulheres Camponesas, somos contra o genocídio indígena e temos estas mulheres como exemplo de luta, de resistência e de construção de uma sociedade pautada na defesa do território e da soberania alimentar, livre da repressão neoliberal, monopolizada e latifundiária (Silva, Santos e Santos, 2020, p. 60).

Aliás, especialmente para as mulheres indígenas, a luta pela terra e pelo território têm incorporado novos sentidos com a discussão sobre corpo-território. Ainda que não seja um escopo analítico alavancado pelo MMC, tal concepção merece

destaque, uma vez que ganhou projeção junto à produção feminista sobre as mulheres camponesas, indígenas e quilombolas no Brasil. Parte de uma abordagem que preconiza a relação do território com a escala do corpo, revelando a corporeidade como objeto de exercício do poder e resistência (Haesbaert, 2020).

Segundo Chaves (2021), a categoria corpo-território é empregada como forma de resistência, numa tentativa de superar a lógica dualista e dicotômica estabelecida entre povo/território, sociedade/natureza e produção/reprodução. Dialogar com a relação corpo-território permite integrar território, reprodução social e ação cosmopolítica e, em particular, no uso dado às mulheres indígenas em suas lutas, numa clara e direta oposição às cisões e fragmentações consagradas pela lógica capitalista.

Assim, incorporar a dimensão projetada pela ideia de corpo-território é fundamental para a reprodução dos povos originários e a manutenção de suas relações com os antepassados. O corpo-território comparece como categoria política, condição impreterível para a continuidade e existência dos povos originários.

> O território é corpo porque é inseparável, porque não se pode ser povo sem que o território exista, porque, assim como o corpo, é no território que estão as memórias, a identidade, as condições básicas para a existência plena. Sem o corpo e sem o território, os povos deixam de ser povos (Chaves, 2021, p. 66).

As concepções apresentadas permitem identificar que o MMC, ao se contrapor a sociedade capitalista, patriarcal e racista, compreende que o território é um lugar de conflito e enfrentamento, ao mesmo tempo que também projeta-se como um direito ao bem viver. As mulheres camponesas, em seus territórios, compreendem a vida como uma totalidade, imprimindo uma maneira própria de ser e construir novas relações.

Todos estes aspectos requerem maior aprofundamento e análise de como as mulheres se compreendem nessa sociedade, bem como constroem suas principais bandeiras de resistência feminista. Pautam a luta por direitos, por emancipação, pelo enfrentamento de todas as formas de violência e discriminação, por políticas públicas e pela construção e fortalecimento do projeto de agricultura camponesa agroecológico. A seguir, pretende-se trazer um breve apanhado dessas bandeiras que representam a resistência feminista.

Bandeiras de luta que se constituem em resistência feminista no MMC

Antes de iniciar esse debate, isto é, apresentar as bandeiras de luta construídas no interior do MMC, apontando elementos da resistência feminista, faz-se necessário elencar alguns marcos históricos que constituem a história de organização do Movimento.

O MMC nasceu durante o processo de luta contra a ditadura militar, pela reabertura política e redemocratização do país. Assim, entre o final dos anos de 1970 e início dos 1980, o MMC representou a luta por direitos e políticas públicas que proporcionassem melhores condições de vida à classe trabalhadora. Mesmo participando intensamente desse momento importante na história do país, as mulheres, devido a cultura capitalista, patriarcal e racista, continuavam invisibilizadas (MMC, 2018).

Diante disso, as mulheres camponesas ousaram, em diversos estados do Brasil, construir grupos, movimentos e associações como espaços de diálogo, debate e reflexão sobre a realidade por elas vividas (MMC, 2018). Perceberam que a opressão, exploração, violência e discriminação só poderiam ser enfrentadas de forma organizada, com formação política e muita luta. Compreenderam que somente com o protagonismo das mulheres é que garantiriam a igualdade de direitos e a participação nos espaços de decisão, principalmente com relação a dura realidade imposta à vida na agricultura.

Construir um projeto contra-hegemônico no campo para as camponesas organizadas se expressava na luta por direitos, políticas públicas, novas relações e o fortalecimento de um projeto de agricultura camponesa agroecológico feminista, elementos fundamentais para avançar na transformação da sociedade.

As mudanças na agricultura impactaram decisivamente o modo de vida camponês, pois o incentivo do Estado com o processo de modernização conservadora e dolorosa, baseada nos ditames da Revolução Verde, deixou parcela expressiva dos camponeses e camponesas ainda mais pobres, sem-terra, endividados e/ou sem nenhum amparo do Estado - ainda que parte tenha se adaptado ao processo de integração à agroindústria.

A Teologia e a Filosofia da Libertação, junto com a Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire, conformaram a teoria emancipacionista e de transformação na América Latina. Nesse momento histórico, contribuíram amplamente para a organização, mobilização e conscientização política dos trabalhadores e trabalhadoras (Collet, Lorenzoni, Seibert, 2020), inclusive junto ao MMC. Vários grupos de mulheres foram organizados a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que, conforme Seibert (2019, p. 28) "promove a discussão sobre as desigualdades sociais que elas vivem em sua condição de trabalhadoras pobres".

As bandeiras de luta das camponesas nos anos 1980 foram fortemente marcadas pelo direito à aposentadoria e à saúde, o reconhecimento da profissão de trabalhadoras rurais, entre outras pautas que fizeram parte na Constituição de 1988.

> Após a promulgação da CF/1988, as lutas seguiram durante os anos subsequentes, pautando a regulamentação de cada direito conquistado, como: a aposentadoria na condição de segurados (as) especiais, que ocorreria apenas em 1991; o auxílio-acidente de trabalho para camponeses e camponesas, que foi conquistado em 1992; e o salário-maternidade, no ano de 1994. Isso nos mostra que a organização das camponesas possibilitou, em pleno processo de implementação do neoliberalismo no país, a ampliação de direitos, conquistas importantes para a emancipação das mulheres (Calaça, *et al.*, 2018, p. 9).

É importante destacar que ao mesmo tempo em que as mulheres assumiram as lutas pelo reconhecimento da profissão, documentação, direitos previdenciários e saúde, não deixaram de debater as questões da agricultura e defender políticas públicas para a produção camponesa.

As camponesas perceberam a necessidade de fortalecerem-se enquanto coletivo que desejava transformar as relações sociais. Tal entendimento revelou o desafio de unificar, num movimento nacional, os diversos grupos autônomos de mulheres existentes no Brasil, o que levou, no dia 8 de março de 2004, durante o I Congresso Nacional realizado em Brasília, a consolidar o Movimento de Mulheres Camponesas – MMC Brasil.

Dentre esses grupos autônomos, citamos: Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do ES; Centro de Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Acre; Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do MA; Comissão de Mulheres

Trabalhadoras Rurais de AL; Movimento de Mulheres Agricultoras em SC; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do RS; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de MG; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do MS; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da BA; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de SE; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da PB; Movimento de Trabalhadoras Rurais do RR; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do PA; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Ribeirinhas do AM; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de TO; Organização de Mulheres Rurais do PR.

As camponesas reafirmaram a identidade de ser um Movimento camponês, autônomo, popular e feminista, assumindo a missão de libertação das trabalhadoras de qualquer tipo de opressão e discriminação. Isso se concretiza nas lutas, na organização, na formação e na implementação de experiências de resistência popular, em que as mulheres são protagonistas de suas histórias. Lutar por uma sociedade baseada em novas relações sociais entre os seres humanos e deles com a natureza (MMC, 2004).

O contexto vivenciado pelas camponesas levou-as a fortalecer e deliberar um projeto popular, feminista e agroecológico,

> pela viabilização de políticas agrícolas como por exemplo crédito especial para mulheres; pela defesa, preservação, conservação da água e das sementes crioulas, patrimônio da humanidade, como garantia da soberania alimentar; pelo direito à terra através da Reforma Agrária e fim do latifúndio e estabelecendo o limite de propriedade (MMC, 2004, p. 5).

A partir desse posicionamento do MMC, as camponesas buscaram estudar e compreender melhor os conceitos de agricultura camponesa e campesinato. Para as camponesas, além da forma de como se relacionar com a terra e os bens naturais, buscam-se novas relações entre os seres humanos, bem como o acesso à terra.

Tal questão remete à Fernandes (2008), o qual apresenta que a unidade camponesa é condição essencial para a produção de sua existência e da produção de alimentos. O autor ressalta que é preciso compreender o campesinato como um sistema, o que para ele não significa ter uma visão mecânica, mas sim considerar a estrutura e as dimensões que compreendem seu modo de vida, a partir de seu

território, sua cultura, seus valores, suas formas de luta e resistência no enfrentamento com o capital (Fernandes, 2008).

A reflexão sobre as lutas específicas e de classe exigiu uma expressiva inserção das mulheres camponesas nas regiões, o que possibilitou uma dimensão nacional, latino-americana e internacional. Diante disso, foi criada a Campanha internacional "Sementes patrimônio dos povos a serviço da humanidade", o que motivou o MMC a instituir um projeto de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças em SC, bem como o programa "Plantando Saúde no RS", além de fazer o debate do crédito especial para as mulheres (Collet, Lorenzoni e Seibert, 2020).

A importância desse debate se fortaleceu em escala nacional. As camponesas identificaram a investida do agronegócio sobre os territórios dos povos camponeses, indígenas e quilombolas, o que motivou, em 2006, em conjunto com as demais mulheres da Via Campesina, a realização do ato contra a Aracruz Celulose. Essa ação colocou na sociedade o debate sobre a soberania alimentar para os povos e populações mais vulneráveis. Configurou-se como uma ação que se contrapôs ao modelo de agricultura convencional, baseado em monocultivos, agrotóxicos e latifúndios, estruturas que historicamente provocaram sérios danos a biodiversidade e aos povos no campo.

Em 2007, o MMC lançou a "Campanha Nacional pela Produção de Alimentos Saudáveis" para debater a importância da soberania alimentar para os povos e organizar diversas experiências de produção agroecológica no país. Isso fortaleceu os quintais produtivos como forma de construir territórios de resistência, bem como promover renda, autonomia e emancipação às camponesas.

Ainda nessa direção, com a agudização da fome no país, a falta de políticas públicas e a necessidade de fortalecer a autonomia no campo, em 2020 as camponesas lançaram a "Campanha Nacional Sementes de Resistência". Para além, se colocaram na luta contra a retirada de direitos previdenciários, e contestaram todas as reformas em curso. A Brigada Loiva, organizada em 2019, se contestou a Reforma proposta pelo governo Bolsonaro, reforma que, em sua proposta, evidenciou o patriarcado, o racismo e a desvalorização das mulheres.

Importante ressaltar que o enfrentamento à violência contra às mulheres sempre esteve presente nas ações do Movimento. Debates, seminários, pesquisas e denúncias foram realizadas. Conforme Calaça, Conte, Taborda (2020) é preciso compreender que no período atual o patriarcado assume formas distintas e, no capitalismo, se aprofunda e se atrela a uma lógica de exploração do trabalho, de uma classe sobre a outra, mantendo, também, uma dominação e exploração que se ampliam quando realizamos o recorte de raça/etnia. Essas relações patriarcais vêm sendo reforçadas no Brasil, o que tem vitimado milhares de mulheres diariamente.

Dados sobre feminicídios revelam que diariamente no Brasil são mortas em torno de 6 mulheres, o que coloca o Brasil, desde 2013, na 5ª posição no *ranking* mundial, conforme Organização das Nações Unidas e do Instituto Patrícia Galvão. De acordo com as autoras Lorenzoni, Seibert e Collet (2020, p. 149), em 2019 "[...] a cada minuto nove mulheres foram vítimas de algum tipo de agressão no Brasil e 536 mulheres foram vítimas de agressão física a cada hora em 2018". Relatam ainda que, de janeiro a julho de 2016, foram registradas 68 mil denúncias no Disque 180, sendo que deste montante, aproximadamente 4 mil foram de mulheres que residem no campo. Esses dados revelam que a violência está ainda muito presente na vida das mulheres, um grande desafio à luta feminista no campo.

Percebe-se que as camponesas organizadas no MMC pautaram suas ações no entendimento de que pertencem a classe trabalhadora, construindo conhecimento a partir do estudo teórico, mas também de elementos e práticas dos saberes populares que historicamente foram sendo forjados pelos povos. Ao buscar compreender essas práticas, constatamos que estas já possuíam um caráter feminista. Mais tarde, ao assumirem um posicionamento feminista mais explícito em 2004, as camponesas começaram a dialogar e formular a concepção de feminismo que as representaria.

Assim, considerando a diversidade de mulheres que compõem o MMC e em diálogo com as mulheres organizadas na Coordenadoria Latino Americana de Organizações do Campo (CLOC) e em La Via Campesina (LVC) desenvolveram um Feminismo Camponês Popular.

> A busca por libertação das camponesas envolve ações práticas geradoras de conflitos, disputas de poder no seio familiar e da sociedade, conflitos que visam equilibrar os poderes entre homens e

> mulheres [...]. Para romper as barreiras da dominação e da submissão as camponesas devem confrontar permanentemente o sistema capitalista e patriarcal. [...] o feminismo camponês popular emerge como uma proposta política construída coletiva e organicamente pelas mulheres camponesas do MMC, junto às mulheres da CLOC/LVC. [...]. A perspectiva feminista das camponesas, se efetiva em um processo permanente de transformação de cada mulher, em sua libertação individual das relações de dominação e exploração, mas ao mesmo tempo coletivamente, que é o espaço onde cada uma se alimenta e se fortalece para suas batalhas internas de libertação e também fortalece um sujeito coletivo que trava as disputas para conquistas coletivas, como as alcançadas pelo MMC ao longo de sua trajetória de organização popular (Seibert, 2019, p. 117).

As camponesas identificaram a existência da divisão sexual do trabalho. Para romper com as cercas dessa opressão compreenderam que:

> É preciso utopia, construções coletivas como experiência do que ainda não havia, para fazer as mudanças necessárias. Ou as fazemos com nossas próprias mãos ou não o farão por nós. Precisamos construir formas de lutas, tecendo sonhos de libertação, de solidariedade, de resistência, com ousadia e garra, princípios para construir uma sociedade de justiça, de vida digna e de igualdade [...]. Nós, mulheres organizadas, continuaremos na luta pelo reconhecimento, valoração e valorização do trabalho realizado diariamente pelas camponesas. A libertação da mulher é obra da própria mulher! (Calaça, Conte e Taborda, 2020, p. 131).

Recorremos a Saffioti (2013, p. 194), que defende que "o feminismo é uma posição falsa se considerada como perspectiva autônoma"; "não há um feminismo autônomo, desvinculado de uma perspectiva de classe". Percebe-se que para o materialismo histórico-dialético, o substrato material de todos os fenômenos sociais apresenta grande importância.

O MMC (2018) propõe que o Feminismo Camponês Popular se construa na luta de enfrentamento a violência sofrida pelas mulheres, contra o patriarcado e o racismo, através da luta por direitos e emancipação. Busca, ainda, um projeto de agricultura camponesa agroecológico feminista que se contraponha ao modelo hegemônico do agronegócio e do latifúndio.

O Feminismo Camponês Popular é a expressão da história forjada e vivenciada pelas camponesas, pois é nele que as mulheres do campo se percebem como sujeitos e portadoras de direitos. Demonstram que é possível transformar a realidade, na luta

cotidiana por uma vida sem violência e discriminação, por políticas públicas, terra, território e agroecologia, por intermédio de experiências de libertação anticapitalistas, antirracistas e antipatriarcais.

> O Feminismo Camponês e Popular é forjado na luta cotidiana de resistência e enfrentamento ao capitalismo, particularmente em sua expressão no campo. Construímos a partir da luta contra o agronegócio na defesa da natureza, dos bens naturais, contra os agrotóxicos e os transgênicos, contra o roubo e saque de nossos territórios e terras. É assim que as ações de lutas das mulheres contra os latifundiários, contra as empresas do agronegócio, de enfrentamento ao Estado e contra sua repressão e criminalização da luta das mulheres camponesas faz parte da história e da formação da luta feminista camponesa popular. Essa ação enfrenta muitos inimigos, o agronegócio que destrói a natureza e a vida das mulheres, mas também o patriarcado que coloca a mulher restrita ao espaço privado, pois, mais uma vez, se coloca a importância da visibilidade das lutas e do trabalho das mulheres como sujeitas concretas de transformação da sociedade, ressaltando o caráter de luta contra o capitalismo e o patriarcado do FCP (MMC, 2018, p. 33).

As ações protagonizadas pelas camponesas do MMC evidenciam que é preciso repensar as práticas de produção e consumo, as relações com a natureza e entre os seres humanos para a construção de territórios do bem viver. Tal posicionamento é escancarado quando o MMC, através da "Campanha Nacional: Sementes de Resistência", lançada no Brasil em março de 2020, assumiu o combate à pobreza e à fome. No final de 2020, segundo dados do IBGE, mais de 19 milhões de pessoas passavam fome, e em 2021 já eram 117 milhões que viviam em situação de insegurança alimentar.

Reafirma-se, desse modo, a luta das camponesas pela produção de alimentos saudáveis, visando a soberania alimentar e o acesso a toda população a alimentos de qualidade. Reforça-se a necessidade de cuidar do planeta e dos bens naturais, por isso, pautam seus territórios na agroecologia, que para o MMC é um modo de vida, um projeto de sociedade para o campo e a cidade.

Suas ações, através da organização, formação e lutas, possibilitam forjar a autonomia econômica das mulheres, a sua participação política na sociedade, novas relações entre os indivíduos e com a natureza. Concebem a multiterritorialidade como

alternativa de criar caminhos para a construção de um projeto baseado no bem viver, na solidariedade e no direito irrestrito dos povos aos bens naturais.

Considerações finais

Ao apresentar reflexões acerca do território de luta e resistência feminista a partir do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), ficou explícita a sua importância como importante ferramenta que congrega a ação política coletiva na busca pela emancipação das mulheres. A partir da pesquisa militante, compreende-se que a produção teórica das camponesas concebe o espaço como possibilidade de pensar a construção de territórios baseados no bem viver, pois trazem a herança das mulheres indígenas, negras, camponesas e lutadoras que as inspiram a construir uma nova sociedade. O Feminismo Camponês Popular traduz essa concepção, projeto contra-hegemônico que reconhece a pluralidade e a diversidade das formas de pensar, organizar, produzir e viver das mulheres camponesas em seus territórios.

Enquanto militantes e pesquisadoras reconhecemos que as camponesas trilham caminhos para uma sociedade justa, humana e digna. A luta por direitos, por um projeto de agricultura camponesa agroecológico e feminista e a construção de novas relações, têm desafiado as mulheres a se reinventarem, resistirem, ousarem, protagonizarem e transformarem a história.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Itamara; JESUS, Cleidineide Pereira de. Feminismo camponês popular: uma abordagem antirracista. In: MEZADRI, Adriana Maria *et al.* (org.). **Feminismo camponês popular:** reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas. 1. ed. São Paulo: Outras expressões, 2020, p. 49-61.

BRINGEL, Breno; VARELLA, Renata Versiani Scott. A pesquisa militante na América Latina hoje: reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos. **Revista Digital do Direito Administrativo**, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 474-489, 2016. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rdda/article/view/115609. Acesso em 10 jan.2021.

CALAÇA, Michela; CINELLI, Catiane; CONTE, Isaura. Feminismo camponês e popular: uma história de construção coletiva. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis, v. 3, n. 4, p. 1156-1183, 2018. Disponível em: https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/4993. Acesso em: 14 jan. 2023.

CALAÇA, Michela; CONTE, Isaura; TABORDA, Noeli Welter. Divisão sexual do trabalho. *In*: MEZADRI, Adriana Maria *et al.* (org.). **Feminismo camponês popular:** reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas. 1. ed. São Paulo: Outras expressões, 2020. p. 123-132.

CHAVES, Kena Azevedo. Corpo-território, reprodução social e cosmopolítica: reflexões a partir das lutas das mulheres indígenas no Brasil. **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universitat de Barcelona, v. 25, n. 4, p. 51-71, 2021. Disponível em: https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/32707/36399. Acesso em 04 mai. 2024.

CINELLI, Catiane. **Programa de sementes crioulas de hortaliças: experiência e identidades no Movimento de Mulheres Camponesas.** 2012. (Dissertação de mestrado). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), Ijuí, 2012.

GASPARETO, Sirlei A. K**. Pedagogia da semeadura:** a construção de saberes pelo Movimento de Mulheres Camponesas no Programa de Sementes Crioulas. São Paulo: Ed. Dialogar, 2018.

GADELHA, Renata Rocha. História e Lutas da Territorialização do Movimento de Mulheres Camponesas de Minas Gerais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 24, n. 57, p. 158-184, Dossiê I ELAMSS, 2021. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/8500. Acesso em 3 abr. 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**. São Paulo, Presidente Prudente, v. 8, n. 6, p. 24-34, 2005. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1460. Acesso em 24 mar. 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento Social como Categoria Geográfica. **Terra Livre,** São Paulo, n. 15, p. 59–86, 2001. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/361. Acesso em: 5 mai. 2024.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Campesinato e agronegócio na América Latina**: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Do Corpo-Território ao Território-Corpo (Da Terra): Contribuições Decoloniais. **GEOgraphia,** Niterói, Universidade Federal Fluminense, v. 22, n. 48, p. 75-90, 2020. Disponível em: https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/43100/24532. Acesso em 3 mai. 2024.

JAUMONT, Jonathan; VARELLA, Renata V. S. A Pesquisa Militante na América Latina: trajetória, caminhos e possibilidades. **Direito e Práxis**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 414--464, 2016. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/21833 Acesso: 16 de junho de 2021.

LORENZONI, Carmen; SEIBERT, Iridiane Graciele; COLLET, Zenaide. Movimento de Mulheres Camponesas: veredas de muitas histórias *I*n**:** MEZADRI, Adriana Maria *et al.* (org.). **Feminismo camponês popular:** reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas. 1. ed. São Paulo: Outras expressões, 2020. p. 13-31.

MARX, Karl. **O Capital.** Crítica da economia política. 2. ed. São Paulo. Expressão Popular, 2008.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. Deliberações do Movimento de Mulheres Camponesas – Brasil. Uma Afirmação de Muitas Histórias*.* **Documento Tese do MMC**. Brasília, 2004.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. **Feminismo Camponês e Popular**. Passo Fundo: Ed. Passografic, 2018.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

REIS, Maria Lopez. Estudos de Gênero na Geografia: uma análise feminista da produção do espaço. **Espaço e Cultura,** Rio de Janeiro, URRJ, n. 38, p. 11-34, 2015. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/29067. Acesso em 6 jun. 2020.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SAQUET, Marco Aurélio. Construindo uma proposta de abordagem territorial (i)material. In: SAQUET, M.A. (org.). **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 157-200.

SAQUET, Marcos Aurélio. Uma Geografia (i)material voltada para a práxis territorial popular e descolonial. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 24, n. 57, p. 54-78, Dossiê I ELAMSS, 2021. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/8497. Acesso em 14 ago. 2022.

SEIBERT, Iridiani Graciele. **Feminismo Camponês Popular:** Contribuição das mulheres camponesas a luta de transformação social**.** 2019 (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-graduação de Estudos Comparado para as Américas, Ciências Sociais, Universidade de Brasília/UNB, Brasília, 2019.

SEIBERT, Iridiani Gracieli; RODRIGUES, Sandra Marli da Rocha. A aproximação teórica entre o Feminismo Camponês e Popular e o Marxismo Latino-americano. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 7, 2017, Curitiba**. Anais** [...] Paraná: SINGA, 2017. Disponível em: https://singa2017.files.wordpress.com. Acesso em: 14 jun. 2021.

SILVA, Edcleide da Rocha; SANTOS, Gabriela Maria Cota dos; PEREIRA, Glaciene Vareiro; SANTOS, Margarida de Oliveira dos. Mulheres indígenas em defesa do território e da identidade. In: MEZADRI, Adriana Maria *et al.* (org.). **Feminismo camponês popular:** reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesa**s**. 1. ed. São Paulo: Outras expressões, 2020, p. 49-61.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Márcio José. Geografias feministas na América Latina: desafios epistemológicos e a decolonialidade de saberes. **Journal of Latin American Geography**, University of Texas Press, v. 19, n. 1, p. 163-171, 2020. Disponível em: https://repository.lsu.edu/jlag/vol19/iss1/16/. Acesso em: 27 ago. 2021.

SILVA, Susana Maria Veleda da. Geografia e Gênero/Geografia Feminista o que é isto? **Boletim Gaúcho de Geografia**, n. 23, p. 105 - 110, 1998. Disponível em: http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38385. Acesso em 11 set. 2020.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. Território (i)material e Geografia Agrária: paradigmas em questão. **Revista NERA,** Presidente Prudente, v. 16, n. 23, p. 27 - 42, 2013. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/2636. Acesso em 3 jan. 2020.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. Geografia de lutas e resistências no Triângulo Mineiro: estudos agrários e debate paradigmático. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 22, n. 79, p. 262–275, 2021. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/58750. Acesso em 11 mar. 2022.

Submetido em: 14 de abril de 2024
Devolvido para revisão em: 25 de abril de 2024
Aprovado em: 09 de maio de 2024
DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2023.3471

COMO CITAR
TABORDA, N. W. VINHA, J. F. S. C. Movimento de Mulheres Camponesas: território de luta e resistência feminista. **Terra Livre**, São Paulo, ano 38, v.2, n. 61, jul.-dez. 2023, p. 750-775. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3471. Acesso em: dd/mm/aaaa.

GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – O QUE HÁ DE "NOVO"?

LARGE DEVELOPMENT PROJECTS IN THE STATE OF RIO DE JANEIRO – WHAT'S "NEW" WITH IT?

GRANDES PROYECTOS DE DESARROLLO EN EL ESTADO DE RÍO DE JANEIRO: ¿QUÉ HAY DE 'NUEVO'?

Grupo de Trabalho de Assuntos Agrários da AGB, Seções Locais Rio de Janeiro e Niterói

Ana Maria Costa, Daniel Monteiro, Gabriel Grabois, Gustavo Vitti, Luiz Wanderley, Paulo Alentejano, Pedro Leão, Tássia Cordeiro, Thiago Silva, Vinícius da Silva

Resumo:
O presente texto busca analisar, a partir de resultados de pesquisa de campo, análises documentais e de reportagens de veículos de comunicação, a situação dos grandes projetos de desenvolvimento cuja instalação ocorreu na primeira década do século XXI no estado do Rio de Janeiro. A pesquisa, portanto, analisa as propostas de planejamento territorial para o Rio de Janeiro, promovida pelos principais agentes capitalistas modeladores do espaço e pelo Estado, para essa terceira década do século XXI. A investigação demostrou que a crise econômica do estado, a partir de 2015, com a queda do preço das commodities, afetou substancialmente os grandes projetos de desenvolvimentos e produziram mudanças de rumos, adaptações dos projetos e seus territórios. Concluímos que passada a fase mais aguda da crise, os projetos vêm se readequando e retomando sua incorporação territorial a partir de velhos e novos atores. Independente da nova dimensão de investimentos e das estruturas ou da mudança de tipologias das atividades econômicas, vemos que os grandes projetos seguem tendo um papel discursivo central no planejamento territorial do estado do Rio de Janeiro.
Palavras-chave: Grandes Projeto de Desenvolvimento, Rio de Janeiro, Planejamento Territorial.

Abstract:
This paper aims to analyze, based on field research results, documentary analyses, and reports from media outlets, the situation of large development projects large development projects that were initiated in the first decade of the 21st century in the state of Rio de Janeiro. The research, therefore, examines the proposals for territorial planning in Rio de Janeiro promoted by the main capitalist agents shaping the space and by the state for the third decade of the 21st century. The investigation revealed that the state's economic crisis, starting in 2015 with the fall in commodity prices, substantially affected the large development projects, leading to changes in direction and adaptations of the projects and their territories. We conclude that, after the most acute phase of the crisis, the large development projects are readjusting and resuming their territorial incorporation with the involvement of both old and new actors. Regardless of the new dimension of investments and changes in the structures or the shift in the typologies of economic activities, it is clear that large projects continue to play a central discursive role in the territorial planning of the state of Rio de Janeiro.

Keywords: Large development projects, Rio de Janeiro, Territorial Planning.

Résumé / Resumen:
Este texto tiene como objetivo analizar, basándose en los resultados de investigaciones de campo, análisis documentales y reportes de medios de comunicación, la situación de los grandes proyectos de desarrollo que se llevaron a cabo en la primera década del siglo XXI en el estado de Río de Janeiro. La investigación examina las propuestas de planificación territorial en Río de Janeiro promovidas por los principales agentes capitalistas que configuran el espacio y por el estado para la tercera década del siglo XXI. La investigación reveló que la crisis económica del estado, que comenzó en 2015 con la caída de los precios de las materias primas, afectó sustancialmente a los grandes proyectos de desarrollo, lo que llevó a cambios en la dirección y adaptaciones de los proyectos y sus territorios. Concluimos que, después de la fase más aguda de la crisis, los proyectos se están reajustando y retomando su incorporación territorial con la participación de actores tanto antiguos como nuevos. Independientemente de la nueva dimensión de las inversiones y los cambios en las estructuras o el cambio en las tipologías de las actividades económicas, está claro que los proyectos grandes siguen desempeñando un papel discursivo central en la planificación territorial del estado de Río de Janeiro.

Palabras-clave: Grandes Proyectos de Desarrollo, Río de Janeiro, Planificación Territorial.

[i]

Introdução

O presente texto visa entender a renovação, adequação ou não do projeto territorial concebido por grupos empresariais e pelo governo do estado do Rio do Janeiro para o espaço fluminense na última década (segunda década do século XXI). Assim como, entender a situação dos grandes projetos de desenvolvimento implementados no estado, após quase 15 anos do início da construção destes.

Os grandes projetos foram intervenções territorial centrais na política de desenvolvimento no Rio de Janeiro, no início do século XXI. Por isso, o Grupo de Trabalho de Assuntos Agrários da Associação dos Geógrafos Brasileiros das Seções Locais Rio e Niterói se debruçou sobre as transformações do espaço agrário fluminense provocadas por grandes obras de infraestrutura e industriais a mais de 10 anos, por demanda dos movimentos sociais e comunidades afetadas (GRUPO de TRABALHO de ASSUNTOS AGRÁRIOS da ASSOCIAÇÃO dos GEÓGRAFOS BRASILEIROS, SEÇÕES RIO e NITERÓI, 2012; 2015; SIQUEIRA et al., 2020; GT AGRÁRIA da AGB SEÇÕES RIO e NITERÓI, 2021).

O início dos anos 2000 é marcado pela elevação rápida do preço das *commodities* agrícolas e minerais no mercado global - o chamado boom das *commodities* (WANDERLEY, 2017) e a retomada dos investimentos públicos em grandes obras de infraestrutura públicas, estatais e privadas. Ambos os processos estão associados, uma vez que a elevação dos preços dos minérios e dos produtos agrícolas produziu um ambiente de negócios favoráveis para aportes

financeiros e implantações de grandes projetos de desenvolvimento, principalmente direcionados ao setor extrativo exportador.

A política governamental no período foi considerada neo-desenvolvimentista (SAMPAIO JR, 2012), para alguns autores, ou para outros neoextrativistas (GUDYNAS, 2015; MILANEZ; SANTOS, 2014), por se concentrar na extração e atendimentos do agro-minero-hidro-petro-negócio. Ações estatais como o Programas de Aceleração do Crescimento (PAC 1 e 2 – 2007 – 2014), os aportes financeiros do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e de fundos de pensões de empresas estatais foram mecanismos centrais que sustentaram o projeto de desenvolvimento brasileiro no período de 2003 a 2014 (ZIBECHI, 2012).

O Rio de Janeiro foi um desses espaços no território nacional escolhidos por sua posição estratégica para esses investimentos empresariais e públicos. Em 2006, a Petrobrás descobre grandes reservas de petróleo na camada Pré-Sal no litoral fluminense, indicando a expansão de novos investimentos no setor petroleiro, petroquímico e suas infraestruturas (PESSANHA, 2017).

A partir de 2007, se iniciou a instalação do Porto do Açu, polo portuário-industrial concebido pelo empresário Eike Batista e seu Grupo X em São João da Barra, no Norte Fluminense. O porto e seu distrito industrial visavam atender a extração de petróleo em alto mar, produzir aço (o que não aconteceu) e exportar minério de ferro provindo de Conceição do Mato Dentro-MG por mineroduto, no âmbito do projeto Minas-Rio (BARCELOS et al 2014; BARCELOS, 2018; COSTA, 2018).

No ano seguinte, começaram as obras do Arco Metropolitano. O projeto viário buscava aumentar a mobilidade logística no entorno da capital fluminense, abrindo uma nova zona de expansão

industrial e conectando os principais eixos de circulação, distritos industriais e empreendimentos situados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (TINOCO, 2019). Também em 2008, começou a terraplanagem da área onde seria erguido o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – Comperj (rebatizado de Polo GasLub Itaboraí), estrutura industrial da Petrobras em Itaboraí, no leste metropolitano, destinada inicialmente a beneficiar petróleo e gás natural provenientes da extração em alto mar (BINSZTOK; BARBOSA, 2018).

Em 2010, o Porto Sudeste começa a ser construído para exportar minério de ferro por Itaguaí, no oeste da região metropolitana. As infraestruturas portuárias já existentes na baia de Sepetiba também passaram, no período, por processos de expansão e qualificação para atender as novas densidades de fluxos esperados pelos crescentes preços e ao aumento da extração mineral em Minas Gerais (OLIVEIRA, 2015). Estes foram alguns dos grandes projetos de desenvolvimento que se despontaram no estado na primeira década do século XXI.

O contexto da economia fluminense, até 2015, era de euforia por parte de governantes, empresários e a grande mídia, com os diferentes investimentos de infraestrutura e industriais, mas também com as muitas obras urbanas para atender os megaeventos da Copa do Mundo e das Olimpíadas. A elevada circulação e acumulação de capital no território se incrementava também pelos efeitos da elevação no preço do petróleo e consequentemente da arrecadação no estado e em diferentes municípios, sobretudo os que recebem royalties petrolíferos. Em consequência, foram impulsionados outros interesses, sobretudo a especulação fundiária

e imobiliária, abrindo espaço para projetos imobiliários de grande porte, como o empreendimento Aretê em Búzios.

Passados mais de quinze anos do início da implantação dos grandes projetos de desenvolvimento, o que permaneceu e mudou nas referidas intervenções territoriais? Como o contexto de crise econômica e política nacional, intensificados pelo golpe de 2016, reverberaram sobre tais projetos? Quais (re)estruturações dos planos e ambições dos agentes capitalistas situados no Rio de Janeiro para o território?

O presente texto encontra-se dividido em duas partes principais. A primeira versa sobre os principais interesses dos agentes capitalistas identificados a partir da análise de dois documentos: o Mapa de Desenvolvimento da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) e o Plano de Diretrizes e Iniciativas Prioritárias do Governo do Estado do Rio de Janeiro. A segunda parte atualiza as condições dos projetos que foram analisados pelo GT Agrária na última década: Complexo Industrial e Portuário do Açu, Barragem do Guapiaçu (compensação do Comperj), Complexo Imobiliário Aretê, Porto Norte Fluminense (anteriormente chamado de Terminal Portuário Canaã) e o Arco Metropolitano.

A pesquisa foi desenvolvida com trabalhos de campos nas áreas dos empreendimentos analisados ao longo da última década, realização de entrevistas com lideranças de movimentos sociais e comunidades locais, de revisão bibliográfica, análise de documentos públicos e privados e levantamento de reportagens da mídia nacional e regional. Os projetos listados não esgotam o total de empreendimentos no território fluminense, mas restringem às

situações onde o GT- Agrária da AGB foi demandado a atuar pelos atores locais de resistência.

Proposta empresarial para o território fluminense

O Mapa Firjan é uma importante referência para diagnosticarmos os projetos preferências da burguesia fluminense[ii]. A partir dele podemos constatar não só que projetos são prioritários, mas quais as demandas políticas, regulatórias e de investimento do Estado, em distintas esferas de poder. O documento é feito com a participação dos empresários, no sentido de criar metas e propostas para cada região estadual e de maneira geral para o estado. O documento é periodicamente atualizado para ter novas inserções.

O Mapa já teve duas versões: 2006-2015 e 2016-2025. Tal documento corporativo se tornou, nas últimas duas décadas, uma ferramenta política de planejamento territorial dos agentes capitalistas, industriais, agroindustriais e mercantis associados à instituição. Segundo a instituição, o objetivo é construir um "melhor ambiente de negócios" (FIRJAN, 2016). Entendendo por um melhor ambiente a realização de políticas de redução de tributos, capacitação e barateamento de mão de obra, qualificação da infraestrutura, simplificações e reduções de tempo dos mecanismos de controle públicos, políticas e investimentos públicos direcionados e aprimoramento da gestão privada dos negócios. Ou seja, no contexto da globalização competitiva se pretende criar mais vantagens competitivas (PORTER, 1990) e locacionais, sobretudo, pressionando o poder público por mais investimentos em infraestrutura, que permitam maximizar os lucros diminuindo o custo das distâncias, aumentando a produção e a capacidade de circulação para o capital; por mudanças na estrutura tributária, flexibilização ambiental e do

mercado de trabalho; e formas de ação e gestão do poder público e suas políticas.

No discurso empresarial, o estado do Rio de Janeiro tem uma elevada carga tributária e grande burocracia (FIRJAN, 2016). Os objetivos, então, são reduzir a carga tributária e a burocracia, unificando as tributações federais, modernizando o sistema burocrático, e incentivando as transações dentro do estado. Em grande parte, essas pautas têm sido centrais no Congresso Nacional, sendo que o governo Bolsonaro aprovou uma contrarreforma que flexibilizou a política previdenciária, em 2019, e apresentou uma proposta de contrarreforma tributária, em julho de 2020, indo na direção das demandas do empresariado, assim como outras medidas estão em curso, como a flexibilização do licenciamento ambiental.

O mercado de trabalho, segundo a Firjan (2016), e a legislação trabalhista complexa e ultrapassada, trazem muitos custos para o empresário e pouca flexibilidade às relações trabalhistas. Propõe-se assim o esvaziamento da ação coletiva, ao priorizar a livre negociação entre empregadores e empregados, e alterações na legislação trabalhista e de segurança do trabalho, que em parte foram conquistadas com as mudanças introduzidas pela Lei 13.467/2017 (KREIN, 2018) que promoveu a contrarreforma trabalhista. Dentre outros pontos demandados estão a mudança da política de cotas e o fim da disparidade entre os pisos salariais regionais e nacionais. Além disso, colocam o Serviço Social da Indústria (Sesi) e o Serviço Nacional da Indústria (Senai) como as instituições responsáveis pela formação profissional para a indústria. Essas instituições de caráter empresarial drenam recursos públicos e acabam pautando o direcionamento de formação profissional que deveriam ser

planejadas e executadas por universidades e escolas técnicas públicas.

Ao analisar o Mapa do Desenvolvimento 2006-2015, a Federação apontou que seu planejamento estratégico foi fundamental para a construção de um cenário positivo de negócios e planejamento, contribuindo para a saída do cenário de crise econômica do estado fluminense a partir de 2006. Devemos lembrar, contudo, que esse foi um período de grande investimento público no estado, com a execução de grandes obras urbanas ligadas aos megaeventos e no espaço rural associadas a grandes projetos. Segundo avaliação quali-quantitativa 74% das ações apontadas avançaram e/ou foram concluídas.

Algumas políticas e objetivos merecem ser destacadas:

1. *Interiorização e Arranjos Produtivos Locais* - a Firjan aponta que avançou significativamente no processo de desconcentração industrial e interiorização do desenvolvimento por meio da estratégia de realização do Encontro de Negócios, feiras e eventos setoriais (Brasil Offshore, em Macaé; Fevest, em Nova Friburgo; Semana de Negócios em Volta Redonda, *etc*), como espaço de articulação e consolidação de projetos do capital;
2. *Infraestrutura e Logística* - o Arco Metropolitano, cuja obra foi finalizada em 2014, é considerado a principal obra, que segundo o documento produziu ganhos econômicos e logísticos, além de viabilizar a criação de novas áreas industriais no entorno do Arco Metropolitano. Destacou-se a concessão ao setor privado da BR-393 e a sua adequação de capacidade e da BR-101 Norte e sua duplicação. Os projetos foram concebidos para eliminar gargalos do fluxo de mercadorias.

3. *Gestão Pública* - principal destaque foi criação do Instituto Estadual do Ambiente, em 2007, e a reestruturação do sistema de licenciamento ambiental, "coordenado pela Firjan", tornando-o "mais simplificado por conta da unificação de etapas e da diversificação dos tipos de licença";
4. *Ambientes Institucional e Regulatório* - Com a articulação e incidência política a Firjan garantiu uma diversidade de concessões de incentivos fiscais que resultou na redução da carga tributária e no "aumento da competitividade da indústria" (ex: Lei Cabral nº 5.636/2010 e Lei Pezão nº 6.979/2015).

Ao observarmos as principais "conquistas" da Firjan entendemos que o projeto hegemônico está intimamente associado aos processos de espoliações e captura do fundo público por meio de concessões políticas, tributárias e de investimentos do Estado. O principal projeto de infraestrutura, o Arco Metropolitano, por exemplo, é um projeto de investimento estritamente público, cujo objetivo foi expandir a área de ocupação industrial no entorno da metrópole fluminense e potencializar as vias de escoamento de mercadoria pelo porto de Itaguaí. Outro ponto que chama atenção é a ressalva sobre a formulação de um sistema de licenciamento mais simplificado que unificou etapas. Leia-se flexibilização dos procedimentos.

Na proposição do Mapa de Desenvolvimento 2016-2025, o Estado aparece como indutor fundamental da economia com investimentos diretos, ainda que os empresários defendem a participação da iniciativa privada, por meio das Parcerias Público Privadas (PPP), o Programa de Privatizações, para aquisição de ativos rentáveis, e da integração entre empresas, escolas e universidades para formação de mão de obra e promoção de inovação.

As propostas macroeconômicas e políticas são plenamente inseridas no marco das políticas ultra neoliberais, com a diminuição dos gastos públicos. No âmbito tributário, o foco está na redução dos encargos pagos pelas empresas e na ampliação dos subsídios recebidos por estas do Estado. No que diz respeito às políticas previdenciária e trabalhista defende a redução de direitos, a ampliação da flexibilidade (inclusive das cotas), da terceirização e o fortalecimento da negociação livre entre empregadores e trabalhadores (negociado sobre o legislado), como dito anteriormente, medidas já conquistadas. Com o objetivo explícito de "reduzir o custo do trabalho", propõe a extinção da regra de reajuste que garante ganhos reais ao salário mínimo, o fim do adicional de 10% sobre a multa do FGTS, pago pelas empresas ao governo no caso de demissão sem justa causa e reduzir o número de feriados estaduais do Rio de Janeiro. Propõem também mecanismo que impeça o aumento da disparidade do piso salarial do estado em relação aos outros e o mínimo nacional.

Abaixo destacamos as principais ações prevista pelo planejamento da Firjan que afetarão o espaço agrário fluminense e os povos do campo. Dentre as iniciativas envolvendo infraestrutura de mobilidade, destacam-se:

Tabela 1: Principais ações previstas no Mapa Firjan 2016-2025 com impactos sobre o espaço agrário fluminense

Tipo de Modal	Projeto	Região e Municípios
Portoviário	Dragagem do Canal de acesso e aprofundamento das bacias de evolução e fundeadouros do Complexo Portuário da Baía de Sepetiba.	Baía de Sepetiba - região Metropolitana e Costa Verde
Rodoviário	Construir acesso rodoviário prioritário ao Distrito Industrial de São João da Barra, onde se localiza o Porto do Açu.	São João da Barra e Campos dos Goytacazes

Rodoviário	Conclusão do Arco Metropolitano, com a duplicação do trecho entre Magé e Itaboraí e sua expansão até Maricá.	Região Metropolitana
Ferroviário	Construção da ferrovia EF-354, entre Uruaçu (GO) e São João da Barra (RJ), permitindo a integração com as malhas ferroviárias do Centro-Oeste e a ampliação da área de influência dos portos fluminenses, em especial o Porto do Açu, o que possibilitará futura integração com a EF-118 (em fase de planejamento).	Norte e Noroeste Fluminense
Ferroviário	Construir o Tramo Norte do Ferroanel de São Paulo, de modo a reduzir os custos logísticos do transporte de cargas para o Complexo Portuário da Baía de Sepetiba.	Região Metropolitana
Rodoviário	Construir nova pista de descida da Via Dutra na Serra das Araras, possibilitando o aumento da velocidade, com consequente redução dos custos de frete.	Região Metropolitana
Rodoviário	Concluir a duplicação da BR 101 Norte, nas regiões Leste e Norte do estado incluindo o contorno de Campos dos Goytacazes – de modo a aumentar a velocidade do transporte de cargas e reduzir o tempo de viagem, com ganhos logísticos para os transportadores e diminuição do preço do frete para os clientes.	Norte Fluminense
Rodoviário	Duplicar a BR 393, entre Sapucaia e Barra do Piraí, de modo a aumentar a velocidade do transporte de cargas de São Paulo e do sul do país para Minas Gerais e para a Bahia, o que trará benefícios às empresas fluminenses localizadas ao longo da rodovia	Sul Fluminense
Ferroviário	Construção da EF 118 (Rio-Vitória), de modo a integrar os complexos portuários do Rio de Janeiro e do Espírito Santo às malhas ferroviárias do Sul Fluminense (com acesso a São Paulo, Minas Gerais e à Região Centro-Oeste) e à Estrada de Ferro Vitória-Minas, com a construir de acesso ao Porto do Açu, em São João da Barra.	Múltiplas regiões
Ferrovia	Reativar o Arco Ferroviário Metropolitano em bitola mista, entre Itaboraí e Nova Iguaçu	Baixada Fluminense
Rodovia	Construir o Anel Rodoviário de Campos Elíseos, ligando o Polo Gás-Químico ao Arco Metropolitano, na BR 493	Baixada Fluminense
Rodoviário	Duplicar a BR 116 entre Volta Redonda e Taubaté, em São Paulo e Construir viadutos na BR 116 nos acessos urbanos localizados nos quilômetros 299, 296 e 310 e no acesso ao polo automobilístico de Porto Real e Construir o acesso rodoviário à Zona Especial de Negócios (ZEN) de Barra Mansa	Sul Fluminense
Rodoviário	Duplicar integralmente a rodovia BR 356, adequando-a ao crescimento do tráfego de cargas, em especial minérios com destino ao Porto do Açu	Norte Fluminense e Noroeste

Rodoviário	Duplicar as rodovias RJ 196 e RJ 216, especialmente nas ligações entre o Porto do Açu, em São João da Barra, e Farol – Barra do Furado, em Campos dos Goytacazes e Quissamã	Norte Fluminense
Rodoviário	Concluir a nova pista de subida da BR 040 na Serra de Petrópolis	Centro e Serrana
Rodoviário	Construir o Arco Rodoviário do Sul, ligando a BR 116, em Volta Redonda, ao Porto de Itaguaí;	Sul Fluminense
Rodoviário	Duplicar a BR 393, entre Vassouras e Volta Redonda;	Sul Fluminense
Rodoviário	Construir nova ligação entre as rodovias BR 393 e BR 116 (Barra do Piraí e Piraí);	Sul Fluminense
Rodoviário	Pavimentar integralmente a RJ 131, ligação entre a BR 040, em Hermogênio Silva (Três Rios), e a RJ 125, na divisa com Paty do Alferes;	Região Serrana
Porto Viária	Implantar o Tepor - Terminal Portuário de Macaé	Norte Fluminense

Fonte: Mapa Firjan, 2016.

No campo da energia foram destacados: "Expandir a rede de transporte e distribuição de gás natural para atender à demanda da indústria do estado", ao lado de outras específicas, como "Concluir a construção do Comperj, de modo a ampliar a capacidade de refino de petróleo no Brasil", "Definir calendário regular de leilões para exploração de petróleo, incluindo blocos exploratórios e reservas interligadas com áreas já leiloadas, passíveis de exploração unificada (Áreas Unitizáveis)" e "Permitir que diversas empresas atuem como operadoras nas áreas licitadas no modelo de partilha e revogar a participação mínima obrigatória do atual operador único nas áreas licitadas.", medida conquista ainda durante o governo Temer. Vê-se, portanto, que permanece a demanda para expansão do modelo extrativo de desenvolvimento (DA SILVA; MATOS, 2016), agora com a exigência de maior participação do capital privado.

O gás natural seria então a fonte de energia prioritária que conduziria ao novo crescimento industrial fluminense, situado nas

retroáreas dos portos. Para tanto, o Governo Estadual enviou o Decreto No 47.619/2021 que institui o programa Industrializa RJ, política voltada para o mercado de gás natural no Rio de Janeiro. Deste modo, as políticas se voltariam prioritariamente para alocação de indústrias e termelétricas no Porto do Açu, em Macaé, em Maricá - aproveitamento da Rota 3 do Gás Natural - e Porto de Itaguaí, com escoamento da produção de Gás Natural via porto.

Em quase todas as regiões a questão da água é colocada com central exigindo-se: "Agilizar o processo para emissão de outorga de autorização para captação direta de água pela indústria", "Autorizar, quando possível, a captação direta de água pela indústria (construção de poços artesianos, o uso de mananciais subterrâneos etc.)"; "Dar celeridade ao processo de permissão de reuso de água para fins industriais no processo interno e entre indústrias de cadeias complementares"; "construir reservatórios e cisternas para aumentar o volume de água reservada destinada ao uso industrial" e abastecimento geral; e buscar novos mananciais para o sistema de abastecimento de água (FIRJAN, 2016).

Por fim, duas propostas indicam pressões políticas para execução de projetos como a barragem do Guapiaçu, que visaria criar novas fontes de abastecimento de água para região metropolitana: "Reduzir a dependência do Sistema Guandu através da busca de novos mananciais"; e "Construção de reservatórios e cisternas para aumentar o volume de água reservada destinada ao uso industrial". Ainda que se demande "Reduzir as perdas no sistema de distribuição de água, intensificando o monitoramento e estabelecendo metas de redução"; e "Estruturar programas de incentivo à implantação e uso de estações de dessalinização", em especial na Baixada Fluminense. No Norte Fluminense, se propõe "Realizar o barramento do rio

Paraíba do Sul em Campos dos Goytacazes" (FIRJAN, 2016), que pode causar mais problemas ambientais ao manancial hídrico.

Na Baixada Fluminense, há expectativa de novas indústrias e centros de distribuição atraídos pelas áreas industriais disponíveis no entorno do Arco Metropolitano, em especial nas cadeias produtivas petroquímica e gás-química, de alimentos e bebidas, transporte e logística, de vestuário e acessórios e construção civil. Para Região Metropolitana e Baixada Fluminense há uma das preocupações em "ordenar o crescimento residencial vizinho aos distritos industriais, preservando suas áreas destinadas à instalação de distritos e condomínios industriais" (FIRJAN, 2016).

No Norte Fluminense, os projetos propostos estão voltados para a potencialização do Porto do Açu e da produção de petróleo e gás regional. Dentre as propostas estão expandir e qualificar as malhas rodoviárias que dão acesso ao porto, visando aumentar a conectividade com o restante do país. O mesmo objetivo de maior conectividade para o porto se observa na proposta de construção de uma malha ferroviária em direção ao Espírito Santo e ao Centro Oeste brasileiro (FIRJAN, 2016).

No Noroeste Fluminense, a política proposta, de gestão e de infraestrutura, está voltada ao aumento da atividade industrial na região, em especial nas cadeias da agroindústria (com destaque para o setor de papel e celulose), de pedras ornamentais e no polo cimenteiro. Dentre elas, além das infraestruturas já listadas para o Norte Fluminense, estão "Implantar, na região, posto do Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (INEA) de forma a dinamizar o processo de concessão e renovação de licenças ambientais; implementar políticas de reflorestamento para a recuperação da cobertura verde, preservação de recursos hídricos e

exploração da silvicultura econômica, inclusive na geração de energia" (FIRJAN, 2016).

Na região Sul, na qual se destacam as cadeias automotiva, siderúrgica, naval e de alimentos e bebidas, propõe-se a implantação do Parque Tecnológico Multissetorial na Região do Médio Paraíba do Sul – PqTec-Rio Sul, em Barra Mansa. A mesma demanda por qualificação da infraestrutura é prevista para as regiões Centro-sul e Serrana para atender, respectivamente, as cadeias de alimentos e bebidas, artigos de plástico, produtos de metal, vestuário e acessórios e indústria ferroviária e vestuário e acessórios, alimentos e bebidas, têxtil, construção, mobiliário e produtos diversos (FIRJAN, 2016).

Proposta do governo do estado - gestão Witzel/Castro

Em 2018, ganhou as eleições para o Governo do Estado do Rio de Janeiro o improvável candidato Wilson Witzel, surfando a onda do bolsonarismo. O ex-magistrado tentava pela primeira vez um cargo político pelo Partido Social Cristão (PSC). Em 2021, após escândalos de corrupção e com o rompimento político com a base parlamentar bolsonarista na Assembleia Legislativa, o governador foi destituído do cargo. Assumiu, desde então, o vice-governador Claudio Castro também do PSC.

Apesar da novidade eleitoral, a proposta territorial não se alterou muito, contudo, o estado se encontrava em profunda crise financeira, iniciada em 2015, e havia assinado um acordo com o governo federal que congelava a necessidade de pagamento das dívidas, mas promovia forte política de austeridade, inclusive o corte de novos investimentos e desmonte dos órgãos públicos. No âmbito federal, também ocorreu uma transformação política pós-golpe de 2016, com a criação do Teto de Gastos (Emenda Constitucional

95/2016), inibindo, portanto, a participação do Estado em ações para saída da crise econômica. Deste modo, o plano do governo se resumiu a políticas de flexibilização de procedimentos e incentivo a financiamentos privados.

Dentro do Plano de Diretrizes e Iniciativas Prioritárias do Governo do Estado do Rio de Janeiro (2019/2022) distintas ações foram realizadas no sentido do avanço de obras de infraestrutura como implantar o Tepor - Terminal Portuário de Macaé para movimentação de líquidos, petróleo, base de apoio offshore e área logística e industrial onshore, já havendo licença ambiental emitida; realização do projeto executivo para construção da nova Estação de Tratamento de Água do Guandu, Projetos Executivos da nova estação de água concluídos (Adutora de Água, Troncos de Distribuição e Reservatório Marapicu) e estudos técnicos para o aperfeiçoamento da malha férrea do estado, com empréstimos do Banco Mundial (GOVERNO ESTADO RIO DE JANEIRO, 2019).

No âmbito da agricultura e da questão fundiária, os programas e projetos previstos visavam construir novas diretrizes da política em conjunto com diversos atores da agricultura fluminense; dinamizar o Fundo de Terras em benefício das comunidades mais necessitadas por meio da criação de novos critérios de arrecadação; planejar e promover evento público piloto da Feira Estadual da Agricultura Familiar e Reforma Agrária, para fomentar a agricultura familiar e reforma agrária, incluindo educação e conscientização socioambiental; criar o Plano Estadual de Regularização Fundiária (PERF), possibilitando maior acesso às titulações de concessão de uso para fins de moradia de comunidades contempladas no Programa Justiça Itinerante; incentivar a produção e inovação agropecuária, por meio da Assistência Técnica e Extensão

Rural (ATER) nos Assentamentos, apoiando a autogestão das associações, inserção em políticas públicas e elaboração de projetos; e consolidar os assentamentos rurais e urbanos por meio de ações de fomento de obras de infraestrutura, fornecimento de equipamentos e insumos e projetos para geração de trabalho e renda (GOVERNO ESTADO RIO DE JANEIRO, 2019).

Por fim, a Secretaria de Meio Ambiente, no sentido da flexibilização da legislação ambiental, simplificou o procedimento de licenciamento ambiental de menor complexidade, diminuindo o tempo de emissão e estabeleceu o marco regulatório para reuso de água em atividades produtivas, criando segurança jurídica para usuários, investidores e operadores públicos e privados e arranjos produtivos. E o Inea elaborou norma para ampliação do prazo de validade das licenças ambientais (GOVERNO ESTADO RIO DE JANEIRO, 2019).

A presente pesquisa se concentrou em produzir um levantamento das principais políticas de planejamento territorial propostas pelo novo governo para o campo fluminense. Não forma feitas pesquisas mais aprofundadas a implementação das políticas governamental, uma vez que a ideia do texto é concentrar nos grandes projetos de desenvolvimento.

Mudanças e permanências dos grandes projetos de desenvolvimento no Rio de Janeiro

Nesta parte do texto, vamos apresentar e descrever as condições atuais dos projetos de desenvolvimentos analisados pelo GT Agrária nos últimos anos. Os dados foram obtidos a partir de revisão bibliográfica e informações divulgadas pela mídia, além de informações primárias levantadas junto aos movimentos sociais e os

parceiros locais com os quais mantemos contato desde o início do trabalho do GT no acompanhamento dos GPDs. Os projetos destacados serão o Complexo Logístico-Industrial do Porto do Açu; Porto Norte Fluminense; Complexo Turístico Imobiliário Aretê; Complexo Petroquímico do Rio do Janeiro (Comperj) e a compensação ambiental de construção da barragem do vale do Guapiaçu; Arco Metropolitano, Porto Sudeste e Porto de Itaguaí; e Silvicultura em escala industrial no Rio de Janeiro.

Complexo logístico-industrial do Porto do Açu

No ano de 2007, iniciou-se a construção do Porto do Açu, no município de São João da Barra. Este empreendimento a priori foi voltado para atender o setor de petróleo e gás, além do setor da mineração. Trata-se de uma das maiores infraestruturas portuárias do setor privado que existe no Brasil. Sua idealização foi liderada pelo empresário Eike Batista e seu grupo EBX. As empresas desse grupo atuaram no empreendimento nas áreas de logística (LLX), de mineração (MMX), de petróleo e gás (OGX), de energia (MPX), de fornecimento de equipamentos e serviços para a indústria offshore (OSX), além de empresas de outros ramos (setor imobiliário, hoteleiro, gastronômico, da saúde) que atuaram indiretamente (PESSANHA, 2017).

Destaca-se que, a partir de 2013, as ações das empresas do Eike Batista sofreram forte queda nas bolsas de valores. Inicialmente, a especulação criada pelo empresário atraiu rapidamente grandes investimentos no mercado financeiro, mas quando as operações idealizadas não estavam dando os resultados esperados, o Grupo EBX teve que vender vários ativos de suas empresas, chegando a perder o comando de algumas.

Vale ressaltar que o complexo do Porto do Açu foi pensado com diferentes frentes de investimento. Como sistema logístico do projeto de mineração Minas-Rio, ligado à exportação de minério de ferro, integra a mina, à usina de beneficiamento, ao mineroduto e, por fim, ao terminal do Porto do Açu. O complexo minero-exportador foi vendido para a mineradora Anglo American em 2007. Outras atividades também surgiram pontualmente como estaleiro do grupo X e uma série de empresas para atender a extração de petróleo offshore.

A dimensão e magnitude do empreendimento desencadearam diversos conflitos ambientais e sociais na região. Os conflitos pela terra ganharam mais destaques, principalmente os que envolvem a desapropriação de lotes rurais. A situação do 5º distrito de São João da Barra, que teve mais de 7 mil hectares desapropriados, envolveu denúncias de problemas nas notificações dos agricultores e, principalmente, na negociação dos preços ofertados para as indenizações. Destaca-se também o uso de violência no momento em que eram realizadas as desapropriações. Além de relatos de intimidações por parte da segurança privada contratada pelas empresas do empreendimento e da Polícia Militar. Resumidamente, os problemas envolviam a forma de notificar as famílias, a ocorrência de diversos erros de vistoria, os reduzidos valores indenizatórios previstos e o assédio moral.

Há também o caso das fazendas Caruara e Saco d'Antas que foram compradas: a primeira para Implantação de Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN; e a segunda para retroárea do Porto do Açu, (instalação da unidade de filtragem e estoque de minério – Projeto Minas Rio e projeto de termelétrica MPX). Os conflitos envolvendo os pescadores artesanais também

ocorreram em grande intensidade e em diversas frentes. Primeiro, por causa das dragagens feitas para a implementação do cais, segundo o depósito onde era descartado o material dragado e em terceiro, as restrições às embarcações de pequenos portes. Além, da proibição de acesso às lagoas da região, importantes para o berçário de espécies fundamentais no circuito de reprodução da pesca. Esses processos impactaram diretamente a vida dos pescadores e das comunidades pesqueiras que ali viviam, suas relações sociais, assim como suas relações com o ambiente (QUINTELA, 2014).

Outros problemas ambientais apareceram, não em função do aumento populacional, pois este comparado a outros municípios do estado do Rio de Janeiro, não teve muita relevância, pois São João da Barra ocupou o 32º lugar dos 92 existentes, passando de 32.747 habitantes em 2010 (censo de 2010) para 36.731 habitantes (estimativa do IBGE 2021), mas do estudo do Laboratório de Ciências Ambientais/Uenf, em 2012 que comprovou um grave e acelerado processo de salinização em decorrência das obras de construção do estaleiro da OSX, abertura do canal de acesso e formação de aterro hidráulico sobre o piso da restinga com material salinizado, que demonstrou uma salinização das águas subterrâneas e superficiais para consumo humano e para irrigação – do Canal Quitingute à Lagoa de Iquipari – na ordem de 5 a 7 vezes superior à do rio Paraíba do Sul; e na comunidade de Água Preta, a salinidade encontrada em água de pasto é semelhante À água do mar, 820 vezes maior que a água doce.(COSTA, et al., 2014).

Vale a pena destacar que durante o período de implantação do porto e diversas ações de resistências foram realizadas como: a produção do "Relatório dos Impactos Socioambientais do Complexo Industrial Portuário do Açu" (GTA/AGB, 2011); Audiencias Públicas

na Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - ALERJ (2011, 2013 e 2017); Audiência Pública na Comissão Especial do Porto do Acu - Alerj (2011); ação Civil Pública pelo Ministério Público Federal - MPF no Rio de Janeiro (2011); inquéritos Civis Públicos pelo MPF em Campos dos Goytacazes-RJ (2011); Estudos prospectivos do GATE Ambiental – Ministério Público Estadual-RJ (2011); audiência Pública Popular, organizada pela Asprim (2011); representação junto ao Ministério Público Estadual do Idoso, visando impedir as violações acometidas contra os camponeses e camponesas daquelas comunidades, seja no momento das expropriações ou nas visitas realizadas pelos técnicos da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (Codin), da LLX e da Prefeitura de São João da Barra (2011); e representação junto ao Ministério Público Estadual da Criança e do Adolescente, como medida preventiva, prevista pela Lei no 8.069/90 (2012), dentre outras" (COSTA; BARCELOS, 2021, p. 217).

(Re)estruturação territorial do Porto do Açu

Em abril de 2013, com a decaída das empresas do Eike Batista, se deu início o repasse do controle acionário das empresas do Grupo EBX, a LLX (empresa que comandava a área de logística, responsável pelo Complexo Logístico-Industrial do Porto do Açu), transformou-se, em uma holding, que atualmente é denominada Prumo Logística, tendo o fundo EIG dos Estados Unidos, como maior acionista, logo o maior controlador do complexo. Além desse fundo, há também o Mubadala Investment Company, um fundo soberano dos Emirados Árabes. É importante ressaltar que a empresa Prumo tem intensas relações com o governo do estado, em especial com o ex-secretário de Desenvolvimento Econômico do estado do Rio de Janeiro, Leonardo Soares, que considera o empreendimento

prioritário para o desenvolvimento regional. Deste modo, o governo busca facilitar os trâmites relacionados aos licenciamentos e as articulações para financiamento de fundos públicos e privados dos empreendimentos prioritários.

Alguns projetos novos que dialogam com o complexo estão sendo desenhados e implementados. O megaprojeto de geração de energia solar (potência de 1,1 MW), juntamente com a empresa norueguesa Equinor, que está prestes a entrar em funcionamento no complexo do Porto do Açu. Os primeiros painéis serão instalados em uma área adjacente ao Porto do Açu. Este considerado um porto de quinta geração[iii], em função da instalação em área mais afastada do circuito urbano e com projetos articulados com empreendimentos e zonas industriais junto das áreas logístico-portuárias[iv].

O parque de estocagem de petróleo com capacidade para 5,7 milhões de barris, com ligações dutoviárias com o sistema de oleoduto do Sudeste, com a previsão inicial das obras em 2021 e início de operação em 2023. O orçamento estimado é de R$ 2,5 bilhões e com capacidade de expansão para até 11 milhões de barris de petróleo, além de possibilidades de ampliação, caso haja demanda. O projeto tem a participação da empresa alemã Oiltanking junto a Prumo[v].

Além da construção de um polo de fertilizante, para inserir o Porto do Açu na dinâmica de expansão do agronegócio no país. A intenção é receber uma fábrica de fertilizante, em apoio o governo estadual prevê incentivos fiscais. Destaca-se que no porto já acontece a importação de fertilizantes desde 2020. O projeto também conta com um acordo para a instalação de uma planta de hidrogênio (que serve como insumo para os fertilizantes). As indústrias da siderurgia, fertilizantes e equipamentos para projetos de energias renováveis devem ser as principais da administração para o ano de

2023. A ideia é "colocar o Rio no mapa de fertilizantes", destaca José Firmo, CEO do Porto do Açu (FERREIRA, 2021). Recentemente, a GNA assinou memorandos de entendimento com as concessionárias NTS - Nova Transportadora do Sudeste (empresa de transporte de gás natural vendida pela Petrobrás e comprada pelo fundo de investimento canadense Brookfield) e TAG para conexão do porto à rede de gasodutos. O gás, principal matéria-prima dos fertilizantes nitrogenados, poderia atrair indústrias de fertilizantes olhando não apenas o mercado doméstico, que hoje depende de quase 90% de importação, como também o mercado internacional.[vi]

A Gás Natural do Açu e a NTS A construção de um gasoduto com 101,2 km de extensão, ligando o Açu à Cabiúnas (Distrito de Macaé, onde se localiza um terminal da Transpetro e o Polo Industrial Cabiúnas) para atender as demandas da segunda Usina Termelétrica da Gás Natural Açu (joint venture formada pela Prumo Logística, BP, Siemens e SPIC Brasil[1]). O projeto foi apresentado no dia 23 de março de 2021. O gasoduto atravessará parte do território do município de Campos dos Goytacazes, entre os distritos de Dores de Macabu e a localidade de São Sebastião. Por trás, está a intenção da Gás Natural Açu em construir duas usinas termelétricas movidas a gás natural, com capacidade de gerar 3.000 MW de energia, além de projetos para a implementação de um terminal de regaseificação de GNL (gás natural liquefato) com capacidade de 21 milhões de m^3 por dia[vii].

O porto, que foi pensando para atender abrigar um complexo de transformação mineral e estrutura de suporte para a exploração de petróleo em alto mar, se concentrou predominantemente do setor

[1] Todas empresas controladas por capitais estrangeiros.

petrolífero. A principal renda do porto provém do abastecimento de petroleiros para exportação. Em suma, os conflitos e os danos ambientais foram inúmeros e os conflitos persistem até a atualidade. O porto ainda não chegou nem perto da proposta territorial que vislumbrava. A crise econômica nacional e a derrocada do Grupo X tiveram participação definitiva nos lentos resultados alcançados pelo porto.

Porto Norte Fluminense

O Porto Norte Fluminense é um projeto localizado, especificamente, na localidade de Barrinha, no município de São Francisco do Itabapoana, entre as praias de Manguinhos e de Buena. O local escolhido estrategicamente no Norte Fluminense é voltado para as atividades logísticas que envolvem a exploração do petróleo e gás nas bacias de Campos, Espírito Santo e Santos, além de concentrar no complexo um suporte para indústria naval de pequeno e médio porte.

Em audiência pública em 2012, a comunidade de Barrinha não teve oportunidade de falar, sendo silenciada pelos organizadores – empresários e poder público. O representante do empreendimento afirma que "não há população impactada e que Barrinha está fora da área do projeto; são "pouquinhas pessoas" atendendo aos critérios de baixa densidade populacional para mitigação dos impactos."[viii].

O RIMA indica que a escolha do local ocorreu devido às vantagens fiscais, com baixa incidência de impostos, com abundância de água potável e de energia (no caso a eólica) e a proximidade de centros urbanos com força de trabalho qualificada, no caso Campos dos Goytacazes.

O complexo contará com vias de circulação interna, armazéns e pátios de depósito, guindastes e gruas para carga e descarga, um

parque de tancagem, um estaleiro para reparos da construção naval, um heliporto, terminal de passageiros, posto de abastecimento de veículos um condomínio industrial e um centro comercial.

Os impactos gerados através da implementação do empreendimento, no que diz respeito à fase inicial de obras, desencadeará um aumento de fluxo migratório na região, o que poderá acarretar uma especulação fundiária e imobiliária em cima do valor das terras e dos aluguéis locais, aumento descontrolado da malha urbana em São Francisco do Itabapoana e uma pressão na oferta de serviços públicos básicos e necessários, como educação, cultura, saúde, água e esgoto. No que tange aos aspectos naturais, prevê-se a supressão da vegetação local, assim como o afugentamento da fauna e a geração de resíduos e a modificação da morfologia local. Destaca-se também o aumento da emissão de gases na atmosfera, a provável indução de processos erosivos, geração de ruídos, geração de efluentes líquidos e sólidos, alteração das águas subterrâneas, alteração da paisagem, modificação da turbidez do mar, interferência no desenvolvimento agrícola e na atividade pesqueira local.

A experiência vivenciada pelas famílias camponesas do Açu em função do conflito e impactos na desapropriação de suas terras e dos impactos no meio ambiente, em suas terras, plantações e suas vidas, vem contribuindo para um despertar da Comunidade Quilombola de Barrinha, dificultando que todo o processo de convencimento realizado por representantes do empreendimento a prefeitura de São Francisco do Itabapoana encontre ressonância junto aos moradores.

A preocupação é que na fase de operação do empreendimento os impactos sejam irreversíveis, dentre eles: a utilização dos recursos hídricos e a alteração na qualidade das águas subterrâneas, a

contaminação do solo, a emissão de gases para a atmosfera, geração de ruídos, geração de resíduos sólidos, impactos na fauna e na flora local, pressão nos serviços públicos e na infraestrutura do município e da localidade, alteração da qualidade da água do mar, na atividade pesqueira e na agricultura local.

E o que mais tem provocado preocupação da Comissão Pastoral da Terra e de um pequeno grupo de apoiadores às famílias, é que o EIA/Rima ignorou a presença da Comunidade Quilombola de Barrinha, sua condição especial de pertencimento àquele território, seus modos de vida e cultura, como suas atividades de subsistência, como a agricultura familiar e principalmente a pesca artesanal.[ix]

Complexo turístico-imobiliário Aretê Búzios

Caracterizado como "o maior empreendimento imobiliário do Brasil", o Aretê abrange atualmente uma área total de 3,16 km² na Praia da Rasa, em Armação dos Búzios, e envolve o investimento de aproximadamente R$ 2 bilhões. O empreendimento, que advém da parceria entre o Grupo Modiano, o fundo de investimentos Opportunity, a Construtora Klabin Segall e a empresa BR Marina, teve sua inauguração no ano de 1988, ainda sob o nome de Marina Porto Búzios.

A irrupção do conflito entre o Quilombo de Baía Formosa (QBF) e o Aretê ocorre em 2018, quando a comunidade se organizava para denunciar o projeto ao Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA) e ao MPF. A denúncia dos quilombolas remete às obras de expansão do complexo Aretê, que previa a ampliação da marina, já existente, até a área ocupada pelo campo de golfe e aeroporto, também já pertencentes ao complexo.

Com efeito, a escala da preterida expansão é assustadora: o complexo passaria de uma área total de 3.160.000m² de área para

um total de 6.052.669m², ou seja, quase dobrando em área. A marina, objeto principal da expansão, sairia dos 836.774m² para nada menos que 2.000.000m². Todavia, a obra não é só assustadora em sua escala, mas também em seus impactos sobre o QBF. A expansão da marina envolve a conexão entre o canal e o oceano, e o avanço do canal sobre o Brejo da Malhada, provocando a salinização deste. A área de brejo, não obstante, é ligada ao lençol freático que a comunidade utiliza para abastecimento hídrico e para alimentar a prática da agricultura de subsistência. O temor inicial da comunidade, portanto, estava na ameaça às condições de abastecimento de água.

Ainda, assinale-se que a obra produziria danos socioambientais não só à comunidade quilombola, mas também a outros núcleos populacionais no entorno, tais como o bairro de Cem Braças e a todo o conjunto de organismos bióticos localizados no Brejo da Malhada. Daí decorre o apelo da indignação quilombola no debate público local, ganhando notoriedade e apoio de jornalistas locais, pesquisadores e organizações não governamentais ao colocar-se como contraponto e resistência a um projeto ilegal em múltiplas dimensões.

O projeto acumula, durante o processo de licenciamento ambiental, uma série de irregularidades. O primeiro Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima), que data de 2009, fora questionado no mesmo ano em Inquérito Civil (IC) pelo MPF, cujo conteúdo relatava "omissões e deficiências" relativas à equivocada não identificação de Área de Preservação Permanente (APP) e a insuficiência do levantamento biótico. Ainda, no referido EIA não há qualquer menção a impactos sobre as comunidades do entorno, o que incorre na violação do direito à informação e

participação das populações atingidas nos processos decisórios relativos ao projeto.

Em 2012, mesmo diante das provas de ilegalidade presentes no IC, o Inea reiterou as conclusões do EIA/Rima, afirmando não ter identificado APPs, e emitiu Licença Prévia para a implantação do empreendimento. Contudo, apesar da Licença Prévia, se solicitou ao projeto a elaboração de um novo EIA/Rima, concluído em 2017. Com base neste novo EIA/Rima o Inea concedeu, no mesmo ano, a Licença de Instalação para que as obras fossem iniciadas.

Portanto, é já com as obras em curso, em 2018, que os quilombolas emergem como atores na esfera pública e deflagram o conflito com o megaempreendimento. Em razão da denúncia "surpresa" quilombola em audiência pública, o MPF promove junto a representantes do empreendimento uma nova audiência com base no art. 6. § 1. da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) voltada para consulta à comunidade. É então que os quilombolas tornam pública sua indignação acerca do risco de contaminação do solo e das águas e do impacto socioeconômico trazido pelo megaempreendimento aos horizontes de vida e trabalho dos jovens quilombolas.

Com isso, a Associação foi bem-sucedida ao pleitear que o MPF, antes mesmo da audiência, embargasse as obras. Sob a justificativa de que os estudos até então publicados eram inconclusivos no esclarecimento da incidência dos impactos sobre o território quilombola, a liberação das obras foi condicionada pelo MPF à realização de um novo EIA/Rima por parte do empreendimento. Todavia, com a conclusão do misterioso novo EIA/Rima (que não foi publicado) em 2019, tal ferramenta legal provou-se apenas um paliativo de efeito analgésico que, ao protelar

por mais um ano a continuidade do empreendimento, serviu para dar um "ar de legalidade" a um processo normativo de exceção.

Em meio a este processo, o QBF foi também atravessado, ao longo do ano de 2019, por um processo de negociação pela esperada retomada de seu território ancestral, que envolveu diretamente o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o MPF e os irmãos Cunha Bueno (proprietários da Fazenda Porto Velho - FPV), mas também o Aretê, interessado em adquirir a FPV para expansão do empreendimento. A aproximação do GTAgrária foi desde o princípio motivada pelo interesse de auxiliar a luta e a negociação da comunidade pela retomada territorial.

No decorrer da assessoria à comunidade, ficou claro que ambos os conflitos se sobrepõem, estando relacionados à negociação da comunidade pela retomada territorial e à luta por seus direitos territoriais a um só tempo.

O primeiro acordo proposto pelos fazendeiros retrata com precisão esta sobreposição, à medida que condiciona a cessão da terra à concordância prévia da comunidade diante de qualquer projeto que venha a ser desenvolvido futuramente no imóvel da atual Fazenda Porto Velho. Há, dessa forma, uma precarização do processo de territorialização, mostrando que, mesmo com a posse de suas terras, a comunidade estaria suscetível a ataques com a possível expansão do condomínio. Ademais, esta deixava claras as intencionalidades do projeto, que vê a comunidade como um eventual ameaça aos seus objetivos e, por isso mesmo, condiciona a desejada retomada dos quilombolas a seu território ancestral a "não contestação" ao projeto de expansão.

Evidentemente, a comunidade foi orientada a rejeitar o acordo proposto pelos fazendeiros nesses termos. Dessa forma, as

negociações tiveram continuidade até culminarem na reunião, já em 2020, que selou o acordo de cessão de 80 hectares - área muito inferior à inicialmente pleiteada pela comunidade, de 287 hectares, e diminuta em relação à área da fazenda, de 784 hectares, ou seja, inferior a 10%.

Não obstante, uma das reuniões anteriores, ocorrida em outubro de 2019, entre o MPF, os irmãos Cunha Bueno, o Aretê e a associação quilombola foi reveladora em muitos sentidos. A reunião tinha como objetivo a resolução do conflito via acordo em que uma das áreas em litígio do núcleo das famílias expulsas seria doada ao QBF. Em contrapartida, a comunidade retiraria o pedido de demarcação da área total do território quilombola junto ao Incra, tornando o restante da área comercializável novamente para os Cunha Bueno. Porém, durante a reunião não houve entendimento entre as partes devido à intervenção do Aretê. Apesar de esse acordo estar relacionado diretamente aos Cunha Bueno e ao QBF, as advogadas do Aretê intervieram condicionando a doação à liberação da continuidade das obras, ainda que o procurador não tenha tido tempo hábil para ler o parecer, que retornou de Brasília considerando o projeto hábil. O posicionamento também levou a uma pressão para que naquele momento o procurador, sem analisar qualquer dos documentos, aprovasse a continuidade do projeto. O impasse evidencia que a terra seria doada apenas se a continuidade do projeto fosse aprovada. À época, entretanto, o procurador não cedeu, mantendo as obras do Aretê sob embargo e as terras da fazenda inaptas à venda.

Imbróglio territorial dos quilombolas com o Aretê Búzios

No presente momento, a comunidade está aguardando a conclusão do processo de desmembramento das terras da Fazenda

Porto Velho para emissão de certidão da terra e posterior certificação do Incra. O embargo das obras do Aretê pelo MPF, por sua vez, foi liberado assim que o processo saiu do MPF para o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - MPRJ. Segundo a Associação quilombola, o processo saiu da jurisdição do MPF por efeito de que os estudos encomendados pelo órgão teriam comprovado que a expansão do condomínio não traria impactos à comunidade. Ainda não conseguimos informações mais detalhadas sobre tais estudos.

Assim, as obras do Aretê tiveram continuidade e estão em curso, aparentemente em sua fase final no tocante à expansão da marina. Concomitantemente, os empresários aguardam o desfecho do acordo de cessão das terras da Fazenda Porto Velho ao QBF para efetivar a compra de grande parte da fazenda, que também seria objeto da expansão posteriormente.

A partir daí, o planejamento seria especificamente dar sequência às obras de expansão da marina, do aeroporto e do campo de golfe, sendo que estes dois últimos seriam as instalações imediatamente vizinhas do território quilombola, cujos impactos sobre a comunidade tradicional são evidentes. Por essa razão, a Associação afirma ainda não ter sentido os danos socioambientais advindos da expansão do complexo, mas já se preocupam com a instalação dessas instalações na vizinhança do quilombo.

Ademais, já é possível encontrar anúncios e reportagens retratando o Aretê como o mais novo "destino de qualidade de vida e bem-estar em Búzios" em grandes veículos de mídia, tais como o Globo e o Valor. Além disso, podemos encontrar facilmente anúncios de venda de lotes, aluguel de imóveis e reserva de quartos de hotel do Aretê nas mais diversas plataformas imobiliárias e de hotelaria. [x]

Sublinhe-se que esta mesma grande mídia retrata o acordo de cessão, conquistado pelos quilombolas, como um "acordo modelo", a despeito das ameaças, chantagens e violações cometidas pelos Cunha Bueno e pelo Aretê no decorrer das negociações em toda sua assimetria de poder. Após o acordo assinado, mesmo sem recursos econômicos, alguns moradores começam a ocupar o terreno negociado e a comunidade começa a planejar o território retomado.

Complexo Petroquímico do Rio do Janeiro (Comperj) e barragem do Guapiaçu

O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro foi projetado para ser o maior empreendimento latino-americano, com um investimento total previsto de R$ 14,6 bilhões para: a construção de uma refinaria de petróleo, uma unidade de processamento de gás natural e unidades de primeira e segunda geração de produtos petroquímicos. As obras começaram em 2008 e a previsão da Petrobras, empresa responsável pelo empreendimento, era inaugurar todo o complexo em 2014.

A localização do Comperj foi alvo de intensas disputas entre grupos políticos fluminenses até que fosse definida sua instalação no município de Itaboraí, no Leste Metropolitano do Rio de Janeiro, que possuía na época 218 mil habitantes, ao passo que a projeção inicial era que o Comperj gerasse 212 mil empregos diretos e indiretos.

No entanto, houve vários atrasos no cronograma das obras e com crise na Petrobras, resultante da série de denúncias de corrupção, a baixa no preço do petróleo e a crise econômica do estado, a mudança do projeto político-econômico com o golpe na presidenta Dilma, o projeto acabou sendo redimensionado, após a operação lava-a-jato, em 2014. O que era para ser um complexo petroquímico ficou reduzido a uma refinaria e uma unidade de processamento de gás

natural, embora o total investido tenha ultrapassado o previsto inicialmente. A geração de empregos prevista se transformou em desemprego e milhares de trabalhadores que migraram para Itaboraí e municípios do entorno, atraídos pelo Comperj sequer tinham dinheiro para retornar para seus locais de origem. A especulação do solo e das mercadorias locais, encareceu as condições de vida e agravou as condições sociais da população.

Como compensação ambiental pelos danos causados pela instalação do Comperj foi projetada para o rio Guapiaçu uma barragem destinada ao abastecimento de água para o Leste Metropolitano. Situada no município de Cachoeiras de Macacu, vizinho à Itaboraí, a barragem se justificaria pelo enorme crescimento populacional esperado para o Leste Metropolitano em função da instalação do Comperj, pela grande quantidade de trabalhadores atraídos, assim como pela dinamização de toda a economia da região.

A área projetada para a construção da barragem foi considerada como um vazio demográfico, conforme consta do EIA-Rima do Comperj. Entretanto, há neste trecho do vale do Guapiaçu um grande contingente de agricultores, oriundos de projetos de colonização dos anos 1960 e de ações de política fundiária dos anos 2000. Organizados pelo Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), esses agricultores resistiram e conseguiram impedir a construção da barragem, mas o governo estadual não desistiu da mesma (COSTA, WANDERLEY, ALENTEJANO, 2021).

Com o redimensionamento do projeto do Comperj, a partir de 2014, entretanto, a justificativa para a construção da barragem mudou. Do crescimento populacional associado ao Comperj passou a ser a "crise hídrica", isto é, a falta de água para o abastecimento do

Leste Metropolitano. O governo estadual, diante da crise de abastecimento de água que afetou as metrópoles do Sudeste no ano de 2014, passou a defender como essencial para assegurar água para a população da região a construção da barragem no Guapiaçu (BARCELOS et al, 2014). Mas, com as sucessivas crises dos governos estaduais liderados por Cabral, Pezão e Witzel, a barragem foi sendo adiada. Ainda que o tema do fornecimento de água e a ameaça da crise hídrica ainda seja um elemento discursivo recorrente dentro das propostas de políticas públicas e privadas, como vimos anteriormente.

Readequação do Comperj e ameaça de barragens sobre o vale do Guapiaçu

Em 2018, a empresa estava em busca por parcerias para a conclusão das obras paralisadas, prevendo a retomada da construção da UPGN (Usina de Processamento de Gás Natural), parte integrante do projeto Rota 3/Dutos Norte, em parceria com a chinesa Shandong Kerui Petroleum e a nacional Método Potencial, pela Sociedade de Propósito Específico (SPE), criada para finalizar as obras (BRASIL, 2018). Nesse contexto, foi publicada uma carta de intenções e depois assinado um acordo entre a Petrobras e a estatal chinesa National Petroleum Corporation (CNPC) para a definição dos ativos integrantes de parceira estratégica para a conclusão das obras do Comperj e a participação em quatro campos da Bacia de Campos (ABDALA, 2018). No entanto, o acordo previa um estudo de viabilidade técnica e uma avaliação econômica (GÓES, 2018).

Em 2019, noticia-se que as obras de conclusão da montagem da Torre do Flare (tocha), que compõe o sistema de segurança a queima do gás residual, empregavam cerca de 5 mil trabalhadores (CORRÊA, 2019a). Um estudo de viabilidade sobre os ativos de

processamento de gás e escoamento de líquidos foi previsto em parceria assinada com a norueguesa Equinor ASA, para projetos de geração de gás natural (CORRÊA, 2019b). Em relação à parceria com a estatal chinesa, o estudo de viabilidade econômica concluiu que a construção da refinaria não seria atrativa economicamente, encerrando-se assim a parceria estratégica. A empresa informa que abandonou o projeto de refinaria no Comperj, devido ao resultado do estudo de viabilidade econômica. Com isso, a Petrobras solicitou um levantamento de alternativas para o empreendimento, tais como a integração com a Reduc (com unidades hibernadas para a produção de lubrificantes básicos e combustíveis enviados por dutos), a construção de uma termelétrica e a implantação do Projeto Integrado Rota 3 (Gasoduto Rota 3 + UPGN) (ABDALA, 2019).

Além disso, foi assinado um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) entre a empresa, o estado do RJ e o MPRJ para a reparação de prejuízos ambientais, sociais e econômicos causados pelos atrasos nas obras do Comperj na região de Itaboraí, São Gonçalo e Cachoeiras de Macacu, prevendo-se um investimento de R$ 814,5 milhões em saneamento básico, ações ambientais e reflorestamento (LISBOA, 2019). Em 2020, a construção do gasoduto Rota 3 e da UPNG é paralisada parcialmente, atendendo a um ofício da Prefeitura Municipal de Itaboraí, refletindo na reavaliação do cronograma de obras.

Inicia-se, no mesmo ano, o estudo para a construção de uma planta de processamento de lubrificantes interligada à Reduc e se prevê a conclusão do Projeto Integrado Rota 3, ainda em 2021. O Comperj deixa oficialmente de existir, transformando-se no pólo GasLub Itaboraí, que compreenderá uma Planta de Processamento de Lubrificantes interligada à Reduc, a construção de uma térmica

com a produção de energia (gás do pré-sal processado no GasLub), o Projeto Integrado Rota 3 (UPGN + Gasoduto), previsto para 2021 (POLO…, s.d.). Como resultado do segundo TAC, a empresa pagou uma indenização de R$ 50 milhões a seis municípios impactados pelo Comperj para obras de desenvolvimento urbano e projetos ambientais (R$ 24 milhões divididos entre Duque de Caxias, Cachoeiras de Macacu, Magé, Guapimirim, Itaboraí e Maricá, integralmente para planos de saneamento básico) e para ações em benefício de agricultores de Cachoeiras de Macacu para a recuperação ambiental da bacia Guapi-Macacu (ROSA, 2020). Também está prevista a restauração de 1.100 ha como forma de compensação, incluindo 2,5 milhões de árvores plantadas em florestas degradadas (16 municípios da Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara), resultado de compensação ambiental de R$ 79 milhões, obrigatoriamente depositados no Fundo da Mata Atlântica, assim como um investimento de R$ 40 milhões para o reflorestamento de 59 ha na APA de Guapimirim (PIQUET, 2020; GÓES, 2020).

Em 2021, encontram-se notícias sobre o lançamento de uma plataforma de oferta de água, redução de secas e prevenção de inundações para garantir a disponibilidade de água no estado (Prosegh) com a transposição de água da Bacia do rio Paraíba do Sul para o rio Guandu, a partir de verbas do TAC (ALTINO, 2021). Também se relata a ampliação da dependência do petróleo no estado, visto os royalties chegarem a 25% da receita (CAPETTI; ALMEIDA, 2021). Publica-se a intenção de privatizar os gasodutos marítimos que ligam a Bacia de Campos à terra, por contratos de compartilhamento de infraestruturas petroleiras de escoamento e processamento de gás natural, prevendo a interligação física e o

compartilhamento das capacidades de escoamento nas Rotas 1, 2 e 3, dando origem ao Sistema Integrado de Escoamento de Gás natural (SIG) (ORDOÑEZ, 2021). Também há o comunicado da Petrobras sobre a previsão do início das operações do GasLub para o final de 2024, estando a parte marítima 100% concluída e a terrestre entre 80 e 85%. Além disso, está em fase inicial de estudos a construção de uma termelétrica no local para utilizar o gás natural transportado (LUNA; NUNES, 2021).

A principal pressão pela construção da barragem no Guapiaçu vem hoje do processo de privatização da Companhia de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae). Oferecida pelo governo Pezão como moeda de troca pela entrada do estado do Rio de Janeiro no regime de recuperação fiscal no ano de 2018, a privatização da Cedae, foi substituída pela venda da concessão de serviço de fornecimento de água e esgoto, concluída em 2021, sendo arrematada no valor total de R$ 22,7 bilhões por três lotes. A Aegea, cujos acionistas são a Equipav, o fundo soberano de Cingapura (GIC) e a Itaúsa, foi a grande vencedora, arrematando dois lotes. O grupo Iguá, de diferentes gestoras de investimentos como o IG4 Capital e o fundo canadense CPP investimento, ganhou o bloco 2. Com as novas concessionárias pode haver o aumento da pressão da nova concessionária por fontes de água, de onde retirará os lucros que o grande capital privado busca obter com a apropriação privada dos bens naturais.

Parecer do Conselho de Supervisão de Regime de Recuperação Fiscal, ligado à Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia, datado de 15 de dezembro de 2020, referente ao andamento do processo de privatização da Cedae, faz referência explícita à previsão de construção da barragem do

Guapiaçu para ampliar o fornecimento de água para o sistema Imunana-Laranjal. Porém, menciona também o impedimento temporário desta obra, em função do TAC assinado em 9 de agosto de 2019 entre a Petrobras e o Inea, resultante da Ação Civil Pública - ACP que questionava o licenciamento ambiental do Comperj. Neste TAC, Petrobras e Inea se comprometeram a não implementar a barragem do Guapiaçu, sem que antes seja elaborado o Plano de Segurança Hídrica do Estado do Rio de Janeiro, tornando nula a previsão da construção da barragem constante do EIA-Rima do Comperj. No TAC também consta a obrigação da Petrobras repassar R$ 2.500.000,00 ao Inea para elaboração do referido Plano, que, até o presente momento, o mesmo não foi elaborado.

Arco Metropolitano, Porto Sudeste e Porto de Itaguaí

O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro é um conjunto de rodovias que passa por oito municípios da RMRJ: Itaguaí, Seropédica, Japeri, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Magé, Guapimirim e Itaboraí. Mobilizada no conjunto de obras do Projeto de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007, até hoje o Arco está inacabado, faltando o trecho da Magé-Manilha, ainda não duplicado, e a conexão com a zona portuária em Maricá. O projeto foi concebido com objetivos de interligar as diversas rodovias da metrópole fluminense; desafogar o trânsito na capital e nas cidades da Baixada e na Ponte Rio-Niterói; conectar o Comperj aos portos em Itaguaí e como eixo de ampliação do padrão de acumulação urbano-industrial em áreas consideradas pouco desenvolvidas.

Somente o trecho entre Caxias e Itaguaí foi inaugurado, somando 71 quilômetros e foi exatamente esse trecho o que mais impactos causou nas áreas rurais da Baixada Fluminense, por cortar

ou passar próximo a assentamentos rurais e antigas áreas de colonização. Uma das áreas mais impactadas foi o assentamento Terra Prometida que não só foi cortado pelo Arco, como passou a sofrer alagamentos. O trecho Magé-Manilha teve as obras abandonadas. A demanda por retomar as obras da outra metade da rodovia pela Firjan e o Governo Federal do Governo Bolsonaro, concedeu a rodovia à iniciativa privada conjunto com a rodovia Rio-Teresópolis, em 2022[xi].

A Firjan mobilizou o projeto Arco Seguro para zerar o roubo de cargas na rodovia até o final do presente ano. Essa iniciativa vem num contexto de uma agenda mais ampla da Firjan que é o Programa de retomada do crescimento do Estado do Rio de Janeiro, que advoga em favor da ampliação da gestão de infraestrutura pública por entes privados, através de concessões e privatizações.

O Porto Sudeste é um porto privado localizado na Ilha da Madeira, em Itaguaí, projetado com foco no carregamento de granéis sólidos, principalmente de minério de ferro. A estrutura do porto conta com dois carregadores de navio capazes de movimentar doze mil toneladas de minério de ferro por hora; ramal ferroviário de 2,3 quilômetros; dois pátios de estocagem com capacidade de até 2,5 milhões de toneladas de granel sólido. O terminal opera desde 2015 e por ano movimenta aproximadamente 50 milhões de toneladas de minério de ferro advindo do quadrilátero ferrífero de Minas Gerais.

O projeto original do Porto Sudeste teve como operadora a empresa de logística do grupo EBX do empresário Eike Batista, a LLX, a mesma responsável originalmente pelo porto do Açu. Uma etapa de expansão para circulação de 100 milhões de toneladas de minério foi iniciada em 2011 e ficou a cargo da MMX Sudeste Mineração, subsidiária da megaempresa de mineração do mesmo

grupo empresarial. Por questões de endividamento e necessidade de mais recursos para término das obras, a MMX vendeu boa parte de suas ações, juntamente com a crise de todas as empresas do grupo.

Assim, o grosso das ações da Porto Sudeste S.A ficaram a cargo da trading holandesa Trafigura Beheer e do fundo soberano de Abu Dhabi, Mubadala. A operação, em 2014, girou em torno de 400 milhões de dólares, e teve como contrapartida a assunção da dívida da MMX e subsidiárias, que girava em torno de R$ 1,3 bilhão. Nesse mesmo ano, a subsidiária ingressou com pedido de recuperação judicial, e no presente ano de 2021 teve sua falência decretada. Observe-se também que, apesar de vendas de ações e investimentos de todos os tipos, a Porto Sudeste S.A deve hoje R$ 2,6 bilhões ao BNDES e o Bradesco[xii].

A notícia mais recente em relação ao Porto Sudeste é de uma multa de R$ 3 milhões aplicada pela prefeitura de Itaguaí em 20 de abril de 2021 por descumprimento de normas ambientais. Entre as infrações, foram constatadas "vazamento de água contaminada, derramamento de minério no mar, contaminação do lençol freático, contaminação de recursos hídricos e pesqueiros, emissão de compostos tóxicos, além de acessos obstruídos aos extintores de incêndio" (UOL, 2021)[xiii].

Alguns dias antes da ação em relação ao Porto Sudeste, a prefeitura de Itaguaí também multou e interditou o Porto de Itaguaí, outro terminal de escoamento de minérios na Baía de Sepetiba. Apesar de ser público, o Porto de Itaguaí é cedido em regime de parceria público-privada à Sepetiba Tecon e CSN. Assim como o Porto Sudeste, também tem centralidade no escoamento de granéis da mineração ferrosa e é um dos maiores portos do país.

Essa interdição se deu em função de ao menos oito crimes ambientais cometidos pela Sepetiba Tecon e CSN, e nas reportagens consultadas são elencadas cinco: descarte de materiais de forma irregular; lançamento de minério de ferro sem tratamento na Baía de Sepetiba; acondicionamento de produtos químicos de forma inadequada; dispersão de partículas de minério de ferro e carvão no ar; presença de resíduo de minério aquoso no solo. Embora o fechamento tenha sido por tempo indeterminado, houve liberação das atividades portuárias no local no dia seguinte, fruto de um acordo entre o Inea e a prefeitura de Itaguaí. De toda maneira, as multas foram mantidas (aprox. R$ 5,4 milhões de reais).

Em relação aos recentes crimes ambientais, a única manifestação de movimento social/organização de sociedade civil foi a do Movimento Baía Viva[xiv], organização que em 2018 propôs uma moratória dos novos licenciamentos ambientais nas baías de Guanabara e Sepetiba. O grupo também denunciou em seu Instagram dois descartes de minério de ferro do Porto Sudeste. O movimento vem denunciando um processo de "Sacrifício Ambiental" da região da Baía de Sepetiba, fazendo representações junto ao MPF. Não só as empresas associadas aos portos vêm sendo alvo de denúncias como também fábricas do complexo industrial que envolve, entre outras, a TKCSA (atualmente Ternium) e o caso da chuva de prata em Santa Cruz. Sobre a situação mais geral do sacrifício ambiental da Baía de Sepetiba, os últimos conflitos de fato são os citados sobre os portos de Itaguaí e Sudeste (IKEDA JR, 2018).

Em relação a investimentos empresariais, há um plano para tornar o Porto de Itaguaí um hub de escoamento do gás natural. A ideia é ampliar a área do porto para que este ganhe destaque no "Novo Mercado do Gás". Assim, uma área de 1,1 milhão de metros

quadrados seria destinada a um novo Terminal de Granéis Líquidos que começaria a operar em 2024. A Companhia Docas do Rio de Janeiro fez um acordo com uma empresa privada para atrair terminais de exportação de gás e estruturas industriais que permitam que o porto de Itaguaí se capacite para fazer parte do transporte de gás advindo da Bacia de Santos. Além da seção de gás natural, há investimentos previstos para aumento de terminais de granéis agrícolas, em especial, fertilizantes. A mobilização empresarial vem na esteira da ideia do "Porto Indústria", almejam atrair plantas industriais para uma área de expansão portuária de mais de 7 milhões de metros quadrados.

Silvicultura em escala industrial no Rio de Janeiro

Nas últimas duas décadas, o estado do Rio de Janeiro vem sendo palco da tentativa de expansão do plantio comercial de eucalipto, incentivado em parte pelas empresas do setor de papel e celulose, siderúrgicas e outras demandantes regionais de madeira. O discurso pró empresarial das últimas gestões estaduais, associado aos interesses de instituições como a Firjan, possibilitou por um tempo, um forte alinhamento ao contexto de expansão geográfica do agronegócio da madeira, incorporando o setor a uma agenda política de "desenvolvimento", considerado até então como estratégico para o governo do estado do Rio de Janeiro. Apesar da aliança entre Estado, agronegócio e grandes grupos empresariais que visavam promover a silvicultura comercial no Rio de Janeiro, houve ao longo desses anos últimos anos, avanços e recuos, promovidos ora por questões políticas, ora por questões econômicas.

As principais medidas realizadas nos últimos anos com o intuito de fomentar a silvicultura industrial são os avanços nos

marcos regulatórios, que tiveram como objetivo promover o espaço agrário fluminense, como um ambiente com "vocação natural" para a implantação e desenvolvimento em larga escala do cultivo comercial de eucalipto. Seus agentes (Estado - agronegócio - grupos empresariais) encontraram dificuldades políticas e econômicas que inviabilizaram ao longo do espaço e do tempo a realização plena dos objetivos do setor empresarial.

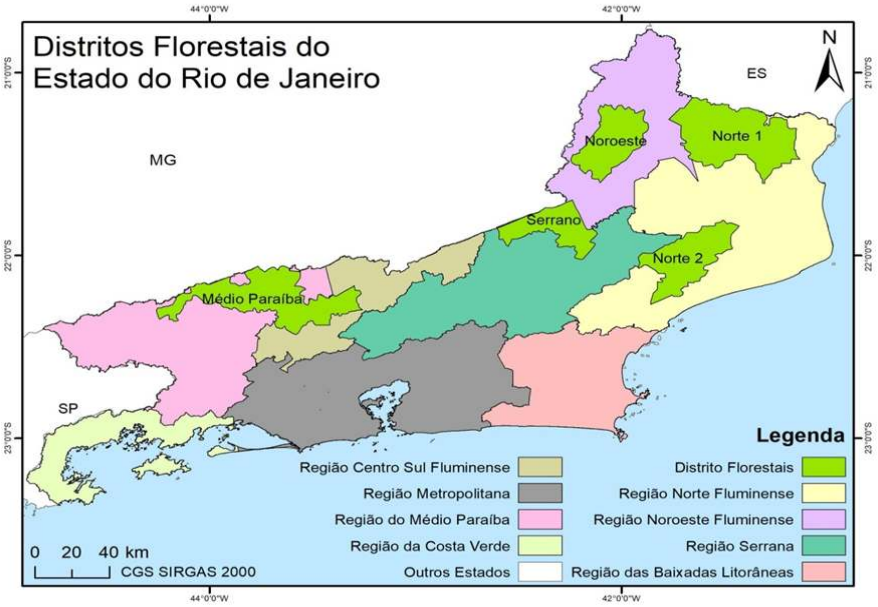
No entanto, é importante destacar a conquista do agronegócio em relação à criação dos Distritos Florestais (Mapa 1) pelo Decreto nº 45.597/2016, que define as áreas destinadas à prática da silvicultura no estado, ou seja, áreas onde será incentivada (tanto financeiramente, quanto legalmente) a prática da silvicultura comercial em larga escala. Tais distritos florestais têm como referência o estudo-base para o Zoneamento Econômico e Ecológico do Estado do Rio de Janeiro (ZEE-RJ) e os levantamentos realizados pelo estudo – Plano Básico para o Desenvolvimento da Silvicultura Sustentável (2011). Essa ação pode facilitar a expansão da monocultura do eucalipto no território fluminense.

De acordo com a Secretaria de Estado do Ambiente (SEA), a implantação dos distritos florestais tem como objetivo desenvolver a atividade da silvicultura econômica integrando fomento florestal e recuperação de áreas degradadas e/ou abandonadas, a fim de incorporá-las ao processo produtivo com plantios florestais e, com isso, atrair investimentos privados para o estado, agregando produtores rurais, fornecedores e empresas beneficiadoras de produtos de base florestal.

A relação entre os distritos florestais e o desenvolvimento de plantações homogêneas de árvores é explícita no decreto, tendo em vista que o mesmo destaca que as áreas escolhidas para a

implantação do projeto somam 631 mil hectares, sendo 334 mil (53%) com potencial para desenvolver "florestas plantadas", área suficiente para suprir a demanda atual de insumos madeireiros do estado do Rio de Janeiro, da ordem de 120 mil hectares, e ainda gerar excedentes para empresas demandantes de madeira de outros estados, transformando o estado do Rio de Janeiro a médio prazo em autossuficiente na produção de insumos madeireiros e, a longo prazo, gerador de excedente para exportação.

Mapa 1. Áreas prioritárias para a criação dos distritos florestais



Fonte: SEA (2016)

Cabe destacar que a maioria dos municípios pertencentes aos distritos florestais estão localizados nas regiões Norte e Noroeste Fluminense, áreas que já tiveram de forma embrionária a atuação de uma grande empresa de papel e celulose e, no seu passado, já sofreram com o desenvolvimento de atividades monoculturas em seu

espaço agrário. No presente, são espaços indicados pela FIRJAN (Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro 2016-2025) para desenvolver a silvicultura como vetor de desenvolvimento regional (DA SILVA, 2017).

Quanto à espacialização da silvicultura no estado do Rio de Janeiro, segue abaixo os dados regionais:

Tabela 2: Silvicultura no estado Rio de Janeiro

Região	**Área total (ha)**
Médio Paraíba	10.894
Serrana	5.260
Baixadas Litorâneas	2.400
Centro Sul	2.610
Noroeste	1.299
Região Metropolitana	1.602
Norte	1.400
Costa Verde	206
Total	25.671

Fonte: FIRJAN (2016), EMATER-RIO (2018); Pesquisa de Campo (2019)

Reativação das Mobilizações Empresariais da Silvicultura no Estado do Rio de Janeiro

No ano de 2021, o principal destaque da silvicultura no estado do Rio de Janeiro foi a realização de encontros que ocasionaram a reativação do Fórum Florestal Fluminense (FFF). Trata-se de um dos fóruns regionais do Diálogo Florestal, iniciativa nacional que reúne empresas do setor de base florestal, representantes de órgãos públicos, pesquisadores de instituições privadas e públicas, além de Organizações Não Governamentais.

O Fórum Florestal Fluminense foi criado em 2008 e tem sido um fórum para a troca de informações, mobilização política, produção de estudos técnicos e de dados sobre a silvicultura no território fluminense. O fórum no estado do Rio de Janeiro reúne diversos representantes da iniciativa privada (Firjan), do setor público (Embrapa, Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade e universidades) da sociedade civil (Associação Profissional dos Engenheiros Florestais do Estado do Rio de Janeiro).

Esses agentes atuam em conjunto e de forma coordenada em favor da implantação da silvicultura em larga escala e com fins industriais. Nas reuniões online para reativar o fórum, mais de 60 pessoas de diferentes entidades participaram, mostrando assim a relevância e capilaridade desse grupo no debate em favor da silvicultura industrial.

Com a retomada do fórum, a ideia inicial dos seus membros é conseguir incluir politicamente a silvicultura industrial na agenda econômica do estado, como parte de uma estratégia mais ampla de recuperação econômica do Rio Janeiro. De acordo com Jorge Makhlouta Alonso, da Associação Profissional dos Engenheiros Florestais do Estado do Rio de Janeiro (APEFERJ) e do Fórum Florestal Fluminense, em live realizada pelo Diálogo Florestal, existe um interesse real do governo do estado, em especial, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS) em propor a silvicultura como atividade para promover o desenvolvimento do espaço rural fluminense.

Para isso, o Fórum Florestal Fluminense entende que precisa estar organizado para estimular o debate público e narrativas que pressionem o Estado, para que ele proponha e estimulações ações que utilizem investimentos públicos para fomentar mecanismos que

facilitem a implantação da silvicultura industrial. Dentre as demandas identificadas pelo Fórum Florestal Fluminense, destacam-se: a atualização da legislação vigente; incentivos de diferentes ordens para as empresas de base florestal para que elas possam se instalar em território fluminense.

Conclusão:

Apesar da crise que se abateu sobre o país e, em especial, sobre o estado do Rio de Janeiro na última década, diminuindo significativamente os investimentos em obras de infraestrutura e projetos industriais, o rastro de destruição e violência deixado pelos GPDs continua presente. Sejam nas ruínas das casas destruídas no Porto do Açu, nos alagamentos no assentamento Terra Prometida por conta do Arco Metropolitano, na ameaça da barragem que segue pairando sobre os agricultores do vale do Guapiaçu, no impasse da cessão de parte das terras reivindicadas pelos quilombolas da Baía Formosa ou nas violações sobre a população e o ambiente na baia de Sepetiba.

Se a monocultura do eucalipto não avançou como se anunciava, os interesses rentistas estão cada vez mais presentes. No Porto Açu, na forma dos fundos de investimentos estadunidense AEG e chinês SPIC Brasil. Em Búzios, com o Fundo Opportunity e o BTG Pactual. Na Águas do Rio, do grupo AEGEA, com o fundo de Cingapura GIC e a Itaúsa. Na Iguá, com o IG4 Capital e o fundo canadense CPP. E no Porto Sudeste com o fundo de Abu Dhabi Mubadala.

Evidencia-se aqui como o capitalismo contemporâneo é dominado pela finança e baseia-se na lógica rentista. Porém, como nos lembra Paulani (2016), apesar de aparentar independência dos processos produtivos, continua sendo deles que o capital se alimenta, daí a

importância de resgatar a teoria da renda de Marx, pois esta demonstra que

> o fundamento de vários dos fenômenos que têm caracterizado a etapa atual do capitalismo está no mesmo lugar onde sempre esteve: o velho e conhecido trabalho não pago, por mais que o conhecimento de fato tenha crescido de importância no processo produtivo, por mais que as marcas e patentes venham pontificando ante os ativos convencionais, por mais que a finança pareça dispensar a produção efetiva (PAULANI, 2016, p. 534).

E de compreender a partir de Bartra (2015) que o modelo de desenvolvimento extrativista baseado no saque dos recursos naturais é a forma rentista, especulativa, parasitária e predadora do capitalismo de escassez que realiza um triplo movimento: saque dos despojados dos bens, saberes e condições de vida produtiva, social e espiritual; exploração dos trabalhadores; rentismo a partir da apropriação dos bens naturais privatizados.

> ...si la acumulación primitiva analizada por Marx es premisa histórica de la acumulación ampliada propiamente capitalista, el saqueo permanente es premisa estructural de la acumulación ampliada rentista... (BARTRA, 2015, p. 120)

O rentismo se sobrepõe cada vez mais ao investimento produtivo, seja as rendas diretamente financeiras ou as derivadas da privatização de bens naturais e sociais.

> El capitalismo de los tiempos de la gran crisis es de nuevo un capitalismo ferozmente territorial, porque en tiempos de escasez la privatización de los recursos naturales promete enormes rentas; pero es también un capitalismo radicalmente desterritorializado pues cuando caen las utilidades de la inversión productiva no hay mejor negocio

> que la especulación financiera. (BARTRA, 2015, p. 121).

O capital dos tempos da grande crise é financeiro-rentista e segue buscando mecanismos de subordinar à sua lógica coisas que não são mercadorias: as pessoas, a natureza e o dinheiro. Esse capitalismo rentista é suicida, porém segue seu curso sem freios. Diante da brutalidade da lógica capitalista rentista e das profundas desigualdades que produz, a violência torna-se parte consubstancial do sistema. Assim como as formas primitivas de apropriação da riqueza se entrelaçam com a formas modernas de acumulação, a vida institucional regulada pelo direito se articula com as práticas extralegais.

> así como en el tercer milenio tenemos a un capitalismo desmecatado que recurre por sistema a la economía violenta de la "acumulación por desposesión", tenemos también a un orden burgués atrabancado y autoritario que tanto en el plano global como en el nacional, recurre sistemáticamente a la violencia política primaria permanente, quebrantando una y otra vez el Estado de derecho. (BARTRA, 2015: pág. 128)

No estado do Rio de Janeiro observamos essa forma violente de apropriação territorial para o extrativismo. As pesquisas de campo e em materiais secundários demostraram que a crise econômica do estado, a partir de 2015, com a queda do preço das commodities, afetou substancialmente os grandes projetos de desenvolvimentos e produziram mudanças de rumos, adaptações e até mesmo obsolescências de alguns projetos e seus territórios. No entanto, não acabou o sofrimento das comunidades expulsas, ameaçadas e contaminadas por diferentes projetos.

Passada a fase mais aguda da crise econômica e política, os projetos vêm se readequando e retomando sua incorporação

territorial a partir de velhos e novos atores, mas com um caráter ainda mais extrativo exportador e menos industrial. Independente da nova dimensão de investimentos e das estruturas ou da mudança de tipologias das atividades econômicas, vemos que os grandes projetos seguem tendo um papel discursivo central no planejamento territorial do estado do Rio de Janeiro e uma ameaça permanente às comunidades locais.

Referências

ABDALA, V. Petrobras e estatal chinesa fazem parceria para investir no Comperj. *Agência Brasil*, Brasília, DF, 04 jun. 2018. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-07/petrobras-e-estatal-chinesa-fazem-parceria-para-investir-no-comperj. Acesso em: 05 abr. 2021.

ABDALA, V. Petrobras e chinesa desistem de projeto conjunto para concluir o Comperj. *Agência Brasil*, Brasília, DF, 19 dez. 2019. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-12/petrobras-e-chinesa-desistem-de-projeto-conjunto-para-concluir-comperj. Acesso em: 05 abr. 2021.

ALTINO, L. Governo do Rio lança plataforma sobre oferta de água, redução do risco de secas e prevenção contra inundações. *Extra*, Rio de Janeiro, 25 fev. 2021. Disponível em: https://extra.globo.com/noticias/rio/governo-do-rio-lanca-plataforma-sobre-oferta-de-agua-reducao-do-risco-de-secas-prevencao-contra-inundacoes-24897861.html. Acesso em: 22 abr. 2021.

BARCELOS, E. A. S. ; WANDERLEY, L. J. M. ; LEAO, O. M. R. ; ALENTEJANO, P. ; COSTA, P. D. . Barragem do Guapiaçu: uma necessidade diante da "crise hídrica" ou mais um negócio suspeito?. Terra Livre , v. 2, p. 183-204, 2014.

BARTRA, A. Con los pies sobre la tierra: despojo y resistencia en los territorios. Ciudad de México. UAM/Ithaca, 2015.

BINSZTOK, J; BARBOSA, J (org.). Modernização fracassada: Dossiê Comperj. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

BRASIL, C. I. Com volta de obra, cidade do Comperj espera a criação de 5 mil vagas. *Agência Brasil*, Brasília, DF, 24 abr. 2018. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-04/com-volta-de-obra-cidade-do-comperj-espera-criacao-de-5-mil-vagas. Acesso em: 05 abr. 2021.

CAPETTI, P; ALMEIDA, C. Rio vai ampliar dependência do petróleo, e royalties chegarão a 25% da receita. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25 jan. 2021 [atualização]. Disponível em: https://oglobo.globo.com/economia/rio-vai-ampliar-dependencia-do-petroleo-royalties-chegarao-25-da-receita-1-24676521. Acesso em: 22 abr. 2022

CORRÊA, D. Obra em polo petroquímico do Rio pode empregar mais 7 mil. *Agência Brasil*, Brasília, DF, 30 ago. 2019. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-08/obra-em-polo-petroquimico-no-rio-pode-empregar-mais-de-7-mil. Acesso em: 05 abr. 2021a.

CORRÊA, D. Petrobrás assina parceria para projetos de geração de gás. *Agência Brasil*, Brasília, DF, 09 out. 2019. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-10/petrobras-assina-parceria-para-projetos-de-geracao-de-gas-natural. Acesso em: 05 abr. 2021b.

CORREA, G; WANDERLEY, L; ALENTEJANO, P; ROCHA-LEÃO, P; SILVA, V. Os conflitos por terra e território do quilombo de Baía Formosa: contribuições da geografia na luta contra o complexo turístico-imobiliário Aretê em Armação dos Búzios-RJ. **Terra Livre**, v. 1, n. 54, p. 22-68, jan.-jun./2020.

COSTA, A; BARCELOS, E; MILANEZ, B; ALENTEJANO, P; MORAES, R. *O Projeto Minas Rio e seus impactos socioambientais:* olhares desde a perspectiva dos atingidos. Relatório Preliminar. Rio de Janeiro/Minas Gerais, 2014. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B1TWm6pWIzfRaHpZemhoNXNIM0E/edit>. Acesso em: 10 out. 2014.

COSTA, P. D. ; WANDERLEY, L. J. M. ; ALENTEJANO, P. . A falácia da escassez: a crise hídrica e a barragem do rio Guapiaçu. In: Ana Costa et al (Org.). Geografia dos grandes projetos de

desenvolvimento: reflexões a parti dos conflitos no estado do Rio de Janeiro. 1ed.Rio de Janeiro: Consequência, 2021, v. 1, p. 231-282.

DA SILVA, T. Produção do espaço e cultivo comercial de eucalipto no estado do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em Geografia, Universidade Federal Fluminense, 2017.

IKEDA JUNIOR, R. Zona de sacrifício ambiental: O caso da Baía de Sepetiba – RJ. RPPR – Rio de Janeiro – vol. 5, nº 3, setembro a dezembro de 2018, p. 359-380.

FERREIRA, Leonardo. De olho na expansão do agronegócio, Rio quer ter polo de fertilizantes no Porto do Açu em São João da Barra. Portal OZK.com. 18 mar. 2021. Disponível em: https://www.portalozk.com/vaf/noticias/economia/de-olho-na-expansao-do-agronegocio-rio-quer-ter-polo-de-fertilizantes-no-porto-do-acu-em-sao-joao-da-barra/20451/Acessado em: 20 jun. 2022

FIRJAN, Mapa Firjan – 2016-2025 - Mapa de Desenvolvimento Estado do Rio de Janeiro, 2015.

GÓES, A. Com investimento de R$40 milhões, 59 hectares da APA de Guapimirim serão reflorestados. O Globo, 12 jun. 2020. Disponível em: https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/com-investimento-de-r-40-milhoes-59-hectares-da-apa-de-guapimirim-serao-reflorestados.html . Acesso em: 22 abr. 2021.

GÓES, A. Mais um passo para a retomada do Comperj. O Globo, 16 out. 2018. Disponível em: https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/com-investimento-de-r-40-milhoes-59-hectares-da-apa-de-guapimirim-serao-reflorestados.html . Acesso em: 22 abr. 2021.

GOVERNO DO RIO DE JANEIRO, Plano de Diretrizes e Iniciativas Prioritárias do Governo do Estado do Rio De Janeiro (2019/2022), 2020.

GRUPO deTRABALHO de ASSUNTOS AGRÁRIOS da ASSOCIAÇÃO dos GEÓGRAFOS BRASILEIROS, SEÇÕES RIO e NITERÓI. Os grandes projetos de desenvolvimento e seus impactos sobre o espaço agrário fluminense. II Caderno de Textos do GT, [S.l.:s.n.],2012.

_____. Os "grandes projetos de desenvolvimento" e seus impactos sobre o espaço agrário do Rio de Janeiro. In MITIDIERO Jr., M. A.,

GARCIA, M. F. & VIANA, P. C. G. (Orgs.) A questão agrária no século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais. São Paulo: Outras expressões, 2015. (pp. 430)

LISBOA, V. TAC prevê que Petrobrás invista R$ 815 milhões na região do Comperj. *Agência Brasil*, Brasília, DF, 09 ago. 2019. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-08/tac-preve-que-petrobras-invista-r-815-milhoes-na-regiao-do-comperj. Acesso em: 05 abr. 2021.

LUNA, D; NUNES, F. GasLub entrará em operação entre 4º tri de 2021 e 1º tri de 2022, diz Petrobrás. Terra, 25 fev. 2021. Disponível em: https://www.terra.com.br/economia/gaslub-entrara-em-operacao-entre-4-tri-de-2021-e-1-tri-de-2022-diz-petrobras,fdd8c1ab6597e014f148ee2d545e8e4fcuf3ffp6.html. Acesso em: 05 abr. 2021.

ORDOÑEZ, R. Petrobrás dá passo rumo à privatização de gasodutos marítimos que ligam campos do pré-sal à terra. *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 fev. 2021 [atualização]. Disponível em: https://oglobo.globo.com/economia/petrobras-da-passo-rumo-privatizacao-de-gasodutos-maritimos-que-ligam-campos-do-pre-sal-terra-24668946. Acesso em: 22 abr. 2021.

OLIVEIRA, L. A emersão da região logístico-industrial do Extremo Oeste Metropolitano fluminense: reflexões sobre o processo contemporâneo de reestruturação territorial-produtiva. Espaço e Economia [Online], 7, 2015.

_____. *Geografia dos grandes projetos de desenvolvimento: uma reflexão a partir do estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2021.

PAULANI, L. M. Acumulação e Rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. Revista de Economia Política, vol. 36, nº 3 (144), pp. 514-535, julho-setembro/2016.

PESSANHA, R. M. A relação transescalar e multidimensional "Petróleo-porto" como produtora de novas territorialidades. Tese do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana-UERJ. 2017

PIQUET, R. A hora da restauração: Rio deve capitanear as ações para recuperarmos áreas florestadas. *O Globo*, Rio de Janeiro, 15 jun. 2020. Disponível em:https://oglobo.globo.com/opiniao/a-hora-da-restauracao-24477328. Acesso em: 22 abr. 2.

POLO GasLub Itaboraí: Informações Gerais. Petrobrás, s.d. Disponível em: https://petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/polo-gaslub-itaborai.htm. Acesso em: 05 abr. 2021.021.

PORTER, M.E. *The competitive advantage of nations* New York: The Free Press, 1990.

QUINTELA, S. Desenvolvimento e Escalas de Conflito Ambiental: o caso do Complexo Logístico-Industrial do Porto do Açu em São João da Barra (RJ) Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, Rio de Janeiro, n. 4, mai. 2014 https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cdf/article/view/11538/9083

ROCHA-LEÃO, P; SILVA, V. CORREA, G. Entre o latifúndio e os grandes projetos de desenvolvimento nas Baixadas Litorâneas do Rio de Janeiro: escalas da violência e da resistência na luta por território do Quilombo da Baía Formosa. In: GTAgrária. *Geografia dos grandes projetos de desenvolvimento: uma reflexão a partir do estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2021.

ROSA, B. Comperj: Petrobrás paga indenização de R$ 50 milhões a cidades. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 ago. 20. Disponível em: https://oglobo.globo.com/economia/comperj-petrobras-paga-indenizacao-de-50-milhoes-cidades-24258242. Acesso em: 22 abr. 2021.

SAMPAIO JR., P. A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. Serviço Social & Sociedade, v.112, p.672-688. 2012.

SILVA, R; MATOS, M. V. Petróleo e desenvolvimento regional: o Rio de Janeiro no pós-boom das commodities. Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE - Ano XVIII – V. 2 - N. 34 - Agosto de 2016 - Salvador, BA – p. 704 – 722.

TINOCO, V. O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: modernização, acumulação e novo desenvolvimentismo. Espaço e Economia, 14, 2019.

WANDERLEY, L. Do Boom ao Pós-Boom das commodities: o comportamento do setor mineral no Brasil. Versos - Textos para Discussão PoEMAS , v. 1, p. 1-7, 2017.

[i] Financiado pelos projetos FAPERJ 211.129/2019 e 211.394/2019

[ii] Utilizamos a expressão burguesia fluminense para indicar os setores capitalistas atuantes no estado do Rio de Janeiro, o que não quer dizer que sejam capitais locais, muito pelo contrário, grande parte destes capitais são originários de outras unidades da federação e também do exterior.

[iii] Cf. em https://www.robertomoraes.com.br/search?q=portos+de+quinta+gera%C3%A7%C3%A3o. Acessado em 22/02//23.

[iv] Disponível em https://portodoacu.com.br/porto-do-acu-e-equinor-assinam-memorando-de-entendimentos-para-avaliacao-de-projetos-de-energia-solar/

[v] Disponível em https://www.praiafaroldesaothome.com.br/2021/04/parque-de-estocagem-de-petroleo-no.html, acessado em 05/10/2023.

[vi] Cf.https://globalfert.com.br/noticias/negocios/porto-do-acu-quer-atrair-industrias-de-fertilizantes-siderurgia-e-transicao-energetica/. Acessado em 23/02/23

[vii] Disponível em https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2022/12/13/nts-e-gna-estudam-gasoduto-para-conectar-malha-de-dutos-ao-porto-do-acu.htm, acessado em 05/10/2023.

[viii] Disponível em: https://blogdopedlowski.com/2013/12/12/cpt-repudia-tratamento-dado-a-comunidade-da-barrinha-em-audiencia-sobre-porto-em-sao-francisco-do-itabapoana/

[ix] Dados sobre o conflito disponíveis em https://blogdopedlowski.com/tag/quilombo-da-barrinha/

[x] Disponível em: https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/especial-publicitario/arete/noticia/2021/02/02/conheca-o-arete-seu-destino-de-qualidade-de-vida-e-bem-estar-em-buzios.ghtml
https://valor.globo.com/patrocinado/arete-buzios/noticia/2020/10/06/novo-bairro-planejado-renova-a-paisagem-de-buzios.ghtml

[xi] Disponível em: https://www.gov.br/pt-br/noticias/transito-e-transportes/2022/05/ecorodovias-vence-leilao-e-vai-investir-r-11-3-bilhoes-na-rio-valadares-pelos-proximos-30-anos

[xii] https://www.brltrust.com.br/wp-content/uploads/2018/05/PSR_FIP_FR_16042021.pdf

[xiii] https://www.terra.com.br/economia/prefeitura-de-itaguai-multa-porto-sudeste-que-nega-ter-problemas-ambientais,e2900e5165202687e6b764bf4ec34480vvsetwd2.html

[xiv] https://baiaviva.org.br/

Submetido em: 18 de outubro de 2023
Devolvido para revisão em: 11 de junho de 2024
Aprovado em: 13 de junho de 2024
DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2023.3471

COMO CITAR
GT DE ASSUNTOS AGRÁRIOS. Grandes projetos de desenvolvimento no estado do Rio de Janeiro: o que há de "novo"?. **Terra Livre**, São Paulo, ano 38, v.2, n. 61, jul.-dez. 2023, p. 776-832. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3471. Acesso em: dd/mm/aaaa.

REVISTA TERRA LIVRE
NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

Terra Livre é uma publicação semestral da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), cujo objetivo é divulgar a produção do conhecimento geográfico. Publicam-se textos sob as formas de artigos, notas, resenhas e comunicações, entre outras, dos que se interessam e participam do conhecimento propiciado pela geografia.

1. Os textos deverão ser submetidos através do sistema eletrônico de editoração da Revista Terra Livre no portal de periódicos da AGB, no endereço http://publicações.agb.org.br/ .

2. Todos os textos enviados à Terra Livre devem ser inéditos e redigidos preferencialmente na língua portuguesa e, excepcionalmente, em outras línguas.

3. Os textos devem ser submetidos de acordo com o layout disponibilizado no link: https://drive.google.com/file/d/1pjvPkM4FN_Zc4gsiGePqFDM40TSJXo6V/view .

Caso os textos não sejam submetidos nesse formato, serão automaticamente arquivados.

4. Os textos devem ser apresentados com o mínimo de 5.000 e máximo de 10.000 palavras, com margem (direita, esquerda, superior e inferior) de 3 cm, e parágrafos de 1,5 cm, em Word para Windows, utilizando-se a fonte Century, tamanho 11, espaço 1 e ½, formato A-4 (210x297mm).

5. Os arquivos não poderão ultrapassar 2,0 Mb, incluindo texto, referências bibliográficas, tabelas, figuras etc.

5.1. As ilustrações (figuras, tabelas, desenhos, gráficos, fotografias etc.) devem ser enviadas nos formatos JPG ou TIF, e somente serão aceitas em tons de cinza. Não serão aceitas ilustrações coloridas, a menos que o(s) autor(es) do texto arquem com os custos adicionais decorrentes.

6. O cabeçalho deve conter o título (e subtítulo, se houver) em português, inglês e espanhol ou francês. Na segunda linha, o(s)

nome(s) do(s) autor(es), e, na terceira, as informações referentes à seção local a que está(ão) associado(s) ou instituição(ões) a que pertence(m), bem como o(s) correio(s) eletrônico(s) e endereço postal do(s) autor(es).

7. O texto deve ser acompanhado de resumos em português, inglês e espanhol ou francês, com no mínimo 10 e no máximo 15 linhas, em espaço simples, e uma relação de 5 palavras-chaves que identifiquem o conteúdo do texto.

8. A estrutura do texto deve ser dividida em partes não numeradas e com subtítulos. É essencial conter introdução e conclusão ou considerações finais.

9. As notas de rodapé não deverão ser usadas para referências bibliográficas. Este recurso pode ser utilizado quando extremamente necessário, e cada nota deve ter em torno de 3 linhas.

10. As citações textuais longas (mais de 3 linhas) devem constituir um parágrafo independente. As menções a ideias e/ou informações, no decorrer do texto, devem subordinar-se ao esquema (SOBRENOME DO AUTOR, data) ou (SOBRENOME DO AUTOR, data, página). Ex.: (OLIVEIRA, 1991) ou (OLIVEIRA, 1991, p. 25). Caso o nome do autor esteja citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses. Ex.: "A esse respeito, Milton Santos demonstrou os limites... (1989)". Diferentes títulos do mesmo autor publicados no mesmo ano devem ser identificados por uma letra minúscula após a data. Ex.: (SANTOS, 1985a), (SANTOS, 1985b).

10.1. As citações, bem como vocábulos e conceitos que não estejam em português, deverão ser oferecidas ao leitor em nota de rodapé.

11. A bibliografia deve ser apresentada no final do trabalho, em ordem alfabética de sobrenome do(s) autor(es), como nos seguintes exemplos.

a) no caso de livro:

SOBRENOME, Nome. Título da obra. Local de publicação: Editora, data.

Ex.:

VALVERDE, Orlando. Estudos de Geografia Agrária Brasileira. Petrópolis: editora Vozes, 1985.

b) No caso de capítulo de livro:

SOBRENOME, Nome. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome (org.). Título do livro. Local de publicação: Editora, data, página inicial-página final.

Ex.:

FRANK, Mônica Weber. Análise geográfica para implantação do Parque Municipal de Niterói, Canoas – RS. In: SUERTEGARAY, Dirce. BASSO, Luís. VERDUM, Roberto (orgs.). Ambiente e lugar no urbano: a Grande Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000, p.67-93.

c) No caso de artigo:

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. Título do periódico, local de publicação, volume do periódico, número do fascículo, página inicial-página final, mês(es). Ano.

Ex.:

SEABRA, Manoel F. G. Geografia(s)? Orientação, São Paulo, n.5, p.9-17, out. 1984.

d) No caso de dissertações e teses:

SOBRENOME, Nome. Título da dissertação (tese). Local: Instituição em que foi defendida, data. Número de páginas. (Categoria, grau e área de concentração).

Ex.:

SILVA, José Borzacchiello da. Movimentos sociais populares em Fortaleza: uma abordagem geográfica. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1986. 268p. (Tese, doutorado em Ciências: Geografia Humana).

12. O descumprimento das exigências anteriores acarretará a não-aceitação do referido texto; tampouco seguirá a tramitação usual para os pareceristas da Revista Terra Livre.

13. Os títulos, subtítulos e nomes dos autores devem ter apenas a primeira letra das frases e de substantivos próprios em caixa alta.

14. Os artigos serão enviados a dois pareceristas, cujos nomes permanecerão em sigilo, omitindo-se também o(s) nome(s) do(s) autor(es). Em caso de divergência nos pareceres, o texto será submetido a um terceiro parecerista.
15. Os originais serão apreciados pela Coordenação de Publicações, que poderá aceitar, recusar ou reapresentar o original ao(s) autor(es) com sugestões de alterações editoriais.
16. Cada trabalho publicado dá direito a dois exemplares a seu(s) autor(es), no caso de artigo, e um exemplar, nos demais casos (notas, resenhas, comunicações). A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) se reserva o direito de facultar os artigos publicados para reprodução em seu sítio ou por meio de cópia xerográfica, com a devida citação da fonte.
17. Os conceitos emitidos nos trabalhos são de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es), não implicando, necessariamente, na concordância da Coordenação de Publicações e/ou do Conselho Editorial.
18. Os autores poderão manter contato com a Comissão Editorial por meio do endereço eletrônico da Revista Terra Livre - terralivreagb@gmail.br

TERRA LIVRE JOURNAL STANDARDS FOR PUBLICATION

Terra Livre is an Association of Brazilian Geographers' biannual publication that aims to disseminate materials pertaining to the themes present in the training and practice of geographers and your participation in the citizenship construction. Its texts are received in the form of articles, notes, reviews, communications, among others, of all who are interested and participate in the knowledge afforded by Geography, and which are related with the discussions that involves the theories, methodologies and practices developed and used in this process, as well as the conditions and situations under which they are manifesting and prospects.

1. All the texts sent to this journal must be unpublished and written in Portuguese, English, Spanish or French.

2. The texts must be presented with minimum lenght of 15 and maximum 30 pages, with margins (right, left, top and bottom) of 3 cm, and paragraphs of 2 cm, in Word for Windows, using the Times New Roman, size 12, space 1 and ½, A4 format (210x297mm).

3. The files don't exceed 2.0MB, including text, references, tables, figures etc.

3.1 The illustrations (figures, tables, pictures, graphics, photographs etc.) must be available in JPEG or TIF formats, and not only be accepted in black, or that details are accented in shades of gray, no color pictures will be accepted.

4. The header should contain the title (and subtitle, if any) in Portuguese, English and Spanish or French. In the second line, the name (s) of author (s), and the third, the information of the institution (s) you belong to and mailing address of the author (s).

5. The text should be accompanied by summaries in English, Portuguese and Spanish or French, with a minimum 10 and maximum of 15 lines, single-spaced, and a list of 5 keywords identifying the content of the text.

6. The structure of the text should be divided into unnumbered and with subtitles. It is essential to include an introduction and conclusion or closing remarks.
7. Footnotes should not be used for references. This feature can be used when absolutely necessary and every note should be about 3 lines.
8. Textual quotes long (more than 3 lines) should be a separate paragraph. The words to ideas and / or information during the text should be referred to the scheme (author's surname, date) or (author's surname, date, page). Example: (Oliveira, 1991) or (Oliveira, 1991, p.25). If the author's name is mentioned in the text, indicate only the date in parentheses. E.g.: In this regard, Milton Santos revealed the limits ... (1989). Different works by the same author published in the same year should be identified by a letter after the date. E.g.: (Santos, 1985a), (Santos, 1985b).
8.1. The quotes and words, concepts that are not in Portuguese, must be offered to the reader in a footnote.
9. References must be submitted at the end of the work, in alphabetical order by surname of the author (s) (s), as the following examples.
a) For a book:
LAST NAME, Name. Title. Place of publication: Publisher, date.
Example:
Valverde, Orlando. Agrarian Studies Geography Brazilian. Petrópolis:Vozes, 1985.
b) In the case of book chapter:
LAST NAME, Name. Title of chapter. In: SURNAME, Name (ed.). Title of book. Place of publication: Publisher, date, page-last page.
E.g.:
Frank, Monica Weber. Geographical analysis for implementation of the Municipal Park of Niterói, Canoas - RS. In: SUERTEGARAY, Dirce. BASSO, Luis Verdun, Roberto (eds.). Environment and place in the city: the Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000, p.67-93.

c) In the case of article:
LAST NAME, Name. Title of article. Journal title, place of publication, journal volume, issue number, page-last page, month (s) Year.
E.g.:
SEABRA, Manoel F. G. Location (s)? Guidance, São Paulo, n.5, p.9-17, out. 1984.
d) In the case of dissertations and theses:
LAST NAME, Name. Title of dissertation (thesis). Location: Institution Where it was held, date. Number of pages. (Category, grade and area of concentration).
E.g.:
SILVA, José borzacchiello da. Popular social movements in strength: a geographical approach. São Paulo: Faculty of Philosophy and Humanities at the University of São Paulo, 1986. 268p. (Thesis, Doctor of Science: Human Geography).
10. Failure to comply with the above requirements will result in the rejection of the text; neither follows the usual procedure for ad hoc of the journal Terra Livre.
11. The articles will be sent to referees, whose names remain in secrecy and is also the name (s) of author (s).
12. The originals will be considered by the Coordination Office, which may accept, rejectorreturnthe originaltotheauthor(s) withsuggestionsforeditorialchanges. The versions that contain the comments of the reviewers, and also parts of evaluations of the reviewers that the Editorial Board considers important to direct the authors, are compared with the versions that the authors should return to the Commission, if there is compliance with the requests signaled by the referee that carry the disfigurement and demerits of the journal, the texts will be refused by the Editorial Board.
13. Titles, subtitles and authors' names must have only the first letter of sentences and proper nouns in capital letters.
14. The Association of Brazilian Geographers (AGB) reserves the right to provide the published articles for playback on your website

or by photocopy, with proper citation of the source. Each published work is entitled to two copies of your author (s), if the article, and a copy in all other cases (notes, reviews, communications ...).

15. The concepts expressed in papers are the sole responsibility of the author (s) (s), not implying necessarily the agreement of the Coordination Office and / or the Editorial Board.

16. E-mail addresses, for which the texts are to be targeted will be announced in each call specifies for each issue.

17. Authors may contact the Editorial Board via e-mail address of the Editorial Board of Revista Terra Livre, terralivre@agb.org.br as well as through the postal address of the AGB / National: National Executive / Coordination Office – Terra Livre- Av. Lineu Prestes, 332 - Historical Geography and History - Cidade Universitária - CEP 05508-900 - São Paulo (SP) - Brazil.

TERRA LIVRE
NORMAS PARA PUBLICACIÓN

Terra Livre es una publicación semestral de la Asociación de los Geógrafos Brasileños (AGB) que tiene como objetivo divulgar materias concernientes a los temas presentes en la formación y la práctica dos geógrafos y su participación en la construcción de la ciudadanía. En ella se recogen textos bajo la forma de artículos, notas, reseñas, comunicaciones, entre otras, de todos los que se interesan y participan del conocimiento propiciado por la Geografía, y que estén relacionados con las discusiones que incluyen las teorías, metodologías y prácticas desarrolladas y utilizadas en este proceso, así como con las condiciones y situaciones bajo las cuales se vienen manifestando y sus perspectivas.

1. Todos los textos enviados a esta revista deben ser inéditos y redactados en portugués, inglés, español o francés.

2. Los textos deben ser presentados con extensión mínima de 15 y máxima de 30 páginas, con margen (derecho, izquierdo, superior e inferior) de 3 cm, y párrafos de 2,0 centímetros, en Word para Windows, utilizando la fuente Times New Roman, tamaño de fuente 12, espacio 1,5 formato A-4 (210x297mm).

3. Los archivos no podrán sobrepasar 2,0 Mb, incluyendo texto, referencias bibliográficas, tablas, figuras, etc.).

3.1. Las ilustraciones (figuras, tablas, dibujos, gráficos, fotografías, etc.) deben estar dispuestos en los formatos JPG o TIF, y no solamente se aceptarán en color negro, o que los detalles se acentúen en tonos grises; no se aceptarán figuras en colores.

4. El encabezado debe contener el título (y subtítulo, si hubiera) en portugués, inglés y español o francés. En la segunda línea, el(los) nombre(s) del(s) autor(es), y, en la tercera, las informaciones referentes a la(s) institución(ones) a la que pertenece(n), así como el(los) correo(s) electrónico(s) y dirección postal del(los) autor(es).

5. El texto debe estar acompañado de resúmenes en portugués, inglés, español o francés, con un mínimo 10 y como máximo 15 líneas,

en espacio simple, y una relación de 5 palabras clave que identifiquen el contenido del texto.

6. La estructura del texto se debe dividir en partes no numeradas y com subtítulos. Es esencial contener introducción y conclusión o consideraciones finales.

7. Las notas al pie de página no deberán ser usadas para referencias bibliográficas. Este recurso puede ser utilizado cuando sea extremadamente necessário y cada nota debe tener alrededor de 3 líneas.

8. Las citaciones textuales largas (más de 3 líneas) deben constituir um párrafo independiente. Las menciones a ideas y/o informaciones en el transcurso del texto deben subordinarse al esquema (Apellido del autor, fecha) o (Apellido del autor, fecha, página). Ej.: (Oliveira, 1991) u (Oliveira, 1991, p.25). En el caso de que el nombre del autor esté citado en el texto, se indica sólo a la fecha entre paréntesis. Ej.: "A este respecto, Milton Santos demostró los límites... (1989)". Diferentes títulos del mismo autor publicados en el mismo año se deben identificar por una letra minúscula después de la fecha. Ej.: (Santos, 1985a), (Santos, 1985b).

8.1. Las citas, así como vocablos, conceptos que no estén en portugués, deberán ser ofrecidas al lector en nota al pie de página.

9. La bibliografía debe ser presentada al final del trabajo, en orden alfabético de apellido del(los) autor(es), como en los siguientes ejemplos.

a) En el caso de libro:

APELLIDO, Nombre. Título de la obra. Lugar de publicación: Editorial, fecha.

Ej.:

VALVERDE, Orlando. Estudos de Geografia Agrária Brasileira. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

b) En el caso de capítulo de libro:

APELLIDO, Nombre. Título del capítulo. In: APELLIDO, Nombre (org). Título del libro. Lugar de publicación: Editora, fecha, página inicial - página final.

Ej.:
FRANK, Mônica Weber. Análise geográfica para implantação do Parque Municipal de Niterói, Canoas – RS. In: SUERTEGARAY, Dirce. BASSO, Luís. VERDUM, Roberto (orgs.). Ambiente e lugar no urbano: a Grande Porto Alegre. Porto Alegre: Editora de la Universidad, 2000, p.67-93.
c) En el caso de artículo:
APELLIDO, Nombre. Título del artículo. Título del periódico, lugar de publicación, volumen del periódico, número del fascículo, página inicial – página final, mes(es). Año.
Ej.:
SEABRA, Manoel F. G. Geografía(s)? Orientação, São Paulo, n.5, p.9-17, oct. 1984.
d) En el caso de disertaciones y tesis: APELLIDO, Nombre. Título de la disertación (tesis). Lugar: Institución en que fue defendida, fecha. Número de páginas. (Categoría, grado y área de concentración).
Ej.:
SILVA, José Borzacchiello da. Movimentos sociais populares em fortaleza: uma abordagem geográfica. São Paulo: Facultad de Filosofía, Letras y Ciencias Humanas de la Universidad de São Paulo, 1986. 268p. (Tesis, doctorado en Ciencias: Geografía Humana).
10. El no cumplimiento de las exigencias anteriores, acarreará la no aceptación del referido texto; tampoco seguirá la tramitación usual para los funcionários de pareceres ad hoc de la Revista Terra Livre.
11. Los artículos se enviarán a los funcionarios de pareceres, cuyos nombres permanecerán en sigilo, omitiéndose también el(los) nombre(s) del(los) autor(es).
12. Los originales serán apreciados por la Coordinación de Publicaciones, que podrá aceptar, rechazar o representar el original al(los) autor(es) con sugerencias de alteraciones editoriales. Las versiones que contendrán las observaciones de los funcionarios de pareceres, así como partes de las evaluaciones de los funcionarios de pareceres que la Comisión Editorial juzgue importante dirigir a los

autores, serán comparadas con las versiones que deberán retornar de los autores a la Comisión; caso en el caso que no haya el cumplimiento de las solicitudes señalizaciones por los funcionarios de pareceres y que implican en la desfiguración y demérito de la Revista, los textos serán rechazados por la Comisión Editorial.

13. Los títulos, subtítulos y nombres de los autores deben tener solo la primera letra de las oraciones y los nombres propios en mayúsculas.

14. La Asociación de los Geógrafos Brasileños (AGB) se reserva el derecho de facultar los artículos publicados para reproducción en su sitio o por medio de copia xerográfica, con la debida citación de la fuente. Cada trabajo publicado da derecho a dos ejemplares a su(s) autor(es), en el caso de artículo, y un ejemplar en los demás casos (notas, reseñas, comunicaciones, ...).

15. Los conceptos emitidos en los trabajos son de responsabilidad exclusiva del(los) autor(es), no implicando, necesariamente, en la concordancia de la Coordinación de Publicaciones y/o del Consejo Editorial.

16. Direcciones electrónicas, para las cuales los textos deberán ser dirigidos serán divulgados en cada llamada específica para cada número de la revista.

17. Los autores podrán mantener contacto con la Comisión Editorial através de la dirección electrónica de la Comisión Editorial de la Revista Terra Livre, terralivre@agb.org.br, así como por medio de la dirección vía postal de la AGB/Nacional: Dirección Ejecutiva Nacional / Coordinación de Publicaciones – Terra Livre - Av. Prof. Lineu Prestes, 332 – Edificio Geografía e Historia – Ciudad Universitaria – CEP 05508-900 – São Paulo (SP) – Brasil